JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 5
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 6
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 6
Prefeitura Municipal de Acorizal 7
Prefeitura Municipal de Água Boa 7
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 10
Prefeitura Municipal de Alto Garças 10
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 11
Prefeitura Municipal de Apiacás 38
Prefeitura Municipal de Araguaiana 50
Prefeitura Municipal de Araputanga 50
Prefeitura Municipal de Arenápolis 51
Prefeitura Municipal de Aripuanã 51
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 69
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 71
Prefeitura Municipal de Cáceres 73
Prefeitura Municipal de Campinápolis 80
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 80
Prefeitura Municipal de Campo Verde 87
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 89
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 90
Prefeitura Municipal de Canarana 90
Prefeitura Municipal de Castanheira 91
Prefeitura Municipal de Colíder 91
Prefeitura Municipal de Colniza 95
Prefeitura Municipal de Confresa 95
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 96
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 99
Prefeitura Municipal de Cuiabá 103
Prefeitura Municipal de Denise 103
Prefeitura Municipal de Diamantino 104
Prefeitura Municipal de General Carneiro 104
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 105
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 106
Prefeitura Municipal de Itaúba 107
Prefeitura Municipal de Jaciara 108
Prefeitura Municipal de Jangada 109
Prefeitura Municipal de Jauru 124
Prefeitura Municipal de Juara 124
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 125
Prefeitura Municipal de Marcelândia 125
Prefeitura Municipal de Matupá 130
Prefeitura Municipal de Nobres 131
Prefeitura Municipal de Nortelândia 141
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 141
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 142
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 149
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 161
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 162
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 163
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 167

Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 168
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 179
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 180
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 180
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 180
Prefeitura Municipal de Paranatinga 181
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 187
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 196
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 203
Prefeitura Municipal de Poconé 203
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 205
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 206
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 206
Prefeitura Municipal de Querência 207
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 211
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 211
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 212
Prefeitura Municipal de Rondolândia 213
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 270
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 271
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 272
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 273
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 274
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 274
Prefeitura Municipal de São José do Povo 275
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 275
Prefeitura Municipal de Sinop 278
Prefeitura Municipal de Tabaporã 282
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 282
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 291
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 292
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 325
Prefeitura Municipal de Vila Rica 325

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2015

Associação Mato-grossense dos Municípios
www.amm.org.br | ammpresidencia@gmail.com

AVISO DE RESULTADO

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada do ramo de Tecnologia da Informação para realizar Migração/Conversão, Treinamento e Fornecimento de Licenças de uso de Softwares com referida manutenção e consultoria técnica administrativa, contábil, financeira, elaboração de pareceres técnicos, orientação de pessoal para os setores de Contabilidade, Tesouraria, Orçamento, Planejamento, Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Protocolo, Almoxarifado, Compras e Licitação, Frotas, Patrimônio e Auxílio para envio das Cargas do APLIC-TCE/MT, para atender a AMM – Associação Mato Grossense dos Municípios. Comunicamos que conforme disponibilizado no site da AMM, através do endereço eletrônico www.amm.mt.gov.br., jornal eletrônico da AMM e Jornal Folha do Estado, REFERENTE Pregão Presencial 008/2015, cuja abertura ocorreu em 27/11/2015, sagrou-se vencedora a empresa ÁGILI SOFWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA, situada na Rua Primavera,300 – Bosque da Saúde, Cuiabá- MT, inscrita no CNPJ nº 26.804.377/0004-30,com as propostas conforme segue:

ITEM	SOFTWARES/SERVIÇOS A SEREM IMPLANTADOS	UNID	QTD	VALR UNIT R$	VALR TOTAL R$
01	Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Tesouraria	Mês	12	1.360,00	16.320,00
02	Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Mês	12	1.180,00	14.160,00
03	Protocolo	Mês	12	500,00	6.000,00
04	Almoxarifado	Mês	12	270,00	3.240,00
05	Compras e Licitações	Mês	12	770,0	9.240,00
06	Patrimônio	Mês	12	320,00	3.840,00
07	Frotas	Mês	12	550,00	6.600,00
08	Auxilio do Envio das Cargas do Aplic	Mês	12	1.600,00	19.200,00
			SUB –TOTAL(A)	**R$ 6.550,00**	**R$ 78.600,00**

09	Migração, Conversão e Implantação de todos os módulos dos Softwares		01	----	------
10	Treinamento e Capacitação dos usuários de todos os softwares		01	6.500,00	6.500,00
SUB-TOTAL (B)				**6.500,00**	**6.500,00**
VALOR TOTAL (A+B)				**R$ 85.100,00**	

Publique-se e afixe-se.

Cuiabá (MT), 27 de novembro de 2015.

Maria Haydee Moreira Corsino Dorileo
PREGOEIRO

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3.920 CPA | Tel.: (65)2123-1200 | CEP:78.050-902 - Cuiabá / MT

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

CONTRATO DE RATEIO 002/2015

Extrato do **Contrato de Rateio nº 002/2015**, Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé. Contratado: Os municípios consorciados de **Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Vale de São Domingos, Conquista D´Oeste, Nova Lacerda, Comodoro e Campos de Júlio**. Objeto: Definir o rateio das despesas para o cumprimento das finalidades do Cisvag para o Exercício de 2016. O valor corresponde a importância de **R$ 1.164.348,00 (um milhão e cento e sessenta e quatro mil trezentos e quarenta e oito reais)**. Prazo de vigência: 01/01/2016 a 31-12-2016.

Pontes e Lacerda 30 novembro de 2015.

RESOLUÇÃO 007/2015/ PLANO DE APLICAÇÃO- 2016

PLANO DE APLICAÇÃO - 2016

RESOLUÇÃO Nº 007/2015

Estima a Receita e fixa a Despesa do **Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé** para o Exercício de 2016.

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Guaporé, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, faz saber que a Assembleia Geral aprovou e ele homologou a seguinte resolução:

Artigo 1º - O plano de aplicação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Guaporé, para o exercício financeiro de 2016, estima a Receita e fixa a Despesa em **R$ 2.416.000,00** (dois milhões, quatrocentos e dezesseis mil reais), discriminados anexos integrantes desta Resolução.

Artigo 2º - A receita será realizada mediante transferência de recursos pelos consorciados, subvenções, auxílios, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta Resolução, com o seguinte desdobramento:

Administração Indireta

RECEITAS CORRENTES 2.416.000,00

RECEITA PATRIMONIAL 50.000,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 2.002.098,60

OUTRAS RECEITAS CORRENTES 363.867,80

TOTAL GERAL 2.416.000,00

Artigo 3º - A Despesa do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Guaporé será realizada segundo a discriminação dos quadros “Programas de Trabalho” e “Natureza da Despesa”, integrantes desta Resolução:

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

Administração Indireta

10 – SAÚDE 2.416.000,00

Total da Administração Indireta 2.416.000,00

TOTAL GERAL: 2.416.000,00

POR SUBFUNÇÕES

302 – Assist. Hospitalar e Ambulatorial 2.416.000,00

Total da Administração Indireta 2.416.000,00

TOTAL GERAL 2.416.000,00

POR CATEGORIA ECONÔMICA

Administração Indireta

DESPESAS CORRENTES 2.396.000,00

DESPESAS DE CAPITAL 20.000,00

Total da Administração Indireta 2.416.000,00

TOTAL GERAL: 2.416.000,00

POR ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Administração Indireta

01 – Consórcio Interm. Saúde do Vale do Guaporé. 2.416.000,00

Total da Administração Indireta. 2.416.000,00

TOTAL GERAL: 2.416.000,00

Artigo 4º - O Consórcio está autorizado a:

a) Abrir créditos suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento da despesa nos termos do artigo 7º da Lei 4.320/64.

b) Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previsto na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta resolução.

c) Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor em 01 de Janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Pontes e Lacerda - MT, 30 de Novembro de 2015.

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Guaporé

RESOLUÇÃO 006/2015

RESOLUÇÃO Nº. 006/2015.

“Dispõe sobre a criação da Ouvidoria no Artigo 3°, criando o Inciso IV no Capítulo II da Estrutura Organizacional do Regimento Interno da Secretaria Executiva do CISVAG; sobre a criação do cargo de Assessor de Ouvidoria e dá outras providências.”

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Estatuto, principalmente em seu artigo 36, faz saber que a Assembleia Geral aprovou e ele homologou a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1° - Fica criada a Ouvidoria, acrescendo o inciso IV ao art. 3° do Capítulo II da Estrutura Organizacional do Regimento Internoda Secretaria Executivado Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º ...

...

IV – Ouvidoria

Art. 2º Fica alterada a nomenclatura do Anexo I que passa a chamar Tabela de Cargos e Salários.

Art. 3º - Fica criado o cargo de Assessor de Ouvidoria na Tabela de Cargos e Salários do Regimento Internoda Secretaria Executivado Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé.

TABELA DE CARGOS E SALÁRIOS

CARGO	NÍVEL	SIMBOLOGIA	VALOR (R$)
Secretário Executivo	Direção	CC-3	4.748,44
Diretor Administrativo e Financeiro	Execução Operacional	CC-2	2.450,56
Diretor Técnico	Execução Técnica	CC-2	2.450,56
Assessor de Ouvidoria	Ouvidoria	CC-1	1.500,00

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as alterações em contrário.

Pontes e Lacerda/MT, em 06 de novembro de 2015.

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO

Presidente do CISVAG

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS RESOLUÇÃO N 31 SUPLEMENTAÇÃO

Resolução nº 031/2015

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, por anulação de dotação, conforme art. 43, Inciso III da Lei 4. 320/64, art. 5º da Resolução Nº 028/2014 e dá outras providências.

O Diretor Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Conselho Fiscal aprova e ele sanciona a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, por anulação parcial de dotaçãoorçamentária, no valor de R$ 23.000,00, para cobertura da seguinte dotação:

Dotação	Elemento de despesa	Discriminação	Valor R$
7	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERV. TERCEIROS – PESSOA FISICA	23. 000,00
TOTAL		**23.000,00**	

Art. 2º Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no art. 43, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme abaixo:

Dotação	Elemento de despesa	Discriminação	Valor R$
3	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	13.000,00
5	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
TOTAL		**23.000,00**	

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), 11 de agosto de 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DE AMEIDA

Presidente do CISA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS RESOLUÇÃO 28 SUPLEMENTÇÃO

Resolução nº 028/2015

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, por anulação de dotação, conforme art. 43, Inciso III da Lei 4. 320/64, art. 5º da Resolução Nº 028/2014 e dá outras providências.

O Diretor Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Conselho Fiscal aprova e ele sanciona a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, por anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 179.500,00, para cobertura da seguinte dotação:

Dotação	Elemento de despesa	Discriminação	Valor R$
8	3.3.90.39.00. 00	OUTROS SERV. TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	129. 000,00
9	3.3.90.91.00. 00	SETENÇAS JUDICIAIS	19. 000,00
12	4.4.90.52.00. 00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1. 500,00
13	4.6.90.71.00. 00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	30. 000,00
TOTAL		**179.500,00**	

Art. 2º Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no art. 43, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme abaixo:

Dotação	Elemento de despesa	Discriminação	Valor R$
1	3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	50. 000,00
2	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	10. 000,00
5	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10. 000,00
7	3.1.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO – P. física	109. 500,00
TOTAL		**179.500,00**	

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), 10 de JULHO de 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DE AMEIDA

Presidente do CISA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS RESOLUÇÃO 34 AFASTAMENTO

Resolução nº 34/2015

Em 30 de Novembro de 2015.

São Félix do Araguaia–MT.

Dispõe Sobre o Pedido de Licença para tratar de Interesses Particulares, e dá outras providencias.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia de São Félix do Araguaia-MT, **JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA**, portador do CPF nº 035.726.096-15 e RG nº 701 530 SSP/MT, residente e domiciliado no Município de São Felix do Araguaia-MT, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder pelo período de 02 (dois) anos, para a Sra. **PRISCILA NARA DE CASTRO**, licença para tratar de assuntos de interesses particulares a partir do **dia 01 de Dezembro de 2015**, nos termos do artigo 42, inciso III do Estatuto dos Servidores do CISA.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrárias.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA

PRESIDENTE DO CISA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

PROCESSO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº 003/2015

Cumprindo o que determina o Principio da Publicidade Prevista no artigo 3º da Lei 8.666/93, COMUNICAMOS aos interessados, que conforme Edital Publicado em 23/11/2015, referente ao Convite nº 003/2015, cuja abertura se deu na data de 30/11/2015, consagrou-se vencedora a Pessoa Jurídica: **D. DOS SANTOS BASTOS - ME. Objeto**: Contratação de empresa para Prestação de Serviços para Elaboração do Plano de Aplicação dos Recursos do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso para o exercício de 2016. No Valor: R$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais). O procedimento Administrativo referente à licitação acima,

encontra-se a disposição dos interessados na sala de Licitações. São José dos Quatro Marcos – MT, 30 de novembro de 2015.

ELEDIR SANTIAGO ALCUNHA - PRESIDENTE DA CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2015 PARA REGISTRO DE PREÇO

O Município de Acorizal/MT, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO**, **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, bem como subsidiariamente as normas constantes da Lei Federal 8.666/93, e suas modificações, no **DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2015, ÀS 9h00m (horário local)**, na Prefeitura Municipal de Acorizal/MT, localizado à Avenida Honorato Pedroso de Barro, s/n, Bairro Nova Acorizal, em Acorizal/MT, com a finalidade de receber os envelopes contendo proposta de preço e documentos de habilitação pertinentes à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE MATERIAL GRÁFICO**. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 07h às 13h00 (horário local), pelo e-mail licitação_acorizal@hotmail.com e pelo site www.acorizal.mt.gov.br.

ADEMIR MARIA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

TOMADA DE PREÇO Nº. 023/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 023/2015.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de arquitetura e urbanismo para a Elaboração da Revisão e Complementação do Plano Diretor e serviços técnicos de arquitetura, urbanismo e engenharia para Elaboração do Plano de Mobilidade, de acordo com o Termo de Referência.

REALIZAÇÃO: 17/12/2015.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min, horário local.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do email licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 30 de novembro de 2015.

Vera Lucia Fries

Presidente da Comissão de Licitação.

PREGÃO ELETRÔNICO 056/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO ELETRÔNICO 056/2015

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo 2759/2015 de 05/01/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pelo Decreto nº. 2455/2013 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº. 056/2015.

Data de Início para o recebimento das propostas: 03/12/2015, ás 8h00-min até 15/12/2015, ás 12h00, (horário de Brasília),

Data e horário de início da sessão: 16/12/2015, ás 09h00, (horário de Brasília).

Data e horário de início da disputa: 16/12/2015, ás 09h30, (horário de Brasília).

Realização: Por meio do site www.bll.org.br.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no email licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa, 30 de novembro de 2.015.

Ivania Cezira Volpi Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO 057/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO ELETRÔNICO 057/2015

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo 2759/2015 de 05/01/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pelo Decreto nº. 2455/2013 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº. 057/2015.

OBJETO: Futura e Eventual Aquisição de uma Plataforma Articulada tipo guindaste para ser instalada em um veiculo adequado para a Secretaria de Infra Estrutura, de acordo Termo de Referência.

Data de Início para o recebimento das propostas: 03/12/2015, ás 8h00-min até 15/12/2015, ás 12h00, (horário de Brasília),

Data e horário de início da sessão: 16/12/2015, ás 15h00, (horário de Brasília).

Data e horário de início da disputa: 16/12/2015, ás 15h30, (horário de Brasília).

Realização: Por meio do site www.bll.org.br.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no email licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa, 30 de novembro de 2.015.

Ivania Cezira Volpi Pregoeira

TOMADA DE PREÇO Nº. 024/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de

Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 024/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para reforma da Escola Jacy Kuhn Salamoni, no Município de Água Boa-MT; conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

REALIZAÇÃO: 18/12/2015.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do email licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 30 de novembro de 2015.

Vera Lucia Fries

Presidente da Comissão de Licitação.

CODEMA
EDITAL N° 001/2015 - D - PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 001/2015 - D – PROCESSO SELETIVO

Art. 1º - O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento - CODEMA, sob a Presidência do Exmo. Sr. GILMAR REINOLDO WENTZ, no uso de suas atribuições legais, através da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, torna público o resultado da prova escrita objetiva e prova de títulos, conforme Anexo I, referente ao Processo Seletivo aberto através do Edital de Processo Seletivo Nº 001/2015.

Art. 2º - Fica anulada a questão 14 da prova escrita objetiva para o cargo de Analista Ambiental – Engenheiro Ambiental e/ou Florestal e/ou Engenheiro Agrônomo.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Água Boa - MT, 30 de novembro de 2015.

Presidente

ANEXO I

ADVOGADO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	INF.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
168968	JULIANA BATISTA DOS SANTOS	09/08/1982	24,0	12,0	42,0	78,0	0,0	78,0	
167440	KLEIVER RODRIGO BUENO DIAS	03/05/1980	12,0	8,0	30,0	50,0	5,0	55,0	
167495	LEANDRO QUINTEIRO VACCARO	01/03/1987	16,0	8,0	30,0	54,0	-o-	54,0	
168772	RENATO WENTZ MANHAES	10/05/1990	16,0	8,0	24,0	48,0	-o-	48,0	Não aprovado
165994	JANAINA RIBEIRO BEZERRA BARBOSA	14/06/1977	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
169060	ROSANGELA MARIA DE PAULA	20/05/1980	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
167436	JEIZE MARCHIORO VASCONCELLOS	25/01/1992	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado

ANALISTA AMBIENTAL – ENGENHEIRO AMBIENTAL E/OU FLORESTAL E/OU ENGENHEIRO AGRÔNOMO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	INF.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
167675	DIANE CRISTINA STEFANOSKI ZAMBONI	07/07/1987	20,0	8,0	48,0	76,0	20,0	96,0	
165099	RODRIGO CADORE	15/12/1991	20,0	12,0	48,0	80,0	-o-	80,0	
166174	ISADORA SANCHEZ MAIA CARNEIRO	27/07/1990	16,0	12,0	30,0	58,0	20,0	78,0	
167767	JALBI TADEU VALE DE ALMEIDA	24/12/1980	20,0	12,0	36,0	68,0	-o-	68,0	
167602	ALEXANDRE LEITE ACEVEDO	20/04/1986	20,0	12,0	36,0	68,0	-o-	68,0	
168981	THAMÍRYS GOMES DA SILVA	17/07/1992	12,0	12,0	42,0	66,0	-o-	66,0	
167588	TARCÍSIO REIS RODRIGUES DOS SANTOS	26/12/1991	8,0	8,0	48,0	64,0	-o-	64,0	
166649	ANA RAFAELA DA SILVA	26/12/1988	16,0	12,0	36,0	64,0	-o-	64,0	
164507	ALISON MACIEL	12/09/1989	16,0	12,0	36,0	64,0	-o-	64,0	
169062	HUERLIS JOSE DE CARVALHO	27/08/1992	12,0	8,0	42,0	62,0	-o-	62,0	
168546	FABIULA ZIMMERMANN DAS NEVES	16/06/1993	12,0	8,0	42,0	62,0	0,0	62,0	
169038	RENATA KERLLEN NEVES DE SOUZA FARIA	06/02/1990	16,0	12,0	30,0	58,0	-o-	58,0	
167226	DANILO SOUSA SANTOS	05/07/1990	12,0	8,0	36,0	56,0	-o-	56,0	
167600	GABRIELA CRISTINA LEITE BRANDT	24/02/1990	20,0	12,0	24,0	56,0	-o-	56,0	
168970	MARCO AURÉLIO LISBOA VISCARDI DA SILVA	25/09/1988	12,0	8,0	30,0	50,0	-o-	50,0	
163882	MONALISA MUHL	06/05/1992	12,0	8,0	18,0	38,0	-o-	38,0	Não aprovado
168798	FELIPE AMADOR	03/10/1989	12,0	8,0	12,0	32,0	-o-	32,0	Não aprovado
168460	RENILCE CRISTINA DE MAGALHÃES COSTA	10/02/1973	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
168783	FABIANO THIEL	06/12/1973	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
167589	KENNIDY DA SILVA OLIVEIRA	02/06/1985	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
163855	DEIWIS SCHINDLER	02/10/1986	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
168746	MERITA ALBERTIN CHAGAS	26/01/1989	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado

164358	THALES VEIGA	09/11/1990	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
167462	HELOISA GOMES ARAUJO	05/01/1991	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
168806	GUILHERME ZUCHINI D´ANUNCIAÇÃO	18/09/1991	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
167627	KAROLLAYNE MIRANDA	21/12/1991	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
165091	DOUGLAS MARQUES DE CAMARGO	01/06/1992	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
169044	FERNANDA FRUTUOSO	05/05/1993	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
165551	PEDRO AMON DE CARVALHO PEREIRA	14/09/1993	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado

ANALISTA AMBIENTAL – ENGENHEIRO CIVIL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	INF.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
167612	GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES	02/07/1992	24,0	12,0	48,0	84,0	-o-	84,0	
168790	LUKAS NOGUEIRA LUZ	24/03/1993	20,0	12,0	36,0	68,0	-o-	68,0	
169034	FERNANDO VIECELI MAIA	03/09/1991	12,0	12,0	36,0	60,0	-o-	60,0	
164295	RAFAEL DESINGRINI PAULA	13/04/1992	20,0	8,0	30,0	58,0	-o-	58,0	
168982	JULIANO ESCATOLIM BASILI	20/12/1989	12,0	12,0	24,0	48,0	-o-	48,0	Não aprovado
167738	CAROLINA BALISARDO BORDINASSI	03/12/1992	4,0	8,0	30,0	42,0	-o-	42,0	Não aprovado
169015	MARCELLO MOURA NEVES	23/04/1983	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
163981	RAFAEL RODRIGUES VIANA BARRETO	07/12/1984	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
164593	ADALBERTO PAGIOLLI	14/04/1994	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado

BIÓLOGO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	INF.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
169000	ANA JACIELA GOELLER LIMA	07/08/1983	16,0	12,0	24,0	52,0	20,0	72,0	
164620	HELLEN KEZIA SILVA ALMADA	07/03/1994	16,0	8,0	18,0	42,0	-o-	42,0	Não aprovado
166996	CLAUDINEA PADILHO DOS SANTOS	03/02/1983	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
168985	ERIKA REIS BARROS QUEIROZ	09/07/1985	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
168753	ALINE MARIA DETOFENO	30/07/1985	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
167817	MARIANA BATISTA	16/07/1986	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
168728	KARINA SARTO	28/08/1987	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado
169030	ANA CAROLINE GOMES ABREU	08/11/1989	---	---	---	---	-o-	N/C	Desclassificado

FISCAL AMBIENTAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	INF.	C.E.	NOTA FINAL	RESULTADO
167068	GABRIELA VICTÓRIA CORRÊA DA SILVA	15/06/1992	16,0	12,0	36,0	64,0	
169018	KEITH MARY SANTOS	17/12/1984	24,0	12,0	24,0	60,0	
166346	DONIZETE ALVES DE OLIVEIRA	02/11/1975	20,0	4,0	30,0	54,0	
168973	DIEGO OLIVEIRA BRUSTOLIN	24/12/1992	12,0	4,0	36,0	52,0	
168978	ANA CARLA AMEIDA DE OLIVEIRA	22/04/1989	12,0	8,0	30,0	50,0	
164943	AKYLLA PRISCILA EVANGELISTA BATISTA	16/06/1991	8,0	12,0	30,0	50,0	
169029	BRUNO OLIVEIRA DA SILVA	05/02/1994	20,0	12,0	18,0	50,0	
168523	MARIA ALDEIDE MARTIN DE OLIVEIRA	14/06/1969	12,0	4,0	30,0	46,0	Não aprovado
169028	ALDAIR BERGHETTI	28/01/1972	12,0	0,0	30,0	42,0	Não aprovado
168977	DIOGO ALVES CORANDINI	25/05/1990	16,0	8,0	18,0	42,0	Não aprovado
168853	ENILSO BENEDITO AMORIM	10/02/1955	---	---	---	N/C	Desclassificado
168088	MARCOS APARECIDO DE JESUS	03/02/1974	---	---	---	N/C	Desclassificado
164322	ELTON CASO	20/06/1980	---	---	---	N/C	Desclassificado
166748	FERNANDA CRISTINA	13/06/1981	---	---	---	N/C	Desclassificado
168938	RAFAEL DA SILVA MELO	19/03/1982	---	---	---	N/C	Desclassificado
169061	RICARDO DE LIMA NORO	26/02/1984	---	---	---	N/C	Desclassificado
165144	ROBSON RODRIGUES DE OLIVEIRA	06/04/1984	---	---	---	N/C	Desclassificado
165495	JARVIS CARNAÍBA LOPES	11/05/1985	---	---	---	N/C	Desclassificado
169054	MARCIO GONÇALVES DE BARROS E SILVA	22/07/1985	---	---	---	N/C	Desclassificado
167248	LAURO DAMASCENO	21/09/1985	---	---	---	N/C	Desclassificado
165059	MARIUCHA PINHEIRO PEREIRA DUARTE	23/12/1985	---	---	---	N/C	Desclassificado
166710	LUCIMARA THAIS SOUZA VIDRAGO	26/04/1988	---	---	---	N/C	Desclassificado
167052	HAILLIME MARIA ADORNO DE SIQUEIRA PEDROSO	09/12/1988	---	---	---	N/C	Desclassificado
164675	ALINE JUNG DOS SANTOS	28/09/1990	---	---	---	N/C	Desclassificado
163751	FELIPE GUILHERME ALMEIDA MIGUEL	25/02/1991	---	---	---	N/C	Desclassificado
169016	VINICIUS AURELIO DA SILVA GAVENDA	21/04/1991	---	---	---	N/C	Desclassificado
168689	THIAGO TEIXEIRA GOMES	11/06/1993	---	---	---	N/C	Desclassificado
168992	EDILAINE MENDES BARBOSA	18/03/1994	---	---	---	N/C	Desclassificado
168958	EDILARA LEANDRO DE SOUSA	11/12/1995	---	---	---	N/C	Desclassificado

LEGENDA:
L.P.: Língua Portuguesa; **INF.:** Informática;

C.E.: Conhecimentos Específicos; **N/C:** Não compareceu; **-o-:** Não entregou / Não avaliado; **---:** Sem nota.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 018/2014, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT E A SRA ROSA NAIR POZZOBOM BERTONCINI.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o Município de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Moisés Dorneles Montiel nº. 975 – Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.465.143/0001-89, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES**, brasileiro, Casado, Funcionário Público, residente e domiciliado na Rua da Agricultura, n° 345, Setor Bandeirantes, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 1500054, expedida pela SSP/GO e inscrito no CPF sob o nº 280.901.871-53, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. **ROSA NAIR POZZOBOM BERTONCINI**, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Maria Bela Marques, n° 129, na cidade de Bela Vista do Paraiso-PR, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.062.450-9 emitida pela SSP-PR e inscrito no CPF sob o nº 209.562.749-00, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N° 001/2014, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente aditivo tem por objetivo, a extensão do prazo do contrato por mais 06(seis) meses, devido o imóvel estar em boas condições e atender todas as necessidades da administração, oqual será utilizado exclusivamente para o funcionamento do **PAÇO MUNICIPAL**, não podendo ser mudada a sua destinação sem o expresso consentimento da contratante.

1.2 – A prorrogação do referido Contrato se dará sem a aplicação de reajuste do valor contratual original.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL 2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quarta do Contrato nº 018/2014. 2.1.1 – A prorrogação promovida por este Termo se deve ao seguinte fator: 2.1.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o aditivo devido que com o advento da prorrogação a vantagem será da população, pois o imóvel oferecido pelo CONTRATADO é de primeira necessidade, e atende a contento as necessidades da CONTRATANTE. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O presente Termo Aditivo tem por finalidade a implementação de 06 (seis) meses no prazo final do referido contrato, com vigência de 01 de Outubro de 2015 a 01 de Abril de 2016.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 – O valor global deste aditivo é de R$ 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais), devendo ser pagas em 06(seis) parcelas de R$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais).

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 5.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas. E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Boa Vista - MT, 28 de Setembro de 2015.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES **Prefeito Municipal**	**ROSA NAIR POZZOBOM BERTONCINI** **CONTRATADA**
CONTRATANTE	

TESTEMUNHAS:

Nome: R.G. n° C.P.F. n°	Nome: R.G. n° C.P.F. n°

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 159, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Alto Garças**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,**

R E S O L V E:

Art. 1º: Designar o servidor público municipal **Ivo Ferreira Rodrigues**, portador da Carteira de Identidade com Registro Geral n° 1015678-0 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n° 567.239.201-63, exercendo a função de vigia, na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer, para prestar sua função de vigia na Praça Central Dom Camilo Faresin, no período de 30 de Novembro até 06 de Dezembro de 2015, sem prejuízo dos direitos funcionais formal e legalmente adquiridos.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT, em 30 de Setembro de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 129/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2015

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço por Item, no **dia 14 de dezembro de 2015, às 13:00 horas**, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CABINE SIMPLES, COR BRANCA, ANO/MOD 2015 OU SUPERIOR, COM CESTO AÉREO NÃO ISOLADO, CAPAC. ATÉ 170KGF/CESTO, C/ ALCANCE VERTICAL DE 13,5M PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail pmaltogarcasmt@hotmail.com, pelo site www.altogarcas.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155. Alto Garças - MT, 30 de novembro de 2015. Ellen Betânia C. Dourado – Pregoeira Oficial.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 02/ 2015

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situado na Rua Dom Aquino 346, centro, em Alto Garças, Estado do Mato Grosso, através do **PREFEITO CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR**, em cumprimento aos artigos 34, 35 e 36 da Lei complementar n° 141/2012, de 13 de janeiro de 2012, FAZ SABER a quem interessar possa sobre a Prestação de Contas das Ações e Serviços da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao 2° Quadrimestre de 2015, que se encontra à disposição para a apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade, durante o presente exercício, em **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que será realizada no dia **04 de Dezembro de 2015, às 13 horas, no AUDITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL.**

Alto Garças – MT, 30 de junho de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 159, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Alto Garças**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,**

R E S O L V E:

Art. 1º: Designar o servidor público municipal **Ivo Ferreira Rodrigues**, portador da Carteira de Identidade com Registro Geral n° 1015678-0 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n° 567.239.201-63, exercendo a função de vigia, na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer, para prestar sua função de vigia na Praça Central Dom Camilo Faresin, no período de 30 de Novembro até 06 de Janeiro de 2016, sem prejuízo dos direitos funcionais formal e legalmente adquiridos.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT, em 30 de Novembro de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
RREO 5º BIMESTRE 2015 ALTO PARAGUAI MT

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público o RELATORIO RESUMIDO DE EXECUÇAO ORÇAMENTARIA - RREO- 5º Bimestre 2015.

Jenicélia Maria da Cruz Adair Jose Alves Moreira

Contadora Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.996.268,18	16.996.268,18	4.309.515,78	25,35	15.616.231,48	91,88	1.380.036,70
RECEITAS CORRENTES	12.731.268,18	12.731.268,18	3.025.270,78	23,76	13.954.146,62	109,60	-1.222.878,44
RECEITA TRIBUTÁRIA	768.473,40	768.473,40	391.823,14	50,98	756.877,71	98,49	11.595,69
Impostos	710.923,40	710.923,40	387.390,25	54,49	721.713,66	101,51	-10.790,26
Taxas	57.550,00	57.550,00	4.432,89	7,70	35.164,05	61,10	22.385,95
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	153.000,00	153.000,00	49.812,13	32,55	257.574,40	168,34	-104.574,40
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	153.000,00	153.000,00	49.812,13	32,55	257.574,40	168,34	-104.574,40
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	273.951,03	273.951,03	70.196,41	25,62	388.371,50	141,76	-114.420,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.388.043,75	11.388.043,75	2.192.582,66	19,25	11.976.772,80	105,16	-588.729,05
Transferências Intergovernamentais	10.869.020,48	10.869.020,48	2.067.905,34	19,02	11.580.461,48	106,54	-711.441,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	519.023,27	519.023,27	124.677,32	24,02	396.311,32	76,35	122.711,95
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	147.800,00	147.800,00	320.856,44	217,08	574.550,21	388,73	-426.750,21
Multas e Juros de Mora	2.000,00	2.000,00	2.771,92	138,59	10.742,19	537,10	-8.742,19
Indenizações e Restituições	2.000,00	2.000,00	72,15	3,60	7.357,66	367,88	-5.357,66
Receita da Dívida Ativa	55.500,00	55.500,00	7.543,31	13,59	30.582,36	55,10	24.917,64
Receita Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	88.300,00	88.300,00	310.469,06	351,60	525.868,00	595,54	-437.568,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.265.000,00	4.265.000,00	1.284.245,00	30,11	1.662.084,86	38,97	2.602.915,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Operações de Crédito Internas	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Alienação de Bens Imóveis	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.370.000,00	3.370.000,00	1.284.245,00	38,10	1.658.245,00	49,20	1.711.755,00
Transferências Intergovernamentais	150.000,00	150.000,00	350.000,00	233,33	350.000,00	233,33	-200.000,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	3.220.000,00	3.220.000,00	934.245,00	29,01	1.308.245,00	40,62	1.911.755,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	380.000,00	380.000,00	0,00	0,00	3.839,86	1,01	376.160,14
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	380.000,00	380.000,00	0,00	0,00	3.839,86	1,01	376.160,14
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.996.268,18	16.996.268,18	4.309.515,78	25,35	15.616.231,48	91,88	1.380.036,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.996.268,18	16.996.268,18	4.309.515,78	25,35	15.616.231,48	91,88	1.380.036,70
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.996.268,18	16.996.268,18	4.309.515,78	25,35	15.616.231,48	91,88	1.380.036,70
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (j)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.996.268,18	18.262.719,09	4.930.979,91	20.059.894,35	-1.797.175,26	3.366.425,07	14.191.794,12	4.070.924,97	13.401.878,15	0,00
DESPESAS CORRENTES	12.806.268,18	13.793.623,49	2.997.419,98	13.446.798,23	346.825,26	2.851.352,21	12.259.788,16	1.533.835,33	11.474.824,97	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.750.431,20	6.464.676,33	1.407.900,83	6.505.764,22	-41.087,89	1.377.233,27	6.426.067,75	38.608,58	5.787.081,77	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.055.836,98	7.328.947,16	1.589.519,15	6.941.034,01	387.913,15	1.474.118,94	5.833.720,41	1.495.226,75	5.687.743,20	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.020.000,00	4.299.095,60	1.933.559,93	6.613.096,12	-2.314.000,52	515.072,86	1.932.005,96	2.367.089,64	1.927.053,18	0,00
INVESTIMENTOS	3.710.000,00	3.989.095,60	1.933.559,93	6.510.356,58	-2.521.260,98	503.406,20	1.847.599,80	2.141.495,80	1.842.647,02	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	310.000,00	310.000,00	0,00	102.739,54	207.260,46	11.666,66	84.406,16	225.593,84	84.406,16	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.996.268,18	18.262.719,09	4.930.979,91	20.059.894,35	-1.797.175,26	3.366.425,07	14.191.794,12	4.070.924,97	13.401.878,15	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.996.268,18	18.262.719,09	4.930.979,91	20.059.894,35	-1.797.175,26	3.366.425,07	14.191.794,12	4.070.924,97	13.401.878,15	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	1.424.437,36	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.616.231,48	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, Data da emissão 27/11/2015 e hora de emissão 19:13:33

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	(c)=(a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	(e)=(a-d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.996.268,18	26.821.090,32	4.930.979,91	20.059.894,35	100,00	6.761.195,97	3.366.425,07	14.191.794,12	100,00	12.629.296,20	0,00
LEGISLATIVA	737.826,00	737.826,00	0,00	0,00	0,00	737.826,00	0,00	0,00	0,00	737.826,00	0,00
AÇÃO LEGISLATIVA	737.826,00	737.826,00	0,00	0,00	0,00	737.826,00	0,00	0,00	0,00	737.826,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	3.090.785,18	3.773.145,26	1.088.583,78	3.425.962,18	17,07	347.183,08	758.569,91	2.879.586,25	20,29	893.559,01	0,00
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	28.000,00	23.500,00	0,00	7.320,00	0,03	16.180,00	0,00	7.320,00	0,05	16.180,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.566.301,18	3.315.311,26	1.044.997,94	3.033.112,53	15,12	282.198,73	702.522,39	2.509.155,83	17,68	806.155,43	0,00
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	345.444,00	255.944,00	38.283,05	227.663,41	1,13	28.280,59	49.397,27	206.669,18	1,45	49.274,82	0,00
CONTROLE INTERNO	56.600,00	24.750,00	2.480,00	9.825,00	0,04	14.925,00	2.600,00	8.400,00	0,05	16.350,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	94.440,00	153.640,00	2.822,79	148.041,24	0,73	5.598,76	4.050,25	148.041,24	1,04	5.598,76	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.335.130,00	1.260.430,00	199.642,87	734.259,81	3,66	526.170,19	197.330,64	667.913,51	4,70	592.516,49	0,00
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	91.000,00	50.180,63	9.893,63	11.268,90	0,05	38.911,73	9.180,63	10.555,90	0,07	39.624,73	0,00
ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	51.000,00	42.400,00	7.279,96	7.725,66	0,03	34.674,34	6.738,56	7.184,26	0,05	35.215,74	0,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	205.230,00	162.330,00	29.586,74	127.166,90	0,63	35.163,10	27.883,55	117.062,35	0,82	45.267,65	0,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	987.900,00	1.005.519,37	152.882,54	588.098,35	2,93	417.421,02	153.527,90	533.111,00	3,75	472.408,37	0,00
SAÚDE	2.786.295,80	4.087.480,98	1.151.126,92	3.807.456,87	18,98	280.024,11	552.240,11	2.879.289,82	20,28	1.208.191,16	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	165.032,00	118.032,00	0,00	111.083,93	0,55	6.948,07	6.198,94	107.233,93	0,75	10.798,07	0,00
ATENÇÃO BÁSICA	2.153.858,80	3.696.743,98	1.134.063,92	3.460.439,40	17,25	236.304,58	512.463,69	2.554.339,51	17,99	1.142.404,47	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	160.000,00	99.500,00	5.661,03	89.357,85	0,44	10.142,15	17.186,04	83.393,91	0,58	16.106,09	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	172.005,00	79.805,00	2.410,53	63.053,92	0,31	16.751,08	6.547,00	60.368,58	0,42	19.436,42	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	135.400,00	93.400,00	8.991,44	83.521,77	0,41	9.878,23	9.844,44	73.953,89	0,52	19.446,11	0,00
EDUCAÇÃO	4.288.812,00	6.059.257,70	715.180,61	5.352.595,57	26,68	706.662,13	799.902,21	4.020.170,03	28,32	2.039.087,67	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	57.000,00	75.900,00	32.229,18	73.219,43	0,36	2.680,57	20.110,20	47.195,11	0,33	28.704,89	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	3.512.600,00	5.164.769,17	557.117,33	4.616.412,39	23,01	548.356,78	659.092,58	3.340.760,00	23,54	1.824.009,17	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	719.212,00	818.588,53	125.834,10	662.963,75	3,30	155.624,78	120.699,43	632.214,92	4,45	186.373,61	0,00
CULTURA	196.000,00	478.507,00	293.319,68	407.092,45	2,02	71.414,55	282.732,68	376.558,52	2,65	101.948,48	0,00
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	31.000,00	15.150,00	0,00	3.500,00	0,01	11.650,00	0,00	3.500,00	0,02	11.650,00	0,00
DIFUSÃO CULTURAL	165.000,00	463.357,00	293.319,68	403.592,45	2,01	59.764,55	282.732,68	373.058,52	2,62	90.298,48	0,00
URBANISMO	2.073.610,00	4.497.276,33	380.696,30	3.064.899,52	15,27	1.432.376,81	571.813,81	2.317.548,36	16,33	2.179.727,97	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	45.000,00	67.000,00	0,00	42.085,87	0,20	24.914,13	130,00	24.849,90	0,17	42.150,10	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.438.310,00	3.788.976,33	443.597,23	2.867.477,01	14,29	921.499,32	547.195,63	2.158.911,77	15,21	1.630.064,56	0,00
SERVIÇOS URBANOS	435.300,00	636.800,00	-62.900,93	155.336,64	0,77	481.463,36	24.488,18	133.786,69	0,94	503.013,31	0,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	155.000,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00
HABITAÇÃO	180.000,00	48.500,00	0,00	0,00	0,00	48.500,00	0,00	0,00	0,00	48.500,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	(c)=(a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	(e)=(a-d)	
HABITAÇÃO URBANA	180.000,00	48.500,00	0,00	0,00	0,00	48.500,00	0,00	0,00	0,00	48.500,00	0,00
SANEAMENTO	330.000,00	480.100,00	45.411,22	220.062,75	1,09	260.037,25	28.265,92	193.622,06	1,36	286.477,94	0,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	330.000,00	480.100,00	45.411,22	220.062,75	1,09	260.037,25	28.265,92	193.622,06	1,36	286.477,94	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	30.000,00	18.000,00	901,22	14.453,18	0,07	3.546,82	901,22	13.793,18	0,09	4.206,82	0,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	30.000,00	18.000,00	901,22	14.453,18	0,07	3.546,82	901,22	13.793,18	0,09	4.206,82	0,00
AGRICULTURA	344.400,00	4.055.207,85	950.349,89	2.294.694,22	11,43	1.760.513,63	85.808,24	198.872,50	1,40	3.856.335,35	0,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	65.000,00	770.807,85	0,00	220.098,01	1,09	550.709,84	79.450,23	181.943,01	1,28	588.864,84	0,00
DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	100.000,00	600.000,00	400.000,00	494.750,00	2,46	105.250,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00
ABASTECIMENTO	25.000,00	25.000,00	5.851,23	12.582,35	0,06	12.417,65	5.431,76	9.164,57	0,06	15.835,43	0,00
EXTENSÃO RURAL	40.000,00	16.000,00	926,25	3.584,39	0,01	12.415,61	926,25	3.584,39	0,02	12.415,61	0,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	114.400,00	2.643.400,00	543.572,41	1.563.679,47	7,79	1.079.720,53	0,00	4.180,53	0,02	2.639.219,47	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	33.000,00	5.100,00	0,00	3.596,00	0,01	1.504,00	0,00	3.596,00	0,02	1.504,00	0,00
ORDENAMENTO TERRITORIAL	33.000,00	5.100,00	0,00	3.596,00	0,01	1.504,00	0,00	3.596,00	0,02	1.504,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	35.000,00	13.500,00	7.555,05	7.555,05	0,03	5.944,95	2.518,35	2.518,35	0,01	10.981,65	0,00
TURISMO	35.000,00	13.500,00	7.555,05	7.555,05	0,03	5.944,95	2.518,35	2.518,35	0,01	10.981,65	0,00
ENERGIA	185.000,00	206.500,00	46.546,04	195.734,07	0,97	10.765,93	14.711,77	162.285,13	1,14	44.214,87	0,00
SERVIÇOS URBANOS	185.000,00	206.500,00	46.546,04	195.734,07	0,97	10.765,93	14.711,77	162.285,13	1,14	44.214,87	0,00
TRANSPORTE	1.033.409,20	768.159,20	42.968,43	455.292,37	2,26	312.866,83	63.030,21	405.598,00	2,85	362.561,20	0,00
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.033.409,20	768.159,20	42.968,43	455.292,37	2,26	312.866,83	63.030,21	405.598,00	2,85	362.561,20	0,00
DESPORTO E LAZER	147.000,00	162.100,00	8.697,90	76.240,31	0,38	85.859,69	8.600,00	70.442,41	0,49	91.657,59	0,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	147.000,00	162.100,00	8.697,90	76.240,31	0,38	85.859,69	8.600,00	70.442,41	0,49	91.657,59	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	16.996.268,18	26.821.090,32	4.930.979,91	20.059.894,35	100,00	0,00	3.366.425,07	14.191.794,12	100,00	12.629.296,20	0,00

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, Data da emissão 27/11/2015 e hora de emissão 19:14:51

ARREOAnexo2 Página: 2 / 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2014 A OUTUBRO/2015

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	11/2014	12/2014	1/2015	2/2015	3/2015	4/2015	5/2015	6/2015	7/2015	8/2015	9/2015	10/2015		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.721.483,17	1.924.719,57	1.533.135,81	1.451.424,08	1.358.695,87	1.666.544,59	1.683.900,65	1.576.281,15	1.427.507,32	1.671.494,31	1.640.410,37	1.712.914,92	19.368.511,81	14.647.695,44
RECEITA TRIBUTÁRIA	48.378,78	38.452,52	30.614,11	96.745,92	62.068,69	32.860,98	35.802,99	36.881,92	38.518,19	31.561,77	82.129,23	309.693,91	843.709,01	768.473,40
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	74.083,38	39.401,99	24.395,75	22.139,44	42.653,16	22.042,02	24.030,65	24.670,31	27.203,89	20.627,05	21.734,23	28.077,90	371.059,77	153.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	32.083,76	37.026,59	33.643,55	32.583,69	31.198,75	47.073,99	39.013,13	53.376,36	45.216,16	36.069,46	7.597,70	62.598,71	457.481,85	273.951,03
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.563.108,95	1.801.309,56	1.440.864,92	1.286.030,55	1.193.018,44	1.538.500,53	1.573.087,43	1.334.502,57	1.281.771,60	1.576.522,04	1.218.717,56	1.301.919,61	17.109.353,76	13.304.471,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.828,30	8.528,91	3.617,48	13.924,48	29.756,83	26.067,07	11.966,45	126.849,99	34.797,48	6.713,99	310.231,65	10.624,79	586.907,42	147.800,00
DEDUÇÕES (II)	-173.138,82	-187.554,75	-200.104,37	-199.519,29	-168.459,91	-173.836,28	-203.299,82	-183.067,36	-149.305,18	-162.515,73	-153.636,77	-174.417,74	-2.128.856,02	-1.916.427,26
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB. EMPREGADORES E TRAB. PARA SEG. SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB. DO SERVIDOR PARA O PLANO DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB. PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÃO FINANC. ENTRE REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-173.138,82	-187.554,75	-200.104,37	-199.519,29	-168.459,91	-173.836,28	-203.299,82	-183.067,36	-149.305,18	-162.515,73	-153.636,77	-174.417,74	-2.128.856,02	-1.916.427,26
CONTRIBUIÇÕES PARA PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.548.344,35	1.737.164,82	1.333.031,44	1.251.904,79	1.190.235,96	1.492.708,31	1.480.600,83	1.393.213,79	1.278.202,14	1.508.978,58	1.486.773,60	1.538.497,18	17.239.655,79	12.731.268,18

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, Data da emissão 27/11/2015 e hora de emissão 19:15:26

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dos empregadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dos trabalhadores e dos demais segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários do Governo Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RGPS (PLANO FINANCEIRO)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes do Orçamento da Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes do Orçamento Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RGPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

BENS E DIREITOS DO RGPS	10/2015	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2015	2014
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, Data da emissão 27/11/2015 e hora de emissão 19:48:40

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/DEZ/2014 (a)	Em DEZEMBRO/2014 (b)	Em FEVEREIRO/2015 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.381.619,21	1.381.619,21	1.381.619,21
DEDUÇÕES (II)	2.621.332,19	2.621.332,19	3.218.170,11
Disponibilidade de Caixa bruta	4.177.091,27	4.177.091,27	4.347.968,73
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	1.555.759,08	1.555.759,08	1.129.798,62
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.239.712,98	1.239.712,98	1.836.550,90
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.239.712,98	-1.239.712,98	-1.836.550,90

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-596.837,92	-596.837,92

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/DEZ/2014 (a)	Em 0 (b)	Em 1 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, Data da emissão 27/11/2015 e hora de emissão 19:49:54

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.134.381,72	21.500.260,00	19.015.505,06
Receitas Tributárias	768.473,40	756.877,71	615.014,10
IPTU	56.448,97	12.074,37	3.482,34
ISS	320.000,00	259.005,84	289.635,62
ITBI	275.000,00	420.816,23	268.088,35
IRRF	59.474,43	29.817,22	21.404,24
Outras Receitas Tributárias	57.550,00	35.164,05	32.403,55
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	153.000,00	257.574,40	896.306,40
(-) Aplicações Financeiras	153.000,00	257.574,40	896.306,40
Transferências Correntes	19.944.157,29	19.780.460,58	18.052.089,56
FPM	6.639.686,28	6.035.525,33	5.869.968,99
Convênios	519.023,27	396.311,32	551.678,43
Outras Transferências Correntes	12.785.447,74	13.348.623,93	11.630.442,14
Demais Receitas Correntes	421.751,03	962.921,71	348.401,40
Dívida Ativa	55.500,00	30.582,36	25.690,15
Diversas Receitas Correntes	366.251,03	932.339,35	322.711,25
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.265.000,00	1.662.084,86	149.554,50
Operações de Crédito (III)	500.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	15.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.370.000,00	1.658.245,00	0,00
Convênios	3.220.000,00	1.308.245,00	0,00
Outras Transferências de Capital	150.000,00	350.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	380.000,00	3.839,86	149.554,50
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	3.750.000,00	1.662.084,86	149.554,50
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	24.884.381,72	23.162.344,86	19.165.059,56

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.793.623,49	13.446.798,23	12.381.847,10	12.259.788,16	10.018.831,36	0,00	173.321,44
Pessoal e Encargos Sociais	6.464.676,33	6.505.764,22	5.189.350,78	6.426.067,75	4.742.313,49	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.328.947,16	6.941.034,01	7.192.496,32	5.833.720,41	5.276.517,87	0,00	173.321,44
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.793.623,49	13.446.798,23	12.381.847,10	12.259.788,16	10.018.831,36	0,00	173.321,44
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.299.095,60	6.613.096,12	6.312.458,32	1.932.005,96	611.629,08	0,00	173.430,38
Investimentos	3.989.095,60	6.510.356,58	6.172.458,40	1.847.599,80	483.295,82	0,00	173.430,38
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	310.000,00	102.739,54	139.999,92	84.406,16	128.333,26	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.989.095,60	6.510.356,58	6.172.458,40	1.847.599,80	483.295,82	0,00	173.430,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	17.952.719,09	19.957.154,81	18.554.305,50	14.107.387,96	10.502.127,18	0,00	346.751,82
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	6.931.662,63	-19.957.154,81	-18.554.305,50	9.054.956,90	8.662.932,38	0,00	-346.751,82
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, Data da emissão 27/11/2015 e hora de emissão 19:56:13

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	380.768,24	1.174.990,84	425.960,46	0,00	1.129.798,62	618.663,69	545.880,01	227.253,26	227.253,26	0,00	937.290,44	2.067.089,06
PODER EXECUTIVO	380.768,24	1.174.990,84	425.960,46	0,00	1.129.798,62	618.663,69	545.880,01	227.253,26	227.253,26	0,00	937.290,44	2.067.089,06
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	380.768,24	1.174.990,84	425.960,46	0,00	1.129.798,62	618.663,69	545.880,01	227.253,26	227.253,26	0,00	937.290,44	2.067.089,06

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, Data da emissão 27/11/2015 e hora de emissão 19:58:36

ARREOAnexo7 Página: 1 / 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100
1- RECEITA DE IMPOSTOS	767.423,40	767.423,40	761.995,32	99,29
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	111.948,97	111.948,97	52.204,86	46,63
1.1.1- IPTU	56.448,97	56.448,97	12.074,37	21,38
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	1.835,77	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	55.500,00	55.500,00	30.582,36	55,10
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	7.712,36	0,00
1.1.5- (–) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	275.000,00	275.000,00	420.820,79	153,02
1.2.1- ITBI	275.000,00	275.000,00	420.816,23	153,02
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	4,56	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (–) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	321.000,00	321.000,00	259.152,45	80,73
1.3.1- ISS	320.000,00	320.000,00	259.005,84	80,93
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	146,61	14,66
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (–) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	59.474,43	59.474,43	29.817,22	50,13
1.4.1- IRRF	59.474,43	59.474,43	29.817,22	50,13
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (–) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural – ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (–) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.571.886,28	9.571.886,28	8.679.849,43	90,68
2.1- Cota-Parte FPM	6.639.686,28	6.639.686,28	6.035.525,33	90,90
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.751.400,00	2.751.400,00	2.413.143,81	87,70
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	10.250,00	10.250,00	12.433,02	121,29
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	55.500,00	55.500,00	95.452,38	171,98
2.6- Cota-Parte IPVA	125.300,00	125.300,00	135.727,91	108,32
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.339.309,68	10.339.309,68	9.441.844,75	91,31
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENS	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	179.919,73	179.919,73	718.961,75	399,60
5.1- Transferências do Salário-Educação	94.900,00	94.900,00	164.160,69	172,98
5.2- Outras Transferências do FNDE	85.019,73	85.019,73	554.801,06	652,55
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	554.801,06	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	189.023,27	189.023,27	395.978,02	209,48
6.1- Transferências de Convênios	189.023,27	189.023,27	395.978,02	209,48
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	395.978,02	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	395.978,02	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	395.978,02	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.891.367,25	1.891.367,25	1.711.310,90	90,48
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	25.060,00	25.060,00	27.145,58	108,32
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.327.937,25	1.327.937,25	1.207.105,06	90,90
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	550.280,00	550.280,00	482.628,76	87,70
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.050,00	2.050,00	2.486,60	121,29
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	11.100,00	11.100,00	19.090,47	171,98
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	25.060,00	25.060,00	27.145,58	108,32
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.875.960,00	1.875.960,00	1.856.202,90	98,94
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.871.560,00	1.871.560,00	1.853.436,25	99,03
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.400,00	4.400,00	2.766,65	62,87
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-19.807,00	-19.807,00	1.711.310,90	136,81

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS EMPENHADAS % (f) = (e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (h) = (g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[6] (g)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.847.812,00	2.212.612,53	2.448.971,13	110,68	2.431.643,43	109,89	0,00
13.1- Com Educação Infantil	530.212,00	597.688,53	588.120,25	98,39	573.940,43	96,02	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.317.600,00	1.614.924,00	1.860.850,88	115,22	1.857.703,00	115,03	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	2.384.000,00	2.198.723,18	2.830.405,01	128,72	1.541.331,49	70,10	0,00
14.1- Com Educação Infantil	189.000,00	174.200,00	74.843,50	42,96	58.274,49	33,45	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	2.195.000,00	2.024.523,18	2.755.561,51	136,10	1.483.057,00	73,25	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.231.812,00	4.411.335,71	5.279.376,14	119,67	3.972.974,92	90,06	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	100,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015[2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	2.584.827,42	2.584.827,42	2.360.461,18	91,31

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[6] (g)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	719.212,00	771.888,53	660.123,89	85,52	630.084,36	81,62	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	719.212,00	771.888,53	660.123,89	85,52	630.084,36	81,62	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.512.600,00	3.633.447,18	4.602.334,07	126,66	3.329.911,68	91,64	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.512.600,00	3.633.447,18	4.602.334,07	126,66	3.329.911,68	91,64	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	554.248,00	543.355,00	704.064,71	129,57	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25	4.786.060,00	4.954.690,71	5.983.440,85	120,76	3.972.974,92	80,18	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-27.098,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	2.766,65
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO4	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	-24.331,35
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))	24.331,35
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	1,35

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FIN DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[6] (g)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	259.530,80
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	83.808,40
49.1 Orçamento do Exercício	83.808,40
49.2 Restos a Pagar	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.766,65
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	178.489,05

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, Data da emissão 27/11/2015 e hora de emissão 19:59:14

[1] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[2] Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."\"

[3] Caput do artigo 212 da CF/1988

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada

7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	767.423,40	767.423,40	397.700,80	51,82
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	56.448,97	56.448,97	5.441,92	9,64
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	275.000,00	275.000,00	298.625,77	108,59
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	320.000,00	320.000,00	69.497,01	21,71
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	59.474,43	59.474,43	13.825,55	23,24
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.000,00	1.000,00	1.910,31	191,03
Dívida Ativa dos Impostos	55.500,00	55.500,00	7.543,31	13,59
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	856,93	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.582.136,28	9.582.136,28	1.403.104,68	14,64
Cota-Parte FPM	6.639.686,28	6.639.686,28	772.682,19	11,63
Cota-Parte ITR	55.500,00	55.500,00	74.037,46	133,40
Cota-Parte IPVA	125.300,00	125.300,00	15.160,21	12,09
Cota-Parte ICMS	2.751.400,00	2.751.400,00	538.738,22	19,58
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	10.250,00	10.250,00	2.486,60	24,25
Desoneração ICMS (LC 87/96)	10.250,00	10.250,00	2.486,60	24,25
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.349.559,68	10.349.559,68	1.800.805,48	17,39

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	381.430,00	381.430,00	397.631,98	104,24
Provenientes da União	312.330,00	312.330,00	168.902,79	54,07
Provenientes dos Estados	69.100,00	69.100,00	228.729,19	331,01
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	381.430,00	381.430,00	397.631,98	104,24

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados[7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	12.806.268,18	13.793.623,49	2.997.419,98	21,73	2.851.352,21	21,73	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	5.750.431,20	6.464.676,33	1.407.900,83	21,77	1.377.233,27	21,77	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.055.836,98	7.328.947,16	1.589.519,15	21,68	1.474.118,94	21,68	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.020.000,00	4.299.095,60	1.933.559,93	44,97	515.072,86	44,97	0,00
Investimentos	3.710.000,00	3.989.095,60	1.933.559,93	48,47	503.406,20	48,47	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00	11.666,66	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	16.826.268,18	18.092.719,09	4.930.979,91	27,25	3.366.425,07	27,25	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados[7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	16.826.268,18	18.092.719,09	4.930.979,91	27,25	3.366.425,07	27,25	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100) [6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% [4 e 5]	273,82
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15 x IIIb)/100] [6]	4.660.859,08

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2014	134.763,92	0,00	122.390,68	12.373,24	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores à 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	134.763,92	0,00	122.390,68	12.373,24	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados[7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	2.153.858,80	3.136.964,63	1.134.063,92	36,15	512.463,69	36,15	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	160.000,00	139.000,00	5.661,03	4,07	17.186,04	4,07	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	172.005,00	129.805,00	2.410,53	1,85	6.547,00	1,85	0,00
Vigilância Epidemiológica	135.400,00	102.400,00	8.991,44	8,78	9.844,44	8,78	0,00
Alimentação e Nutrição	57.000,00	75.900,00	32.229,18	42,46	20.110,20	42,46	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.678.263,80	3.584.069,63	1.183.356,10	33,01	566.151,37	33,01	0,00

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, Data da emissão 27/11/2015 e hora de emissão 19:59:45

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	16.996.268,18
Previsão Atualizada	16.996.268,18
Receitas Realizadas	15.616.231,48
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	16.996.268,18
Créditos Adicionais	1.266.450,91
Dotação Atualizada	18.262.719,09
Despesas Empenhadas	20.059.894,35
Despesas Liquidadas	14.191.794,12
Superávit Orçamentário	1.424.437,36

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	20.059.894,35
Despesas Liquidadas	14.191.794,12

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	20.539.101,57

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	1.131.546,57	0,00
Resultado Primário	0,00	2.344.666,62	0,00

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.555.759,08	0,00	425.960,46	1.129.798,62
Poder Executivo	1.555.759,08	0,00	425.960,46	1.129.798,62
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.164.543,70	0,00	227.253,26	937.290,44
Poder Executivo	1.164.543,70	0,00	227.253,26	937.290,44
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.720.302,78	0,00	653.213,72	2.067.089,06

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	764.046,48	<18% / 25%>	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00		0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	0,00

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, Data da emissão 27/11/2015 e hora de emissão 20:26:54

ARREOAnexo14 Página: 3 / 3

GABINETE DO PREFEITO/SETOR DE LICITACAO NOTIFICAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, CNPJ nº **03.648.532/0001-28,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente a um projeto de Pavimentação Asfáltica, Meio-Fio com Sarjeta, Sinalização Viária e complementares, no Distrito de Capão Verde, município de Alto Paraguai/MT

JURIDICO
DECRETO 065/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº .68, de 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE PARCELAMENTO DE DÉBITOS DE CONTAS DE AGUA EM ATRASO.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA,Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Alto Paraguai/MT**.**

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve pautar seus atos com supedâneo nos princípios constitucionais estampados no art. 37 da CRFB/88, buscando-se, assim, resguardar o princípio soberano da supremacia do interesse público e da indisponibilidade dos bens públicos;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica o Departamento de Água e Esgoto do Município de Alto Paraguai – MT – DAE, AUTORIZADO a efetuar parcelamento de contas de água dos consumidores através de processo com a devida confecção de acordo extrajudicial em até seis vezes.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Alto Paraguai – MT, 27 de novembro de 2015.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal de Alto Paraguai/MT

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE
DECRETO Nº 069/2015, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

"*Cancela despesa inscrita em Restos a Pagar não Processados, empenhada no exercício de 2009., porém, não consumado o implemento de condição na sua totalidade, considerando a impossibilidade de sua realização, na forma que especifica e dá outras providências*".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no uso da competência e atribuições que lhes conferem as Constituições da República e do Estado de Mato Grosso, bem assim a Lei Orgânica do Município, e no exercício da direção superior da Administração, tendo em vista o superior e predominante interesse do Município, fulcrado no que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie, especialmente o art. 36, em combinação com o parágrafo único do art. 92, da Lei Federal nº 4320/64, de 17/03/64, considerando não haver ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização,

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de *2009* ., inscritos em Restos a Pagar - não Processados, no balanço geral do MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI/MT, a saber:

EXERCICIO DE 01/01/2009 a 31/12/2009

01 – Nota de Empenho nr. 27/2009, emitido em 07/01/2009, Em favor de MARSOFT CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA, no valor de R$ 2.965,00;

02 – Nota de Empenho nr. 83/2009, emitido em 12/01/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 6.792,60;

03 – Nota de Empenho nr. 168/2009, emitido em 23/01/2009, Em favor de COSEMES - CONS. EST. E MUN. DE SAUDE – MT, no valor de R$ 900,00;

04 – Nota de Empenho nr. 203/2009, emitido em 29/01/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 26,81;

05 – Nota de Empenho nr. 446/2009, emitido em 19/02/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 10.094,90;

06 – Nota de Empenho nr. 762/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor MANOEL FREDERICO DE ALMEIDA, no valor de R$ 670,33;

07 – Nota de Empenho nr. 912/2009, emitido em 27/03/2009, Em favor de MARLI DOS REIS FERREIRA EPP, no valor de R$ 3.327,85;

08 – Nota de Empenho nr. 967/2009, emitido em 01/04/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 3.720,10;

09 – Nota de Empenho nr. 971/2009, emitido em 01/04/2009, Em favor de BRASIL TELECOM S/A, no valor de R$ 521,23;

10 – Nota de Empenho nr. 1093/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de CLEZIO LIMA PICALHO, no valor de R$ 1.370,00;

11 – Nota de Empenho nr. 1158/2009, emitido em 13/04/2009, Em favor de MAXDENTAL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME, no valor de R$ 2.154,00;

12 – Nota de Empenho nr. 1228/2009, emitido em 22/04/2009, Em favor de WELLINGTON RIBEIRO RANGEL, no valor de R$ 60,00;

13 – Nota de Empenho nr. 1366/2009, emitido em 04/05/2009, Em favor de HOSPITAL DIAMANTINO LTDA, no valor de R$ 0,29;

14 – Nota de Empenho nr. 1421/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de NE EQUIPAMENTOS PECAS E LOCACAO MAQUINAS LTDA, no valor de R$ 1.523,00;

15 – Nota de Empenho nr. 1547/2009, emitido em 18/05/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 15.160,04;

16 – Nota de Empenho nr. 1550/2009, emitido em 18/05/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 4.290,93;

17 – Nota de Empenho nr. 1637/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de J. C. SA DOS SANTOS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, no valor de R$ 1.500,00;

18 – Nota de Empenho nr. 1672/2009, emitido em 25/05/2009, Em favor de CAPITAL COM. REPRES. DE MOVEIS E INFORM. LTDA EP, no valor de R$ 280,00;

19 – Nota de Empenho nr. 1673/2009, emitido em 25/05/2009, Em favor de CAPITAL COM. REPRES. DE MOVEIS E INFORM. LTDA EP, no valor de R$ 280,00;

20 – Nota de Empenho nr. 1674/2009, emitido em 25/05/2009, Em favor de CAPITAL COM. REPRES. DE MOVEIS E INFORM. LTDA EP, no valor de R$ 280,00;

21 – Nota de Empenho nr. 1675/2009, emitido em 25/05/2009, Em favor de CAPITAL COM. REPRES. DE MOVEIS E INFORM. LTDA EP, no valor de R$ 280,00;

22 – Nota de Empenho nr. 1740/2009, emitido em 28/05/2009, Em favor de MARTINS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, no valor de R$ 2. 777,10;

23 – Nota de Empenho nr. 1741/2009, emitido em 28/05/2009, Em favor de MARTINS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, no valor de R$ 957,50;

24 – Nota de Empenho nr. 1742/2009, emitido em 28/05/2009, Em favor de MARTINS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, no valor de R$ 401,25;

25 – Nota de Empenho nr. 1778/2009, emitido em 29/05/2009, Em favor de ADMIR NEVES MOREIRA, no valor de R$ 50,00;

26 – Nota de Empenho nr. 1788/2009, emitido em 01/06/2009, Em favor de DORASCI IZABEL GERHARDT, no valor de R$ 1.500,00;

27 – Nota de Empenho nr. 1874/2009, emitido em 02/06/2009, Em favor de ROSINEIA DA SILVA CAMARGO, no valor de R$ 4,50;

28 – Nota de Empenho nr. 1906/2009, emitido em 03/06/2009, Em favor de CAPITAL COM. REPRES. DE MOVEIS E INFORM. LTDA EP, no valor de R$ 52,96;

29 – Nota de Empenho nr. 1907/2009, emitido em 03/06/2009, Em favor de CAPITAL COM. REPRES. DE MOVEIS E INFORM. LTDA EP, no valor de R$ 9,96;

30 – Nota de Empenho nr. 1908/2009, emitido em 03/06/2009 , Em favor de CAPITAL COM. REPRES. DE MOVEIS E INFORM. LTDA EP, no valor de R$ 154,34;

31 – Nota de Empenho nr. 1909/2009, 03/06/2009 , Em favor de CAPITAL COM. REPRES. DE MOVEIS E INFORM. LTDA EP, no valor de R$ 135,81;

32 – Nota de Empenho nr. 1914/2009, emitido em 03/06/2009, Em favor de BIG COM. SERVIÇO DE PAP. E INFORMÁTICA LTDA-EPP, no valor de R$ 14,70;

33 – Nota de Empenho nr. 1915/2009, emitido em 03/06/2009, Em favor de BIG COM. SERVIÇO DE PAP. E INFORMÁTICA LTDA-EPP, no valor de R$ 341,86;

34 – Nota de Empenho nr 1916/2009, emitida em 03/06/2009 , Em favor de BIG COM. SERVIÇO DE PAP. E INFORMÁTICA LTDA-EPP, no valor de R$ 169,25;

35 – Nota de Empenho nr. 1924/2009, emitido em 03/06/2009 , Em favor de DEMENEGHI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA – ME, no valor de R$ 0,01;

36 – Nota de Empenho nr. 1949/2009, emitido em 08/06/2009, Em favor de CAPITAL COM. REPRES. DE MOVEIS E INFORM. LTDA EP, no valor de R$ 670,00;

37 – Nota de Empenho nr. 1950/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de CAPITAL COM. REPRES. DE MOVEIS E INFORM. LTDA EP, no valor de R$ 670,00;

38 – Nota de Empenho nr. 1962/2009, emitido em 10/06/2009, Em favor de N C SATOLO COMERCIO, no valor de R$ 296,00;

39 – Nota de Empenho nr. 1975/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de ALINOR CONSTANTINO DO NASCIMENTO FILHO, no valor de R$ 550,00;

40 – Nota de Empenhp nr. 1978/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de WILIASMAR RODRIGUES DOS SANTOS, no valor de R$ 1.100,00;

41 – Nota de Empenho nr. 2042/2009, emitido em 12/06/2009, Em favor de HOSPITAL DIAMANTINO LTDA, no valor de R$ 130,44;

42 Nota de Empenho nr. 2043/2009, emitido em 12/06/2009, Em favor de PAULO EDUARDO SIQUEIRA, no valor de R$ 100,00;

43 – Nota de Empenho nr. 2076/2009, emitido em 19/06/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 14.163,82;

44 – Nota de Empenho nr. 2078/2009, emitido em 19/06/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 4.492,02;

45 – Nota de Empenho nr. 2097/2009, emitido em 19/06/2009, Em favor de HIDROSOLO COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MATERIAL, no valor de R$ 7.596,08;

46– Nota de Empenho nr. 2098/2009, emitido em 19/06/2009, Em favor de COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, no valor de R$ 1. 414,50;

47 – Nota de Empenho nr. 2106/2009, emitido em 22/06/2009, Em favor de S.F.MENDES – ME, no valor de R$ 550,00;

48 – Nota de Empenho nr. 2162/2009, emitido em 26/06/2009, Em favor de APROCAMPO MAQ AGRICOLAS E REP COMERCIAIS LTDA, no valor de R$ 4.609,58;

49 – Nota de Empenho nr. 2173/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 427,80;

50 – Nota de Empenho nr. 2175/2009, emitido em 26/06/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 423,92;

51 – Nota de Empenho nr. 2177/2009, emitido em 26/06/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 501,08;

52 – Nota de Empenho nr. 2184/2009, emitido em 26/06/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 154,00;

53 – Nota de Empenho nr. 2201/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de J. C. SA DOS SANTOS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, no valor de R$ 3.000,00;

54 – Nota de Empenho nr. 2207/2009, emitido em 01/07/2009, Em favor de JOEL EUGENIO DA CRUZ, no valor de R$ 1.500,00;

55 – Nota de Empenho nr. 2211/2009, emitido em 01/07/2009, Em favor de JOSE SANTOS DE ALMEIDA, no valor de R$ 1.000,00;

56 – Nota de Empenho nr. 2242/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de NASCIMENTO COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA, no valor de R$ 5.000,00;

57 – Nota de Empenho nr. 2243/2009, emitido em 01/07/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 56,14;

58 – Nota de Empenho nr. 2280/2009, emitido em 06/07/2009, Em favor de VIVO S/A, no valor de R$ 153,45;

59 – Nota de Empenho nr. 2294/2009, emitido em 06/07/2009, Em favor de JEFFERSON ROBERTO MAGALHAES DE SOUZA, no valor de R$ 150,00;

60 – Nota de Empenho nr. 2303/2009, emitido em 10/07/2009, Em favor de JEFFERSON ROBERTO MAGALHAES DE SOUZA, no valor de R$ 100,00;

61 - Nota de Empenho nr. 2310/2009, emitido em 10/07/2009, Em favor de NILVA AP MEDEIROS CRISTIANO – ME, no valor de R$ 4.195,50;

62 – Nota de Empenho nr. 2323/2009, emitido em 10/07/2009, Em favor de NILVA AP MEDEIROS CRISTIANO – ME, no valor de R$ 465,00;

63 – Nota de Empenho nr. 2339/2009, emitido em 10/07/2009, Em favor de BENEDITO ROSA DE ARRUDA, no valor de R$ 120,00;

64 – Nota de Empenho nr. 2351/2009, emitido em 10/07/2009, Em favor de JEFFERSON ROBERTO MAGALHAES DE SOUZA, mo valor de R$ 19,90;

65 – Nota de Empenho nr. 2360/2009, emitido em 10/07/2009, Em favor de VIVO S/A, no valor de R$ 2.004,03;

66 - Nota de Empenho nr. 2373/2009, emitido em 10/07/2009, Em favor de VIVO S/A, no valor de R$ 960,98;

67 – Nota de Empenho nr. 2481/2009, emitido em 10/07/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 26,92;

68 – Nota de Empenho nr. 2482/2009, emitido em 10/07/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 318,40;

69– Nota de Empenho nr. 2490/2009, emitido em 14/07/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 132,43;

70 – Nota de Empenho nr. 2505/2009, 15/07/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 6. 500,00;

71 – Nota de Empenho nr. 2507/2009, emitido em 15/07/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 15.495,63;

72– Nota de Empenho nr. 2508/2009, emitido em 15/07/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 4.925,70;

73 – Nota de Empenho nr. 2509/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 711,92;

74 – Nota de Empenho nr. 2542/2009, emitido em 15/07/2009, Em favor de HIDROSOLO COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MATERIAL, no valor de R$ 9.054,00;

75 – Nota de Empenho nr. 2545/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de BRASIL TELECOM S/A, no valor de R$ 1.714,44;

76 – Nota de Empenho nr. 2556/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de PAPELARIA PANTANAL LTDA, no valor de R$ 390,00;

77– Nota de Empenho nr. 2557/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de RESOLVE LOCAÇÃO LTDA – EPP, no valor de R$ 1.200,00;

78 – Nota de Empenho nr 2559/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de DENIVAL DE ALMEIDA SOUTO-ME, no valor de R$ 381,39;

79 – Nota de Empenho nr. 2560/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, No valor de R$ 93,62;

80 – Nota de Empenho nr. 2563/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de P R GRAFICA E IMPRESSOES DIGITAIS LTDA ME, no valor de R$ 530,00;

81 – Nota de Empenho nr. 2570/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de ADOLFO GOMES DA SILVA, no valor de R$ 380,00;

82 – Nota de Empenho nr. 2580/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 6,20;

83 – Nota de Empenho nr. 2598/2009. Emitido em 27/07/2009, Em favor de NATALICIO ALVES DA SILVA, no valor de R$ 3.100,00;

84 – Nota de Empenho nr. 2630/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 531,80;

85 – Nota de Empenho nr. 2634/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 154,80;

86 – Nota de Empenho nr. 2641/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 136,30;

87 – Nota de Empenho nr. 2648/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de ELETROMAR MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA, no valor de R$ 1.280,00;

88 – Nota de Empenho nr 2671/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 883,99;

89 – Nota de Empenho nr. 2323/2009, emitido em 10/07/2009, Em favor de NILVA AP MEDEIROS CRISTIANO – ME, no valor de R$ 465,00;

90 – Nota de Empenho nr. 2339/2009, emitido em 10/07/2009, Em favor de BENEDITO ROSA DE ARRUDA, no valor de R$ 120,00;

91 – Nota de Empenho nr. 2351/2009, emitido em 10/07/2009, Em favor de JEFFERSON ROBERTO MAGALHAES DE SOUZA, no valor de R$ 19,90;

92 – Nota de Empenho nr. 2360/2009, emitido em 10/07/2009, Em favor de VIVO S/A, no valor de R$ 2.004,03;

93 – Nota de Empenho nr. 2373/2009, emitido em 10/07/2009, Em favor de VIVO S/A, no valor de R$ 960,98;

94 – Nota de Empenho nr. 2481/2009, emitido em 10/07/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 26,92;

95 – Nota de Empenho nr. 2482/2009, emitido em 10/07/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 318,40;

96 – Nota de Empenho nr. 2490/2009, emitido em 14/07/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 132,43;

97 – Nota de Empenho nr. 2505/2009, emitido em 15/07/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 6.500,00;

98 – Nota de Empenho nr. 2507/2009, emitido em 15/07/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 15.495,63;

99 – Nota de Empenho nr. 2508/2009, emitido em 15/07/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 4.925,70;

100 – Nota de Empenho nr. 2509/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 711,92;

101 – Nota de Empenho nr. 2542/2009, emitido em 15/07/2009, Em favor de HIDROSOLO COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS, no valor de R$ 9.054,00;

102 – Nota de Empenho nr. 2545/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de BRASIL TELECOM S/A, no valor de R$ 1.714,44;

103 – Nota de Empenho nr. 2556/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de PAPELARIA PANTANAL LTDA, no valor de R$ 390,00;

104 – Nota de Empenho nr. 2557/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de RESOLVE LOCAÇÃO LTDA – EPP, no valor de R$ 1.200,00;

105 – Nota de Empenho nr. 2559/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de DENIVAL DE ALMEIDA SOUTO-ME, no valor de R$ 381,39;

106 – Nota de Empenho nr. 2560/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 93,62;

107 – Nota de Empenho nr. 2563/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de P R GRAFICA E IMPRESSOES DIGITAIS LTDA ME, no valor de R$ 530,00;

108 – Nota de Empenho nr. 2570/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de ADOLFO GOMES DA SILVA, no valor de R$ 380,00;

109 – Nota de Empenho nr. 2580/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 6,20;

110 – Nota de Empenho nr. 2598/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de NATALICIO ALVES DA SILVA, no valor de R$ 3.100,00;

111 – Nota de Empenho nr. 2630/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 531,80;

112 – Nota de Empenho nr. 2634/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 154,80;

113 – Nota de Empenho nr. 2641/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de 136,30;

114 – Nota de Empenho nr. 2648/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de ELETROMAR MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA, no valor de R$ 1.280,00;

115 – Nota de Empenho nr 2671/2009, emitido em 27/07/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 883,99;

116 – Nota de Empenho nr 2780/2009, emitido em 03/08/2009, Em favor de D.C.DA COSTA & CIA LTDA – ME, no valor de R$ 7.180,28;

117 – Nota de Empenho nr. 2783/2009, emitido em 03/08/2009, Em favor de JOAS ALVES DE SOUZA, no valor de R$ 832,00;

118 – Nota de Empenho nr. 2784/2009, emitido em 03/08/2009, emitido em JOAS ALVES DE SOUZA, no valor de R$ 206,00;

119 – Nota de Empenho nr. 2785/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de IDALIA DE SOUZA ALVES, no valor de R$ 1.191,00;

120 – Nota de Empenho nr. 2834/2009, emitido em 07/08/2009, Em favor de PIZZATTO MATERIAIS ELETRICOS LTDA, no valor de R$ 1.790,00;

121 – Nota de Empenho nr. 2835/2009, emitido em 07/08/2009, Em favor de IN-FARMA ASSESSORIA EM SAUDE LTDA ME, no valor de R$ 5. 392,00;

122 – Nota de Empenho nr. 2836/2009, emitido em 07/08/2009, Em favor de DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, no valor de R$ 897,38;

123– Nota de Empenho nr. 2837/2009, emitido em 07/08/2009, Em favor de ADURRA COMERCIAL DE PROD MED HOSPIT LTDA, no valor de R$ 320,00;

124 – Nota de Empenho nr. 2839/2009, emitido em 07/08/2009, Em favor de IDALIA DE SOUZA ALVES, no valor de R$ 1.049,50;

125 – Nota de Empenho nr. 2848/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de DIMAQ CAMPOTRAT CUIABA COMERCIAL LTDA, no valor de R$ 44,00;

126 – Nota de Empenho nr. 2849/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de ADERALDO RIBEIRO DA SILVA, no valor de R$ 345,80;

127 – Nota de Empenho nr. 2851/2009, emitido em 07/08/2009, Em favor de JOAO ALCEBIADES DE OLIVEIRA FILHO, no valor de R$ 387,35;

128 – Nota de Empenho nr. 2874/2009, emitido em 07/08/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de 427,80;

129 – Nota de Empenho nr. 2920/2009, emitido 14/09/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 13.384,63;

101– Nota de Empenho nr. 2921/2009, emitido em 14/09/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 5.168,60;

130 – Nota de Empenho nr. 2944/2009, emitido em 18/09/2009, Em favor de AMERICEL S/A, no valor de R$ 126,03;

131– Nota de Empenho nr. 2976/2009, emitido em 21/09/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 128,31;

132 – Nota de Empenho nr. 2995/2009, emitido em 25/09/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 1. 928,33;

133 – Nota de Empenho nr. 3018/2009, emitido em 25/09/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 548,18;

134 – Nota de Empenho nr. 3022/2009, emitido em 25/09/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 764,10;

135 – Nota de Empenho nr. 3062/2009, emitido em 28/09/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 0,30;

136 – Nota de Empenho nr. 3101/2009, emitido em 30/09/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 37,20;

137 – Nota de Empenho nr. 3119/2009, emitido em 01/10/2009, Em favor de EXECUTIVA TUR LTDA, no valor de R$ 24,40;

138 – Nota de Empenho nr. 3124/2009, emitido em 01/10/2009, Em favor de C. A. RODRIGUES JUNIOR COMERCIO E REPRESENTACAO, no valor de R$ 147,27;

139 – Nota de Empenho nr. 3143/2009, emitido em 02/10/2009, Em favor de MARIA DE FATIMA MACHADO – ME, no valor de R$ 28,00;

140 – Nota de Empenho nr. 3231/2009, emitido em 15/10/2009, Em favor de HOSPITAL DIAMANTINO LTDA, no valor de R$ 72,10;

141 – Nota de Empenho nr. 3254/2009, emitido em 15/10/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 3.806,76;

142 – Nota de Empenho nr. 3257/2009, emitido em 15/10/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de 5.464,97;

143 – Nota de Empenho nr. 3258/2009, emitido em 15/10/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 14.229,63;

144 – Nota de Empenho nr. 3335/2009, emitido em 26/10/2009, Em favor de VIVO S/A, no valor de R$ 1.021,86;

145 – Nota de Empenho nr. 3362/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de JOSE CARLOS DE BRITO, no valor de R$ 200,00;

146 – Nota de Empenho nr. 3452/2009, emitido em 29/10/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 432,69;

147 – Nota de Empenho nr. 3480/2009, emitido em 03/11/2009, Em favor de AMERICEL S/A, no valor de R$ 865,83;

148 – Nota de Empenho nr. 3491/2009, emitido em 06/11/2009, Em favor de AILLA DA SILVA ALVES, no valor de R$ 520,00;

149 – Nota de Empenho nr. 3502/2009, emitido em 31/12/2009, Em favor de PEDRO FRANCISCO MEDEIROS, no valor de R$ 215,32;

150 – Nota de Empenho nr. 3563/2009, emitido em 10/11/2009, Em favor de APARECIDA MACEDO DE OLIVEIRA, no valor de R$ 72,38;

151 – Nota de Empenho nr. 3583/2009, emitido em 10/11/2009, Em favor de GISLAINE CRISTINA SOARES PIRES, no valor de R$ 465,00;

152 – Nota de Empenho nr. 3662/2009, emitido em 16/11/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 12.883,76;

153 – Nota de Empenho nr. 3669/2009, emitido em 17/11/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 4.594,56;

154 – Nota de Empenho nr. 3730/2009, emitido em 23/11/2009, Em favor de S. M. DE ALMEIDA E SILVA & CIA LTDA – ME, no valor de R$ 856,80;

155 – Nota de Empenho nr. 3731/2009, emitido em 23/11/2009, Em favor de S. M. DE ALMEIDA E SILVA & CIA LTDA – ME, no valor de R$ 276,14;

156 – Nota de Empenho nr. 3752/2009, emitido em 25/11/2009, Em favor de NIVALDO RODRIGUES DE CARVALHO, no valor de R$ 2,00;

157 – Nota de Empenho nr. 3760/2009, emitido em 26/11/2009, Em favor de ROSENIL DE LOYOLA CORREA, no valor de R$ 465,00;

158 – Nota de Empenho nr. 3784/2009, emitido em 26/11/2009, Em favor de DEYVE-TEC ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA – ME, no valor de R$ 280,00;

159 – Nota de Empenho nr. 3815/2009, emitido em 27/11/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 49,19;

160 – Nota de Empenho nr. 3861/2009, emitido em 27/11/2009, Em favor de

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 855,60;

161 – Nota de Empenho nr. 3868/2009, emitido em 27/11/2009, Em favor de OVIDIO BILIERI E ANA BITENCORT, no valor de R$ 200,00;

162 – Nota de Empenho nr. 3959/2009, emitido em 02/12/2009, Em favor de AMERICEL S/A, no valor de R$ 367,80;

163 – Nota de Empenho nr. 4082/2009, emitido em 10/12/2009, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 30,15;

164 – Nota de Empenho nr. 4083/2009, emitido em 10/12/2009, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 10,89;

165 – Nota de Empenho nr. 4085/2009, emitido em 10/12/2009, Em favor de VIVO S/A, no valor de R$ 2.358,65;

166 – Nota de Empenho nr. 4158/2009, emitido em 15/12/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 602,01;

167 – Nota de Empenho nr. 4159/2009, emitido em 15/12/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 5.045,02;

168 – Nota de Empenho nr. 4160/2009, emitido em 15/12/2009, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 14.516,41;

169 – Nota de Empenho nr. 4174/2009, emitido em 15/12/2009, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 21,10;

170 – Nota de Empenho nr. 4272/2009, emitido em 18/12/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 13,95;

171 – Nota de Empenho nr. 4273/2009, emitido em 18/12/2009, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 55,43;

172 – Nota de Empenho nr. 4319/2009, emitido em 18/12/2009, Em favor de PEDRO SABO DE OLIVEIRA FILHO, no valor de 100,00;

173 – Nota de Empenho nr. 4363/2009, emitido em 21/12/2009, Em favor de FUNDACAO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA UFMT, no valor de R$1.121,00.

TOTAL DO EXERCÍCIO DE 2009 R$ 281.756,56 (Duzentos e Oitenta e Um Mil, Setecentos e Cinquenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos).

Parágrafo Único – Os créditos cancelados citados neste artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, são anulados por ausência dos Implementos de Condições e por impossibilidade de suas realizações, decorrentes de culpas unilaterais dos credores titulares dos mesmos, não podendo ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo do balanço do exercício de 2009, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte dos credores.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário, para que surtam todos os seus jurídicos e legais efeitos e produza os resultados de seu objeto de mister.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE E PROVIDENCIE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 25 de novembro de 2015.

Adair Jose Alves Moreira

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCACAO PARA AUDIENCIA PUBLICA DAS PEÇAS DE PLANEJAMENTO PARA O EXERCICIO DE 2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, Estado de Mato Grosso, atendendo o disposto na constituicao de 1988, na lei complementar 101 de 04 de maio de 2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal), Torna público que se realizará AUDIENCIA PUBLICA, para apresentaçao das Peças de Planejamento, que compreende o PPA, LDO, LOA, para o exercicio de 2016, de autoria do poder executivo municipal. Será realizado no espaço do Salão do Zeca as 19:30hs, no dia 03/12/2015, quinta feira. Com objetivo de proporcionar aos cidadãos a oportunidade de pleitear suas sugestões e opiniões do assunto em pauta.

O Plano Plurianual - PPA - é o instrumento que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal para quatro anos. A aplicação (vigência) do plano terá início no segundo ano de gestão, e término ao final do primeiro ano de mandato da próxima administração. Na elaboração de um Plano Plurianual decide-se quais são os investimentos mais importantes e que serão realizados dentro de um projeto de desenvolvimento.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - estabelece as prioridades e metas da administração municipal, as quais se restringirão a um exercício financeiro. As ações constantes na LDO, são as mesmas no PPA para aquele exercício.

A Lei Orçamentária Anual - LOA - estima a receita e fixa a despesa do Município, programa as ações que serão executadas e que viabilizarão a concretização das situações planejadas no PPA e LDO.

Alto Paraguai, 30/11/2015

Adair Jose Alves Moreira

Prefeito Municipal

Jenicelia Maria da Cruz

Contadora Municipal

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO 191/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 191/2015.

Contrato de trabalho por prazo determinado que firmam, de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Tiradentes, n.40, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, de ora em diante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **BEM VIVER TRATAMENTO ESPECIALIZADO EM DEPENDENCIA QUIMICA E ALCOOL EIRELI -ME**, inscrita no CNPJ 17.467.151/0001-57, com endereço na Rua Joaquim Marinho, Km 02, Lote 02, Gleba Despraiado, bairro Sucuri em Cuiaba – MT

1 - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se ao processo de INEXIGIBILIDADE N. 009/2015 e determinações da Lei 8666/1993 e suas alterações .

2 – DO OBJETO

Contratação da empresa, ora CONTRATADA para tratamento especializado em Dependencia Quimica, referente a determinação judicial da Comarca de Diamantino – MT, decisão liminar do processo 89099 da 5ª. Vara Cível em que figura com interessada a menor Karina Soares da Silva.

3. - DO VALOR DA REMUNERAÇÃO.

Fica ajustado entre as partes, conforme INEXIGIBILIDADE N. 009/2015, o valor mensal de R$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme apresentação de Nota Fiscal, pelo prazo de 06 (seis) meses, totalizando o presente processo o valor de R$ 12.000,00 (doze mil) reais.

4. DO PRAZO DE EXECUCAO E VIGENCIA

– Os serviços, objeto do contrato decorrente do processo de INEXIGIBILIDADE deverá ser iniciado no prazo máximo de 03 (três) dias após o recebimento da ordem de serviço e ou assinatura do contrato.

– A vigência do presente contrato , validar-se-á a partir da data da assinatura do mesmo 30/**11/2015 e vigorará até o dia 30/06/2016**, pelo prazo determinado de 06 (seis) meses, prorrogáveis por prazo determinado conforme determinação legal;

5.- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2013 na seguinte rubrica: 1243-**07.002.10.301.0014.2231. 339039.**

6 DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.

O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pelo servidor EUDESIO F. DE OLIVEIRA – Secretario Municipal de Saúde.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 30 de novembro de 2015.

Adair José Alves Moreira	**BEM VIVER CNPJ 17467151/0001-57**
Prefeito Municipal	Contratada
EUDESIO F. DE OLIVEIRA FISCAL DO CONTRATO Testemunhas:	
CPF: _____	CPF: _____

SMPLAG/RH
PORTARIA 259/2015

PORTARIA 259/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Art. 1º. – Dar posse a Sra. **LAURA LETÍCIA PINHEIRO BENEVIDES,** portadora do **RG: N° 1089454-3 - SSP/MT e CPF: N° 859.274. 301-04,** para exercer o cargo efetivo de **ODONTOLÓGO Classe A – Nível 01 – 40 horas**, em caráter de estágio probatório, junto à Secretaria Municipal da Educação, conforme concurso público 001/2014, realizado em

07/12/2014, Homologado pelo Decreto Municipal 05/2015 de 29/01/2015, publicado no Jornal Oficial dos Municípios, ano X, Nº 2157 de 03/02/2015 pagina 5, da Associação Mato-grossense dos Municípios, e EDITAL DE CONVOCAÇÃO 11/2015 de 22/04/2015.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 01 de Outubro de 2015.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 404/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO DE PREFEITO E VICE-PREFEITO EM SEUS RESPECTIVOS CARGOS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispõe sobre o Retorno do Sr. **Adalto José Zago** que se encontrava afastado para fins de tratar assuntos particulares.

Artigo 2º - Dispõe sobre o retorno do Sr. João Bosco da Costa ao seu cargo de Vice-Prefeito.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 17 de Novembro de 2015

.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 048/2015

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso torna público o resultado da sessão que se realizou Na data de **29/10/2015**, licitação na modalidade Pregão Presencial **048/2015**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO **DE CAMISETAS E UNIFORMES** COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

EMPRESA VENCEDORA - IMPACTO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA vencedora nos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 09 ao 13, 18, 20, 25, 26, 30, 36, 40, 42, 44, 45, 51, 52, 53, 54, 55, 56 e 57.

VALOR GLOBAL - R$ 15.046,63 (quinze mil quarenta e seis reais e sessenta e três centavos) **EMPRESA VENCEDORA** MICHELLE FRAILLE BENITEZ PEREIRA-MEI- vencedora nos itens: 07, 08, 14 ao 17, 19, 21 ao 24, 27, 28, 29, 31 ao 35, 37, 38, 39, 41, 43, 47 ao 50, 58 ao 63.

VALOR GLOBAL - R$ 36.533,60 (trinta e seis mil quinhentos e trinta e três reais e sessenta centavos).

VENCEDORA SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA-EPP, vencedora nos itens: 06 e 46.

VALOR GLOBAL - R$ 5.575,00 (cinco mil quinhentos e setenta e cinco reais

VIGÊNCIA- 12 MESES

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 037/2015

PREGÃO PRESENCIAL **N° 048/2015** – **REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago** - Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR, **residente à rua das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT.,** denominado simplesmente CONTRATANTE, RESOLVE registrar os preços da empresa IMPACTO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA, CNPJ n° 08.952.092/0001-11, situada a Rua das Aroeiras n° 570, Setor Comercial, Sinop, MT. CEP 78.550-000, neste ato representado por seu Sócio Administrador Sr. Emerson de Oliveira Costa, portador do RG 1537110-7 SEJUSP/MT, e do CPF n° 999.090.571-15, residente e domiciliado no mesmo endereço acima, n nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 048/2015 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E UNIFORMES COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 048/2015.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do objeto licitado registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITENS: IMPACTO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA

CNPJ n° 08.952.092/0001-11

ITENS:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	MARCA	QTDADE	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	1-18-0085	BABY LOOK GOLA V, CORES VARIADAS, TAMANHO GG.	UN	IMPACTO	100,00	12,40	1.240,00
2	1-18-0082	BABY LOOK GOLA V, CORES VARIADAS, TAMANHO ,M	UN	IMPACTO	100,00	11,95	1.195,00
3	1-18-0081	BABY LOOK GOLA V, CORES VARIADAS, TAMANHO P	UN	IMPACTO	100,00	11,85	1.185,00
4	1-18-0086	BABY LOOK GOLA V, CORES VARIADAS, TAMANHO,EGG.	UN	IMPACTO	50,00	12,00	600,00
5	1-18-0083	BABY LOOK GOLA V, CORES VARIADAS, TAMANHO,G	UN	IMPACTO	100,00	11,35	1.135,00
9	1-18-0075	CAMISETA CORES VARIADAS MANGA CURTA EM MALHA PV EST,TAM.G	UN	IMPACTO	40,00	12,49	499,60
10	1-18-0076	CAMISETA CORES VARIADAS MANGA CURTA EM MALHA PV TAM G	UN	IMPACTO	40,00	12,10	484,00
11	1-18-0077	CAMISETA CORES VARIADAS MANGA CURTA EM MALHA PV TAM GG	UN	IMPACTO	40,00	12,20	488,00
12	1-18-0074	CAMISETA CORES VARIADAS MANGA CURTA EM MALHA PV TAM P.	UN	IMPACTO	40,00	11,90	476,00
13	1-18-0078	CAMISETA CORES VARIADAS MANGA CURTA EM MALHA PV TAM. EGG	UN	IMPACTO	80,00	12,00	960,00
18	1-18-0121	CAMISETA G/ V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN BOLSA FAMILIA TAM. G	UN	IMPACTO	10,00	12,00	120,00
20	1-18-0119	CAMISETA G/ V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN BOLSA FAMILIA TAM. P	UN	IMPACTO	15,00	10,00	150,00
25	1-18-0112	CAMISETA G/ V MALHA FRIA PV C/SLOGAN DOS PROJETOS DA SECRETA	UN	IMPACTO	50,00	12,49	624,50
26	1-18-0113	CAMISETA G/V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN DOS PROJETOS DA SECR	UN	IMPACTO	50,00	10,49	524,50
30	1-18-0098	CAMISETA GOLA V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN CORES VARIADA TAM GG	UN	IMPACTO	12,00	12,49	149,88
36	1-18-0107	CAMISETA GOLA V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN CORES VARIADASTAM XG	UN	IMPACTO	37,00	12,00	444,00
40	1-18-0108	CAMISETA GOLA V MALHA FRIA PV C/SLOGAN CORES VARIADASTAM XGG	UN	IMPACTO	26,00	11,75	305,50
42	1-18-0131	CAMISETA M/C GOLA E DETALHES NA MANGAS RB AZUL ROYA TAM ESP	UN	IMPACTO	15,00	12,80	192,00
44	1-18-0001	CAMISETA MANGA CURTA GOLA OLIMPICA CAMUFLADA EM MALHA COM SI	UN	IMPACTO	20,00	21,49	429,80
45	1-18-0003	CAMISETA MANGA CURTA GOLA OLIMPICA CAMUFLADA EM MALHA T GG	UN	IMPACTO	15,00	19,90	298,50
51	1-18-0051	CAMISETA MANGA LONGA GOLA OLIMPICA CAMUFLADA EM MALHA COM SI	UN	IMPACTO	15,00	21,49	322,35
52	1-18-0007	CAMISETA MANGA LONGA GOLA OLIMPICA CAMUFLADA EM MALHA T GG	UN	IMPACTO	50,00	20,90	1.045,00
53	1-18-0004	CAMISETA MANGA LONGA GOLA OLIMPICA CAMUFLADA EM MALHA T P	UN	IMPACTO	20,00	20,90	418,00
54	1-18-0036	JALECO MANGA CURTA EM TECIDO MICROFIBRA DE GABARDINE T G	UN	IMPACTO	20,00	29,00	580,00
55	1-18-0037	JALECO MANGA CURTA EM TECIDO MICROFIBRA DE GABARDINE T GG	UN	IMPACTO	10,00	29,50	295,00
56	1-18-0035	JALECO MANGA CURTA EM TECIDO MICROFIBRA DE GABARDINE T M	UN	IMPACTO	10,00	29,50	295,00
57	1-18-0034	JALECO MANGA CURTA EM TECIDO MICROFIBRA DE GABARDINE T P	UN	IMPACTO	20,00	29,50	590,00
							15.046,63

Valor total do fornecedor R$ 15.046,63 (quinze mil quarenta e seis reais e sessenta e três centavos)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada, conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.11. A empresa detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço.

5.12. O atraso na entrega, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

5.13. A elaboração, edição, desenvolvimento da arte gráfica será de responsabilidade da contratada.

5.14. A pintura/gravação das artes deverá ser utilizando-se o método de silk screen, visando maior durabilidade do produto.

5.15. O tecido utilizado deverá ser: Malha PV (malha fria) composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1 e com as características Anti-pilling (não formação de bolinhas)

15.16. Os produtos deverão ser entregues na sede da prefeitura sem custos adicionais (frete).

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, indicado no item 10 do Termo de Referência.

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias pós a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de Nota Fiscal Eletrônica de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

06.- SECRETARIA DE SAÚDE

01- ADMNISTRAÇÃO GERAL DA SAÚDE

2063. – MANUTENÇÃO E ENCARGOS ATIVIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE

339030.000000-1003-0146 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PROPRIOS

2014.- MANUT. E ADMINISTRAÇÃO -EDUCAÇÃO- REC. PROPRIOS

339039.000000- 1001-0082- MATERIAL DE CONSUMO-

07. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001. - ADM. FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

2035- MANUTENÇÃO/ ATIVIDADES DA SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL

339030.000000-1000-0275- MATERIAL DE CONSUMO

03. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001. – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIADM.

2022- MANUTENÇÃO E ADM DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM

339030.00000-0044- MATERIAL DE CONSUMO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 048/2015, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT.

IIII. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

Apiacás - MT, 30 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

IMPACTO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA

CNPJ n° 08.952..092/0001-11

CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 037/2015

PREGÃO PRESENCIAL N° 048/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº **062/2015**

O Município de Apiacás, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. Adalto José Zago - Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR, **residente à rua das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT.,** denominado simplesmente CONTRATANTE, RESOLVE registrar os preços da empresa MICHELLE FRAILLE BENITEZ PEREIRA-MEI, CNPJ n° 20.401.420/0001-97, situada na Rua São Paulo n° 206, Bairro Bom Jesus – Apiacás- MT. CEP 78.595-000, neste ato representado pela proprietária Sra. Michelle Fraille Benitez Pereira, portadora do RG 1770946-6 SSP/MT, e do CPF n° 012.590.271-98, residente e domiciliado no mesmo endereço acima, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 048/2015 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E UNIFORMES COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 048/2015.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do objeto licitado registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR - MICHELLE FRAILLE BENITEZ PEREIRA-MEI

CNPJ n° 20.401.420/0001-97

ITENS:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	MARCA	QTDADE	VLR UNIT	VLR TOTAL

7	1-18-0123	CAMISETA BABY LOOK GOLA V TAM:P	UN	MÃOS DE FADA	6,00	12,30	73,80
8	1-18-0122	CAMISETA BABY LOOK GOLA POLO TAM,P	UN	MÃOS DE FADA	4,00	12,49	49,96
14	1-18-0071	CAMISETA CORES VARIADAS, C/ RECORTES COLORIDOS, MALHA PV TAM	UN	MÃOS DE FADA	40,00	8,99	359,60
15	1-18-0072	CAMISETA CORES VARIADAS, C/ RECORTES COLORIDOS, MALHA TAM. GG	UN	MÃOS DE FADA	40,00	8,89	355,60
16	1-18-0069	CAMISETA CORES VARIADAS,C/ RECORTES COLORIDO MALHA PV TAM. P	UN	MÃOS DE FADA	40,00	8,99	359,60
17	1-18-0070	CAMISETA CORES VARIADAS.C/RECORTES COLORIDOS MALHA PV TAM. M	UN	MÃOS DE FADA	40,00	8,99	359,60
19	1-18-0120	CAMISETA G/ V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN BOLSA FAMILIA TAM. M	UN	MÃOS DE FADA	15,00	12,49	187,35
21	1-18-0115	CAMISETA G/ V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN CRAS 3º IDADE SCFV ,P	UN	MÃOS DE FADA	115,00	8,99	1.033,85
22	1-18-0116	CAMISETA G/ V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN CRAS 3º IDADE SCFV ,TG	UN	MÃOS DE FADA	95,00	8,99	854,05
23	1-18-0114	CAMISETA G/ V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN CRAS 3º IDADE SCFV TAM	UN	MÃOS DE FADA	70,00	9,45	661,50
24	1-18-0118	CAMISETA G/ V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN CRAS 3º IDADE SCFV,TGG	UN	MÃOS DE FADA	40,00	9,99	399,60
27	1-18-0092	CAMISETA GOLA V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN CORES VARIADA TAM 10	UN	MÃOS DE FADA	8,00	10,49	83,92
28	1-18-0093	CAMISETA GOLA V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN CORES VARIADA TAM 14	UN	MÃOS DE FADA	88,00	9,45	831,60
29	1-18-0094	CAMISETA GOLA V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN CORES VARIADA TAM 16	UN	MÃOS DE FADA	28,00	9,49	265,72
31	1-18-0095	CAMISETA GOLA V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN CORES VARIADA TAM P	UN	MÃOS DE FADA	525,00	8,99	4.719,75
32	1-18-0090	CAMISETA GOLA V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN CORES VARIADAS TAM 6	UN	MÃOS DE FADA	20,00	10,45	209,00
33	1-18-0091	CAMISETA GOLA V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN CORES VARIADAS TAM 8	UN	MÃOS DE FADA	20,00	11,45	229,00
34	1-18-0097	CAMISETA GOLA V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN CORES VARIADAS TAM G	UN	MÃOS DE FADA	95,00	9,99	949,05
35	1-18-0096	CAMISETA GOLA V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN CORES VARIADAS TAM M	UN	MÃOS DE FADA	450,00	8,99	4.045,50
37	1-18-0110	CAMISETA GOLA V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN DOS PROJETOS DA SEC	UN	MÃOS DE FADA	300,00	8,99	2.697,00
38	1-18-0111	CAMISETA GOLA V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN DOS PROJETOS DA SEC.	UN	MÃOS DE FADA	50,00	10,45	522,50
39	1-18-0109	CAMISETA GOLA V MALHA FRIA PV C/ SLOGAN DOS PROJETOS DA SECR	UN	MÃOS DE FADA	450,00	9,00	4.050,00
41	1-18-0079	CAMISETA M/ CURTA GOLA V EM MALHA FRIA NA COR BRANCO TAM G	UN	MÃOS DE FADA	150,00	9,00	1.350,00
43	1-18-0080	CAMISETA M/CURTA GOLA V EM MALHA FRIA NA COR BRANCO TAM,XXGG	UN	MÃOS DE FADA	150,00	10,45	1.567,50
47	1-18-0058	CAMISETA MANGA CURTA GOLA V EM MALHA FRIA NA COR BRANCO COM	UN	MÃOS DE FADA	150,00	9,99	1.498,50
48	1-18-0023	CAMISETA MANGA CURTA GOLA V EM MALHA FRIA NA COR BRANCO T GG	UN	MÃOS DE FADA	150,00	9,99	1.498,50
49	1-18-0009	CAMISETA MANGA CURTA GOLA V EM MALHA FRIA NA COR BRANCO T M	UN	MÃOS DE FADA	150,00	10,00	1.500,00
50	1-18-0008	CAMISETA MANGA CURTA GOLA V EM MALHA FRIA NA COR BRANCO T P	UN	MÃOS DE FADA	150,00	10,00	1.500,00
58	1-18-0030	JALECO MANGA LONGA EM TECIDO MICROFIBRA DE GABARDINE COR BRA	UN	MÃOS DE FADA	20,00	35,00	700,00
59	1-18-0032	JALECO MANGA LONGA EM TECIDO MICROFIBRA DE GABARDINE T G	UN	MÃOS DE FADA	20,00	38,00	760,00
60	1-18-0033	JALECO MANGA LONGA EM TECIDO MICROFIBRA DE GABARDINE T GG	UN	MÃOS DE FADA	10,00	38,70	387,00
61	1-18-0133	JAQUETA EM BRIM COR CAQUI MODELO UNISEX TRADICIONAL TAM G	UN	MÃOS DE FADA	15,00	54,99	824,85
62	1-18-0135	JAQUETA EM BRIM COR CAQUI MODELO UNISEX TRADICIONAL TAM GG	UN	MÃOS DE FADA	15,00	54,99	824,85
63	1-18-0134	JAQUETA EM BRIM COR CAQUI MODELO UNISEX TRADICIONAL TAM M	UN	MÃOS DE FADA	15,00	54,99	824,85
							36.533,60

Valor total do fornecedor R$ **36.533,60 (trinta e seis mil quinhentos e trinta e tres reais e sessenta centavos).**

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada, conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.11. A empresa detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço.

5.12. O atraso na entrega, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

5.13. A elaboração, edição, desenvolvimento da arte gráfica será de responsabilidade da contratada.

5.14. A pintura/gravação das artes deverá ser utilizando-se o método de silk screen, visando maior durabilidade do produto.

5.15. O tecido utilizado deverá ser: Malha PV (malha fria) composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1 e com as características Anti-pilling (não formação de bolinhas)

15.16. Os produtos deverão ser entregues na sede da prefeitura sem custos adicionais (frete).

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, indicado no item 10 do Termo de Referência.

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias pós a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de Nota Fiscal Eletrônica de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

06.- SECRETARIA DE SAÚDE

01- ADMNISTRAÇÃO GERAL DA SAÚDE

2063. – MANUTENÇÃO E ENCARGOS ATIVIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE

339030.000000-1003-0146 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PROPRIOS

2014.- MANUT. E ADMINISTRAÇÃO -EDUCAÇÃO- REC. PROPRIOS

339039.000000- 1001-0082- MATERIAL DE CONSUMO-

07. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001. - ADM. FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

2035- MANUTENÇÃO/ ATIVIDADES DA SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL

339030.000000-1000-0275- MATERIAL DE CONSUMO

03. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001. – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIADM.

2022- MANUTENÇÃO E ADM DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM

339030.00000-0044- MATERIAL DE CONSUMO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 048/2015, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT.

IIII. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

Apiacás - MT, 30 de novembro de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

MICHELLE FRAILLE BENITEZ PEREIRA-MEI

CNPJ n° 20.401.420/0001-97

CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 037/2015

PREGÃO PRESENCIAL N° 048/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº **062/2015**

O Município de Apiacás, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. Adalto José Zago - Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR, **residente à rua das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT.,** denominado simplesmente CONTRATANTE, RESOLVE registrar os preços da empresa S.M. GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA, CNPJ n° 08.711.005/0001-34, situada na Avenida Miguel Sutil, n° 14.230, Quadra 09, Lote 05, Bairro Coophamil, Cuiabá-MT., CEP 78.015-100, neste ato representado pela Sócia Administradora Sra. Sandra Mara Giustti de Arruda, portadora do RG 2401923-2 SEJSP/MT, e do CPF n° 046.780.451-63, residente e domiciliado NA Rua Minas Gerais, n° 22, Bairro Nova Várzea Grande, Várzea Grande-MT., CEP-78.135-690, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 048/2015 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E UNIFORMES COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 048/2015.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do objeto licitado registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR - S.M. GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA

CNPJ n° 08.711.005/0001-34

ITENS:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	MARCA	QTDADE	VLR UNIT	VLR TOTAL
6	1-18-0024	BONE COR ESCURA C/O SLOGAN CRAS CREAS BOLSA FAMILIA PROJOVEM	UN	STILLUS	300,00	16,50	4.950,00
46	1-18-0002	CAMISETA MANGA CURTA GOLA OLIMPICA CAMUFLADA EM MALHA T M	UN	STILLUS	50,00	12,50	625,00
							5.575,00

Valor total do fornecedor **R$ 5.575,00 (cinco mil quinhentos e setenta e cinco reais).**

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada, conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.11. A empresa detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço.

5.12. O atraso na entrega, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

5.13. A elaboração, edição, desenvolvimento da arte gráfica será de responsabilidade da contratada.

5.14. A pintura/gravação das artes deverá ser utilizando-se o método de silk screen, visando maior durabilidade do produto.

5.15. O tecido utilizado deverá ser: Malha PV (malha fria) composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1 e com as características Anti-pilling (não formação de bolinhas)

15.16. Os produtos deverão ser entregues na sede da prefeitura sem custos adicionais (frete).

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, indicado no item 10 do Termo de Referência.

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias pós a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de Nota Fiscal Eletrônica de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

06.- SECRETARIA DE SAÚDE

01- ADMNISTRAÇÃO GERAL DA SAÚDE

2063. – MANUTENÇÃO E ENCARGOS ATIVIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE

339030.000000-1003-0146 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PROPRIOS

2014.- MANUT. E ADMINISTRAÇÃO -EDUCAÇÃO- REC. PROPRIOS

339039.000000- 1001-0082- MATERIAL DE CONSUMO-

07. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001. - ADM. FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

2035- MANUTENÇÃO/ ATIVIDADES DA SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL

339030.000000-1000-0275- MATERIAL DE CONSUMO

03. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001. – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIADM.

2022- MANUTENÇÃO E ADM DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM

339030.00000-0044- MATERIAL DE CONSUMO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 048/2015, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT.

IIII. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

Apiacás - MT, 30 de novembro de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

S.M. GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA

CNPJ n° 08.711.005/0001-34

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2015

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2015

A **Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT** Torna Público aos interessados o **Resultado da Licitação** realizada na Modalidade de **Pregão Presencial** N.º **011/2015** para Registro de Preços, tendo como objetivo: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUAIANA - MT.** Em Abertura realizada no dia **24/11/2015** às **08:00**. Empresa Vencedora: **GERALDO TOMAS PIAU - ME, 30 de novembro de 2015. Márcia Cristina Fernandes Corrêa -** Pregoeira de Licitação.

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA – MT

EXTRATO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA,** torna público para conhecimento de interessados, que, encontra-se aberta Licitação na Modalidade **Pregão Presencial de Registro de Preço**, do tipo **Menor Preço Por Item**, para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUAIANA - MT.**A Abertura será no dia **10/12/2015,** às **08:00** horas, à Avenida Presidente Vargas, N.º 643, Centro. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado no horário de 08:00 às 12:00 horas, ou pelo Fone: (66) 3499-1108. Márcia Cristina Fernandes Corrêa Pregoeira de Licitação – Araguaiana – MT, 30 de Novembro de 2015.

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2015

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2015

A **Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT** Torna Público aos interessados o **Resultado da Licitação** realizada na Modalidade de **Pregão Presencial** N.º **010/2015** para Registro de Preços, tendo como objetivo: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** Em Abertura realizada no dia **17/11/2015** às **08:00**. Empresas Vencedoras: **R C EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA – ME e OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELLI – ME. Araguaiana – MT, 30 de novembro de 2015. Márcia Cristina Fernandes Corrêa -** Pregoeira de Licitação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL 688/2015 ARAGUAIANA, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

"Dispõe sobre a desapropriação de uma área de 10.000 m² localizada no bairro "Jardim Saveco", mediante interesse público, no Município de Araguaiana – MT, e dá outras providencias*"*

O Exmº **Sr. JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Município de Araguaiana - MT autorizado a adquirir por desapropriação amigável ou judicial, ou ainda por compra e venda, pelo preço total nunca superior a R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), área de terreno com 10.000m² (dez mil metros quadrados), localizada na divisa nos limites do Jardim Saveco com a propriedade da Sra. Izailda Vieira da Silva, neste Município, conforme memorial anexo.

Art. 2º - A área cuja aquisição é autorizada pela presente Lei, visa atender às necessidades do Município, tendo em vista a necessidade de loteamento, expansão do sistema de abastecimento de água e energia elétrica e infraestrutura urbana e que necessita com urgência de melhoria das vias pública.

Art. 3º - O pagamento da importância mencionada no artigo 1º desta Lei será efetivado no ato da assinatura da escritura pública de desapropriação amigável ou quando do ingresso da ação judicial competente, se for o caso.

Art. 4º - O valor estabelecido no artigo 1º desta Lei encontra-se dentro do valor de mercado e no patamar da avaliação elaborada pelo setor de Terras e Tributos deste Município.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aquisição e da escrituração da área desapropriada correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, podendo o Chefe do Poder Executivo suplementá-las caso necessário, observando-se para esse fim o disposto no artigo 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Araguaiana, 30 de novembro de 2015.

JOSÉ MARRA NERY

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI Nº 1.181/2015

LEI Nº 1.181/2015

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANISTIAR OS VALORES CORRESPONDENTES AOS JUROS, MULTA E CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA E DEMAIS EM ATRASOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO CESAR ALVES DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O poder executivo municipal fica autorizado a anistiar em 100% (cem por cento) os valores referentes à multa, juros e correção monetária para o pagamento dos débitos inscritos em dívida ativa demais em atraso oriundos de IPTU, alvarás, multas, receitas diversas e faturas de consumo de água, conforme disposto no artigo 371 do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único – A anistia mencionada no *caput* estender-se-á da data de publicação desta Lei até o dia 28/12/2015.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezenove (19) dias do mês de Novembro (11) do ano de dois mil e quinze (2015).

PAULO CESAR ALVES DE ARAÚJO

Prefeito Municipal em exercício

PREVIARA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA N.º 110/2015 - PRE - CONCESSÃO DE BENÉFICO DE PENSÃO POR MORTE

Portaria n.º 110/2015 - PRE

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte em favor do Sr. APARECIDO GONÇALVES".

A Diretora Executiva do PREVIARA, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais nos termos Art. 40, § 7º, inciso "II", da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 41, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 53, § 5º da Lei Municipal Complementar nº 135/1992, de 08 de Maio de 1992, Art. 28, inciso "II", da Lei Municipal nº. 636/2005, de 03 de junho de 2005.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **pensão por morte** ao **Sr. APARECIDO GONÇALVES**, portador do RG. de nº. 244.832 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 161.774.601-00, e da Cédula Eleitoral de n.º 022233451880, Zona "041", Seção "0045", esposo da servidora **Sra. MARLENE DUTRA GONÇALVES**, portadora do RG n.º 0086589-3 SSP/MT e inscrito no CPF n.º 178.901.951-68, e da Cédula Eleitoral de n.º 022239141864, Zona "041", Seção "0049", servidora efetiva no cargo de **Professora, Classe "A", Nível "03", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com 100% (cem por cento) dos proventos de forma integral e vitalícia,** conforme o processo do PREVIARA n.º 001/2015-PRE, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de Setembro de 2015, data do óbito da servidora.

Registre, publique e cumpra-se.

Araputanga – MT, 30 de novembro de 2015.

Mariony Soares de Oliveira

Diretora Executiva

HOMOLOGO: ***Paulo Cesar Alves de Araújo***

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EXTRATO DE PUBL. RUAS CENTRO HISTÓRICO E RUA PRESIDENTE VARGAS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS, CNPJ Nº 24.977.654/0001-38, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU JUNTO A SEMA – SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, A LICENÇA PREVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LP) E(LI), REFERENTE A RECAPEAMENTO E CONSERVAÇÃO DE RUAS NO CENTRO HISTÓRICO NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS, CNPJ Nº 24.977.654/0001-38, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU JUNTO A SEMA – SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, A LICENÇA PREVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LP) E(LI), REFERENTE A RECAPEAMENTO E CONSERVAÇÃO DA AVENIDA PRESIDENTE VARGAS NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 214/2015

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANÃ; CONTRATADA: SEMACON INSTALADORA DE REDES ELÉTRICAS LTDA; REFERENTE À AQUISICAO DE MATERIAIS PARA DECORACAO NATALINA, MATERIAIS GRAFICOS, CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA CONSTRUCAO DE TABLADO EM MADEIRA, SONORIZAÇÃO DE PALCO E DE IMPLANTACAO DE ILUMINACAO NATALINA NA PRAÇA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, INCLUINDO MAO DE OBRA, MANUTENCAO E MATERIAIS NECESSÁRIOS CONFORME PROJETO "BRILHOS DE NATAL", NESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; DATA VIGÊNCIA: 26/11/2015 À 24/03/2016; VALOR GLOBAL: R$ 30. 000,00; PREGÃO PRESENCIAL Nº. 107/2015.

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 101/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Registro de Preço que trata o Edital nº. 101/2015, levado a efeito às **08h00min** do dia **10/11/2015**, sagrou-se vencedoras as empresas: **ANDERSON MORAES DOS SANTOS-MEI, BIG CAR SOM E ACESSORIOS LTDA-ME, FR BORTOLOTO EIRELI-ME, J. P. DOS SANTOS-ME, M. ANTONIO DE OLIVEIRA COMERCIO-EPP, N. DESTEFANI-ME, PAULO GIOVANI CONSTA34969500215, ROGERIO VARGAS KAIPPER-ME, SILA MARIANO PEDRO 55103014149 e SILVEIRA ELETRODIESEL LTDA-ME.**

Aripuanã – MT, 30 de Novembro de 2015.

Ana Cristina da Silva Cappellesso

Pregoeira

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2015

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 101/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **Trinta dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quinze**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EDNILSON LUIZ FAITTA**, no exercicio de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **ANDERSON DE MORAES DOS SANTOS 03614851150,** inscrita no **CNPJ (MF) Nº. 14. 651.819/0001-23,** com sede na Rua 31 de março, nº 266 – Bairro: Cidade Alta, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000, Telefone: (066) 8134-3884, representada pelo **Srº. Adão Ivoir Gomes**, portador do **RG Nº 609.438 SSP/RO** e **CPF Nº. 611.904.382-9,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3931/2001, dos Decretos Municipais 1392/2008, Decreto nº. 1729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO SERVIÇO – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR TOTAL
01	671858	SERVICO DE ALTERNADOR (HORA)	UN	90	2285	205650
02	671854	SERVICO DE LIMPEZA E CONSERTO DE RADIADOR (HORA)	UN	129	2183	281607
03	671857	SERVICO DE MOTOR DE PARTIDA (HORA)	UN	74	2262	167388
04	671855	SERVICO DE SOCORRO ATE 15KM (HORA)	UN	129	2300	296700

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Publica, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta.

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos serviços fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 30 de Novembro de 2015.

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

ANDERSON DE MORAES DOS SANTOS 03614851150

CNPJ (MF) nº 14.651.819/0001-23

Adão Ivoir Gomes

CPF nº. 611.904.382-9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2015

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 101/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **Trinta dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quinze**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EDNILSON LUIZ FAITTA**, no exercicio de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **BIG CAR SOM E ACESSORIOS LTDA ME,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **09.667. 228/0001-04**, com sede Avenida Osmar Demeneck Nº 750 Bairro: Setor Industrial, cidade de Aripuanã Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78325-000, representada pela Sr**. Clodoaldo Martins** RG n**º 867.412 SSP/MT** e CPF n**º 593.725.751-00,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3931/2001, dos Decretos Municipais 1392/2008, Decreto nº. 1729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO SERVIÇO – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR TOTAL
01	671416	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS (COM CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS) SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO.	HORAS	20	4120	82400
02	671532	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS (COM CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS) SENDO: RECUPERACAO DE DIFERENCIAL.	HORAS	21	4167	87507
03	671531	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS (COM CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS) SENDO: RECUPERACAO DE MOTOR.	HORAS	21	4519	94899
04	671546	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS (COM CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS) SENDO: SUSPENSAO DIANTEIRA E TRASEIRA, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DE	HORAS	75	6080	456000
05	671533	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS CAPACIDADE 48 E 66 LUGARES E MICRO ONIBUS CAPACIDADE 28 LUGARES) SENDO: RECUPERACAO DE MOTOR.	HORAS	71	1570	111470
06	671537	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO AMBULANCIA, SENDO: RECUPERACAO DE MOTOR.	HORAS	80	2800	224000
07	671540	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO CAMINHOES, SENDO: RECUPERACAO DE MOTOR.	HORAS	90	1050	94500
08	672327	SERVICO DE CUBO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	54	1607	86778
09	672306	SERVICO DE ESCAPAMENTO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	90	1556	140040
10	672354	SERVICO DE TROCAR COXIM DE MOTOR DIANT.,PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	48	1764	84672
11	672355	SERVICO DE TROCAR COXIM MOTOR TRAS.,PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	85	759	64515

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Publica, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta.

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos serviços fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 30 de Novembro de 2015.

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

BIG CAR SOM E ACESSORIOS LTDA ME

CNPJ (MF) nº 09.667.228/0001-04

Clodoaldo Martins

CPF nº. 593.725.751-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2015

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 101/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **Trinta dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quinze**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EDNILSON LUIZ FAITTA**, no exercicio de suas atribuições legais e regu-

lamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **F R BORTOLOTO EIRELI ME,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **19.065.389/0001-81**, com sede Rua Lírio Denardi Nº 645 Bairro: Centro, cidade de Aripuanã Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78325-000, Telefone: (066) 3565-2195, representada pela Sr**. Fabrício Ricardo Bortoloto** RGnº **59334948 SESP/PR** e CPF nº **822.807.621-53,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3931/2001, dos Decretos Municipais 1392/2008, Decreto nº. 1729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO SERVIÇO – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR TOTAL
1	671536	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS (COM CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS) SENDO: RECUPERACAO DE CAIXA E SISTEMA DE TRACAO.	HORA	69	4170	287730
2	671421	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO AMBULANCIA, SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO.	HORAS	24	2900	69600
3	671538	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO AMBULANCIA, SENDO: RECUPERACAO DE DIFERENCIAL.	HORAS	79	2300	181700
4	671548	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO AMBULANCIA, SENDO: SUSPENSAO DIANTEIRA E TRASEIRA, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DE VALVULAS, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS,	HORAS	79	4000	316000
5	671541	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO CAMINHOES, SENDO: RECUPERACAO DE DIFERENCIAL.	HORAS	88	1050	92400
6	671979	PRESTACAO DE SERVICO DE RETIFICA EM MOTORES PARA MANUTENCAO DE VEICULOS TIPO: UTILITARIO, CAMINHOES, ONIBUS, MICROONIBUS E MAQUINAS PESADAS, SENDO: RETIFICAR, POLIR VIRABREQUIM, BRUNIR CILINDRO, ENCAMISAR CILINDRO, PLAINAR FACE DO BLOCO, MANDRILHAR	HORA	129	4895	631455
7	671559	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO EM FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA PARA VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS (COM CAPACIDADE DE ATE 05 OCUPANTES). COMPREENDE A RECUPERACAO DE PARTES MAVEIS E FIXAS DANIFICADAS, OBJETIVANDO AS CARACTERISTICAS ORIGINAIS	HORAS	130	3436	446680
8	672326	SERVICO DE ARQUIAMENTO DE MOLEJO TRASEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	125	1338	167250
9	672312	SERVICO DE MOLEJO DIANTEIRO PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	127	787	99949
10	672428	SERVICO DE TIRANTE, PARA VEICULO TIPO - CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	129	70	9030
11	672356	SERVICO DE TROCAR CRUZETA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	48	1800	86400

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Publica, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta.

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos serviços fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 30 de Novembro de 2015.

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

F R BORTOLOTO EIRELI ME

CNPJ (MF) nº 19.065.389/0001-81

Fabrício Ricardo Bortoloto

CPF nº. 822.807.621-53

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2015

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 101/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **Trinta dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quinze**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EDNILSON LUIZ FAITTA**, no exercicio de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **J P DOS SANTOS ME,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **09.178.255/0001-13**, com sede na Avenida Dardanellos, Nº 82, Bairro: Vila Operaria, cidade de Aripuanã Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78325-000, representada pela Srº **Jozair Padilha dos Santos** RGnº 0684859-1 **SSP/MT** e CPF nº **458.634.151-34,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3931/2001, dos Decretos Municipais 1392/2008, Decreto nº. 1729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO SERVIÇO – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR TOTAL
01	671567	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO EM FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA PARA VEICULOS DE LINHA PESADA (MAQUINARIOS E CAMINHOES), COMPREENDE A RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS DANIFICADAS, OBJETIVANDO AS CARACTERISTICAS ORIGINAIS DO VEICULO .	HORAS	105	3200	336000
02	671566	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO EM FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA PARA VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS COM CAPACIDADE DE 48 E 66 LUGARES E MICRO ONIBUS CAPACIDADE 28 LUGARES), COMPREENDE A RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS DANIFICADAS,	HORAS	105	3400	357000
03	672367	SERVICO PARA-CHOQUE,PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, E CAMINHAO.	HORAS	59,9	624	37377,6
04	672370	SOLDA E SERVICO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	98	1947	190806

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Publica, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta.

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos serviços fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 30 de Novembro de 2015.

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

J P DOS SANTOS ME

CNPJ (MF) nº 09.178.255/0001-13

Jozair Padilha dos Santos

CPF nº. 458.634.151-34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2015

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 101/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **Trinta dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quinze**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente

CONTRATANTE, neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EDNILSON LUIZ FAITTA**, no exercicio de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **M. ANTONIO DE OLIVEIRA COMERCIO EPP,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **02.393.991/0001-45**, com sede Rod. Ar 1, Nº 270, KM 01 Bairro: Setor Industrial, cidade de Aripuanã Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78325-000, representada pela Srº **Marcos Antonio de Oliveira** RGnº **0521728-8 SSP/MT** e CPF nº **362.318.781-04,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3931/2001, dos Decretos Municipais 1392/2008, Decreto nº. 1729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO SERVIÇO – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR TOTAL
01	671535	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS CAPACIDADE 48 E 66 LUGARES E MICRO ONIBUS CAPACIDADE 28 LUGARES) SENDO: RECUPERACAO DE CAIXA E SISTEMA DE TRACAO.	HORAS	89	170	15130
02	671419	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS CAPACIDADE 48 E 66 LUGARES E MICRO ONIBUS CAPACIDADE 28 LUGARES) SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO.	HORAS	48	2470	118560
03	671534	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS CAPACIDADE 48 E 66 LUGARES E MICRO ONIBUS CAPACIDADE 28 LUGARES) SENDO: RECUPERACAO DE DIFERENCIAL.	HORAS	79	170	13430
04	671539	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO AMBULANCIA, SENDO: RECUPERACAO DE CAIXA E SISTEMA DE TRACAO.	HORAS	89	2500	222500
05	671542	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO CAMINHOES, SENDO: RECUPERACAO DE CAIXA E SISTEMA DE TRACAO.	HORAS	97	950	92150
06	671422	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO CAMINHOES, SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO.	HORAS	40	1020	40800
07	680645	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS MEDIA E PESADAS DE TRANSPORTE ESCOLAR, INCLUINDO TODA MAO DE OBRA NECESSARIA E SERVICOS AGREGADOS PARA	HORA	100	3097	309700
08	680644	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS MEDIA E PESADAS DE TRANSPORTE ESCOLAR, INCLUINDO TODA MAO DE OBRA NECESSARIA E SERVICOS AGREGADOS PARA	HORA	100	3495	349500
09	680646	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS MEDIA E PESADAS DE TRANSPORTE ESCOLAR, INCLUINDO TODA MAO DE OBRA NECESSARIA E SERVICOS AGREGADOS PARA	HORA	100	3193	319300
10	672325	SERVICO DE ARQUIAMENTO DE MOLEJO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	123	1327	163221
11	672302	SERVICO DE CARDAM PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	100	1557	155700
12	672335	SERVICO DE EMBUCHAMENTO MOLEJO TRASEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	125	440	55000
13	672314	SERVICO DE PEITO DE ACO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	126	1745	219870
14	672344	SERVICO DE SUPORTE DE MOLA DIANTEIRA , PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	128	430	55040
15	672346	SERVICO DE TANQUE, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	50	1400	70000
16	672358	SERVICO DE TROCAR FLEXIVEL, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	19	757	14383
17	672318	SERVICO DE TROCAR PASTILHA DE FREIO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	39	1613	62907
18	672363	SERVICO DE TROCAR ROLAMENTO CENTRAL, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	60	1777	106620

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Publica, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta.

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos serviços fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 30 de Novembro de 2015.

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

M. ANTONIO DE OLIVEIRA COMERCIO EPP

CNPJ (MF) nº 02.393.991/0001-45

Marcos Antonio de Oliveira

CPF nº. 362.318.781-04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2015

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 101/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **Trinta dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quinze**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EDNILSON LUIZ FAITTA**, no exercicio de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **N. DESTEFANI,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **13.642.713/0001-09**, com sede Avenida 10 de Janeiro s/nº Comunidade de Conselvan cidade de Aripuanã Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78325-000, representada pela Srª **Nair Destefani** RGnº **8. 251.125-3 SSP/PR** e CPF nº **006.161.219-70,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3931/2001, dos Decretos Municipais 1392/2008, Decreto nº. 1729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO SERVIÇO – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR TOTAL
01	672454	SERVICO DE TORNO EIXO "S", PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	85	270	22950
02	672435	SERVICO DE ALINHAR EIXO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	90	280	25200
03	672478	SERVICO DE ALTERNADOR, PARA VEICULOS TIPO - LINHA PESADA, ONIBUS, MICRO-ONIBUS, UTILITARIO (CAMIONETE) E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	84	773	64932
04	672436	SERVICO DE ARQUIAMENTO DE MOLEJO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	100	748	74800
05	672437	SERVICO DE ARQUIAMENTO DE MOLEJO TRASEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	129	753	97137
06	672415	SERVICO DE BALANCA PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	119	633	75327
07	672434	SERVICO DE BARRA DIRECAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	50	874	43700
08	672412	SERVICO DE CARDAM PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	110	639	70290
09	672438	SERVICO DE CUBO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	80	280	22400
10	672416	SERVICO DE CUBO TRASEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	129	260	33540
11	672441	SERVICO DE CUICAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	60	278	16680
12	672442	SERVICO DE CUIQUINHA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	40	270	10800
13	672432	SERVICO DE DESMONTAR E MONTAR EIXO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	129	276	35604
14	672417	SERVICO DE EIXO "S" TRACADOS, PARA VEICULO TIPO CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	99	70	6930
15	672443	SERVICO DE EIXO "S", PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	100	240	24000
16	672444	SERVICO DE EIXO MORTO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	129	240	30960
17	672445	SERVICO DE EMBUCHAMENTO TRESEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	100	250	25000
18	672418	SERVICO DE ESCAPAMENTO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	129	288	37152
19	672471	SERVICO DE ESTABILIZADOR, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, UTILITARIO (CAMIONETE) E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	72	763	54936
20	672446	SERVICO DE FAZER ABRACADEIRA DE MOLA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO , NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	40	270	10800
21	672433	SERVICO DE FAZER PEITO DE SUPORTE, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	60	270	16200
22	672420	SERVICO DE FOLGA DE CUBO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	20	670	13400
23	672421	SERVICO DE FREIO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	98	735	72030
24	672422	SERVICO DE HASTE "V"H, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	129	240	30960
25	672476	SERVICO DE INSTALACAO ELETRICA, PARA VEICULOS TIPO - LINHA PESADA, ONIBUS, MICRO-ONIBUS, UTILITARIO (CAMIONETE) E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	125	742	92750
26	672479	SERVICO DE LIMPEZA E CONCERTO DE RADIADOR, PARA VEICULOS TIPO - LINHA PESADA, ONIBUS, MICRO-ONIBUS, UTILITARIO (CAMIONETE) E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	114	702	80028
27	672423	SERVICO DE MANGUEIRA DE AR, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	40	280	11200
28	672419	SERVICO DE MOLA,PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	128	674	86272
29	672424	SERVICO DE MOLEJO DIANTEIRO PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	128	785	100480
30	672425	SERVICO DE MOLEJO TRACADOS, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	98	240	23520
31	672477	SERVICO DE MOTOR DE PARTIDA, PARA VEICULOS TIPO - LINHA PESADA, ONIBUS, MICRO-ONIBUS, UTILITARIO (CAMIONETE) E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	84	823	69132
32	672472	SERVICO DE PARA-CHOQUE, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	99	240	23760
33	672426	SERVICO DE PEITO DE ACO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	108	287	30996
34	672447	SERVICO DE RECALCAR EIXO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	129	240	30960
35	672480	SERVICO DE RECUPERAR PECAS, PARA VEICULOS TIPO - LINHA PESADA, ONIBUS, MICRO-ONIBUS, UTILITARIO (CAMIONETE) E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	125	712	89000
36	672427	SERVICO DE REVISAR EIXO MORTO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	127	240	30480
37	672448	SERVICO DE SACAR PARAFUSO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	10	370	3700
38	672449	SERVICO DE SAPATA DO MOLEJO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	90	270	24300
39	672343	SERVICO DE SAPATA DO MOLEJO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	85	428	36380
40	672475	SERVICO DE SOLDA, PARA VEICULOS TIPO - LINHA PESADA, ONIBUS, MICRO-ONIBUS, UTILITARIO (CAMIONETE) E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	100	833	83300
41	672450	SERVICO DE SUPORTE DE MOLA DIANTEIRA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	98	250	24500
42	672451	SERVICO DE SUPORTE DE MOLA TRASEIRA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	98	250	24500

43	672452	SERVICO DE TANQUE, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	118	283	33394
44	672453	SERVICO DE TORNO, PARA VEICULOS TIPO - LINHA PESADA, ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	90	813	73170
45	672474	SERVICO DE TRAVESSA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	110	240	26400
46	672455	SERVICO DE TROCAR BUCHA DE PATIM, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	55	270	14850
47	672456	SERVICO DE TROCAR CAMPANA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	75	270	20250
48	672457	SERVICO DE TROCAR CARCACA TRACAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	129	240	30960
49	672458	SERVICO DE TROCAR CATRACA DE FREIO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	25	280	7000
50	672459	SERVICO DE TROCAR COXIM DE CABINE TRAS., PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	114	284	32376
51	672460	SERVICO DE TROCAR COXIM MOTOR DIANT., PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	59	820	48380
52	672461	SERVICO DE TROCAR COXIM MOTOR TRAS., PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	58	710	41180
53	672462	SERVICO DE TROCAR CRUZETA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	20	866	17320
54	672463	SERVICO DE TROCAR FLANGE DO PATIM, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	20	270	5400
55	672464	SERVICO DE TROCAR FLEXIVEL, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	10	1010	10100
56	672465	SERVICO DE TROCAR GRAMPO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	58	285	16530
57	672439	SERVICO DE TROCAR LONA DE FREIO/REVISAR ROLAMENTOS, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	129	481	62049
58	672440	SERVICO DE TROCAR LONA TRACADOS, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	129	240	30960
59	672466	SERVICO DE TROCAR MANCAL DE BALANCA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	120	240	28800
60	672429	SERVICO DE TROCAR PARAFUSO DE RODA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	40	248	9920
61	672430	SERVICO DE TROCAR PASTILHA DE FREIO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	60	773	46380
62	672431	SERVICO DE TROCAR REPARO DO CUICAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	70	280	19600
63	672467	SERVICO DE TROCAR RETENTOR DE CUBO TRASEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	115	250	28750
64	672468	SERVICO DE TROCAR RETENTOR DO PINHAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	114	244	27816
65	672469	SERVICO DE TROCAR ROLAMENTO CENTRAL, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, UTILITARIO (CAMIONETE) E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	90	763	68670
66	672470	SERVICO DE TROCAR TRAVA DA CABINE, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	125	240	30000
67	672473	SERVICO PNEUMATICO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	125	240	30000

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Publica, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta.

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos serviços fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 30 de Novembro de 2015.

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

N. DESTEFANI

CNPJ (MF) nº 13.642.713/0001-09

Nair Destefani

CPF nº. 006.161.219-70

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2015

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 101/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **Trinta dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quinze**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. ° 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EDNILSON LUIZ FAITTA**, no exercicio de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **PAULO GIOVANI COSTA 34969500215**, inscrita no CNPJ (MF) Nº **17.173.553/0001-49,** com sede na Rua TV B, Nº 75, Bairro: Parque Industrial, Lote 05, Quadra 15, Cidade de Aripuana Estado de Mato Grosso – CEP nº 78.325.000, representada pelo **Sr. Paulo Giovani Costa RG SSP/RO nº 339.825** e **CPF: 349.695.002-15,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3931/2001, dos Decretos Municipais 1392/2008, Decreto nº. 1729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO SERVIÇO – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR TOTAL
01	671545	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA MAQUINAS PESADAS, SENDO: RECUPERACAO DE CAIXA E SISTEMA DE TRACAO,	HORAS	95	1050	99750
02	671423	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA MAQUINAS PESADAS, SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO.	HORAS	90	1200	108000
03	671544	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA MAQUINAS PESADAS, SENDO: RECUPERACAO DE DIFERENCIAL.	HORAS	95	1150	109250
04	671543	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA MAQUINAS PESADAS, SENDO: RECUPERACAO DE MOTOR.	HORAS	100	1100	110000
05	671550	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA MAQUINAS PESADAS, SENDO:SUSPENSAO DIANTEIRA, TRASEIRA	HORAS	95	1150	109250

		E 3º EIXO, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DE VALVULAS, DIRECAO, EMBU-CHAMENTOS DIVERSOS,				

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Publica, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta.

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos serviços fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 30 de Novembro de 2015.

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

PAULO GIOVANI COSTA 34969500215

CNPJ (MF) nº 17.173.553/0001-49

Paulo Giovani Costa

CPF nº. 349.695.002-15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2015

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 101/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **Trinta dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quinze**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EDNILSON LUIZ FAITTA**, no exercicio de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **ROGERIO VARGAS KAIPPER ME,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **18.922.282/0001-40**, com sede na Avenida Tiradentes, s/nº, Bairro: Setor Industrial, cidade de Aripuanã Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78325-000, representada pela Srº **Rogério Vargas Kaipper** RGnº **950.610 SSP/MT** e CPF nº **538.036.551-53,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3931/2001, dos Decretos Municipais 1392/2008, Decreto nº. 1729/2010, Decreto nº. 7.892/ 2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO SERVIÇO – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR TOTAL
1	671549	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO CAMINHOES, SENDO: SUSPENSAO DIANTEIRA ,TRASEIRA E 3º EIXO, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DE VALVULAS, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS	HORAS	77	1300	100100
2	672324	SERVICO DE ALINHAR EIXO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	109	974	106166
3	672303	SERVICO DE BALANCA PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	129	1395	179955
4	672320	SERVICO DE DESMONTAR E MONTAR EIXO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	119	424	50456
5	672333	SERVICO DE EIXO "S" ,PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	40	444	17760
6	672305	SERVICO DE EIXO "S" TRACADOS, PARA VEICULO TIPO CAMINHAO.	HORAS	46	250	11500
7	672334	SERVICO DE EIXO MORTO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	127	370	46990
8	672321	SERVICO DE EMBUCHAMENTO DO EIXO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	125	628	78500
9	672322	SERVICO DE FAZER PEITO DE SUPORTE, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	129	626	80754
10	672310	SERVICO DE HASTE "V"H, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	129	620	79980
11	672307	SERVICO DE MOLA,PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	127	798	101346
12	672313	SERVICO DE MOLEJO TRACADOS, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	129	620	79980
13	672341	SERVICO DE RECALCAR EIXO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	129	435	56115
14	672315	SERVICO DE REVISAR EIXO MORTO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	129	620	79980
15	672342	SERVICO DE SACAR PARAFUSO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	127	480	60960
16	672345	SERVICO DE SUPORTE DE MOLA TRASEIRA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	129	480	61920
17	672316	SERVICO DE TIRANTE, PARA VEICULO TIPO - CAMINHAO.	HORAS	129	450	58050
18	672348	SERVICO DE TORNO EIXO "S", PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	90	476	42840
19	672347	SERVICO DE TORNO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	69	796	54924
20	672369	SERVICO DE TRAVESSA,PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, E CAMINHAO.	HORAS	73	624	45552
21	672352	SERVICO DE TROCAR CATRACA DE FREIO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	28	650	18200
22	672357	SERVICO DE TROCAR FLANGE DO PATIM, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	49	644	31556
23	672359	SERVICO DE TROCAR GRAMPO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	34	668	22712
24	672329	SERVICO DE TROCAR LONA TRACADOS, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	52	620	32240
25	672360	SERVICO DE TROCAR MANCAL DE BALANCA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	129	620	79980
26	672361	SERVICO DE TROCAR RETENTOR CUBO TRASEIRO,PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	39	632	24648
27	672364	SERVICO DE TROCAR TRAVA DA CABINE, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	64	624	39936
28	672365	SERVICO ESTABILIZADOR, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	57	1732	98724

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Publica, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta.

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos serviços fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 30 de Novembro de 2015.

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

ROGERIO VARGAS KAIPPER ME

CNPJ (MF) nº 18.922.282/0001-40

Rogério Vargas Kaipper

CPF nº. 362.318.781-04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2015

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 101/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **Trinta dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quinze**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EDNILSON LUIZ FAITTA**, no exercicio de suas atribuições legais e regula-

mentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **SILA MARIANO PEDRO 55103014149,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **19.881.449/0001-34**, com sede Rua 13, Nº 1175, Terreo, Bairro: Cidade Alta, Fone 066.3565-2961 cidade de Aripuanã Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78325-000, representada pela Srº **Jair Odorico Araujo** RGnº **000528717 SSP/RO** e CPF nº **457.151.732-72,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3931/2001, dos Decretos Municipais 1392/2008, Decreto nº. 1729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO SERVIÇO – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR TOTAL
01	671547	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS CAPACIDADE 48 E 66 LUGARES E MICRO ONIBUS CAPACIDADE 28 LUGARES) SENDO: SUSPENSAO DIANTEIRA, TRASEIRA E 3º EIXO,	HORAS	68	170	11560
02	672323	SERVICO DE BARRA DIRECAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	66	1776	117216
03	672304	SERVICO DE CUBO TRASEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	54	470	25380
04	672330	SERVICO DE CUICAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	54	440	23760
05	672331	SERVICO DE CUIQUINHA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	50	425	21250
06	672336	SERVICO DE FAZER ABRACADEIRA DE MOLA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	30	375	11250
07	672309	SERVICO DE FREIO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	48	1807	86736
08	671856	SERVICO DE INSTALACAO ELETRICA (HORA)	UNIDADE	100	2193	219300
09	672311	SERVICO DE MANGUEIRA DE AR, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	120	635	76200
10	672349	SERVICO DE TROCAR BUCHA DE PATIM, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	30	644	19320
11	672350	SERVICO DE TROCAR CAMPANA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	50	636	31800
12	672351	SERVICO DE TROCAR CARCACA TRACAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	80	620	49600
13	672353	SERVICO DE TROCAR COXIM DE CABINE TRAS.,PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	50	1709	85450
14	672328	SERVICO DE TROCAR LONA DE FREIO/REVISAR ROLAMENTOS, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	49	572	28028
15	672317	SERVICO DE TROCAR PARAFUSO DE RODA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	15	636	9540
16	672319	SERVICO DE TROCAR REPARO DO CUICAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	55	574	31570
17	672362	SERVICO DE TROCAR RETENTOR DO PINHAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	64	624	39936
18	672368	SERVICO PNEUMATICO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, E CAMINHAO.	HORAS	50	620	31000

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Publica, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta.

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos serviços fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 30 de Novembro de 2015.

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

SILA MARIANO PEDRO 55103014149

CNPJ (MF) nº 19.881.449/0001-34

Jair Odorico Araujo

CPF nº. 457.151.732-72

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2015

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 101/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **Trinta dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quinze**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. ° 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EDNILSON LUIZ FAITTA**, no exercicio de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **SILVEIRA ELETRODIESEL LTDA ME,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **04.291.193/0001-38**, com sede Rod Ar 1 Nº 1112 Bairro: Parque industrial, cidade de Aripuanã Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78325-000, representada pela Srª **Andréia Silveira de Araujo** RGnº **1151459-0 SSP/MT** e CPF nº **931.585.211-72,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3931/2001, dos Decretos Municipais 1392/2008, Decreto nº. 1729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO SERVIÇO – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR TOTAL
1	671565	PRESTACAO DE SERVICO DE RECUPERACAO E RETIFICA DE BOMBA E BICOS INJETORES DE MOTORES DIESEL DE 04 (QUATRO) CILINDROS, ASPIRADOS E/OU TURBO-ALIMENTADOS, MECANICOS OU ELETRONICOS, EM VEICULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E DE TERRAPLANAGEM. DESCRICAO:	HORAS	100	2930	293000
2	680649	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS PESADAS E DE TERRAPLANAGEM, SENDO: MAQUINAS E CAMINHOES, INCLUINDO TODA MAO-DE-OBRA NECESSARIA E SERVICOS	HORA	100	800	80000
3	680648	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS PESADAS E DE TERRAPLANAGEM, SENDO: MAQUINAS E CAMINHOES, INCLUINDO TODA MAO-DE-OBRA NECESSARIA E SERVICOS	HORA	100	850	85000

4	680647	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS PESADAS E DE TERRAPLANAGEM, SENDO: MAQUINAS E CAMINHOES, INCLUINDO TODA MAO-DE-OBRA NECESSARIA E SERVICOS	HORA	100	700	70000
5	671563	RECUPERACAO E RETIFICA DE BOMBA E BICOS INJETORES DE MOTORES DIESEL DE 04 (QUATRO) E 06 (CILINDROS) CILINDROS, ASPIRADOS E/OU TURBO - ALIMENTADOS,MECANICOS OU ELETRONICOS, EM VEICULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, DESCRICAO:	HORAS	100	2370	237000
6	671562	RECUPERACAO E RETIFICA DE BOMBA E BICOS INJETORES DE MOTORES DIESEL DE 06 (SEIS) CILINDROS, ASPIRADOS E/OU TURBO-ALIMENTADORES, MECANICOS OU ELETRONICOS, EM VEICULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E DE TERRAPLANAGEM. DESCRICAO: REVISAO PERIODICA E	HORAS	100	2170	217000

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Publica, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta.

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos serviços fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 30 de Novembro de 2015.

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

SILVEIRA ELETRODIESEL LTDA ME

CNPJ (MF) nº 04.291.193/0001-38

Andréia Silveira de Araujo

CPF nº. 931.585.211-72

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO 101/2015

A PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 22 DE OUTUBRO DE 2015, ANO X, N° 2337 PAGINA 16 REFERENTE AO TERMO ADITIVO 101/2015, ONDE LÊ-SE " 28/02/2016", LEIA-SE "18/02/2016".

GABINETE DO PREFEITO
QUINTO TERMO ADITIVO Nº 114/2015

AO CONTRATO Nº 243/2014 REFERENTE CONTRATACAO DE EMPRESA PARA ELABORACAO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS DA AREA URBANA DA CIDADE DE ARIPUANA - (PGRS), CONFORME LEI Nº 12.305/2010 E DECRETO 7404/2010; MARCIO SOUZA FARIA EIRELI; ADITIVO DE PRAZO; VIGÊNCIA 29/11/2015 A 27/02/2016.

GABINETE DO PREFEITO
DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 115/2015

AO CONTRATO N°. 224/2011 QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, SENDO AS RUAS 31 DE MARÇO, DEPUTADO MORENO, MARIA PAZ PASSARINHO, SÃO FRANCISCO, DR. SEBASTIÃO PAULO DA SILVA, SETE DE SETEMBRO E AVENIDA P. TANCREDO NEVES; DARDANELOS CONSTRUTORA LTDA; ADITIVO DE PRAZO; VIGÊNCIA 30/11/2015 A 28/02/2016.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 215/2015

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANÃ; CONTRATADA: MERCEARIA BATTISTI LTDA - ME; REFERENTE À AQUISICAO DE MATERIAIS PARA DECORACAO NATALINA, MATERIAIS GRAFICOS, CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA CONSTRUCAO DE TABLADO EM MADEIRA, SONORIZAÇÃO DE PALCO E DE IMPLANTACAO DE ILUMINACAO NATALINA NA PRAÇA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, INCLUINDO MAO DE OBRA, MANUTENCAO E MATERIAIS NECESSÁRIOS CONFORME PROJETO "BRILHOS DE NATAL", NESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; DATA VIGÊNCIA: 26/11/2015 À 24/03/2016; VALOR GLOBAL: R$ 11.077,00; PREGÃO PRESENCIAL Nº. 107/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº: 066/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: CONSTRUTORA BRANDÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.810.117/0001-42

Objeto: Prorrogação do Prazo de Vigência

Prazo de Vigência: 28/07/2015 à 24/01/2015.

Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº: 016/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: **CONSTRUTORA BRANDÃO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 08.810.117/0001-42

Objeto: Prorrogação do Prazo de Vigência

Prazo de Vigência: **25/07/2015 à 22/12/2015**

Responsável Jurídico: **REINALDO LORENÇONI FILHO**

CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE
RESOLUÇÃO Nº.11/2015/CMS/BB

Barra do Bugres, 09 de setembro de 2015.

Dispõe sobre nomeação de cargo de Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Barra do Bugres, para o biênio 2015/2017, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICPAL DE SAÚDE DE BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO, no uso das suas atribuições legais que confere as Leis Orgânicas Nº 8.142/90 e Nº 8.080/90, Lei Municipal Nº 1.049/96 de 23 de outubro de 1996 e Lei Municipal Nº 1.929/2010; e de acordo com o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde. De acordo com a Reunião Ordinária de 01 de setembro de 2015, CONSIDERANDO:

I. Que o Conselho Municipal de Saúde tem como atribuição precípua a formulação das políticas e estratégias no âmbito do Sistema Único de Saúde, assim como o controle e fiscalização dos mesmos;

II. O mandato dos representantes do Conselho Municipal de Saúde será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição consecutiva e não deverá coincidir com o mandato do governo municipal;

III. Considerando a saída explicita da atual presidente.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear ao cargo de Presidente o Conselheiro representante dos Usuários, abaixo relacionado, para o biênio 2015/2017:

PRESIDENTE – Vacni Alves de Paula

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Conselho Municipal de Saúde, em Barra do Bugres – MT, 09 /09/2015.

Vcni Alves de Paula

Presidente do CMS/BB

HOMOLOGADO:

Júlio Cesar Florindo

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2015

O Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Sr. Júlio Cesar Florindo, Ratifica o Processo de Dispensa de Licitação 17/2015, em consonância com a justificativa apresentada pela secretaria solicitante e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa 17/2015, nos termos do Art. 26 da Lei 8. 666/93 e suas atualizações, que tem por objeto a LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ACOMODAR AS INSTALAÇOES DA "CRECHE MENINO JESUS", nos termos e conforme justificativa presente no processo, a favor da empresa DIOCESE SÃO LUIZ DE CACERES com valor mensal de R$ 2. 178,35 (dois mil cento e setenta e oito e trinta e cinco centavos).

Barra do Bugres-MT, 19 de novembro de 2015.

JÚLIO CESAR FLORINDO

Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE
RESOLUÇÃO Nº 12/2015/CMS/BB

Barra do Bugres,14 de outubro de 2015

Dispõe sobre o Plano de Contingência da Dengue 2015/2016 para o munícipio de Barra do Bugres MT e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICPAL DE SAÚDE DE BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO, no uso das suas atribuições legais que confere a Lei Nº 8. 142 do ano de 1.990, Lei Municipal Nº917/1993 e Lei Municipal Nº 1.929/ 2010. De acordo com Reunião Extraordinária Nº 15 do dia 13 de outubro de 2015. Considerando:

I. A Resolução de nº 333, de 04 de novembro de 2003, que trata das diretrizes para criação, reformulação e estruturação dos Conselhos de Saúde;

II. Considerando que o Conselho Municipal de Saúde tem como atribuição precípua a formulação das políticas e estratégias no âmbito do Sistema Único de Saúde, assim como o controle e fiscalização dos mesmos;

III. Considerando o Plano de Contingência da Dengue 2015/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR o Plano de Contingência da Dengue 2015/2016 para o município de Barra do Bugres MT.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Conselho Municipal de Saúde, em Barra do Bugres – MT, 14 de outubro de 2015.

Vacni Alves de Paula

Presidente do CMS/BB

HOMOLOGADO

Júlio César Florindo

Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE
RESOLUÇÃO Nº 13/2015/CMS/BB

Barra do Bugres, 14 de outubro de 2015.

Dispõe sobre o Remanejamento de Recursos Financeiros do Município de Barra do Bugres MT para o Município de Cuiabá e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO, no uso das suas atribuições legais que confere a Lei Nº 8. 142 do ano de 1.990, Lei Municipal Nº917/1993 e Lei Municipal Nº 1.929/ 2010. De acordo com Reunião Extraordinária Nº 15 do dia 13 de outubro de 2015. Considerando:

I. A Resolução de nº 333, de 04 de novembro de 2003, que trata das diretrizes para criação, reformulação e estruturação dos Conselhos de Saúde;

II. Considerando que o Conselho Municipal de Saúde tem como atribuição precípua a formulação das políticas e estratégias no âmbito do Sistema Único de Saúde, assim como o controle e fiscalização dos mesmos;

III. Considerando a Portaria Nº 1.699 de 27 de julho 2011;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR o Remanejamento de Recursos Financeiros do Município de Barra do Bugres, para o município de Cuiabá MT, referentes aos Exames Anatomopatológicos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Conselho Municipal de Saúde, em Barra do Bugres – MT, 14 de outubro de 2015.

Vacni Alves de Paula

Presidente do CMS/BB

HOMOLOGADO

Júlio César Florindo

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 003/2014

O município de Barra do Bugres – MT, torna público, que tendo em vista o equivoco ocorrido na publicação que circulou no dia 17 de Novembro de 2015 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO X | EdiçãoN° 2.354, página 13, retifica-se da seguinte forma:

Onde se Lê: Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto, de SUPRIMIR o valor de R$ **9.690,00** (Nove Mil Seiscentos e Noventa Reais), do valor do contrato, a supressão se faz necessária haja vista que os serviços não foram executados conforme planilha orçamentaria em anexo, o que corresponde a redução aproximadamente de 14.2565% do valor contratado, ficando portanto o valor de **R$ 67.969,01** (Sessenta e Sete Mil, Novecentos e Sessenta e Nove Reais e Um Centavos) para execução dos serviços e Prorrogação de Prazo de Vigencia cujo objeto é a Remanescente de Obra do Estadio de Futebol Municipal

. Leia-se: O presente Termo Aditivo tem por objeto, de SUPRIMIR o valor de R$ **15.053,51** (Quinze Mil Cinqüenta e Três Reais e Cinqüenta e um Centavos), do valor do contrato, a supressão se faz necessária haja vista que os serviços não foram executados conforme planilha orçamentária em anexo, o que corresponde a redução aproximadamente de 24.04501% do valor contratado, ficando portanto o valor de **R$ 62.605,50** (Sessenta e Dois Mil, Seiscentos e Cinco Reias e Cinqüenta Centavos) para execução dos serviços e Prorrogação de Prazo de Vigência cujo objeto é a Remanescente de Obra do Estádio de Futebol Municipal

Barra do Bugres, 30 de Novembro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2015

O Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Sr. Júlio Cesar Florindo, Ratifica o Processo de Dispensa de Licitação 16/2015, em consonância com a justificativa apresentada pela secretaria solicitante e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa 16/2015, nos termos do Art. 26 da Lei 8.

666/93 e suas atualizações, que tem por objeto a LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ACOMODAR AS INSTALAÇOES DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DO DEPARTAMENTO DE CULTURA, nos termos e conforme justificativa presente no processo, a favor da empresa DIOCESE SÃO LUIZ DE CACERES com valor mensal de R$ 2.072,88 (dois mil setenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

Barra do Bugres-MT, 19 de novembro de 2015.

JÚLIO CESAR FLORINDO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

NOTIFICAÇÃO

Pela presente, atendendo **decisão** da Comissão Processante, nos autos do processo administrativo disciplinar n. **10.345**, instaurado por força da Portaria 10.345 de 15 de outubro do corrente ano, ficam os servidores **DEUSMAR SERAFIM BATISTA, GERCINA PEREIRA BRITO, JOSÉ ANTÔNIO CARLOS DA MOTA, KÁTIA SILVA DE ALMEIDA, JOÃO CARLOS GUIMARAES LISBOA REIS, IVANILSON BARBOS PEREIRA, MAURO RODRIGUES DA SILVA e VALDINEIA DURA CRUZ,** devidamente **notificados** para apresentarem **DEFESA** no referido processo, no prazo de 20 dias contados da expiração do prazo do edital de publicação, referentes à infração disciplinar de **abandono de emprego,** prevista no inciso II do art. 149 da Lei Complementar n. 03 de 04 de dezembro de 1991, amparado nas documentos de fls. 01 usque 23 daqueles autos, podendo se valer de todos os meios de provas em direito admitido.

Barra do Garças/MT, 29 de novembro de 2015.

DILERMANDO VILELA GARCIA FILHO

OAB/MT 4.275

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO MÊS OUTUBRO. 2015

CONTRATO Nº 573/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª. KALITA MATILDES DE FREITAS, no cargo de Auxiliar de Consultório Debtário **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,.**Valor Mensal:** R$ 788,00 .**Vigência: inicio 01/10/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 574/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª. HUDSON HORITA, no cargo de Médico **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde .**Valor Plantão: R$ 115,00 Vigência: inicio 01/10/2015 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado**

CONTRATO Nº 577/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Sr... WELLINTON MORAIS LEITE , no cargo de Médico **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,.**Valor Plantão: R$ 115,00 horas plantão .Vigência: inicio 06/10/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 578/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª. KARINA DUARTE RESENDE, no cargo de Fisioterapeuta **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,.**Valor Mensal:** R$ 2.010,38.**Vigência: inicio 06/10/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 579/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª... CLARA KARIELY SOUZA LEMES, no cargo de Fisioterapeuta **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,. **Valor Mensal:** R$ 2.010,38 .**Vigência: inicio 06/10/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 580/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Sr. MATHEUS ROSA SIQUEIRA, no cargo de Fisioterapeuta **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,.**Valor Mensal:** R$ 2.010,38.**Vigência: inicio 06/10/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 581/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Sr.. MAURICIO DE ALMEIDA PEREIRA, no cargo de Fisioterapeuta **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,. **Valor Mensal:** R$ 2.673,81.**Vigência: inicio 06/10//2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 582/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Sr... ELIZANGELA DA SILVA RAVANELLI LIMA , no cargo de Fisioterapeuta **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde **Valor Mensal:** R$ 2.010,38 .**Vigência: inicio 06/10/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 583/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª... LUMA DE OLIVEIRA CARVALHO MAGALHÃES, no cargo de Fisioterapeuta **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde .**Valor Mensal:** R$ 2.010,38 **Vigência: inicio 06/10/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 584/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª... MAYARA FIGUEIREDO, no cargo de Fonoaudiologo **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde **Valor Mensal:** R$ 2.010,38 .**Vigência: inicio 06/10/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 585/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª... IZAELMA DAIANE ROCHA, no cargo de Nutricionista **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde .**Valor Mensal:** R$ 2.010,38.**Vigência: inicio 06/10/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 586/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª... LARISSE CHRISTINA GARCIA DOS SANTOS, no cargo de Assistente Administrativo **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde. **Valor Mensal:** R$ 788,00 .**Vigência: inicio 06/10/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 588/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª... MAYARA ALMEIDA LEANDRO, no cargo de Apoio Administrativo Educacional **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Educação .**Valor Mensal:** R$ 788,00 **Vigência: inicio 06/10/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado**

CONTRATO Nº 589/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª... POLLYANA LOBO SEVERO, no cargo de médico Plantonista **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde .**Valor Plantão:** R$ 83,34 **Vigência: inicio 09/10/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado**

CONTRATO Nº 590/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Sr. DAVID DA SILVA ROSA, no cargo de motorista **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde .**Valor Mensal: R$ 788,00 Vigência: inicio 19/10/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado**

CONTRATO Nº 591/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª. DEBORA ETHIENE NASCENTE, no cargo de Assistente Administrativo **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde .**Valor Mensal:** R$ 788,00 **Vigência: inicio 19/10/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado**

PORTARIA Nº 11.103/23/09/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público Exoneração do Sr. EDECLEIBE VIEIRA DA SILVA no cargo Coordenador de Serviços Gerais junto da Secretaria Municipal de Administração. **Valor Mensal:** R$ 1. 372,80 Desligado em 23 de setembro de 2015 – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 10.845 de 10 de junho de 2015.

PORTARIA Nº 11.104/23/09/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a nomeação do Sr JOEL RODRIGUES NETO no cargo de Bombeiro Civil de Aeródromo (DAS-2) junto a Secretaria Municipal de Turismo . **Valor Mensal: R$ 1. 372,80 Vigência: inicio em 23/09/2015.**

PORTARIA Nº 11.105/23/09/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a nomeação do Sr EDECLEIBE VIEIRA DA SILVA no cargo de Bombeiro Civil de Aeródromo (DAS-2) junto a Secretaria Municipal de Turismo . **Valor Mensal: R$ 1. 372,80 Vigência: inicio em 23/09/2015.**

PORTARIA Nº 11.106/23/09/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a nomeação do Sr WEBERT BARBOZA DE SOUZA no cargo de Bombeiro Civil de Aeródromo (DAS-2) junto a Secretaria Municipal de Turismo . **Valor Mensal: R$ 1. 372,80 Vigência: inicio em 23/09/2015.**

PORTARIA Nº 11.108/24/09/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a nomeação do Sr MARCELO BARCELO GOMES no cargo Coordenador Geral (DAS-3) junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente . **Valor Mensal:** R$ 2.059,20 **Vigência:** inicio em 24/09/2015

PORTARIA Nº 11.144/30/09/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a nomeação do Srª CATIA DE SOUSA SANTOS no cargo Diretora de Divisão (DAS-1) junto a Secretaria Municipal de Comunicação Social . **Valor Mensal:** R$ 800,80 **Vigência:** inicio em 01/10/2015

PORTARIA Nº 11.146/01/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a nomeação do Sr MIKAEL VIEIRA DE SOUZA no cargo Coordenador de serviços Gerais (DAS-2) junto a Secretaria Municipal de Administração . **Valor Mensal:** R$ 1.372,80 **Vigência:** inicio em 01/10/2015.

PORTARIA Nº 11.150/01/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público Exoneração da Srª. NILVACY RODRIGUES GONÇALVES do cargo Comissionado(SM) junto da Secretaria Municipal de Saúde. **Valor Mensal:** R$ 6.000,00 – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 11. 039 de 01 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 11.151/01/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público Exoneração da Srª. MARIZA CRISTINA FAUSTINO DA SILVA no cargo comissionada Diretora Administrativa do Hospital Municipal (DAS-4) junto Hospital Municipal. **Valor Mensal: R$ 2.860,00 – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 11.012, de 20 de agosto de 2015.**

PORTARIA Nº 11.152/01/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a nomeação da Srª MARIZA CRISTINA FAUSTINO DA SILVA no cargo de Secretária Municipal de Saúde (SM)) junto a Secretaria Municipal de Saúde . **Valor Mensal: R$ 6.000,00 Vigência: inicio de 01/10/2015.**

PORTARIA Nº 11.160/01/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público Exoneração do Sr. MATEUS PAVAN DE SOUSA no cargo comissionado de Coordenador do Sistema APLIC(DAS-4) junto da Coordenadoria do Sistema APLIC. **Valor Mensal: R$ 2.860,00 Desligado em 01 de Outubro de 2015 – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Portarias nºs 10. 601, de 12.03.2015 e 10.272, de 11 de setembro de 2014..**

PORTARIA Nº 11.161/01/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a nomeação do Sr KAIO FERNANDO SOARES CARNEIRO para exercer em comissão o cargo de Coordenador do Sistema APLIC (DAS-4)) junto a Coordenadoria do sistema APLIC . **Valor Mensal:** R$ 2.860,00 a partir de 01/10/2015.

PORTARIA Nº 11.162/01/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público Exoneração do Sr. GEORGE CÂMARA MAIA no cargo Assessor Técnico(DAS-3) junto da Coordenadoria do Sistema APLIC. **Valor Mensal:** R$ 2.059,20 Desligado em 01 de Outubro de 2015 – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 10.736 de 30 de abril de 2015.

PORTARIA Nº 11.163/01/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a nomeação do Sr GEORGE CAMARA MAIA no cargo Auditor do SUS (DAS-4)) junto a Secretaria Municipal de Saúde . **Valor Mensal:** R$ 2.860,00 **Vigência:** inicio em 01/10/2015.

PORTARIA Nº 11.164/08/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação para o Quadro Efetivo de Servidores desta Municipalidade a Srª. TALITA DE

SOUZA FREITAS, no cargo de Enfermeira junto a Secretaria Municipal Saúde,, **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal de Saúde **Valor Mensal: R$ 2.566,02 Vigência: inicio em 08 de Outubro de 2015**

PORTARIA Nº 11.164/08/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação para o Quadro Efetivo de Servidores desta Municipalidade a Srª. VIVIAN KARINE TSUTSUI DE OLIVEIRA SANTOS, no cargo de Enfermeira junto a Secretaria Municipal Saúde,, **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal de Saúde **Valor Mensal:** R$ 2.566,02 **Vigência:** inicio em 08 de Outubro de 2015

PORTARIA Nº 11.164/08/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação para o Quadro Efetivo de Servidores desta Municipalidade a Srª. JACKELINE SILVA LUZ, no cargo de Enfermeira junto a Secretaria Municipal Saúde,, **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal de Saúde **Valor Mensal: R$ 2. 566,02 Vigência: inicio em 08 de Outubro de 2015**

PORTARIA Nº 11.164/08/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação para o Quadro Efetivo de Servidores desta Municipalidade a Srª. CARLA ROBERTA SILVA SOUZA ANTONIO, no cargo de Enfermeira junto a Secretaria Municipal Saúde,, **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal de Saúde **Valor Mensal: R$ 2.566,02 Vigência: inicio em 08 de Outubro de 2015**

PORTARIA Nº 11.164/08/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação para o Quadro Efetivo de Servidores desta Municipalidade a Srª. SILVIA HANNAH BILOTTI RATTO, no cargo de Enfermeira junto a Secretaria Municipal Saúde,, **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal de Saúde **Valor Mensal: R$ 2.566,02 Vigência: inicio em 08 de Outubro de 2015**

PORTARIA Nº 11.164/08/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação para o Quadro Efetivo de Servidores desta Municipalidade a Srª. MORGANI RODRIGUES DA COSTA, no cargo de Farmacêutico/Bioquímico junto a Secretaria Municipal Saúde,, **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal de Saúde **Valor Mensal:** R$ 2.566,02 **Vigência:** inicio em 08 de Outubro de 2015

PORTARIA Nº 11.164/08/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação para o Quadro Efetivo de Servidores desta Municipalidade a Sr.. DONIZETE FERREIRA DO NASCIMENTO, no cargo de Odontólogo junto a Secretaria Municipal Saúde,, **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal de Saúde **Valor Mensal: R$ 2.566,02 Vigência: inicio em 08 de Outubro de 2015**

..

PORTARIA Nº 11.176/13/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a nomeação do Sr ALEF RIBEIRO DOS SANTOS no cargo Coordenador Geral (DAS-3 junto a Secretaria Municipal de Urbanização e Paisagismo . **Valor Mensal:** R$ 2.059,80 **Vigência:** inicio em 13/10/2015.

PORTARIA Nº 11.177/13/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação para o Quadro Efetivo de Servidores desta Municipalidade a Sr.. NERIVAN DA PURIFICAÇÃO LOPES, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais junto a Secretaria Municipal Administração, **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal de Administração **Valor Mensal:** R$ 788,00 **Vigência:** inicio em 13 de Outubro de 2015

..

PORTARIA Nº 11.179/14/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público Exoneração do Sr. JOSÉ LUIZ PEREIRA VIEIRA no cargo Assessor Técnico Pedagógico(DAS-3) junto da Secretaria Municipal de Educação. **Valor Mensal:** R$ 2.059,20 Desligado em 14 de Outubro de 2015 – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 10.033 de 27/05/2014.

PORTARIA Nº 11.180/14/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a nomeação do Sr NORMA DOS SANTOS MOREIRA no cargo Assessora Técnica Pedagógica (DAS3) junto a Secretaria Municipal de Educação . **Valor Mensal:** R$ 2.059,20 **Vigência:** inicio em 14 de outubro de 2015

PORTARIA Nº 11.181/14/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a nomeação do Sr JOSÉ LUIZ PEREIRA VIEIRA no cargo Inspetor de Frota (DAS3) junto a Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Público . **Valor Mensal:** R$ 2.059,20 **Vigência:** inicio em 15 de Outubro de 2015..

PORTARIA Nº 11.182/14/10/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a nomeação do Sr JAIRO MARQUES no cargo Coordenador de Frota (DAS-4) junto a Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Público . **Valor Mensal:** R$ 2. 860,00 **Vigência:** inicio em 14 de Outubro de 2015..

DISTRATO DO CONTRATO 355/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Dístrato do servidor o Sr.. ALEXANDRE CESAR MARTINS FONSECA no cargo de Medico junto a Secretaria Municipal de Saúde, **Desligado a partir de 01/10/2015**

DISTRATO DO CONTRATO 155/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Dístrato da servidora a Srª. DANNIELE VALADARES TAVARES no cargo de Apoio Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, Desligada **a partir de 01/09/2015.**

DISTRATO DO CONTRATO 412/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Dístrato da servidora a Srª. ALDENIZA DA SILVA ARAUJO no cargo de Assistente Administrativo junto a Secretaria Municipal de Saúde, Desligada **a partir de 13/10/2015**

DISTRATO DO CONTRATO 455/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Dístrato do servidor o Sr,. WANDRA REGINA COSTA DA SILVA no cargo de Apoio Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, Desligada **a partir de 05/10/2015.**

DISTRATO DO CONTRATO 511/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Dístrato do servidor o Sr,. ALESSI DA LUZ DIVINA no cargo de Apoio Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, Desligada **a partir de 14/10/2015.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 297/2015

PORTARIA N.º 297/2015

"Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Maria José Menacho da Silva".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Maria José Menacho da Silva,** portadora do CPF nº. 352.733.051-87, *efetiva no cargo*

de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 27/11/2015 a 28/01/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 104/2015.

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 27/11/2015.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 30 de Novembro de 2015.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 30.11.2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 618 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

DE 02/06/2015, QUE INSTITUI A CAMPANHA DA NOTA FISCAL PANTANEIRA PREMIADA DO MUNICIPIO DE CÁCERES/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 41348, de 24 de novembro de 2015,

DECRETA:

SEÇÃO I

CAMPANHA NOTA PANTANEIRA PREMIADA

Art. 1º. A campanha Nota Fiscal Pantaneira Premiada, tem por objetivo incentivar os tomadores de serviços a exigir do prestador a emissão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

I – A nota fiscal a que se refere o caput deste artigo abrange tanto a Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços – NFS-e, quanto à nota convencional, confeccionado em talonário tipográfico ou formulário contínuo ou aquelas instituídas e controladas por outros Entes (municípios ou estado).

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Fazenda poderá, atendidas as demais condições previstas neste decreto:

I - Instituir sistema de acesso via internet (rede mundial de computadores) através do endereço eletrônico *www.caceres.mt.gov.br*, através do botão de acesso ao Cidadão Online;

II - Disciplinar a execução do Programa Nota Fiscal Pantaneira Premiada.

§ 1º. Na hipótese de dois ou mais tomadores inscreverem-se como favorecidos pelo crédito referente a uma mesma nota fiscal de prestação de serviços, o crédito será atribuído apenas ao tomador que primeiro se identificou.

§ 2º. Os casos omissos serão disciplinados por ato da Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 3º. À Secretaria Municipal de Fazenda compete fiscalizar os atos relativos à concessão e utilização dos créditos previstos no artigo 6º deste decreto, com o objetivo de assegurar o cumprimento do disposto na Lei nº 2.480, de 02 de junho de 2015, e a proteção ao erário, podendo, dentre outras providências:

I - Suspender a concessão e utilização dos créditos previstos no artigo 6º deste decreto, quando houver indícios de ocorrência de irregularidades;

II - Cancelar os benefícios referidos no inciso I deste artigo, se a ocorrência de irregularidades for confirmada em regular processo administrativo, conforme disciplina a ser estabelecida pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Parágrafo único. Na hipótese de, ao final da apuração, não se confirmar a ocorrência de irregularidades, serão restabelecidos os benefícios referidos no inciso I do caput deste artigo.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Fazenda poderá divulgar e disponibilizar, por meio da Internet, estatísticas referentes ao Programa Nota Pantaneira Premiada, incluindo as relativas à quantidade de reclamações e denúncias registradas em seu âmbito.

§ 1º. As estatísticas poderão ser segregadas por atividade econômica preponderante e por prestadores de serviços, inclusive com a indicação do nome empresarial, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e endereço.

§ 2º. Sem prejuízo do disposto no § 1º deste artigo, quando se tratar de reclamações e denúncias, as estatísticas versarão sobre apontamentos e registros objetivos do respectivo banco de dados, sem a realização de qualquer juízo de valor sobre as práticas ou condutas comerciais dos prestadores de serviços nele catalogados, e não poderão conter informações negativas referentes a período superior a 5 (cinco) anos.

SEÇÃO II

GERAÇÃO DE CRÉDITO

Art. 5º. O tomador de serviços fará jus a crédito proveniente de parcela do Imposto, incidente sobre os serviços definidos pela Secretaria Municipal de Fazenda, nos seguintes percentuais, aplicados sobre o valor do ISS constante da Nota Fiscal de Prestação de Serviços:

I - 30% (trinta por cento) para pessoas físicas, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo;

II - 10% (dez por cento) para as seguintes pessoas jurídicas: Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedor Individual – MEI, optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo e no inciso II do artigo 8º deste decreto;

III – 15% (quinze por cento) para condomínios edilícios residenciais ou comerciais localizados no Município de Cáceres, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo;

§ 1º. Nas hipóteses de o prestador de serviços ser profissional liberal e autônomo, Microempreendedor Individual - MEI optante pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional - SIMEI ou sociedade constituída na forma do artigo 15 da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, não haverá geração de crédito.

§ 2º. No caso de o prestador de serviços ser ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, será considerada, para cálculo do crédito a que se refere o caput deste artigo, a alíquota de 2% (dois por cento) incidente sobre a base de cálculo do ISS, conforme o estabelecido pela Lei nº 2.480, de 02 de junho de 2015.

§ 3º. O tomador de serviços poderá consultar o valor dos créditos a que faz jus, no endereço eletrônico www.caceres.mt.gov.br, mediante a utilização de senha.

§ 4º. O direito ao crédito independente do tipo de emissão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços, manuscrita ou por procedimento eletrônico, porém há a necessidade de que o tomador do serviço seja identificado;

§ 5º. Nota fiscal sem a identificação do tomador não terá direito ao crédito;

Art. 6º. O crédito a que se refere o artigo 6º deste decreto somente será gerado, tornando-se efetivo, após o recolhimento do Imposto.

Art. 7º. O crédito será concedido através de Carta de Crédito emitida pelo sistema de gestão da referida campanha.

§ 1º. A Carta de Crédito mencionada no caput, possuirá numeração crescente, em série única e será vinculada ao tomador dos serviços constante

na nota fiscal, subordinado ao CPF ou CNPJ, se pessoa física ou jurídica respectivamente;

§ 2º. Os direitos de uso da Carta de Crédito podem ser transferidos à terceiros, desde que devidamente identificado em campo próprio constante da respectiva Carta de Crédito e com firma reconhecida;

Art. 8º. Não farão jus ao crédito de que trata o artigo 6º deste decreto:

I - Os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município de Cáceres, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município;

II - As pessoas jurídicas estabelecidas fora do território do Município de Cáceres.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no inciso II deste artigo, considera-se pessoa jurídica estabelecida no território do Município de Cáceres.

SEÇÃO III

UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO

Art. 9º O crédito a que se refere o artigo 6º deste decreto poderá ser utilizado para:

I - Abatimento do valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU a pagar de exercícios subsequentes, referente a imóvel localizado no território do Município de Cáceres, indicado pelo tomador;

§ 1º. A validade dos créditos será de 05 (cinco) anos, conforme o estabelecido na Lei nº 2.480, de 02 de junho de 2015.

§ 2º. A utilização dos créditos ocorrerá conforme cronograma a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 3º. O disposto neste artigo aplica-se somente aos créditos disponibilizados a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 10º O valor do crédito indicado pelo tomador de serviços será utilizado para abatimento do valor do IPTU lançado, devendo o valor restante ser recolhido na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. A não quitação integral do Imposto, dentro do respectivo exercício de cobrança, implicará a inscrição do débito na Dívida Ativa, desconsiderando-se qualquer abatimento obtido com o crédito indicado pelo tomador.

Art. 11º Caso a Administração Tributária venha a constatar a impossibilidade de utilização parcial ou total de créditos já indicados, tais créditos retornarão ao tomador de serviços para utilização posterior na conformidade deste decreto, inclusive na hipótese prevista no parágrafo único de seu artigo 10.

Art. 12º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 26 de novembro de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 26.11.15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N°77 /2015

Interessada: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbano

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para **prestação dos serviços em Assistência Técnica, Manutenção Preditiva, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva** nos quadros de comando, transformadores, malha de aterramento, cabine de força entre outros equipamentos elétricos que compõem a estrutura do Serviço de Agua e Esgoto de Cáceres – SAEC da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

As especificações e descrições dos serviços de manutenção estão contidas no Termo de Referência.

Realização: 15 de Dezembro 2015, as 10:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 30 novembro de 2015.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2015 PREGÃO PRESENCIAL N° 32/2015 PARA REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT**,pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 03.214.145/0001-83 por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, situada na Avenida Getúlio Vargas nº1895, CEP. 78200.000. **RESOLVE registrar os preços para eventual aquisição de veículos tipo PICK-UP 4x4, zero quilometro, cabine dupla com 04 (quatro) portas laterais, flex, para atender os beneficiários do Cadastro Único,** em conformidade com a proposta apresentada pela(s) empresa(s) vencedora(s) no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 32/2015**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/, e também, o Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações, e subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas aplicáveis à espécie, homologado pela autoridade competente.

ÓRGÃO GERENCIADOR - **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, situada na Avenida Getúlio Vargas, 1895, COC, Cáceres/MT, e-mail – cpl.caceres@gmail.com - Telefone/fax: (65)32231500.

FORNECEDOR (ES): BRESSAN & BIONDO LTDA – CNPJ: 03.512.021/0001-84, representado por Osmar Lamonatto, portado do RG: 1043692291 – CPF: 247.475.990-53.

DO OBJETO – ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES REGISTRADOS:

Item	Especificação	Un.	Qnt.	Valor Unitário
01	Veículo tipo pick-up 4x4, zero quilômetro, cabine dupla com 04 portas laterais, capacidade para 05 (cinco) lugares, motor flex de no mínimo 150 cv, direção hidráulica, ar condicionado, transmissão manual com no mínimo 05 marchas á frente e 01 á ré, retrovisores, vidros e travas elétricas, freios com sistema abs, rodas no mínimo aro 16", air bag duplo para motorista e passageiro, protetor de caçamba, ganchos para amarração da carga na caçamba, protetor de aço para motor e carter, veículo na cor branca, com todos os itens de série e com todos os ítens e equipamentos exigidos pelo contran. Licenciada e emplacada. Garantia mínima de 12 meses.	Un.	01	**R$ 106. 500,00**

Prefeitura de Cáceres - MT, 30 de novembro de 2015.

Secretaria Municipal de Administração

SILVIA MARA GONÇALVES

RG nº.491127-26 SESP/PR

CPF nº: 774.031.261-49

BRESSAN & BIONDO LTDA

CNPJ: 03.512.021/0001-84

Osmar Lamonatto,

RG: 1043692291

CPF: 247.475.990-53

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 596 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

"Regulamenta os artigos 158, IX e 177 da Lei Complementar Municipal nº 25, de 27 de novembro de 1997 e dispõe sobre a implantação do adicional de produtividade fiscal, revogado o Decreto nº 041/2015 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal nº 25, de 25 de novembro de 1997, nos artigos 158, IX e 177 instituiu o pagamento do adicional de produtividade fiscal, visando estimular servidores no exercício dessa atividade;

CONSIDERANDO que a implementação do adicional de produtividade fiscal depende de norma regulamentar;

CONSIDERANDO a prerrogativa que tem o Prefeito Municipal para regulamentação da matéria, na forma do disposto no artigo 74, VIII e 100, I, "a" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer mecanismos motivadores que propiciem o aumento de produtividade fiscal para os agentes envolvidos, com a contrapartida da justa remuneração;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da razoabilidade, da impessoalidade, da responsabilidade e, da eficiência, definidos nas normas e no direito administrativo, aplicados à matéria;

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta os artigos 158, IX e 177 da Lei Complementar número 25 de 27 de novembro de 2007, no que dispõe sobre o Adicional de Produtividade Fiscal, que será devida aos ocupantes dos cargos de FISCAL e INSPETOR DE TRIBUTOS; FISCAL DE OBRAS e POSTURA e aos AGENTES DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, carreiras cuja atribuição principal consiste na fiscalização, autuação e arrecadação de tributos e receitas inerentes ao exercício do poder de polícia.

Art. 2º - O Adicional de Produtividade Fiscal de que trata o presente regulamento tem natureza de vantagem pecuniária *"pro labore faciendo"*, que tem auferimento condicionado à efetiva prestação do serviço, nas condições estabelecidas pela Administração Municipal e no interesse da arrecadação, do gerenciamento e da atualização de informações dos cadastros fiscais e imobiliários, do lançamento, cobrança e arrecadação de tributos e de multas do poder de polícia e da fiscalização de transito e do controle financeiro das receitas e na vistoria, cadastramento e fiscalização de estabelecimentos, obras e posturas na circunscrição do município.

§ único – A designação das ações fiscais e a fixação de tarefas e roteiros de atividades de cada fiscal dependerão de aprovação do Secretário Municipal de Fazenda, mediante iniciativas seguintes:

a) Do Chefe de Fiscalização tributária; b) Do Chefe de Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas e c) Do Coordenador Executivo de Trânsito.

Art. 3º - O presente Decreto terá exclusivo enquadramento para o servidor público que exerça as funções mencionadas no art. 1º, mediante designação por ato da Administração Municipal, vedada sua aplicação para quaisquer outros cargos.

§ 1º Concedido ao servidor o Adicional de Produtividade Fiscal o ato deverá ser encaminhado ao Setor de Recursos Humanos e ao Setor de Controle e Execução Orçamentária, para adoção das providências pertinentes ao implemento do benefício.

§ 2º. A manutenção do Adicional de Produtividade condiciona-se a critérios que justifiquem sua permanência e, para tanto, cabe ao Chefe de Divisão, com aprovação do Secretário Municipal de Fazenda, renovar o questionário de desempenho de que trata o ANEXO I anualmente.

§ 3° O mesmo procedimento previsto no parágrafo primeiro deverá ser adotado depois da avaliação de desempenho prevista no paragrafo anterior e, desde que mantida a concessão do benefício ou, do contrário, recomendando a exclusão, em caso de indeferimento do adicional.

Art. 4º - Para fins de concessão do Adicional de Produtividade Fiscal, bem como para sua manutenção e para aferição e valoração da pontuação de que trata o artigo 8º infra, a avaliação de desempenho a que se refere o Anexo I deve ser respondido com observância dos seguintes critérios:

I – Produção no Trabalho;

II – Desempenho na Fiscalização, notificação e arrecadação de tributos e multas, no desempenho ético funcional;

III – Assiduidade;

IV – Pontualidade;

V - Comportamento;

VII – Qualidade no Desempenho do Trabalho;

VIII – Relacionamento com os Colegas de Trabalho;

IX – Relacionamento com os Superiores Hierárquicos;

X – Capacidade de solucionar as demandas relacionadas à função;

XI – Conhecimento da Função;

XII- Capacidade Organizacional;

XIII- Capacidade de Incrementarão Direta na Arrecadação;

Art. 5º - O Adicional de Produtividade Fiscal não será concedido de forma cumulada ao trabalho extraordinário.

§ 1º. Os servidores que, por ato jurídico perfeito, tenham incorporado a seus vencimentos o adicional de produtividade advindo da Lei nº 1.314/95 (revogada pela Lei Complementar nº 31/99), somente perceberão a diferença pecuniária entre a produtividade regulada pelo presente decreto e aquela já incorporada.

§ 2º. O Adicional de Produtividade Fiscal não será devido àqueles servidores que estejam ocupando cargos comissionados, com ressalva daqueles investidos na Função Gratificada (FG), os quais farão jus a título de produtividade fiscal, da pontuação em proporção média à de todos os fiscais de sua pasta, proporção à ser fixado observando-se os conceitos expressos no anexo I à juízo do Secretário de Fazenda.

Art. 6º - Por se tratar de vantagem de cunho acessório, transitório e temporário, o Adicional de Produtividade não integra o vencimento base do servidor para fins de aposentadoria e nenhum outro efeito ou reflexo futuro.

Art. 7º – O deferimento e manutenção da vantagem do Adicional de Produtividade são condicionados ao efetivo labor do servidor, devendo ser suprimido em qualquer hipótese de afastamento, bem como por ocasião da concessão de quaisquer das Licenças de que trata a Seção III da Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997.

Art. 8º – Para apuração do valor do Adicional de Produtividade Fiscal de que trata este Decreto serão atribuídos, mensalmente, aos servidores efetivos da Fiscalização Tributária, da fiscalização de obras e posturas e dos Agentes Fiscais do Transito do Município de Cáceres, pontos individuais até o limite máximo correspondente à remuneração do Secretário Municipal de Fazenda, observando-se:

a) A apuração do adicional de produtividade dos Fiscais e Inspetor de Tributos, lotado na Divisão de Fiscalização Tributária far-se-á mensalmente, mediante a atribuição de pontos observando-se os critérios de avaliação e pontuação de acordo com os Anexos I e II desta Lei.

b) A apuração do adicional de produtividade dos Fiscais de Obras e Postura do Município far-se-á mensalmente, mediante a atribuição de pontos observando-se os critérios de avaliação e pontuação de acordo com os Anexos I e III desta Lei.

c) A apuração do adicional de produtividade dos Agentes de Trânsito far-se-á mensalmente, mediante a atribuição de pontos observando-se os critérios de avaliação e pontuação de acordo com os Anexos I e IV desta Lei.

§ 2º - A cada ponto produzido, os Fiscais Tributários, os Fiscais de Obras e Agentes de Transito farão jus a um Adicional de Produtividade Fiscal equivalente a 5% da UNIDADE DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO, o qual será reajustado anualmente, observando-se os critérios de pontuação previstos nas respectivas Tabelas que integram o presente Decreto.

Art. 9º – O Adicional de Produtividade Fiscal de que trata este Decreto será pago no mês subsequente ao de sua apuração.

§ Único – Na hipótese de incidência de produtividade decorrente de notificação, o adicional de que trata este Decreto será pago somente depois da constituição definitiva do respectivo crédito, seja mediante anuência do contribuinte ou depois de definitivamente julgada a ação fiscal.

Art. 10º – As pontuações alcançadas pelo servidor serão por ele descritas em Boletim Individual, com observância dos pressupostos e critérios de pontuação previstos no artigo 8º supra.

§ 1º - Os Chefes de Divisão e Coordenadores das respectivas pastas deverão promover criteriosa análise de merecimento ao conferir e auditar a pontuação postulada pelo servidor, com observância nos pressupostos para avaliação de desempenho fulcrado nos artigos 3º e 4º desta Lei, como, também, observando-se os critérios de pontuação previstos nos ANEXOS I e II, III e IV que são integrantes do presente Decreto.

§ 2º - Depois de auditadas às informações e pontuações do Boletim individual do servidor o Chefe de Divisão ou Coordenador, transcreverá os dados em mapa de apuração de produtividade, submetendo à aprovação do Secretário Municipal de Fazenda, que remeterá à Secretaria Municipal de Administração e Controle Interno e Coordenação de Recursos Humanos, para o pagamento do Adicional de Produtividade Fiscal em folha de pagamento do mês subsequente ao da apuração.

Art. 11º – O servidor que, direta ou indiretamente, concorrer para a percepção indevida do Adicional de Produtividade Fiscal, mediante ação ou omissão dolosa ou culposa, responderá civil, penal e administrativamente pelo ilícito, sendo considerado ato de improbidade administrativa e crime contra a administração pública, sujeito à pena de demissão prevista no artigo 193, III da Lei Complementar 25 de 27/11/1997 e ser-lhe-á suspensa à concessão do Adicional de Produtividade Fiscal, até final julgamento do processo administrativo instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º - Se absorvido da conduta acima tipificada, o servidor deverá receber todos os créditos das quotas do Adicional de Produtividade Fiscal que ensejaram o procedimento administrativo e que não foram recebidos, como, também, devera devolvê-los aos cofres públicos quando indevidamente recebido e em razão da respectiva condenação.

Art. 12º - O Chefe de Divisão ou Coordenador que proceder à avaliação do servidor responderá solidariamente pela inidoneidade ou inveracidade das informações que fundamentarem o Boletim e o Mapa de apuração do Adicional de Produtividade Fiscal a que se referem os ANEXOS I e II, III e IV deste Decreto.

Art. 13º – Serão conservados em arquivo próprio, junto ao Departamento de Fiscalização das respectivas pastas, os boletins individuais do Adicional de Produtividade Fiscal, como, também, os mapas de pontuação deverão ficar arquivados no departamento de recursos humanos segundo os critérios da respectiva pasta, podendo depois de um período de 20 (vinte) anos ser destruídos, mediante lavratura de termo próprio.

Art. 14º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto nº 041 de janeiro de 2015 e todas as demais as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de novembro de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 17.11.15

ANEXO I – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO OBSERVADOS OS PRESSUPOSTOS DO ARTIGO 4º

Servidor com conceito Ótimo Pontuação Máxima - 100%

Servidor com Conceito Bom Pontuação Intermediária - 80%

Servidor com Conceito Satisfatório Pontuação Média - 50%

Servidor com Conceito Regular Pontuação Mínima - 25%

Servidor com Conceito Ruim Pontuação - Zero

ANEXO II – FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO

ÍTEM	ATIVIDADE	Nº DE PONTOS
01	**AUTUAÇÃO, NOTIFICAÇÃO ou AUTO DE INFRAÇÃO**	
a) Para recolhimento de ISSQN com lançamento no sistema, emissão e entrega do boleto sendo acima de 4URM	30	
b) Para arrecadação de Taxa de Publicidade de fachadas com lançamento no sistema e entrega do boleto	12	
c) Para arrecadação de Taxa de Publicidade de muros com lançamento no sistema e entrega do boleto	20	
	d) Para arrecadação de taxa de outdoor com lançamento no sistema e entrega do boleto	12
e) Para atendimento de vistorias de requerimento de renovação anual de Alvara.	08	
f) Para Regularização de alvarás em comercio atraso e alvará inicial com lançamento no sistema e emissão de boletos	20	
g) Notificação da regularização de área maior que 10 metros quadrado	20	
h) Notificação para atender a procuradoria fiscal	Para os encontrados 40 Para os Encontrados 20	
i) Para Cumprimento de Legislações vigentes SIMPLES/ITR	Notificação por AR:8 pontos Notificação por AR com devolutária:12 Por Edital, sendo por ordem alfabética 20 Laudo de ITR:deferido 300 e Indeferidos 450 Notificação de ITR na zona rural 100 pontos, não será dobrado pelo fato de estar na zona rural	
j) Em todas as Autuações e Notificações previstas no Anexo II, realizadas no período noturno, finais de semana, feriados e Zona Rural, exceto ITR desde que, sejam estabelecimentos que funcionam exclusivamente em período noturno e finais de semana, observarão a pontuação em dobro da respectiva atividade.	Pontuação em dobro	
02	**DILIGÊNCIAS:**	
a) Para Verificação de vício, falsificação ou adulteração de documentos fiscais que impliquem na ocultação do fato essencial, quanto à operação descrita.	08	
b) Para verificação de documento fiscal que consigne importância diversa do valor da prestação de serviço.	08	
c) Para verificação de falta de recolhimento de tributo apurado por meios que impliquem em erros, fraudes, dolo ou simulação.	08	
d) Diligência programas para verificação de emissão de documentos fiscais, com a lavratura de Autos de		

Constatação de Infração por descumprimento da Legislação Municipal.		
e) Diligência externa realizada para fins de instrução de processo administrativo tributário, revisão de estimativa de ISS, análise e decisão em requerimentos que versem sobre de Isenção de tributos, baixa de alvará.	08	
f) Diligência externa que resulte em apreensão de documentos ou comprovantes de atos e operações, que constituam ou possam vir a constituir fato gerador de obrigação tributária.	08	
g) Para constatação de contribuinte em atividade sem a inscrição no Cadastro Municipal de Contribuinte;	08	
	h) Para verificação do uso integral de máquinas registradoras, bem como da respectiva emissão de documentos e escrituração nos livros fiscais;	08
i) Para verificação de contribuinte omisso na apresentação de demonstrativos regulamentar	08	
j) Diligência para apreensão, apreensão cautelar, de mercadorias de descaminhos	50	
k) Diligência para de interdição e cassação de licença de estabelecimento comercial.	30	
l) Outras diligências e verificações referentes à obrigação principal e não especificadas acima.	08	
m) Por verificação de denúncia e apuração de irregularidades.	08	
03	**PLANTÕES:**	
	Para acompanhamento de diligência policial com a devida autorização, pontuação realizada não poderá ser dobrada	64
04	**AUDITORIA:**	
	a) Auditoria fiscal através do termo de início e final dos trabalhos de fiscalização (auditoria programada), por dia, desde que requisitada por autoridade superior.	250
05	**ENTREGA DE DOCUMENTOS:**	
	a) Entrega de aviso de cobrança de dívida ativa de ISS e taxas de poder de polícia. b) Entrega de correspondências Diversas autorizadas; c) Entrega de avisos expedida pelo Setor Tributação e Coordenação de ISSqn. d) Entrega de Carnês.	01
06	**LANÇAMENTOS, LEVANTAMENTO E COLETA DE DADOS:**	
a) Para fins de acompanhamento fiscal para controlar produção agrícola, extrativista mineral e vegetal do município preenchendo o mapa de acompanhamento de saídas da produção do município, de acordo com o disposto na Portaria 051/ Sefaz MT/1999;	12	
b) Para trabalhos relativos ao acompanhamento e recuperação de valores que integram o índice de participação do Município no ICMS;	20	
07	**PARECERES de ISS**	40
08	ITBI Avaliação que Coincida com valor declarado.	15
Avaliação de até 50% do valor declarado	30	
09	Análise, diligências e parecer fiscal em requerimentos de isenção, IPTU entrevista social com contribuintes;	Deferidas:30 Indeferidas:40
10	**LAVRATURA DE TERMOS DE:**	
	a) Embargos, apreensão, interdição fiscal, retenção de mercadorias de descaminho, termo de carga retida de acordo com a Portaria da Sefaz MT 051/99 também previsto no artigo 2º a da Portaria nº 31/05 e de acordo com o regulamento do ICMS em conformidade com o termo de cooperação nº 008/2011 SENF – SEFAZ/ MUNICIPIO DE CACERES CLAUSULA SEGUNDA NO ITEN 2.2.15. Com multa acima de 10 URM.	50
11	**AUTO DE INFRAÇÃO:**	
	a) Auto de Infração b) Auto de Infração de ISS	30 40
12	CADASTRO E REVISÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO FISCAL-BIC, com Parecer Técnico e Lançamento no Sistema – Pontuação Individual, mesmo se realizado por 2 fiscais.	40/INDIVIDUAL
13	**VISTORIAS:**	
	a) De Obra solicitada por autoridades superiores afin de levantamento do valor de ISSQN	12
14	**EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS:**	
	a) Emissão de documentos fiscais autorizados por convênios entre a União, Estados e os Municípios, (nota fiscal no indea)	1
15	Desenquadramento do MEI	40

ANEXO III-FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO

ÍTEM	ATIVIDADE	Nº DE QUOTAS
01	**NOTIFICAÇÃO**	
A	Para recolhimento de tributos municipais em inadimplência, por contribuinte, com notificação devidamente lançada no sistema;	12
B	Para regularização e/ou renovação de licenças e autorizações diversas com notificação lançada no sistema	08
C	Em desacordo com Código de Obras: construção reforma e demolição sem alvará de licença comprovado com o lançamento da notificação no sistema;	12
D	Em descumprimento ao Código de Posturas: ocupação de calçada pública, limpeza de terrenos baldios, construção de muros e calçadas, água servida e animais bovinos e equinos em via pública, publicidade, dentre outros;	08
E	Meio Ambiente: queimadas, retirada de material(cascalho, areia, solo), ocupação irregular em áreas de risco, ligação clandestina de fossa séptica e sumidouro em bocas de lobo;	08
F	Notificação de natureza jurídica.	10
02	**EMBARGO**	
A	Em abertura de vala em via pública, construção, demolição, reforma, comércio e indústria em geral sem alvará de licença ou sendo executado de forma irregular;	
03	**APREENSÃO**	
A	Apreensão, apreensão cautelar, inutilização e incineração de produtos expostos nos comércios, em vias e logradouros públicos;	30
B	Apreensão de animais bovinos e equinos.	100
04	**INSPEÇÃO, INTERDIÇÃO OU CASSAÇÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA**	
A	Em estabelecimentos residenciais, comerciais, industriais e filantrópicos.	30
05	AUTO DE INFRAÇÃO	
A	Infração do Código de Obras e Posturas com multa devidamente lançada no sistema;	12
B	Infração Ambiental – Meio Ambiente;	12
C	Para recolhimento de tributos municipais em inadimplência, por contribuinte, com multa devidamente lançada no sistema;	12
06	**DILIGÊNCIAS**	
A	Cumprimento de mandato judicial (se for o caso, cálculo de quotas será sobre o nº de infratores);	15
B	Realizada para fins de averiguação ou instrução de processo originado em razão de invasão de Áreas de Preservação Preservação – APP, vias e equipamentos públicos;	20
C	Acompanhamento com oficial de justiça e força policial na Retirada de invasores e Reintegração de Posse de APP, Vias e equipamentos públicos;	50
D	Diligência interna ao arquivo morto de mapas ou de documentos, devidamente requerido, para fins de emissão da 2ª via;	05
E	Para localização de imóvel e definição de numeração residencial/comercial;	12

F	Levantamento (in loco) de informações referentes ao endereço dos proprietários de terrenos baldios que necessite de limpeza, construção de muro e calçada; com aplicação de multa devidamente lançada no sistema;	20
G	Auxilio topográfico (demarcação de áreas públicas, definição de alinhamento para construção de muro);	100
07	**LEVANTAMENTO E LANÇAMENTO DE DADOS/INFORMAÇÕES**	
A	Para órgãos da União, instituições bancárias e conselhos fiscalizadores (ex. CREA, IBGE, Defesa Civil, Caixa Econômica Federal, etc.), anual;	50
08	**PARECER DE DEFESA E INFORMAÇÕES PRESTADAS EM PROCESSOS E REQUERIMENTOS**	
A	Parecer/informação fiscal de baixa complexidade;	20
B	Média complexidade;	50
C	Alta complexidade;	100
10	**VISTORIAS**	
A	Consulta prévia para construção	8
B	Para expedição ou prorrogação do Alvará de Licença para construção, reforma, demolição e certidão de demolição;	12
C	Para expedição da Carta de Habite-se	12
D	Em obras, quando solicita por autoridades superiores	15
E	Aferição de som em carros de som (publicidade), clubes, danceterias e similar solicitada através de requerimento;	08
F	Abertura de vala em via pública para ligação de águas pluviais; autorização para uso e ocupação de solo; sobreposição de área;	12
11	**PLANTÃO FISCAL**	
A	Toda atividade, devidamente necessária e comprovada, realizada entre o horário: 18h00min. as 06h00mim, feriados e finais de semana.	Pontuação em dobro

TABELA IV – AUTUAÇÃO MUNICIPAL

ITEM	PONTUAÇÃO		Nº PONTOS
1	Autuação leve Autuação média Autuação grave Autuação gravíssima	Sem apreensão	10
2	Autuação leve Autuação média Autuação grave Autuação gravíssima	Com apreensão	20
3	**Observação quando a multa for competência Estadual** e realizado pelo agente de trânsito municipal Autuação leve, autuação média, autuação grave, autuação gravíssima e for apreendido serão pagos o valor conforme descriminado.	Somente com apreensão	10
4	Fiscalização de caminhão frentista/categoria aluguel, com multa.		10
5	Fiscalização de eventos em vias públicas com multa.		10
6	Palestra, apresentação de mural, apresentação de oficinas em eventos para educação na transito (escolas, faculdade, universidades, comunidade e outros)		50
7	DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE EDUCAÇÃO DE TRANSITO (apresentação e formalmente aprovada pelo secretario)		200
8	Fiscalização de veículos de transporte escolar, rural e urbano.		10
9	Notificação para emplacar/transferir o veículo no endereço do proprietário (art.120. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semirreboque, deve ser registrado perante o órgão executivo de transito do estado ou distrito federal, no município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei)		20
10	Atividades para superar r$ 600.000,00 de repasse de IPVA mês (será dividido pelos agentes de trânsito em exercício)		1.500
11	(Atividades para superar r$ 800.000,00 de repasse de IPVA mês serão divididos pelos agentes de trânsito em exercício)		3.000
12	Promover retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade ou que possa gerar transtorno a sinalização viária, ou que venha obstruir ou interromper a circulação ou comprometer a segurança do trânsito.		20
13	Todas as notificações e autuações previstas na tabela desde decreto, realizadas no período noturno, finais de semanas, dos feriados e na zona rural, respectivas atividades		Pontuação em dobro
14	Fiscalização ponto de taxi (multas) conforme a lei nº 2.388 de 07 de outubro de 2013		10
15	Fiscalização de moto taxi (multas) conforme a lei nº 2.389 de 15 de outubro de 2013.		10
16	Apoio operacional em obras ou eventos realizados na via pública		20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 563 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 40665, de 17 de novembro de 2015,

R E S O L V E:

Art. 1º Delegar poderes administrativos e financeiros ao servidor **ELISEU LUCAS MONTEIRO**, Coordenador Contábil, para na ausência do Secretário Municipal de Finanças, prestar informações assinar e encaminhar documentos, incluindo transações bancarias, entre outros assuntos pertinentes à Secretaria Municipal de Finanças, com efeitos desde 18 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de novembro de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 18.11.15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO N°32/2015 - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretarias Municipal de Ação Social

Objeto: Registro de Preço, para eventual aquisição de veículo tipo PICK-UP 4X4, zero quilometro, cabine dupla com 04 (quatro) portas laterais, flex, para atender os beneficiários do Cadastro Único, **conforme descrições e quantitativos constantes neste edital, Termo de Referência e seus anexos.**

Empresa Vencedora: BRESSAN, LAMONATTO& CIA LTDA - 03.512. 021/0001-84

Valor Total R$ 106.500,00 (Cento e seis mil e quinhentos reais)

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 30 de novembro de 2015

DEBHORA BELUSSI

PREGOEIRA OFICIAL

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 298/2015

PORTARIA N.º 298/2015

"Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Jorgina da Rocha".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Jorgina da Rocha,** portadora do CPF nº. 615.805.701-00, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 08/11/ 2015 a 24/12/2015, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 112/2015.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 08/11/2015.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 30 de Novembro de 2015.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 30.11.2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

PREVICAMP
RESOLUÇAO Nº001, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

RESOLUÇÃO Nº001, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

O Conselho Curador do PREVI-CAMP - Fundo Municipal de Previdência Social, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n.o 653, de 18 de Fevereiro de 2004, por seu Regimento Interno, e

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 27 de Novembro de 2015;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1o O PREVI-CAMP - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Campinápolis/MT, 27 de Novembro de 2015.

KALIU INACIO DA COSTA

Presidente do Conselho Curador

MEMBROS:

Elvan Gomes de Oliveira

Mirian de Fatima Lagares

Elizabeth Cleide Alves Pereira

Andreia Rosa Rodrigues

Conceição Oliveira de Paula

Fernanda Vieira de Souza Maia

Raimundo Silva de Souza

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 109/2015.

Adjudicado: A P DA SILVA MULTIEVENTOS – ME.

CNPJ: 10.883.236/0001-77.

Objeto: Contratação de empresa do ramo de PROMOÇÃO DE EVENTOS para disponibilizar ao Município palco, som e iluminação nos dias 05 e 31 de dezembro/2015, 01 e 02 de janeiro 2016, nas comemorações do evento denominado “dia do Evangélico” e nas festividades de Reveillon 2016, Município de Campinápolis-MT.

Valor Total: R$ 50.562,50 (cinquenta mil quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Dotação: 02.010.04.122.1040.2005.3.3.90.39.00 Red. 007.

Vigência: 26/11/215 a 26/01/2016.

Assinam: Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Adenir Pinto da Silva, por parte da CONTRATADA.

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.129 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

LEI Nº 1.129 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento Programa vigente - Lei Municipal nº **1.107/2014 - Lei Orçamentária Anual**, um **Crédito Adicional Especial** no valor de **R$ 727.215,88 (Setecentos e Vinte e Sete Mil, Duzentos e Quinze Reais e Oitenta e Oito Centavos)** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	13 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Unid. Orç.	010 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Função	27- Desporto e Lazer
Sub-Função	812 - Desporto Comunitário
Programa	1270 - Programa Desporto e Lazer - Equilibrio e Qualidade
Proj. /Ativ.	**1.052 - Construção de Ginásio de Esportes**
Elemento	**4490.51.00.00.00**
Valor R$	**727.215,88**

Art. 2º. Para amparar o Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação por rubrica, nos termos do artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei 4.320/64, no Valor de **R$ 585.000,00 proveniente do Contrato de Repasse nº 806674/2014/MINISTÉRIO DO ESPORTE/CAIXA** e **R$ 142.215,88 provenientes de Anulaçao parcial ou total** da seguinte Rubrica Orçamentária:

Órgão	13 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Unid. Orç.	010 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Função	27- Desporto e Lazer
Sub-Função	812 - Desporto Comunitário
Programa	1270 - Programa Desporto e Lazer - Equilibrio e Qualidade
Proj. /Ativ.	1.050 - Obras, Inst, Equip. Desporto e Lazer
Elemento	4490.51.00.00.00
Valor R$	**142.215,88**

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários no Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.097/2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, e na Lei Municipal nº. 1.055/2013, Plano Plurianual.

Art. 4º – Esta Lei entrara em vigor na data da sua afixação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis – MT, em 24 de novembro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação modalidade PREGÃO 0168/2015, destinada à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de lubrificantes para atender os

veículos e máquinas da frota municipal, nenhuma empresa compareceu para participar do certame, ficando então DESERTA.

Campo Novo do Parecis-MT, 30 de novembro de 2015.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
DECRETO EXECUTIVO Nº. 113, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o Processo Anual de Atribuição de classe e/ou aulas dos profissionais do quadro efetivo e/ou estável, para o regime/jornada de trabalho da Secretaria Municipal de Educação, da Rede Municipal de Ensino de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências.

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando a necessidade de fixar critérios na Secretaria Municipal de Educação para atribuição de aulas na Rede Municipal de Educação, nos termos dos arts. 36 e 37 da Lei Municipal n°. 1.145, de 09 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação, e suas alterações posteriores,

Considerando as disposições contidas na Lei Federal nº. 11.494/2007-FUNDEB, considerando as Políticas Municipais para a Valorização dos profissionais da Educação com avaliação sistemática na prática educativa dos professores, de modo a promover avanços na melhoria da qualidade do ensino,

Considerando o disposto na Lei Federal n°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixam as Diretrizes e Bases da Educação, que assegura como formação mínima cursos em nível superior, cursos de licenciatura, de graduação plena para o exercício do Magistério para Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental,

Considerando a necessidade de garantir os direitos iguais na atribuição de aulas aos profissionais da educação, atribuindo as funções de concurso por habilitação e qualificação dentro da jornada/regime de trabalho nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação para o ano letivo de 2016,

Considerando a necessidade administrativa,

DECRETA

Art. 1º. Fica instituído e disciplinado o Processo Geral de Atribuição de Aulas a serem desenvolvidos pelos profissionais pertencentes ao quadro efetivo e/ou estável para oferta da educação, com o objetivo de atendimento a Educação Infantil e Ensino Fundamental da Educação Básica na Rede Municipal de Ensino, a saber:

I - definir critérios e estabelecer normas a serem seguidas pelos Profissionais da Educação Básica na Rede Pública Municipal na atribuição de aulas;

II - atribuir aulas aos professores efetivos e estáveis, do quadro do magistério, habilitados para as disciplinas da base comum e da parte diversificada para compor o quadro docente nas unidades escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal de Ensino.

Art. 2º. Regulamentar o processo de atribuição de classe e/ou aulas regime/jornada dos professores da Educação Básica, considerando a importância em garantir o quadro permanente dos professores efetivos nas unidades escolares municipais - Educação Infantil e Ensino Fundamental para o ano letivo de 2016.

Art. 3º. Todos os profissionais da Educação, efetivos e/ou estáveis que integram o quadro de pessoal, lotados e remanescentes na Rede Pública Municipal de Ensino deverão participar do processo de atribuição de aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares, conforme disciplina este Decreto, inclusive os profissionais nas situações funcionais abaixo:

I – lotados na unidade escolar, remanescentes e/ou em efetivo exercício, com funções na SME, atribuir-se-ão aulas e afastar-se-ão para a função que foi nomeada ou designada;

II – todos os profissionais lotados nas Unidades Escolares e remanescentes com Termo de Cooperação Técnica atribuirão aulas;

III – os profissionais que forem convidados e designados para o cargo de Coordenação Escolar e Assessor Pedagógico atribuirão aula na unidade onde se encontram lotados e/ou em efetivo exercício e afastar-se-ão para a função que foi nomeada ou designada.

Art. 4º. Atribuir aulas aos professores ocupantes de cargo efetivo e estável, do quadro do magistério, habilitados para as disciplinas do núcleo comum e da parte diversificada, para compor o quadro docente das Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino conforme art. 24 (parágrafo 1º, inciso I) da Lei 1.145/06.

Art. 5º. Para atribuição de aulas será considerado a carga horária do professor definida em Lei que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

§ 1º. Para o cumprimento da carga horária o professor atribuirá aulas em período oposto dentro ou fora da Unidade Escolar para a efetivação dos 67% (sessenta e sete por cento) de horas aulas, da sua jornada de concurso e/ou enquadramento.

§ 2º. Os professores atribuirão aula em uma turma como uni docente dentro da Unidade Escolar obedecendo à ordem de classificação na pontuação auferida, na contagem de pontos.

§ 3º. Para a complementação da carga horária do concurso de cada professor nos blocos será feita juntamente a atribuição da turma de todos pela ordem de classificação e serão feitas com as turmas de outro turno já atribuídas por outro professor ou aulas livres que ainda não foram atribuídas dentro ou fora da Unidade Escolar.

§ 4º. Na atribuição de turmas tanto no ensino fundamental como na Educação Infantil serão atribuídos 70% das turmas em cada período, deixando 30% para atribuição dos blocos. As turmas dos cargos só poderão ser atribuídas quando tiver falta de aulas.

§ 5º. No processo de atribuição de turmas aos profissionais lotados na EMEI Karine Alves Maforte não se aplica o § 4º do art. 5º, porém, levar-se-a em consideração que as turmas dos cargos só poderão ser atribuídas quando tiver falta de aulas, obedecendo ao artigo 20, inciso IV deste decreto, bem como, a instrução normativa 001/2009, item 4.2 ”a”, que normatiza o processo de lotação e jornada de trabalho dos Profissionais da Educação.

Art. 6º. Os pedagogos que lotaram na Escola de Educação Infantil com carga horária de 40 horas semanais, atribuirão uma turma com 20 horas e farão no período oposto de 10 (dez) horas em outra turma, dentro ou fora da Unidade Escolar de sua lotação, que será atendida por dois professores, compreendendo bloco de 10 dez horas aulas semanais para cada professor.

Parágrafo único. O Agente Educacional atribuirá à carga horária de 40 horas, obedecendo à ordem de classificação na pontuação auferida, na contagem de pontos.

Art. 7º. Fica o atendimento de 3 (três) turmas sob responsabilidade de dois professores, sendo que estes deverão estar em consonância e comprometidos com as atividades pedagógicas desenvolvidas com os discentes no interior de cada Unidade Escolar:

Parágrafo único. Os professores serão acompanhados e orientados pela SME e Equipe Gestora de cada Unidade Escolar de Educação Infantil.

Art. 8º. Os pedagogos com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais que lotaram no Ensino Fundamental poderão atribuir aulas do 1º ao 5º

ano, na Unidade Escolar ou em outras Unidades Escolares, quando não houver aulas suficientes para a complementação de carga horária na mesma Unidade Escolar.

Art. 9º. Os pedagogos com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais farão blocos de 8 (oito) ou 9 (nove) aulas, assumindo outra turma a partir do 4º ao 5º ano do Ensino Fundamental, em turno oposto e preferencialmente que os dois professores sejam da mesma Unidade Escolar, onde assumirão as turmas livres.

Art. 10. Fica o atendimento de 3 (três) turmas sob a responsabilidade de dois professores no ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, sendo que estes atribuirão à mesma turma em blocos e não poderão fragmentar seus planejamentos, bem como utilizar metodologias bem definidas entre si para o atendimento no mesmo turno e na mesma turma, primando pelo compromisso ético com bom aproveitamento para os discentes, buscando assegurar a efetivação de sua aprendizagem.

§ 1º. Todos os professores pedagogos atribuirão aula em uma turma como uni docente na Unidade Escolar de lotação, obedecendo à ordem de classificação na pontuação auferida, na contagem de pontos.

§ 2º. Juntamente com a atribuição da uni docência, será feita a complementação da carga horária de concurso e enquadramento de cada professor nos blocos, sendo atribuída a carga horária do bloco, com a turma de outro turno.

§ 3º. As vagas dos professores que estão em cargos eletivos/função e aulas livres ficarão para atribuição dos professores remanescentes na SME.

Art. 11. Com o objetivo de acompanhar o processo de atribuição de aulas nas Unidades Escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental, fica instituída entre os profissionais da educação, uma Comissão de Atribuição em cada Unidade Escolar, que se responsabilizará por todo o processo desde a contagem de pontos até a atribuição de sala/aulas/turmas, assim como a elaboração de ata ou cronograma especificando as aulas atribuídas a cada professor devendo essa ser assinada por toda comissão ao término da mesma:

§ 1º. A Comissão de Atribuição da jornada/regime de trabalho, classe e/ou aulas, na Unidade Escolar será organizada e composta por:

I - Diretor da Unidade Escolar;

II - Secretário da Unidade Escolar;

III - 03 (três) professores escolhidos no coletivo da Unidade Escolar;

IV- 03 (três) agentes educacionais, no caso da Educação Infantil, escolhidos no coletivo da Unidade Escolar;

V - Presidente da Unidade Executora de cada Unidade Escolar.

§ 2º. Nas Unidades Escolares onde não há Diretor ou Coordenador será nomeado um representante, escolhido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 12. Para a efetivação na atribuição de aulas nas Unidades Escolares considerar-se-á carga horária do professor definida na Lei que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis, a carga horária prevista na Matriz Curricular e o Calendário do ano Letivo, considerando os preceitos que asseguram à LDBEN 9.394/96.

Art. 13. Para a realização do Processo de Atribuição de Aulas, a Secretaria Municipal de Educação, fará orientações nos critérios:

I - comunicado para todas as unidades escolares da rede municipal, contendo as informações necessárias ao processo de atribuição de aulas como:

a) período para contagem de pontos;

b) certificados de capacitação em cursos que contemplam a educação, com os devidos registros de conteúdos, carga horária e protocolo das unidades responsáveis pela execução;

c) Matriz Curricular e o Calendário Letivo para 2016.

Art.14. Para a contagem de pontos nas Unidades Escolares, para Professores, Equipes Gestoras e Secretaria Municipal de Educação, serão seguidas as orientações contidas no art. 36, da Lei nº. 1.145/2006, *in verbis*:

"Art. 36. A atribuição de aulas e de suporte pedagógico ocorrerá anualmente, para o próximo período letivo, obrigatório para todos os ocupantes do cargo de professor, realizada pela Secretaria Municipal responsável pela gestão da Educação, obedecerá, em conformidade com a formação mínima exigida, ao somatório da pontuação baseada nos seguintes critérios:

I - tempo de serviço;

II - aperfeiçoamento e títulos.

§ 1º. Para efeitos de pontuação por tempo de serviço público prestado na rede municipal de ensino, cada ano contará um ponto;

§ 2º. Para efeitos da pontuação por aperfeiçoamento e títulos, utilizar-se-á o somatório da habilitação específica, da formação e atualização pedagógica, da seguinte forma:

I - a pontuação auferida pela maior titulação, nos termos do quadro abaixo:

FORMAÇÃO		*PONTUAÇÃO*
Pós-graduação	*- Doutorado reconhecido pelo Capes* *- Mestrado reconhecido pelo Capes* *- Especialização*	*- 45 (quarenta e cinco)* *- 40 (quarenta)* *- 30 (trinta)*
Licenciatura	*Licenciatura Plena*	*20 (vinte)*
Ensino Médio	*Magistério*	*06 (seis)*

II - a pontuação auferida pelo somatório da atualização pedagógica de Certificados devidamente registrados, na área da educação, onde constem obrigatoriamente os conteúdos trabalhados, dos últimos 3 (três) anos, até o limite de 400 (quatrocentas) horas, divididos por 40 (quarenta).

§ 3º. Entende-se por curso de atualização pedagógica os estudos feitos na área da educação que contemplem conhecimentos metodológicos e de políticas educacionais.

§ 4º. Não será computado para a contagem de pontos os cursos e estudos feitos durante o período em que o Professor ou Agente Educacional se encontrava afastado de suas funções por atestado médico, laudo ou em desvio de função em virtude dos mesmos.

§ 5º. Em caso de empate de pontos, obedecer-se-á ao seguinte critério:

a) maior graduação;

b) maior tempo de serviço na rede municipal de ensino;

c) maior idade."

Art.15. A Comissão de Atribuição de aulas na Unidade Escolar deverá:

I - acompanhar o processo de contagem e classificação dos pontos obtidos por cada professor na Unidade Escolar, observando os critérios da Lei Municipal nº. 1.145/06 do quadro de atribuições de aulas, e suporte pedagógico;

II - acompanhar todas as fases conforme cronograma do processo de atribuição de aulas;

III - apresentar relação nominal de professores por ordem decrescente na contagem de pontos aferidos, conforme art. 36 da Lei Municipal 1.145/2006;

IV - apresentar quadro de vagas/turmas ou aulas livres a serem atribuídas, afixando em local de fácil acesso e visualização na Unidade Escolar;

V - encaminhar para a Secretaria Municipal de Educação o quadro de professores atribuídos e aulas ou vagas para substituição na Unidade Escolar, a serem atribuídas por professores remanescentes ou complementação de carga horária para aqueles que já fizeram atribuição;

VI - elaborar ata e/ou demonstrativo discriminando as aulas atribuída por professores, devidamente assinada pelos mesmos e pela comissão.

Parágrafo único. As Unidades Escolares deverão compor suas comissões com os segmentos representativos utilizando de critérios éticos, tranquilidade e transparência a todos no processo de atribuição do início ao término dos trabalhos.

Art. 16. Os Professores lotados nas unidades escolares obedecerão à ordem de classificação na pontuação obtida para a atribuição de sua carga horária e turma, podendo fazer alternância de turma e horários dentro da Unidade Escolar apenas uma vez, antes do início do ano letivo, bem como, uma alteração, durante o ano letivo, quando houver a necessidade de adequar para o melhor atendimento aos alunos com anuência do corpo gestor da Unidade Escolar e da SME.

§ 1º. O professor (a) no ato da atribuição deverá atribuir o número de horas aulas, de acordo com a carga horária prevista no concurso, dentro da Unidade Escolar quando houver.

§ 2º. Caso não tenha aulas para as jornadas semanais na mesma Unidade Escolar o professor complementará sua jornada/regime de trabalho em outra unidade da Rede Pública Municipal.

Art. 17. Quando for constatado o esvaziamento de turmas em qualquer turno e turmas, tanto no Ensino Fundamental quanto na Educação Infantil, quando o número de alunos por turma chegar ao percentual de 30% (trinta por cento) a 50% (cinquenta por cento) de evasão da turma, sendo o número menor em mais de uma turma, proceder-se-á da seguinte forma:

I - serão feitas junção de turmas;

II - quando for em uma única turma será feita redistribuição nas demais turmas e turnos;

III - o professor será reconduzido para outra turma, dentro ou fora da escola, onde houver a necessidade;

IV - apenas na falta de turmas será permitido o encaminhamento do Educador ou Agente Educacional para outros atendimentos sob orientação da Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo de 2016.

Parágrafo único. Surgindo a necessidade de professor para substituir outro que se afastou por motivos legais, este servidor que estiver desempenhando outros atendimentos sob orientação da SME, deverá ser designado para assumir a turma do professor que esta se afastando.

Art. 18. A atribuição de aulas será feita nas Unidades Escolares para professores que concorrerão pela habilitação específica, nos cursos de licenciatura de graduação plena, nas seguintes etapas:

I - para efeito de atribuição exigida para atuação na Educação Básica (Educação Infantil), considerar-se-á a seguinte ordem:

a) Professor Licenciatura Plena em Pedagogia;

b) Normal Superior;

c) Professor Magistério (nível médio).

II - Nas Unidades de Educação Infantil, compreendendo de 1 (um) a 5 (cinco) anos de idade:

a) Maternal I;

b) Maternal II;

c) Maternal III;

d) Pré-escola I;

e) Pré-escola II.

Art. 19. Os Agentes Educacionais lotados nas Unidades Escolares obedecerão à ordem de classificação na pontuação e exercerão sua carga horária dentro da necessidade da Unidade Escolar, podendo fazer alternância de turma e horários apenas uma vez, previamente acordado pelos Agentes Educacionais que manifestarem essa intenção, bem como quando houver a necessidade da Unidade Escolar para melhor adequação de atendimento e horários aos alunos, com prévia anuência da SME e da Diretora da Educação Infantil da Unidade Escolar.

Art. 20. Os Agentes Educacionais atribuirão turmas nas Unidades de Educação Infantil, onde exercerão a função de realizar uma ação conjunta com o professor, objetivando o educar e o cuidar como eixo norteador do desenvolvimento infantil, com os seguintes critérios:

I – para atribuição de turmas o Agente Educacional seguirá o critério de ordem na pontuação por titulação e certificados de aperfeiçoamento dos últimos três anos;

II – os Agentes Educacionais terão a função de realizar uma ação conjunta com o professor e fazer acompanhamentos e atendimentos de rotina inerentes à função na Unidade Escolar;

III – com relação à atribuição de aulas dos Agentes Educacionais e dos Professores Regentes, fica determinado que para o ano letivo de 2015, os Professores Regentes atribuirão primeiro e para o ano letivo de 2016 os Agentes Educacionais atribuirão primeiro e assim de forma intercalada nos anos subsequentes.

IV - O professor atribuirá aulas em blocos em ordem decrescente.

§ 1º. As Unidades de Educação Infantil atendem crianças de 01 (um) a 05 (cinco) anos de idade, nas modalidades creche e pré-escola e terão sua atribuição de turmas para o ano letivo de 2016, da forma que se segue:

a) Maternal I;

b) Maternal II;

c) Maternal III;

d) Pré-escola I;

e) Pré-escola II.

Art. 21. O professor com Licenciatura Plena em Pedagogia, Normal Superior e Técnico em Magistério, atribuirá aulas (do 1º ao 5º ano) e complementará aulas em turmas nos anos iniciais (do 4º ao 5º ano) em blocos, assegurando o trabalho pedagógico bem planejado para atender as habilidades/capacidades de aprendizagem do discente, primando pela qualidade no processo ensino aprendizagem sendo acompanhados, orientados e avaliados pela equipe pedagógica da Unidade Escolar.

§ 1º. Para efeito de atribuição de aulas exigido para atuação na Educação Básica do ensino Fundamental, será considerada a seguinte ordem:

a) Professor Licenciatura plena em pedagogia;

b) Normal Superior:

c) Professor Magistério (Nível Médio);

d) Professor Licenciatura Plena em Educação Física, para a disciplina específica de acordo com o cargo de concurso.

e) Professor Licenciatura Plena em Letras, com habilitação para a disciplina de Inglês.

§ 2º. Na Educação Básica do Ensino Fundamental nos anos iniciais de 6 (seis) a 10 (dez) anos de idade, ficam assim distribuídos:

a) 1º ano;

b) 2º ano;

c) 3º ano;

d) 4º ano;

e) 5º ano.

I - Os professores farão complementação de sua carga horária em outras turmas dentro da unidade escolar ou em outra unidade escolar quando houver a necessidade, e/ou outras turmas no Ensino Fundamental em blocos, conforme regulamentado neste Decreto, sendo acompanhados e orientados pela equipe pedagógica nas Unidades Escolares, conforme carga horária da Matriz Curricular que serão em blocos assim distribuídos:

a) Português, História e Geografia.

b) Matemática, Ciências, Artes e Educação Religiosa.

II - O professor atribuirá aulas em blocos do 4º ao 5º ano, em ordem decrescente.

III – nas Unidades Escolares que atende os anos finais de Ensino Fundamental, quando existirem aulas livres e havendo o interesse do Professor pedagogo em assumir aulas em outra área, o mesmo poderá atribuí-las em outros anos do Ensino Fundamental, quando não tiver professor concursado ou enquadrado e o professor interessado for habilitado em outra área de conhecimento, ressalvado as aulas de Educação Física que além da formação o profissional deve ter a respectiva inscrição no CREF;

IV - na falta do professor efetivo para assumir as aulas livres, a preferência deverá ser para o efetivo com habilitação e/ou afinidade para assumir aulas na unidade escolar que for lotado ou em outra unidade dentro do município, sem prejuízo de sua lotação para o atendimento aos alunos do Ensino Fundamental, correspondente do 6º ao 9º ano, respeitando a ordem de classificação do professor na contagem de pontos na unidade escolar e/ou na Rede Pública Municipal de Campo Novo do Parecis;

V - os professores com aulas livres poderão atribuir aulas em outras Unidades Escolares, dentro da sua área de concurso ou em outra habilitação adquirida após a efetivação, no ano letivo de 2016, através de orientação e acompanhamento da SME, sem prejuízo na sua lotação;

VI – o Professor e o Agente Educacional efetivo ou estável lotado poderá se candidatar a assumir aulas em outra unidade escolar ou na mesma para substituir aulas livres no ano letivo de 2016, na vaga do professor que está em cargo eletivo na função de Diretor e Coordenador escolar, primando pela aprendizagem do aluno da rede escolar, deverá atribuir aulas ou turma na unidade de lotação e assumirá aulas livres quando não tiver professor remanescente da área, na escola onde surge as aulas ou turma sob orientação do departamento pedagógico da SME;

VII – após atribuição de todos os professores e agentes educacionais efetivos lotados e remanescentes, estes poderão fazer o remanejamento entre as unidades escolares antes da atribuição dos profissionais contratados para o ano letivo vigente;

VIII - para efeito de atribuição de aulas exigido para atuação na Educação Infantil e Ensino Fundamental, considerar-se-á a seguinte ordem:

a) Professor Licenciatura Plena em Pedagogia;

b) Professor Técnico em Magistério;

c) Professor Licenciatura Plena em Educação Física para a disciplina específica.

Art. 22. Os professores efetivos e/ou estáveis do quadro da Secretaria Municipal de Educação, habilitado e concursado por área do conhecimento atribuirão aulas nas Unidades Escolares onde foram lotados, conforme a carga horária de concurso ou enquadramento, para cumprir a jornada de 67% (sessenta e sete por cento) de horas/aulas efetivas na mesma unidade de lotação, quando houver, ou complementação em outra unidade escolar, para carga horária de 40 horas semanais, 30 horas semanais e 20 horas semanais.

I - Para efeito de atribuição de aulas exigido para atuação na Educação Básica - Ensino Fundamental considerar-se-á a seguinte ordem:

a) professores habilitados por área do conhecimento efetivo ou estável;

b) ordem de classificação auferida pela contagem de pontos;

c) área específica para o cumprimento da carga horária.

II - Na Educação Básica do Ensino Fundamental nos anos finais de 10 (dez) a 14 (quatorze) anos de idade ficam assim distribuídos:

a) 6º ano;

b) 7º ano;

c) 8º ano;

d) 9º ano.

Art. 23. Nas escolas localizadas nos Distritos e zona rural dar-se-á preferência na atribuição de aulas aos profissionais lotados nas Unidades Escolares, na habilitação específica de concurso e em outra habilitação adquirida posteriormente, e/ou áreas afins para atribuição e complementação de carga horária, bem como adequação de aulas livres nas Unidades Escolares.

Art. 24. Os professores em regime de Cooperação Técnica na Escola Estadual Marechal Cândido Rondon poderão atribuir aulas fora de sua área de concurso quando faltar aulas para sua carga horária, se este professor possuir outra habilitação, bem como quando possuidor de habilidades por afinidade com o domínio de conhecimentos para ministrar as aulas corretamente, quando for necessário para complementação da carga horária de concurso na Unidade Escolar, respeitando-se a ordem de classificação auferida na pontuação.

Parágrafo único. Quando o professor ainda ficar com carga horária semanal disponível, poderá ser redistribuída para o atendimento em outra função administrativa, didática pedagógica ou até mesmo para outra Unidade Escolar da Rede Municipal, na complementação da carga horária semanal.

Art. 25. Em conformidade com o inciso III, art. 36 da Lei Municipal 1.145/2006, a pontuação máxima auferida pela somatória da atualização pedagógica de certificados devidamente registrados na área da Educação, totalizará 10 (dez) pontos, sendo:

a) cursos de Língua Estrangeira – contarão pontos apenas para professores na área de Linguagem;

b) cursos *on-line* com conteúdos na área da educação, contendo o número de registro da entidade executora com o limite de até 120 horas, na contagem de pontos para efeito de atribuição de aulas no ano letivo de 2016, quando o certificado tiver carga horária superior, considerar o limite de 120 horas.

§ 1º. Os certificados de participação em cursos no período em que os profissionais se encontravam afastados da função, com atestados e laudos médicos, não serão computados para a contagem de pontos na atribuição de aulas, referente ao ano letivo de 2016.

§ 2º. Os profissionais que estão afastados do efetivo exercício de suas funções em cargos na SME ou na Unidade Escolar poderão validar seus certificados no momento da contagem de pontos.

§ 3º. Para validação dos certificados na contagem de pontos para atribuição de aulas é obrigatório constar no verso, os conteúdos do curso, registro do certificado e o nome legível da entidade executora que originou o certificado. Caso haja discordância de informações reserve-se direito a comissão de atribuição consultar a Entidade que chancelou o Certificado, se ainda necessário que se peça a lista de presença.

§ 4º. Os certificados da formação continuada orientado e acompanhado pelas Unidades Escolares terão o limite de no máximo 80 horas e deverão constar os conteúdos trabalhados em cada etapa executada do ano letivo de 2015.

§ 5º. O professor e o agente educacional que possuir mais de um título de especialização e/ou graduação na área da educação poderão contar um ponto para cada uma a partir da segunda titulação, na somatória de pontuação final.

§ 6º. Serão considerados válidos apenas os certificados de formação sem registro de conteúdos os emitidos pela NAME/COC, sistema de apostilamento utilizado pela rede municipal de ensino.

§ 7º. A somatória auferida na contagem de pontos de cada professor deverá chegar ao limite total de 400 horas, sendo divididos por 40 horas e não poderão ultrapassar ao total de 10 (dez) pontos.

§ 8º. A carreira dos Profissionais da Educação do município é formada de Professores e Agentes Educacionais com atribuições específicas para cada função, conforme o art. 6º da lei 1.145/2006.

§ 9º. Para fins de contagem de pontos no que trata o tempo de serviço, levar-se-á em consideração para todos os efeitos legais o art. 68 da lei 1. 130/2006.

§ 10. Em caso de empate, obedecer-se-á ao seguinte critério:

I – maior graduação;

II – maior tempo de serviço na rede municipal de ensino;

III – maior idade.

Art. 26. O profissional da educação que se encontrava em desvio de função para tratamento de saúde no ano de 2015 e que estará retornando no ano de 2016 para a Unidade Escolar, atribuirá as suas aulas de acordo com este Decreto.

§ 1º. Uma vez constatada pelos profissionais competentes a necessidade de readaptação, esta deverá necessariamente ser desencadeada e não poderá ser alvo de recusa por parte do profissional de educação, nos moldes do art. 54 da Lei 1.130/2006.

§ 2º. Uma vez estabelecida à conduta da reabilitação comprovada pelos médicos responsáveis pela saúde ocupacional do município ou do FUNSEM o profissional da educação que se encontra em desvio de função voltará a assumir suas funções estabelecidas ao cargo, salvo se o profissional estiver sido readaptado nos moldes do art. 54 da Lei 1.130/2006.

§ 3º. O profissional da educação em desvio de função está obrigado a submeter-se a perícia médica do FUNSEM, a cada três meses, sob pena de suspensão de sua remuneração de acordo com a Lei 1.130/2006 e 1. 170/2007.

§ 4º. O profissional da educação que, nos últimos 05 (cinco) anos esteve afastado de suas funções por período superior a 24 (vinte e quatro meses) e ingressar com novo laudo/atestado no ano de 2016 para afastar-se de suas funções, deverá se submeter à perícia médica do município para readaptação nos moldes do art. 54 da Lei 1.130/2006.

§ 5º. Não podendo o servidor ser readaptado devido ao seu estado clínico, o mesmo deverá ser encaminhado ao FUNSEM, nos moldes da Lei 1.170/ 2007.

Art. 27. Todo professor e o profissional lotado ou em exercício nas Unidades Escolares e que se encontrar em desvio de função, acompanhado de laudo médico no ano letivo de 2015, que não esteja hábil a exercer suas funções de concurso no ano de 2016, deverá de acordo com artigo 54 da Lei 1.130/2006, passar por readaptação.

Parágrafo único. Readaptação é a investidura do servidor em cargo ou especialidade de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção de saúde, não acarretando, em hipótese alguma, aumento ou descenso de vencimentos do servidor.

Art. 28. Os professores que atribuírem a função na Sala de Recurso que tem as ações didáticas por convênios com a Secretaria de Educação Especial SEESP/MEC/FNDE, desenvolverão atividades de ALFABETIZAÇÃO e atividades complementares, utilizando os mais diversos multimeios didáticos pedagógicos, no coletivo de professores, para atender as necessidades dos alunos com deficiência da Unidade Escolar, na Rede Pública Municipal de Ensino, obedecendo aos seguintes critérios:

I - orientar necessidades de atendimentos para os alunos com deficiência, e os professores no atendimento do educando com maiores ou menores dificuldades na construção do conhecimento dentro das suas habilidades cognitivas, para a elaboração do conhecimento e o bom atendimento na aprendizagem do aluno;

II - orientar as famílias para os atendimentos quando forem necessários com profissionais de outras áreas do conhecimento, se houver a necessidade de intervenção.

Art. 29. Os professores que assumirem as Salas de Recursos nas Unidades Escolares, efetuarão trabalho juntamente com os professores regentes nas unidades onde atribuírem suas funções, fazendo diagnósticos prévios, para levantamento de dados das possíveis dificuldades que os alunos possam apresentar, bem como farão o acompanhamento dos temas por eles estudados juntamente com os respectivos docentes na Unidade escolar, com o objetivo específico de investigar as dificuldades dos alunos continuamente e a partir dos dados, referente a cada aluno atendido para:

I - o professor da Sala de Recursos planejará suas ações e intervenções necessárias para melhoria na aprendizagem do educando em defasagem de aprendizagem ou com dificuldades acentuadas na sistematização do conhecimento;

II - o professor da Sala de Recursos e os professores das salas passarão a articular coletivamente no processo de ensinar e aprender no contexto da unidade escolar, fazendo os registros e comunicando às situações de aprendizagem dos alunos mensalmente, para a Coordenação Escolar, conforme a necessidade de cada educando, bem como tomar as medidas necessárias em relação aos alunos faltosos, que precisam de apoio e acompanhamento, quer seja na sala inclusiva, quer seja na sala de Recursos ou nos encaminhamentos para outros atendimentos que tenham sido previamente diagnosticados.

Art. 30. Para atuar no Atendimento Educacional Especializado - AEE e Salas de Recursos, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial atendendo ao que preconiza o art.59, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e a Resolução nº 4, de 2 outubro de 2009.

§ 1º. Caso não tenha profissional com formação específica para a Educação Especial poderá atribuir:

I - Professor com formação inicial que o habilite para o exercício da docência com Especialização em Educação Especial;

II - Professor com formação inicial que o habilite para o exercício da docência com Especialização em Psicopedagogia;

III - Professor com formação inicial que o habilite para o exercício da docência;

IV - Professor com formação em nível de Ensino Médio (magistério).

Art. 31. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado e Salas de Recursos:

I - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimento aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Art. 32. Fica instituída a Sala de Apoio nas Unidades Escolares que disponibilizarem de espaço físico para atendimento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, priorizando os alunos com distorção idade-série, podendo ser blocos de 20 horas.

Art. 33. O professor que assumir a Sala de Apoio nas Unidades Escolares, efetuará trabalho juntamente com os professores regentes nas unidades onde atribuírem suas funções, fazendo diagnósticos prévios, para levantamento de dados das possíveis dificuldades que os alunos possam apresentar, bem como fará o acompanhamento dos temas por eles estudados juntamente com os respectivos docentes na Unidade escolar, com o objetivo específico de investigar as dificuldades dos alunos continuamente e a partir dos dados, referente a cada aluno atendido para:

I - o professor da Sala de Apoio planejará suas ações e intervenções necessárias para melhoria na aprendizagem do educando em defasagem de aprendizagem e/ou dificuldades de aprendizagem;

II - o professor da Sala de Apoio e os professores das salas passarão a articular coletivamente no processo de ensinar e aprender no contexto da unidade escolar, fazendo os registros e comunicando às situações de aprendizagem dos alunos mensalmente, para a Coordenação Escolar, conforme a necessidade de cada educando, bem como tomar as medidas necessárias em relação aos alunos faltosos, que precisam de apoio e acompanhamento e nos encaminhamentos para outros atendimentos que tenham sido previamente diagnosticados.

Art. 34. O professor para assumir a Sala de Apoio nas Unidades Escolares, preferencialmente deverá ser efetivo e respeitado a formação do artigo 30, deste decreto.

I – possuir experiência docente para organizar material didático alternativo e ter metodologia para utilizar;

II - saber planejar atividades e utilizar de intervenções pedagógicas para desenvolver capacidades para o perfil e necessidade de aprendizagem do aluno atendido;

III - atuar como docente no atendimento do aluno, com atividades de complementação curricular específica para o atendimento do educando;

IV - elaborar coletivamente as ações didático-pedagógicas de intervenção no processo de ensinar com professor e no processo de atividades na aprendizagem do aluno, no desenvolvimento sistemático do conhecimento para o educando com dificuldade de aprender;

V – elaborar Proposta Pedagógica de apoio à aprendizagem dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

Art. 35. Não concorrerá para atribuição de aulas na Sala de Apoio o professor que estiver nas situações funcionais abaixo:

I – em constante Licença para Tratamento de Saúde;

II – estiver em gozo de Licença Prêmio.

Art. 36. As Unidades Escolares através de suas comissões no término da atribuição de aulas, jornada e regime de trabalho na Unidade Escolar, farão todos os registros da atribuição de aulas, salas e turnos, com o respectivo demonstrativo do quadro de professores em suas turmas, aulas, salas e turnos atribuídos que serão encaminhados para a Secretaria Municipal de Educação para conhecimento e as providências no redimensionamento dos profissionais que estiverem com aulas livres ou na condição de remanescente no quadro de espera na Secretaria Municipal de Educação, e/ou ainda em outras Unidades Escolares do Município.

Art. 37. Os professores remanescentes efetivos e estáveis farão a contagem de pontos na SME, obedecendo aos mesmos critérios constantes nesse Decreto e dentro do grupo deverão formar a Comissão, composta por três professores para a efetivação da contagem de pontos, devendo obedecer à ordem de classificação para a atribuição de aulas nas unidades de ensino em substituição a professores lotados que estiverem assumindo função, cargo ou licença médica nas unidades escolares do município.

Parágrafo único. Aos professores de área lotados nas escolas, que ficarem sem suas turmas devido ao redimensionamento, fica assegurado o direito de atribuir aulas na Secretaria Municipal de Educação, juntamente com os professores remanescentes, respeitando os critérios de desempate.

Art. 38. O Professor e o Agente Educacional que deixarem de participar ou não se fazerem representar por meio de procuração na fase de contagem de pontos e na atribuição de aulas/turmas, passarão a pertencer ao quadro de professores remanescentes na escola que irão assumir as turmas e aulas livres na unidade, ou até mesmo em outra Unidade Escolar.

§ 1º. O professor que por algum motivo não comparecer na contagem de pontos e atribuição de aulas deverá nomear um representante por meio de procuração reconhecida em cartório, com o fim específico de atribuição de aulas ou turmas, dentro do seu concurso.

§ 2º. No caso dos professores ausentes o gestor deverá fazer o registro das faltas e encaminhar para a Secretaria de Administração a fim de proceder ao desconto em folha de pagamento.

Art. 39. Ficará a cargo de cada Unidade Escolar fazer a somatória de horas trabalhadas e as compensações a serem deduzidas em horas atividades ou na última semana dos exames, aos professores de Educação Física, no acompanhamento dos jogos estudantis que deverão acontecer em finais de semanas, em todas as escolas, desde que cumprida à carga horária de sala de aula.

Art. 40. O profissional lotado que por algum motivo não atribuir e não completar sua carga horária de concurso, na mesma unidade, será remanejado para outra Unidade Escolar para efetivação da sua carga horária.

Art. 41. Para fins de contagem de pontos nas Unidades Escolares, fica assegurado que para o ano letivo de 2016, como política de valorização ao Professor Alfabetizador que participa do Programa do MEC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, o somatório de um (01) ponto, em conformidade com o artigo 14 deste Decreto.

Art. 42. Fica assegurado para fins de Atribuição de Aulas na Rede Municipal de Ensino, que o professor alfabetizador, lotado, acompanhe seus alunos do 1º ao 3º ano, a fim de realizar o processo de alfabetização contínua, conforme o art. 30, § 1º, da Resolução nº 7/2010, do Conselho Nacional de Educação e de acordo com a Lei Municipal nº 1.744/2015, que aprova o Plano Municipal de Educação – PME, que trata os 03 (três) anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou ciclo sequencial.

§ 1º. O professor que previamente se manifestar por escrito que deseja acompanhar sua turma de acordo com a redação do artigo 42 deste Decreto, esta turma não irá para a lista de atribuição, ficando o professor já previamente atribuído na mesma, restando a este professor apenas a atribuição do bloco no caso de carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 43. De acordo com o art. 14 deste Decreto, para fins de contagem de pontos nas Unidades Escolares, ficam assegurados que para o ano de 2016, como política de valorização ao Professor e Agente Educacional que atuarem em Turmas Inclusivas com laudos, por no mínimo 1 (um) semestre, o somatório de dois (02) pontos, sendo a mesma somatória de pontos se atendeu o aluno durante todo o ano letivo.

Art. 44. Considerando o redimensionamento das turmas para a Escola Estadual, fica acordado que para o ano de 2016, as turmas de 5º ano da Escola Municipal 04 de julho serão atribuídas pelos professores de área.

Art. 45. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 26 dias do mês de novembro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

NEUSA BERNARDETE COSTA

Secretária Municipal de Educação

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 003 ao Contrato de Prestação de Serviço nº 029/2015

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X Caldatto & Caldatto Ltda - ME

Objeto: alterar a Cláusula Terceira – Valor do Contrato e Preços.

Data: 19/11/2015

Procedimento Licitatório: Dispensa de Licitação n° 003/2015

Secretaria: *Saúde*

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO Nº. 100, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUTORIZA SERVIDÃO DE PASSAGEM DOS BENS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º– Fica autorizada de entrada para uso e utilização de imóvel, com forma de imissão na posse, para fins de servidão de passagem dos bens de propriedade do Município de Campo Verde, consistente nos imóveis a seguir individualizados:

i. Imóvel objeto da **Matrícula n.° 9.628** do livro N° 2, do Cartório de Registro de Imóvel desta Comarca de Campo Verde-MT, o qual possui área total de 6,600,00 m² (seis mil e seiscentos metros quadrados), com ocupação de faixa de domínio de 154,98 m² (cento e cinquenta e quatro metros e noventa e oito centímetros quadrados), na referida área inicia-se a descrição deste segmento que terá faixa de 7m (sete metros) de largura, com 4 (quatro) marcos a partir do ponto de coordenadas UTM, conforme croqui anexo;

ii. Imóvel objeto da **Matrícula n.° 8.422** do livro N° 2, do Cartório de Registro de Imóvel desta Comarca de Campo Verde-MT, o qual possui área total de 11,00 hectares (onze hectares), com ocupação de faixa de domínio de 2.103,36m² (dois mil cento e três metros e trinta e seis centímetros quadrados), na referida área inicia-se a descrição deste segmento que terá faixa de 7m (sete metros) de largura, com 10 (dez) marcos a partir do ponto de coordenadas UTM, conforme croqui anexo;

iii. Imóvel de **Matrícula n.° 7.174** do livro N° 2, do Cartório de Registro de Imóvel desta Comarca de Campo Verde-MT, o qual possui área total de 30,6189 hectares (trinta hectares, sessenta e um ares e oitenta e nove centiáres), com ocupação de faixa de domínio de 7.561,81m² (sete mil quinhentos e sessenta e metros e oitenta e um centímetros quadrados), na referida área inicia-se a descrição deste segmento que terá faixa de 7m (sete metros) de largura, com 26 (vinte e seis) marcos a partir do ponto de coordenadas UTM, conforme croqui anexo;

Art. 2º– Fica a concessionária de Serviços públicos Águas de Campo Verde Ltda., ou a quem esta indicar, ocupar e utilizar a faixa de domínio, a ser declarada como área servienda, necessária para execução das obras do interceptor B – São Miguel, conforme croquis anexos, os quais ficam fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 3º– Fica a concessionária Águas de Campo Verde Ltda, quando do término das obras, obrigada a deixar as áreas limpas e desobstruídas, sendo, ainda, responsável por eventuais prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 23 de novembro de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campo Verde – MT,FÁBIO SCHROETER, no uso de suas atribuições, torna público pelo presente Edital que substitui o Edital da Portaria Nº 681/2015 de 18 de novembro de 2015, os critérios para a realização da contagem de pontos e do processo anual de atribuição de classe e /ou aulas, ao corpo docente pertencente ao quadro efetivo, que atuarão na Educação Básica da Rede Pública Municipal, no ano letivo de 2016.

1 – Para a atribuição de classes e/ou aulas, aos profissionais do magistério pertencentes ao quadro efetivos, lotados em Unidades Escolares da cidade será de acordo com o seguinte calendário:

1.1 – Para as Unidades Escolares com apenas Diretor e um Coordenador:

Dia 25 de janeiro de 2016 na SMEC:

- 7 horas e 30 minutos – Creche Municipal Cora Coralina;

- 8 horas e 30 minutos – Centro Educacional Bem Me Quer;

- 9 horas e 30 minutos – Centro Educacional Amerecilda;

- 13 horas e 30 minutos - Creche Francisco Tirado Aragão Filho;

1.2 Para as unidades Escolares com um Diretor e dois coordenadores:

Dia 25 de janeiro de 2016 na Unidade Escolar:

- 07h às 09h – E. M. Monteiro Lobato;

- 9 h e 30 min às 11h - E. M. São Lourenço;

- 13h às 17h Centro Educacional Paulo Freire;

- Dia 26 de janeiro na Unidade Escolar:

- 07 às 11h - E. M. Dona Sabina Lazarin Prati;

- 13h às 17h - E. M. Dona Maria Artemir Pires;

1.3 - Para as unidades Escolares do Campo na SMEC:

- Dia 26 de janeiro de 2016, das 7 horas e 30 min as 11 h;

1.4 – Para os professores Remanescentes - SMEC;

- Dia 26 de janeiro das 13 horas às 17 horas;

1.5 - Para os Professores Removidos - SMEC.

- Dia 27 de janeiro de 2016, das 07 h às 11 horas;

2 – Para atribuição de aulas livres, aos professores contratados a atribuição será na Sede da Secretaria Municipal de Educação a partir das 08:00 horas do dia 28/01/2016.

2.1 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde–MT, em 30 de novembro de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.144, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ENTABULAR E PAGAR ACORDO EM AÇÃO JUDICIAL TRANSITADA NO ORÇAMENTO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar acordo a ser firmado em Ação de Desapropriação n° 05/1999 e Embargos à Execução contra a Fazenda Pública n° 07/2008, que tramitaram no Juízo da Primeira Vara da Comarca de Campo Verde, tem como credor OTÁVIO ECKERT, portador do CPF n.º 014.453.329-49, e MARIA MACARINI ECKERT, portadora do CPF nº 340.073.341-53, nos valores abaixo discriminados, totalizando R$2.692.750,68 (dois milhões seiscentos e noventa e dois mil setecentos e cinquenta reais e sessenta e oito centavos).

Parágrafo único – Os valores dos débitos tributários a serem compensados, previstos no Parágrafo Primeiro do Artigo 2° não constam do valor de R$2.692.750,68 (dois milhões seiscentos e noventa e dois mil setecentos e cinquenta reais e sessenta e oito centavos) do caput deste artigo, que serão apurados no momento da baixa da dívida ativa, conforme Termo de Acordo e Anexos integrantes desta.

Art. 2º - O Município pagará à autora o valor acima dividido em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, cada uma no importe de R$74.798,63 (setenta e quatro mil setecentos e noventa e oito reais e sessenta e três centavos), a serem adimplidas até o dia 30 (trinta) de cada mês, tendo como vencimento a 1ª (primeira) parcela no dia 30 (trinta) de janeiro do ano de 2016.

Parágrafo primeiro – Em razão do acordo objeto desta Lei fica autorizada a compensação de valores referentes a débitos tributários atualmente existentes em nome dos credores perante a Fazenda Pública Municipal, bem como dos débitos tributários a serem lançados nos exercícios fiscais subsequentes, ficando autorizada a baixa do débito atual e correções perante a dívida ativa.

Parágrafo segundo – Para fins de cômputo do valor dos débitos tributários que trata o parágrafo antecedente, estes farão *jus* às isenções e anistias estabelecidas em Programa de Recuperação Fiscal-PRF aprovados no Município, desde que atendidos todos os requisitos legais específicos.

Art. 3º - Os pagamentos serão realizados através de empenhos e pagos diretamente ao credor Otávio Eckert, mediante depósito bancário em conte corrente indicada pelo próprio.

Art. 4º - Em razão do acordo autorizado por esta Lei ficam os credores responsáveis pela execução da integralidade das obras de infraestrutura do Loteamento Residencial Estação da Luz, ficando o Município de Campo Verde obrigado pelas obras de asfaltamento objeto de compensação parcial do débito, na forma que consta do Termo de Acordo e Anexos integrantes desta.

Art. 5º - O credor ficará inteiramente responsável pelo pagamento dos honorários advocatícios de seu procurador.

Art. 6º - Fica o Termo de Acordo Extrajudicial, a ser firmado entre as partes e seus documentos anexos, como sendo parte integrante e essencial da presente lei.

Art. 7º - O pagamento da despesa prevista no artigo 1º da presente Lei será realizado em dotação orçamentária específica.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 11 de novembro de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 692/2015

PORTARIA N.º 692/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

NOMEIA A SENHORA CLEIDE APARECIDA RODRIGUES SCHWARZ PARA EXERCER O CARGO DE SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CÂMARA MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004.

DIVULGA LISTA DE INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS, JULGAMENTO DE RECURSOS, LOCAL DE PROVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Senhora **Angela Maria Rosatti Schneider**, presidente da **Comissão Examinadora do Concurso Público,** nomeada pela **Portaria nº 043 de 16 de outubro de 2015**, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital de Concurso Público nº 001/2015, torna público o que segue:

1. DIVULGA-SELISTA DE INSCRITOS HOMOLOGADOS PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL COMPLEMENTAR;

2. INFORMA-SE AINDA QUE, QUANTO À PUBLICAÇÃO DA LISTA DE INSCRITOS INDEFERIDOS, OCORRIDA NO DIA 25/11/2015 ATRAVÉS DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003, NÃO HOUVE NENHUM RECURSO. PORTANTO, FICA AQUELA LISTA HOMOLOGADA PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS;

3. DIVULGA-SE O LOCAL DE PROVA ESCRITA E ENTREGA DE TÍTULOS: A PROVA ESCRITA SERÁ REALIZADA NO DIA 06/12/2015 (DOMINGO), NO PERÍODO MATUTINO, A PARTIR DAS 08H00, HORÁRIO DE MT, NA ESCOLA MUNICIPAL DONA SABINA LAZARINI PRATI, situada na AVENIDA SÃO PAULO, 730 CENTRO – CAMPO VERDE – MT: a. **ATENÇÃO:** O Candidato deverá comparecer ao local de prova, com antecedência mínima de 1h (uma hora) do horário estipulado, munido, obrigatoriamente, do documento de identidade original com foto e caneta esferográfica de material transparente, com tinta de cor azul ou preta, conforme estabelece o item 9.7 do Edital de Abertura; b. **DA ENTREGA DE TÍTULOS:** ao candidato é FACULTADA a entrega de título, que deverá ser

feita somente no período de realização da prova escrita, conforme item 13.6. do Edital de Abertura.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada no site oficial da Câmara Municipal de Campo Verde: www.campoverde.mt.leg,br, no mural oficial da Câmara, no site da Empresa executora www.grupoatame.com.br/concurso e no site https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

Campo Verde, 30 de novembro de 2015.

Angela Maria Rosatti Schneider

Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
QUINTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 114/2015

QUINTO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 114/2015, PARA O FORNECIMENTO DE GASOLINA COMUM AO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

Pregão nº. 052/2015.

Processo nº. 406/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE - MT

CONTRATADO: **PAULO ANDREIS E CIA LTDA,** inscrito no CNPJ sob n°. 08.455.945/0001-00.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam reajustados, como forma de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os valores registrados no lote 02, conforme abaixo:

Descrição	Valor unitário atual	Valor unitário com o reequilíbrio econômico financeiro
Gasolina Comum	3,56	3,61

CLÁUSULA SEGUNDA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Município de Campo Verde valer-se-á de dotação orçamentária específica, indicada no momento de utilização da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço originária.

Campo Verde – MT, 30 de Novembro de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL "SRP" N. 060/2015

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob o n.060/2015, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de selecionar propostas objetivando futuras e eventuais aquisições de Papel A4 e similares, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. A abertura está marcada para o dia 11/12/2015, às 08hs00 (oito) horas do horário local, no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio - MT, situado à Av. Valdir Masutti, 1.999, Bairro Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br. Informações através do fone/fax (65) 3387-2800.

Campos de Júlio - MT, 30 de novembro de 2015.

Michelle C. Almeida Silva

Pregoeira Oficial

Decreto nº. 002/2.015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 080/2015.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO :Alterar CLÁUSULA V – DO PRAZO DE ENTREGA do contrato original.

DA VIGÊNCIA ADITADA: ate 26/02/2016.

DO PRAZO DE ENTREGA DA OBRA: 26/02/2016

ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e SANEBRAS COMÉRCIO DE MATERIAIS E PRODUTOS PARA SANEAMENTO BÁSICO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA / CONTRATADO.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 095/2015.

EXTRATO DO CONTRATO N° 095/2015.

DA ESPÉCIE: Execução de obra/serviços.

DO OBJETO: Implantação de rede de distribuição de energia elétrica no Distrito Industrial (barracão de triagem de resíduos sólidos).

DO VALOR: Valor global de R$ R$ 38.749,08 (trinta e oito mil e setecentos e quarenta e nove reais e oito centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente; Unidade: 01 – Departamento de Agropecuário; Centro de Custo: 11100 - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente; Despesa: 687 – 11.01.2.081.4.4.90.51.99.00.00.00 – Obras e Instalações.

DA VIGÊNCIA: 26/11/2015 à 25/01/2016.

ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e ELEPAR CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS SAPEZAL LTDA / CONTRATADO.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 46/2015

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 075/2015, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de pintura do prédio da Unidade de Saúde da Família I - Governador Dante de Oliveira.

Contratado: A E MOURA CONSTRUTORA - ME. CNPJ/MF nº 23.026.283/0001-46.

Valor global: R$ 18.102,29 (dezoito mil e cento e dois reais e vinte e nove centavos).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93.

Dispensa de Licitação: 46/2015

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 30 de novembro de 2015.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 028/2015

EDITAL Nº 028/2015 DE: 19 de Novembro de 2015

"A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, em cumprimento ao que determina o Art. 182, Inciso II e Art. 184, Inciso II da Resolução nº 14/2007 – TCE/MT."

Torna–se pública o Balancete Financeiro referente ao mês de Outubro do exercício de 2015, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

A documentação referente à publicação encontra-se na Prefeitura a disposição de qualquer contribuinte do Município de Canabrava do Norte – MT, para questionar – lhe sua legitimidade.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 089/2015

PORTARIA Nº 089/2015 DE: 24/11/2015

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGOS EFETIVOS."

VALDEZ VIANA NUNES, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º. - Nomear o seguinte servidor (a), aprovado no Concurso Público Municipal nº001/2012, conforme relação abaixo:

SERVIDOR	CARGO	CAR HOR	CLAS	SECRETARIA/LOTAÇÃO
ALINE PEREIRA METKE	COPEIRA/FAXINEIRA	40	Reserva	SAÚDE

Artigo 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de Novembro de 2015.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 027/2015

EDITAL Nº 027/2015

DE: 17 de Novembro de 2015

"A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, em cumprimento ao que determina o Art. 166º Inc. III da Res. TCE nº 14/2007"

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, representado pelo Sr. **VALDEZ VIANA NUNES**, **TORNA PÚBLICO** o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referente ao **5º Bimestre** do RREO – do Exercício Financeiro de 2015.

O Relatório de Execução Orçamentária ficará a disposição de qualquer contribuinte do Município de **Canabrava do Norte - MT**, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, o mesmo será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - PREVICAN
PORTARIA Nº013/2015- PREVICAN

De 30 de Novembro de 2015.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos do processo de Tomada de Contas Especial, referente ao recebimento indevido do beneficio de salário família por servidor da Prefeitura Municipal de Canarana, instaurada através da Portaria n° 008/2015.

Nielson Guimarães Silva, Diretor Executivo do PREVICAN – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Canarana - MT, no uso das atribuições, e atendendo ao disposto no parágrafo III do Art. 8º da Resolução Normativa nº 24/2014 do Tribunal de Contas Estado de Mato Grosso.

Considerando a decisão referente ao processo 14630/2014, que determina que seja realizada Tomada de Contas Especial e Considerando a necessidade de conceder um prazo maior para a conclusão dos trabalhos do processo de tomada de contas especial.

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos do processo de Tomada de Contas Especial instaurada pela Portaria 008/2015, a pedido, por mais 30 dias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nielson Guimarães Silva

Diretor Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº613/2015

De 27 de novembro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CARMEM PINTO DE MORAES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora CARMEM PINTO DE MORAES por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 30/11/2015 a 29/12/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 04/06/2014 A 03/06/2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 27 de novembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

RREO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PERIODICIDADE BIMESTRAL - DECLARAÇÃO

RREO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PERIODICIDADE BIMESTRAL

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, que o **Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Município de Castanheira - MT**, relativo ao **5.º Bimestre de 2015**, foi publicado no mural e no site da Prefeitura (www.castanheira.mt.gov.br) na data de 30/11/2015, contendo os elementos dispostos nos Artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

E por ser expressão da verdade assino a presente Declaração.

Castanheira-MT 30 de Novembro de 2015.

Mabel de Fátima Milanezi Almici

Prefeita Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP N.º 042/2015

AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO

A Pregoeira torna público o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 42/2015**, do tipo **MENOR PREÇO PO ITEM**, objetivando a **Aquisição de 01 (um) Caminhão Basculante 6x4 Zero KM com Caçamba de no mínimo 10 MT³** e sagrou-se vencedora a Empresa **EXTRA MÁQUINAS S/A** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 19.293.041/0002-22** no valor total de **R$ 249.999,00 (Duzentos e quarenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais)**

Castanheira - MT, **01** de **dezembro** de **2015**.

ROSANA DA SILVA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2815/2015

Projeto de Lei nº 211/2015

Autoria: Verª Ismaili Donassan - PSD

LEI Nº. 2815/2015

"INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO A FESTA DE SÃO CRISTOVÃO".

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu, NILSON JOSÉ DOS SANTOS. Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído Calendário Oficial do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, a "Festa de São Cristovão".

Art. 2º Esta lei em entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider, em 23 de novembro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Colider-MT

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2014

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 224 /2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: DAIANE ELIAS DOS SANTOS

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 224/2015, por termino do contrato de trabalho.

VALOR RESCISÓRIO: R$1.776,58 (Hum mil e setecentos e setenta e seis reais e cinquenta e oito centavos)

DATA: 30/11/2015

SECRETARIA: Educação, Esporte e Lazer.

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2814/2015

Projeto de Lei nº 210/2015

Autoria: Verª Ismaili Donassan - PSD

LEI Nº. 2814/2015

"INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, A "FESTA SERTANEJA VIOLADA BRUTTA".

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu, NILSON JOSÉ DOS SANTOS. Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída e incluída no Calendário Oficial do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, a "Festa Sertaneja Violada Brutta".

Art. 2º Esta lei em entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider, em 23 de novembro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Colider-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI N°. 2817/2015

PROJETO DE LEI N°. 247/2015

Autoria Poder Executivo

LEI N°. 2817/2015

SÚMULA: "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR NILSON JOSÉ DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por remanejamento de dotação, no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), nos termos do Artigo 43, Parágrafo 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço de dotações já consignadas no Orçamento Vigente para o presente exercício.

09 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

09.001 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

09.001. 26 – Transportes

09.001. 26. 782 – Transporte Rodoviário

09.001. 26. 782. 0013 – Gestão Secretaria Obras e Serviços Urbanos

09.001. 26. 782. 0013. 2051 – Manutenção/Construção e Conservação de Estradas e Vias

09.001. 26. 782. 0013. 2051.3390.30.0000 – Material de Consumo R$ 200.000,00

Total Geral.....R$ 200.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recurso anulado da seguinte dotação Orçamentária do orçamento financeiro de 2015, em conformidade com o inciso II do artigo 43, da Lei 4.320/64.

09 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

09.001 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

09.001. 26 – Transportes

09.001. 26. 782 – Transporte Rodoviário

09.001. 26. 782. 0013 – Gestão Secretaria Obras e Serviços Urbanos

09.001. 26. 782. 0013. 2051 – Manutenção/Construção e Conservação de Estradas e Vias

09.001. 26. 782. 0013. 2051.4490.51.0000 - Obras e Instalações R$ 200. 0000,00

TOTALGERAL.....R$ 200.0000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 25 de novembro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2015.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Colíder - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 11 de Dezembro de 2015, ás 08:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Colíder/MT, tendo como objeto o Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços gráficos para suprir as necessidades de diversas Secretarias do Municipio de Colíder – MT,conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. O Edital completo e o programa “MEDIADOR” está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Colíder – Comissão Permanente de Licitação, sito na Travessa dos Parecis, 85 – Centro – Setor Leste - Colíder/MT e no site www.colider.mt.gov.br.

Colíder/MT, em 30 de Novembro de 2015.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - MT ESTADO DE MATO GROSSO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 05 AO EDITAL PSS Nº 003/2015

O Prefeito do Município de Colíder - MT, Sr. **NILSON JOSÉ DOS SANTOS**, através da Comissão Organizadora do Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto 81 de Outubro de 2015, torna público o edital complementar do Edital do Processo Seletivo Simplificado 003/2015.

Art. 1º - Torna público o *Gabarito Preliminar ANEXO I,* da prova realizada no dia 29 de Novembro de 2015 do Seletivo Simplificado 003/2015 da Prefeitura Municipal de Colíder, abrindo prazo de recurso contra a divulgação do gabarito das questões objetivas de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de publicação, sendo o prazo final para o candidato protocolar o seu recurso eletrônico até as 17:59 horas do dia 02 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Os recursos deverão estar de acordo com o **Edital de Abertura 003/2015 do Seletivo Simplificado** conforme segue abaixo:

8 – Dos Recursos:

8.1.3

– Com relação à prova escrita (questões objetivas), no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação dos gabaritos preliminares.

8.2 – O recurso deverá ser individual com a indicação da questão que o candidato se julga prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, entre outros, juntando cópia dos comprovantes, devendo o mesmo realizado único e exclusivamente via sistema gerenciador de recurso via online, o qual ficara disponível por ate 02 (dois) dias úteis após realização das provas.

8.3 – Será indeferido liminarmente o recurso que não estiver fundamentado ou for interposto fora do prazo, bem como os que contenham erro formal e ou material, em sua elaboração ou procedimentos que sejam contrários ao disposto nesse Edital.

8.4 – Se da análise de recursos resultar anulação de questões, essas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos. Se resultar alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

8.5 – Os recursos indeferidos liminarmente não estão sujeitos à análise do mérito, mesmo que devidamente fundamentados.

8.6 – Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso ou recurso de recurso.

Art. 3º - O Candidato que desejar protocolar um recurso deverá acessar o link abaixo:

http://www.consultoriaatos.com/concursos/

Art. 4º – O edital completo contendo o ANEXO I, está disponível para consulta no mural e no site da Prefeitura Municipal de Colíder http://www.colider.mt.gov.br e no site da empresa organizadora http://www.consultoriaatos.com/concursos/.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, permanecendo inalteradas as demais disposições do EDITAL n. º 003/2015. Este Edital Complementar 05 do Seletivo Simplificado 003/2015, entra em vigor na data de 30 de Novembro de 2015.

Colíder – MT, 30 de Novembro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS VILMA BARBOSA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal Presidente da Comissão do PSS nº 003/2015

ANEXO I GABARITO PRELIMINAR						
Questões	Professor Educação Infantil e Anos Iniciais	Professor Geografia	Professor História	Professor de Língua Portuguesa	Professor de Língua Inglesa	Professor Matemática
01	C	C	C	C	C	C
02	B	B	B	B	B	B
03	B	B	B	B	B	B
04	C	C	C	C	C	C
05	A	A	A	A	A	A
06	D	D	D	D	D	D
07	B	B	B	B	B	B
08	B	B	B	B	B	B
09	D	D	D	D	D	D
10	C	C	C	C	C	C
11	C	D	D	C	D	D
12	B	B	C	B	A	D
13	C	C	C	A	B	B
14	D	A	A	D	D	C
15	A	B	B	A	D	C
16	B	A	A	A	A	A
17	A	C	A	A	D	C
18	C	B	B	D	C	B
19	D	D	D	C	B	A
20	D	A	B	D	C	C

Disponibilizado em 30 de Novembro de 2015

ANEXO I GABARITO PRELIMINAR						
Questões	Professor de Educação Física	Professor de Artes	Professor de Ciências	Prof. de Historia, Geog. e Educ. Religiosa	Prof. de Agroecologia e Economia Solidaria	Prof. Língua Portuguesa, Inglesa e Artes
01	C	C	C	C	C	C
02	B	B	B	B	B	B
03	B	B	B	B	B	B
04	C	C	C	C	C	C
05	A	A	A	A	A	A
06	D	D	D	D	D	D
07	B	B	B	B	B	B
08	B	B	B	B	B	B
09	D	D	D	D	D	D
10	C	C	C	C	C	C
11	C	A	D	B	D	C
12	C	C	C	B	C	B
13	D	C	D	B	B	A
14	B	B	B	A	C	D
15	D	D	C	C	C	D
16	D	B	A	A	D	B
17	C	C	A	C	A	C
18	B	D	C	D	B	D
19	A	B	D	C	A	B
20	C	D	D	C	A	C

Disponibilizado em 30 de Novembro de 2015

ANEXO I GABARITO PRELIMINAR			
Questões	Professor Matemática e Ciência	Professor de Computação	Prof. Língua Portuguesa, Inglesa, Artes e Educação Física
01	C	C	C
02	B	B	B
03	B	B	B
04	C	C	C
05	A	A	A
06	D	D	D
07	B	B	B
08	B	B	B
09	D	D	D
10	C	C	C
11	D	A	C
12	C	C	B

13	D	A	A
14	B	B	D
15	C	D	D
16	A	C	B
17	C	D	C
18	B	B	D
19	A	C	A
20	C	D	C

Disponibilizado em 30 de Novembro de 2015

ANEXO I GABARITO PRELIMINAR						
Questões	Apoio Adm. Educ. Manut. Infraestrutura - (Zeladora)	Apoio Adm. Educ. Nutrição Escolar (Cozinheira)	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Técnico Administrativo Educacional	Apoio Administrativo Educacional - Vigia	Apoio Adm. Educ. Manut. de Infraest./Secretaria
01	B	B	B	B	B	B
02	B	B	B	B	B	B
03	A	A	A	A	A	A
04	C	C	C	C	C	C
05	B	B	B	B	B	B
06	D	D	D	D	D	D
07	B	B	B	B	B	B
08	C	C	C	C	C	C
09	D	D	D	D	D	D
10	B	B	B	B	B	B
11	B	A	A	B	B	B
12	B	C	B	A	A	D
13	D	B	C	D	A	C
14	A	B	C	C	D	B
15	B	D	B	A	D	A
16	C	C	B	B	D	C
17	B	B	D	D	B	B
18	D	A	A	D	D	A
19	A	D	C	B	B	B
20	C	A	D	A	C	A

Disponibilizado em 30 de Novembro de 2015

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº. 093/2015

Designa o comitê de Coordenação e o Comitê Executivo para coordenação, discussão, avaliação, aprovação e execução das atividades necessárias à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Colider - MT, conforme o Termo Aditivo de Execução Descentralizada no 04/2014 celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e Universidade Federal de Mato Grosso, assinado e publicado no Diário Oficial da União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER – MT, no desempenho de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Federal nº 11.445/ 2007 e a necessidade de se instituir comitês específicos para as atividades relacionadas à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

DECRETA

Art. 1º. Fica instituído o Comitê de Coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1 – Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica - FUNASA

2 – Representante do Governo do Estado de Mato Grosso – Secretaria de Estado das Cidades - SECID

3 – SERGIO JACINTO DE SOUZA (Secretaria Municipal de Saúde)

4 -. NORMA NOBRE (Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

5 - ***BENAIA TEIXEIRA DE SOUZA*** (Secretaria Municipal de Ação Social.)

6 – CARLOS ABRAÃO GAIA – Coordenador – (Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento)

Parágrafo Único. São atribuições do Comitê de Coordenação ao que se refere o *caput* deste artigo:

1- Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo; 2- Analisar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

Art. 2º. Fica instituído o Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1 – Claudiomiro Pereira dos Santos (Engenheiro/ Técnico)

2 – José Carlos Sene Nava – Engenheiro Sanitarista

3 – Alex Oscar de Sousa– Engenheiro Civil

4 – Clemencilva Pereira dos Santos Madeira – Departamento de Projetos

Parágrafo Único. São atribuições específicas do Comitê Executivo a que se refere o *caput* deste artigo.

I – executar em conjunto com a equipe executora, as atividades previstas nas etapas de elaboração do Plano, apreciando e validando cada produto a ser entregue, submetendo-o à avaliação do Comitê de Coordenação;

II – observar os prazos indicados no cronograma de execução.

Art. 3º. A designação dos membros dos comitês previstos neste Decreto não importará em qualquer vantagem pecuniária ou acréscimo remuneratório, a qualquer título.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider - MT, em 27 de Novembro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito de Colider

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2014

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 131/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: MARIO NORTON SIEBIGER

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 131/2015, por rescisão sem justa causa por iniciativa do empregado.

VALOR RESCISÓRIO: R$3.426,63 (Três mil e quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e três centavos)

DATA: 03/11/2015

SECRETARIA: Educação, Esporte e Lazer.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2014

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 101 /2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: JESSICA LUNA DE CARVALHO

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 101/2015, por termino do contrato de trabalho.

VALOR RESCISÓRIO: R$1.748,85 (Hum mil e setecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos)

DATA: 23/10/2015

SECRETARIA: Educação, Esporte e Lazer.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO Nº. 253/GP/2015, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 253/GP/2015, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

Súmula: "Altera o Decreto 203/2013 que dispõe sobre Designação do Fiscal de Contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

DECRETA:

Art. 1° - Por força deste

Decreto

ficam designados os representantes abaixo relacionados para assumir a função de Fiscal de Contrato, sendo este responsável em acompanhar e fiscalizar os contratos da secretaria atribuída, no âmbito da Administração Pública Municipal.

a) Secretaria Municipal de Saúde – Jaqueline Martins Souza

b) Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Marluce Aguilar Gomes

c) Secretaria Municipal de Finanças, Administração, Planejamento e Coordenação Geral, Gabinete do Prefeito, Agricultura, Meio Ambiente, Desporto e Lazer – Monica da Silva Davi de Abreu

d) Secretaria de Obras – Daiane Dalmaso.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de novembro de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2015

OBJETO: Prestação de Serviços Médicos; Favorecidos: Claiton Roberto Maia Prazo de execução: 03 Meses; FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 inciso IV da Lei n.º 8.666/93**.** Ratifico a dispensa de Licitação com fulcro na justificativa n.º 16/2015 e no Parecer Jurídico anexos ao processo, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Confresa – MT, em 26 de Novembro de 2015.

Gaspar Domingos Lazari

Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 025/2015

EDITAL N.º 025/15

DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 162, PARÁGRAFO 3º E LEI ORGANICA DO MUNICIPIO ART. 83, INCISO 17º, Lei Complementar 101/2000.

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo Sr. **GASPAR DOMINGOS LAZARI**, **TORNA PÚBLICO** o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referente ao **5º Bimestre** do LRF – do Exercício Financeiro de 2015.

O Relatório de Execução Orçamentária ficará a disposição de qualquer contribuinte do Município de **CONFRESA**, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, o mesmo será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

R E G I S T R E - S E

P U B L I Q U E - S E

Gabinete do Prefeito

GASPAR DOMINGOS LAZARI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 59/2012

Ref: Prorrogação do Prazo de **VIGÊNCIA DO CONTRATO** por mais 180 dias; Vigência: 01/12/2015 a 29/05/2016; Contratada: Lira & Costa Ltda.; Data: 27/11/2015.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 216/2015 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

Portaria nº 216/2015 de 26 de Novembro de 2015.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 058/2014.

RESOLVE;

Art. 1º - Nomear para ocupar cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO o Sr. DANIEL RODRIGUES DE MOURA, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA/DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,retroagindo seus efeitos desde 03/11/2015.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 26 de Novembro de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 05/2015

Ref: Prorrogação do Prazo de **EXECUÇÃO DA OBRA** por mais 270 dias; Vigência: 30/11/2015 a 26/08/2016; Contratada: G. Marques da Cruz - ME; Data: 27/11/2015.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 05/2015

Ref: Prorrogação do Prazo de **VIGÊNCIA DO CONTRATO** por mais 270 dias; Vigência: 30/11/2015 a 26/08/2016; Contratada: G. Marques da Cruz - ME; Data: 27/11/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 197/2015

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor EMERSON RODRIGUES, portador da cédula de identidade sob o nº 10625925, expedida pela SJ/MT e do CPF: 793.168.401-04, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **123/2015**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 27 de novembro de 2015.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 107/2014

"Terceiro Termo Aditivo do Contrato de execução de obra, que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE** e a Empresa ***CONSTRUTORA EMA LTDA.– EPP".***

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro do ano de 2015 (dois mil e quinze) , o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE** estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Prefeito **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538–07, doravante denominado **CONTRATANTE** e ***CONSTRUTORA EMA LTDA. – EPP***, empresa com sede na Avenida Florispina Azambuja, nº 766, Centro, na cidade de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 09.321.093/0001-20 representada pelo seu sócio ***ADALBERTO DE FREITAS ARANTES***, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Pontes e Lacerda, na Avenida Florispina Azambuja, nº 766, portador da cédula de identidade nº 800.7696 expedida pela SSP – MT e do CPF 063.888.171-49, doravante denominado simplesmente ***CONTRATADA***, vencedora da licitação na modalidade de **Tomada de Preços n°. 006/2014**, signatários do contrato 107/2014 firmado em 28 de novembro de 2014, com vencimento em 26 de junho de 2015, e 2º Termo Aditivo com vencimento em 26 de setembro de 2015, que tem por objeto, obras inerentes à AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS, têm entre si justo e avençado e celebram por força do presente instrumento em conformidade com a Lei n. 8666/93 e respectivas alterações, o presente termo aditivo, mediante as disposições expressas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO DIREITO

1.1 Em conformidade com o Artigo 57, §1º incisos II da Lei n.º 8.666/93, e nos termos permissivos da cláusula 8.4 do contrato inaugural, que possibilita o aditamento contratual em razão de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, resolvem as partes alterar o prazo de vigência.

CLAUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO

2.1 Os prazos estabelecidos nas clausulas 8.1 e 8.2 do termo inaugural fica prorrogados, com vencimento para **31 de dezembro de 2015;**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato primitivo, com ratificação de todas elas.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente Termo foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Conquista D'Oeste, 22 de setembro de 2015.

Walmir Guse

Prefeito

CONTRATANTE

Adalberto Freitas Arantes

Construtora Ema Ltda. - EPP

CONTRATADA

Testemunhas:

Maria Conceição de Freitas Luciano Aparecido da Silva

RG: 1092791-3 SJ/MT RG: 1.516.051-3/SSP-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 123/2015

"Contrato de execução de obra que entre si fazem **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE** e a empresa ***CONSTRUTORA EMA LTDA - EPP***"

Aos 27(vinte e sete) dias do mês de novembro de 2015, o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** estabelecido na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, WALMIR GUSE, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060. 590.538–07, doravante denominado CONTRATANTE e CONSTRUTORA EMA LTDA. – EPP, empresa com sede na Avenida Florispina Azambuja, nº 766, Centro, na cidade de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 09.321.093/0001-20 representada pelo seu sócio ADALBERTO DE FREITAS ARANTES, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Pontes e Lacerda, na Avenida Florispina Azambuja, nº 766, portador da cédula de identidade nº 800.7696 expedida pela SSP – MT e do CPF 063.888.171-49 doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si justo e avençado as disposições contidas no presente contrato conforme vontade expressas nas clausulas e condições a seguir, tudo em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

a. A **CONTRATADA** executará para o **CONTRATANTE** aEXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE ALAMBRADO EM TORNO DA CASA DO MEL S,conforme Projeto Básico de Engenharia, que se encontra anexado ao edital nº 002/2015; **b.** Integra-se a este contrato, como se nele transcrito estivessem, o Edital da Tomada de Preços n°. 001/2015 e seus anexos, bem como a proposta da **CONTRATADA**;

CLAUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 O presente contrato é celebrado em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

3.1 O presente contrato e celebrado com base no processo licitatório TOMADA DE PREÇOS n°. 002/2015, **homologado em 25 de novembro de 2015**, Processo Administrativo Nº 1163/2015, respeitados os demais preceitos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1 A obra contratada está orçada em R$21.750,62(vinte e um mil, setecentos e cinquenta reais e sessenta e dois centavos), preço esse que será pago pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA,** mediante medição e disponibilidade de recursos.

CLAUSULA QUINTA – REAJUSTE

5.1 O presente contrato não será reajustado no período de sua vigência.

CLAUSULA SEXTA – PAGAMENTOS

6.1 Os pagamentos serão efetuados pelo **CONTRATANTE**, obrigatoriamente por meio de cheques nominais ou crédito em conta corrente em Banco, em nome do licitante vencedor do certame, no prazo máximo até o décimo dia útil de cada mês, contados do adimplemento da obrigação, de acordo com o laudo de medição dos serviços efetivamente executados, aprovado por seu representante, constando os respectivos preços unitários cotados na planilha apresentada, mediante apresentação do correspondente documento fiscal.

6.2 Para pagamento da última parcela da obra, deverá a CONTRATADA apresentar a certidão negativa de débitos do INSS – CND da obra.

CLAUSULA SÉTIMA – PRAZO DE INICIO DE EXECUÇÃO

7.1 A obra terá inicio imediatamente após a expedição da Ordem de Serviços.

CLAUSULA OITAVA – PRAZO DE ENTREGA DA OBRA

8.1 O prazo para execução da obra aqui contratada é de 90(noventa) dias, contados da data de expedição da ordem de serviços.

CLAUSULA NONA – PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

9.1 O presente contrato terá inicio no ato de sua assinatura até 31de dezembro de 2015.

9.2 O prazo de duração do presente instrumento poderá ser alterado por iniciativa do **CONTRATANTE**, havendo conveniência administrativa, a critério do Prefeito Municipal, e será formalizado mediante lavratura de Termo Aditivo;

9.3 A **CONTRATADA** poderá solicitar prorrogação do prazo se verificar interrupção na execução das obras por motivos alheios à vontade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 As despesas decorrentes com a execução da obra descrita na cláusula primeira e no valor da cláusula quarta correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

002 – DIVISAO DE AGRICULTURA

20 – AGRICULTURA

4490.51.00.00.00 (422) – OBRAS E INSTALAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1O **CONTRATANTE** obriga-se a

a) Promover através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da execução da obra, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

b) Efetuar os pagamentos conforme laudos de medição apresentados pela CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

11.2A **CONTRATADA** obriga-se a:

a) Executar a obra aqui pactuada, de conformidade com o projeto técnico discriminado na CLÁUSULA PRIMEIRA deste Contrato;

b) Entregar no prazo de 90 (NOVENTA) dias, a partir da data da ordem de serviço, os serviços contratados, conforme discriminado na planilha de CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO;

c) Executar os atendimentos e suporte técnico sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**;

d) Substituir, sempre que exigido pelo **CONTRATANTE** e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios a disciplina ou ao interesse do Serviço Público, sem nenhum ônus;

e) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia anuência do **CONTRATANTE;**

f) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

g) Comunicar a Administração, pôr escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de seus deveres e responsabilidades, relativos à execução do Contrato ou parcialmente, pôr motivo superveniente;

h) Permitir e facilitar a inspeção pela Fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução da obra;

i) Manter, permanentemente, no canteiro de obras, profissionais com plenos poderes de decisão na área técnica;

j) Submeter, previamente, à Prefeitura os contratos de subcontratações necessárias a execução do objeto da licitação.

k) Apresentar para inicio da execução da obra, a matricula do cadastro específico do INSS – CEI da obra;

l) Deverá ter a planilha de diário de obra para a fiscalização da Prefeitura realizar as anotações pertinentes.

11.3A **CONTRATADA** ainda se responsabiliza, integralmente:

a) Pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**;

b) Pelos encargos trabalhistas, fiscais, e previdenciários resultantes da execução deste Contrato, não transferindo ao **CONTRATANTE**, em caso de inadimplência da **CONTRATADA**, com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto deste Contrato.

11.4 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

11.5 Os serviços extra-orçamentários que se fizerem necessários serão executados pela **CONTRATADA**, desde que seus preços tenham sido analisados e devidamente aprovados pelo **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco pôr cento), do valor do presente contrato e sempre obedecendo as demais cláusulas contratuais.

11.6 O preço do valor de aditivos será apurado mediante a aplicação da Tabela SINAP, e procedido o desconto do percentual aplicado na proposta de preços licitados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 A **CONTRATADA,** convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, ficando descredenciado no cadastro de fornecedores do **CONTRATANTE** pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato;

12.2 Pela inexecução total ou parcial deste Contrato o **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total e atualizado deste Contrato e dos Aditivos, se for o caso;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir ao **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra (c) desta Cláusula

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 Este contrato poderá ser rescindido, nos termos do artigo 77 da lei 8. 666/93, constituindo motivos para essa rescisão:

a) O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) O atraso injustificado na entrega da obra;

c) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

d) A subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e neste Contrato;

e) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como a de seus superiores;

f) O cometimento reiterado de falhas na execução, anotadas na forma do Art. 67, Parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93;

g) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

h) A dissolução da sociedade;

i) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Contrato;

j) Razões de interesse público (Art. 78, XII, da Lei nº 8.666/93);

k) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

13.2 A rescisão do contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE;**

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, no processo da licitação, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;

c) Judicial, nos termos da legislação.

13.3 A rescisão prevista na letra a, da cláusula 12.2, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras sanções prevista neste Contrato:

a) Assunção imediata do objeto deste Contrato, no estado e local em que encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;

b) Retenção dos créditos decorrentes da execução deste contrato, até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido, provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, ou, definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos deste contrato, conforme preceitua o art.73, Inciso I alíneas a e b da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Conquista D'Oeste, 27de novembro de 2015.

WALMIR GUSE

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CONSTRUTORA EMA LTDA – EPP

CNPJ: 09.321.093/0001-20

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Maria Conceição de Freitas Luciano Aparecido da Silva

RG: 1092791-3 SJ/MT RG:1.516.051-3/SSP-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2015

Processo nº 073/2015

DO EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL- Sistema de Registro de Preços

Modalidade e tipo da licitação: **PREGÃO PRESENCIAL – MENOR PREÇO POR ITEM**

Senhor licitante no EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO MENOR PREÇO - **Nº 048/2015,** visando: **"AQUISIÇÃO DE MADEIRAS SERRADAS, NÃO PLAINADAS, DE ORIGEM TOTALMENTE LEGALIZADAS CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE, MADEIRAS DESTINADAS PARA MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PONTES DESTE MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU - MT PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSITO RODOVIARIO"**

Fica Prorrogada a Abertura para o dia 11 (onze) de Dezembro de 2015

Horário: 09:00 (Nove) horas

Local: Prefeitura de Cotriguaçu, Avenida 20 de Dezembro nº 725, Centro, Cotriguaçu-MT CEP: 78330000.

Continua em vigor todas as demais disposições contidas no edital.

Cotriguaçu/MT, 30 de Novembro de 2015

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO 5 BIMESTRE DE 2015

Município de Cotriguaçu - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL** ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Ago 2015 (B)	Em 31 Out 2015 (C)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I) DEDUÇÕES (II) Disponibilidade de Caixa Bruta Demais Haveres Financeiros (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II) RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV) PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00 3.398.669,24 3.792.869,91 0,00 394.200,67 -3.398.669,24 0,00 0,00	0,00 4.521.353,48 5.190.170,19 0,00 668.816,71 -4.521.353,48 0,00 0,00	0,00 4.287.930,91 5.783.643,88 0,00 1.495.712,97 -4.287.930,91 0,00 0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV – V)	**-3.398.669,24**	**-4.521.353,48**	**-4.287.930,91**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2015 (C - A)	
VALOR	**233.422,57**	**-889.261,67**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

VALOR CORRENTE

META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Ago 2015 (B)	Em 31 Out 2015 (C)	
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII) DEDUÇÕES (VIII) Disponibilidade de Caixa Bruta Investimentos Demais Haveres Financeiros (-) Restos a Pagar Processados DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII) PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00	0,00
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00			
0,00	0,00		
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO 5 BIMESTRE 2015- ANEXO II

Município de Cotriguaçu - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO** ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

R$ 1,00

DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.101.000,00	27.785.500,00	4.438.680,74	23.351.844,39	96,32	4.433.655,61	4.824.693,65	22.637.560,97	96,21	5.147.939,03
Legislativa	1.170.000,00	1.170.000,00	0,00	0,00	0,00	1.170.000,00	0,00	0,00	0,00	1.170.000,00

Ação Legislativa	1.170.000,00	1.170.000,00	0,00	0,00	0,00	1.170.000,00	0,00	0,00	0,00	1.170.000,00
Administração	2.344.000,00	3.028.000,00	423.511,03	2.685.069,71	11,08	342.930,29	471.816,96	2.431.719,76	10,33	596.280,24
Administração Geral	2.247.000,00	3.000.000,00	423.511,03	2.685.069,71	11,08	314.930,29	471.816,96	2.431.719,76	10,33	568.280,24
Normatização e Fiscalização	47.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Administração de Receitas	50.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
Assistência Social	1.216.243,00	1.265.243,00	169.830,65	947.315,34	3,91	317.927,66	177.415,86	922.296,97	3,92	342.946,03
Assistência ao Idoso	135.000,00	52.000,00	0,00	27.347,53	0,11	24.652,47	0,00	27.347,53	0,12	24.652,47
Assistência à Criança e ao Adolescente	135.000,00	70.000,00	4.705,73	24.428,13	0,10	45.571,87	5.746,43	22.866,33	0,10	47.133,67
Assistência Comunitária	946.243,00	1.143.243,00	165.124,92	895.539,68	3,69	247.703,32	171.669,43	872.083,11	3,71	271.159,89
Saúde	5.699.000,00	6.892.000,00	1.017.999,61	6.504.346,14	26,83	387.653,86	1.262.794,88	6.423.612,10	27,30	468.387,90
Administração Geral	1.580.000,00	1.585.600,00	252.188,19	1.478.587,40	6,10	107.012,60	342.925,46	1.450.814,80	6,17	134.785,20
Atenção Básica	3.494.000,00	5.004.400,00	762.928,05	4.780.225,32	19,72	224.174,68	898.839,03	4.749.194,23	20,18	255.205,77
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	473.000,00	260.000,00	0,00	226.835,00	0,94	33.165,00	18.147,02	204.904,65	0,87	55.095,35
Suporte Profilático e Terapêutico	100.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Vigilância Epidemiológica	52.000,00	32.000,00	2.883,37	18.698,42	0,08	13.301,58	2.883,37	18.698,42	0,08	13.301,58
Educação	8.654.167,00	8.363.167,00	1.532.665,81	7.388.296,35	30,48	974.870,65	1.533.475,10	7.305.382,29	31,05	1.057.784,71
Ensino Fundamental	8.164.167,00	8.084.167,00	1.524.443,61	7.200.809,66	29,70	883.357,34	1.533.475,10	7.126.117,80	30,29	958.049,20
Educação Infantil	485.000,00	274.000,00	8.222,20	187.486,69	0,77	86.513,31	0,00	179.264,49	0,76	94.735,51
Educação Especial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Cultura	8.000,00	8.000,00	0,00	421,00	0,00	7.579,00	0,00	421,00	0,00	7.579,00
Difusão Cultural	8.000,00	8.000,00	0,00	421,00	0,00	7.579,00	0,00	421,00	0,00	7.579,00
Urbanismo	2.025.000,00	768.000,00	290.332,00	709.059,89	2,92	58.940,11	372.772,00	699.059,89	2,97	68.940,11
Infra-Estrutura Urbana	1.845.000,00	543.000,00	70.332,00	489.059,89	2,02	53.940,11	152.772,00	479.059,89	2,04	63.940,11
Serviços Urbanos	180.000,00	225.000,00	220.000,00	220.000,00	0,91	5.000,00	220.000,00	220.000,00	0,94	5.000,00
Saneamento	1.065.000,00	58.000,00	0,00	16.607,50	0,07	41.392,50	0,00	16.607,50	0,07	41.392,50
Saneamento Básico Urbano	1.065.000,00	58.000,00	0,00	16.607,50	0,07	41.392,50	0,00	16.607,50	0,07	41.392,50
Gestão Ambiental	687.000,00	350.000,00	57.596,00	217.757,75	0,90	132.242,25	19.337,75	148.360,75	0,63	201.639,25
Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Controle Ambiental	177.000,00	274.000,00	57.596,00	217.757,75	0,90	56.242,25	19.337,75	148.360,75	0,63	125.639,25
Recuperação de Áreas Degradadas	500.000,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00
Agricultura	1.682.000,00	1.020.000,00	99.874,91	602.747,11	2,49	417.252,89	97.840,55	589.685,81	2,51	430.314,19
Administração Geral	912.000,00	762.000,00	99.720,91	525.647,29	2,17	236.352,71	97.686,55	512.585,99	2,18	249.414,01
Abastecimento	35.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

DOTAÇÃO INICIAL

DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)

DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre Até o Bimestre

(b)

% (b/Total b)

SALDO (c) = (a-b)

DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre Até o Bimestre

(d)

% (d/Total d)

SALDO (e) = (a-d)

DOTAÇÃO

DOTAÇÃO

DESPESAS EMPENHADAS

SALDO

DESPESAS LIQUIDADAS

SALDO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO INICIAL ATUALIZADA No Bimestre Até o Bimestre % (a) (b) (b/Total b) (c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)						
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.101.000,00	27.785.500,00	4.438.680,74	23.351.844,39	96,32	4.433.655,61	4.824.693,65	22.637.560,97	96,21	5.147.939,03
Agricultura	1.682.000,00	1.020.000,00	99.874,91	602.747,11	2,49	417.252,89	97.840,55	589.685,81	2,51	430.314,19
Extensão Rural	355.000,00	127.000,00	0,00	66.777,82	0,28	60.222,18	0,00	66.777,82	0,28	60.222,18
Promoção da Produção Agropecuária	380.000,00	106.000,00	154,00	10.322,00	0,04	95.678,00	154,00	10.322,00	0,04	95.678,00
Energia	350.000,00	270.000,00	47.880,92	220.133,31	0,91	49.866,69	47.182,19	162.475,40	0,69	107.524,60
Energia Elétrica	350.000,00	270.000,00	47.880,92	220.133,31	0,91	49.866,69	47.182,19	162.475,40	0,69	107.524,60
Transporte	1.738.000,00	3.608.000,00	741.673,14	3.492.934,62	14,41	115.065,38	738.329,86	3.412.255,80	14,50	195.744,20
Administração Geral	1.738.000,00	3.608.000,00	741.673,14	3.492.934,62	14,41	115.065,38	738.329,86	3.412.255,80	14,50	195.744,20
Desporto e Lazer	393.500,00	308.000,00	27.316,67	157.155,67	0,65	150.844,33	29.392,05	152.284,08	0,65	155.715,92
Administração Geral	353.500,00	268.000,00	26.600,27	156.439,27	0,65	111.560,73	28.675,65	151.567,68	0,64	116.432,32
Desporto Comunitário	40.000,00	40.000,00	716,40	716,40	0,00	39.283,60	716,40	716,40	0,00	39.283,60
Encargos Especiais	493.030,00	427.030,00	30.000,00	410.000,00	1,69	17.030,00	74.336,45	373.399,62	1,59	53.630,38
Outros Encargos Especiais	493.030,00	427.030,00	30.000,00	410.000,00	1,69	17.030,00	74.336,45	373.399,62	1,59	53.630,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	576.060,00	250.060,00	0,00	0,00	0,00	250.060,00	0,00	0,00	0,00	250.060,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	702.000,00	1.017.500,00	195.066,45	891.775,37	3,68	125.724,63	195.066,45	891.775,37	3,79	125.724,63
Legislativa	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Ação Legislativa	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Administração	82.000,00	117.500,00	33.323,71	108.061,54	0,45	9.438,46	33.323,71	108.061,54	0,46	9.438,46
Administração Geral	82.000,00	117.500,00	33.323,71	108.061,54	0,45	9.438,46	33.323,71	108.061,54	0,46	9.438,46
Assistência Social	35.000,00	62.000,00	10.129,74	50.193,91	0,21	11.806,09	10.129,74	50.193,91	0,21	11.806,09
Assistência Comunitária	35.000,00	62.000,00	10.129,74	50.193,91	0,21	11.806,09	10.129,74	50.193,91	0,21	11.806,09
Saúde	160.000,00	223.000,00	43.190,72	214.782,52	0,89	8.217,48	43.190,72	214.782,52	0,91	8.217,48
Administração Geral	50.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Atenção Básica	110.000,00	222.000,00	43.190,72	214.782,52	0,89	7.217,48	43.190,72	214.782,52	0,91	7.217,48
Educação	300.000,00	440.000,00	84.283,88	402.947,48	1,66	37.052,52	84.283,88	402.947,48	1,71	37.052,52
Ensino Fundamental	300.000,00	440.000,00	84.283,88	402.947,48	1,66	37.052,52	84.283,88	402.947,48	1,71	37.052,52
Agricultura	42.000,00	42.000,00	6.240,80	28.013,78	0,12	13.986,22	6.240,80	28.013,78	0,12	13.986,22
Administração Geral	42.000,00	42.000,00	6.240,80	28.013,78	0,12	13.986,22	6.240,80	28.013,78	0,12	13.986,22
Transporte	38.000,00	88.000,00	15.577,39	76.216,50	0,31	11.783,50	15.577,39	76.216,50	0,32	11.783,50
Administração Geral	38.000,00	88.000,00	15.577,39	76.216,50	0,31	11.783,50	15.577,39	76.216,50	0,32	11.783,50

OTAÇÃO

DOTAÇÃO

DESPESAS EMPENHADAS

SALDO

DESPESAS LIQUIDADAS

SALDO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO INICIAL ATUALIZADA No Bimestre Até o Bimestre % (a) (b) (b/Total b) (c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)						
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	702.000,00	1.017.500,00	195.066,45	891.775,37	3,68	125.724,63	195.066,45	891.775,37	3,79	125.724,63
Desporto e Lazer	15.000,00	15.000,00	2.320,21	11.559,64	0,05	3.440,36	2.320,21	11.559,64	0,05	3.440,36
Administração Geral	15.000,00	15.000,00	2.320,21	11.559,64	0,05	3.440,36	2.320,21	11.559,64	0,05	3.440,36
TOTAL (III) = (I + II)	28.803.000,00	28.803.000,00	4.633.747,19	24.243.619,76	100,00	4.559.380,24	5.019.760,10	23.529.336,34	100,00	5.273.663,66
FONTE:										

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO 5 BIMESTRE DE 2015- ANEXO III

Município de Cotriguaçu - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL NOVEMBRO/2014 A OUTUBRO/2015

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Jan/2015 Fev/2015 Mar/2015 Abr/2015 Mai/2015 Jun/2015 Jul/2015 Ago/2015 Set/2015 Out/2015

RECEITAS CORRENT ES (I)	**2.005.692,83**	**2.862.685,81**	**2.431.775,09**	**2.305.319,11**	**2.262.369,70**	**2.124.988,12**	**2.574.315,95**	**2.486.596,95**	**2.143.818,39**	**2.055.781,17**	**1.998.905,19**	**2.245.629,53**	**27.497.877,84**	**23.952.06**
RECEITA TRIBUTARIA	86.294,82	106.148,53	228.546,00	77.190,26	107.065,72	143.734,48	202.423,84	178.540,25	120.691,35	110.587,25	77.023,88	127.027,28	1.565.273,66	1.759.00
I.P.T.U.	871,08	1.847,14	208,01	0,00	0,00	2.353,99	69.698,00	65.822,41	20.422,07	3.009,95	1.394,76	1.256,68	166.884,09	239.00
I.R.R.F	32.522,83	37.761,18	26.527,72	33.654,59	39.079,44	32.991,09	36.362,66	36.876,83	42.109,58	30.232,52	45.166,92	2.987,69	396.273,05	688.00
I.S.S.	33.468,78	35.462,20	192.230,57	13.954,37	16.294,59	25.443,72	20.017,54	26.907,18	26.257,67	41.275,21	24.036,85	92.757,91	548.106,59	352.00
I.T.B.I.	19.432,13	31.078,01	0,00	4.624,25	8.418,48	44.031,71	60.851,21	39.188,78	15.736,30	26.010,96	3.656,28	13.771,75	266.799,86	160.00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	9.579,70	24.957,05	43.273,21	38.913,97	15.494,43	9.745,05	16.165,73	10.058,61	2.769,07	16.253,25	187.210,07	320.00
RECEITAS DE CONTRIBUI-ÇÕES	11.578,06	8.817,92	5.348,00	0,00	2.840,58	0,00	0,00	2.840,58	3.648,05	2.917,48	2.945,78	2.917,48	43.853,93	480.00
RECEITA PATRIMONIAL	19.670,88	9.998,18	25.799,24	27.071,04	35.585,54	30.827,10	37.675,80	42.119,79	48.880,74	36.555,97	39.146,12	39.083,39	392.413,79	209.50
RECEITA AGROPECUARIA	1.245,50	784,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.030,10	12.00
RECEITA INDÚSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.960,00	1.215,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.175,00	
TRANSFERÊNCIAS COR-RENTES	1.879.671,46	2.765.199,58	2.171.603,05	2.200.833,58	2.104.294,05	1.943.744,45	2.315.377,70	2.109.956,82	1.956.023,66	1.896.597,47	1.867.477,95	2.067.837,77	25.278.617,54	21.366.56
Cota-Parte do F.P.M.	780.651,31	1.255.604,25	1.142.803,24	1.166.580,71	849.682,70	917.032,78	1.127.694,52	964.547,55	876.167,29	849.755,91	708.446,78	806.329,84	11.445.296,88	9.885.80
Cota-Parte do I.C.M.S.	517.053,49	543.968,24	530.596,32	443.903,89	577.548,10	504.660,31	529.809,40	546.313,54	548.418,36	520.019,26	631.882,56	576.089,73	6.470.263,20	5.500.00
Cota-Parte do I.P.V.A.	17.823,46	11.568,42	4.122,54	62.020,98	51.197,22	55.619,73	70.640,77	52.429,86	37.649,76	29.810,08	18.664,96	13.051,25	424.599,03	290.00
Cota-Parte do ITR.	9.448,74	7.455,18	1.397,61	139,20	3.907,31	304,17	1.099,27	1.360,51	1.643,56	703,76	10.129,70	69.565,93	107.154,94	90.00
Outras Transferências Cor-rentes	136.947,23	499.101,47	64.258,52	92.836,33	181.856,17	41.213,49	86.637,85	92.822,80	81.396,28	72.511,00	71.917,81	123.533,32	1.545.032,27	579.53
Transferências da LC 61/1989	6.062,16	4.987,75	0,00	10.537,12	4.474,06	5.534,25	4.150,75	5.153,60	4.394,37	4.569,77	4.861,77	906,09	55.631,69	37.22
Transferências da LC 87/1996	2.760,38	5.520,76	0,00	0,00	0,00	11.151,07	2.787,77	2.787,77	2.787,77	2.787,77	2.787,77	2.787,77	36.158,83	37.00
Transferências do FUNDEB	408.924,69	436.993,51	428.424,82	424.815,35	435.628,49	408.228,65	492.557,37	444.541,19	403.566,27	416.439,92	418.786,60	475.573,84	5.194.480,70	4.947.00
OUTRAS RECEITAS COR-RENTES	7.232,11	-28.263,00	478,80	224,23	6.623,81	5.467,09	18.838,61	153.139,51	14.574,59	9.123,00	12.311,46	8.763,61	208.513,82	125.00

DEDUÇÕES (II)	**109.417,13**	**113.702,43**	**107.223,27**	**101.212,75**	**126.530,46**	**114.346,98**	**120.867,38**	**120.578,25**	**118.099,79**	**110.664,09**	**132.692,89**	**132.298,87**	**1.407.634,29**	**1.687.80**
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480.00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	109.417,13	113.702,43	107.223,27	101.212,75	126.530,46	114.346,98	120.867,38	120.578,25	118.099,79	110.664,09	132.692,89	132.298,87	1.407.634,29	1.182.80
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.00
RECEITA CORRENT E LÍQUIDA (III) = (I – II)	**1.896.275,70**	**2.748.983,38**	**2.324.551,82**	**2.204.106,36**	**2.135.839,24**	**2.010.641,14**	**2.453.448,57**	**2.366.018,70**	**2.025.718,60**	**1.945.117,08**	**1.866.212,30**	**2.113.330,66**	**26.090.243,55**	**22.264.26**
FONTE:														

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO 5 BIMESTRE 2015- ANEXO V

Município de Cotriguaçu - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL** ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Ago 2015 (B)	Em 31 Out 2015 (C)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I) DEDUÇÕES (II) Disponibilidade de Caixa Bruta Demais Haveres Financeiros (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II) RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV) PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00 3.398.669,24 3.792.869,91 0,00 394.200,67 -3.398.669,24 0,00 0,00	0,00 4.521.353,48 5.190.170,19 0,00 668.816,71 -4.521.353,48 0,00 0,00	0,00 4.287.930,91 5.783.643,88 0,00 1.495.712,97 -4.287.930,91 0,00 0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV – V)	**-3.398.669,24**	**-4.521.353,48**	**-4.287.930,91**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2015 (C - A)	
VALOR	**233.422,57**	**-889.261,67**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

VALOR CORRENTE

META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Ago 2015 (B)	Em 31 Out 2015 (C)	
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII) DEDUÇÕES (VIII) Disponibilidade de Caixa Bruta Investimentos Demais Haveres Financeiros (-) Restos a Pagar Processados DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII) PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00	0,00
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00			
0,00	0,00		
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS *Nº.* 012/2015

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG71.941/2015)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Cultura Esportes e Turismo - SMCET

Objeto: contratação de empresa especializada na área de engenharia para execução de obras adequação na ACESSIBILIDADE nos seguintes pontos turísticos: Centro Geodésico – 2) Mercado do Porto – 3) Museu da Imagem e do Som Lázaro Papazian – 4) Museu da Caixa D' Água Velha – 5) Museu do Rio Hid Alfredo Scaff e 6) Palácio da Instrução e 7) Parque Mãe Bonifácia visando a continuidade das obras infraestrutura para adequação na acessibilidade prevista para a Copa do Mundo FIFA – 2014, conforme autorização e Contrato de Repasse n.º 0386.612-59/2012, firmado entre o município de Cuiabá/SMCET e o Ministério do Turismo, bem como, especificações e detalhamentos contidos neste Edital e seus anexos.

Data/Horário: 17/12/2015 às 09h00min (nove horas) – Fuso Horário da Capital.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2015

Magda Rossi

Presidente da Comissão

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Compra e Licitações

Eroaldo de Oliveira

Secretário Adjunto de Gestão

Cuiabá/MT, 30 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 209-15

PORTARIA Nº. 209/2015.

EMENTA: CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSE PARTICULAR DE 02 (DOIS) ANOS, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL "VIVIANE OLIVEIRA DE AZEVEDO GONÇALVES CORDEIRO", E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor **PEDRO TERCY BARBOSA**, Prefeito Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público e em conformidade com a Lei Municipal nº. 149/1994 E expede a seguinte portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a Servidora Pública Municipal a Senhora **VIVIANE OLIVEIRA DE AZEVEDO GONÇALVES CORDEIRO,** brasileira, solteira, portadora da CI – RG nº 1363570-0 – SSP/MT, cadastrada no CPF sob o nº. 872.509.421.15, **Licença para Tratamento de Interesse Particular de 02 (dois) anos,** *sem remuneração*, com inicio a contar de ***26 de Novembro de 2015 a 26 de Novembro de 2017***, de conformidade com a Lei Municipal nº. 149/94, Capítulo IV, Seção VI, artigo 76, do Estatuto do Servidor Público do Município de Denise-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de Novembro de 2015.

PEDRO TERCY BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 158/2015

Concede Vacância de cargo publico por posse em outro cargo não acumulável ao servidor publico municipal que menciona, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a artigo 30 inciso VIII, da Lei Municipal 006/90 do Estatuto Municipal do Servidor Público de Diamantino-MT,

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder, **VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO,** por posse em outro cargo não acumulável, a **ELIAS CLAUDINO DA SILVA,** matricula 1344,investido no cardo Técnico de Laboratório / Informática **–** 40 horas, durante o período de 01 de Dezembro de 2015 a 01 de Dezembro de 2018, enquanto estiver em estagio probatório no cargo de destino.

ART. 2º - Esta Portaria entrar em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

Diamantino/MT, trinta de novembro de 2015.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal de Diamantino

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
XII TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 137/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

XII TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 137/2012 – Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD, NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO.** Detentor: **CONSTRUTORA E INCORPORADORA GUEDES LTDA.** ASS: 23/11/2015 – referente ao acréscimo sobre o valor original do contrato é de **R$ 30.167,60** (trinta mil cento e sessenta e sete Reais e sessenta centavos). Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DIAMANTINO/MT em 23 de Novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DECRETO Nº. 33/2015 DE, 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 33/2015 DE, 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA CONTENÇÃO DE GASTOS DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, Sra. **MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES**, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do município e;

Considerando que a Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece o princípio do equilíbrio das contas públicas;

Considerando a necessidade de adequar as nossas despesas à programação financeira de entrada de receitas para o corrente ano;

Considerando ser imperativo estabelecer medidas visando à redução do custo administrativo, assegurando, todavia, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais do Município,

Considerando a necessidade de se manterem os investimentos públicos indispensáveis ao incremento da economia local;

Considerando ser imperioso preservar os empregos, bem como assegurar a regularidade dos pagamentos a fornecedores e aos servidores públicos municipais;

Considerando finalmente que as medidas, mesmo que de pequeno impacto, serão de fundamental importância para adequação à nova realidade financeira e orçamentária do Município e para atingir os objetivos previstos no presente ato;

Considerando a oscilação e queda nos repasses referentes à distribuição do valor do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, pelo Governo Federal;

Considerando ainda o levantamento de dados efetuados pela equipe técnica de assessoria e consultoria, com a finalidade de tomar as medidas necessárias contida nos relatórios mensais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica implantado o programa de contenção de despesas e de incremento à receita, no sentido de equilibrar as contas públicas, na execução orçamentária de 2015 evitando o déficit financeiro e o orçamentário, durante o decorrer do exercício;

Art. 2º - A Secretaria de Finanças, através do Departamento de Tributos do Município, deverá providenciar a emissão de carta de aviso de vencimento e cobrança aos devedores do IPTU de 2015, sensibilizando-os sobre os destinos destes recursos, bem como alertá-los dos acréscimos de juros, multas e correção monetária e honorários de sucumbência decorrentes da futura execução fiscal judicial.

Art. 3º - A Procuradoria Jurídica do Município, depois de esgotadas as possibilidades de cobrança amigável, deverá ajuizar as ações dos devedores dos tributos municipais inscritos em dívida ativa.

Art. 4º - Para a redução das despesas, ficam determinadas as seguintes ações:

I – Realizar a coleta de lixo domiciliar em dias intercalados na semana, segundo critério e programação a ser estabelecido pelo Departamento competente.

II – Fica suspenso o pagamento de férias antecipadas, adicionais de periculosidades – exceto específicos por lei, dobra de carga horária e ou-

tras despesas correlatas que acarretem aumento de despesa com pessoal, salvo aquelas autorizadas por escrito pelo Prefeito Municipal.

III – Ficam restringidas as ligações dos telefones fixos da Prefeitura para telefone móvel (celular);

IV – Redução de no mínimo 30% dos gastos com energia elétrica, telefonia fixa e móvel e da realização de compras, ressalvadas a destinação de serviços essenciais.

V – A cópia de documentos (máquina copiadora ou impressora), deverá ter autorização do diretor respectivo de cada setor;

VI – Ficam suspensas, até 31 de dezembro de 2015, as concessões de férias, adiantamentos de 13º e outros benefícios, salvo aquelas autorizadas pelo Prefeito Municipal, obedecendo ainda escala de férias fornecidas pelo RH;

VII- Fica proibido ceder e/ou locar veículos para realização de passeios, jogos ou viagens de quaisquer naturezas em atividades da municipalidade ou de instituições não governamentais;

VIII – O uso de veículos da frota (máquinas, equipamentos e veículos), somente se dará com autorização do Prefeito Municipal ou do responsável pelo setor;

IX – Fica suspenso as autorizações para os servidores participarem de cursos, seminários, feiras e congressos, com exceção da importância e relevância do tema para a Gestão.

X – Ficam suspensas novas assinaturas ou renovação de assinaturas de jornais, revistas e periódicos;

XI - Ficam suspensas todas as compras, sem prévia autorização por escrito do Prefeito Municipal ou alguém por ele designado. Os pagamentos de compras efetuadas em desacordo com o presente artigo, serão de exclusiva responsabilidade de quem as efetuar;

XII - As despesas com realização de viagens com fornecimento de diárias e transportes (exceto para condução de pacientes, gabinete e conselho tutelar) a qual somente serão efetivadas mediante autorização do Prefeito Municipal, devendo os Diretores dos Departamentos Municipais a exercerem rígido controle das diárias autorizadas;

XIII - Ficam suspensas as concessões de adiantamentos aos diretores, exceto com autorização do Prefeito;

XIV - Fica suspenso todo e qualquer tipo de ajuda para realização de eventos promovidos por instituições não governamentais;

XV - Transporte de Alunos da rede pública municipal :

a - Excepcionalmente, até o término do ano letivo de 2.015, os motoristas de veículos de transporte escolares cumprirão a jornada e trajeto determinado pela secretaria de Educação.

b - Os motoristas pertencentes aos Departamentos de Obras e Vias Públicas e de Serviços Municipais, até o término do ano letivo de 2.015, atenderão a programação definida pela Secretaria.

Art. 5º - O Setor de Tributos, mediante a Fiscalização Tributária e Urbana providenciará e intensificará a fiscalização nas atividades prestadoras de serviços, em especial as realizadas às concessionárias de serviços públicos e demais atividades de alcance imediato.

Art. 6º - Em face das medidas adotadas neste Decreto, ficam suspensos todo tipo de despesas de investimento, ressalvados aquelas decorrentes de convênios firmados com outras esferas de governo, a qual exige a alocação de contrapartida.

Art. 7º - Fica vedada ainda a aquisição de materiais para realização de obras, reformas, consertos ou contratações de serviços que possam ser adiados e não disponham de fonte de recursos específicos para atender a referida despesa e cuja interrupção não acarrete prejuízo à administração e a população.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com termino em 31 de dezembro de 2015.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete da Prefeita, 03 de novembro de 2015.

MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2015
REGISTRO DE PREÇOS

Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº 050/2015

Registro de Preços

O Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através do Pregoeiro(a) o(a) senhor(a) Mirian da Silva Mello, torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº **050/2015**, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE COLCHÕES PARA ATENDER NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, COM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS.Onde ocorreránа sala de licitações, prevista para abertura no dia **10/12/2015 às 08h**. O edital se encontra disponível, através do site municipal www.guarantadonorte.mt.gov.br, por email licitacaogta@gmail.com ou telefone (66) 3552-5135, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Jardim Vitória, em Guarantã do Norte/MT.

Guarantã do Norte/MT, 30 de Novembro de 2015.

Mirian da Silva Mello

PREGOEIRO(A)

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA NC Nº 016/2015 DE 05/11/2015.

PORTARIA NC Nº 016/2015 de 05/11/2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Fica nomeado em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 o candidato **JOÃO CARLOS REZENDE** brasileiro, maior, portador do RG Nº 11.819.685 SSP/MG e do CPF Nº 013.472.306-61, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **MÉDICO CLINICO GERAL,** com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 5 (cinco) dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 05/11/2015.

NP 793/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL PSS Nº 006/2015

O Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, Pedro Ferronatto, no uso de suas atribuições legais, torna público a **RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, DESCLASSIFICADOS E AUSENTES** no Processo Seletivo Simplificado nº 006/2015, nos seguintes termos:

INSC	CANDIDATO	CARGO	PT	OC	RE
02	KARINA DE CARVALHO CINTRA	MEDICO	7,5	1º	AP
01	FERNANDO TIARAJÚ QUINTANA	MEDICO	7,0	2º	OC

SIGLAS E ABREVIAÇÕES:

INSC = Número de inscrição	**PT = Pontos**	**OC = Ordem Classificatória**	**RE = Resultado**
AP = Aprovado	**NC = Não Compareceu**	**DC = Desclassificado**	**RP = Reprovado**

O presente Edital deverá se publicado na Imprensa Oficial do Município (**www.amm.org.br**), no site da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte **(www.ipirangadonorte.mt.gov.br)** e no mural da Prefeitura, para os fins previstos no Edital de Abertura do PSS nº 006/2015, notadamente para fins de interposição de recursos no prazo de 02 dias úteis, a contar da publicação deste Edital.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 30 de novembro de 2015.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 007, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

DESIGNA O SERVIDOR NIVALDO DE CARLI PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES DE ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO NOS TERMOS DA PORTARIA MS/2914 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL VALDEMAR RAMOS, Diretor Administrativo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e considerando a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º. Designo o servidor Nivaldo de Carli para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução da licitação na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é "Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Análises de Água para o Consumo Humano nos termos da Portaria MS/2914".

Art. 2º. Na ausência ou em caso de impedimento do servidor acima designada, fica designado como suplente a servidora Josiane de Assis Dalavera.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 27 de Novembro de 2015.

MIGUEL VALDEMAR RAMOS

Diretor

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 378/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

SÚMULA: "REVOGA A PORTARIA 047/2015 QUE CONCEDE HORAS AULAS A SENHORA ROSANA CRISTINA GERONYMO, PROFESSOR DE PEDAGOGIA EM EDUCAÇÃO INFANTIL".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº. 047 de 10 de Fevereiro de 2015, que concede 10 horas aulas adicionais a Senhora **Rosana Cristina Geronymo,** Professor de Pedagogia em Educação Infantil.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 30 de Novembro de 2015.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS NOVEMBRO/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IPIRANGA DO NORTE/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua das Rosas, n.º 899, Bairro Centro, na cidade de Ipiranga do Norte/MT, CNPJ/MF Nº 07.221.747/0001-19, representada neste ato por seu Diretor **MIGUEL VALDEMAR RAMOS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **TORNA PÚBLICO**, para fins de cumprimento do disposto no Parágrafo Único do Art. 61, da Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, que o Município de Ipiranga do Norte/MT, firmou os seguintes Contratos e Aditivos e Congêneres, no mês de Novembro de 2015:

CONTRATO Nº 001/2015. CONTRATADO:**LABORATÓRIO SÃO LUCAS LTDA. OBJETO**: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Análises de Água para o Consumo Humano nos termos da Portaria MS/2914. **VIGÊNCIA:** 27/11/2015 a 31/12/2015. **VALOR TOTAL:** R$ 5.155,36 (Cinco Mil, Cento e Cinquenta e Cinco Reais, e Trinta e Seis Centavos).

Ipiranga do Norte – MT, 01 de Dezembro de 2015.

MIGUEL VALDEMAR RAMOS

Diretor

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL PSS Nº 007/2015

O Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, Pedro Ferronatto, no uso de suas atribuições legais, torna público a **RE-**

LAÇÃO DOS CANDIDATOS COM INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS no Processo Seletivo Simplificado nº 007/2015, nos seguintes termos:

AMPLA CONCORRÊNCIA		
INS	**CANDIDATO**	**CARGO**
01	ROSANA BATISTA DOS SANTOS GAZOLA	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
02	SOLANGE KOCHEMBORGER	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
03	CLEILDA SOUSA RIBEIRO	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
04	MARIA LUCIA ALVES DA SILVA	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
05	ADRIELI DELISE TOCHETTO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 30 HORAS
06	CRISTINA DA SILVA RODRIGUES VALADARES	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
07	VALERIA CAMERO GAZINEU	PROFESSOR PEDAGOCIA 1º AO 5º ANO – 30 HORAS
08	MARCIA BEUX BARBIERO	PROFESSOR PEDAGOCIA 1º AO 5º ANO – 30 HORAS
09	MARCELO VIERA VALADARES	PROFESSOR DE PEDAGOCIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
10	FRANCISCA DAS CHAGAS DA SILVA ABREU	PROFESSOR DE PEDAGOCIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
11	FRANCISCA BERNARDINO DA SILVA	PROFESSOR PEDAGOCIA 1º AO 5º ANO – 30 HORAS
12	DIANE TERZINHA ZINI	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
13	PATRICIA DA SILVA COSMOS	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
14	DAILVA HELENA ZINI	PROFESSOR PEDAGOCIA 1º AO 5º ANO – 30 HORAS
15	EDILAINE DELAPRIA	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
16	CARINA SCOPEL	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
17	HELIAMARA MARIA ALMEIDA	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
18	TAIS REGINA SCHEID	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
19	NILZA CARDOSO DE SÁ	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
20	JOSSIELI WEITBRECHT	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
21	JOICE MARIA NICOLAU FRASSON	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
22	CRISTIANA SPIES NILLES	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
23	DIEGO DE ALMEIDA	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
24	IVONETE DE JESUS SERAFIM	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
25	CELIA DA COSTA	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
26	MARCIELI BOZA	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
27	MARIA JOSÉ MARTINS RIBEIRO	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
28	RUTNEIA CARMEM DA SILVA	PROFESSOR PEDAGOCIA 1º AO 5º ANO – 30 HORAS
29	DIVANILDA DE SOUZA SANTOS	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
30	JANICE ADRIANE POOTER	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
31	MAIRI TERESINHA DA SILVA	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
32	MARINES APARECIDA CECATTO GRACIANI	PROFESSOR PEDAGOCIA 1º AO 5º ANO – 30 HORAS
33	SILVIA ALVES SCHNORRENBERGER	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
34	CAMILA WELTER	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS
35	MARICELMA MARTINS SANTANA	PROFESSOR PEDAGOCIA 1º AO 5º ANO – 30 HORAS
36	KETTY LEMPAULA MARTINS DOS SANTOS	PROFESSOR PEDAGOCIA 1º AO 5º ANO – 30 HORAS
37	KATIA GISELE DE OLIVEIRA LANGARO	PROFESSOR PEDAGOCIA 1º AO 5º ANO – 30 HORAS

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS		
INS	**CANDIDATO**	**CARGO**
	-------	-------

Fica aberto o prazo recursal de 02 dias úteis, a contar da publicação deste Edital, para interposição de recurso contra as inscrições homologadas.

As provas objetivas serão aplicadas no dia 04 de dezembro de 2015, mantendo-se inalterado o local de prova.

O presente Edital deverá se publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site oficial do Município de Ipiranga do Norte **(www.ipirangadonorte.mt.gov.br)** e no mural da Prefeitura, para os fins previstos no Edital de Abertura do PSS nº 007/2015.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, 30 de novembro de 2015.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

EXTRATO DE ATA - SRP

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Itaúba - MT

Contratada: GILVANA FRAPORTI 96057483120.

Objeto: Contratação de micro empresa e/ou empresa de pequeno porte para registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de molas, freios e soldas com fornecimento de peças para atender diversas secretarias do Município de Itaúba-MT

Data de assinatura: 06/11/2015 **Vigência**: 06 de novembro de 2015 á 06 de novembro de 2016.

Valor: R$ 109.194,54 (Cento e nove mil, cento e noventa e quatro reais e cinquenta e quatro centavos)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1074/2015

SÚMULA: "Modifica o Artigo 4º, Alínea "a" da Lei Municipal nº. 1035/2014, que Estima a Receita e Fixa Despesa para o Exercício Financeiro de 2015 do Município de Itaúba, Estado de Mato Grosso, e da Outras Providencias".

O SENHOR RAIMUNDO ZANON PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º- Modifica o Artigo 4º, Alínea "a" da Lei Municipal nº. 1035/2014, que Estima a Receita e Fixa Despesa para o Exercício Financeiro de 2014

do Município de Itaúba, Estado de Mato Grosso, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4.º - O Poder Executivo fica autorizado a:

a) - Abrir créditos adicionais suplementares, na forma dos artigos 42 e 43, parágrafo primeiro e seus Incisos da Lei nº 4.320/64, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada no artigo 1º da Lei Municipal 1035/2014.

.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, em 17 de novembro de 2015.

RAIMUNDO ZANON

Prefeito Municipal

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITUR A MUNICIPAL NO PERÍODO DE 17/11/2015 a 19/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 0196/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *DP CONSTRUTORA LTDA – ME; OBJETO:* "Registro de preços para eventual aquisição de materiais para pavimentação e recuperação, escoamento e drenagem de águas pluviais nas estradas urbanas e vicinais do Município de Jaciara/MT";**PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$** 439.040,00 (quatrocentos e trinta e nove mil e quarenta reais);**ASSINATURA: 30/11/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 090/2015

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto: *"Registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços médicos para realização de Plantões Emergenciais, Visita Clínica e Médico Regulador em atendimento ao Hospital Municipal de Jaciara/MT",* nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **11 DE DEZEMBRO DE 2015 - 13:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 13:00 até 17:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 30 de novembro de 2015.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 0195/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *S E DE FRANÇA NASCIMENTO VIDRÇARIA; OBJETO:* "Registro de preços para eventual aquisição de Divisórias com Vidros e Portas, incluindo a colocação das mesmas para atender todas as Secretarias e demais Departamentos da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT;**PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$** 78.050,00 (setenta e oito mil e cinqüenta reais);**ASSINATURA: 30/11/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RREO ANEXO 06_5BIM

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	Em 31/DEZ/2014(a)	Em 31/AGO/2015 (b)	Em 31/OUT/2015 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA (I)			
DEDUCOES (II)	2.087.655,83	2.574.469,08	2.566.400,33
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.311.048,95	2.685.765,54	2.647.340,56
Demais Haveres Financeiros		796,98	796,98
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatorios)	223.393,12	112.093,44	81.737,21
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (III) = (I - II)	-2.087.655,83	-2.574.469,08	-2.566.400,33
RECEITA DE PRIVATIZACOES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DIVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.087.655,83	-2.574.469,08	-2.566.400,33

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	8.068,75	-478.744,50

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	Em 31/DEZ/2014(a)	Em 31/AGO/2015 (b)	Em 31/OUT/2015 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIARIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dividas			
DEDUCOES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA PREVIDENCIARIA (IX) = (VII-VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 30/11/2015 13:35:54

Page 1 de 1
Homologado

EXTRATO DE CONTRATO Nº 062/2015

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM SHOW ARTISTICOS PARA O EVENTO DO FESTIVAL DO PASTEL.

VALOR: R$ 3.200,00 (TRES MIL E DUZENTOS REAIS)

PRAZO: O SHOW SERÁ REALIZADO NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2015 NO ESPAÇO DE EVENTOS DO PAÇO MUNICIPAL JULIO DOMINGOS DE CAMPOS.

CONTRATADO: BRENO & THIAGO

CONTATANTE: VALDECIR KEMER – PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 064/2015

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM SHOW ARTISTICOS PARA O EVENTO DO FESTIVAL DO PASTEL.

VALOR: R$ 1.600,00 (UNS MIL E SEISCENTOS REAIS).

PRAZO: O SHOW SERÁ REALIZADO NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2015 NO ESPAÇO DE EVENTOS DO PAÇO MUNICIPAL JULIO DOMINGOS DE CAMPOS.

CONTRATADO: BANDA CHAMEGAR

CONTATANTE: VALDECIR KEMER – PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2015

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM SHOW ARTISTICOS PARA O EVENTO DO FESTIVAL DO PASTEL.

VALOR: R$ 4.300,00 (QUATRO MIL E TREZENTOS REAIS).

PRAZO: O SHOW SERÁ REALIZADO NO DIA 04 E 05 DE DEZEMBRO DE 2015 NO ESPAÇO DE EVENTOS DO PAÇO MUNICIPAL JULIO DOMINGOS DE CAMPOS.

CONTRATADO: BANDA MEGA SENSSAÇÃO

CONTATANTE: VALDECIR KEMER – PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2015

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM SHOW ARTISTICOS PARA O EVENTO DO FESTIVAL DO PASTEL.

VALOR: R$ 540,00 (QUINHENTOS E QUARENTA REAIS).

PRAZO: O SHOW SERÁ REALIZADO NO DIA 04 E 05 DE DEZEMBRO DE 2015 NO ESPAÇO DE EVENTOS DO PAÇO MUNICIPAL JULIO DOMINGOS DE CAMPOS.

CONTRATADO: MATHEUS & GABRIEL

CONTATANTE: VALDECIR KEMER – PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 067/2015

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM SHOW ARTISTICOS PARA O EVENTO DO FESTIVAL DO PASTEL.

VALOR: R$ 320,00 (TREZENTOS E VINTE REAIS).

PRAZO: O SHOW SERÁ REALIZADO NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2015 NO ESPAÇO DE EVENTOS DO PAÇO MUNICIPAL JULIO DOMINGOS DE CAMPOS.

CONTRATADO: JONATHAN SOUZA.

CONTATANTE: VALDECIR KEMER – PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 068/2015

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM SHOW ARTISTICOS PARA O EVENTO DO FESTIVAL DO PASTEL.

VALOR: R$ 640,00 (SEISCENTOS E QUARENTA REAIS).

PRAZO: O SHOW SERÁ REALIZADO NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2015 NO ESPAÇO DE EVENTOS DO PAÇO MUNICIPAL JULIO DOMINGOS DE CAMPOS.

CONTRATADO: VICENTE DE PAULA.

CONTATANTE: VALDECIR KEMER – PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2015

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM SHOW ARTISTICOS PARA O EVENTO DO FESTIVAL DO PASTEL.

VALOR: R$ 640,00 (SEISCENTOS E QUARENTA REAIS).

PRAZO: O SHOW SERÁ REALIZADO NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2015 NO ESPAÇO DE EVENTOS DO PAÇO MUNICIPAL JULIO DOMINGOS DE CAMPOS.

CONTRATADO: BANDA MANOS BOYS

CONTATANTE: VALDECIR KEMER – PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2015

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM SHOW ARTISTICOS PARA O EVENTO DO FESTIVAL DO PASTEL.

VALOR: R$ 4.640,00 (QUATRO MIL E SEISCENTOS E QUARENTA REAIS).

PRAZO: O SHOW SERÁ REALIZADO NO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2015 NO ESPAÇO DE EVENTOS DO PAÇO MUNICIPAL JULIO DOMINGOS DE CAMPOS.

CONTRATADO: BANDA LEGISLATIVO

CONTATANTE: VALDECIR KEMER – PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2015

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM SHOW ARTISTICOS PARA O EVENTO DO FESTIVAL DO PASTEL.

VALOR: R$ 2.700,00 (DOIS MIL E SETECENTOS REAIS).

PRAZO: O SHOW SERÁ REALIZADO NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2015 NO ESPAÇO DE EVENTOS DO PAÇO MUNICIPAL JULIO DOMINGOS DE CAMPOS.

CONTRATADO: JORGE & MIGUEL

CONTATANTE: VALDECIR KEMER – PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 071/2015

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM SHOW ARTISTICOS PARA O EVENTO DO FESTIVAL DO PASTEL.

VALOR: R$ 320,00 (TREZENTOS E VINTE REAIS).

PRAZO: O SHOW SERÁ REALIZADO NO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2015 NO ESPAÇO DE EVENTOS DO PAÇO MUNICIPAL JULIO DOMINGOS DE CAMPOS.

CONTRATADO: ACIL

CONTATANTE: VALDECIR KEMER – PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 072/2015

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM SHOW ARTISTICOS PARA O EVENTO DO FESTIVAL DO PASTEL.

VALOR: R$ 2.400,00 (DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS).

PRAZO: O SHOW SERÁ REALIZADO NO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2015 NO ESPAÇO DE EVENTOS DO PAÇO MUNICIPAL JULIO DOMINGOS DE CAMPOS.

CONTRATADO: GUGA CUNHA

CONTATANTE: VALDECIR KEMER – PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

RREO ANEXO 01

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2015 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.469.883,58		15.469.883,58	2.221.796,68	11.464.765,75	2.270.431,91	11.149.585,49	72,07	4.320.298,09
DESPESAS CORRENTES	12.962.202,92	1.556.204,80	14.518.407,72	2.086.114,67	11.075.571,73	2.134.749,90	10.761.793,47	74,12	3.756.614,25
Pessoal e Encargos Sociais	5.990.557,64	1.688.873,72	7.679.431,36	1.268.392,20	6.553.937,02	1.268.374,00	6.553.918,82	85,34	1.125.512,54
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	6.971.645,28	-132.668,92	6.838.976,36	817.722,47	4.521.634,71	866.375,90	4.207.874,65	61,52	2.631.101,71
DESPESAS DE CAPITAL	2.457.680,66	-1.556.204,80	901.475,86	135.682,01	389.194,02	135.682,01	387.792,02	43,01	513.683,84
Investimentos	2.456.680,66	-1.555.204,80	901.475,86	135.682,01	389.194,02	135.682,01	387.792,02	43,01	513.683,84
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	1.000,00	-1.000,00							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00		50.000,00						50.000,00
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	15.469.883,58		15.469.883,58	2.221.796,68	11.464.765,75	2.270.431,91	11.149.585,49	72,07	4.320.298,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.469.883,58		15.469.883,58	2.221.796,68	11.464.765,75	2.270.431,91	11.149.585,49	72,07	4.320.298,09
SUPERÁVIT (XIII)									
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.469.883,58		15.469.883,58	2.221.796,68	11.464.765,75	2.270.431,91	11.149.585,49	72,07	4.320.298,09

VALDECIR KEMER
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

JOSE CANDIDO DA ROCHA NETO NETO
SECRETARIO DE FINANCAS

Emissão: 30/11/2015 13:16:56

Page 1 de 1
Homologado

RREO ANEXO 02

Município de JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE SETEMBRO a OUTUBRO de 2015
CONSOLIDADO

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.855.883,58	14.855.883,58	2.221.796,68	11.464.765,75	2.270.431,91	11.149.585,49	100,00	75,05	3.706.298,09
LEGISLATIVA									
ACAO LEGISLATIVA	614.000,00	614.000,00		471.620,81		418.614,14	3,75	68,17	195.385,86
JUDICIÁRIA									
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	395.000,00	596.871,24	130.738,46	596.807,00	125.366,78	554.764,97	4,97	92,94	42.106,27
ADMINISTRACAO GERAL	1.326.000,00	1.406.650,04	233.928,60	1.233.662,18	261.238,39	1.156.806,44	10,37	82,23	249.843,60
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	32.000,00	20.927,56							20.927,56
TURISMO	100.000,00	100.000,00	6.436,10	35.697,67	6.436,10	35.697,67	0,32	35,69	64.302,33
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
	60.000,00								
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	90.000,00								
ASSISTENCIA AO IDOSO	257.000,00	2.389,08							2.389,08
ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	2.000,00	2.000,00							2.000,00
ASSISTENCIA COMUNITARIA	596.500,00	633.462,87	58.145,86	408.426,86	58.145,86	408.426,86	3,66	64,47	225.036,01
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.000,00								
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
SAÚDE									
ADMINISTRACAO GERAL	330.000,00	223.313,42	41.142,80	206.745,49	43.790,60	204.097,29	1,83	91,39	19.216,13
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	971.604,96	530.437,61	132.370,19	326.095,27	132.370,19	326.095,27	2,92	61,47	204.342,34
ATENCAO BASICA	1.521.577,94	2.411.977,30	438.930,83	2.351.640,25	434.783,43	2.343.122,85	21,01	97,14	68.854,45
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	15.000,00								
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	43.156,20	63.295,54	3.128,50	59.294,67	3.128,50	59.294,67	0,53	93,67	4.000,87
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	191.452,48	132.044,34							132.044,34
VIGILANCIA SANITARIA	28.800,00	10.000,00							10.000,00
TRABALHO									
PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	148.558,84	148.558,84	22.712,44	110.917,80	22.712,44	110.917,80	0,99	74,66	37.641,04
EDUCAÇÃO									
ADMINISTRACAO GERAL	500.000,00	188.504,70	23.279,31	129.670,59	24.067,37	126.518,35	1,13	67,11	61.986,35
ALIMENTACAO E NUTRICAO	67.660,00	127.016,53	24.615,75	109.176,97	24.615,75	109.176,97	0,97	85,95	17.839,56
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	35.000,00								
EDUCACAO INFANTIL	579.928,40	547.930,88	131.981,43	540.248,79	131.981,43	540.248,79	4,84	98,59	7.682,09
ENSINO FUNDAMENTAL	2.940.570,16	1.889.251,12	358.671,21	1.804.125,54	358.653,21	1.804.107,54	16,18	95,49	85.143,58
ENSINO MEDIO	23.074,60								
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	25.000,00	4.500,00							4.500,00
TECNOLOGIA DA INFORMACAO	140.000,00								
CULTURA									
DIFUSAO CULTURAL	361.000,00	361.000,00	12.417,10	53.287,96	12.417,10	53.287,96	0,47	14,76	307.712,04
DIREITOS DA CIDADANIA									

Emissão: 30/11/2015 13:33:11

Homologado

Município de JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE SETEMBRO a OUTUBRO de 2015
CONSOLIDADO

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

URBANISMO									
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.150.000,00	710.898,00	79.518,02	135.189,73	80.217,68	133.406,77	1,19	18,76	577.491,23
SERVICOS URBANOS	600.000,00	2.094.196,72	349.484,08	1.986.886,12	376.211,08	1.859.729,10	16,67	88,80	234.467,62
HABITAÇÃO									
HABITACAO URBANA	190.000,00	253.209,63	73.220,01	201.604,63	73.220,01	201.604,63	1,80	79,61	51.605,00
SANEAMENTO									
SANEAMENTO BASICO RURAL	200.000,00	200.000,00							200.000,00
GESTÃO AMBIENTAL									
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	330.000,00	330.000,00	6.436,10	34.818,25	6.436,10	34.818,25	0,31	10,55	295.181,75
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									
EXTENSAO RURAL	120.000,00	363.379,63	58.979,24	354.390,66	58.979,24	354.390,66	3,17	97,52	8.988,97
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	30.000,00								
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA									
ENERGIA ELETRICA	80.000,00	16.606,53	2.783,33	16.606,53	2.783,33	16.606,53	0,14	100,00	
TRANSPORTE									
TRANSPORTE RODOVIARIO	300.000,00	300.000,00	12.986,10	67.421,87	12.986,10	67.421,87	0,60	22,47	232.578,13
DESPORTO E LAZER									
DESPORTO COMUNITARIO	400.000,00	523.462,00	19.891,22	230.430,11	19.891,22	230.430,11	2,06	44,02	293.031,89
ENCARGOS ESPECIAIS									
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	1.000,00								
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00							50.000,00
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 14.855.883,58	R$ 14.855.883,58	R$ 2.221.796,68	R$ 11.464.765,75	R$ 2.270.431,91	R$ 11.149.585,49	100,00	75,05	R$ 3.706.298,09

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 30/11/2015 13:33:11

Page 2 de 2

Homologado

RREO ANEXO_ 01_5BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2015 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.855.883,58	14.855.883,58	2.265.900,30	15,25	11.082.136,58	74,59	3.773.747,00
RECEITAS CORRENTES	12.408.202,92	12.408.202,92	2.265.900,30	18,26	10.807.444,62	87,09	1.600.758,30
RECEITA TRIBUTARIA	419.683,03	419.683,03	226.474,34	53,96	849.600,64	202,43	-429.917,61
Impostos	350.323,09	350.323,09	225.187,34	64,27	831.549,51	237,36	-481.226,42
Taxas	69.359,94	69.359,94	1.287,00	1,85	18.051,13	26,02	51.308,81
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	167.192,74	167.192,74	32.672,28	19,54	162.980,16	97,48	4.212,58
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	166.905,36	166.905,36	29.994,70	17,97	160.201,94	95,98	6.703,42
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais	287,38	287,38	2.677,58	931,72	2.778,22	966,74	-2.490,84
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.810.951,13	11.810.951,13	2.004.197,53	16,96	9.776.164,34	82,77	2.034.786,79
Transferências Intergovernamentais	11.688.343,28	11.688.343,28	2.000.234,02	17,11	9.620.583,54	82,30	2.067.759,74
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	122.607,85	122.607,85	3.963,51	3,23	155.580,80	126,89	-32.972,95
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.376,02	10.376,02	2.556,15	24,63	18.699,48	180,21	-8.323,46
Multa de Juros de Mora	1.762,05	1.762,05	1.325,12	75,20	5.492,06	311,68	-3.730,01
Indenizações e Restituições	3.649,19	3.649,19			6.462,77	177,10	-2.813,58
Receita da Dívida Ativa	4.964,78	4.964,78	1.231,03	24,79	6.744,65	135,84	-1.779,87
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	2.447.680,66	2.447.680,66			274.691,96	11,22	2.172.988,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.447.680,66	2.447.680,66			274.691,96	11,22	2.172.988,70
Transferências Intergovernamentais					50.691,96		-50.691,96
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	2.447.680,66	2.447.680,66			224.000,00	9,15	2.223.680,66
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	14.855.883,58	14.855.883,58	2.265.900,30	15,25	11.082.136,58	74,59	3.773.747,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.855.883,58	14.855.883,58	2.265.900,30	15,25	11.082.136,58	74,59	3.773.747,00
DÉFICIT (VI)					67.448,91		
TOTAL(VII) = (V + VI)	14.855.883,58	14.855.883,58	2.265.900,30	15,25	11.149.585,49	75,05	3.706.298,09

Emissão: 30/11/2015 13:16:56

Page 1 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2015 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Superávit Financeiro Reabertura de Créditos Adicionais							

VALDECIR KEMER
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

JOSE CANDIDO DA ROCHA NETO NETO
SECRETARIO DE FINANCAS

RREO ANEXO 17_5BIM

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
JANEIRO A OUTUBRO/2015 - Bimestre SETEMBRO/OUTUBRO

RREO - ANEXO XVI(ADCT, art. 77) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA E TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	4.964,78	4.964,78	6.159,91	124,07
Impostos				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				
Divida Ativa dos Impostos	4.964,78	4.964,78	6.159,91	124,07
Receitas de Transferencias Constitucionais e Legais				
Da Uniao				
Do Estado				
TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE-SUS (II)	1.959.350,46	1.959.350,46	1.342.366,74	68,51
Da Uniao para o Municipio	1.886.895,85	1.886.895,85	1.172.372,29	62,13
Do Estado para o Municipio	72.454,61	72.454,61	169.994,45	234,62
Demais Municipios para o Municipio				
Outras Receitas do SUS				
RECEITAS DE OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS A SAUDE (III)				
OUTRAS RECEITAS ORCAMENTARIAS				
(-) DEDUCAO PARA O FUNDEB				
TOTAL	**1.964.315,24**	**1.964.315,24**	**1.348.526,65**	**68,65**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/c) x 100
DESPESAS CORRENTES	2.154.091,58	2.636.707,78	2.367.021,88	89,77
Pessoal e Encargos Sociais	1.352.822,48	2.167.712,36	2.029.595,25	93,63
Juros e Encargos da Divida				
Outras Despesas Correntes	801.269,10	468.995,42	337.426,63	71,95
DESPESAS DE CAPITAL	452.500,00	172.072,12	33.264,68	19,33
Investimentos	452.500,00	172.072,12	33.264,68	19,33
Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida				
TOTAL (IV)	**2.606.591,58**	**2.808.779,90**	**2.400.286,56**	**85,45**

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS % (e/V e) x 100
DESPESAS COM SAUDE(V) = (IV)	2.606.591,58	2.808.779,90	2.400.286,56	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS A SAUDE	2.606.591,58	2.808.779,90	2.400.286,56	100,00
Recursos de Transferencias do Sistema Unico de Saude - SUS	2.606.591,58	2.808.779,90	2.400.286,56	100,00
Recursos de Operacoes de Credito				
Outros Recursos				
(-) RP INSCRITOS NO EXERCICIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE				
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)				

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2015 (f)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE DAÚDE (VII)	7.155,15	0,00

PARTICIPACAO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAUDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 0,00% ** [(VI - VII f) / I]

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (g/total g)
Atencao Basica	1.371.577,94	2.073.002,41	2.014.896,62	83,94
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	971.604,96	530.437,61	326.095,27	13,58
Suporte Profilatico e Terapeutico	43.156,20	63.295,54	59.294,67	2,47
Vigilancia Sanitaria	28.800,00	10.000,00		
Vigilancia Epidemiologica	191.452,48	132.044,34		
Alimentacao e Nutricao				
Outras Subfuncoes				
TOTAL	**2.606.591,58**	**2.808.779,90**	**2.400.286,56**	**100,00**

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício
[2] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

Valdecir Kemer — Contador CRC-MT 8232/0-4
Paulo Neris de Assuncao — Sec. Administracao e Finanças
Prefeito Municipal

Emissão: 30/11/2015 13:42:46 Page 1 de 1
Homologado

RREO ANEXO 11_5BIM

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (d)	RECEITAS EXECUTADAS até o bimestre (b)	SALDO NÃO EXECUTADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTAS até o bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d – (e+f))
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	893.947,86	384.773,88		509.173,98
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE				
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	893.947,86	384.773,88		509.173,98

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-893.947,86	-384.773,88	-509.173,98

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 30/11/2015 13:40:17 Page 1 de 1

Homologado

RREO ANEXO 01_5BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2015 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.469.883,58		15.469.883,58	2.221.796,68	11.464.765,75	2.270.431,91	11.149.585,49	72,07	4.320.298,09
DESPESAS CORRENTES	12.962.202,92	1.556.204,80	14.518.407,72	2.086.114,67	11.075.571,73	2.134.749,90	10.761.793,47	74,12	3.756.614,25
Pessoal e Encargos Sociais	5.990.557,64	1.688.873,72	7.679.431,36	1.268.392,20	6.553.937,02	1.268.374,00	6.553.918,82	85,34	1.125.512,54
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	6.971.645,28	-132.668,92	6.838.976,36	817.722,47	4.521.634,71	866.375,90	4.207.874,65	61,52	2.631.101,71
DESPESAS DE CAPITAL	2.457.680,66	-1.556.204,80	901.475,86	135.682,01	389.194,02	135.682,01	387.792,02	43,01	513.683,84
Investimentos	2.456.680,66	-1.555.204,80	901.475,86	135.682,01	389.194,02	135.682,01	387.792,02	43,01	513.683,84
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	1.000,00	-1.000,00							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00		50.000,00						50.000,00
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	15.469.883,58		15.469.883,58	2.221.796,68	11.464.765,75	2.270.431,91	11.149.585,49	72,07	4.320.298,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.469.883,58		15.469.883,58	2.221.796,68	11.464.765,75	2.270.431,91	11.149.585,49	72,07	4.320.298,09
SUPERÁVIT (XIII)									
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.469.883,58		15.469.883,58	2.221.796,68	11.464.765,75	2.270.431,91	11.149.585,49	72,07	4.320.298,09

VALDECIR KEMER
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

JOSE CANDIDO DA ROCHA NETO NETO
SECRETARIO DE FINANCAS

Emissão: 30/11/2015 13:16:56

Page 1 de 1

Homologado

RREO ANEXO 10_5BIM

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo X (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	355.113,80	355.113,80	204.807,11	735.441,98	207,10%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	13.614,14	13.614,14	1.533,62	11.963,92	87,88%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.646,93	8.646,93	128,38	4.052,07	46,86%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2,43	2,43	6,85	56,02	2.305,35%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	4.964,78	4.964,78	1.231,03	6.159,91	124,07%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	1.318,27	4.861,31	
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	(1.150,91)	(3.165,39)	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	61.681,21	61.681,21	17.287,74	46.159,93	74,84%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	61.681,21	61.681,21	17.287,74	46.159,93	74,84%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	279.818,45	279.818,45	185.985,75	677.318,13	242,06%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	278.873,07	278.873,07	185.985,75	676.754,70	242,67%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	945,38	945,38	0,00	569,73	60,26%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	(6,30)	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.259.261,98	9.259.261,98	1.561.692,84	7.866.215,34	84,96%
2.1- Cota-Parte FPM	5.844.679,94	5.844.679,94	757.388,33	4.704.520,64	80,49%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.844.679,94	5.844.679,94	757.388,33	4.704.520,64	80,49%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	3.083.640,59	3.083.640,59	612.662,51	2.742.530,45	88,94%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	14.851,52	14.851,52	2.827,82	14.139,09	95,20%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.5- Cota-Parte ITR	16.035,42	16.035,42	163.627,79	177.952,60	1.109,75%
2.6- Cota-Parte IPVA	300.054,51	300.054,51	25.186,39	227.072,56	75,68%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.614.375,78	9.614.375,78	1.766.499,95	8.601.657,32	89,47%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO					
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	254.120,00	254.120,00	21.928,38	179.922,84	70,80%
5.1- Transferências do Salário-Educação	94.885,74	94.885,74	11.432,41	69.801,79	73,56%
5.2- Outras Transferências do FNDE	159.234,26	159.234,26	7.972,00	99.905,31	62,74%
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE			2.523,97	10.215,74	
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	122.607,85	122.607,85	3.963,51	155.580,80	126,89%
6.1- Transferência de Convênios	122.607,85	122.607,85	3.963,51	155.580,80	126,89%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios					
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	376.727,85	376.727,85	25.891,89	335.503,64	89,06%

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.851.851,06	1.851.851,06	312.338,36	1.559.946,90	84,24%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.168.935,72	1.168.935,72	151.477,60	927.608,68	79,35%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	616.727,88	616.727,88	122.532,47	548.505,91	88,94%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	2.970,22	2.970,22	565,56	2.827,80	95,21%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)					
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	3.206,95	3.206,95	32.725,53	35.590,43	1.109,79%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	60.010,29	60.010,29	5.037,20	45.414,08	75,68%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.434.504,18	1.434.504,18	172.684,39	845.818,06	58,96%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.434.504,18	1.434.504,18	172.684,39	845.818,06	58,96%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB					
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB					
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-417.346,88	-417.346,88	-139.653,97	-714.128,84	171,11%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	594.200,00	624.202,90	123.570,89	623.039,08	99,81%
13.1- Com Educação Infantil					
13.2- Com Ensino Fundamental	594.200,00	624.202,90	123.570,89	623.039,08	99,81%
14- OUTRAS DESPESAS	888.800,00	1.072.927,37	242.347,58	1.065.160,90	99,28%
14.1- Com Educação Infantil	493.800,00	509.987,27	115.218,05	503.485,11	98,73%
14.2- Com Ensino Fundamental	395.000,00	562.940,10	127.129,53	561.675,79	99,78%
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.483.000,00	1.697.130,27	365.918,47	1.688.199,98	99,47%

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR

Emissão: 30/11/2015 13:38:24 Page 1 de 2
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo X (LDB, Art. 72)	R$1,00
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %	73,66

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2015[2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	2.403.593,95	2.403.593,95	441.624,99	2.150.414,33	89,47%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS REALIZADAS**		
			No Bimestre	**Até o Bimestre (e)**	**% (f) = (e/d)x100**
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	493.800,00	509.987,27	115.218,05	503.485,11	98,73%
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	493.800,00	509.987,27	115.218,05	503.485,11	98,73%
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
24- ENSINO FUNDAMENTAL	989.200,00	1.187.143,00	250.700,42	1.184.714,87	99,80%
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	989.200,00	1.187.143,00	250.700,42	1.184.714,87	99,80%
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
25- ENSINO MÉDIO					
26- ENSINO SUPERIOR					
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR					
28- OUTRAS					
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	1.483.000,00	1.697.130,27	365.918,47	1.688.199,98	99,47%

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-714.128,84
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[4]	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	-714.128,84
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	2.402.328,82
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	27,93

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO					0,00%
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO					0,00%
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00%
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					0,00%
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)					0,00%
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.483.000,00	1.697.130,27	365.918,47	1.688.199,98	99,47%

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	845.818,06	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.688.199,98	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-842.381,92	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do art. 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 30/11/2015 13:38:24

Page 2 de 2
Homologado

RREO ANEXO 07_5BIM

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SUGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2015	ATÉ O BIMESTRE 2014
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (I)	12.241.297,56	2.235.905,60	10.647.242,68	9.840.251,07
Receitas Tributarias	419.683,03	226.474,34	849.600,64	392.271,81
IPTU	8.646,93	128,38	4.052,07	5.439,73
ISS	278.873,07	185.985,75	676.754,70	289.285,12
ITBI	61.681,21	17.287,74	46.159,93	38.137,34
IRRF	1.121,88	21.785,47	104.582,81	1.566,26
Outras Receitas Tributarias	69.359,94	1.287,00	18.051,13	57.843,36
Receitas de Contribuicoes				
Receitas Previdenciarias				
Outras Receitas de Contribuicoes				
Receita Patrimonial Liquida	287,38	2.677,58	2.778,22	10.351,50
Receita Patrimonial	167.192,74	32.672,28	162.980,16	132.594,61
(-) Aplicacoes Financeiras	166.905,36	29.994,70	160.201,94	122.243,11
Transferencias Correntes	11.810.951,13	2.004.197,53	9.776.164,34	9.422.706,29
FPM	5.844.679,94	757.388,33	4.704.520,64	4.402.476,75
ICMS	3.083.640,59	612.662,51	2.742.530,45	2.510.957,06
Convenios	122.607,85	3.963,51	155.580,80	83.685,85
Outras Transferencias Correntes	2.760.022,75	630.183,18	2.173.532,45	2.425.586,63
Demais Receitas Correntes	10.376,02	2.556,15	18.699,48	14.921,47
Divida Ativa	4.964,78	1.231,03	6.744,65	4.412,66
Diversas Receitas Correntes	5.411,24	1.325,12	11.954,83	10.508,81
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.447.680,66		274.691,96	216.986,16
Operacoes de Credito (III)				
Amortizacao de Emprestimos (IV)				
Alienacao de Bens (V)				
Transferencias de Capital	2.447.680,66		274.691,96	216.986,16
Convenios	2.447.680,66		224.000,00	216.986,16
Outras Transferencias de Capital			50.691,96	
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PRIMARIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.447.680,66		274.691,96	216.986,16
RECEITA PRIMARIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.688.978,22	2.235.905,60	10.921.934,64	10.057.237,23

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2015	ATÉ O BIMESTRE 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.914.407,72	2.086.114,67	11.075.571,73	9.118.362,92
Pessoal e Encargos Sociais	7.269.431,36	1.268.392,20	6.553.937,02	5.407.241,82
Juros e Encargos da Divida (IX)				
Outras Despesas Correntes	6.644.976,36	817.722,47	4.521.634,71	3.711.121,10
DESPESAS PRIMARIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.914.407,72	2.086.114,67	11.075.571,73	9.118.362,92
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	891.475,86	135.682,01	389.194,02	501.461,55
Investimentos	891.475,86	135.682,01	389.194,02	501.461,55
Inversoes Financeiras				
Concessao de Emprestimos (XII)				
Aquisicao de Titulo de Capital ja Integralizado (XIII)				
Demais Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida (XIV)				
DESPESAS PRIMARIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	891.475,86	135.682,01	389.194,02	501.461,55
RESERVA DE CONTIGENCIA (XVI)	50.000,00			
RESERVA DO RPPS (XVII)				
DESPESA PRIMARIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XIV)	14.855.883,58	2.221.796,68	11.464.765,75	9.619.824,47
RESULTADO PRIMARIO (XIX) = (VII - XVIII)	-166.905,36	14.108,92	-542.831,11	437.412,76
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES				

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERENCIA	0,00

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 30/11/2015 13:37:02 **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA** Page 1 de 1

Homologado

RREO ANEXO 02_5BIM

Município de JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE SETEMBRO a OUTUBRO de 2015
CONSOLIDADO

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.855.883,58	14.855.883,58	2.221.796,68	11.464.765,75	2.270.431,91	11.149.585,49	100,00	75,05	3.706.298,09
LEGISLATIVA									
ACAO LEGISLATIVA	614.000,00	614.000,00		471.620,81		418.614,14	3,75	68,17	195.385,86
JUDICIÁRIA									
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	395.000,00	596.871,24	130.738,46	596.807,00	125.366,78	554.764,97	4,97	92,94	42.106,27
ADMINISTRACAO GERAL	1.326.000,00	1.406.650,04	233.928,60	1.233.662,18	261.238,39	1.156.806,44	10,37	82,23	249.843,60
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	32.000,00	20.927,56							20.927,56
TURISMO	100.000,00	100.000,00	6.436,10	35.697,67	6.436,10	35.697,67	0,32	35,69	64.302,33
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
	60.000,00								
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	90.000,00								
ASSISTENCIA AO IDOSO	257.000,00	2.389,08							2.389,08
ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	2.000,00	2.000,00							2.000,00
ASSISTENCIA COMUNITARIA	596.500,00	633.462,87	58.145,86	408.426,86	58.145,86	408.426,86	3,66	64,47	225.036,01
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.000,00								
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
SAÚDE									
ADMINISTRACAO GERAL	330.000,00	223.313,42	41.142,80	206.745,49	43.790,60	204.097,29	1,83	91,39	19.216,13
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	971.604,96	530.437,61	132.370,19	326.095,27	132.370,19	326.095,27	2,92	61,47	204.342,34
ATENCAO BASICA	1.521.577,94	2.411.977,30	438.930,83	2.351.640,25	434.783,43	2.343.122,85	21,01	97,14	68.854,45
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	15.000,00								
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	43.156,20	63.295,54	3.128,50	59.294,67	3.128,50	59.294,67	0,53	93,67	4.000,87
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	191.452,48	132.044,34							132.044,34
VIGILANCIA SANITARIA	28.800,00	10.000,00							10.000,00
TRABALHO									
PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	148.558,84	148.558,84	22.712,44	110.917,80	22.712,44	110.917,80	0,99	74,66	37.641,04
EDUCAÇÃO									
ADMINISTRACAO GERAL	500.000,00	188.504,70	23.279,31	129.670,59	24.067,37	126.518,35	1,13	67,11	61.986,35
ALIMENTACAO E NUTRICAO	67.660,00	127.016,53	24.615,75	109.176,97	24.615,75	109.176,97	0,97	85,95	17.839,56
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	35.000,00								
EDUCACAO INFANTIL	579.928,40	547.930,88	131.981,43	540.248,79	131.981,43	540.248,79	4,84	98,59	7.682,09
ENSINO FUNDAMENTAL	2.940.570,16	1.889.251,12	358.671,21	1.804.125,54	358.653,21	1.804.107,54	16,18	95,49	85.143,58
ENSINO MEDIO	23.074,60								
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	25.000,00	4.500,00							4.500,00
TECNOLOGIA DA INFORMACAO	140.000,00								
CULTURA									
DIFUSAO CULTURAL	361.000,00	361.000,00	12.417,10	53.287,96	12.417,10	53.287,96	0,47	14,76	307.712,04
DIREITOS DA CIDADANIA									

Emissão: 30/11/2015 13:33:11

Homologado

Município de JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE SETEMBRO a OUTUBRO de 2015
CONSOLIDADO

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

URBANISMO									
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.150.000,00	710.898,00	79.518,02	135.189,73	80.217,68	133.406,77	1,19	18,76	577.491,23
SERVICOS URBANOS	600.000,00	2.094.196,72	349.484,08	1.986.886,12	376.211,08	1.859.729,10	16,67	88,80	234.467,62
HABITAÇÃO									
HABITACAO URBANA	190.000,00	253.209,63	73.220,01	201.604,63	73.220,01	201.604,63	1,80	79,61	51.605,00
SANEAMENTO									
SANEAMENTO BASICO RURAL	200.000,00	200.000,00							200.000,00
GESTÃO AMBIENTAL									
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	330.000,00	330.000,00	6.436,10	34.818,25	6.436,10	34.818,25	0,31	10,55	295.181,75
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									
EXTENSAO RURAL	120.000,00	363.379,63	58.979,24	354.390,66	58.979,24	354.390,66	3,17	97,52	8.988,97
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	30.000,00								
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA									
ENERGIA ELETRICA	80.000,00	16.606,53	2.783,33	16.606,53	2.783,33	16.606,53	0,14	100,00	
TRANSPORTE									
TRANSPORTE RODOVIARIO	300.000,00	300.000,00	12.986,10	67.421,87	12.986,10	67.421,87	0,60	22,47	232.578,13
DESPORTO E LAZER									
DESPORTO COMUNITARIO	400.000,00	523.462,00	19.891,22	230.430,11	19.891,22	230.430,11	2,06	44,02	293.031,89
ENCARGOS ESPECIAIS									
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	1.000,00								
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00							50.000,00
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 14.855.883,58	R$ 14.855.883,58	R$ 2.221.796,68	R$ 11.464.765,75	R$ 2.270.431,91	R$ 11.149.585,49	100,00	75,05	R$ 3.706.298,09

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 30/11/2015 13:33:11

Page 2 de 2

Homologado

RREO ANEXO 03_5BIM

GOVERNO FEDERAL;ESTADO DE MATO GROSSO;MUNICIPIO DE JANGADA;
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2014 A OUTUBRO/2015

RREO - ANEXO III (LRF, art. 53, Inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	NOV/14	DEZ/14	JAN/15	FEV/15	MAR/15	ABR/15	MAI/15	JUN/15	JUL/15	AGO/15	SET/15	OUT/15		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.272.842,96	1.634.495,19	1.390.501,80	1.062.736,10	1.105.835,22	1.235.244,68	1.351.996,05	1.347.321,20	1.175.958,35	1.122.323,24	1.166.923,16	1.412.634,46	15.278.812,41	14.260.053,98
Receita Tributaria	155.173,71	117.862,75	71.890,77	16.208,30	89.005,06	100.514,62	40.184,37	165.569,05	61.997,15	77.756,98	110.056,53	116.417,81	1.122.637,10	419.683,03
IPTU	831,68	340,12	110,64	43,12	50,62	185,62	1.162,47	1.303,11	298,18	769,93	128,38		5.223,87	8.646,93
ISS	56.460,97	74.998,15	70.366,13	11.663,78	85.191,44	97.475,40	38.487,31	94.279,82	41.084,94	52.220,13	87.329,98	98.655,77	808.213,82	278.873,07
ITBI	603,00	4.743,00		1.432,40	1.050,00		166,59	1.800,00		24.423,20	35,58	17.252,16	51.505,93	61.681,21
IRRF	96.202,06	36.189,32				1.171,60		63.350,14	18.275,60		21.506,59	278,88	236.974,19	1.121,88
Outras Receitas Trib.	1.076,00	1.592,16	1.414,00	3.069,00	2.713,00	1.682,00	368,00	4.835,98	2.338,43	343,72	1.056,00	231,00	20.719,29	69.359,94
Receita Contribuicoes														
Receita Patrimonial	11.644,66	17.166,52	14.601,95	14.901,60	15.374,97	15.887,97	15.491,50	18.601,72	20.499,54	14.948,63	15.984,21	16.688,07	191.791,34	167.192,74
Receita Agropecuaria														
Receita Industrial														
Receita Servicos														
Transf. Correntes	1.105.759,84	1.496.886,86	1.301.903,06	1.030.134,59	999.962,38	1.112.798,46	1.294.748,34	1.162.438,03	1.091.331,36	1.029.022,91	1.038.326,27	1.279.528,58	13.942.840,68	13.662.802,19
Cota-Parte do FPM	468.390,79	753.362,56	571.401,61	583.290,34	424.841,34	458.516,39	563.847,26	490.604,28	429.753,13	424.877,96	354.223,40	403.164,93	5.926.273,99	5.844.679,94
Cota-Parte do ICMS	257.580,78	270.988,92	268.238,17	225.140,33	292.850,74	255.954,92	268.710,11	277.080,72	278.148,24	263.744,71	320.479,83	292.182,68	3.271.100,15	3.083.640,59
Cota-Parte do IPVA	10.776,31	3.117,12	2.689,25	32.801,90	21.948,91	31.225,44	44.336,42	20.756,56	25.109,20	23.018,49	18.689,87	6.496,52	240.965,99	300.054,51
Cota-Parte do ITR	9.939,96	6.646,75	7.045,20	648,36	632,44	58,78	3.728,84	2.064,87	54,42	91,90	1.051,15	162.576,64	194.539,31	16.035,42
Transf. LC 87/1996	1.375,14	2.750,28				5.655,63	1.413,91	1.413,91	1.413,91	1.413,91	1.413,91	1.413,91	18.264,51	14.851,52
Transf. LC 61/1989														
Transferencias FUNDEB	115.603,77	123.538,85	87.664,60	82.023,93	84.203,45	78.856,54	96.224,53	85.832,61	77.921,19	80.406,82	80.859,91	91.824,48	1.084.960,68	1.434.504,18
Outras Transf. Corr.	242.093,09	336.482,38	364.864,23	106.229,73	175.485,50	282.530,76	316.487,27	284.685,08	278.931,27	235.469,12	261.608,20	321.869,42	3.206.736,05	2.969.036,03
Outras Receitas Corr.	264,75	2.579,06	2.106,02	1.491,61	1.492,81	6.043,63	1.571,84	712,40	2.130,30	594,72	2.556,15		21.543,29	10.376,02
DEDUCOES (II)	149.612,49	159.598,67	169.874,82	168.376,10	148.054,60	150.282,11	176.407,21	158.383,98	133.600,44	142.629,28	139.171,53	173.166,83	1.869.158,06	1.851.851,06
Cont.Pla.Seg.Soc.Serv.														
Comp.Financ.Reg.Prev.														
Ded.Rec.p/Form.FUNDEB	149.612,49	159.598,67	169.874,82	168.376,10	148.054,60	150.282,11	176.407,21	158.383,98	133.600,44	142.629,28	139.171,53	173.166,83	1.869.158,06	1.851.851,06
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	1.123.230,47	1.474.896,52	1.220.626,98	894.360,00	957.780,62	1.084.962,57	1.175.588,84	1.188.937,22	1.042.357,91	979.693,96	1.027.751,63	1.239.467,63	13.409.654,35	12.408.202,92

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 30/11/2015 13:34:35 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

PORTARIA 333/2015

PORTARIA N.º 333, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

"Designa Comissão de Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jauru para realizar os procedimentos referentes aos processos licitatórios do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Jauru, PREVI-JAURU."

A Prefeita do Município de Jauru, Estado de Mato Grosso, no usa das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade da instituição de comissão para realizar os procedimentos referentes aos processos licitatórios para contratação de serviços do PREVI-JAURU;

Considerando a inexistência de pessoal lotado na unidade administrativa do PREVI-JAURU;

RESOLVE:

Art. 1º Adotar a Comissão Permanente de Licitação nomeada pela Prefeitura Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, através da Portaria nº001, de 05 de janeiro de 2015, para receber, examinar e julgar todos os documentos de habilitação, proposta e cadastramento de licitantes e demais procedimentos relativos às Licitações, conforme Inciso XVI, do Art. 6º da Lei Federal 8.666/93, do PREVI-JAURU.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal Tancredo de Almeida Neves, em Jauru/MT, 3 de novembro de 2015.

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DISPENSA Nº. 036/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 36/2015

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito Municipal, Srº. Edson Miguel Piovesan reconheceu ser dispensa de licitação para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL PERMANENTE ELÉTRICOS E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR E REBAIXAMENTO DE REDE PARA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO/ FAZ. MONTE AZUL EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no Valor Global R$ 17.115,66 (dezessete mil cento e quinze reais e sessenta e seis centavos)**,** firmado com a empresa: **W. S. CAVALLARI - ME,** inscrita no CNPJ sob o n° 01.115.168/0001-05, localizada na Rua Rio Branco, N° 625-E, Bairro Jardim Califórnia, CEP 78. 575-000 – fone: 66 3556-3786, na cidade de Juara/MT, neste ato representada pelo Srº. Wirlisbeste Salvador Cavallari, portador do RG: 820262 expedido por SSP/MT e CPF: 361.383.711-00. Em atendimento a Secretaria Municipal de Educação – Escola Municipal Santo Antônio, e de acordo

com o disposto no Art. 24, Inciso IV da Lei 8.666/93 e Art. 3, Inciso II da Lei Municipal 2.535/2015.

Juara – MT, 27 de Novembro de 2015.

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2015

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Administração, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

Art. 1º - Convocar a servidora Srª. **VANIMAR SEIBEL,** brasileira maior, portadora da Cédula de Identidade CI RG nº 000665430 SSP/MT e CPF nº. 007.044.411-01, no cargo de **Agente Comunitária de Saúde**, lotada junto a Secretaria Municipal Saúde, a comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 24 (vinte e quatro horas), a fim de reassumir suas funções.

Art. 2º - O não comparecimento caracterizará, sanções administrativas prevista em Lei especifica.

Gabinete da Secretária Municipal de Administração, em 30 de Novembro de 2015.

Queila Silva do Carmo

Secretária Mun. de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 011/2015

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

N.º 011/2015

AUDIENCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2016.

A Excelentíssima Senhora **MARIA MANEA DA CRUZ**, Prefeita do Município de Lambari D'Oeste-MT, em cumprimento aos princípios Constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, **CONVIDA** todos os Munícipes para participar da **Audiência Pública para elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA**, para o exercício Financeiro de 2016, a ser realizada no dia 04 de dezembro do corrente ano, às 14:0 horas, no Plenário da Câmara Municipal.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, em Lambari D'Oeste - MT, aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze.

MARIA MANEA DA CRUZ

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2016-2020

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÃNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2016-2020

_____

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

_____

Marley Pereira de Andrade

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

_____

Ana Paula Andrade

Presidente do CMAS

Marcelândia 2016

1. LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
FMAS	Fundo Municipal da Assistência Social
FNAS	Fundo Nacional da assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS	Instância de Controle Social
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB/ SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-RH/ SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único da Assistência Social

Plano Municipal de Assistência Social

1. IDENTIFICAÇÃO

Município: **Marcelândia/MT**

Nível de Gestão: **Básica**

Porte Populacional: **Pequeno porte I**

Período de Execução: **2016 até 2017**

1.1 - Prefeitura Municipal

Nome do Prefeito(a):**Arnóbio Vieira de Andrade**

Documento de Identidade (RG): CPF:**174.151.101-10**

Mandato do(a) Prefeito(a): Início**01/01/2013**Término **31/12/2016**

Endereço da Prefeitura: **Rua Guaíra,777**

Telefone: **(66) 3536-3100**Fax: **(66)3536-3100**

Bairro: **Centro** CEP: **78535-000**

E-mail:

Site: **www.marcelandia.mt.gov.br**

1.2 - Órgão Gestor da Assistência Social

Nome do Órgão Gestor:**Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Cultura**

Responsável: **Marley Pereira de Andrade**

Ato de Nomeação do(a) Gestor(a):**Portaria 09/2013**

Data da nomeação: **02/01/2013**

Endereço: **Rua João Biondaro,863 sala 03**

Bairro: **Centro**CEP: **78535-000**

Telefone: **(66) 3536-2149** Fax: **(66) 3536-2149**

E-mail: **acaosocial@marcelandia.mt.gov.br**

Site: **www.marcelandia.mt.gov.br**

1.3- Fundo Municipal de Assistência Social

Nº da Lei de Criação: **Lei 181** Data da Criação: **12/12/1996**

Nome do gestor do FMAS: **Marley Pereira de Andrade**

Lotação: **Secretaria Municipal de Assistência Social**

Nome do ordenador de despesas do FMAS: **Marley Pereira de Andrade**

1.4- Conselho Municipal de Assistência Social

Nº da Lei de Criação: **180** Data da Criação: **13/02/1996**

Nome do(a) Presidente(a): **Ana Paula Pereira de Andrade**

Nome do Secretário(a) Executivo(a):**Magda Angélica Daré Rissi**

Nº total de membros: **10**

Endereço do CMAS: **Rua João Biondaro, 839 sala 03**

Bairro: **Centro** CEP: **78535-000**

Telefone: (**66**) **3536-2149** Fax: (**66**) **3536-2149**

E-mail: **andrade,anaandrade@hotmail.com**

Site: **www.marcelandia.mt.gov.br**

Governamental		
Nome do(a) Conselheiro(a)	**Representatividade**	**Titularidade**
Pamela Fernandes Harres	SMAS	Titular
Sonia Martinis	SME	Titular
Gislaine Prudenciano da Silva Morais	Sec. Muni. De admn. e finanncia	Titular
Suzana Barbosa	Meio Ambiente e Turismo	Titular
Silas de Oliveira Rezende	SMS	Titular
Não Governamental		
Nome do(a) Conselheiro(a)	**Representatividade**	**Titularidade**
Karla Adriana Blanc Enge	APAE	Titular
Ana Paula P. de Andrade	Pastoral da Criança	Titular
Karinne Gabrielle Machado de Andrade	Rep de profissionais de áreas	Titular
Eduardo Carlos Cian	SINTEP	Titular
Heloisa Maria BordinTrelles	Lions	Titular

1.5- Equipe técnica responsável pela elaboração do PMAS:

Nome	**Função/Cargo**
Ana Paula Pereira de Andrade	Presidente do CMAS
Alexandra Padovani David	Psicóloga
Claudia Lopes	Coordenadora do CRAS

2. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social Brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

A Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (1993) estabelece no artigo 30, inciso III, como uma das condições para repasse de recursos financeiros a elaboração do Plano de Assistência Social rompendo desta forma, ações fragmentadas, instituindo a cultura do planejamento com base no conhecimento e estudo da realidade, permitindo o monitoramento e a avaliação das ações para garantir a qualidade dos serviços.

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS (2005) consolidam a política de assistência social em um sistema único, na qual se destaca a garantia da previsão e continuidade das ações.

Assim, no âmbito do SUAS, o Plano de Assistência Social constitui num instrumento fundamental para a construção de uma política planejada e efetiva sobre as situações de vulnerabilidade e riscos sociais identificadas nos territórios. Permite organizar, regular e nortear a execução da política pública de assistência social definindo suas prioridades de ações nos níveis de proteção social básica e especial.

Para elaboração do Plano a Secretaria de Assistência Social e Cidadania –SMAS definiu uma comissão para estudo, análise e definição das ações prioritárias e metas que constarão no Plano Municipal de Assistência Social 2016-2017. Esta comissão foi composta por:

Secretária, Secretária Executiva dos Conselhos, Coordenadora da Proteção Social Básica, Coordenadora de Projetos Sociais. Coordenadora e equipe técnica do CRAS, Gestora do Programa Bolsa família.

Foram contempladas as propostas referendadas nas últimas Conferências Municipais de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescentes, dos Direitos do Idoso, Direitos da Pessoa com Deficiência e de Políticas para mulheres. Também foram utilizados como embasamento o Plano Plurianual, Orçamento Municipal e Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013 da Comissão Intergestores Tripartite, que dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social, para o quadriênio 2014-2017. Ressaltamos que neste Plano constará apenas as ações prioritárias, pois as manutenções e execução dos serviços da rede são inerentes à responsabilidade da SMAS

3- DIAGNÓSTICO

3.1 Panorama Geral do Município

Considerando o Panorama Municipal segundo CENSO Demográfico 2010, apresentado pelo Boletim do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, a população do município era igual a 12.006 habitantes com 61,85% das pessoas residentes em área urbana e 38,15%, em área rural.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, foi verificada ampliação da população idosa que cresceu6,05% em média no ano. Em 2000, este grupo representava 3,2% da população, já em 2010 detinha 6,9% do total da população municipal.

No seguimento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-4,00% ao ano). Crianças e jovens detinham 36,0% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 5.201 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 28,8% da população, totalizando 3.456 habitantes.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu decrescimento populacional (-1,28% ao ano), passando de 8.790 habitantes em 2000 para 7.727 em 2010. Em 2010, este grupo representava 64,4% da população do município.

O município detém o 1866 lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do país. Este índice é composto por três elementos fundamentais para o desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Se por um lado o seu IDHM de 0,701 encontra-se na faixa etária média do Estado do Moto Grosso em nível de desenvolvimento humano, por outro, temos ainda uma faixa da população que vive em situação de pobreza e extrema pobreza (27,99% da população), potencializando a incidência de vulnerabilidade e risco social.

Para o desenvolvimento dos Serviços Socioassistenciais a Secretaria de Assistência Social e Cidadania contam com 34 trabalhadores; para as atividades relacionadas ao Órgão Gestor, conta com 06 trabalhadores e mais 28 para o desenvolvimento das ações complementares à Política de Direitos.

Em sua estrutura administrativa apresenta os setores, coordenador de Proteção Social Básica, Gerência Administrativa e Financeira, coordenador de Compras, Gestora do Programa Bolsa Família, Coordenadoria de Projetos, Coordenadoria.

4. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

4.1- Objetivo Geral:

Organizar, regular e nortear a execução da Política Municipal de Assistência Social, na perspectiva do SUAS, em consonância com as diretrizes legais da Política Nacional de Assistência Social.

4.2 - Objetivos Específicos:

Prover serviços de Proteção Social Básica, bem como programas, projetos e benefícios para famílias, indivíduos em situação de vulnerabilidade ou/e risco;

Garantir a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos, em áreas urbana e rural;

Organizar e fortalecer a rede socioassistencial para atendimento à família em situação de vulnerabilidade social e risco social e pessoal;

Implementar e implantar ações de qualificação profissional;

Garantir aos seus usuários, o acesso ao conhecimento dos direitos sociais e órgãos de defesa;

Sistematizar informações, visando a construção de indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, que incidem sobre famílias/pessoas, nos diferentes ciclos de vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos);

Identificar, definir e executar medidas de prevenção quanto à presença ou ao agravamento e superação de vitimizações, riscos e vulnerabilidades sociais.

5. DIRETRIZES E PRIORIDADES DELIBERADAS

A Constituição Federal (1988) e a Lei Orgânica de Assistência Social –LOAS (1993) trouxeram a assistência social para o âmbito da Política Pública, pautada no direito de cidadania e deveres do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e acesso dos serviços, programas e projetos, por meio da organização da rede socioassistencial, rompendo com as ações fragmentadas e centralizadas. Para tanto, a organização da Política Pública Assistência Social, deve fundamentar-se prioritariamente nas diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal (1988), LOAS, reiteradas pela PNAS, sendo:

"I- Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III- Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos." p. 32 e 33.

A descentralização político administrativa possibilita aos municípios, na sua competência, realizar o planejamento de suas ações baseadas no diagnóstico de sua realidade e demandas identificadas e com vistas no aprimoramento da gestão do SUAS, o que compreende:

Gestão territorial por área de abrangência das unidades de CRAS, identificando as situações de vulnerabilidade e risco social, bem como as potencialidades de cada área, levantando as demandas para o planejamento, intervenção e a otimização dos recursos.

Aprimoramento da gestão do SUAS com a organização, padronização e oferta de serviços da rede socioassistencial dentro das normativas vigentes, visando a qualidade e aarticulação dos serviços, programas, projetos e benefícios oferecidos aos usuários da assistência social enquanto direito de cidadania.

Intersetorialidade por meio de ações integradas das diferentes políticas públicas e instâncias de controle social, para a deliberação, desenvolvimento e acompanhamento das atividades, visando romper com ações fragmentadas e focalizadas, possibilitando atender as demandas existentes em sua totalidade de forma articulada.

Constituição da gestão do trabalho, possibilitando aqualificação dos recursos humanos, por meio de capacitação continuada aos trabalhadores, gestores e conselheiros, evitando a precarização das ações, com adequação das equipes de trabalho conforme normativas vigentes e especificidades dos serviços, programas e projetos, acompanhando as mudanças e avanços ocorridos na política de assistência social.

Publicização dos direitos sociais, órgãos de defesa e participação social, possibilitando o conhecimento dos direitos pelos usuários, estabelecendo e fortalecendo mecanismos de participação e controle na dinâmica do cotidiano dos atendimentos, atividades e eventos realizados pela política de assistência social.

5. AÇÕES E ESTRATÉGIAS CORRESPONDENTES PARA A SUA IMPLEMENTAÇÃO.

6. NÍVEIS DE PROTEÇÃO

6.1 - Proteção Social Básica

Os serviços de proteção social básica são aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, por meio do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, socialização e ao acolhimento, em famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privações (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos) e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social descritos no diagnóstico social.

Programas/ Projetos:

Programa de Atenção Integral as Famílias

Serviço de Atendimento Psicossocial; Grupo de Convivência para a Pessoa Idosa; Grupo de Mães/Mulheres; Benefícios Eventuais; Serviço de Socialização da Pessoa com Deficiência; Plantão Social;

Programas Federais

Benefício de Prestação Continuada - BPC; Bolsa Família

Descrever serviços de acordo com a Tipificação Nacional, programas, projetos e benefícios serão realizados pelo município ou em parcerias.

a) Serviço Socioassistencial de PSB

b) Tipos de investimento:

c) Fontes de financiamento:

8. DIRETRIZES E PRIORIDADES DELIBERADAS

EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	ESTRATÉGIA
Proteção Social Básica	Garantia de acesso aos serviços da Proteção Social Básica àqueles que deles necessitarem	Ampliação de cobertura do serviço de convivência é fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes e jovens	a) Ampliação do número de vagas do SCFV e implantação do serviço em regiões do município ainda não contempladas. b) Construção de novas unidades e/ou adequação de espaços já existentes nas comunidades para o atendimento de SCFV no território, garantindo ambiente saudável, seguro e acessível. c) Inserção do público prioritário nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.
		Viabilização de transporte gratuito para o deslocamento dos usuário do SCFV para as unidades de atendimento (Clube Melhor Idade/ espaço Criança)	
		Garantia da prestação de serviços	a) Ampliação do acompanhamento familiar às

		tipificados como responsabilidade estatal -PAIF em quantidade e qualidade correspondentes às demandas territoriais	famílias cadastradas no Cad Único realizado pelos CRAS. b) Garantia de atendimento social diferenciado para a Terra Indígena. c) Investimento de esforços em trabalhos mais preventivos com a aproximação dos profissionais e família, garantindo a abordagem do trabalho preventivo sobre violência no território. d) Atendimento do CRAS Rural, ampliando os dias de atendimento nos distritos, com a presença de equipe psicossocial e do cadastro único.
		Implantação de serviços considerados prioritários no município, conforme diagnóstico municipal.	a) Ampliação da divulgação dos serviços ofertados na área de abrangência dos CRAS. b) Infraestrutura adequada para a melhoria da atenção às famílias de territtórios distantes do CRAS.
		Qualificação do serviço de convivência e fortalecimento de vínculo (SCFV) para crianças, adolescentes e jovens	a) Adequação das unidades de atendimento do SCFV às normas e orientações. a) Viabilização de equipe, equipamentos e materiais permanentes que contribuam para a agilização e qualificação do atendimento prestado.
		Garantia da prestação do PAIF em consonância como os padrões de qualidade estabelecidos nacionalmente	a) melhoria na estrutura física e de atendimento dos já existentes, promovendo adaptações e manutenção periódica e dotando-os de espaços com condição para o atendimento qualificado e descentralizado. b) Melhoria da qualidade e promoção da humanização dos atendimentos no CRAS. c) Incentivo à prevalência do atendimento coletivo ao atendimento individualizado d) Implantação de espaços lúdicos nos CRAS
	Implementação da prestação de serviços de Proteção Social Básica	Mobilização para a qualificação profissional e articulação para inserção no mercado de trabalho.	a) Implantação de grupos de cursos profissionalizantes para jovens e adultos nos distritos que não possuem esses serviços b) Articulação para capacitação e qualificação profissional dos usuários, com maior divulgação do PRONATEC, Senai, Senac e Senar garantindo acesso a cursos profissionalizantes para adultos, adolescentes e jovens nos territórios da zona urbana e nos distritos.
		Adequação das unidades para a agilização e qualificação do atendimento prestado.	a) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes
	Integração de Serviços e Benefícios	Acompanhamento pelo PAIF dos beneficiários do BPC e BF	a) Acompanhamento pelo PAIF das famílias com membros beneficiários do BPC
			b) Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC no CadUnico (Total de famílias 90)
			c) Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem
			outras vulnerabilidades sociais, para além da insuficiência de renda. (Total de famílias no PBF: 955)
			d) Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades, cujos motivos sejam da assistência social
			e) Manutenção das atividades relativas ao Programa BPC na Escola
Gestão do SUAS	Aprimoramento da Gestão do Suas no Município	Estruturação do órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social para o cumprimento do seu papel na efetivação do SUAS em âmbito local	a) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes. b) Manutenção de equipes de servidores, alocados nas várias estruturas da Secretaria Municipal, seja na Gestão, seja nos serviços da Proteção Social Básica, ou na Secretaria Executiva do Conselho. a) Contratação de servidores.
		Implementação da vigilância socioassistencial como conhecimento da presença das vulnerabilidades sociais da população e dos territórios a fim de orientar as atividades de planejamento, supervisão e execução dos serviços socioassistenciais	a) Gestão da informação: incremento na produção, sistematização de informações para a geração de indicadores e índices territorializados da incidência dessas situações sobre indivíduos e famílias nos diferentes ciclos de vida b) Monitoramento e avaliação: aprimoramento dos padrões de qualidade dos serviços, indicadores de avaliação e resultado d) Garantia de estrutura adequada de pessoal, equipamentos e materiais, tanto nos serviços, quanto no órgão gestor que possibilitem a efetiva implantação do sistema de vigilância e demais atribuições da Gestão do SUAS
		Elaboração de uma política de gestão do Trabalho para a Política de Assistência Social, incluindo todos os serviços governamentais e não governamentais	a) Realização de processos de educação permanente com a promoção de capacitação continuada dos Profissionais da Política de Assistência Social - servidores, rede e conselhos.
		Fortalecimento do trabalho em rede	a) Fomento da articulação da rede socioassistencial e intersetorial nos territórios, com planejamento e estabelecimento de protocolos, fluxos e procedimentos, para enfrentamento conjunto das vulnerabilidades dos usuários.
	Regionalização e territorialização	Fomento da integração regional	a) Criação de espaços regionais de discussão continuada para aprimoramento do processo de construção da política de assistência social e dos direitos de cidadania. B)Articulação para desenvolvimento de ações integradas, especialmente no que se refere ao atendimento ao público em trânsito e indígenas.
	Articulação Intersetorial e	Integração com as diversas áreas	a) Melhoria da articulação da política de assis-

	com o Sistema de Garantia de Direitos	de políticas públicas para atendimento ao público da Política de Assistência social	tência social com o Poder Judiciário, as Políticas de Cultura e Esporte, Política de Saúde, Ministério Publico, Conselho Tutelar, CMDCA, estabelecendo canais de comunicação, fluxos e metodologias a fim de ampliar acesso da população atendida de acordo com as especificidades de cada área e estruturar ações de prevenção e proteção social.
Controle Social	Fortalecimento do Controle Social	Apoio ao funcionamento e fortalecimento do Conselho Municipal de Assistência Social como instância de controle social da PMAS.	a) Apoio e garantia de funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social. c) Articulação entre poder público e sociedade civil. d) Continuidade do CMAS como instância de Controle Social do Programa Bolsa Família. e) Estabelecimento de processos que assegurem a realização de monitoramento e avaliação da efetivação das propostas aprovadas na Conferência.
			f) Realização de processos de capacitação para conselheiros municipais de assistência social
		Fomento à criação de espaços democráticos de participação dos usuários	a) Assessoria na criação de organizações coletivas, por meio da sensibilização e mobilização das pessoas e famílias para participação nos movimentos, conselhos, associações e outros, na perspectiva do exercício do controle social, da defesa de direitos, da construção de propostas de enfrentamento à pobreza e de atendimento às demandas da população. b) Instituição de processo de capacitação e formação cidadã como mecanismo de incentivo à participação da população, com vistas ao Controle social.
		Ampliação da capacidade de compreensão e domínio da gestão orçamentária, tornando-a participativa e transparente ao controle social	a) Ampliação do acesso à informação sobre o orçamento da assistência social (ciclo orçamentário), com realização de encontros, oficinas etc com técnicos, trabalhadores, conselheiros e usuários da Política de Assistência Social. b) Maior visibilidade à destinação dos recursos e maior transparência nas relações financeiras nas instituições
Benefícios	Universalização do acesso aos benefícios e aprimoramento das condições de concessão, manutenção e custeio	Garantia de acesso aos benefícios socioassistenciais	a) Realização de estudo sobre a necessidade de inclusão de novos benefícios eventuais na legislação Municipal, e de aumento da quantidade de benefícios concedidos, conforme demanda identificada. Global 0% 100% 100% 100% b) Integração entre serviços e benefícios para acompanhamento das famílias beneficiárias
			c) Revisão periódica dos critérios de acesso aos benefícios eventuais, com base em indicadores a serem estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social. d) Garantia de maior divulgação e transparência sobre os benefícios BPC , eventuais e critérios para sua concessão.
		Melhoria dos valores e qualidade dos benefícios eventuais	a) Melhoria na qualidade dos itens que compõem o benefício eventual do auxílio funeral. b) Assegurar a participação da esfera estadual no cofinanciamento dos benefícios eventuais, conforme estabelecido na legislação
Transferência de Renda	Garantia de Renda pela via do acesso dos usuários da Política da Assistência Social aos benefícios de transferência de renda federal	Garantia de acesso aos Programas de Transferência de Renda	a) Adequação da estrutura de gestão dos Programas de Transferência de Renda e do Cadastro Único, com garantia de equipe permanente e suficiente para atendimento descentralizado nas zonas urbana e rural.

09. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

A consolidação das metas estabelecidas neste Plano impactará na efetiva garantia de direitos de cidadania à parcela da população atendida pela Política Municipal de Assistência Social do Município, na medida em que implicará na ampliação e qualificação do seu atendimento e consequente inserção/alcance pelas demais políticas públicas, bem como melhoria do acesso às riquezas socialmente produzidas. Em última instância, a plena execução deste planejamento contribuirá para reduzir desigualdades e iniquidades, ampliando os níveis de cidadania, justiça social e bem estar em nossa cidade.

10. INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento consiste no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos serviços, programas e benefícios em relação ao cumprimento de seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão, devendo ser capaz de prover informações que permitam a adoção de medidas corretivas para melhorar a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços, programas e benefícios. É realizado por meio da captura de informações e produção regular de indicadores. Pode estar baseado na captura de informações in loco, em dados coletados por sistema de informações gerenciais, ou ainda, em sistemas que coletam informações específicas para os objetivos do monitoramento. (NOB SUAS/ 2012).

O monitoramento deste plano ocorrerá em todo o período de sua execução para verificação do processo e, à medida da necessidade adoção das providências cabíveis. Ao final de cada exercício, será feita a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas e (caso necessário) revisão do plano para o exercício seguinte.

A avaliação se constitui em processo de análise do alcance das metas propostas no Plano Municipal de Assistência Social frente aos objetivos definidos. Esta será realizada a partir dos indicadores estabelecidos na planilha, verificando quais foram os avanços e resultados alcançados, as dificuldades e desafios encontrados, bem como propostas de solução.

Esse processo deve se dar periodicamente, com base nos dados obtidos no monitoramento sistemático que gerará relatórios e orientações técnicas das metas acompanhadas, constituindo-se em elemento fundamental para instrumentalizar as decisões do gestor quanto às intervenções e medidas necessárias.

Como forma de melhor desenvolver essa dinâmica de monitoramento e avaliação, será proposta a constituição de um processo participativo de avaliação do Plano, através da composição de comissão de acompanhamento que contemple representação dos diversos segmentos envolvidos na política, tais como: trabalhadores, gestores, prestadores de serviços

e usuários, garantindo representatividade do Conselho Municipal de Assistência Social.

11. ESPAÇO TEMPORAL DE EXECUÇÃO

O Plano Municipal de Assistência Social tem seu período de execução de 2016 a 2020.

12. APROVAÇÃO DO CMAS

Parecer do CMAS:

Data da reunião:____/____/_____

Ata nº:

Resolução nº:

REFERÊNCIAS

___. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742, de 08 de dezembro de 1993.

___Marcelândia.Relatórios de Informações Sociais/RI Bolsa FamíliaCadastroÚnico.Disponívelem:. Acesso em outubro. 2015

____. Marcelândia.Relatórios de Informações Sociais/Relatório de Programas e AçõesMDS.Disponívelem:. Acesso em 23 out. 2015.

____.Política Nacional de Assistência Social –PNAS/2004 Norma Operacional Básica do SUAS—NOB/SUAS.MDS/Secretaria Nacional de AssistênciaSocial,2005.Disponívelem:. Acesso em 23 out.2014

IBGE. Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/estimativa_2013_dou.pdf>.Acesso em 23 out. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 071/2014

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: SOUZA FARIA & CIA LTDA - ME

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROJETO DE READEQUAÇÃO, LICENÇAS AMBIENTAIS E EIA/RIMA DA OBRA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL NO ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ UNIÃO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº TC/PAC 942/09 NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL".**

O detalhamento dos serviços deverão obrigatoriamente estar de acordo com o Termo de Referência (Anexo I), parte integrante do Edital N º 058/2014 e proposta apresentada**.**

OBJETIVO: Aditar o prazo de **vigência e execução** do contrato em 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da sua assinatura com término em **25 DE MAIO DE 2016,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 27/11/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 138/2011

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: CONSTRUTORA GLOBAL E ENGENHARIA LTDA

OBJETO: **Contratação de empresa de Engenharia, com comprovada capacidade técnica, administrativa e financeira, para Execução de Serviços de Drenagem de Águas Pluviais em vias urbanas do Bairro ZH3-001 do Município de Matupá/MT, conforme Convênio nº. 027/11, entre Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana e o Município de Matupá.**

OBJETIVO: Aditar o prazo de vigência do contrato em 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da sua assinatura com término em **25 DE MAIO DE 2016,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 27/11/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 050/2014

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: MR DEL PAPA & CIA LTDA

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DA SÁUDE DE PORTE INTERMEDIÁRIA NO BAIRRO JARDIM DAS FLORES NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Contidas nos anexos do Edital 023/2014, TOMADA DE PREÇO 04/2014, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços.**

OBJETIVO: Aditar o prazo de **vigência e execução** do contrato em 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da sua assinatura com término em **25 DE MAIO DE 2016,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 27/11/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 049/2014

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: MR DEL PAPA & CIA LTDA

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DA SÁUDE DE PORTE AMPLIADA NO BAIRRO UNIÃO NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT.**

Contidas nos anexos do Edital 023/2014, TOMADA DE PREÇO 04/2014, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços.

OBJETIVO: Aditar o prazo de **vigência e execução** do contrato em 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da sua assinatura com término em **25 DE MAIO DE 2016,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 27/11/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 040/2013

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: IURGUEN ARAI SCHWIRCK - ME

OBJETO: Contratação de Empresa para Elaboração de Projetos, conforme termo de referência devidamente especificado no Anexo I do Edital n° 041/2013 da respectiva Tomada de Preço n° 002/2013**: Lote 01** - Elaboração de Projeto Executivo de Pavimentação Asfáltica e Drenagem de águas pluviais profundas em Ruas e Avenidas**, Lote 04 -** Elaboração de Projeto Arquitetônico e Paisagístico, com elementos auxiliares e aces-

sórios, do Lago 03 e **Lote 05 -** Elaboração de Projeto Arquitetônico para ampliação da sede do Paço Municipal de Matupá**.**

OBJETIVO: Aditar o prazo de vigência e execução do contrato em 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da sua assinatura com término em **25 DE MAIO DE 2016,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 27/11/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 123/2012

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: CONSTRUTORA GLOBAL E ENGENHARIA LTDA

OBJETO: **Contratação de Empresa de Engenharia, com Comprovada Capacidade Técnica, Administrativa e Financeira, para Execução de Pavimentação Asfáltica em Tsd e Drenagem Superficial nas Vias: Avenida Rua 1h5 Rua 16 H5, Rua 17 H5, nos Bairros Cidade Alta e Industrial, conforme Termo de Convênio 051/2012/SETPU, conforme justificativa do Departamento de Engenharia em anexo.**

OBJETIVO: Aditar o prazo de vigência e execução do contrato em 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da sua assinatura com término em **25 DE MAIO DE 2015,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 27/11/2015.

CÂMARA MUNICIPAL
CANCELAMENTO DE CONTRATO

EXTRATO DE CANCELAMENTO DO CONTRATO

CAMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ.

TIPO DE ALTERAÇÃO: TERMO DE CANCELAMENTO DO CONTRATO Nº. 004/2015

CONTRATADO: V.A BERTI-ME

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA TECNICA PARLAMENTAR E APOIO ADMINISTRATIVO, CONCERNENTE AO PROCESSO LEGISLATIVO PARA O PERIODO.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 06/03/2015 Á 31/12/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 01.001.01.,031,0001. 2000-33903900(9)Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica .

PROCESSO LICITATÓRIO: 001/2015 Tomada de Preço.

FERNANDA RODRIGUES DE SOUZA

PRESIDENTE DA CPL

VALDEMAR FRIGERI

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ

MATUPÁ 31/11/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 140/2015

PORTARIA Nº. 140/2015

"Dispõe sobre a exoneração da Srtª. ***Caroline Alda Brusamarello Weihrich****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a Srtª. ***Caroline Alda Brusamarello Weihrich***, portadora do RG nº. 2037111-0 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 033. 287.371-46, do cargo interino em Comissão de Secretária Municipal de Fiscalização Tributária.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 30 novembro de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres

LICITAÇÃO
PREGAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 88/2015

A Comissão de Apoio ao Pregão, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 095/2015, da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 88/2015**, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 08:00 h do dia 15/12/2015, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres - MT. Objeto: **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS E FORNECIMENTO DE URNAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES-MT**. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 13:00hs, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4215.

Nobres, 30 de Novembro de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES

NADIR DA SILVA

Pregoeira

LICITAÇÃO
PREGAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 087/2015

A Comissão de Apoio ao Pregão, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 095/2015, da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP n° 087/2015**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 08:00h do dia 11/12/2015, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: Futura e **eventual Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviço de LOCAÇAO DE BANHEIROS QUIMICOS, TENDAS, GRADES DE TRELIÇAS, TAPUMES, PALCO, ILUMINAÇÃO, TELAO E SONORIZAÇÃO,** para atender as necessidades de diversas Secretarias Municipais **da Prefeitura Municipal de Nobres – MT.** Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 13:00h, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4215.

Nobres, 30 de Novembro de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES

NADIR DA SILVA

Pregoeira

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

EMPRESA NOTIFICADA: **SÃO JOSÉ CONSTRUTORA E SERVIÇO LTDA.** inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 24.682.544/0001-49.

OBJETO: Fica notificada a empresa **SÃO JOSÉ CONSTRUTORA E SERVIÇO LTDA.** inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 24.682.544/0001-49, vencedora do processo Licitatório Tomada de Preço n° 02/2010, Contrato n° 28/2010, cujo objeto é **EXECUÇÃO DE OBRA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL, EM VIAS URBANAS, COM 10.495,85M², NO MUNICÍPIO DE NOBRES,** para atender ao Convênio 179/09/ SINFRA-MT. Fica a empresa acima notificada para que retome a obra no prazo de 10 (dez) dias uteis, sob pena de rescisão contratual com as prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93, e multa nos termos contidos na Clausula Nona do contrato.

Nobres, 30 de Novembro de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipalo

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 070/2015

DECRETO Nº. 070/2015

Altera o decreto n.º 034/2011 que dispõe sobre a nomeação os membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Nobres/MT, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, no uso das atribuições lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados o s membros titulares e respectivos suplentes, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social de Nobres/MT:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Titular: EDNA SILVA ARAÚJO

Suplente: MARIA VALDINÉIA DE ALMEIDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: JEANNY ZIEBELL

Suplente: ROSELI FERREIRA LEMES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: NEUZI MARTINS DA SILVA

Suplente: JOANITA MENDES DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Titular: GIZELE DE FATIMA ZANDONADI RONDON

Suplente: DAHIANA FERLIN

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Titular: DENIS ADRIANO DE CAMPOS

Suplente: DAHIANA FERLIN

NÃO GOVERNAMENTAL

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOBRES-APAE:

Titular: OSCAR DOS SANTOS LARA

Suplente: JUCILEI XAVIER R AMOS

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO DE NOBRES-SINTSPUN/MT:

Titular: ANA DARC DIAS

Suplente: JOSÉ GARCIA AGUADO

PASTORAL DO MENOR

Titular: MARILZE LEITE PIMENTA

Suplente: ANTÔNIA ELZA RIBEIRO

SOCIEDADE CIVIL DOS TRABALHADORES

Titular: ANA RITA MARQUES DE ALMEIDA

Suplente: EVA MARIA ALVES NUNES BONFIM

SOCIEDADE CIVIL DOS USUÁRIOS

Titular: NETE MARIA PAULINA

Suplente: JOANITA MARIA DA SILVA SALES

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 30 de novembro de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municip al de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
RECEITA C. LÍQUIDA

GOVERNO FEDERAL;ESTADO DE MATO GROSSO;MUNICIPIO DE NOBRES;
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2014 A OUTUBRO/2015

RREO - ANEXO III (LRF, art. 53, Inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	NOV/14	DEZ/14	JAN/15	FEV/15	MAR/15	ABR/15	MAI/15	JUN/15	JUL/15	AGO/15	SET/15	OUT/15		
RECEITAS CORRENTES (I)	3.552.171,57	4.195.366,20	3.707.490,92	4.013.571,18	3.351.132,22	3.896.648,31	3.798.901,47	3.533.321,43	3.895.256,62	4.243.950,84	4.236.299,47	4.647.642,21	47.071.752,44	56.270.646,00
Receita Tributaria	251.135,45	703.197,80	297.526,01	240.070,45	322.314,80	435.989,44	262.808,79	302.186,75	622.598,93	799.262,24	750.195,86	684.518,02	5.671.804,54	6.650.000,00
IPTU	3.808,74	7.926,86	1.559,78	701,26					2,96	795,81	82.982,31	154.998,32	252.776,04	500.000,00
ISS	180.195,28	543.347,80	202.184,88	118.872,28	162.412,48	337.640,85	200.981,04	169.236,29	548.104,89	664.194,11	550.143,30	434.033,49	4.111.346,69	4.100.000,00
ITBI	7.515,57	75.809,87	11.947,50	9.398,46	23.215,22	25.790,65	3.652,54	23.146,28	2.600,00	38.831,22	12.897,58	24.129,57	258.934,46	800.000,00
IRRF	47.930,47	60.953,88	41.728,41	59.253,59	48.633,83	48.160,44	49.345,95	50.408,63	50.678,33	51.799,64	50.875,79	48.836,21	608.605,17	800.000,00
Outras Receitas Trib.	11.685,39	15.159,39	40.105,44	51.844,86	88.053,27	24.397,50	8.829,26	59.395,55	21.212,75	43.641,46	53.296,88	22.520,43	440.142,18	450.000,00
Receita Contribuicoes	30.476,25		112.435,98	103.912,47	89.888,11	70.144,46	71.984,91	13.017,19	65.335,46	42.026,35	353.066,96	28.301,66	980.589,80	767.295,00
Receita Patrimonial	21.893,03	23.252,04	143.816,73	89.966,09	105.222,29	123.326,27	139.885,24	104.093,18	146.059,22	91.539,74	82.757,65	121.913,80	1.193.725,28	690.100,00
Receita Agropecuaria														
Receita Industrial														
Receita Servicos														1.000,00
Transf. Correntes	3.227.766,19	3.423.742,01	3.139.723,01	3.521.229,56	2.808.870,29	3.066.815,95	3.304.623,89	3.093.751,02	3.032.123,41	3.286.098,41	3.020.965,01	3.784.060,51	38.709.769,26	47.682.905,00
Cota-Parte do FPM	780.651,31	1.255.604,25	952.336,04	972.150,59	708.068,92	764.193,98	939.745,42	817.673,80	716.255,23	708.129,93	590.372,32	671.941,55	9.877.123,34	10.700.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.206.184,43	1.268.971,24	1.085.996,95	880.277,21	1.148.077,61	1.000.759,33	1.050.630,90	1.083.359,16	1.087.533,11	1.031.216,67	1.253.045,56	1.142.406,41	13.238.458,58	15.300.000,00
Cota-Parte do IPVA	29.664,49	19.043,13	11.609,87	178.869,56	111.436,96	113.592,21	136.058,60	88.754,19	113.560,82	97.693,32	49.344,17	25.842,77	975.470,09	1.500.000,00
Cota-Parte do ITR	27.297,32	26.556,04	30.364,83	878,61	3.429,22	4.696,06	11.623,24	1.471,23	2.929,56	3.804,38	9.801,50	270.937,28	393.789,27	100.000,00
Transf. LC 87/1996	6.439,42	12.878,84				22.112,97	5.528,24	5.528,24	5.528,24	5.528,24	5.528,24	5.528,24	74.600,67	100.000,00
Transf. LC 61/1989														
Transferencias FUNDEB	396.058,70	423.244,44	429.513,83	428.029,96	438.885,09	411.302,45	495.796,51	447.905,11	405.716,76	419.591,21	421.955,67	479.172,60	5.197.172,33	5.400.000,00
Outras Transf. Corr.	781.470,52	417.444,07	629.901,49	1.061.023,63	398.972,49	750.158,95	665.240,98	649.059,29	700.599,69	1.020.134,66	690.917,55	1.188.231,66	8.953.154,98	14.582.905,00
Outras Receitas Corr.	20.900,65	45.174,35	13.989,19	58.392,61	24.836,73	200.372,19	19.598,64	20.273,29	29.139,60	25.024,10	29.313,99	28.848,22	515.863,56	479.346,00
DEDUCOES (II)	410.047,30	436.987,41	492.505,81	455.626,31	459.251,53	446.300,72	494.016,65	406.172,26	410.226,47	399.571,75	734.508,90	429.128,80	5.574.343,91	6.107.295,00
Cont.Pla.Seg.Soc.Serv.			76.444,32	84.965,06	65.049,11	65.229,91	65.299,47	6.815,10	47.223,87	30.297,34	352.890,66	5.797,67	800.012,51	567.295,00
Comp.Financ.Reg.Prev.														
Ded.Rec.p/Form.FUNDEB	410.047,30	436.987,41	416.061,49	370.661,25	394.202,42	381.070,81	428.717,18	399.357,16	363.002,60	369.274,41	381.618,24	423.331,13	4.774.331,40	5.540.000,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	3.142.124,27	3.758.378,79	3.214.985,11	3.557.944,87	2.891.880,69	3.450.347,59	3.304.884,82	3.127.149,17	3.485.030,15	3.844.379,09	3.501.790,57	4.218.513,41	41.497.408,53	50.163.351,00

SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

SEBASTIAO REI DA SILVA
SECRETARIO DE FINANCAS

FLORES DE OLIVEIRA CAMARGO
CRC/MT 011987/0-2

Emissão: 30/11/2015 12:14:31

Page 1 de 1

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
DESPESA POR FUNÇÃO

Município de NOBRES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE SETEMBRO a OUTUBRO de 2015
CONSOLIDADO

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	61.207.646,00	60.899.471,90	6.651.840,39	38.342.149,95	7.090.481,20	34.337.551,56	96,29	56,38	26.561.920,34
LEGISLATIVA									
ACAO LEGISLATIVA	1.997.000,00	2.032.450,00	362.963,98	1.685.346,43	368.763,61	1.677.301,07	4,70	82,52	355.148,93
JUDICIÁRIA									
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
ADMINISTRACAO DE RECEITAS	1.398.500,00	401.870,00	43.907,85	237.149,81	43.527,90	232.426,61	0,65	57,83	169.443,39
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	2.497.921,00	2.164.616,30	184.197,28	1.484.516,36	282.152,09	1.129.986,21	3,16	52,20	1.034.630,09
ADMINISTRACAO GERAL	7.516.630,00	7.896.537,23	855.268,77	6.530.428,93	1.100.624,93	5.934.705,45	16,64	75,15	1.961.831,78
CONTROLE INTERNO	271.000,00	283.700,00	48.330,00	226.659,42	48.300,00	226.629,42	0,63	79,88	57.070,58
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	21.000,00	20,00							20,00
PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	31.500,00	80.045,00	55,00	80.020,00	16.044,00	56.069,00	0,15	70,04	23.976,00
TURISMO	336.000,00	336.000,00		200,00		200,00		0,05	335.800,00
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
ADMINISTRACAO GERAL	1.578.250,00	1.731.064,71	289.142,01	1.621.135,85	301.278,47	1.541.373,91	4,32	89,04	189.690,80
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	22.250,00	15.250,00	3.410,48	3.410,48	3.000,00	3.000,00		19,67	12.250,00
ASSISTENCIA AO IDOSO	121.750,00	130.818,24	8.575,08	46.049,40	10.303,46	41.821,93	0,11	31,96	88.996,31
ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	14.000,00	7.300,00							7.300,00
ASSISTENCIA COMUNITARIA	994.500,00	983.204,97	116.916,63	594.417,66	119.735,09	515.152,67	1,44	52,39	468.052,30
INFRA-ESTRUTURA URBANA	37.000,00	44.820,50	60,00	34.372,55	60,00	34.372,55	0,09	76,68	10.447,95
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	2.432.495,00	2.432.495,00	278.046,21	1.402.508,60	281.507,55	1.378.693,28	3,86	56,67	1.053.801,72
SAÚDE									
ADMINISTRACAO GERAL	3.644.500,00	3.647.656,00	604.829,77	3.028.405,90	609.770,23	2.928.606,53	8,21	80,28	719.049,47
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.835.500,00	4.204.187,50	287.557,07	2.572.241,67	340.519,32	2.131.771,68	5,97	50,70	2.072.415,82
ATENCAO BASICA	3.289.000,00	3.371.094,65	626.405,24	2.395.568,21	479.670,45	2.098.943,52	5,88	62,26	1.272.151,13
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	531.000,00	537.170,71	75.753,77	308.519,17	52.819,00	240.366,22	0,67	44,74	296.804,49
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	363.500,00	687.612,89	64.539,02	446.619,70	63.060,80	442.654,92	1,24	64,37	244.957,97
VIGILANCIA SANITARIA	21.000,00	16.000,00		350,00					16.000,00
TRABALHO									
EDUCAÇÃO									
ADMINISTRACAO GERAL	2.743.500,00	2.489.015,17	176.643,42	1.076.020,80	253.625,64	1.008.672,61	2,82	40,52	1.480.342,56
ALIMENTACAO E NUTRICAO	700.000,00	576.667,80	105.606,64	328.094,62	34.297,94	240.739,71	0,67	41,74	335.928,09
EDUCACAO ESPECIAL	95.250,00	43.023,41		2.801,68	600,59	2.441,66		5,67	40.581,75
EDUCACAO INFANTIL	2.770.000,00	3.460.136,20	431.359,09	2.209.717,92	378.365,84	2.127.548,15	5,96	61,48	1.332.588,05
ENSINO FUNDAMENTAL	8.525.850,00	7.877.209,10	928.805,13	5.478.022,88	1.248.798,08	5.176.279,59	14,51	65,71	2.700.929,51
CULTURA									
DIFUSAO CULTURAL	125.000,00	62.450,00		7.800,00	1.200,00	6.000,00	0,01	9,60	56.450,00
TURISMO	326.750,00	358.635,00	71.805,86	237.207,22	71.339,47	234.099,98	0,65	65,27	124.535,02
DIREITOS DA CIDADANIA									

Emissão: 30/11/2015 12:12:34

Homologado

Município de NOBRES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE SETEMBRO a OUTUBRO de 2015
CONSOLIDADO

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

URBANISMO									
INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.305.500,00	4.487.547,42	59.520,06	1.254.496,03	40.419,21	569.005,66	1,59	12,67	3.918.541,76
SERVICOS URBANOS	6.174.000,00	7.928.961,67	981.040,79	4.732.409,53	892.589,24	4.044.708,82	11,34	51,01	3.884.252,85
HABITAÇÃO									
SANEAMENTO									
GESTÃO AMBIENTAL									
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									
ADMINISTRACAO GERAL	436.000,00	420.600,00	37.532,24	233.828,28	40.874,39	232.568,56	0,65	55,29	188.031,44
ASSISTENCIA COMUNITARIA	5.250,00	4.250,00							4.250,00
EXTENSAO RURAL	777.000,00	144.925,88		83,90	83,90	83,90		0,05	144.841,98
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	5.250,00	5.250,00							5.250,00
MINERACAO	21.000,00	21.000,00							21.000,00
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	105.000,00	105.000,00		5.200,00		5.200,00	0,01	4,95	99.800,00
PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL	383.250,00	194.650,68							194.650,68
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	967.000,00	905.915,87		2.312,95		2.312,95		0,25	903.602,92
RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	31.500,00	31.500,00							31.500,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA									
TRANSPORTE									
DESPORTO E LAZER									
DESPORTO COMUNITARIO	89.250,00	143.290,00	9.569,00	76.234,00	7.150,00	73.815,00	0,20	51,51	69.475,00
LAZER	10.500,00	10.500,00							10.500,00
ENCARGOS ESPECIAIS									
REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	31.500,00	30,00							30,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	625.000,00	625.000,00							625.000,00
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.691.900,00	2.000.074,10	270.111,34	1.322.197,16	270.111,34	1.322.087,57	3,70	66,10	677.986,53
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 62.899.546,00	R$ 62.899.546,00	R$ 6.921.951,73	R$ 39.664.347,11	R$ 7.360.592,54	R$ 35.659.639,13	100,00	56,69	R$ 27.239.906,87

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	**Inicial**	**Atualizada (a)**	**Despesa Empenhada**		**Despesas Liquidadas**				**Saldo a Liquidar (a - e)**
			No Bimestre (b)	**Até o Bimestre (c)**	**No Bimestre (d)**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/total e)**	**% (c/a)**	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.691.900,00	2.000.074,10	270.111,34	1.322.197,16	270.111,34	1.322.087,57	100,00	66,10	677.986,53
LEGISLATIVA	25.000,00	31.500,00	7.408,59	23.654,54	7.408,59	23.654,54	1,78	75,09	7.845,46
ACAO LEGISLATIVA	25.000,00	31.500,00	7.408,59	23.654,54	7.408,59	23.654,54	1,78	75,09	7.845,46
ADMINISTRAÇÃO	362.000,00	362.000,00	39.347,26	202.830,40	39.347,26	202.830,40	15,34	56,03	159.169,60
ADMINISTRACAO DE RECEITAS	18.000,00	18.000,00	2.523,79	11.530,67	2.523,79	11.530,67	0,87	64,05	6.469,33
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	50.000,00	50.000,00	5.942,25	28.006,74	5.942,25	28.006,74	2,11	56,01	21.993,26
ADMINISTRACAO GERAL	250.000,00	250.000,00	29.877,72	158.012,54	29.877,72	158.012,54	11,95	63,20	91.987,46
CONTROLE INTERNO	44.000,00	44.000,00	1.003,50	5.280,45	1.003,50	5.280,45	0,39	12,00	38.719,55
ASSISTÊNCIA SOCIAL	86.000,00	86.000,00	13.001,71	64.688,58	13.001,71	64.688,58	4,89	75,21	21.311,42
ADMINISTRACAO GERAL	85.000,00	85.000,00	13.001,71	64.688,58	13.001,71	64.688,58	4,89	76,10	20.311,42

Emissão: 30/11/2015 12:12:34

Homologado

Município de NOBRES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

BIMESTRE SETEMBRO a OUTUBRO de 2015

CONSOLIDADO

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.000,00	1.000,00							1.000,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.000,00	3.000,00							3.000,00
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	3.000,00	3.000,00							3.000,00
SAÚDE	395.500,00	555.750,78	79.507,11	383.353,75	79.507,11	383.244,16	28,98	68,95	172.506,62
ADMINISTRACAO GERAL	80.000,00	148.893,00	28.053,07	140.557,99	28.053,07	140.557,99	10,63	94,40	8.335,01
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	6.500,00	6.500,00							6.500,00
ATENCAO BASICA	269.000,00	341.759,78	47.155,01	221.769,86	47.155,01	221.769,86	16,77	64,89	119.989,92
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	15.000,00	15.000,00		109,59					15.000,00
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	25.000,00	43.598,00	4.299,03	20.916,31	4.299,03	20.916,31	1,58	47,97	22.681,69
EDUCAÇÃO	805.400,00	946.823,32	128.359,10	637.578,59	128.359,10	637.578,59	48,22	67,33	309.244,73
ADMINISTRACAO GERAL	177.000,00	100.057,91	7.567,99	40.852,51	7.567,99	40.852,51	3,09	40,82	59.205,40
EDUCACAO ESPECIAL	11.400,00	1.400,00							1.400,00
EDUCACAO INFANTIL	95.000,00	266.387,63	41.088,39	208.643,05	41.088,39	208.643,05	15,78	78,32	57.744,58
ENSINO FUNDAMENTAL	522.000,00	578.977,78	79.702,72	388.083,03	79.702,72	388.083,03	29,35	67,02	190.894,75
CULTURA	10.000,00	10.000,00	1.499,51	6.495,56	1.499,51	6.495,56	0,49	64,95	3.504,44
TURISMO	10.000,00	10.000,00	1.499,51	6.495,56	1.499,51	6.495,56	0,49	64,95	3.504,44
AGRICULTURA	5.000,00	5.000,00	988,06	3.595,74	988,06	3.595,74	0,27	71,91	1.404,26
ADMINISTRACAO GERAL	5.000,00	5.000,00	988,06	3.595,74	988,06	3.595,74	0,27	71,91	1.404,26

SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

SEBASTIAO REI DA SILVA
SECRETARIO DE FINANCAS

FLORES DE OLIVEIRA CAMARGO
CRC/MT 011987/0-2

Emissão: 30/11/2015 12:12:34

Page 3 de 3

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RECEITAS 5º BIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	61.091.646,00	61.091.646,00	8.003.243,07	13,10	35.641.723,05	58,34	25.449.922,95
RECEITAS CORRENTES	50.730.646,00	50.730.646,00	8.003.243,07	15,77	35.261.721,04	69,50	15.468.924,96
RECEITA TRIBUTARIA	6.650.000,00	6.650.000,00	1.434.713,88	21,57	4.717.471,29	70,93	1.932.528,71
Impostos	6.200.000,00	6.200.000,00	1.358.896,57	21,91	4.304.173,89	69,42	1.895.826,11
Taxas	450.000,00	450.000,00	75.817,31	16,84	413.297,40	91,84	36.702,60
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	767.295,00	767.295,00	381.368,62	49,70	950.113,55	123,82	-182.818,55
Contribuições Sociais	567.295,00	567.295,00	358.688,33	63,22	800.012,51	141,02	-232.717,51
Contribuições Econômicas	200.000,00	200.000,00	22.680,29	11,34	150.101,04	75,05	49.898,96
RECEITA PATRIMONIAL	690.100,00	690.100,00	204.671,45	29,65	1.148.580,21	166,43	-458.480,21
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	690.100,00	690.100,00	204.671,45	29,65	1.148.580,21	166,43	-458.480,21
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	1.000,00	1.000,00					1.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42.142.905,00	42.142.905,00	5.924.326,91	14,05	27.995.767,43	66,43	14.147.137,57
Transferências Intergovernamentais	41.792.905,00	41.792.905,00	5.924.326,91	14,17	27.756.088,97	66,41	14.036.816,03
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	350.000,00	350.000,00			239.678,46	68,47	110.321,54
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	479.346,00	479.346,00	58.162,21	12,13	449.788,56	93,83	29.557,44
Multa de Juros de Mora	107.146,00	107.146,00	8.612,92	8,03	91.080,55	85,00	16.065,45
Indenizações e Restituições	210.200,00	210.200,00	10.253,15	4,87	77.800,98	37,01	132.399,02
Receita da Dívida Ativa	122.000,00	122.000,00	27.850,53	22,82	138.305,36	113,36	-16.305,36
Receitas Diversas	40.000,00	40.000,00	11.445,61	28,61	142.601,67	356,50	-102.601,67
RECEITAS DE CAPITAL	10.361.000,00	10.361.000,00			380.002,01	3,66	9.980.997,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.731.500,00	1.731.500,00					1.731.500,00
Operações de Crédito Internas	1.731.500,00	1.731.500,00					1.731.500,00
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00					50.000,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00					50.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.579.500,00	8.579.500,00			380.002,01	4,42	8.199.497,99
Transferências Intergovernamentais	545.000,00	545.000,00			109.098,65	20,01	435.901,35
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	8.034.500,00	8.034.500,00			270.903,36	3,37	7.763.596,64
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.807.900,00	1.807.900,00	86.248,31	4,77	836.964,12	46,29	970.935,88
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	62.899.546,00	62.899.546,00	8.089.491,38	12,86	36.478.687,17	57,99	26.420.858,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	62.899.546,00	62.899.546,00	8.089.491,38	12,86	36.478.687,17	57,99	26.420.858,83
DÉFICIT (VI)					3.185.659,94		-3.185.659,94
TOTAL(VII) = (V + VI)	62.899.546,00	62.899.546,00	8.089.491,38	12,86	39.664.347,11	63,05	23.235.198,89
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

Emissão: 30/11/2015 12:09:25

Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.807.900,00	1.807.900,00	86.248,31	4,77	836.964,12	46,29	970.935,88
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.790.900,00	1.790.900,00	58.966,08	3,29	805.831,85	44,99	985.068,15
Contribuições Sociais	1.790.900,00	1.790.900,00	58.966,08	3,29	805.831,85	44,99	985.068,15
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.000,00	17.000,00	27.282,23	160,48	31.132,27	183,13	-14.132,27
Multas e Juros de Mora	17.000,00	17.000,00	27.282,23	160,48	31.132,27	183,13	-14.132,27
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.807.900,00	1.807.900,00	86.248,31	4,77	836.964,12	46,29	970.935,88
DÉFICIT (IV)		192.174,10	183.863,03	95,67	485.233,04	252,49	-293.058,94
TOTAL (V) = (III + IV)	1.807.900,00	2.000.074,10	270.111,34	13,50	1.322.197,16	66,10	677.876,94

SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

SEBASTIAO REI DA SILVA
SECRETARIO DE FINANCAS

FLORES DE OLIVEIRA CAMARGO
CRC/MT 011987/0-2

Emissão: 30/11/2015 12:09:25

Page 2 de 2
Homologado

ADMINISTRAÇÃO
DESPESAS 5º BIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	61.207.646,00	-308.174,10	60.899.471,90	6.651.840,39	38.342.149,95	7.090.481,20	34.337.551,56	56,38	26.561.920,34
DESPESAS CORRENTES	46.196.646,00	1.783.497,15	47.980.143,15	6.301.681,89	35.432.084,35	6.908.778,63	32.483.136,50	67,70	15.497.006,65
Pessoal e Encargos Sociais	23.808.645,00	287.143,45	24.095.788,45	3.735.237,53	18.433.471,72	3.735.237,53	18.433.471,72	76,50	5.662.316,73
Juros e Encargos da Dívida	11.880,00	-7.490,00	4.390,00		2.000,00		153,45	3,49	4.236,55
Outras Despesas Correntes	22.376.121,00	1.503.843,70	23.879.964,70	2.566.444,36	16.996.612,63	3.173.541,10	14.049.511,33	58,83	9.830.453,37
DESPESAS DE CAPITAL	14.386.000,00	-2.091.671,25	12.294.328,75	350.158,50	2.910.065,60	181.702,57	1.854.415,06	15,08	10.439.913,69
Investimentos	14.071.500,00	-1.957.581,25	12.113.918,75	350.158,50	2.804.380,45	181.702,57	1.752.857,11	14,46	10.361.061,64
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	314.500,00	-134.090,00	180.410,00		105.685,15		101.557,95	56,29	78.852,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	625.000,00		625.000,00						625.000,00
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	1.691.900,00	308.174,10	2.000.074,10	270.111,34	1.322.197,16	270.111,34	1.322.087,57	66,10	677.986,53
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	62.899.546,00		62.899.546,00	6.921.951,73	39.664.347,11	7.360.592,54	35.659.639,13	56,69	27.239.906,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	62.899.546,00		62.899.546,00	6.921.951,73	39.664.347,11	7.360.592,54	35.659.639,13	56,69	27.239.906,87
SUPERÁVIT (XIII)				1.167.539,65		728.898,84	819.048,04		-819.048,04
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	62.899.546,00		62.899.546,00	8.089.491,38	39.664.347,11	8.089.491,38	36.478.687,17	57,99	26.420.858,83

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)	1.691.900,00	308.174,10	2.000.074,10	270.111,34	1.322.197,16	270.111,34	1.322.087,57	66,10	677.986,53
Pessoal e Encargos Sociais	1.691.900,00	308.174,10	2.000.074,10	270.111,34	1.322.197,16	270.111,34	1.322.087,57	66,10	677.986,53
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	1.691.900,00	308.174,10	2.000.074,10	270.111,34	1.322.197,16	270.111,34	1.322.087,57	66,10	677.986,53
SUPERÁVIT (IV)	116.000,00								
TOTAL (V) = (III + IV)	1.807.900,00	308.174,10	2.000.074,10	270.111,34	1.322.197,16	270.111,34	1.322.087,57	66,10	677.986,53

Emissão: 30/11/2015 12:09:25

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

SEBASTIAO REI DA SILVA
SECRETARIO DE FINANCAS

FLORES DE OLIVEIRA CAMARGO
CRC/MT 011987/0-2

Emissão: 30/11/2015 12:09:25 Page 2 de 2
Homologado

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 13

ESTADO DE MATO GROSSO

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

NOBRES-MT

RESOLUÇÃO N.º 010/2015

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde na sua Sexagésima Oitava Reunião Extraordinária, realizada no dia 30 de novembro de 2015, no uso de suas Competências, Regimentos e atribuições conferidas pela Lei n.º 8080 de 19 de setembro de 1990, e pela Lei n.º 8.142 de 28 de Dezembro de 1990 e pela Lei Municipal n.º 1.051 de 06 de Novembro de 2007.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE no uso das suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 4º da Lei n.º 1.051/2007 que cria e regulamenta o Conselho Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar, que todo atendimento da Secretaria Municipal de Saúde seja retornado horário integral, das 07:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, `a partir de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Nobres/MT, 30 de novembro de 2015.

LEUDA VITOY DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Nobres/MT.

Homologada:

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres/MT

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 071/2015

DECRETO Nº. 071/2015

"ALTERA O DECRETO 060/2015 QUE DECRETOU ESTADO DE CALAMIDADE FINANCEIRA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SR. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOBRES ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 3º do Decreto nº 060/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 3º -** A partir da entrada em vigor deste Decreto, todos os servidores que cumprem jornada de trabalho de 8 (oito) horas passarão a cumprir uma jornada de trabalho de 6 (seis) horas corridas, dás 07:00 ás 13:00 horas, para efeito de economia administrativa, exceto o Conselho Tutelar, os servidores do Abrigo da Criança, do Abrigo dos Idosos e do Centro de Convivência e **Servidores da Secretaria Municipal de Saúde."**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 30 de novembro de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 546/2015

Sr. **Neurilan Fraga**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 08 (oito) dias consecutivos, em razão de Falecimento da *Mãe* das Servidoras, conforme Lei Complementar n° 021/2005, Cap.III "Das Ausências Justificáveis" - Seção I – "Das disposições Gerais" - Art. 113 e inciso V, alínea b;

§ **Eva Benedita da Costa**

§ **Maria do Bomdespacho Costa**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 30° do mês de dezembro de 2015, 62º da Emancipação Político-Administrativa. 30.12.2015

NEURILAN FRAGA

Prefeito Municipal

Dr. EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Gestão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

DECRETO N. 100/2015

DECRETO N. 100/2015

"Prorroga o prazo de vigência do Mutirão de Conciliação instituído pela Lei Complementar n. 34/2015 e dá outras providencias."

CARLOS ROBERTO DA COSTA, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal , com base no que dispõe a LC nº 34/2015 e,

Considerando o diminuto prazo inicialmente estipulado para realização do Mutirão da Conciliação;

Considerando que as datas inicialmente estipuladas para realização do Mutirão da Conciliação ocorreram no final do mês, período que antecede o recebimento de salários e que os contribuintes estão sem disponibilidade financeira;

Considerando que somente no último dia do Mutirão da Conciliação houve um maior afluxo de contribuintes à procura dos benefícios legais para pagamento de dívidas junto a Fazenda Pública Municipal

D E C R E T A

Art.1º - A fim de propiciar aos contribuintes municipais um prazo maior para poderem se beneficiar das isenções e descontos para pagamento de dívidas para com a Fazenda Pública Municipal fica prorrogado até o dia 04.12.2015 o Mutirão da Conciliação instituído pela Lei Complementar n. 34/2015.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nossa Senhora do Livramento, 27 de novembro de 2015.

CARLOS ROBERTO DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 084/2015
PROCESSO: 2344/2015

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 084/2015

Processo: 2344/2015

Assunto: "Contratação de empresa especializada no fornecimento e aplicação de emulsão asfaltica PMF – Pré misturado à frio para realização de tapa buraco em diversas ruas da sede deste município.".

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a

"**Contratação de empresa especializada no fornecimento e aplicação de emulsão asfaltica PMF – Pré misturado à frio para realização de tapa buraco em diversas ruas da sede deste município", c**onforme exigências constantes no TR nº. "202/2015, Pessoa jurídica – BARRA SERVIÇOS DE LOCAÇÕES EIRELI - ME – CNPJ: 08.747.712/0001-80, no valor total contratado de R$ 4.900,00 (quatro mil novecentos reais).

4 – Especificação dos itens a serem adquiridos					
Item	**Qtde**	**Und**	**Especificações**	**Preço Unit R$**	**Preço Total R$**
01	14,00	Tonelada	PMF – Pré misturado à frio com emulsão catiônica, aplicado com equipamentos e profissionais com produção de 300m2 dia em tampa buraco – reposição asfaltica.	R$ 350,00	R$ 4.900,00
TOTAL	R$ 4.900,00				

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Programa, Projeto/Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.					
Programa	**Origem do Recurso**	**Projeto/Atividade**	**Natureza da Despesa**	**Fonte**	**Valor (R$)**
2277	próprio	Manutenção de vias públicas	33.90.39.00	305	R$ 4.900,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)	4.900,00				

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ 4.900,00(quatro mil e novecentos reais)**,** em favor da pessoa jurídica BARRA SERVIÇOS DE LOCAÇÕES EIRELI - ME – CNPJ: 08.747.712/0001-80**,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 27 de novembro de 2015

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 257/2015

PORTARIA Nº 257/2015

Ato delegatório de movimentação financeira das contas bancárias de titularidade do Fundo Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora do Livramento – MT.

CARLOS ROBERTO DA COSTA, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o contido na Lei nº 251/1991 que institui o Fundo Municipal de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Secretaria Municipal de Saúde, para em conjunto com o Prefeito Municipal abrir contas de deposito, encerrar contas de depósitos, solicitar saldos, extratos e comprovantes, solicitar saldos/extratos de investimentos, solicitar saldos/extratos de operações de crédito, emitir comprovantes, efetuar resgates/aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques - conta corrente, efetuar saques – poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, consultar contas e aplicações de programas de repasse recursos, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro de todas as contas bancárias de titularidade do Fundo Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora do Livramento-MT.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 27 de Novembro de 2015.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 254/2015

PORTARIA Nº. 254/2015

Otarci Nunes da Rosa, Secretario Municipal de Administração, Planejamento e Finançasda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Retificar a Progressão de Nível das servidoras, Elizabeth Reolon e Ilma de Fátima Cunha, realizando as alterações nas respectivas fichas funcionais e no sistema de folha de pagamento, conforme determina o Decreto nº. 81/2015 de 01 de outubro de 2015.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 23 de novembro de 2015.

Otarci Nunes da Rosa

Secretario de Administração, Planejamento e Finanças

CARTA-CONTRATO Nº 011/2015

CARTA-CONTRATO Nº 011/2015

CONTRATANTE:- Município de Nossa Senhora do Livramento, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458.

CONTRATADA:- EMPRESA: pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ ARMANDO RODRIGUES DO PRADO 44221681187 CNPJ: 17.894.961/0001-90.

DO FUNDAMENTO

Este instrumento contratual fundamenta-se na Lei 8.666/93, conforme o processo Administrativo nº 2131/2015, Dispensa de Licitação nº 85/2015.

DO OBJETO

Contratação de serviços de reparo com substituição de várias telhas no telhado da Escola Municipal Venceslau da Silva Barros, localizada na Comunidade de Quilombo, conforme especificação na planilha orçamentária em anexo e Termo de Referencia nº. 189/2015, conforme processo Administrativo nº 2131/2015.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Programa, Projeto/ Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.					
Programa	**Origem do Recurso**	**Projeto/Atividade**	**Natureza da Despesa**	**Fonte**	**Valor (R$)**
2087	Próprio	Construção, Reforma e Ampliação de Unid. Escolares – FUNDEB 40%	33.90.39.00 – Outros Serv. Terceiros P. J.	133	R$ 5. 712,26
VALOR TOTAL (R$)	R$5. 712,26				

VIGÊNCIA DO CONTRATO

Da vigência: 15 (dias) de acordo com Termo de Referencia nº. 189/2015e ordem de serviço;

Nossa Senhora do Livramento, 30 de novembro de 2015.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESA: ARMANDO RODRIGUES DO PRADO 44221681187

CNPJ: 17.894.961/0001-90

ARMANDO RODRIGUES DO PRADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO

A Prefeitura Municipal de NOVA BANDEIRANTES/MT, inscrita no CNPJ sob o nº. 33683822/0001-73, autoriza como de fato autorizado a empresa **FLAVIO ARMENDO 01636954154**, inscrita no CNPJ sob o nº. **18.518.168/0001-59**, Contrato nº. 096/2015**,** a dar inicio aos **SERVIÇOS** objeto do Pregão Presencial nº. 050/2015, Processo Licitatório nº. 069/2015, tudo nos termos da Lei Federal n°. 8.666 de 21/06/93.

Nova Bandeirantes, MT 01 de Dezembro de 2015.

_____

Solange Sousa kreidloro

Prefeita Municipal

_____

FLAVIO ARMENDO 01636954154

Contratada

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ANEXO I E II 2016 EFETIVOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA.DOC

ANEXO I

FICHA DE PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS PROFESSOR EFETIVO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. DADOS PESSOAIS:	
Nome do Servidor (a): _____Data Nasc:___/___/___ End._____nº_____ Complemento:_____Bairro:_____ Cidade: Nova Bandeirantes CEP: 78.565-000 Telefone residencial: _____	

Telefone celular:_____email:_____ RG: _____Exp:_____ UF:_____ Dt. Exp.:___/___/____CPF: _____ Escola: _____ Habilitação: _____			
2. POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:			
a ( ) a. ( ) NÃO b. ( ) SIM	TIPO: ( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO	JORNADA DE TRABALHO do outro cargo: _____ Horas / semanais	
3. NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS PELO PROFESSOR:			
CRITÉRIOS	**INDICADORES**	**CÔMPUTO**	**PONTOS**
I - DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO			
	Doutorado		45 pontos
	Mestrado		40 pontos
	Especialização		30 pontos
	Licenciatura Plena	20 pontos	
Observação: Considerar a maior titulação			
II - DO TEMPO DE SERVIÇO			
Para cada ano de serviço prestado na Rede Municipal de Educação.	1,0 ponto		
Para cada ano de serviço prestado na unidade escolar.	0,25 ponto		
Para cada ano de serviço prestado nos cargos de direção, coordenação, supervisão e/ou Secretário de Educação.	2,0 pontos		
Observação: Considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir da data do ingresso.			
III – ASSIDUIDADE DA JORNADA DE TRABALHO EM 2015			
Assiduidade em 100% do Regime/Jornada de trabalho (em sala de aula).	3,0 pontos		
Assiduidade em 100% do Regime/Jornada de trabalho (hora atividade).	2,0 pontos		
Por participação em 100% das reuniões pedagógicas, devidamente registradas em atas e registro de frequência.	4,0 pontos		
Por participação de 75% a 99% das reuniões pedagógicas, devidamente registradas em atas e registro de frequência.	2,0 pontos		
Por ter mantido os prazos estabelecidos pela secretaria da escola quanto ao preenchimento dos diários de classe referente a relatórios, notas, frequência e conteúdos durante o ano de 2015 extensivo a Diretor, Coordenador Pedagógico, Professor articulador de aprendizagem, Professor Comunitário. **Observação**: Considerar as competências da função para avaliação deste item	100% - 5,0 pontos		
90% - 4,0 pontos			
80% - 3,0 pontos			
75% - 2,0 pontos			
Por participação em 100% das atividades cívicas e comemorativas.	1,0 ponto		
Por participação da formação continuada em grupos de estudo, via Projeto Sala do Educador, oferecido pela Escola.	100% - 5,0 pontos		
90% - 4,0 pontos			
80% - 3,0 pontos			
75% - 2,0 pontos			
Observação: Considerar as ausências justificadas em Lei Complementar 04/90 e LC 50/98			
IV – QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR			
Certificados devidamente registrados na área da educação, onde constem obrigatoriamente os conteúdos, com no mínimo 20 horas (vinte horas).	0,5 ponto por certificado.		
Certificados devidamente registrados na área da educação, onde constem obrigatoriamente os conteúdos trabalhados, com 40 horas (quarenta horas) ou mais.	1,0 ponto por certificado		
Publicação de artigos, livros e monografias.	2,0 pontos por publicação.		
Certificado/Declaração de participação PNAIC em 2015, exclusivo para quem for atuar no 1° ciclo. (**Observação:** Se não atribuir no 1° ciclo, retirar essa pontuação).	3,0 pontos		
Observação: Considerar apenas os últimos 3 (três) anos com no máximo 10 (dez) pontos.			

4. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:		
5.EM CASO DE EMPATE:		
I. Maior titulação		
II. Maior tempo de serviço na rede municipal de ensino		
III. Maior idade		
6. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS PARA DESEMPATE: Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais. - Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.		
Assinatura do (a) Professor(a)	Responsável p/Atribuição na Escola	____/____/___ Data

ANEXO II

FICHA DE PONTUAÇÃO P/ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS PROFESSOR EFETIVO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CANDIDATOS A AULAS EXCEDENTES)

1. DADOS PESSOAIS:			
Nome do Servidor (a): _____Data Nasc:___/___/___ End._____nº_____ Complemento:_____Bairro:_____ Cidade: Nova Bandeirantes CEP: 78.565-000 Telefone residencial: _____ Telefone celular:_____email:_____ RG: _____Exp:_____ UF:_____ Dt. Exp.:___/___/____CPF:_____ Escola:_____ Habilitação:_____			
2. POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:			
a ( ) a. ( ) NÃO b. ( ) SIM	TIPO: ( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO	JORNADA DE TRABALHO do outro cargo: _____Horas / semanais	
3. NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS PELO PROFESSOR:			
CRITÉRIOS	**INDICADORES**	**CÔMPUTO**	**PONTOS**
I - DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO			
	Doutorado		45 pontos
	Mestrado		40 pontos
	Especialização		30 pontos
	Licenciatura Plena	20 pontos	
Observação: Considerar a maior titulação			
II - DO TEMPO DE SERVIÇO			
Para cada ano de serviço prestado na Rede Municipal de Educação.	1,0 ponto		
Para cada ano de serviço prestado na unidade escolar.	0,25 ponto		
Para cada ano de serviço prestado nos cargos de direção, coordenação, supervisão e/ou Secretário de Educação.	2,0 pontos		
Observação: Considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir da data do ingresso.			
III – ASSIDUIDADE DA JORNADA DE TRABALHO EM 2015			
Assiduidade em 100% do Regime/Jornada de trabalho (em sala de aula).	3,0 pontos		
Assiduidade em 100% do Regime/Jornada de trabalho (em sala de aula).	2,0 pontos		
Por participação em 100% das reuniões pedagógicas, devidamente registradas em atas e registro de frequência	4,0 pontos		
Por participação de 75% a 99% das reuniões pedagógicas, devidamente registradas em atas e registro de frequência	2,0 pontos		
Por ter mantido os prazos estabelecidos pela secretaria da escola quanto ao preenchimento dos diários de classe referente a relatórios, notas, frequência e conteúdos durante o ano de 2015 extensivo a Diretor, Coordenador Pedagógico, Professor articulador de aprendizagem, Professor Comunitário. **Observação**: Considerar as competências da função para avaliação deste item	100% - 5,0 pontos		
90% - 4,0 pontos			
80% - 3,0 pontos			
75% - 2,0 pontos			
Por participação em 100% das atividades cívicas e comemorativas.	1,0 ponto		
Por participação da formação continuada em grupos de estudo, via Projeto Sala do Educador.	100% - 5,0 pontos		
90% - 4,0 pontos			
80% - 3,0 pontos			
75% - 2,0 pontos			
Observação: Considerar as ausências justificadas em Lei Complementar 04/90 e LC 50/98			
IV – QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR			
Certificados devidamente registrados na área da educação, onde constem obrigatoriamente os conteúdos, com no mínimo 20 horas (vinte horas).	0,5 ponto por certificado		
Certificados devidamente registrados na área da educação, onde constem obrigatoriamente os conteúdos trabalhados, com 40 horas (quarenta horas) ou mais.	1,0 ponto por certificado		
Publicação de artigos, livros e monografias.	2,0 pontos por publicação		
Certificado/Declaração de participação PNAIC em 2015, exclusivo para quem for atuar no 1° ciclo. (**Observação:** Se não atribuir no 1° ciclo, retirar essa pontuação).	3,0 pontos		
Observação: Considerar apenas os últimos 3 (três) anos com no máximo 10 (dez) pontos.			

4. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:		
5.EM CASO DE EMPATE:		
I. Maior titulação		
II. Maior tempo de serviço na rede municipal de ensino		

III. Maior idade		
6. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE: Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais. - Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.		
_____ Assinatura do (a) Professor(a)	_____ Responsável p/Atribuição na Escola	_____/____/___ Data

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ANEXO III 2016 PARA COLOCAR A INSTITUIÇÃO NORMATIVA TAE AAE.

ANEXO III

FICHA DE PONTOS P/REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO SERVIDOR ADMINISTRATIVO EFETIVO

1. **Dados Pessoais:**			
Nome do Servidor (a): _____Dt Nasc:____/_____/____ End._____ nº _____ Bairro::_____Cidade: Nova Bandeirantes CEP:78565000 Telef: Res:_____Cel.:_____Outro telef. /contato:_____ e-mail:_____ RG: _____Exp:_____UF:____Dt Exp.:___/___/____CPF: _____ Esco **Habilitação**:_____ **POSSUI OUTRO VINCULO EMPREGATÍCIO?**( ) NÃO ( ) SIM TIPO: ( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO JORNADA DE TRABALHO___ Horas / semanais			
2. Situação Funcional	**3. Regime de trabalho:**		
( ) Efetivo na função ( ) Estabilizado na função	( )Regime de trabalho integral de 30 (trinta) horas ( )Regime de trabalho integral de 40 (quarenta) horas		
4. Opção para a Função que concorre (assinalar apenas uma opção):			
a. para Técnico Administrativo Educacional	**b. para Apoio Administrativo Educacional**		
( )	TAE/Secretaria Escolar – Técnico	**( )**	AAE/ Limpeza
( )	TAE/ Laboratório de Informática Educativa	**( )**	AAE/Vigia
	TAE/ Biblioteca Escolar	**()**	AAE/ Nutrição
4. Número de pontos obtidos pelo profissional:			
CRITÉRIOS	**INDICADORES**	**CÔMPUTO**	**PONTOS**
I .a- DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO: abrangente a TAE e - permitir somente o registro de um item e pontuá-lo:			
a	Pós Graduação	Mestrado	6,0 pontos
Especialização	4,0 pontos		
Ensino Superior	Licenciatura Plena	3,0 pontos	
Bacharel	2,5 pontos		
Ensino Médio	Magistério	2,0 pontos	
Propedêutico	1,0 ponto		
I.b. DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO: abrangente a AAE - permitir somente o registro de um item e pontuá-lo			
b	Ensino Superior	Licenciatura Plena	3,0 pontos
Bacharel	2,5 pontos		
Ensino Médio	Magistério	2,0 pontos	
Propedêutico	1,5 ponto		
Ensino Fundamental	Ensino Fundamental – Completo	1,0 ponto	
II - PROFISSIONALIZAÇÃO ESPECÍFICA			
Arara Azul/Profuncionário	2,0 pontos		
III - DO TEMPO DE SERVIÇO: TAE e AAE			
a	Para cada ano de serviço na Rede Municipal de Educação	1,0 ponto	
b	Para cada ano de serviço prestado na unidade escolar.	0,5 ponto	
IV – ASSIDUIDADE DA JORNADA DE TRABALHO NO ANO LETIVO/2015, (considerando as ausências justificadas em Lei 04/90 E LC 50/98) TAE e AAE			
a	Assiduidade de 100% do regime/jornada de trabalho;	2,0 pontos	

b	Por participação em reuniões e atividades pedagógico-administrativas desenvolvidas pela unidade escolar.	100%	3,0 pontos
90%	1,5 pontos		
c	Por participação da formação continuada, em grupos de estudo, via Projeto Sala do Educador, oferecido pela Escola.	100%	5,0 pontos
90%	4,0 pontos		
80%	3,0 pontos		
75%	2,0 pontos		
d	Por participação em 100% das atividades cívicas, comemorativas.	1,0 ponto	
e	Por participação em 100% das Assembleias da Comunidade Escolar.	1,0 ponto	
IV. DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR			
a	Cursos de formação continuada realizados na área de educação - com limite de 3,0 (três) pontos no total, nos últimos 03 (três) anos.	0,5 ponto para cada 40 horas	
V – ESPECÍFICO PARA ÁREA A QUE CONCORREM (preencher apenas os campos pertinentes a inscrição)			
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL			
a	Conhecimento e domínio de informática em Word, Excel e Linux comprovada.	1,0 ponto	
b	Certificado na área específica.	0,5 ponto para cada 08 horas	
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL			
MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA/LIMPEZA			
a	Certificado na área específica (limpeza, higienização, execução/pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários, alvenaria e jardinagem);	0,5 ponto para cada 08 horas	
NUTRIÇÃO ESCOLAR			
a	Certificado, na área específica (limpeza, higienização, organização e controle dos insumos utilizados na alimentação e preparação de alimentos);	0,5 ponto para cada 08 horas	
VIGILÂNCIA			
a	Certificado na área específica (vigilância, segurança, relacionamento pessoal).	0,5 ponto para cada 08 horas	
8. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:			
9. EM CASO DE EMPATE:			
a	Tempo de serviço na unidade escolar		
B	Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino		
C	Idade.		
5. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS p/ DESEMPATE:			

_____ _____ ____/____/___

Ass. do (a) Servidor(a) Responsável pela Atribuição na Escola Data

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA 2016

INSTRUÇÃO NORMATIVA № 002/2015/GS/SME/NB

Dispõe sobre o processo de atribuição de classes e/ou aulas do Professor e do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro efetivo nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2016 e demais providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9. 394/96, Lei Complementar 12.796/2014 e Lei 574/2008;

Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação para valorização dos profissionais da educação, assegurando formação, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos profissionais, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino;

Considerando a importância de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas unidades escolares municipais assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

Considerando a necessidade de fixar critérios para atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Regulamentar o processo de atribuição de classes e/ou aulas do professor e regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, efetivos e estabilizados da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2016.

Art. 2º Todos os profissionais da educação efetivos e estabilizados que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino deverão participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares, conforme disciplinado nesta Instrução Normativa, exceto os profissionais em afastamento por licença para tratamento de interesse particular.

Art. 3º Os profissionais da educação, que em 2015 encontram-se lotados na Secretaria Municipal de Educação e os que encontram-se em regime de cooperação técnica, devem fazer a contagem de pontos na unidade escolar de lotação e participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho.

Art. 4º Caso haja disponibilidade de vagas serão admitidos profissionais com contrato temporário na Rede Municipal de Ensino para exercer o cargo de professor, Técnico Administrativo Educacional, Monitor e Apoio Administrativo Educacional (limpeza, nutrição escolar, vigilância).

Art. 5º Cada unidade escolar deverá compor uma Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, com representante da comunidade escolar, sendo:

I -Diretor (a) da escola;

II - Secretário (a) escolar;

III–Um membro do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

IV - Profissionais da Educação escolhidos pela unidade escolar (professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional).

§ 1º A Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, na Secretaria Municipal de Educação, será composta pelos membros determinados pelo Decreto nº 128/2015/GP/NB.

§ 2° As Comissões de Atribuição das unidades escolares deverão ser constituídas até dia **02/12/2015**.

Art. 6º Para a realização da atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho as Comissões deverão seguir os procedimentos abaixo:

I - Realizar ciclos de estudo das Portarias, Instrução Normativa e Edital de Seleção, atividade a ser realizada até o dia **03/12/2015**.

II – Elaborar e divulgar até **04/12/2015** o Edital de Convocação do Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, conforme normas estabelecidas nesta Instrução Normativa 002/2015 e no Edital de Seleção nº 003/2015 que contêm todas as informações necessárias ao processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, a saber:

a) Período de **07/12/15 a 11/12/2015** – inscrição e contagem de pontos dos profissionais efetivos e estabilizados e candidatos a contratos temporários, conforme formulário em anexo e critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa;

b) Período de **07/12/2015 a 11/12/2015** – inscrição e contagem de pontos dos profissionais efetivos e estabilizados candidatos a contratos temporários (horas excedentes), conforme direito assegurado no PCC – Plano de Cargos e Carreiras dos Profissionais da Educação segundo formulário em anexo (Anexo II) e critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa;

c) a unidade escolar poderá estabelecer horário de atendimento distribuído entre os turnos, afixando o horário em local de fácil visualização;

d) o profissional da educação básica poderá inscrever-se para contagem de pontos em apenas uma unidade escolar, num só cargo/função, não podendo alterar a opção do cargo e/ou função, após publicação da contagem de pontos;

e) afixar para divulgação, no dia **16/12/2015**, a partir das 8:00 horas, em local de fácil visualização, a relação nominal de Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional efetivos por contagem de pontos obtidos, por habilitação, que constará no quadro demonstrativo, bem como a convocação para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada no dia **02/02/2016**;

f) realizar sessão pública (reunião formal para divulgação e apresentação da atribuição) na unidade escolar com a participação de todos os profissionais da educação, interessados e envolvidos no processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho;

g) elaborar atas ao término de cada fase e etapa do processo de atribuição da jornada de trabalho, discriminando classes e/ou aulas, cargos/funções administrativas atribuídas ou não atribuídas, professores, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional.

SEÇÃO II

DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS DO PROFESSOR EFETIVO E ESTABILIZADO

Art. 7º Para efeito desta Instrução Normativa considerar-se-á jornada de trabalho do professor efetivo e estabilizado as horas destinadas ao desenvolvimento do processo didático pedagógico e as horas atividades previstas no Artigo 29, da Lei 574/2008.

Art. 8º Para a **CONTAGEM DE PONTOS/CLASSIFICAÇÃO** da atribuição de classes e/ou aulas dos professores efetivos e estabilizados e do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e do Apoio Administrativo Educacional, as Comissões de Atribuição previstas nesta Instrução Normativa, deverão proceder ao registro da pontuação e o processo de atribuição, considerando os critérios que constam em Anexo, sendo que:

I- professor efetivo e estabilizado: considerar os critérios do Anexo I

II- Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional: considerar os critérios do Anexo III

SEÇÃO III

DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS

ETAPAS E FASES DO PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO

Art. 9° A atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho serão realizadas, observando as seguintes etapas:

PRIMEIRA ETAPA – **dia 02/02/2016:** Na unidade Escolar – compreendendo 2 (duas) fases - Para professores mencionados no artigo 2º desta Instrução Normativa, seguindo a ordem de prioridades, a saber:

1ª FASE: Matutino

A atribuição da jornada de trabalho será na formação docente que serviu de parâmetro para sua contagem de pontos:

1º. Momento: Habilitação em Pedagogia ou Normal Superior para Classes de Unidocência; 2º. Momento: Habilitação nas áreas específicas para as turmas do 6º ao 9º ano; 3º. Momento: Professor efetivo inscrito para concorrer a aulas excedentes, conforme direito assegurado no Plano de Cargos e Carreiras dos Profissionais da Educação do Município de Nova Bandeirantes, Art. 36.

2ª FASE: Vespertino

Para Professores efetivos e estabilizados que solicitaram remoção interna, de uma unidade escolar para outra, de acordo com direito previsto no PCC – Plano de Cargos e Carreira dos Profissionais da Educação, Art. 60 § 4º.

Parágrafo Único - Concluída a primeira etapa, as escolas responsáveis deverão:

I- encaminhar para Secretaria Municipal de Educação, relação dos professores que tiveram aulas atribuídas com a devida carga horária;

II- elaborar quadro de vagas/aulas livres e/ou em substituição, para realização da Segunda Etapa do processo.

SEGUNDA ETAPA - dia 11/02/2016 – na Secretaria Municipal de Educação - em sessão pública com Comissão instituído pelo Decreto nº128/2015/GP/NB – compreendendo 3 (três) fases - Para professores inscritos no Processo Seletivo Simplificado 003/2015, candidatos a contrato temporário, em preenchimento de vagas livres e/ou em substituição nos cargos de Professor e Monitor:

1ª FASE: Matutino

11/02/2016 – às 08:00 horas - atribuição de aulas livres ou em substituiçãoaos candidatos com Habilitação em Pedagogia ou Normal Superior para Classes de Unidocência.

2ª FASE: Vespertino

11/02/2016 – às 14:00 horas - atribuição de aulas livres ou em substituição aos candidatos nas áreas específicas para as turmas do 6º ao 9º ano: área de linguagem; área de ciências humanas; área de ciências da natureza e área de matemática.

3ª FASE: Matutino

12/02/2016 – às 08:00 horas – atribuição aos candidatos inscritos como Monitor.

Art. 10 Em caso de surgimento de vagas nas unidades escolares, após o início do ano letivo, estas serão preenchidas obedecendo à ordem de classificação do profissional em Cadastro de Reserva na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11 O professor efetivo e contratado, após atribuição da jornada de trabalho de aulas livres deverão se apresentar na escola, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de essas aulas serem atribuídas a outro professor.

Art. 12 O professor efetivo que deixar de participar das etapas do processo de atribuição da jornada de trabalho, constantes desta Instrução Normativa, caberá a Secretaria Municipal de Educação, proceder a sua lotação onde houver vaga.

Art. 13 A atribuição de classes e/ou aulas dos professores nas etapas e modalidades da Educação Básica dar-se-á com observância a sua formação.

I. DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES:

a. **EDUCAÇÃO INFANTIL -** a formação do professor para atuar nas escolas que ofertam a Educação Infantil, será habilitação em Pedagogia com Licenciatura Plena ou Normal Superior. b. **ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS -** a formação do professor para atuar nas escolas que ofertam Ensino Fundamental de 09 anos, (anos iniciais), será habilitação em Pedagogia com Licenciatura Plena ou Normal Superior. c. **ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS -** a formação do professor para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental de 09 anos (anos finais),será Licenciatura Plena nas habilitações específicas.

II. DAS PARTICULARIDADES DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL:

Para a função de professor da sala de recursos multifuncional o candidato deverá prioritariamente ser professor efetivo ou estabilizado, com jornada de trabalho de 30 (trinta) hora/semanais e apresentar:

a. Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com especialização na área de Educação Especial;

b. Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com especialização em Psicopedagogia;

c. Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior cursando especialização específica para atuar na área de Educação Especial;

d. Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com capacitação e experiência comprovada na área de Educação Especial;

e. Licenciatura Plena em outras áreas, com capacitação e experiência comprovada na área de Educação Especial.

SEÇÃO IV

DA ATRIBUIÇÃO DO REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL E APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL EFETIVO

Art. 14 Na atribuição do regime/jornada de trabalho do técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional será considerada a carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 15 O quadro administrativo das unidades escolares será composto das seguintes funções:

I - Técnico Administrativo Educacional:

a) Administração Escolar;

b) Multimeios didáticos.

II - Apoio Administrativo Educacional:

a) Nutrição Escolar;

b) Vigilância;

c) Manutenção de Infraestrutura/Limpeza;

d) Motorista.

Art. 16 Para a Contagem de Pontos/Classificação do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional efetivo, as Comissões de Atribuição do regime/jornada de trabalho previstas nesta Instrução Normativa, deverão proceder ao registro da pontuação e o processo de atribuição.

Art. 17 Para Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional em efetivo exercício, considerar os critérios constantes no Anexo III (Formulário de inscrição).

Art. 18 Para atribuição do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional efetivo, pertencente ao quadro, lotados na unidade escolar, para os cargos/funções às quais concorrem ocorrerá na unidade escolar no **dia 03/02/2016, no período vespertino, às 14:00 horas.**

SEÇÃO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 A demanda adicional para provimento de pessoal no cargo de Apoio Administrativo Educacional, além do quantitativo estabelecido, fica condicionada a análise e aprovação da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - Não poderá ser atribuído ou designado qualquer função, seja o servidor efetivo ou contratado temporariamente, para cargo que não esteja devidamente autorizado pela Secretaria Municipal de Educação para a unidade.

Art. 20 Nos casos em que o profissional da educação se sentir prejudicado, quando do processo de atribuição caberá recurso à Comissão de Atribuição do regime/jornada de trabalho, correspondente a etapa em questão.

Parágrafo único - O recurso referido no "caput" deste artigo não terá efeito suspensivo do processo, devendo ser interposto impreterivelmente até

24 (vinte e quatro) horas após cada sessão, tendo a Comissão de Atribuição do regime/jornada de trabalho da unidade escolar, o mesmo prazo para emissão do parecer.

Art. 21 Compete a Secretaria Municipal de Educação acompanhar o processo de execução de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho das unidades escolares da Rede Municipal, tornando-se corresponsável pelas falhas, omissões e irregularidades que venham comprometer o processo de atribuição da jornada de trabalho.

Art. 22 A Equipe Gestora da unidade escolar que descumprirem as orientações normativas em qualquer momento do ano letivo, omitindo classes e/ou aulas, desconsiderando a lista de classificação dos profissionais da educação básica, dados ou informações, praticando ação que caracterize *NEPOTISMO* no processo de atribuição de classes e/ou aulas/jornada de trabalho, ou atos que venham comprometer a *LEGALIDADE e TRANSPARÊNCIA* no processo de atribuição, será responsabilizada pelos seus atos.

Art. 23 A Secretaria Municipal de Educação, a qualquer momento, poderá designar Equipe de Supervisão Técnica para desenvolver atividades inerentes ao cumprimento das Portarias, Instrução Normativa e Edital de Seleção, que estabelecem critérios para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, para o ano letivo de 2016, nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 24 Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pelas Comissões de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho e, em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 25 Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes, 30 de novembro de 2015.

_____

Arley Brumati

Secretário Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

GABINETE
DECRETO Nº 059/2015

DESIGNA O COMITÊ DE COORDENAÇÃO E O COMITÊ EXECUTIVO PARA COORDENAÇÃO, DISCUSSÃO, AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES NECESSÁRIAS À ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CONFORME O TERMO ADITIVO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA NO 04/2014 CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, ASSINADO E PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS, no desempenho de suas atribuições legais, especialmente as contidas no art.1º. Da Lei de Organização Municipal nº. 723 de 09 de outubro 2009 e considerando o disposto na Lei Federal nº 11.445/2007 e a necessidade de se instituir Comitês Específicos para as Atividades Relacionadas à Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Comitê de Coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1 - Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica – FUNASA

2 - Representante do Governo do Estado de Mato Grosso – Secretaria de Estado das Cidades – SECID

3 - Elisandro De Souza Nascimento (Secretaria Municipal de Saúde)

4 - Régia Cristina Pires (Secretaria Municipal de Educação)

5 - Luzinete Aparecida Targa Medeiros (Secretaria de Assistência Social.

Parágrafo Único. São atribuições do Comitê de Coordenação ao que se refere o *caput* deste artigo:

1 - Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo; 2 - Analisar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

Art. 2º. Fica instituído o Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1 - Hiran Andreazza Sales (Engenheiro)

2 - Adeilton Da Silva Santos (vigilância sanitária)

3 - Eloiz Carlos de Faria Junior (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente)

4 - Luis Henrique Pimentel Futias (vigilância sanitária)

Parágrafo Único. São atribuições específicas do Comitê Executivo a que se refere o *caput* deste artigo.

I - executar em conjunto com a equipe executora, as atividades previstas nas etapas de elaboração do Plano, apreciando e validando cada produto a ser entregue, submetendo-o à avaliação do Comitê de Coordenação;

II - observar os prazos indicados no cronograma de execução.

Art. 3º. A designação dos membros dos comitês previstos neste Decreto não importará em qualquer vantagem pecuniária ou acréscimo remuneratório, a qualquer título.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Canaã do Norte, 26 novembro de 2015

_____

Vicente Gerotto de Medeiros

Prefeito de Nova Canaã do Norte

GABINETE
RREO 5º BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	38.650.000,00	38.650.000,00	6.161.661,80	15,94	28.855.471,79	74,66	9.794.528,21
RECEITAS CORRENTES	37.286.000,00	37.286.000,00	5.957.136,77	15,98	27.984.781,76	75,05	9.301.218,24
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.902.000,00	4.902.000,00	830.746,56	16,95	5.175.456,61	105,58	-273.456,61
Impostos	4.580.000,00	4.580.000,00	814.697,95	17,79	4.923.047,33	107,49	-343.047,33
Taxas	322.000,00	322.000,00	16.048,61	4,98	252.409,28	78,39	69.590,72
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.020.000,00	1.020.000,00	296.621,98	29,08	880.073,71	86,28	139.926,29
Contribuições Sociais	970.000,00	970.000,00	296.621,98	30,58	861.292,15	88,79	108.707,85
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	50.000,00	50.000,00			18.781,56	37,56	31.218,44
RECEITA PATRIMONIAL	1.571.000,00	1.571.000,00	156.218,16	9,94	1.182.403,82	75,26	388.596,18
Receitas Imobiliárias	15.000,00	15.000,00	534,45	3,56	2.847,40	18,98	12.152,60
Receitas de Valores Mobiliários	1.530.000,00	1.530.000,00	153.758,51	10,05	1.169.611,60	76,45	360.388,40
Receita de Concessões e Permissões	25.000,00	25.000,00	1.925,20	7,70	9.944,82	39,78	15.055,18
Compensações Financeiras	1.000,00	1.000,00					1.000,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	125.000,00	125.000,00	18.492,82	14,79	75.191,54	60,15	49.808,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.386.000,00	29.386.000,00	4.607.546,32	15,68	20.453.367,82	69,60	8.932.632,18
Transferências Intergovernamentais	28.571.000,00	28.571.000,00	4.522.621,40	15,83	20.144.522,67	70,51	8.426.477,33
Transferências de Instituições Privadas	100.000,00	100.000,00	20.000,00	20,00	21.000,00	21,00	79.000,00
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	705.000,00	705.000,00	64.924,92	9,21	287.845,15	40,83	417.154,85
Transferências para o Combate à Fome	10.000,00	10.000,00					10.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	282.000,00	282.000,00	47.510,93	16,85	218.288,26	77,41	63.711,74
Multas e Juros de Mora	62.000,00	62.000,00	24.464,11	39,46	56.139,17	90,55	5.860,83
Indenizações e Restituições	100.000,00	100.000,00	8.053,65	8,05	88.748,34	88,75	11.251,66
Receita da Dívida Ativa	80.000,00	80.000,00	11.810,68	14,76	41.937,95	52,42	38.062,05
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	40.000,00	40.000,00	3.182,49	7,96	31.462,80	78,66	8.537,20
RECEITAS DE CAPITAL	1.364.000,00	1.364.000,00	204.525,03	14,99	870.690,03	63,83	493.309,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000,00	5.000,00	0,00		0,00		5.000,00

Documento gerado em 30/11/2015 10:49:02

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas	5.000,00	5.000,00					5.000,00
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	25.000,00	25.000,00	0,00		0,00		25.000,00
Alienação de Bens Móveis	20.000,00	20.000,00					20.000,00
Alienação de Bens Imóveis	5.000,00	5.000,00					5.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.329.000,00	1.329.000,00	204.525,03	15,39	870.690,03	65,51	458.309,97
Transferências Intergovernamentais	40.000,00	40.000,00			95.900,00	239,75	-55.900,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	1.289.000,00	1.289.000,00	204.525,03	15,87	774.790,03	60,11	514.209,97
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00	0,00		0,00		5.000,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas	5.000,00	5.000,00					5.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.350.000,00	1.350.000,00	443.598,53	32,86	1.299.225,01	96,24	50.774,99
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	40.000.000,00	40.000.000,00	6.605.260,33	16,51	30.154.696,80	75,39	9.845.303,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	40.000.000,00	40.000.000,00	6.605.260,33	16,51	30.154.696,80	75,39	9.845.303,20
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	40.000.000,00	40.000.000,00	6.605.260,33	16,51	30.154.696,80	75,39	9.845.303,20
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00			0,00		
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	40.000.000,00	40.830.358,82	7.087.173,34	31.565.075,20	9.265.283,62	6.494.896,40	29.311.910,59	11.518.448,23	27.438.356,28	0,00
DESPESAS CORRENTES	34.042.050,00	34.803.454,61	5.960.528,69	28.612.840,99	6.190.613,62	5.936.146,87	27.401.782,91	7.401.671,70	25.689.837,22	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.088.050,00	19.236.790,95	3.452.778,54	17.238.159,62	1.998.631,33	3.452.778,54	17.225.659,62	2.011.131,33	16.872.491,72	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	55.000,00	60.000,00	9.210,88	47.536,50	12.463,50	9.210,88	47.536,50	12.463,50	47.536,50	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.899.000,00	15.506.663,66	2.498.539,27	11.327.144,87	4.179.518,79	2.474.157,45	10.128.586,79	5.378.076,87	8.769.809,00	
DESPESAS DE CAPITAL	4.070.000,00	4.138.954,21	1.126.644,65	2.952.234,21	1.186.720,00	558.749,53	1.910.127,68	2.228.826,53	1.748.519,06	0,00
INVESTIMENTOS	3.835.000,00	3.703.954,21	1.035.853,73	2.543.913,01	1.160.041,20	467.958,61	1.501.806,48	2.202.147,73	1.340.197,86	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	235.000,00	435.000,00	90.790,92	408.321,20	26.678,80	90.790,92	408.321,20	26.678,80	408.321,20	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00			50.000,00			50.000,00		
RESERVA DO RPPS	1.837.950,00	1.837.950,00			1.837.950,00			1.837.950,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	40.000.000,00	40.830.358,82	7.087.173,34	31.565.075,20	9.265.283,62	6.494.896,40	29.311.910,59	11.518.448,23	27.438.356,28	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	40.000.000,00	40.830.358,82	7.087.173,34	31.565.075,20	9.265.283,62	6.494.896,40	29.311.910,59	11.518.448,23	27.438.356,28	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	40.000.000,00	40.830.358,82	7.087.173,34	31.565.075,20		6.494.896,40	29.311.910,59		27.438.356,28	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.350.000,00	1.350.000,00	443.598,53	32,86	1.299.225,01	96,24	50.774,99
RECEITAS CORRENTES	1.350.000,00	1.350.000,00	443.598,53	32,86	1.299.225,01	96,24	50.774,99
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.350.000,00	1.350.000,00	443.598,53	32,86	1.299.225,01	96,24	50.774,99
Contribuições Sociais	1.350.000,00	1.350.000,00	443.598,53	32,86	1.299.225,01	96,24	50.774,99
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	40.000.000,00	40.830.358,82	7.087.173,34	31.565.075,20	100,00	9.265.283,62	6.494.896,40	29.311.910,59	100,00	11.518.448,23	0,00
Legislativa	1.320.000,00	1.320.000,00	187.597,88	1.046.615,07	3,32	273.384,93	199.895,67	1.021.252,41	3,48	298.747,59	0,00
Ação Legislativa	1.320.000,00	1.320.000,00	187.597,88	1.046.615,07	3,32	273.384,93	199.895,67	1.021.252,41	3,48	298.747,59	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	120.000,00	115.000,00	12.455,00	62.088,51	0,20	52.911,49	12.455,00	62.088,51	0,21	52.911,49	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	120.000,00	115.000,00	12.455,00	62.088,51	0,20	52.911,49	12.455,00	62.088,51	0,21	52.911,49	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	4.386.050,00	3.923.448,90	500.639,90	3.201.949,05	10,14	721.499,85	625.445,29	2.989.521,31	10,20	933.927,59	0,00
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	3.356.050,00	3.021.950,00	362.287,03	2.512.279,33	7,96	509.670,67	469.462,35	2.325.836,20	7,93	696.113,80	
Administração Financeira	780.000,00	806.498,90	134.754,87	650.334,43	2,06	156.164,47	149.685,87	629.484,43	2,15	177.014,47	
Controle Interno	150.000,00	15.000,00		4.143,29	0,01	10.856,71		4.143,29	0,01	10.856,71	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	100.000,00	80.000,00	3.598,00	35.192,00	0,11	44.808,00	6.297,07	30.057,39	0,10	49.942,61	
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Área											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	30.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil	30.000,00										
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	1.615.000,00	1.337.601,10	142.605,65	855.401,58	2,71	482.199,52	166.481,37	825.336,92	2,82	512.264,18	0,00
Assistência ao Idoso	20.000,00					0,00					
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	95.000,00	99.000,00	16.285,28	80.218,12	0,25	18.781,88	16.285,28	80.218,12	0,27	18.781,88	
Assistência Comunitária	1.500.000,00	1.238.601,10	126.320,37	775.183,46	2,46	463.417,64	150.196,09	745.118,80	2,54	493.482,30	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	3.705.000,00	3.705.000,00	183.521,09	1.009.810,97	3,20	2.695.189,03	215.306,79	978.025,33	3,34	2.726.974,67	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	3.705.000,00	3.705.000,00	183.521,09	1.009.810,97	3,20	2.695.189,03	215.306,79	978.025,33	3,34	2.726.974,67	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Demais Subfunções											
Saúde	7.249.000,00	7.169.701,99	1.388.780,51	6.623.490,46	20,98	546.211,53	1.294.266,00	6.323.471,77	21,57	846.230,22	0,00
Atenção Básica	6.047.000,00	5.905.701,99	1.139.003,33	5.522.494,64	17,50	383.207,35	1.127.648,51	5.442.352,78	18,57	463.349,21	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	990.000,00	851.000,00	106.080,94	742.608,20	2,35	108.391,80	132.077,29	668.436,05	2,28	182.563,95	
Suporte Profilático e Terapêutico	90.000,00	270.000,00	122.409,34	230.931,92	0,73	39.068,08	13.253,30	93.187,24	0,32	176.812,76	
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	122.000,00	143.000,00	21.286,90	127.455,70	0,40	15.544,30	21.286,90	119.495,70	0,41	23.504,30	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho	370.950,00	350.950,00	0,00	250.950,00	0,80	100.000,00	51.218,82	228.685,62	0,78	122.264,38	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	350.950,00	350.950,00		250.950,00	0,80	100.000,00	51.218,82	228.685,62	0,78	122.264,38	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade	20.000,00										
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	9.964.000,00	11.485.740,95	2.182.776,06	10.713.683,89	33,94	772.057,06	1.995.028,46	10.307.755,94	35,17	1.177.985,01	0,00
Ensino Fundamental	7.759.000,00	8.473.440,95	1.653.688,68	7.858.594,69	24,90	614.846,26	1.526.733,57	7.601.607,97	25,93	871.832,98	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	65.000,00	100.000,00	15.724,40	83.866,13	0,27	16.133,87	9.835,24	76.913,73	0,26	23.086,27	
Educação Infantil	1.750.000,00	2.402.300,00	387.284,14	2.289.282,50	7,25	113.017,50	362.448,20	2.240.361,06	7,64	161.938,94	
Educação de Jovens e Adultos	60.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
Educação Especial	110.000,00	100.000,00		100.000,00	0,32	0,00	9.000,00	46.000,00	0,16	54.000,00	
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções	220.000,00	400.000,00	126.078,84	381.940,57	1,21	18.059,43	87.011,45	342.873,18	1,17	57.126,82	
Cultura	335.000,00	190.678,00	7.793,42	102.275,31	0,32	88.402,69	10.043,58	98.774,03	0,34	91.903,97	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	335.000,00	190.678,00	7.793,42	102.275,31	0,32	88.402,69	10.043,58	98.774,03	0,34	91.903,97	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	465.000,00	1.755.358,82	381.544,52	1.218.447,47	3,86	536.911,35	482.664,17	1.014.887,14	3,46	740.471,68	0,00
Infra-Estrutura Urbana	315.000,00	1.590.358,82	369.191,87	1.076.283,19	3,41	514.075,63	464.127,22	872.722,86	2,98	717.635,96	
Serviços Urbanos	150.000,00	165.000,00	12.352,65	142.164,28	0,45	22.835,72	18.536,95	142.164,28	0,49	22.835,72	
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	50.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana	50.000,00										
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	75.000,00	152.000,00	25.401,21	136.651,46	0,43	15.348,54	23.411,40	131.353,65	0,45	20.646,35	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	75.000,00	152.000,00	25.401,21	136.651,46	0,43	15.348,54	23.411,40	131.353,65	0,45	20.646,35	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	75.000,00	50.000,00	0,00	0,00		50.000,00	0,00	0,00		50.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	25.000,00					0,00				0,00	
Controle Ambiental	30.000,00	30.000,00				30.000,00				30.000,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	20.000,00	20.000,00				20.000,00				20.000,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	845.000,00	630.000,00	36.058,33	438.995,34	1,39	191.004,66	36.316,28	293.037,09	1,00	336.962,91	0,00
Promoção da Produção Vegetal											
Promoção da Produção Animal	845.000,00	630.000,00	36.058,33	438.995,34	1,39	191.004,66	36.316,28	293.037,09	1,00	336.962,91	
Defesa Sanitária Vegetal											
Defesa Sanitária Animal											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	10.000,00	4.000,00	0,00	0,00		4.000,00	0,00	0,00		4.000,00	0,00
Promoção Industrial	10.000,00	4.000,00				4.000,00				4.000,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	210.000,00	220.000,00	43.481,43	152.496,60	0,48	67.503,40	43.481,43	149.658,60	0,51	70.341,40	0,00
Promoção Comercial	210.000,00	220.000,00	43.481,43	152.496,60	0,48	67.503,40	43.481,43	149.658,60	0,51	70.341,40	
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	120.000,00	85.000,00	0,00	29.148,70	0,09	55.851,30	0,00	29.148,70	0,10	55.851,30	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	120.000,00	85.000,00		29.148,70	0,09	55.851,30		29.148,70	0,10	55.851,30	
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	8.170.000,00	7.340.879,06	1.850.497,99	4.879.940,36	15,46	2.460.938,70	1.180.736,50	4.029.658,42	13,75	3.311.220,64	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	8.170.000,00	7.340.879,06	1.850.497,99	4.879.940,36	15,46	2.460.938,70	1.180.736,50	4.029.658,42	13,75	3.311.220,64	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	535.000,00	450.000,00	44.018,55	387.272,73	1,23	62.727,27	58.143,84	373.397,45	1,27	76.602,55	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	535.000,00	450.000,00	44.018,55	387.272,73	1,23	62.727,27	58.143,84	373.397,45	1,27	76.602,55	
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Encargos Especiais	300.000,00	495.000,00	100.001,80	455.857,70	1,44	39.142,30	100.001,80	455.857,70	1,56	39.142,30	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	300.000,00	495.000,00	100.001,80	455.857,70	1,44	39.142,30	100.001,80	455.857,70	1,56	39.142,30	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00				50.000,00				50.000,00	
Reserva do RPPS											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	40.000.000,00	40.830.358,82	7.087.173,34	31.565.075,20	100,00	9.265.283,62	6.494.896,40	29.311.910,59	100,00	11.518.448,23	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 081/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

Contratado: ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO EIRELI

Objeto:aquisição de material betuminoso, para ser utilizado na execução de pavimentação asfáltica com TSD em diversas ruas, com um total de 25. 329,55 m², no município de Nova Canaã do Norte/MT.

Valor: R$ 54.407,87 (cinqüenta e quatro mil quatrocentos e sete reais e oitenta e sete centavos)

Vigência: 31 de Dezembro de 2015.

Data da Assinatura: 27 de Novembro de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO N.º 009/2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O JULGAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014.

O Senhor **AILTON ANTONIO MORENO AREVALO**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no pleno exercício do Processo Legislativo, e no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **"APROVOU "** e **" PROMULGA "** o seguinte DECRETO LEGISLATIVO :

ART. 1.º - Por força deste **DECRETO LEGISLATIVO**, ficam **"APROVADAS"**, as **CONTAS ANUAIS DE GOVERNO** da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, **REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014.**

ART 2.º - As Contas a que se refere o Art. 1.º do presente Decreto Legislativo, são pertinentes aos **processos 3.530-0/2014, 533-9/2014 E 31. 472-2/2013** do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

ART. 3.º - Por força deste Decreto Legislativo Prevalecerá o **Parecer n.º 51/2015, PRÉVIO FAVORÁVEL,** à aprovação das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Matos Grosso, referentes ao exercício de 2.014, emitido pelo Egrégio. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Sessão de Julgamento realizada no dia 18/08/2015.

ART. 4.º *- Fica determinado ao chefe do Poder Executivo Municipal que: 1º) Elabore e implemente plano estratégico no âmbito da Prefeitura, aprovado pelo Legislativo, visando melhorar a qualidade e os resultados das politicas publicas, na área da saúde, especialmente no tocante à Taxa de internação por IRA em menores de 5 anos; a Taxa de detecção de Hanseníase e à Cobertura de imunizações pentavalente, visando com isso mudança positiva na situação avaliada por este Tribunal; 2) apresente justificativas para o resultado deficitário nos indicadores, em relação ao próprio desempenho anterior, conforme demonstrado nas alíneas "d", "f", e "j" do relatório técnico preliminar.*

ART.5.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação

ART. 6.º- Revogam-se as disposições em contrário

Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte/MT, 23 de Novembro de 2015.

AILTON ANTONIO MORENO AREVALO Presidente da Câmara Municipal

Registrada na Secretaria da Câmara Municipal, e publicada por afixação no local de costume na data supra.

EDILSON LOURENÇO MÁXIMO. 1º Secretário da Câmara Municipal.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 096/SCL/2015

Nomear, o Servidor JOALDO FURTUNATO DE SOUSA PIRES (Titular), e ServidorEDMAR JOSE RIZZATO (Suplente), Fiscal do Contrato nº081/ 2015que tem como Objeto: aquisição de material betuminoso, para ser utilizado na execução de pavimentação asfáltica com TSD em diversas ruas, com um total de 25.329,55 m², no município de Nova Canaã do Norte/MT. Que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR: R$ 54.407,87 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e sete reais e oitenta e sete centavos)

CONTRATADO:ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO EIRELI

VIGÊNCIA: 31 de Dezembro de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

AVISO DE RETIFICAÇÃO N°. 001/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 25/ 2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através dasua Pregoeira Oficial,torna público para conhecimento dos interessados, que devido as alterações realizadas por edital complementar no Pregão Presencial 25.2015, cujo objeto é a **Seleção de melhor proposta objetivando Aquisição de 01 (um) Veículo novo, tipo pick-up, cabine dupla, ano/modelo 2015/2016, 0 (zero) quilometro.** Em consonância com o que dispõe o §4 do artigo 21 da Lei Federal n.º 8.666/93, fica prorrogado a data de abertura do certame para o dia 10/12/2015 as 8:30 horas.

Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 08:30 hs as 11:00 ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br e encaminhar o formulário/ recibo de retirada do edital devidamente preenchido para o departamento de Licitações através do fone/fax (66) 3574-1404.

Nova Guarita- MT, 30 de Dezembro de 2015.

Simone Santos da Silva

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 046/2015 PROCESSO 74

OBJETO; REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E MÃO DE OBRA), DESTINADA A PERFURAÇÃO DE QUATRO POÇOS ARTESIANO NAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICIPIO DE NOVA LACERDA

CONTRATANTE; SERGIO GALDINO DA SUILVA EPP

VALOR: R$116.606,00 (CENTO DEZESSEIS MIL SEISCENTOS SEIS REAIS)

Nova Lacerda- MT **30 Novembro 2015**

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS PORTARIA 236/2015 - FERIAS COLETIVA

PORTARIA Nº 236/2015

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **VALMIR LUIZ MORETTO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder Férias** aos servidores concursados abaixo relacionados com respectivos períodos de férias vencidas e gozo de férias**,** de acordo com o Artigo 118, Parágrafo Único da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005:

Matrícula	Servidores	Período de Férias Vencidas	Período de gozo
36	Romildo Niero da Silva	28/01/14 a 27/01/15	01/12/15 a 30/12/15
472	João Custodio da Silva	23/08/14 a 22/08/15	02/12/15 a 31/12/15
1732	Maria de Fatima de Souza Ferreira	18/02/14 a 17/02/15	01/12/15 a 30/12/15
06	Gumercindo Satiro da Silva	01/02/14 a 31/01/15	01/12/15 a 30/12/15
370	Joaquim Soares de Oliveira	20/03/14 a 19/03/15	01/12/15 a 30/12/15
1116	Nunamar Luiz Rodrigues	18/03/14 a 17/03/15	01/12/15 a 30/12/15
1367	Lourdes Valério da Silva	01/03/14 a 28/02/15	01/12/15 a 30/12/15
1310	Adilson Batista Leão	04/05/14 a 03/05/15	01/12/15 a 30/12/15
1556	Ana Paula Magioni	13/12/14 a 12/12/15	01/12/15 a 30/12/15
1489	Betânia Cristina Silva	08/04/14 a 17/04/15	01/12/15 a 30/12/15
907	Fabio Miguel da Silva	22/01/13 a 21/01/14	01/12/15 a 30/12/15
30	Maria Aparecida da Silva	01/02/14 a 31/01/15	01/12/15 a 30/12/15
904	Liliane Batista dos Santos de Paula	21/01/14 a 20/01/15	01/12/15 a 30/12/15
1711	Claudimiro Nolasco Cardoso	23/01/14 a 22/01/15	11/12/15 a 30/12/15
400	Cintia Helena Pedro	17/04/14 a 16/04/15	01/12/15 a 30/12/15
1013	Helda Rech Rodrigues	01/08/14 a 31/07/15	01/12/15 a 30/12/15

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 30 dias do mês de Novembro de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS PORTARIA 237/2015 - EXONERAÇÃO A PEDIDO - DANIELLY MAYRA DA SILVA ATILIO

PORTARIA Nº 237/2015

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **VALMIR LUIZ MORETTO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Exonerar, a pedido, a partir 30/11/2015** a Senhora **DANIELLY MAYRA DA SILVA ATILÍO**, matrícula 2143, brasileira, solteira, portadora do RG 00001112282 SESDC/RO e CPF n.º 019.741.242-40, residente e domiciliada na Rua Nova Lacerda, Bairro Centro, na cidade de Nova Lacerda – MT, do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – CLASSE A.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, especialmente o Termo de Posse 048/2015 de 10/04/2015 e Portaria 104/2015 de 10/04/2015.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 30 dias de Novembro de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0047/2015

PROC. LICITATÓRIO: 074/2015 PREGÃO PRESENCIAL:046/2015

CONTRATANTE; SERGIO GALDINO DA SILVA EPP

OBJETO; REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E MÃO DE OBRA), DESTINADA A PERFURAÇÃO DE QUATRO POÇOS ARTESIANO NAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICIPIO DE NOVA LACERDA

PRAZO: 12 Meses, a partir 30 Novembro 2015

VALOR: R$ 116.606,00 (CENTO DESSEZEIS MIL SEISCENTOS SEIS REAIS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 30 Novembro 2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0045/2015

PROC. LICITATÓRIO: 080/2015 PREGÃO PRESENCIAL:051/2015

CONTRATANTE; MUNDO DOS BORDADOS LTDA ME

OBJETO; Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para confecções de 2.217 (duas mil duzentos e dezessete) camisetas para utilização como uniforme, instrutores e eventuais cursos futuro, conforme especificações disponíveis no Termo de Referência.

PRAZO: 12 Meses, a partir 30 Novembro 2015

VALOR: R$23.256,33 (VINTE TRES MIL DUZENTOS CINQUENTA SEIS REAIS TRINTA TRES CENTAVOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 30 Novembro 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 051/2015 PROCESSO 80

OBJETO; Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para confecções de 2.217 (duas mil duzentos e dezessete) camisetas para utilização como uniforme, instrutores e eventuais cursos futuro, conforme especificações disponíveis no Termo de Referência.

CONTRATANTE; MUNDO DOS BORDADOS LTDA ME

VALOR: R$23.256,33 (VINTE TRES MIL DUZENTOS CINQUENTA SEIS REAIS TRINTA TRES CENTAVOS)

Nova Lacerda- MT **30 Novembro 2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
À COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO (EDITAL Nº 001/2015)
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

Referente: Parecer sobre Recursos – Divulgação Resultado Parcial.

Prezados Senhores.

Apresentamos a V.Sas. parecer da banca examinadora sobre recursos de candidatos quanto à divulgação do Gabarito da Prova Objetiva, referente ao Concurso Público desta Prefeitura.

Candidato	Inscrição	Cargo
Nivaldo Almeida Queiroz	000.452	Controlador Interno (Câmara)

Recurso Procedente: O candidato faz jus a 03 pontos (três) a título de Pós-graduação. Em

atenção ao recurso impetrado, a Banca procedeu à revisão dos títulos.

Candidato	Inscrição	Cargo
Rodrigo Soares de Oliveira	000.444	Apoio A. Educacional (Motorista Transporte Escolar)

Recurso Improcedente: Segundo consta na pauta do recorrente, os pontos que lhe foram

subtraídos são referentes à “Perder o controle da direção do veículo em movimento: (-15,00) pontos

e “Não ajustar devidamente os espelhos retrovisores: (-2,50) pontos”, que totalizam (-17,50) pontos. Portando a prova prática valia 100 pontos – pontos pedidos **(-17,50)**, a nota atribuída ao candidato

foi de **82,50**. Cabe ressaltar que a Prova Prática tem por objetivo avaliar os conhecimentos práticos que os candidatos possuem na realização das atividades inerentes ao cargo pleiteado, tal como descrito no Edital do Certame.

Candidato	Inscrição	Cargo
Rosimeire da Silva Souza	000.521	Assistente Administrativo (Câmara Municipal)

Recurso Improcedente: Primeiramente é importante esclarecer que em função do local

inicialmente divulgado onde seria aplicado as prova prática de digitação, por problemas técnicos foi transferido da **BIBLIOTECA MUNICIPAL SOLANGE FÉLIX DA SILVA** para a **ESCOLA**

MUNICIPAL WILSON RIBEIRO – UNIDADE II, localizada na RUA LUCAS ABRÃO, 306W –

BAIRRO JARDIM AMAZÔNIA – NOVA MARINGÁ – MATO GROSSO.

Diante de tal fato a comissão de concurso designou novo local para a realização da prova prática, comunicando de imediato aos candidatos presentes. No novo local de provas foi aguardado o deslocamento e chegada de todos candidatos para a aplicação da prova prática de digitação ao novo local de aplicação de provas, observando e respeitando o princípio da isonomia entre os

candidatos. Portanto não se configura-se atraso do candidato para a realização da prova prática, uma vez que a mudança de local se deu por **questões técnicas**.

Candidato	Inscrição	Cargo
Matildo da Silva Arruda	000.162	Tecnólogo em Raio X

Recurso Improcedente: O recurso do candidato foi já foi objeto de análise anterior. O Candidato

protocolou o recurso fora do prazo, ou seja intempestivo, conforme item 8. 7 do Edital de Concurso Público. **"8.7 Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo improrrogável, de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fax-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital"**.

Atenciosamente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Maringá/ MT, 03 de Novembro de 2015.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

Edi Carlos Rodrigues Júlio

Presidente Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público

VERA MARIA PADILHA DA SILVA

Secretária

Pedro Genior Gonçalves Farias

Membro

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
À COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO (EDITAL Nº 001/2015)
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

Referente: Parecer sobre Recursos – Divulgação Resultado Parcial.

Prezados Senhores.

Apresentamos a V.Sas. parecer da banca examinadora sobre recursos de candidatos quanto à divulgação da Prova Prática, referente ao Concurso Público desta Prefeitura.

Candidato	Inscrição	Cargo
José Fábio Oliveira da Silva	000.348	Motorista de Ambulância

Recurso Improcedente: **Argumentação –** Os candidatos alegam que a questão está incorreta.

Segundo consta na pauta do recorrente, os pontos que lhe foram subtraídos são referentes à: II - FALTA GRAVE - MENOS 15 PONTOS POR FALTA: Exceder a velocidade indicada para a via (-15

- pontos); Perder o controle da direção do veículo em movimento (-15 - pontos). IV - FALTA LEVE - MENOS 2,5 PONTOS POR FALTA: Provocar movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado (-2,50 - pontos); Engrenar as marchas de maneira incorreta (-2,50 - pontos). A nota

atribuída ao candidato foi de **65,00**. Cabe ressaltar que a Prova Prática tem por objetivo avaliar os conhecimentos práticos que os candidatos possuem na realização das atividades inerentes ao cargo

pleiteado, tal como descrito no Edital do Certame.

Candidato	Inscrição	Cargo
Rodrigo Soares de Oliveira	000.444	Apoio A. Educacional (Motorista Transporte Escolar)

Recurso Improcedente: **Argumentação –** Os candidatos alegam que a questão está incorreta.

Segundo consta na pauta do recorrente, os pontos que lhe foram subtraídos são referentes à "Perder

o controle da direção do veículo em movimento: (-15,00) pontos e "Não ajustar devidamente os

espelhos retrovisores: (-2,50) pontos", que totalizam (-17,50) pontos. Portando a prova prática valia

100 pontos – pontos pedidos **(-17,50)**, a nota atribuída ao candidato foi de **82,50**. Cabe ressaltar que a Prova Prática tem por objetivo avaliar os conhecimentos práticos que os candidatos possuem na

realização das atividades inerentes ao cargo pleiteado, tal como descrito no Edital do Certame.

O candidato ao receber o veículo não verificou se os retrovisores estavam em posição correta e adequada.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, a Banca Examinadora julga IMPROCEDENTE o recurso interposto pelos Recorrentes e RATIFICA a nota anteriormente divulgada.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Maringá/ MT, 13 de Novembro de 2015.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

Edi Carlos Rodrigues Júlio

Presidente Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público

VERA MARIA PADILHA DA SILVA

Secretária

Pedro Genior Gonçalves Farias

Membro

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
À COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO (EDITAL Nº 001/2015)
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

Referente: Parecer sobre Recursos – Divulgação Gabarito Preliminar.

Prezados Senhores.

Apresentamos a V.Sas. parecer da banca examinadora sobre recursos de candidatos quanto à divulgação do Gabarito da Prova Objetiva, referente ao Concurso Público desta Prefeitura.

Cargo: **CONTROLADOR INTERNO (CÂMARA MUNICIPAL)**	
Candidato	Inscrição
Daniele Harala Farias	000.366
Diego Paranhos Corrêa	000.100
Elisandra Shafer Karru	000.295
Luciana Garcia Harala	000.492

_Questão 04 (Português): A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:

[QUESTÃO 04] Marque a alternativa que não pode ser confirmada pelo texto.

[A] Há um monólogo em "É isso, deliberou lá por dentro. Quando eu verificar que tudo está perdido, que Itaoca não vale mais nada de nada de nada, então arrumo a trouxa e boto- me fora daqui.

[B] Na fala de João Teodoro, no segundo parágrafo, ter três médicos e seis advogados referia-se ao progresso que havia em Itaoca.

[C] Os verbos "ser" e "estar" em "ser delegado" e "estar delegado" têm o mesmo significado.

[D] Para João Teodoro, sua nomeação para delegado de Itaoca significava que a cidade já não valia mais nada de nada.

Resposta do Recurso:

Na alternativa "B" onde consta "primeiro parágrafo", deveria constar "quarto parágrafo", esta falha na digitação da alternativa deixou a questão com duas respostas possíveis, as alternativas "B" e "C", contrariando o item 5. 1.4 do Edital de Abertura do Concurso Público.

Fica anulada a questão, devendo desta forma ser aplicado o previsto no item

8.11 do Edital de Abertura do Concurso Público.

Resposta: **DEFERIDO – ANULADA**

_Questão 37 (Específica): A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:

[QUESTÃO 37] Em analise a um projeto lei de alteração orçamentária no projeto lei de orçamento anual, podemos observar alguns pontos, tais como:

[A] Sejam compatíveis com o plano plurianual e com as Diretrizes Orçamentárias. [B] Sejam compatíveis aos limites de gastos com pessoal.

[C] Sejam compatíveis aos limites do art. 29-A da Lei complementar 025/ 2000. [D] Nenhuma das alternativas anteriores.

Resposta do Recurso:

O modelo orçamentário brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 do Brasil. Compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA. A existência de compatibilidade entre as metas constantes no PPA, na LDO e na LOA: "Se esses instrumentos de planejamento devem manter perfeita sintonia entre si, então, depreende-se que a inconsistência de um refletirá no resultado do outro." A técnica utilizada na elaboração dessas leis orçamentárias – a do Orçamento Programa, ao possibilitar uma linguagem unificada nas relações entre essas três leis, permite a desejada e preconizada integração entre o planejamento e o orçamento. Portanto a única alternativa que corresponde ao enunciado da questão é a letra "A"

Resposta: **DEFERIDO – ALTERNTIVA ALTERADA PARA "A"**

_Questão 40 (Específica): A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:

[QUESTÃO 40] Decorrido o prazo para sansão do Prefeito de um Projeto de Lei, será obrigatória a imediata promulgação pelo presidente da Câmara no prazo de:

[A] Quarenta e Oito Horas. [B] Setenta e duas horas. [C] Quinze dias.

[D] O presidente não pode pratica o ato de promulga.

Resposta do Recurso:

A sanção é ato político de competência exclusiva dos Chefes do Poder Executivo (Presidente, Governador e Prefeito) e consiste na sua adesão ou aquiescência ao projeto aprovado pelo Legislativo. Trata-se de uma **prerrogativa** assegurada a esses agentes

políticos pelo ordenamento constitucional, a qual não comporta delegação. É por intermédio dela que o projeto se transforma em lei. No Direito Constitucional positivo brasileiro, a sanção pode ser expressa ou tácita. A primeira se verifica quando o Chefe do Poder Executivo, observando o prazo legal, assina o projeto e, assim, manifesta seu assentimento. A segunda ocorre quando a mencionada autoridade deixa esgotar-se o prazo sem assinar a proposição de lei, hipótese em que o seu silêncio configura a sanção tácita. Fica anulada a questão, devendo desta forma ser aplicado o previsto no item 8.11 do Edital de Abertura do Concurso Público, pois a mesma encontra-se com erro de elaboração.

Resposta: **DEFERIDO – ANULADA**

Cargo: **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (CÂMARA MUNICIPAL)**	
Candidato	Inscrição
Jhonny Jhonson da Costa Ferreira	000.162

_Questão 19 (Matemática): A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:

[QUESTÃO 19] Um comerciante adquiriu uma mercadoria por R$ 18. 000,00 (dezoito mil reais), sabendo que ele a vendeu obtendo um lucro de 10% (dez por cento) sobre o valor da venda, por quanto o comerciante vendeu tal mercadoria?

[A] R$ 19.800,00. [B] R$ 20.000,00.

[C] R$ 20.800,00.

[D] R$ 21.000,00.

Resposta do recurso:

A interpretação do enunciado faz parte do desenvolvimento para a resolução da questão. O enunciado da questão é claro, direto e objetivo, “o lucro de 10% é sobre o preço da venda” e não sobre o preço da compra. O valor da venda foi de R$ 20.000,00, diminuindo o valor da compra da mercadoria, no caso R$ 18.000,00, sobraram R$

2.000,00, ou seja, 10% do valor da venda.

Resposta: **INDEFERIDO**

Cargo: **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**	
Candidato	Inscrição
Felipe Gava Martins	000.441

_Questão 13 (Matemática): A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:

[QUESTÃO 13] Ana possui dois rolos de seda rosa de largura bem fina, um com 120 cm e o outro com 96 cm de comprimento. Ela pretende cortá-los em fitas para serem distribuídas entre suas alunas de balé. Sabendo que Ana quer fitas de tamanhos iguais e maior número possível, quantas fitas Ana poderá obter?

[A] 6 fitas. [B] 9 fitas. [C] 18 fitas. [D] 24 fitas.

Resposta do Recurso:

O maior pedaço em que cada rolo de fita pode ser dividido é 24 centímetros; o rolo maior será dividido em 5 pedaços (120 / 24 = 5) e o rolo menor será dividido em 4 pedaços (96 / 24 = 4), portanto, 5 fitas + 4 fitas = 9 fitas, sendo cada uma com 24 centímetros.

Esta resposta foi dada através da lógica, porém podemos chegar ao mesmo resultado descobrindo o MDC, desta forma chegaremos a 24 centímetros.

Resposta: **INDEFERIDO**

_Questão 14 (Matemática): A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:

[QUESTÃO 14] Antônia, Bruna e Carla decidiram ir à pé de uma cidade a outra: por dia Antônia percorre 12 Km; Bruna 8 Km e Carla 6 Km. Sabendo que após a mesma distância percorrida pelas três elas decidiram parar e se hospedar na mesma pousada, podemos afirmar que:

[A] No 1º dia Antônia se hospedou na pousada. [B] No 2º dia Bruna se hospedou na pousada. [C] No 3º dia Carla se hospedou na pousada.

[D] No 4º dia as três estavam hospedadas na mesma pousada.

Resposta do Recurso:

A interpretação do enunciado faz parte do desenvolvimento para a resolução da questão.

O enunciado da questão é claro, direto e objetivo, “após a mesma distância percorrida pelas três elas decidiram parar e se hospedar na mesma pousada”.

Alternativa “A”, Antônia só chegou à pousada no segundo dia; Alternativa “B”, Bruna só chegou depois do primeiro dia; Alternativa “C”, Carla já esta na pousada no primeiro dia; e

Alternativa “D”, no final do quarto dia Carla chegou a pousada (6 x 4 = 24), Bruna

chegou um dia antes (3 x 8 = 24) e Bruna chegou ao destino no segundo dia (12 x 2 =

24). Portanto, elas só se encontraram no quarto dia.

Esta resposta foi dada através da lógica, porém podemos chegar ao mesmo resultado descobrindo o MMC, desta forma chegaremos a 24 km.

Resposta: **INDEFERIDO**

_Questão 17 (Matemática): A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:

[QUESTÃO 17] Maria está lendo um livro de 480 (quatrocentos eoitenta) páginas, até agora ela leu 96 (noventa e seis) páginas em 4 (quatro) horas. Se Maria continuar no mesmo ritmo, em quanto tempo ela acabará de ler o tal livro?

[A] 16 horas. [B] 18 horas. [C] 20 horas. [D] 24 horas.

Resposta do Recurso:

A interpretação do enunciado faz parte do desenvolvimento para a resolução da questão. O enunciado da questão é claro, direto e objetivo, “em quanto tempo ela acabará de ler o livro”.

Não há como terminar alguma coisa sem que antes se tenha iniciado.

Se ela até agora já leu 96 páginas, faltam 384 páginas para serem lidas.

Se em 4 horas ela leu 96 páginas, isto indica que ela consegue ler 24 páginas por hora, desta forma ao se dividir 384 por 24 obteremos 16 horas.

Resposta: **INDEFERIDO**

_Questão 19 (Matemática): A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:

[QUESTÃO 19] Um comerciante adquiriu uma mercadoria por R$ 18. 000,00 (dezoito mil reais), sabendo que ele a vendeu obtendo um lucro de 10% (dez por cento) sobre o valor da venda, por quanto o comerciante vendeu tal mercadoria?

[A] R$ 19.800,00. [B] R$ 20.000,00. [C] R$ 20.800,00. [D] R$ 21.000,00.

Resposta do Recurso:

A interpretação do enunciado faz parte do desenvolvimento para a resolução da questão. O enunciado da questão é claro, direto e objetivo, "o lucro de 10% é sobre o preço da venda" e não sobre o preço da compra. O valor da venda foi de R$ 20.000,00, diminuindo o valor da compra da mercadoria, no caso R$ 18.000,00, sobraram R$

2.000,00, ou seja, 10% do valor da venda.

Resposta: **INDEFERIDO**

_Questão 34 (Específica): O recurso de provas de concursos públicos serve para que o candidato solicite a correção do gabarito da prova, devendo ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso nas provas de concursos públicos. O Candidato (a) não fundamentou o recurso como exige o Edital de Concurso nº 001/2015, o que prejudica a análise. Recurso Prejudicado por ausência de fundamentação conforme prevê no item 8.6 e

8.6.1.

"8.6 O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

8.6.1 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido".

Resposta: **INDEFERIDO**

_Questão 35 (Específica): O recurso de provas de concursos públicos serve para que o candidato solicite a correção do gabarito da prova, devendo ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso nas provas de concursos públicos. O Candidato (a) não fundamentou o recurso como exige o Edital de Concurso nº 001/2015, o que prejudica a

análise. Recurso Prejudicado por ausência de fundamentação conforme prevê no item 8.6 e

8.6.1.

"8.6 O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

8.6.1 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido".

Resposta: **INDEFERIDO**

_Questão 37 (Específica): O recurso de provas de concursos públicos serve para que o candidato solicite a correção do gabarito da prova, devendo ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso nas provas de concursos públicos. O Candidato (a) não fundamentou o recurso como exige o Edital de Concurso nº 001/2015, o que prejudica a análise. Recurso Prejudicado por ausência de fundamentação conforme prevê no item 8.6 e

8.6.1.

"8.6 O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

8.6.1 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

Resposta: **INDEFERIDO**

_Questão 40 (Específica): O recurso de provas de concursos públicos serve para que o candidato solicite a correção do gabarito da prova, devendo ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso nas provas de concursos públicos. O Candidato (a) não fundamentou o recurso como exige o Edital de Concurso nº 001/2015, o que prejudica a análise. Recurso Prejudicado por ausência de fundamentação conforme prevê no item 8.6 e

8.6.1.

"8.6 O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

8.6.1 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido".

Resposta: **INDEFERIDO**

Cargo: **TECNÓLOGO EM RAIO X**	
Candidato	Inscrição
Matildo da Silva Arruda	000.162

_Questão 04 (Português): A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:

[QUESTÃO 04] Marque a alternativa que não pode ser confirmada pelo texto.

[A] Há um monólogo em "É isso, deliberou lá por dentro. Quando eu verificar que tudo está perdido, que Itaoca não vale mais nada de nada de nada, então arrumo a trouxa e boto- me fora daqui.

[B] Na fala de João Teodoro, no segundo parágrafo, ter três médicos e seis advogados referia-se ao progresso que havia em Itaoca.

[C] Os verbos "ser" e "estar" em "ser delegado" e "estar delegado" têm o mesmo significado. [D] Para João Teodoro, sua nomeação para delegado de Itaoca significava que a cidade

já não valia mais nada de nada.

Resposta do Recurso:

Na alternativa "B" onde consta "primeiro parágrafo", deveria constar "quarto parágrafo", esta falha na digitação da alternativa deixou a questão com duas respostas possíveis, as alternativas "B" e "C", contrariando o item 5. 1.4 do Edital de Abertura do Concurso Público. Fica anulada a questão, devendo desta forma ser aplicado o previsto no item

8.11 do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2015.

Resposta: **DEFERIDO – ANULADA**

_Questão 31 (Específica): A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:

[UESTÃO 31] Assinale a afirmativa INCORRETA.

[A] fluoroscopia pode ser utilizada em exames do tubo digestivo, guia na inserção de cateteres e intervenções cardíacas.

[B] A maior limitação da fluoroscopia é a presença de forte ruído eletrônico, tanto da tela

fluorescente quanto do intensificador de imagens.

[C] O intensificador de imagem produz a radiação que atravessa o paciente e aumenta o brilho em 1.000 a 6.000 vezes.

[D] Os exames de fluoroscopia podem ser realizados sem contraste, como para complementar uma radiografia de tórax na visualização dos pulmões.

Resposta do Recurso:

Todas as fontes apresentadas pelo candidato informam que intensificador de imagem utiliza a radiação que atravessa o paciente e realça a imagem resultante, porém tal dispositivo não "produz" radiação, como foi afirmado na alternativa "C".

Resposta: **INDEFERIDO**

_Questão 40 (Específica): A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:

[QUESTÃO 40] Sobre as diretrizes para a Gestão do SUS pode-se afirmar, exceto:

[A] A direção do SUS, em cada esfera de governo, é composta pelo órgão setorial do poder legislativo e pela respectiva conferência de saúde, nos termos das Leis 8080/90 e 8142/90. [B] A Regionalização é uma diretriz do SUS e um eixo estruturante do Pacto de Gestão e deve orientar a descentralização das ações e serviços da saúde.

[C] O Sistema de Planejamento do SUS buscará, de forma tripartite, a pactuação de bases funcionais do planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, bem como promoverá a participação social e a integração intra e intersetorial, considerando os determinantes e

condicionantes de saúde.

[D] Considerar a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde uma estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor, tendo como orientação os princípios da educação permanente.

Resposta do Recurso:

Na alternativa "A" onde consta "A direção do SUS, em cada esfera de governo, é composta pelo órgão setorial do poder legislativo e pela respectiva conferência de saúde, nos termos das Leis 8080/90 e 8142/90", o correto seria poder executivo. **"**A direção do SUS, em cada esfera de governo, é composta pelo órgão setorial do poder executivo e pelo respectivo Conselho de Saúde, nos termos das Leis Nº 8.080/90 e Nº 8.142/1990". Tal dispositivo encontra-se previsto na Portaria nº 399, de 22 de Fevereiro de 2006, que divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto, disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html.

Resposta: **INDEFERIDO**

Nota: As questões que foram anuladas ou tiveram a alternativa de resposta alterada, coincidentes prova de mais de um cargo, também sofreram alteração, mesmo não sendo objeto de recurso nos

referidos cargos. Esta atitude é tomada devido à isonomia e legalidade do Concurso Público, quando da utilização dos mesmos conteúdos programáticos.

Atenciosamente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Maringá/ MT, 27 de Outubro de 2015.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

Edi Carlos Rodrigues Júlio

Presidente Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público

VERA MARIA PADILHA DA SILVA

Secretária

Pedro Genior Gonçalves Farias

Membro

LICITAÇÃO
TERMO DE RE-RATIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2015

RETIFICA-SE O EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2015, PUBLICADO NO JORNAL ELETRÔNICO DA AMM/MT NA DATA DE 30/11/2015, ED. 2.362.

ONDE SE LÊ:

DOTAÇÂO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos do Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária:

Dotação: 07.002.10.302.0072.1053.449051-252.

LEIA-SE:

DOTAÇÂO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos do Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária:

Dotação: 06.001.15.451.0062.1040.449051-205.

Nova Maringá – MT, 30 de Novembro de 2015.

_____

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Chefe do Departamento de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 51-2015

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2015

PROCESSO Nº. 3256/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E DE EDUCAÇÃO NOS EVENTOS, ENCONTROS, CONFRATERNIZAÇÕES E CURSOS REALIZADOS POR ESTAS SECRETARIAS E SEUS PROGRAMAS CORRELATOS.

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 119/2015 de 20 de agosto de 2015 torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 51/2015 **foi declarado DESERTO,** já que não houve participante interessado no certame.

Nova Monte Verde-MT, 30 de novembro de 2015.

LUCIMARA CAMPANHA DOS SANTOS

Pregoeira

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

RREO 5º BIMESTRE DE 2015

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.580.000,00	17.580.000,00	2.507.030,41	14,26	12.818.237,87	72,91	4.761.762,13
RECEITAS CORRENTES	16.475.000,00	16.475.000,00	2.507.030,41	15,22	12.640.884,87	76,73	3.834.115,13
RECEITA TRIBUTÁRIA	664.000,00	664.000,00	143.381,11	21,59	1.709.062,38	257,39	-1.045.062,38
Impostos	585.000,00	585.000,00	140.754,68	24,06	1.654.246,94	282,78	-1.069.246,94
Taxas	79.000,00	79.000,00	2.626,43	3,32	54.815,44	69,39	24.184,56
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	450.000,00	450.000,00	80.777,46	17,95	407.895,72	90,64	42.104,28
Contribuições Sociais	390.000,00	390.000,00	71.739,20	18,39	364.325,48	93,42	25.674,52
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	60.000,00	60.000,00	9.038,26	15,06	43.570,24	72,62	16.429,76
RECEITA PATRIMONIAL	471.000,00	471.000,00	121.502,06	25,80	515.413,07	109,43	-44.413,07
Receitas Imobiliárias	1.000,00	1.000,00					1.000,00
Receitas de Valores Mobiliários	460.000,00	460.000,00	121.502,06	26,41	515.413,07	112,05	-55.413,07
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais	10.000,00	10.000,00					10.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	177.000,00	177.000,00	26.934,06	15,22	150.319,82	84,93	26.680,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.634.000,00	14.634.000,00	2.128.356,08	14,54	9.815.162,27	67,07	4.818.837,73
Transferências Intergovernamentais	14.096.000,00	14.096.000,00	2.100.413,22	14,90	9.690.268,70	68,74	4.405.731,30
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	528.000,00	528.000,00	27.942,86	5,29	124.893,57	23,65	403.106,43
Transferências para o Combate à Fome	10.000,00	10.000,00					10.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	79.000,00	79.000,00	6.079,64	7,70	43.031,61	54,47	35.968,39
Multas e Juros de Mora	33.000,00	33.000,00	2.354,44	7,13	14.136,56	42,84	18.863,44
Indenizações e Restituições	9.000,00	9.000,00	401,16	4,46	4.890,25	54,34	4.109,75
Receita da Dívida Ativa	27.000,00	27.000,00	3.265,20	12,09	21.645,59	80,17	5.354,41
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00	58,84	0,59	2.359,21	23,59	7.640,79
RECEITAS DE CAPITAL	1.105.000,00	1.105.000,00	0,00		177.353,00	16,05	927.647,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

Documento gerado em 30/11/2015 15:03:40

Página 1 de 11

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00	0,00		0,00		30.000,00
Alienação de Bens Móveis	20.000,00	20.000,00					20.000,00
Alienação de Bens Imóveis	10.000,00	10.000,00					10.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.070.000,00	1.070.000,00	0,00		177.353,00	16,58	892.647,00
Transferências Intergovernamentais	60.000,00	60.000,00					60.000,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	1.010.000,00	1.010.000,00			177.353,00	17,56	832.647,00
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00	0,00		0,00		5.000,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas	5.000,00	5.000,00					5.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	420.000,00	420.000,00	72.579,79	17,28	381.990,14	90,95	38.009,86
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	18.000.000,00	18.000.000,00	2.579.610,20	14,33	13.200.228,01	73,33	4.799.771,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	18.000.000,00	18.000.000,00	2.579.610,20	14,33	13.200.228,01	73,33	4.799.771,99
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	18.000.000,00	18.000.000,00	2.579.610,20	14,33	13.200.228,01	73,33	4.799.771,99
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00			0,00		
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.000.000,00	18.156.736,87	2.625.233,59	11.540.080,63	6.616.656,24	2.679.829,51	11.079.408,81	7.077.328,06	10.862.363,28	0,00
DESPESAS CORRENTES	14.570.300,00	15.561.294,01	2.379.344,68	10.491.692,40	5.069.601,61	2.442.676,60	10.055.095,58	5.506.198,43	9.847.784,37	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.994.000,00	7.332.165,15	1.180.092,83	5.301.053,00	2.031.112,15	1.180.092,83	5.299.353,00	2.032.812,15	5.291.450,06	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.576.300,00	8.229.128,86	1.199.251,85	5.190.639,40	3.038.489,46	1.262.583,77	4.755.742,58	3.473.386,28	4.556.334,31	
DESPESAS DE CAPITAL	2.754.000,00	2.054.742,86	245.888,91	1.048.388,23	1.006.354,63	237.152,91	1.024.313,23	1.030.429,63	1.014.578,91	0,00
INVESTIMENTOS	2.754.000,00	2.054.742,86	245.888,91	1.048.388,23	1.006.354,63	237.152,91	1.024.313,23	1.030.429,63	1.014.578,91	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	675.700,00	540.700,00			540.700,00			540.700,00		
RESERVA DO RPPS										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.000.000,00	18.156.736,87	2.625.233,59	11.540.080,63	6.616.656,24	2.679.829,51	11.079.408,81	7.077.328,06	10.862.363,28	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.000.000,00	18.156.736,87	2.625.233,59	11.540.080,63	6.616.656,24	2.679.829,51	11.079.408,81	7.077.328,06	10.862.363,28	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.000.000,00	18.156.736,87	2.625.233,59	11.540.080,63		2.679.829,51	11.079.408,81		10.862.363,28	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	420.000,00	420.000,00	72.579,79	17,28	381.990,14	90,95	38.009,86
RECEITAS CORRENTES	420.000,00	420.000,00	72.579,79	17,28	381.990,14	90,95	38.009,86
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	420.000,00	420.000,00	72.579,79	17,28	381.990,14	90,95	38.009,86
Contribuições Sociais	420.000,00	420.000,00	72.579,79	17,28	381.990,14	90,95	38.009,86
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.000.000,00	18.156.736,87	2.625.233,59	11.540.080,63	100,00	6.616.656,24	2.679.829,51	11.079.408,81	100,00	7.077.328,06	0,00
Legislativa	672.000,00	736.000,00	0,00	0,00		736.000,00	0,00	0,00		736.000,00	0,00
Ação Legislativa	672.000,00	736.000,00				736.000,00				736.000,00	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	2.731.000,00	2.629.886,58	294.096,22	1.766.453,06	15,31	863.433,52	350.013,77	1.688.152,82	15,25	940.733,76	0,00
Planejamento e Orçamento	60.000,00	60.000,00	8.985,60	43.354,00	0,38	16.646,00	8.985,60	43.354,00	0,39	16.646,00	
Administração Geral	1.760.000,00	1.725.640,48	224.886,59	1.126.444,39	9,76	599.196,09	234.166,17	1.085.744,27	9,80	639.896,21	
Administração Financeira	495.000,00	499.000,00	44.574,71	400.515,93	3,47	98.484,07	75.735,32	379.816,19	3,43	119.183,81	
Controle Interno	100.000,00	100.000,00	14.800,32	74.840,84	0,65	25.159,16	14.800,32	74.840,84	0,68	25.159,16	
Normatização e Fiscalização	81.000,00	28.246,10	849,00	6.840,35	0,06	21.405,75	849,00	6.840,35	0,06	21.405,75	
Tecnologia da Informação	90.000,00	80.000,00		529,00	0,00	79.471,00		529,00	0,00	79.471,00	
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	50.000,00	50.000,00		26.784,55	0,25	21.235,45	1.241,00	27.100,55	0,24	22.899,45	
Demais Subfunções	95.000,00	87.000,00		85.164,00	0,74	1.836,00	14.236,36	70.927,62	0,64	16.072,38	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Área											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	10.000,00	8.000,00	0,00	0,00		8.000,00	0,00	0,00		8.000,00	0,00
Policiamento		8.000,00				8.000,00				8.000,00	
Defesa Civil	10.000,00										
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	959.000,00	1.076.430,45	223.724,26	754.510,40	6,54	321.920,05	221.198,42	736.049,75	6,64	340.380,70	0,00
Assistência ao Idoso	30.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	49.000,00	54.000,00	3.413,75	16.847,22	0,15	37.152,78	1.500,08	14.327,37	0,13	39.672,63	
Assistência Comunitária	880.000,00	1.012.430,45	220.310,51	737.663,18	6,39	274.767,27	219.698,34	721.722,38	6,51	290.708,07	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	1.203.000,00	1.203.000,00	59.893,91	404.768,57	3,51	798.231,43	71.934,75	392.728,01	3,54	810.271,99	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	1.203.000,00	1.203.000,00	59.893,91	404.768,57	3,51	798.231,43	71.934,75	392.728,01	3,54	810.271,99	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Demais Subfunções											
Saúde	2.940.000,00	3.172.362,24	557.066,58	2.294.982,78	19,89	877.379,46	590.533,45	2.214.979,27	19,99	957.382,97	0,00
Atenção Básica	2.600.000,00	2.562.489,81	473.250,50	1.858.909,74	16,11	703.580,07	486.757,74	1.784.440,70	16,11	778.049,11	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	160.000,00	307.826,58	48.176,06	268.983,09	2,33	38.843,49	59.995,77	268.952,80	2,43	38.873,78	
Suporte Profilático e Terapêutico	80.000,00	101.278,75	9.178,48	51.191,02	0,44	50.087,73	18.367,90	49.570,26	0,45	51.708,49	
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	100.000,00	200.767,10	26.461,54	115.898,93	1,00	84.868,17	23.412,04	112.015,51	1,01	88.751,59	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho	157.270,00	157.270,00	25.000,00	125.000,00	1,08	32.270,00	21.658,18	108.090,91	0,98	49.179,09	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	157.270,00	157.270,00	25.000,00	125.000,00	1,08	32.270,00	21.658,18	108.090,91	0,98	49.179,09	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	3.462.000,00	3.721.918,26	519.128,68	2.887.458,42	25,02	834.459,84	521.535,67	2.766.678,51	24,97	955.239,75	0,00
Ensino Fundamental	2.537.000,00	2.740.586,50	417.332,32	2.219.800,37	19,24	520.786,13	383.739,31	2.135.020,46	19,27	605.566,04	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	605.000,00	618.942,58	90.344,89	435.314,69	3,77	183.627,89	90.344,89	435.314,69	3,93	183.627,89	
Educação de Jovens e Adultos	70.000,00	52.389,18		5.587,30	0,05	46.801,88		5.587,30	0,05	46.801,88	
Educação Especial	120.000,00	180.000,00		180.000,00	1,56	0,00	36.000,00	144.000,00	1,30	36.000,00	
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções	130.000,00	130.000,00	11.451,47	46.756,06	0,41	83.243,94	11.451,47	46.756,06	0,42	83.243,94	
Cultura	146.000,00	140.500,00	6.691,46	96.565,74	0,84	43.934,26	11.691,46	96.565,74	0,87	43.934,26	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	146.000,00	140.500,00	6.691,46	96.565,74	0,84	43.934,26	11.691,46	96.565,74	0,87	43.934,26	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	507.000,00	463.570,50	105.296,69	355.915,68	3,08	107.654,82	99.833,13	342.367,67	3,09	121.202,83	0,00
Infra-Estrutura Urbana	385.000,00	361.570,50	90.555,79	274.883,25	2,38	86.687,25	90.555,79	274.883,25	2,48	86.687,25	
Serviços Urbanos	122.000,00	102.000,00	14.740,90	81.032,43	0,70	20.967,57	9.277,34	67.484,42	0,61	34.515,58	
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	65.000,00	65.000,00	0,00	37.061,67	0,32	27.938,33	0,00	37.061,67	0,33	27.938,33	0,00
Habitação Rural	15.000,00	15.000,00				15.000,00				15.000,00	
Habitação Urbana	50.000,00	50.000,00		37.061,67	0,32	12.938,33		37.061,67	0,33	12.938,33	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	345.000,00	489.720,01	101.709,59	466.136,01	4,04	23.584,00	96.200,33	438.969,38	3,96	50.750,63	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	345.000,00	489.720,01	101.709,59	466.136,01	4,04	23.584,00	96.200,33	438.969,38	3,96	50.750,63	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	60.000,00	98.600,00	0,00	50.000,00	0,43	48.600,00	0,00	50.000,00	0,45	48.600,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental	55.000,00	93.600,00		50.000,00	0,43	43.600,00		50.000,00	0,45	43.600,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	640.000,00	553.213,66	68.472,39	346.745,23	3,00	206.468,43	69.174,18	337.512,46	3,05	215.701,20	0,00
Promoção da Produção Vegetal											
Promoção da Produção Animal	610.000,00	503.200,00	68.472,39	309.815,57	2,68	193.384,43	69.174,18	300.582,80	2,71	202.617,20	
Defesa Sanitária Vegetal											
Defesa Sanitária Animal											
Abastecimento	20.000,00	7.590,00				7.590,00				7.590,00	
Extensão Rural	10.000,00	42.423,66		36.929,66	0,32	5.494,00		36.929,66	0,33	5.494,00	
Irrigação											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	150.000,00	136.609,99	9.069,96	98.517,08	0,85	38.092,91	9.069,96	98.517,08	0,89	38.092,91	0,00
Promoção Industrial	150.000,00	136.609,99	9.069,96	98.517,08	0,85	38.092,91	9.069,96	98.517,08	0,89	38.092,91	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00		10.000,00	0,00	0,00		10.000,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	10.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	10.000,00					0,00					
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	3.575.000,00	3.127.925,18	634.253,22	1.733.889,49	15,02	1.394.035,69	595.859,09	1.654.267,19	14,93	1.473.657,99	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	3.575.000,00	3.127.925,18	634.253,22	1.733.889,49	15,02	1.394.035,69	595.859,09	1.654.267,19	14,93	1.473.657,99	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	333.000,00	342.000,00	20.830,63	122.076,50	1,06	219.923,50	21.127,12	116.468,35	1,05	225.531,65	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	333.000,00	342.000,00	20.830,63	122.076,50	1,06	219.923,50	21.127,12	116.468,35	1,05	225.531,65	
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	24.730,00	24.730,00				24.730,00				24.730,00	
Reserva do RPPS											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	18.000.000,00	18.156.736,87	2.825.233,59	11.540.080,63	100,00	6.616.656,24	2.679.829,51	11.079.408,81	100,00	7.077.328,06	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

LEI Nº. 691/2015

DATA: 11 DE JUNHO DE 2015

SÚMULA: INSTITUI E APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME NO MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ - MT PARA O DECÊNIO 2015-2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - É aprovado o Plano Municipal de Educação – PME do Município de Nova Ubiratã/MT, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo com vistas ao cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei Federal nº 13. 005, de 25 de Junho de 2014.

Art. 2° - São diretrizes do Plano Nacional de Educação que, da mesma forma, presidem o Plano Municipal de Educação:

I - Erradicação do analfabetismo;

II - Universalização do atendimento escolar;

III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - Melhoria da qualidade da educação;

V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - Valorização dos (as) profissionais da educação;

X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º - As metas previstas no Anexo Único desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º - As metas previstas no Anexo Único desta Lei deverão ter como referência os dados estatísticos do Estatuto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, os dados fornecidos no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior, mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art. 5º - A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I – Secretaria Municipal de Educação – SEMEC;

II – Fórum Permanente de Educação – FPE;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

IV – Poder Executivo Municipal;

V – Poder Legislativo Municipal.

§1º - Compete, ainda, às instâncias referidas no caput deste artigo:

I - Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - Analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§2º - A cada 02 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PME, é responsabilidade do Fórum Permanente de Educação, Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação, elaborar estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo Único desta Lei, com informações organizadas pelo Município e consolidadas em âmbito estadual.

§3º - A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§4º - Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, constituída na Lei Federal nº. 12.858/2013 e na forma de Lei Municipal nº. 629/2013 específica, com a finalidade de cumprir o estabelecido no parágrafo único do Art. 1º.

Art. 6º - O Fórum Permanente de Educação, instituído pela Lei nº 609 de 13 de maio de 2013, além das competências estabelecidas na Portaria SEMEC nº 002/15 terá, também, as seguintes atribuições:

I - Acompanhar a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - Promover a articulação das conferências municipais que precederem a Conferência Regional, Estadual e Nacional de Educação.

Art. 7º - O Município atuará em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§1º - Caberá ao gestor municipal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§2º - As estratégias definidas no Anexo Único desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre o Estado e os Municípios, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§3º - A rede Municipal de ensino do Município de Nova Ubiratã – Estado de Mato Grosso, criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PME.

§4º - Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnicos educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§5º - O fortalecimento do regime de colaboração do Município de Nova Ubiratã – Estado de Mato Grosso, incluirá a instituição de instância permanente de negociação, cooperação e pactuação entre o Poder Executivo Municipal e o Poder Legislativo Municipal.

§6º - O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se- á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 9º - ASecretaria Municipal de Educação, com a colaboração do Fórum Permanente de Educação e do Conselho Municipal de Educação, promoverá a realização de conferências municipais de educação a cada 02 (dois) anos, sempre no mês de Maio, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PME e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação.

PARÁGRAFO ÚNICO - As conferências municipais de educação e o processo de elaboração do próximo Plano Municipal de Educação serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Art. 10 - Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Nova Ubiratã/MT, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 11 – O Anexo Único trata-se do Plano Municipal de Educação e é parte integrante da presente lei

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 08 DE JUNHO DE 2015.

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto n.° 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO LEILÃO 003-2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

AVISO DE LICITAÇÃO – LEILÃO Nº 003/2.015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA/MT, **através da Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que realizará às 9:00 horas do dia 18 de dezembro de 2.015,** no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina**, Leilão do tipo Maior Lance, para** ALIENAÇÃO, POR VENDA, DO IMÓVEL URBANO COM 365 M² (SEM BENFEITORIAS), LOCALIZADO NA RUA VIAMÃO, BAIRRO FLOR DE LIZ, REFERENTE A MATRÍCULA Nº 15.233 DO CARTÓRIO DE 2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE NOVA XAVANTINA – MT**, sendo que o leilão será conduzido pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações. O bem a ser leiloado poderá ser examinado pelos interessados no local do leilão a partir do dia 01/12/2015. Edital, informações e outros detalhes, pelo** setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo e-mail: compraspmnx@gmail.com.

Nova Xavantina/MT, 01 de dezembro de 2.015.

WALMIR ARRUDA COSTA

Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2015 PROCESSO N.º 032/2015

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT**, através de seu pregoeiro, torna público aos interessados que o processo licitatório Pregão Presencial n.º 027/2015 **– Direcionado exclusivamente a ME/EPP**. Objeto: **Contratação de banda musical regional para animação do réveillon, com equipamento de sonorização e iluminação próprio**, conforme especificado no anexo I – Termo de referencia do edital, onde se sagrou vencedora a empresa **J. A. Castilho – ME,** inscrita no **CNPJ: 13.028.292/0001-12,** com proposta no valor global de **R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais),** tudo em conformidade com o Anexo I – Termo de referencia do edital. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada a Rua Augusto de Souza, 171 centro - Novo Horizonte do Norte - MT.

Novo Horizonte do Norte-MT, 30 de Novembro de 2015.

JULIANO GAMBA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITIÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 038/2015
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Pregoeira designada pela Portaria nº. 224/2015, de 20/10/2015, torna público aos interessados que realizará licitação no dia 14/12/2015, às 08H00, para **Registro de Preços para Prestação de Serviços de Realização de Exames de Sorologia e outros exames laboratoriais**, con-

forme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07H00min às 13H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 30 de novembro de 2015.

Mirian da Silva Biazotto

Pregoeira Oficial

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUCAO Nº 001/2015/CMHIS

DISPÕE SOBRE OS MEMBROS DO

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

DE INTERESSE SOCIAL PRESIDENTE E

VICE-PRESIDENTE, cumprindo a Lei Nº

328/2012, de 23/01/2012, no uso de suas

competências:

RESOLVE:

§ 1 – Nomear o Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Habitação de

Interesse Social – para mandato de 2 (dois) anos, sendo:

PRESIDENTE: LUIS VIEIRA NASCIMENTO

VICE-PRESIDENTE: JOELMA FEITOSA DE SOUZA ROSAS

Novo Mundo – MT, 23 de novembro de 2015.

_____

LUIS VIEIRA NASCIMENTO

Presidente do CMHIS

LICITIÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizou Licitação na Modalidade "**Pregão Presencial nº 031/2015"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00min do dia 30 de novembro de 2015, objetivando a **contratação de serviços de laboratório especializado na confecção de próteses odontológicas totais, para atender a população carente do município de Novo Mundo**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagrou-se vencedora do citado certame o seguinte licitante: **REGINALDO ZANETI,** com o valor de R$ 171.000,00 (Cento e Setenta e Um Mil Reais). Assim por ter apresentado propostas com preço compatível ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foi declarada vencedora.

Analisando a documentação de habilitação da licitante vencedora, foi constatado que a mesma**,** está irregular com a certidão Estadual e de Falência e Concordata, pois ambas estão vencidas. Destarte, concede-se o prazo de 05 (cindo) dias úteis para empresa, a contar desta publicação para que a referida empresa apresente a certidão sob pena de ser inabilitada do sistema de registro de preços

A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 08H00min às 13H00min.

Novo Mundo MT, 30 de novembro de 2015.

Mirian da Silva Biazotto

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 224/2015

PORTARIA Nº 224/2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal a **Srª. MARIA PEREIRA DE ARAÚJO PASSARINHO,** Matrícula 2323, portadora do RG sob o nº 1003759SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 550.624.821-00, ocupante do Cargo Efetivo **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DA LICENÇA
2008/2013	09/11/2015 Á 08/02/2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa do dia 09/11/2015, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Paranatinga-MT, 30 de Novembro de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 225/2015

PORTARIA Nº 225/2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal a **Srª. MARIA APARECIDA DE SOUZA FRAGOSO,** Matrícula 2319, portadora do RG sob o nº 16499964SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 019.399.021-00, ocupante do Cargo Efetivo **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DA LICENÇA
2008/2013	16/11/2015 Á 15/02/2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa do dia 16/11/2015, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Paranatinga-MT, 30 de Novembro de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001 DE VALOR/ QUANTIDADE A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 058/2015.

Aditivo nº 001 a Ata de Registro de Preço 058/2015 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado: **COMERCIAL PRIME DE MÓVEIS – EIRE**. Objeto O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o PREÇO UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/ 2015; enquanto o objeto MEDIATO será contratação futura da empresa, COMERCIAL PRIME DE MOVEIS - EIRE, CNPJ: 16.831.959/0001-09, visando o fornecimento do produto constante do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e a proposta de preços que ora o integra. Vigência: 29/07/2015 A 29/07/2016.

Seq	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtd. Hom.	Quantidade Aditivada 25%	Valor Homologado	Valor Aditivado 25%
1	20649	ALFINETE CABECA COLORIDA PARA MURAL 100X1	PACOTE	R$ 3,68	11	2,75	R$ 40,48	R$ 10,12
2	4557	ALMOFADA P/ CARIMBO 12,5 X 8,5CM	UNIDADE	R$ 2,97	64	16	R$ 190,08	R$ 47,52
3	11648	APONTADOR DE METAL	UNIDADE	R$ 0,57	776	194	R$ 442,32	R$ 110,58
4	30637	BARBANTE COLORIDO 800 GR	UNIDADE	R$ 18,35	200	50	R$ 3.670,00	R$ 917,50
5	333291	BARBANTE N4 800 GR	UNIDADE	R$ 14,25	400	100	R$ 5.700,00	R$ 1. 425,00
6	26085	BOBINA DE PAPEL DE PRESENTE COM TEMA INFANTIL	UNIDADE	R$ 51,68	20	5	R$ 1.033,60	R$ 258,40
7	333225	BOBINA PARA FAX COM 12 UNID	CAIXA	R$ 69,00	5	1,25	R$ 345,00	R$ 86,25
8	23565	BORRACHA ESCOLAR BRANCA 60	UNIDADE	R$ 9,63	373	93,25	R$ 3.591,99	R$ 898,00
9	30456	BORRACHA ESCOLAR N 60 (CX C/24 UND) DE BOA QUALIDADE	CAIXA	R$ 9,33	120	30	R$ 1.119,60	R$ 279,90
10	30390	CADERNO BROCHURA 48 FL	UNIDADE	R$ 0,86	100	25	R$ 86,00	R$ 21,50
11	20980	CADERNO DE CALIGRAFIA	UNIDADE	R$ 0,95	50	12,5	R$ 47,50	R$ 11,88
12	17681	CAIXA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA 350 X 250 X 130 MM	UNIDADE	R$ 2,75	520	130	R$ 1.430,00	R$ 357,50
13	7685	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL SEXTAVADA COM ORIFICIO LATERAL E ESTOJO TRANSPARENTE (C/ 50 UNID)	CAIXA	R$ 33,98	213	53,25	R$ 7.237,74	R$ 1. 809,44
14	17712	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA SEXTAVADA COM ORIFICIO LATERAL E ESTOJO TRANSPARENTE C/50	CAIXA	R$ 24,98	135	33,75	R$ 3.372,30	R$ 843,08
15	333281	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA SEXTAVADA COM ORIFICIO LATERAL E ESTOJO TRANSPARENTE (C/ 50 UNID)	CAIXA	R$ 35,49	134	33,5	R$ 4.755,66	R$ 1. 188,92
16	342301	CANETA MARCADOR PERMANENTE	UNIDADE	R$ 1,35	20	5	R$ 27,00	R$ 6,75
17	324555	CANETA PARA RETROPOJETOR AZUL	CAIXA	R$ 2,14	10	2,5	R$ 21,40	R$ 5,35
18	342300	CANETINHA COLORIDA (12 X 1)	CAIXA	R$ 3,64	10	2,5	R$ 36,40	R$ 9,10
19	30462	CARBONO AZUL P/ ESCRITA MANUAL	UNIDADE	R$ 9,09	100	25	R$ 909,00	R$ 227,25
20	17825	CARTOLINA (CORES VARIADAS)	UNIDADE	R$ 0,43	1. 050,00	262,5	R$ 451,50	R$ 112,88
21	342294	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP CF 283	UNIDADE	R$ 61,00	2	0,5	R$ 122,00	R$ 30,50
22	30344	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP DESKJET D1460, N 21 ORIGINAL	UNIDADE	R$ 61,00	35	8,75	R$ 2.135,00	R$ 533,75
23	333299	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP DESKJET D1460, N 22. ORIGINAL	UNIDADE	R$ 86,23	5	1,25	R$ 431,15	R$ 107,79
24	333239	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP J3600 Nº 21 ORIGINAL	UNIDADE	R$ 61,00	7	1,75	R$ 427,00	R$ 106,75
25	333240	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP J3600 Nº 22 ORIGINAL	UNIDADE	R$ 86,23	5	1,25	R$ 431,15	R$ 107,79
26	321573	CD R VIRGEM MULTILASER	UNIDADE	R$ 0,70	20	5	R$ 14,00	R$ 3,50
27	21411	CLIPS 0/0 GALVANIZADO C/100 UNID	CAIXA	R$ 1,98	16	4	R$ 31,68	R$ 7,92
28	21413	CLIPS 1/0 GALVANIZADO C/100 UNID	CAIXA	R$ 1,98	17	4,25	R$ 33,66	R$ 8,42
29	342133	CLIPS 1/0 GALVANIZADO C/50UNID	CAIXA	R$ 1,98	61	15,25	R$ 120,78	R$ 30,20
30	21344	CLIPS 2/0 C/100	CAIXA	R$ 1,69	663	165,8	R$ 1.120,47	R$ 280,12
31	21414	CLIPS 2/0 GALVANIZADO C/100	CAIXA	R$ 1,43	108	27	R$ 154,44	R$ 38,61

32	21416	CLIPS 4/0 GALVANIZADO C/100	CAIXA	R$ 1,65	561	140,3	R$ 925,65	R$ 231,41
33	17752	CLIPS 5/0 GALVANIZADO C/100 UNID	CAIXA	R$ 1,65	159	39,75	R$ 262,35	R$ 65,59
34	4860	CLIPS 6/0 GALV C/50	CAIXA	R$ 2,39	210	52,5	R$ 501,90	R$ 125,48
35	21335	CLIPS 6/0 GALVANIZADO C/100	CAIXA	R$ 5,59	10	2,5	R$ 55,90	R$ 13,98
36	333226	CLIPS 8/0 GALVANIZADO C/50	CAIXA	R$ 4,74	65	16,25	R$ 308,10	R$ 77,03
37	333303	CLIPS TRANCADO MEDIO	CAIXA	R$ 4,54	15	3,75	R$ 68,10	R$ 17,03
38	342243	COCHETES DE PLASTICO (MACHO E FEMEA)	PACOTE	R$ 8,50	5	1,25	R$ 42,50	R$ 10,63
39	15096	COLA COLORIDA C/ GLITER	UNIDADE	R$ 1,65	550	137,5	R$ 907,50	R$ 226,88
40	333276	COPIA DE CHEQUE C/100 FOLHAS 190 X 160 EMBALAGEM C /100 COR BRANCA	UNIDADE	R$ 3,38	2	0,5	R$ 6,76	R$ 1,69
41	8410	CORRETIVO LIQUIDO 18ML	UNIDADE	R$ 1,01	322	80,5	R$ 325,22	R$ 81,31
42	333293	E V A COM ESTAMPAS	UNIDADE	R$ 2,20	120	30	R$ 264,00	R$ 66,00
43	342264	ENVELOPE 30,5 X 41,5 CM	UNIDADE	R$ 0,28	750	187,5	R$ 210,00	R$ 52,50
44	333233	ENVELOPE A4 25,0 X 35,0 CM	UNIDADE	R$ 0,18	3. 100,00	775	R$ 558,00	R$ 139,50
45	21452	ENVELOPE A4 AMARELO	UNIDADE	R$ 0,17	21. 400,00	5350	R$ 3.638,00	R$ 909,50
46	342236	ENVELOPE AMARELO 31,0 X 41,0 CM	UNIDADE	R$ 0,28	50	12,5	R$ 14,00	R$ 3,50
47	21467	ENVELOPE GRANDE AMARELO	UNIDADE	R$ 0,18	5. 050,00	1263	R$ 909,00	R$ 227,25
48	342242	ENVELOPE MEDIO 15 X 21 PARDO (CX C/ 250 UN)	CAIXA	R$ 22,49	5	1,25	R$ 112,45	R$ 28,11
49	333304	ENVELOPE OFICIO BRANCO	UNIDADE	R$ 0,23	1. 650,00	412,5	R$ 379,50	R$ 94,88
50	9826	ENVELOPE PARDO GRANDE	UNIDADE	R$ 0,13	50	12,5	R$ 6,50	R$ 1,63
51	333257	ENVELOPE PARDO MEDIO	UNIDADE	R$ 0,10	50	12,5	R$ 5,00	R$ 1,25
52	30520	ENVELOPE PEQUENO 10 X 15 PARDO (CX C/ 250 UN)	CAIXA	R$ 22,58	5	1,25	R$ 112,90	R$ 28,23
53	20915	ENVELOPE SACO	UNIDADE	R$ 0,13	2. 000,00	500	R$ 260,00	R$ 65,00
54	333236	ENVELOPE SACO GRANDE	UNIDADE	R$ 0,18	950	237,5	R$ 171,00	R$ 42,75
55	21589	ESTILETE GRANDE	UNIDADE	R$ 1,01	168	42	R$ 169,68	R$ 42,42
56	20927	ESTITETE PEQUENO	UNIDADE	R$ 0,62	80	20	R$ 49,60	R$ 12,40
57	30568	ETIQUETA 2853 INFORMS 33.9 X 101.6 (CX COM 100 FOLHAS)	UNIDADE	R$ 18,20	40	10	R$ 728,00	R$ 182,00
58	333294	ETIQUETA PARA PASTA SUSPENSA	CAIXA	R$ 5,54	50	12,5	R$ 277,00	R$ 69,25
59	342297	EVA CORES VARIADAS 800 X 600 X 2MM	UNIDADE	R$ 1,05	300	75	R$ 315,00	R$ 78,75
60	342216	EXTRATOR DE GRAMPOS	UNIDADE	R$ 0,74	20	5	R$ 14,80	R$ 3,70
61	9522	FITA ADESIVA FINA TRANSPARENTE 12MM X 30M	UNIDADE	R$ 0,69	445	111,3	R$ 307,05	R$ 76,76
62	342159	FITA ADESIVA TRANSPARENTE FINA	UNIDADE	R$ 0,34	3	0,75	R$ 1,02	R$ 0,26
63	10411	FITA CREPE 18 MM X 50 CM	UNIDADE	R$ 2,38	480	120	R$ 1.142,40	R$ 285,60
64	333290	FITA DUPLA FACE ESTREITA	UNIDADE	R$ 3,64	800	200	R$ 2.912,00	R$ 728,00
65	23589	FITA DUREX PEQUENA 12X30	UNIDADE	R$ 0,63	5	1,25	R$ 3,15	R$ 0,79
66	17678	FITA PARA IMPRESSORA EPSON LX 300+	UNIDADE	R$ 6,50	18	4,5	R$ 117,00	R$ 29,25
67	342298	FLIT CHART (QUADRO BRANCO)	UNIDADE	R$ 34,75	10	2,5	R$ 347,50	R$ 86,88
68	11682	GIZ DE CERA CURTO (C/ 12 UNID)	CAIXA	R$ 1,35	712	178	R$ 961,20	R$ 240,30
69	333235	GRAMPO 9/6 23/6 COM 1000	CAIXA	R$ 3,70	1	0,25	R$ 3,70	R$ 0,93
70	342293	GRAMPO MACHO E FEMEA DE METAL	UNIDADE	R$ 6,84	50	12,5	R$ 342,00	R$ 85,50
71	21421	GRAMPO TRANCADO N. 01	CAIXA	R$ 1,91	2	0,5	R$ 3,82	R$ 0,96
72	333302	HOLERITE	CAIXA	R$ 80,00	15	3,75	R$ 1.200,00	R$ 300,00
73	328709	ISOPOR EM FOLHA	UNIDADE	R$ 2,40	180	45	R$ 432,00	R$ 108,00
74	9821	LAPIS BORRACHA	UNIDADE	R$ 1,11	5	1,25	R$ 5,55	R$ 1,39

75	331675	LAPIS DE COR 12 X 1 LONGO	UNIDADE	R$ 2,93	160	40	R$ 468,80	R$ 117,20
76	7696	LIVRO ATA 100 FOLHAS	UNIDADE	R$ 8,23	140	35	R$ 1.152,20	R$ 288,05
77	7697	LIVRO ATA 200 FOLHAS	UNIDADE	R$ 14,68	50	12,5	R$ 734,00	R$ 183,50
78	13680	LIVRO PONTO C/ 100 FLS	UNIDADE	R$ 9,67	40	10	R$ 386,80	R$ 96,70
79	4927	MARCA TEXTO (CORES VARIADAS)	UNIDADE	R$ 0,75	819	204,8	R$ 614,25	R$ 153,56
80	342299	MASSA MODELAR COLORIDA	CAIXA	R$ 2,84	30	7,5	R$ 85,20	R$ 21,30
81	333289	MASSA DE MODELAR C/ 6 BARRAS (90 GR)	UNIDADE	R$ 1,38	400	100	R$ 552,00	R$ 138,00
82	7826	MOLHA-DEDO EM GEL 12GR	UNIDADE	R$ 1,90	170	42,5	R$ 323,00	R$ 80,75
83	17838	NOTE FIX	CAIXA	R$ 2,37	120	30	R$ 284,40	R$ 71,10
84	342319	ORCANIZADORES DE GAVETA	UNIDADE	R$ 14,19	60	15	R$ 851,40	R$ 212,85
85	2894	PAPEL A-4 CX 10 X 01	CAIXA	R$ 159,74	846	211,5	R$ 135. 140,04	R$ 33. 785,01
86	8138	PAPEL ALMACO COM PAUTA (BLOCOS C/ 10 FOLHAS)	UNIDADE	R$ 0,67	2. 565,00	641,3	R$ 1.718,55	R$ 429,64
87	4862	PAPEL CAMURCA (CORES VARIADAS)	UNIDADE	R$ 0,45	1. 300,00	325	R$ 585,00	R$ 146,25
88	2892	PAPEL CARTAO (CORES VARIADAS)	UNIDADE	R$ 0,74	1. 300,00	325	R$ 962,00	R$ 240,50
89	26076	PAPEL CELOFONE CORES VARIADAS	UNIDADE	R$ 0,75	700	175	R$ 525,00	R$ 131,25
90	2880	PAPEL COLOR SET (CORES VARIADAS)	UNIDADE	R$ 0,64	400	100	R$ 256,00	R$ 64,00
91	2881	PAPEL CREPON (CORES VARIADAS)	UNIDADE	R$ 0,48	1. 300,00	325	R$ 624,00	R$ 156,00
92	342269	PAPEL MANTEIGA (CORES VARIADAS)	UNIDADE	R$ 0,60	1. 300,00	325	R$ 780,00	R$ 195,00
93	29299	PAPEL PARANA	UNIDADE	R$ 4,14	100	25	R$ 414,00	R$ 103,50
94	342207	PASTA L	UNIDADE	R$ 0,71	130	32,5	R$ 92,30	R$ 23,08
95	21347	PASTA AZ LOMBO LARGO COM ENCAIXE PERFEITO 35X28X8 CM C/20 UN	CAIXA	R$ 144,40	99	24,75	R$ 14. 295,60	R$ 3. 573,90
96	342162	PASTA BRANCA ESPELHADA COM TRILHO	UNIDADE	R$ 1,34	300	75	R$ 402,00	R$ 100,50
97	23541	PASTA C/ ABA ELASTICA	UNIDADE	R$ 1,84	5	1,25	R$ 9,20	R$ 2,30
98	21472	PASTA CATALOGO (100 FLS)	UNIDADE	R$ 13,23	520	130	R$ 6.879,60	R$ 1. 719,90
99	323875	PASTA DE ARQUIVO	UNIDADE	R$ 1,74	40	10	R$ 69,60	R$ 17,40
100	342320	PASTA ELASTICA TRANSP. MEDIA	UNIDADE	R$ 1,94	800	200	R$ 1.552,00	R$ 388,00
101	333308	PASTA ELASTICA TRANSP.FINA	UNIDADE	R$ 1,74	1. 200,00	300	R$ 2.088,00	R$ 522,00
102	21405	PASTA PLASTICA COM ELASTICO 23,5 X 35,0CM	UNIDADE	R$ 2,40	590	147,5	R$ 1.416,00	R$ 354,00
103	333307	PASTA PLASTICA COM GRAMPO	UNIDADE	R$ 1,30	3. 200,00	800	R$ 4.160,00	R$ 1. 040,00
104	30665	PASTA SANFONADA DE A - Z (TAM. A4)	UNIDADE	R$ 34,23	40	10	R$ 1.369,20	R$ 342,30
105	7694	PASTA SUSPENSA	UNIDADE	R$ 1,64	1. 120,00	280	R$ 1.836,80	R$ 459,20
106	321519	PASTA SUSPENSA ARAMADA (COM 50 UNIDADES)	CAIXA	R$ 86,00	3	0,75	R$ 258,00	R$ 64,50
107	342168	PASTA SUSPENSA ARQUIVO	UNIDADE	R$ 1,73	75	18,75	R$ 129,75	R$ 32,44
108	14732	PASTA SUSPENSA MARMORIZADA	UNIDADE	R$ 1,73	1. 050,00	262,5	R$ 1.816,50	R$ 454,13
109	4382	PASTA SUSPENSA PLASTIFICADA P/ ARQUIVO	UNIDADE	R$ 1,70	2. 000,00	500	R$ 3.400,00	R$ 850,00
110	342322	PEN DRIVE 16GB	UNIDADE	R$ 46,99	81	20,25	R$ 3.806,19	R$ 951,55
111	342321	PEN DRIVE 32GB	UNIDADE	R$ 61,20	80	20	R$ 4.896,00	R$ 1. 224,00
112	30214	PEN DRIVE 4GB	UNIDADE	R$ 20,39	114	28,5	R$ 2.324,46	R$ 581,12
113	21466	PEN DRIVE 8GB	UNIDADE	R$ 34,50	15	3,75	R$ 517,50	R$ 129,38
114	17704	PERFURADOR 2 FUROS P/ 30 FOLHAS	UNIDADE	R$ 16,50	1	0,25	R$ 16,50	R$ 4,13
115	17682	PERFURADOR 2 FUROS P/ 60 FOLHA EM FERRO FUNDIDO	UNIDADE	R$ 58,48	1	0,25	R$ 58,48	R$ 14,62
116	9816	PERFURADOR DE PAPEL 15 FLS.	UNIDADE	R$ 12,95	20	5	R$ 259,00	R$ 64,75
117	27194	PERFURADOR DE PAPEL 40 FLS	UNIDADE	R$ 21,26	3	0,75	R$ 63,78	R$ 15,95

118	333275	PILHA ALCALINA AAA C/ 2 UN	UNIDADE	R$ 2,39	4	1	R$ 9,56	R$ 2,39
119	30239	PINCEL ATOMICO (CORES VARIADAS).	UNIDADE	R$ 1,35	367	91,75	R$ 495,45	R$ 123,86
120	17882	PINCEL ATOMICO (CORES VARIADAS) 1 X 12	CAIXA	R$ 17,40	40	10	R$ 696,00	R$ 174,00
121	342276	PINCEL PARA PINTURA EM TECIDO 0 0 FILETE	UNIDADE	R$ 2,88	1. 500,00	375	R$ 4.320,00	R$ 1. 080,00
122	342275	PINCEL PARA PINTURA EM TECIDO Nº 06 08 10 14 16 18	UNIDADE	R$ 2,88	1. 650,00	412,5	R$ 4.752,00	R$ 1. 188,00
123	332569	PISTOLA DE COLA QUENTE PROFISSIONAL	UNIDADE	R$ 29,80	10	2,5	R$ 298,00	R$ 74,50
124	328679	PORTA CANETAS COM DIVISORIAS	UNIDADE	R$ 7,74	1	0,25	R$ 7,74	R$ 1,94
125	21363	PRANCHETA PRENDEDOR DE METAL	UNIDADE	R$ 2,64	238	59,5	R$ 628,32	R$ 157,08
126	342208	PRENDEDOR PARA PAPEL MEDIO	CAIXA	R$ 6,60	1	0,25	R$ 6,60	R$ 1,65
127	342296	REFIL PARA COLA QUENTE (GROSSO)	UNIDADE	R$ 0,78	100	25	R$ 78,00	R$ 19,50
128	7245	REFIL PARA COLA QUENTE (MEDIO)	UNIDADE	R$ 0,40	100	25	R$ 40,00	R$ 10,00
129	20910	REGUA 30 CM ACRILICA	UNIDADE	R$ 0,58	405	101,3	R$ 234,90	R$ 58,73
130	342217	REGUA DE ACO INOX 30 CM	UNIDADE	R$ 3,93	6	1,5	R$ 23,58	R$ 5,90
131	23601	REGUA DE ALUMINIO 30 CM	UNIDADE	R$ 2,77	100	25	R$ 277,00	R$ 69,25
132	333229	REGUA DE METAL 30CM	UNIDADE	R$ 2,94	28	7	R$ 82,32	R$ 20,58
133	3154	REGUA PLASTICA 30 CM	UNIDADE	R$ 0,58	6	1,5	R$ 3,48	R$ 0,87
134	342238	RESMA DE PAPEL A3	UNIDADE	R$ 24,41	6	1,5	R$ 146,46	R$ 36,62
135	25935	SULFITE COLORIDO - RESMA	UNIDADE	R$ 6,25	300	75	R$ 1.875,00	R$ 468,75
136	23679	TESOURA 21 CM ACO INOXIDAVEL	UNIDADE	R$ 5,20	261	65,25	R$ 1.357,20	R$ 339,30
137	3138	TESOURINHA ESCOLAR S/ PONTA DE BOA QUALIDADE	UNIDADE	R$ 1,00	410	102,5	R$ 410,00	R$ 102,50
138	9814	TINTA CARIMBEIRA PRETA 42ML	UNIDADE	R$ 2,47	82	20,5	R$ 202,54	R$ 50,64
139	342165	TINTA CARIMBEIRA SEM ALCOOL	UNIDADE	R$ 2,50	10	2,5	R$ 25,00	R$ 6,25
140	30502	TINTA GUACHE 1 X 6 15 ML	CAIXA	R$ 2,25	496	124	R$ 1.116,00	R$ 279,00
141	333292	TNT DE CORES VARIADAS ROLO C/ 50 METROS	UNIDADE	R$ 77,59	460	115	R$ 35. 691,40	R$ 8. 922,85
142	342151	TONER HP LASER JET P 1005	UNIDADE	R$ 33,42	12	3	R$ 401,04	R$ 100,26
143	342154	TONNER P/ IMPRESSORA HP LASER JET M1212 MF MFP- HP	UNIDADE	R$ 43,98	55	13,75	R$ 2.418,90	R$ 604,73
144	342213	TONNER P/ IMPRESSORA HP MFP M 125 A	UNIDADE	R$ 50,60	6	1,5	R$ 303,60	R$ 75,90
145	342287	TONNER PARA IMPRESSORA HP LASER JET / P 1006 ORIGINAL	UNIDADE	R$ 45,33	17	4,25	R$ 770,61	R$ 192,65
146	333231	TONNER PARA IMPRESSORA HP LASER JET M1212 NFMFP ORIGINAL	UNIDADE	R$ 50,86	20	5	R$ 1.017,20	R$ 254,30
147	333300	TONNER PARA IMPRESSORA HP LASER JET P1005 / P 1006 ORIGINAL	UNIDADE	R$ 33,42	2	0,5	R$ 66,84	R$ 16,71
148	30223	TONNER PARA IMPRESSORA HP LASERJET M1132 MFP (ORIGINAL)	UNIDADE	R$ 34,35	68	17	R$ 2.335,80	R$ 583,95
Valor Total	**R$ 317. 169,34**	**R$ 79.292,34**						

Departamento de Licitações e Contratos, em 30 de Novembro de 2015.

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 1169/2015

DECRETO N º 1169 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPOE SOBRE O CANCELAMENTO DE EMPENHOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR DO EXERCICIO FINANCEIRO DE 2006, 2007, 2008, 2009 E 2010, DEVIDO A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. **Vilson Pires**,no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 01269/2015**,** de 16 de outubro de 2015, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei :

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado o cancelamento dos empenhos inscritos em Restos a Pagar, ainda não pago pelo Erário Público Municipal, no valor total de R$ 7.159.866,85 (Sete Milhões, Cento e Cinquenta e Nove Mil, Oitocentos e Sessenta e Seis Reais e Oitenta e Cinco), constante do relatório anexo, que faz parte integrante deste decreto.

ARTIGO 2º - O Valor acima mencionado deve ser cancelado devido à prescrição qüinqüenal estabelecida no artigo 70 (setenta) do Decreto nº 93.872/86 – “in verbis” – “Art. 70 – Prescreve em 05 (cinco) anos a divida passiva relativa aos Restos a Pagar”.

ARTIGO 3º - Todo e qualquer pagamento que vier a ser reclamado, devidamente inscrito em Restos a Pagar do exercício financeiro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, ora cancelado, se legais e reais, poderá ser atendido á conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.

ARTIGO 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 26 de outubro de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005

DIVULGA ALTERAÇÕES NO EDITAL 003

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo 001/2015 da Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando a necessidade de adequação de alguns itens do Edital nº 001/2015, para melhor atender às finalidades da Administração,

RESOLVE:

I – Retificar:

Onde se lê na página 01 do Edital nº 003/2015:

II. DAS VAGAS

Cargo	**Vagas**	**Vagas PNE**	Vencimento	C. H. Semanal	Tipo de Provas	Requisitos			
Urbano	Campo	Indígena							
Etnia Bacairi	Etnia Xavante								
Professor A	02	01	-	01	-	871,76	20	Prova Objetiva	Ensino Médio com Habilitação em Magistério

Leia-se:

II. DAS VAGAS

Cargo	Vagas	Vagas PNE	Vencimento	C. H. Semanal	Tipo de Provas	Requisitos			
Urbano	Campo	Indígena							
Etnia Bacairi	Etnia Xavante								
Professor A	02	01	01	01	-	871,76	20	Prova Objetiva	Ensino Médio com Habilitação em Magistério

Paranatinga, 30 de novembro de 2015.

HILDO JOÃO MALACARNE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PORTARIA 016 /2014 E

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 225/2015

PORTARIA Nº 225/2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal a **Srª. MARIA APARECIDA DE SOUZA FRAGOSO,** Matrícula 2319, portadora do RG sob o nº 16499964SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 019.399.021-00, ocupante do Cargo Efetivo **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DA LICENÇA
2008/2013	16/11/2015 Á 15/02/2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa do dia 16/11/2015, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Paranatinga-MT, 30 de Novembro de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 227/2017

PORTARIA Nº 227/2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal a **Srª. CREUSA MARQUES DA SILVA,** Matrícula 2304, portadora do RG sob o nº 1022568-4SJ/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 667.900.341-53, ocupante do Cargo Efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DA LICENÇA
2008/2013	20/11/2015 Á 18/02/2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa do dia 20/11/2015, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Paranatinga-MT, 30 de Novembro de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 895/2015 24 DE NOVEMBRO DE 2015.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Pedra Preta para o exercício de 2016 e dá outras providências.

O Povo do Município de Pedra Preta, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos do Município de Pedra Preta para o exercício de 2016 estima a RECEITA e fixa a DESPESA em R$. 39.733.880,10 (trinta e nove milhões setecentos e trinta e três mil oitocentos e oitenta reais e dez centavos) para a Administração Direta do Poder Executivo e do Legislativo.

Artigo 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei.

Artigo 3º - A Despesa da Administração Direta e Indireta será realizada segundo a discriminação dos quadros: Funções do Governo; Órgão do Governo e Unidades da Administração; Programa de Trabalho; e Categoria Econômica, integrantes desta Lei.

Artigo 4 º - O Orçamento de Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da administração direta, seus órgãos e fundos, estima a Receita e fixa a Despesa integrantes desta Lei.

Artigo 5º - O Projeto de LOA – Lei Orçamentária Anual atualiza de forma compatível o PPA – Plano Plurianual, com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016; com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Artigo 6º - De acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64 fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir CRÉDITOS SUPLEMENTARES, no seu orçamento de 2016, até o limite de 5% (cinco por cento) do total da sua despesa fixada, destinados ao reforço de dotações insuficientes, considerando-se recursos para fins deste artigo, desde que não comprometidos, os previstos no artigo 43 e seus incisos da referida Lei.

Parágrafo Único – Fica o Legislativo Municipal autorizado a proceder à abertura de créditos adicionais suplementares, no seu orçamento de 2016, até o limite de 3% (três por cento) do total da sua despesa fixada.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MATO

AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

PREFEITA

Registrada nesta Secretaria

E Publicada no Diário Oficial.

Hernane Carneiro Gomes

Sec. Geral de Coord. Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 341/2015. 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre **EXONERAÇÃO** de Servidor Público Municipal e dá outras providências;

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - **EXONERAR** a Servidora Pública Municipal, a Senhora **SILVANA DA SILVA**, ocupante do Cargo de **SUPERVISORA**, lotada na Secretaria de Educação do Município de Pedra Preta - MT.

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

HERNANE CARNEIRO GOMES

Sec. Geral de Coord. Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 344/2015 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre **EXONERAÇÃO** de Servidor Público Municipal e dá outras providências;

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, Prefeita do Município de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar a pedido a Servidora Público Municipal, Senhora ROSENILDA SOUZA LIMA, ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde do Município de Pedra Preta - MT.

ART. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação,Revogando as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

HERNANE CARNEIRO GOMES

Sec. Geral de Coord. Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
NORMATIVA Nº 006/2015 DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE MATRÍCULA, FORMAÇÃO DE TURMAS E CALENDÁRIO PARA O ANO LETIVO DE 2016.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Arlete Silva dos Santos, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando a necessidade de:

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no Artigo 24, Inciso I, da Lei n.º 9.394, de 20 dezembro 1996, que prevê o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos, com carga horária anual mínima de 800 (oitocentas) horas, para o calendário escolar do Ensino Fundamental e da Educação Infantil;

Considerando a necessidade de garantir os procedimentos legais no planejamento da matrícula e formação de turmas;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DOS PROCEDIMENTOS PARA O ANO LETIVO DE 2016

SEÇÃO I

DAS FÉRIAS

Artigo 1º - Programação Cronológica das férias nas unidades escolares:

I - Férias dos docentes atuando como coordenador, formadores, agente e auxiliares administrativos que atuam na SEMED serão usufruídas em época a ser definida pela Secretária, desde que não haja prejuízo no desempenho das atividades da secretaria;

II - Férias coletivas dos professores e monitores de acordo com o quadro apresentado no Art.02º;

III - As férias de diretor e coordenador serão usufruídas em época a ser definida na unidade, desde que não haja prejuízo para a unidade, devendo ser encaminhada via ofício para Secretaria de Educação, com dez dias de antecedência do início da programação de suas férias.

IV - Os servidores deverão comparecer a secretaria cinco dias antes da programação de suas férias, para assinatura do requerimento, e consequentemente, pagamento do 1/3 das férias e demais procedimentos.

V - O gozo de licença prêmio de todos os servidores que possui licença vencida será regularizada mediante requerimento:

a) Encaminhar requerimento até dia 18 de dezembro de 2015 para analise e deferimento posterior mediante escala;

VI - Os ofícios e solicitações encaminhados para gozo de licença prêmio serão Avaliados pela SEMED para posterior deferimento de gozo da licença prêmio;

VII - Férias dos demais servidores como continuas, Auxiliares administrativo serão usufruídas em época a ser definida junto a Secretária, desde que não haja prejuízo no desempenho das atividades nas unidades escolares;

VIII - Férias dos Agentes de Vigilância (guardas) usufruídas em época a ser definida junto a Secretária, desde que não haja prejuízo no desempenho das atividades nas unidades escolares;

IX – Os servidores contratados como motoristas, monitores/estagiário, serviços geral de acordo com o seletivo que não terão seus contratos rescindidos ficarão a disposição do chefe imediato;

X – Todos os motoristas efetivos usufruirão suas férias no mesmo período dos professores, monitores e auxiliares de monitores efetivos;

SEÇÃO II

DO CALENDÁRIO

Artigo 2º - Programação Cronológica do calendário:

a) 24/12/2015 a 17/01/2016 e de 23/02/2016 a 28/02/2016	Férias coletivas. Obs.: Situação greve
b) 29/02/2016; 23/12/2016	Início do ano letivo; Término do ano letivo;
c) 21/12/2015 a 20/01/2016	Férias coletivas. Obs.: Conclusão do ano letivo em 2015
d) 04/02/2016; 23/12/2016	Início do ano letivo; Término do ano letivo;
e) 21/03/2016 a 24/03/2016	Semana Pedagógica;
f) 23/12/2016	Término do ano letivo;
g) 26/12/2016 a 24/01/2017	Férias;

Artigo 3º - Os calendários das Unidades de Ensino da Rede Municipal deverão respeitar, obrigatoriamente, exceto Escolas do Campo, o início e o término do ano letivo, bem como as férias escolares, respeitando os feriados Nacional, Estadual e Municipal conforme esta normativa, ficando os dias letivos a serem reorganizado caso fizer necessário pelos profissionais da educação e Conselho Escolar, de acordo com o P.P.P. da unidade e a Resolução Normativa 002/2009/CEE/MT, devendo ser encaminhado para ciência da SEMED, impreterivelmente, até 18/02/16.

§ 1º - O calendário escolar após aprovado pela comunidade escolar e Secretaria de Educação não poderá ser alterado, exceto, em casos excepcionais.

§ 2º - Para efeito de elaboração do calendário escolar, considerar-se-á o mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar e o mínimo de 800 horas/aula anuais, conforme Artigo 24 da LDB 9.394/96.

§ 3º – O calendário da Educação Infantil deverá respeitar o mínimo de 200 dias letivos respeitando os feriados Nacional, Estadual e Municipal, bem como garantir o período anual de férias para crianças e funcionários, conforme orienta os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil - MEC e conforme documento expedido pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, Ofício nº 067/2010 – CEE/MT.

§ 4º - Serão considerados dias letivos as atividades escolares extraclasses, (dia dos pais, mães, crianças, festa junina, culminância de projetos) desde que contemplados na proposta pedagógica P.P.P. e calendário escolar, com participação dos alunos, efetivo planejamento e trabalho pedagógico dos docentes na unidade de ensino.

§ 5º - Não serão considerados dias letivos:

I – Festival do pastel e similares;

II – Reuniões em geral;

III - Assembleias;

IV – Ponto facultativo;

V – Funeral.

CAPÍTULO II

DO CADASTRO/MATRÍCULA E FORMAÇÃO DE TURMAS

SEÇÃO I

SOLICITAÇÃO DE VAGA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

(0 a 3anos e de 4 e 5anos)

Artigo 4º - A solicitação de vaga na Educação Infantil será efetivada através de cadastro na unidade escolar.

Artigo 5º - O cadastro deverá ser efetuado pelo preenchimento de ficha de solicitação de vaga contendo dados e informações relativas à criança e à sua família, conforme anexo I.

Parágrafo Único – Os dados e informações do cadastro referido no “caput” deste artigo serão analisados pelo Conselho Escolar da Unidade de Ensino obedecendo à ordem de prioridades definidas nesta normativa.

SEÇÃO II

DA MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Artigo 6º - Programação Cronológica das matrículas na Rede Municipal de Ensino:

a) 07/12/15 a /11/12/15	Renovação de matrícula dos alunos já atendidos na Unidade de Ensino;
b) 14 e 15/12/2015	Matrículas para os alunos matriculados nos CEIs que ingressarão na E.I de 04 anos;
b) A partir do dia 16/12/15	Matrículas dos novos alunos na Unidade de Ensino.

§ 1º - As matrículas na Educação Infantil ocorrerão após análise dos cadastros, referendadas pelo Conselho Escolar da Unidade, seguindo as orientações dos Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil – MEC, “[...] o acesso às vagas respeitará o critério de equidade social sempre que a demanda superar a oferta de matrículas nas Instituições Municipais de Educação Infantil”. Para a efetivação da matrícula deverá seguir os critérios abaixo relacionados:

a) Crianças em situação de risco (vulnerabilidade social, com deficiência e risco nutricional);

b) Preferencialmente filhos de mães ou responsáveis que tenham vínculo empregatício;

c) Proximidade de residência com a unidade. (ECA – Art.53, V).

d) Filho de funcionário da referida Unidade de Ensino;

§ 2º - Da documentação exigida:

Foto 3x4;

a) Certidão de nascimento da criança ou RG/CPF;

b) Cartão de vacinação atualizado;

c) Comprovante de residência;

d) RG da mãe, pai ou responsável;

e) Preenchimento da ficha de matrícula e termo de responsabilidade;

f) Cartão bolsa família;

g) Cartão SUS;

h) Comprovante de vínculo empregatício (somente para os CEIs)

i) tipo sanguíneo para os alunos novos e para os já matriculados e ainda não apresentou;

Artigo 7º - Caso a criança não tenha documentos, a mesma não será impedida de efetuar a inscrição e matrícula, mas a família deverá ser orientada a procurar a Promotoria Pública a fim de que estes sejam providenciados no prazo de 30 dias.

Artigo 8º – A transferência de crianças entre Escolas do Ensino Fundamental que ofertam Educação Infantil terá prioridade para as vagas existentes, desde que haja mudança de endereço. Não havendo esta disponibilidade no decorrer do ano, poderá ser matriculada antes do ingresso de alunos novos, no ano seguinte.

Artigo 9º - A matrícula da criança na Educação Infantil.

Parágrafo Único – A criança com 03 (três) faltas consecutivas e/ou 05 (cinco) faltas intercaladas no mesmo mês, sem justificativa, será comunicado ao Conselho Tutelar, Ministério Público e à Secretaria Municipal de Educação, conforme anexo II.

SEÇÃO III

DA MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Artigo 10 – A matrícula no Ensino Fundamental – 1ª Fase do I Ciclo será destinada aos alunos que completarem 06 anos de idade, até 31/03/2016, conforme disposto na Resolução Normativa 003/2014 do CEE/MT.

Artigo 11 – O aluno que ingressar no ensino fundamental com 07 anos de idade, mesmo sem experiência escolar, deverá ser matriculado na 2ª Fase do I Ciclo, conforme disposto no art. 27 da Resolução Normativa 002/2009 do CEE/MT;

Parágrafo Único – Caberá à unidade desenvolver um projeto de atendimento diferenciado ao aluno que ingressar fora da idade regular.

Artigo 12 – A matrícula na EJA, I Segmento, será destinada aos alunos a partir dos 15 anos completos conforme o disposto no Art. 5º da Resolução 003/2010/CNE/CEB.

SEÇÃO IV

da formação de turmas NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Artigo 13 - Para as unidades municipais de ensino que ofertam a educação infantil fica estabelecida a formação de turmas com base no micro planejamento para 2016 e, tendo como referência o espaço físico de 1,50m2 para crianças de 6 meses a 5 anos, conforme estabelece o Protocolo de Ação da Vigilância Sanitária – ANVISA e Parâmetros Básicos de Infra estrutura para as Instituições de Educação Infantil/MEC.

Artigo 14 – Os parâmetros para a organização dos grupos deverão respeitar as condições concretas de desenvolvimento das crianças e suas especificidades:

§ 1º - Nas Unidades de Ensino onde há alunos com deficiência e que apresentam necessidade constante de auxílio nas atividades de higiene, locomoção e alimentação no cotidiano escolar, será disponibilizado um estagiário por período. Caso haja necessidade de mais estagiário por período, a Secretaria de Educação realizará análise com emissão de parecer para posterior encaminhamento;

§ 2º - As turmas que receberem alunos com deficiência terão redução de 10% do número de alunos, respeitando a quantificação máxima de 02 (dois) alunos com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento por agrupamento ou turma nas classes comuns, conforme CEE/MT Resolução 001/2012. Havendo a necessidade de ampliação de atendimento considerar-se-á a redução de 15%.

§ 3º - Para as crianças que ingressarem na Educação Infantil em 2016, serão consideradas as seguintes idades:

a) Berçário	06 meses a 01 ano e 09 meses
b) Maternal	02 anos até 31/03/2016
c) Jardim	03 anos até 31/03/2016
d) Pré I	04 anos até 31/03/2016
e) Pré II	05 anos até 31/03/2016

§ 4º - A quantidade mínima de crianças para abertura de turmas/agrupamento será de 22 (vinte E duas crianças), respeitando a metragem que determina o Artigo 10 desta normativa.

§ 5o – A quantidade máxima de crianças por agrupamento ou turma deverá ser proporcional ao tamanho das salas que ocupam.

SUBSEÇÃO I

DA ORGANIZAÇÃO EM AGRUPAMENTOS DE CRIANÇAS DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL.

Artigo 15 - As Escolas Municipais do Ensino Fundamental que atendem a Educação Infantil havendo a possibilidade deverão ter salas reservadas para uso exclusivo das crianças de 04 a 05 anos.

Artigo 16 – A organização dos grupos de crianças levará em consideração a Proposta Pedagógica e o espaço físico, permitindo a seguinte relação criança/adulto e criança/docente, conforme Parecer 17/2012 - CNE/CEB No 06/06/2012 e Resolução 002/2009 CEE/MT:

BERÇÁRIO DE 06 MESES A 01 ANO E 09 MESES	08 CRIANÇAS(01 PROFESSOR 01 MONITORES)
MATERNAL 02 ANOS	15 CRIANÇAS (01 PROFESSOR E 01 MONITOR)
JARDIM 03 ANOS	15 CRIANÇAS (01 PROFESSOR E 01 MONITOR)
PRÉ I 04 ANOS	22 a 30 CRIANÇAS (01 PROFESSOR)
PRÉ II 05 ANOS	22 a 30 CRIANÇAS (01 PROFESSOR)

Paragrafo Único – A quantidade mínima de crianças para abertura de turmas/agrupamento de Pré I e Pré II será de 22 (vinte e duas) crianças e a máxima de 30. As turmas/agrupamento com 30 (trinta) crianças terão um professor e um monitor.

Artigo 17 – Nas escolas Municipais do Campo que atendem a Educação Infantil a organização das turmas se dará da seguinte forma:

a) Pré I – 04 anos - Até 18 crianças por adulto;

b) Pré II – 05 anos – Até 18 crianças por adulto;

§ 1º – Nas unidades escolares onde não houver espaço físico para o atendimento por turmas, funcionarão em regime de multiagrupamento até 25 alunos.

SEÇÃO V

da formação de turmas Nas escolas municipais de ensino fundamental DA ZONA URBANA E ESCOLAS DO CAMPO.

Artigo 18 - As turmas do ensino fundamental serão formadas observando e considerando o espaço físico das salas de aulas que é de 1,20m2 a 1,40m2, sendo que Mato Grosso optou por 1,37m2 por aluno.

I - Conforme preceitua o artigo anterior, fica estabelecido que as Escolas Municipais de Ensino Fundamental adotem as seguintes formações de turmas:

Ciclos/Segmentos	Número de alunos por fase / ano
I Ciclo	24
II Ciclo	24
III Ciclo	30
I Segmento – EJA –	18 a 20

II - Conforme preceitua o artigo anterior, fica estabelecido que as **Unidades Municipais do Campo** adotem as seguintes formações de turmas:

Ciclos/Segmentos	Número de alunos por fase / ano
I Ciclo	15
II Ciclo	15
III Ciclo	25
I Segmento – EJA	18 – 20
Salas Multifases	
I Ciclo / II Ciclo	15 – 21

§ 1º - Somente serão consideradas a formação de turmas que obedecerem rigorosamente os critérios de composição descritos nos incisos I e II do artigo 18 desta normativa.

§ 2º - As turmas que receberem alunos com deficiência terão redução de 10% do número de alunos, respeitando a quantificação máxima de 02 (dois) alunos com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento por agrupamento ou turma nas classes comuns, conforme CEE/MT Resolução 001/2012. Havendo a necessidade de ampliação de atendimento considerar a redução de 15%.

§ 3º - As turmas do ensino fundamental da zona urbana, que no decorrer do ano letivo vigente, não tiverem frequência diária de no mínimo 24 alunos, e no I Segmento da EJA de no mínimo 18 alunos, salas de ano único, no início do segundo semestre, serão colocadas sob análise da SEMED para remanejamento desde que haja oferta na Unidade ou em Unidades próximas considerando as especificidades quanto à localização e oferta.

§ 4º - As escolas que ofertam o I Segmento da EJA que não atingirem o número de alunos previsto no Inciso I, funcionarão em regime multianual com um mínimo de 15 alunos por turma;

§ 5º - As turmas multianuais do I Segmento da EJA que tiver na matrícula e frequência no total de 22 alunos serão divididas e formarão 02 (duas) turmas, que somente poderão ser deliberadas após autorização da SEMED que avaliará as especificidades caso a caso;

§ 6º - As Unidades Municipais do Campo (multianual) que não atingirem o número de alunos previstos no inciso II, Art. 16 desta normativa, funcionarão em regime multifase com um mínimo de 11 alunos e máximo de 20 alunos por turma.

§ 7º - As escolas do campo que atenderem no regime multifase abrirão turmas com o mínimo de 11 alunos com raríssima exceção.

§ 8º - A unidade do campo que tiver alunos da Educação Infantil com número insuficiente para abertura de turma, deverá reagrupá-los, juntamente com os alunos do I Ciclo, no máximo 20 alunos por sala.

§ 09º - As Unidades Municipais do Campo que ofertarem o I Segmento da EJA que não atingirem o número de alunos previstos no inciso II, Art. 16 desta normativa, funcionarão em regime multifase com um mínimo de 11 alunos por turma.

§ 10 - As turmas em regime multifase do I Segmento EJA das escolas do campo que tiver frequência diária no total de 24 alunos ou mais serão divididas e formarão 02 (duas) turmas, que somente poderão ser deliberadas após autorização da SEMED que avaliará as especificidades caso a caso.

SEÇÃO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 19 – Caberá a Secretaria Municipal de Educação acompanhar o cumprimento desta normativa.

Artigo 20 - Os casos omissos desta normativa serão definidos, posteriormente, junto a Comissão de Elaboração desta normativa, composta pelos membros abaixo:

1- Arlete Silva dos Santos

2- Cirlene Ferreira Cabral

3- Eleine Carrijo Machado de Melo

4- Ivanilda Rodrigues Saraiva Deolindo.

Artigo 21 - Esta normativa entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a partir do ano letivo de 2016, revogada a Normativa Nº. 001/2015, e as disposições em contrário.

Pedra Preta, 30 de Novembro de 2015.

FICHA DE MATRÍCULA

Data da matrícula:	/ /			
Nome da Criança:				
Data Nascimento:	/ /	Local:		
Pai:		Escolaridade:		
Profissão:		Local Trab:		Fone:
Mãe:		Escolaridade:		
Profissão:		Local Trab:		Fone:
Endereço:				
Ponto referencia:				
Telefones para recado:				
E-mail do responsável:				
Reside com: ( ) Mãe ( ) Pai ( ) Madrasta ( ) Padrasto ( ) Avós maternos ( ) Avós Paternos	( ) Outros			
Renda familiar:		Recebe Bolsa Família? ( ) Sim ( ) Não	( ) Outros – Qual	
Reside em:	( ) Casa própria ( ) Alugada ( ) Arrendada ( ) Cedida ( ) Invadida	( ) Outra- Qual		
Tipo de construção: ( ) Tijolo/Alvenaria ( ) Madeira ( ) Outra- Qual				
Quanto tempo mora neste endereço?		Quantidade de pessoas que moram na casa:		
Tipo Sanguíneo:				
Possui irmãos que estudam nesta Unidade? ( ) Sim ( ) Não Caso Sim :				
NOME		**AGRUPAMENTO**		
Como foi o parto?		APGAR?	Controla urina e fezes? ( ) Sim ( ) Não	
Tem algum hábito para dormir? ( ) Sim ( ) Não	( ) Qual			
Como é o sono da criança?		Quais doenças já teve ou tem?		
Já sofreu alguma intervenção cirúrgica? ( ) Sim ( ) Não	Qual?			
Sofreu algum acidente? ( ) Sim ( ) Não	Qual?		Ficou sequela? ( ) Sim ( ) Não	
É alérgico a:				
Faz uso de algum medicamento? ( ) Sim ( ) Não	( ) Qual?			
É Portador de Necessidade Especial? (especificar)				
Faz acompanhamento médico?				
Ele (a) tem algum problema de fala? Qual?				
Ele (a) já teve algum problema de ouvido?				
Ele (a) costuma: ( ) Chupar dedo ( )Chupar chupeta ( ) Mamadeira ( ) Chupar roupas/objetos ( ) Roer unha				
A criança deve ser entregue para:				
Algum comentário que gostaria de fazer sobre a criança?				
Você autoriza a publicação ***(Termo anexo)*** de fotos do seu filho (a) para fins educativos? ( ) Sim ( ) Não -				
QUADRO DE MATRÍCULA				
ANO LETIVO	**FASE/CICLO**	**TURMA**	**TURNO**	**ASS. RESPONSÁVEL**
ASS. DO RESPONSÁVEL PELA MATRÍCULA	**ASS. DO (A) SECRETÁRIO (A)**	**ASS. DO (A) DIRETOR (A)**		

ATUALIZAÇÕES CADASTRAIS

_____

_____

_____

OBSERVAÇÕES: (Encaminhamentos, ocorrências, outros).

_____

_____

_____

_____

FICHA DE SOLICITAÇÃO DE VAGA

Data da solicitação da vaga:	/ /			
Nome da Criança:				
Data Nascimento:	/ /	Local:		
Pai:		Escolaridade:		
Profissão:		Local Trab:		Fone:
Mãe:		Escolaridade:		
Profissão:		Local Trab:		Fone:
Endereço:				
Ponto referencia:				
Telefones para recado:				
E-mail do responsável:				
Reside com: ( ) Mãe ( ) Pai ( ) Madrasta ( ) Padrasto ( ) Avós maternos ( ) Avós Paternos	( ) Outros			
Renda familiar:		Recebe Bolsa Família? ( ) Sim ( ) Não	( ) Outros – Qual	
Reside em:	( ) Casa própria ( ) Alugada ( ) Arrendada ( ) Cedida ( ) Invadida	( ) Outra- Qual		
Tipo de construção: ( ) Tijolo/Alvenaria ( ) Madeira ( ) Outra- Qual				
Quanto tempo mora neste endereço?		Quantidade de pessoas que moram na casa:		
Tipo Sanguíneo:				
Possui irmãos que estudam nesta Unidade? ( ) Sim ( ) Não Caso Sim :				
NOME		**AGRUPAMENTO**		
Como foi o parto?		APGAR?	Controla urina e fezes? ( ) Sim ( ) Não	
Tem algum hábito para dormir? ( ) Sim ( ) Não	( ) Qual			
Como é o sono da criança?		Quais doenças já teve ou tem?		
Já sofreu alguma intervenção cirúrgica? ( ) Sim ( ) Não	Qual?			
Sofreu algum acidente? ( ) Sim ( ) Não	Qual?		Ficou sequela? ( ) Sim ( ) Não	
É alérgico a:				
Faz uso de algum medicamento? ( ) Sim ( ) Não	( ) Qual?			
É Portador de Necessidade Especial? (especificar)				
Faz acompanhamento médico?				
Ele (a) tem algum problema de fala? Qual?				
Ele (a) já teve algum problema de ouvido?				
Ele (a) costuma: ( ) Chupar dedo ( )Chupar chupeta ( ) Mamadeira ( ) Chupar roupas/objetos ( ) Roer unha				
A criança deve ser entregue para:				
Algum comentário que gostaria de fazer sobre a criança?				
Você autoriza a publicação ***(Termo anexo)*** de fotos do seu filho (a) para fins educativos? ( ) Sim ( ) Não -				
QUADRO DE MATRÍCULA				
ANO LETIVO	**FASE/CICLO**	**TURMA**	**TURNO**	**ASS. RESPONSÁVEL**
ASS. DO RESPONSÁVEL PELA MATRÍCULA	**ASS. DO (A) SECRETÁRIO (A)**	**ASS. DO (A) DIRETOR (A)**		

ATUALIZAÇÕES CADASTRAIS

OBSERVAÇÕES: (Encaminhamentos, ocorrências, outros).

Anexo

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

_____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, residente_____, autorizo o uso e veiculação da imagem do(a) aluno(a) _____, em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada em campanhas institucionais desta unidade de ensino e também da Secretaria Municipal de Educação de Pedra Preta, sejam destinadas à divulgação ao público em geral e/ou apenas para alunos da escola.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, sob qualquer forma e meios, ou seja, em destaques: out-door; bus-door, folhetos em geral (encartes, mala-direta, catálogo, etc.); folder de apresentação; anúncios em revistas e jornais em geral; home page; blog da escola; carteira de identificação; carteira da biblioteca; cartazes; back-light; mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Sites de redes sociais.

Por ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito da imagem de meu filho, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à sua imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Pedra Preta, _____ de _____ de _____

_____

Responsável Legal

Anexo 2

Ficha de notificação compulsória de casos suspeitos ou confirmados de

MAUS-TRATOS OU ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Definição de caso: Suspeita ou confirmação de violência. Considera-se violência como o uso intencional de força física ou do poder, real ou em forma de ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002). **Atenção: Em casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, em todas as suas formas a notificação deve ser obrigatória e dirigida aos Conselhos Tutelares**	

e/ou autoridades competentes (Juiz da Infância e Juventude, Ministério Público e/ou Delegado de Polícia local), de acordo com os arts. 13 e 56, inciso I da Lei n° 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. A omissão importa na prática da infração administrativa tipificada no art. 245, do mesmo Diploma Legal. Para os efeitos da lei, são consideradas crianças as pessoas de zero a 12 anos incompletos e adolescentes as pessoas com idade entre 12 e 18 anos incompletos.			
1 - Preencher a ficha de notificação em 4 vias e encaminhar a 1ª e 2ª vias ao Conselho Tutelar ou demais autoridades acima referidas, arquivando a terceira na escola e enviando a quarta para Secretaria competente. O encaminhamento deve ocorrer imediatamente após a suspeita ou confirmação da violência. **3 - Prestar o atendimento inicial à criança e orientar os pais ou responsável.** **2 - Encaminhar a criança/adolescente ao Conselho Tutelar, se possível com avaliação técnica e sugestão de encaminhamento.**			
IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE	**Nome:** _____. Data de Nascimento: ____/____/____. Sexo: ( ) Fem., ( ) Masc. Etnia/cor: ( ) branca, ( ) parda, ( ) negra, ( ) oriental. Nome da mãe: _____. Nome do pai: _____. Endereço de residência: _____ Ponto de referência: _____. Telefone para contato: (____) _____.	**Com quem vive:** ( ) Pai, ( ) Mãe ( ) Padrasto, ( ) Madrasta ( ) Tio, ( ) Tia ( ) Avô, ( ) Avó ( ) Irmão(ã,aos,ãs) Outros: _____	**Apresenta deficiência ou transtorno:** ( ) física ( ) mental ( ) visual ( ) auditiva ( ) transtorno mental ( ) outra: _____. ( ) não observada
Estuda? ( ) sim, ( ) não. Fase/Ciclo: _____. Turno ( ) M, ( ) V, ( ) N. Escola: _____			
CARACTERIZAÇÃO DOS MAUS-TRATOS / VIOLÊNCIA	**Suposto agressor:** ( ) Pai, ( ) Mãe, ( ) Padrasto, ( ) Madrasta, ( ) Outro(s): _____ Nome do(s) suposto(s) agressor(es): _____ Se violência sexual, descrever: _____ **Tipo(s) de violência:** ( ) Negligência ( ) Física ( ) Psicológica/moral	**Características da agressão:** ( ) uma vez, ( ) mais de uma vez **Data ou Período da agressão:** ___/___/___ a ___/___/___ **Horário aproximado da agressão:** ____h____min **Local:** ( ) residência ( ) habitação coletiva ( ) escola ( ) local de prática esportiva ( ) bar ou similar ( ) via pública ( ) comércio/serviços ( ) indústrias/construção ( ) outro: _____ **Endereço**: _____	

	( ) Tortura ( ) Sexual ( ) Tráfico de humanos ( ) Financeira/econômica ( ) Trabalho infantil ( ) Outro: _____	_____ _____ _____.	
DENUNCIANTE	**Denunciante:** ( ) Própria criança/adolescente ( ) Outro. Especificar grau de relacionamento: _____ _____	**CONDUTA**	**Conduta realizada:** ( ) Encaminhamento a outros profissionais ou serviços. Especificar: _____ _____. Sinais de Violência: _____ _____ __ _____ _____ _____
TEL. ÚTEIS	Conselho Tutelar - **Fones: (66) 3486 1165 Cel.: (66) 9616 1101** Assistência Social : **(66) 3486 1579** Polícia militar: **190**		
RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO	Data: ____/____/____. Unidade notificadora: _____. Responsável pela notificação: _____ ___ Assinatura: _____. Responsável pela unidade: Carimbo e Assinatura		

OBS: A notificação não constitui, em si, providência ou encaminhamento, mesmo quando dirigida ao Conselho Tutelar. As requisições de serviço efetuadas pelo Conselho Tutelar devem ser atendidas com a mais **absoluta prioridade**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015 RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é**"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGA EM BOTIJÃO DE GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP P 13.". S**agrou-se vencedora a empresa **DISBEMOL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS MOLINA LTDA,** com o valor de **R$ 112.850,00** (Cento e doze mil oitocentos e cinquenta reais). Na fase de habilitação a concorrente atendeu ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 27 de Novembro de 2015.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 017/2015, tendo por OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGA EM BOTIJÃO DE GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP P 13.**

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 – Centro – Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Sinvaldo Santos Brito**, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG 865.252 SSP/BA e CPF 090.597.765-34, residente e domiciliado a Rua Amazonas, Bairro Centro, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT em obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555,de 08/08/2000, 3.931 de 19/07/2001 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 017/2015 Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora(s) que incidirá no valor dos MATERIAIS, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alçada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento de registrar o preços UNITARIOS obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 017/2015; enquanto o objeto MEDIATO será contratação futura da empresa **DISBEMOL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS MOLINA LTDA**, com o **CNPJ N° 08.775.117/0001-59**, visando o fornecimento dos MATERIAIS constantes do aludido do anexo 1 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do anexo 1 que acompanhou o Edital da licitação estimadas, podendo, nos limites do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, MARCA E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, marca, fornecedor, e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço, e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2- Registro de Preço da empresa **DISBEMOL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS MOLINA LTDA** inscrita no CNPJ sob o Nº **08.775.117/0001-59** localizada na **rua** Thiago Magalhães Nunes**,** nº 620**,** Bairro Centro cidade de Peixoto de Azevedo – MT CEP 78.530-00 representada pelo seu Sócio senhor **Andre Aparecido Molina** CPF nº **487.876.711-15** RG sob o nº **05148650** SEJSP/MT residente e domiciliado na Travessa A, nº 50, Bairro Jardim Alvorada, cidade de Peixoto de Azevedo – MT.

Planilha demonstrativa dos preços

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	**279891**	**Carga de Gás de Cozinha GLP – Residencial, acondicionado em botijão de 13 kg, retornável, composição básica propano e butano**	unid.	**1.525**	Nacional Gás	R$ 74,00	R$ 112.850,00
TOTAL GERAL.....		**R$ 112.850,00**					

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decretos nº 3.931/01 e 3.555/00.

3.2. Regularmente convocado para retirar a solicitação de empenho, o fornecedor cumprirá faze-lo no prazo mínimo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pela Prefeitura, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.

3.4. A assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços, por acordo entre as partes, poderá ser prorrogado por um perco de 12 (doze) meses, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme determina o Art. 4 do Decreto nº 3.931/2001.

4.3. Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir os MATERIAIS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas clausulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerencia da Ata de Registro de Preços ficará cargo da Prefeitura, nos termos das normas que regem a matéria e normalizações internas.

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgão e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.

5.3. Os órgão ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação previa ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT.

5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos MATERIAIS.

6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.

6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, órgão gerenciador Cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador realizará nova Pesquisa de preços.

6.6. Nos preços unitários registrados esta incluída todas as despesas e taxas de qualquer Espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que Verificará e confrontará qualidade do MATERIAL entregue com o especificado no Termo de Referencia.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do MATERIAL.

7.3. Em se verificando vícios ou defeitos no MATERIAL, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para pagamento.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega do MATERIAL será realizada pelo Fiscal do Contrato.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo os órgão adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto após recebimento da Solicitação de ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará expedição da solicitação de empenho ou documento similar e notificará empresa para proceder à retirada do mesmo.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.

8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da Solicitação de ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da Solicitação de ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos MATERIAIS, o esgotamento dos MATERIAIS será o limite mínimo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.7. Na hipótese do Item 8.6, órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá restante dos MATERIAIS das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para esse mesmo item.

8.8. A empresa vencedora deverá encaminhar as páginas dos jornais com as respectivas publicações do período para o endereço desta prefeitura.

8.9. Os MATERIAIS serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.10. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referencia;

8.10.1. Em se verificando problemas na entrega dos MATERIAIS, a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.11. Os MATERIAIS, a cada requisição, deverão ser executados de uma só vez no local indicado no Item 8.8 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente á data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos MATERIAIS poderá ser fracionada e/ou prorrogada.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e Previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.

9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

9.3. Responder ás notificações no prazo estabelecido.

9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.

9.5. Efetuar a execução o do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referencia.

9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.

10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgão aderentes. (em casos de adesão).

10.3. Encaminhar copias da ARP aos órgãos aderentes.

10.4. Conduzir o procedimento de sinalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.

10.4.1. Caberão órgão aderente a aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das clausulas desta ata, devendo ser encaminhada copias para conhecimento da decisões de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.

10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.

10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Órgão gerenciador ou aderente fiscalizará exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.

11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

a) O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

b) O fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Instrumento;

c) O fornecedor não retirar a solicitação de empenho no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa aceita pelo fiscal do contrato do órgão gerenciador ou órgão aderente;

d) O fornecedor, na execução do contrato, incorrer numa das hipóteses enumeradas nos artigo 13º do Decreto nº 3.931/2001 e no artigo 78 da Lei nº 8. 666/93;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado nos autos;

f) Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência.

12.2. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1. A Prefeitura efetuará retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for ocaso;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancaria emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu credito.

14.2. A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.

14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado para regularizar.

14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá prazo de 15 (quinze) dias para proceder à Regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Departamento Administrativo do órgão gerenciador para as providencias cabíveis.

14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixa-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.

14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.

14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderá ser corrigidos pela variação do ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.

15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo mansão expressa ao número da Solicitação de Empenho e contendo todos os dados da mesma.

15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da Solicitação de ordem de fornecimento.

15.3. Todos os tributos incidentes sobre os materiais ou serviços deverá estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável á espécie.

15.4. No documento de cobrança deverá constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o deposito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da Solicitação de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a Solicitação de ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a previa defesa, de conformidade com o art. 13 do Decreto nº 3.931/2001 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93:

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos.

b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará empresa, á multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar á vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da Prefeitura, será aplicado o limite mínimo temporal previsto para a penalidade que è de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto á Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, /c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.

16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminha-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

16.7. Será publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

16.8. O Possível órgão aderente a ARP será o responsável pelas sanções administrativas Aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelos Decretos nº 3.931/2001, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1- Considerando o prazo de validade estabelecido na clausula quarta da ata e, em atendimento ao órgão do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º 1º da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão Presencial nº 017/2015, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

17.2- Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis á espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se ás disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital de Pregão Presencial nº 017/2015 e Termo de Referência;

b) Ata da Sessão Pública;

c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

a) Modifica-lo, unilateralmente, para melhor adequação ás finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor;

b) Cancela-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;

d) Fiscalizar o fornecimento dos MATERIAIS.

e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.

20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Rua Ministro César Cals nº 226 Centro- Peixoto de Azevedo /MT

Secretaria Municipal de Administração

SETOR DE LICITAÇAO E CONTRATOS

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, 2º do Código Civil.

21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Clausula ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhando-a ao Prefeito para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, AMM em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

22.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em

02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerencia Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo - MT, 27 de Novembro de 2015

EMERSON NUNES FREITAS	CECÍLIA PEREIRA DA SILVA
Pregoeiro	Membro da Equipe

MARCOS JUNEOR CERVANTES	SINVALDO SANTOS BRITO
Membro da Equipe	Prefeito Municipal

LEI N° 094/91 DE

LEI N° 094/91 DE 26 DE ABRIL DE 1991

Institui o Fundo Municipal

De Saúde e dá outras

Providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEDO

Faço saber que a câmara municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1° - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerencia dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde, que compreendem:

I - O atendimento à saúde universalizado, integral, regionalizado e hierarquizado;

II - A Vigilância sanitária;

III - A vigilância Epidemiológica e ações de saúde de interesses individuais e coletivos correspondentes;

IV - O controle é a fiscalização das agressões ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente de trabalho, em comum acordo com as organizações competentes das esferas Federal e Estadual.

CAPITULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

SEÇÃO I

DA SUBORDINAÇÃO DO FUNDO

Art. 2° - O Fundo Municipal de Saúde ficará subordinado diretamente ao Secretário Municipal de Saúde.

I – Gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer políticas de aplicações dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde.

II – Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no plano Municipal de Saúde;

III - Submeter ao o Conselho Municipal de Saúde o plano de aplicação e cargo do Fundo, em consonância com o plano Municipal de Saúde e com Lei de Diretrizes Orçamentárias.

IV - Submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receitas e despesas no Fundo;

V - Encaminhar a contabilidade geral do município a demonstrações mencionados no inciso anterior;

VI - Subdelegar competência aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde que integram a rede Municipal;

VII - Assinar cheques com responsável pela tesouraria, quando for o caso;

VIII - Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do fundo;

IX - Firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com Prefeito, referentes a recursos que serão administrados pelo fundo.

Seção III

DA COORDENAÇAO DO FUNDO

Art.4º - São Atribuições do Coordenador do Fundo:

I - Preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde;

II - Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e os recebimentos das receitas do Fundo;

III – Manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com Carga ao Fundo;

IV - Encaminhar a contabilidade geral do município;

a) - Mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas; b) - Trimestralmente, os inventários de estoques de medicamentos e os instrumentos médicos; c) - Anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e Balanço Geral do Fundo.

V - Firmar com o responsável pelo controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;

VI - Preparar um relatório de acompanhamento da realização das ações de saúde para serem submetidos ao Secretário Municipal de Saúde;

VII – Providenciar, junto à contabilidade geral do município, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira geral do Fundo Municipal de Saúde;

VIII – Apresentar, ao Secretário Municipal de Saúde, análise e avaliação da situação econômica financeira do Fundo Municipal de Saúde decretada nas demonstrações mencionadas:

IX - Manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para saúde;

X - Encaminhar mensalmente, ao secretário municipal de saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação de produção de serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior;

XI - Manter o controle e avaliação da produção das unidades integrantes da rede Municipal de Saúde;

XII - Encaminhar mensalmente, ao secretário municipal de saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela rede Municipal de Saúde.

Seção IV

DOS RECURSOS DO FUNDO

SUBSESSÃO I

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 5º São receitas do fundo:

I - As transferências oriundas do orçamento de Seguridade Social como decorrência do que dispõe o art. 30, VII, da Constituição da República;

Art. 6° - Constituem ativos do Fundo Municipal de Saúde:

I - Disponibilidade monetárias em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas especificadas;

II - Direitos que porventura vier a constituir;

III - Bens móveis e imóveis que forem destinados ao sistema de saúde do município;

IV - Bens móveis e imóveis doados, com ou sem ônus, destinados ao sistema de saúde;

V - Bens móveis e imóveis destinados à administração do sistema de saúde do município.

Parágrafo único - anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

SUBCESSÃO III

DOS PASSIVOS DO FUNDO

Art. 7° - constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde as obrigações de qualquer natureza que porventura município venha a assumir para manutenção e o funcionamento do Sistema Municipal de Saúde.

Sessão V

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SUBSEÇÃO I

DO ORÇAMENTO

II - Os rendimentos E os juros provenientes de aplicações financeiras;

III - O produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

IV -O produto da arrecadação da taxa de fiscalização sanitária e de higiene, multas e juros de mora por infrações ao código sanitária municipal, bem como parcelas de arrecadação de outras taxas já instituídas e daquela que o município vier a criar;

V - As parcelas do produtos da arrecadação da outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o município tenho direito a receber por força de lei e de convênios no setor;

VI – Doações em espécies feitas diretamente para este Fundo.

§ 1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberto e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I - Da existência de disponibilidade em função do comprimento de programação;

II - De prévia aprovação do Secretário Municipal de Saúde.

SUBSEÇAO II

DOS ATIVOS DO FUNDO

Art. 8º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e programas de trabalho governamentais, observados e plano plurianual e a lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§ 1° - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde integral orçamento do município, em obediência aos princípios da unidade.

§ 2° - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e as normas estabelecidos na legislação pertinente.

SUBSEÇAO II

DA CONTABILIDADE

Art. 9° - A contabilidade do Fundo Municipal de Saúde tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema Municipal de Saúde, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 10° - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente e de informar, inclusive de apropriar e apurar os custos dos serviços, e, consequentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 11° - A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1° - A contabilidade imitará relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2° - Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de Receita e de despesas do Fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente.

§ 3° - As demonstrações e os relatórios produzidos passaram a integrar a contabilidade geral do município.

SEÇÃO VI

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SUBSEÇÃO I

DA DESPESA

Art. 12 - Imediatamente após a promulgação da lei de orçamento, o Secretário Municipal de Saúde aprovará o quadro de cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executadoras do sistema Municipal de Saúde.

Parágrafo único - as contas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento e o comportamento da sua execução.

Art. 13 – Nenhuma despesa será realizada sem necessária autorização orçamentária.

Parágrafo único - Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por decreto do executivo.

Art. 14 - A despesa do Fundo Municipal de Saúde se constituirá de:

I - Financiamento total ou parcial programas integrados de saúde desenvolvidos pela secretaria ou com ela conveniados;

II - pagamento de vencimentos, salários, gratificações ao pessoal dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta que participem da execução das ações do artigo 1° da presente Lei;

III - Pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor saúde, observado o disposto no § 1° do artigo 199 da Constituição Federal;

IV – Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

V - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de móveis para adequação da rede física de prestação de serviços de saúde;

VI - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;

VII - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde;

VIII - Atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias a execução das ações e Serviços de Saúde mencionados no artigo 1° da presente lei.

SUBSEÇÃO II

DAS RECEITAS

Art. 15 – A execução orçamentaria das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

Art. 16 - Esta lei entra em vigor no primeiro dia útil do mês subseqüente ao da publicação desta Lei.

Art. 17 – Revogam-se as disposições em contrário.

Peixoto de Azevedo, 02 de Maio de 1991

ANICETO BOM AMI ROZANTI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2015

OBJETO: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA ETAPA DA PRAÇA SÃO CARLOS NO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA*-MT, COM RECURSOS ORIUNDOS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 187/2013/SECID, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E A PREFEITURA DE PLANALTO DA SERRA-MT. **FAVORECIDO**: **SEBASTIÃO A. BENTO DA SILVA – ME, CNPJ nº 20. 320.249/0001/91,** representada pelo Sr. SBASTÃO ABADIO BENTO DA SILVA, CPF: 632.346.531-00.**VALOR R$: 408.085,30.PERÍODO/PRAZO**: 150 dias.**FUNDAMENTO LEGAL**: Artigo 24, Inciso V, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.Ratifico a presente dispensa de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico e justificativa anexos.Gabinete da Prefeita Municipal, em 01 de Dezembro de 2015.ANGELINA BENEDITA PEREIRA- Prefeita Municipal

EXTRATO CONTRATO 076/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATO Nº 076/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATADA: FERNANDO PEREIRA DA ROCHA EPP

CNPJ: 08.314.292/0001-49

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL DE AGUAS PLUVIAIS NA AV. SANTO ANGELO, RUA RIO MANSO E RUA PROJETADA, LOC. NO BAIRRO CENTRO E NOSSA SENHORA APARECIDA, NO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT

VALOR GLOBAL: R$100.174,26

VIGÊNCIA: 12 MESES

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 077/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATO Nº 077/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATADA: JOSÉ ELIDIO DA SILVA

CPF: 283.060.072-04

OBJETO:SERVIÇO DE EMERGÊNCIA DE SERRAGEM DE PRANCHAS PARA PONTES NESTE MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT

VALOR GLOBAL: R$3.100,00

VIGÊNCIA: 15 DIAS

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CONVITE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CONVITE nº 004/2015, PROCESSO Nº 036/2015. A Comissão Permanente de Licitação do Município de Planalto da Serra - MT, torna público aos interessados que no CV **- N° 004/2015,** cuja abertura ocorreu às 14:00 horas horário do dia 03/09/2015, sagrou-se vencedora no certame a Empresa **LIMA E OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, **CNPJ nº 11.347.206/0001-09,** com o valor total de **R$ 24.000,00** (Vinte quatro mil reais).**JOSE SANT´ANA DE OLIVEIRA-PRESIDENTE DA CPL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 042/2015

P O R T A R I A No 042/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, Vereador **GONÇALO BEIJO DA COSTA NUNES**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os funcionários abaixo relacionados para compor a Comissão Inventariante, para que no prazo de 30 dias a contar da publicação desta Portaria, levante e reavalie os bens patrimoniais de todas as Unidades Administrativas da Câmara Municipal de Poconé, no exercício de 2015.

Rosane Fátima Pereira Leite – Presidente

Gilmar Giovani Campos de Oliveira – Membro

Aparecida Cristina Souza e Silva – Membro

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 23 de novembro de 2015.

Vereador Gonçalo Beijo da Costa Nunes

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR N° 009

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009

DIVULGA CLASSIFICAÇÃO GERAL PARA HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público da Câmara Municipal de Poconé – MT, nos termos dos itens 10.8, 10.10 e 10.10.1 do Edital de Abertura nº 001/2015, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando que não houve apresentação de recursos contra a Classificação Geral divulgada pelo edital complementar nº 008,

Considerando que todas as etapas do referido concurso público foram cumpridas regularmente,

Considerando a necessidade da homologação do Concurso Público nº 001/2015 para as demais providências,

RESOLVE:

I – Divulgar a Classificação Geral do Concurso Público nº 001/2015 para fins de homologação;

II – Comunicar que não mais será concedido prazo para apresentação de recursos na esfera administrativa conforme preceitua o Edital de Abertura nº 001/2015.

III – Informar que, para a convocação dos candidatos aprovados, será obedecida a ordem de classificação divulgada no anexo deste edital complementar, conforme os procedimentos mencionados nos itens 7.1. e 7.1.1 do Edital de Abertura do certame, que trata da convocação, *in verbis*:

7.1. O resultado final do concurso público será homologado pela Câmara Municipal de Poconé por meio de decreto, observado o prazo legal, e será publicado no site da Câmara e no Diário Oficial da AMM www.amm.org.br .

*7.1.1. As publicações relativas à convocação dos aprovados serão tornadas públicas por meio da Imprensa Oficial conforme o item **7.1**, sendo de responsabilidade da Câmara Municipal de Poconé a publicação e do candidato o acompanhamento de tais publicações.*

Poconé - MT, em 30 de Novembro de 2015.

Benedito Norberto da Silva

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/2015

DIVULGA CLASSIFICAÇÃO GERAL PARA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO

Cargo: Vagas Class. Disc.							
CONTADOR (1) 1 3 4							
ORDEM	**CANDIDATO**	**INSCRIÇÃO**	**PT**	**NP**	**PT**	**MP**	**RESULTADO**
1	FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO	2	6,5	0	0	7	APR
2	RUY MARCELO BARACAT DE OLIVEIRA	25	5,75	0	0,25	6	RES
3	RENATO LUCIO DA CONCEIÇAO E SILVA	10	5	0	0	5	RES
4	ELISANGELA RODRIGUES DE MATTOS	29	4,75	0	0	5	REP
5	JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM	22	4,5	0	0	5	REP
6	PAULO HENRIQUE CARVALHO AMEIDA	4	3,5	0	0	4	REP
7	JACKIÉLLEN DAYANNY DE ALMEIDA E SILVA	1	3,5	0	0	4	REP
8	ANA CLAUDIA DA SILVA	21	2,75	0	0	3	REP
9	JANUARIA LUCLECIA DA SILVA	26	2,75	0	0	3	REP
10	RAYANNE BENEDITA DA SILVA	30	1,5	0	0	2	REP
11	RUDSON GUEVARA DIAS	27	0	0	0	0	AUS

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO N° 328

RESOLUÇÃO Nº 328 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE PREENCHIMENTO DE CARGOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, nos termos regimentais vigentes, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Após reunião realizada no dia 27 de novembro de 2015, ficou definido o preenchimento dos cargos da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 001/2015 da Câmara Municipal de Poconé, instituída pela Resolução nº 326/2015 para apurar a responsabilidade do não envio dos documentos a Câmara Municipal relacionados às prestações de contas referentes aplicações de recursos do FETHAB no município de Poconé-MT, bem como ter acesso as prestações de contas, requeridos pelos requerimentos de nºs 012/2015 e 015/2015 de iniciativa do vereador Élson Gonçalves "Guti Neto", do PROS, aprovados por unanimidade nas Sessões Ordinárias, realizadas nos dias 06 de julho de 2015 e 01 de setembro de 2015, enca-

minhados ao Poder Executivo pelos Ofícios nºs 296, 297, 367 e 368/2015, recebidos em 13 de julho de 2015; 09 de setembro de 2015 e pela vereadora Ornella Falcão, do PSD, pelo Requerimento nº 008/2015, aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária, realizada no dia 03 de agosto de 2015, encaminhado ao Poder Executivo pelos Ofícios nºs 315 e 316/2015, recebidos nos dias 11 de agosto de 2015, ficando composta da seguinte forma:

Presidente: Verª. Edvânia U. M. de Almeida, do PMDB.

Relator: Ver. Jorge Getúlio da Silva, do PT.

Membro: Ver. Élson Gonçalves dos Santos, do PROS.

Art. 2º A presente Comissão Parlamentar de Inquérito terá o prazo de 30 dias a contar da publicação da Resolução para conclusão dos trabalhos.

Câmara Municipal de Poconé, em 27 de novembro de 2015.

Vereador Gonçalo Beijo da Costa Nunes

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 043/2015

P O R T A R I A No 043/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, Vereador **GONÇALO BEIJO DA COSTA NUNES**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica instituída uma Comissão Especial composta dos servidores abaixo relacionados para procederem à vistoria no imóvel localizado na Praça da Matriz, s/nº, de propriedade do Senhor José Francisco de Campos Filho, RG nº 285.505 SSP/MT, CPF nº 441.843.101-25, para fins de locação pela Câmara Municipal.

Juscelino José de Oliveira

Gilmar Giovani Campos de Oliveira

Zenilde da Conceição Arruda

Art. 2º A vistoria de que trata o art. 1º envolve toda parte física do imóvel, estrutural, elétrica, hidráulica e esgoto.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão Especial ora instituída serão considerados serviço público relevante.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 23 de novembro de 2015.

Vereador Gonçalo Beijo da Costa Nunes

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO N° 329

RESOLUÇÃO Nº 329 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE PREENCHIMENTO DE CARGOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, nos termos regimentais vigentes, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Após reunião realizada no dia 27 de novembro de 2015, ficou definido o preenchimento dos cargos da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 002/2015 da Câmara Municipal de Poconé, instituída pela Resolução nº 327/2015 para apurar possíveis irregularidades ocorridas no processo licitatório modalidade Pregão Presencial para aquisições de combustíveis para atender a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Poconé-MT - Processo de Licitação nº 1067/2015, sobre os itens adiante relacionados:

1 – Falsificação de assinatura de proprietário de um dos postos de combustíveis no recebimento do pedido para envio de orçamento/balizamento de preços dos produtos.

2 – Aumento desproporcional na quantidade dos produtos a serem adquiridos/consumidos no exercício 2015 com relação ao exercício 2014, no exercício de 2014 para aquisição de combustíveis Álcool (58.000 litros), Gasolina (233.360 litros), Diesel Comum (233.360 litros) e Diesel S10 (222.400 litros), conforme Ata de Registro de Preço nº 005/2014 totalizou-se R$ 2.920.897,00, para o exercício de 2015 para aquisições dos mesmo produtos Álcool Hidratado (81.000 litros), Gasolina (294.960 litros), Diesel Comum (578.160 litros) e Diesel S10 (590.400 litros) totalizou-se em R$ 5. 141.796,00 conforme Ata de Registro de Preço nº 002/2015.

3 – Solicitação para aquisições de combustíveis para Secretarias Municipais que não possuem veículos.

Presidente: Ornella R. Proença Moraes Falcão, do PSD.

Relator: Elson Gonçalves dos Santos, do PROS.

Membro: José Correa Filho, do PR.

Art. 2º A presente Comissão Parlamentar de Inquérito terá o prazo de 30 dias a contar da publicação da Resolução para conclusão dos trabalhos.

Câmara Municipal de Poconé, em 27 de novembro de 2015.

Vereador Gonçalo Beijo da Costa Nunes

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

A Câmara Municipal de Poconé – MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados o resultado da Tomada de Preços n° 001/2015, cujo objeto trata-se de: Contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra e materiais para prestação de serviços de execução de obras da Câmara Municipal de Poconé – MT,**data da realização: 27/11/2015 às 10h00min, que teve como vencedora a Empresa Braga Construções e Serviços** LTDA, CNPJ n° 09.302.764/0001-06, **com** valor global de R$ 553.039,11 (Quinhentos Cinquenta Três Mil e Trinta Nove Reais e Onze Centavos).

Poconé – MT, 27 de novembro de 2015.

Juscelino José de Oliveira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA NOVEMBRO/2015

Decreto nº 172/2015

Regulamenta a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de resíduos inertes, de que trata a Lei Complementar n. 123/2014

Data: 09/11/2015

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA NOVEMBRO/2015

Decreto nº 182/2015

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2015

Data: 27/11/2015

AVISO DISPENSA N.197/2015

(PROCESSO N.º369/2015)

O Prefeito de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna-se público a dispensa de Licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES DE BAIXA E MEDIA COMPLEXIDADE NAS CLINICAS MEDICAS (ADULTO/PEDIATRICA), CIRURGIA GERAL, CIRURGIA ORTOPÉDICA E ATENDIMENTO DE URGENCIA E EMERGENCIA, CONFORME PLANO OPERATIVO, A SER PRESTADO NO MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA, ABRANGENDO A REGIONAL DE SAUDE SUDOESTE MATO GROSSENSE, com valor total de R$989.478,16 (novecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos), visto A SOCIEDADE LACERDENSE DE BENEFICENCIA**,** inscrito no CNPJ:03. 395.807/0001-69, preencher as condições previstas no caput do artigo 24, inciso IV da Lei 8.666/93. Pontes e Lacerda/MT, 30 de novembro de 2015.

José Berion

Presidente da Comissão

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO NOVEMBRO/ 2015

Contrato n.º 147/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

Contratada: Empresa GUIMARÃES & BRETAS GUIMARAES LTDA-ME

Objeto: A CONTRATADA executará para o CONTRATANTE, prestação de serviços na realização da decoração natalina na Praça Miguel Gajardoni, Praça da Polícia Militar, Praça do Bezerrão, Casa da Memória, Trevo da BR 174 e Trevo entrada da cidade no município, conforme especificações e planilhas quantitativas anexas ao Edital de Pregão nº. 123/2015, bem assim a respectiva proposta, que passam a fazer parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem transcritas.

Disp. Gerais: modalidade Pregão nº. 123/2015

Valor: R$ 106.000,00

Data: 26/11/2015

Vigência: 31/12/2015

PREVI LACERDA
PORTARIA Nº. 202/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de SALÁRIO FAMÍLIA em favor da servidora **EVANIR MACHADO MOREIRA VARGAS".**

O Secretário de Administração do PREVI-LACERDA - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 20 da Lei Municipal n.º 1.391/2013, de 26 de junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º) Conceder o benefício SALÁRIO-FAMÍLIA, a servidora Sr.ª. **EVANIR MACHADO MOREIRA VARGAS**, efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, referente à **Nicolas Moreira Vargas,** seu filho menor de 14 (quatorze) anos, a partir de **24 de novembro de 2015** e com término em **04 de maio de 2029**, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2015.09.00161P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à **24/11/2015** data inicio do beneficio, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 24 de novembro de 2015.

Anderson da Silva Lima

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOL. CARTA CONVITE 06/2015

PUBLICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 71/2015

CARTA CONVITE 06/2015

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião no uso de suas atribuições que lhes são conferida, em consonância com resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e parecer emitido pela assessoria jurídica, torna publico aos interessados **HOMOLOGAÇÃO** do processo supramencionado referente ao objeto definido como: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE INFORMATICA, DESTINADO AO DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA SANITARIA.** e **ADJUDICA** os valores em favor da empresa **JS INFORMATICA–BORGES ALEXANDRE & CIA LTDA-ME-CNPJ**: **08021785/0001-90** que apresentou menor preço para os itens do único lote no valor total de**: 23.144,57 (vinte e três mil cento e quarenta quatro reais e cinquenta e sete centavos).**

Publique-se.

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 30 DE OUTUBRO DE 2015.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

PORTARIA N°. 432/2015

De: 30 de Novembro de 2015

"Prorroga Afastamento de Licença Saúde a servidora ***Elaine Machado de Araújo*** *e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o Afastamento de Licença Saúde **a** servidora **Elaine Machado de Araújo,** nomeada no cargo de Assistente Social lotada na Secretaria Municipal de Assistente Social, a partir de 01/11/2015 até 31/10/2016 conforme Atestado Médico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 30 de Novembro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 431/2015

De: 30 de Novembro de 2015

*"Prorroga Afastamento de Licença Saúde a servidora **Joana Lima da Silva** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o Afastamento de Licença Saúde **a** servidora **Joana Lima da Silva,** nomeada no cargo de Lavadeira lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/11/2015 até 30/06/2016 conforme Atestado Médico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 30 de Novembro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO 04/2015

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Processo: 004/2015

Modalidade: Pregão Presencial n. 001/2015.

Objeto: ***PREGÃO PRESENCIAL PARA A AQUISIÇÃO, E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS EM MDF, PUXADORES EM INOX, PARA USO NA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUERENCIA-MT.***

Realização: 16/11/2015

Horário: 09:00 horas (local)

O PREGOEIRO DA CAMARA MUNICIPAL DE QUERENCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, nomeado pela portaria 003/2015 de 07 de janeiro 2015. **TORNA PÚBLICO,** para conhecimento de todos os interessados, que:

1 – Considerando que o presente procedimento licitatório foi deflagrado com base na Lei 8.666/93 e alterações:

ADJUDICO em favor da empresa:

Vencedores:

AINE CAPELLARI MEI, lotes 01 e 02, totalizando o valor de 20.920,00 (vinte mil, novecentos e vinte reais).

MATIELLO NUNES & MEZZAROBA LTDA ME, lote 03, totalizando valor de 6.350,00 (Seis mil, trezentos e cinquenta reais)

Querência-MT, 30 de novembro de 2015.

Eli de Oliveira

Pregoeiro/Presidente da CPL.

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 1.536/2015

Divulga os dias de feriados nacional, estadual, municipal e ponto facultativo nas repartições públicas do Estado de Mato Grosso, do ano de 2016.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência - MT, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1° - Divulga os dias de feriado nacional, estadual, municipal e ponto facultativo no ano de 2016, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, autarquia e fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação de serviços considerados essenciais:

I- 01 de janeiro (sexta-feira) Confraternização Universal – feriado nacional;

II- 08 de fevereiro (segunda-feira) – ponto facultativo;

III- 09 de fevereiro (terça-feira) Carnaval – ponto facultativo;

IV- 25 de março (sexta-feira) Paixão de Cristo – feriado nacional;

V- 21 de abril (quinta-feira) Tiradentes – feriado nacional;

VI- 26 de maio (quinta-feira) Corpus Christi – ponto facultativo;

VII- 06 de junho (segunda-feira) Expoquer 2016 - (antecipa feriado de 25 de julho Dia Colono e Motorista);

VIII- 07 de setembro (quarta-feira) independência do Brasil – feriado nacional;

IX- 12 de outubro (quarta-feira) Nossa Senhora Aparecida – feriado nacional;

X- 28 de outubro (sexta-feira) Ponto facultativo em virtude do dia do Servidor Público;

XI- 31 de outubro (segunda-feira) Dia do Evangélico – feriado municipal;

XII- 02 de novembro (quarta-feira) Finados – feriado nacional;

XIII- 15 de novembro (terça-feira) Proclamação da República – feriado nacional;

XIV- 20 de novembro (domingo) Consciência Negra – feriado estadual;

XV- 08 de dezembro (quinta-feira) Nossa Senhora Imaculada – feriado municipal;

XVI- 19 de dezembro (segunda-feira) Aniversário Município – feriado municipal;

XVII- 25 de dezembro (domingo) feriado nacional;

XVIII- 31 de dezembro (sábado) ponto facultativo.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência – MT, 30 de novembro de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito do Município de Querência

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO 04/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo: 004/2015

Modalidade: Pregão Presencial n. 001/2015.

Levando em consideração a Adjudicação do certame e a Ata do dia 16/11/2015 com parecer do Pregoeiro da Câmara Municipal de Querência, concordo que a proposta fornecida pelas Empresas: **AINE CAPELLARI MEI E MATIELLO NUNES & MEZZAROBA LTDA ME,** foram as mais vantajosas.

DECLARO e **HOMOLOGO** as empresas acima como vencedoras do presente processo licitatório, para a ***PARA A AQUISIÇÃO, E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS EM MDF, PUXADORES EM INOX, PARA USO NA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUERENCIA-MT.***

Querência-MT, 30 de novembro de 2015.

Telmo Alves de Brito

Presidente Câmara.

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 1.535/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS

APROVADOS E CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2014

PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO DA MUNICIPALIDADE.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais tendo em vista o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso n° 001/2014, e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso n° 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n° 001/2014;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto n° 1.389/2015 e 1.394/2015;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Decreto de Convocação de Candidatos n° 1.513/2015;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previstas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência;

DECRETA.

Artigo 1° - Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos abaixo relacionados para exercerem os respectivos cargos.

Parágrafo Único – O(s) candidato(s) nomeado(s) é (são) o(s) seguinte(s):

001. Técnico Administrativo - SEDE

MARIA DAIANE GAMA DOS SANTOS

Artigo 2° - A validade das nomeações deste Decreto fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal de 1988.

Artigo 3° - Será considerado desistente o candidato nomeado que não comparecer no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação ou afixação do presente Decreto, para tomar posse no cargo, salvo justificativa amparada pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município.

Artigo. 4°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência - MT, 30 de Novembro de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
ALTERAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 071B/2015 – PROCESSO 110/2015

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, da Prefeitura Municipal de Querência, torna Público a errata do processo de licitação nº **110/2015,** tendo em vista falhas técnicas referente ao numero do item no resultado do ganhador da Ata de Registro de Preço **nº 071b/2015**, modalidade: Pregão Presencial **n.093/2015,** publicada no jornal oficial eletrônico dos municípios no dia 16 de novembro de 2015.

"ONDE SE LÊ:

GANHADOR DE 01 ITEM: 01

LEIA-SE:

GANHADOR DE 01 ITEM: 19

Querência – MT., 30 de dezembro de 2015.

_____

Adriana Matias Rodrigues Malvessi.

Pregoeira

_____

Gilmar Reinoldo Wents.

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 122/2015

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 122/2015, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 122/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial 100/2015

OBJETO: Pregão Presencial para Registro de preços para a prestação de serviços de faixas, banners, cartazes e jornais informativos para uso de diversas Secretarias do Município de Querência – MT.

Vencedoras:

4D DESIGNER GRÁFICA E EDITORA LTDA – ME, CNPJ: 13.278.238/0001-25, Foi a vencedora dos itens 6,7,8,9,11,12,13,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,30,31 E 34, com valor total de R$ 40.473,00 (quarenta mil quatrocentos e setenta e três reais);

APP IMPRESSÃO DIGITAL LTDA – ME, CNPJ Nº. 11.049.370/0001-30, Foi a vencedora dos itens 01,02,03,04,05,10,14,15,28,29,32,33,35, com valor total de R$ 46.970,00 (quarenta e seis mil novecentos e setenta mil reais);

Querência - MT, 30 de novembro de 2015.

Adriana Matias Rodrigues Malvessi

Pregoeira Oficial

LICITAÇÕES
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 062/2015.

CONTRATO FIRMADO COM A EMPRESA ANTEZANA CHAVEZ & ZERGER LTDA - ME PARA CONTRATAÇÃO DE MÉDICA PEDIATRA PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES DE ACORDO COM SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA, NO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA - MT, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO **N. 113/2015.**

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para **OBJETO**: Contratação de médico pediatra para exercer função no trato com crianças e também, entre suas atribuições, examinar os pacientes internados e em observação; avaliar as condições de saúde e estabelecer o diagnóstico, avaliar o estágio de crescimento e desenvolvimento dos pacientes, estabelecer o plano médico-terapêutico-profilático, prescrevendo medicação tratamento e dietas especiais; prestar pronto atendimento a pacientes internos e externos sempre que necessário ou designado pela chefia imediata orientar a equipe multiprofissional nos cuidados relativos à sua área de competência, em atendimento da Secretaria de Saúde deste Município de Querência- MT.

CLAUSULA QUARTA – DA CONTRATADA E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Empresa Vencedora: **ANTEZANA CHAVEZ & ZERGER LTDA – ME**

CNPJ: 18.147.735/0001-08

Nome Representante Legal: EVERTON ZERGER

CPF: 027.455.061-02 – RG: 18237045 SSP/MT

Nome Médico(a) Pediatra: ALEJANDRA ANTEZANA CHAVEZ

CPF: 700.274.574-35 – RG: 05426585324

Endereço: Rua G-20, nº 91, Bairro Setor G.

CEP: 78.643-000

Cidade/Estado: Querência - MT

Telefones: (66) 9695-6921

E-mail: medical.hc@hotmail.com

4.2. Descrição do Serviços/Etapa:

Item	Quant.	Descrição.	Valor Médio. R$
01	180 consultas no Centro de Saúde e 90 dias de sobreaviso para atendimentos no Hospital Municipal.	Contratação de médico pediatra, sendo designada Drª. Alejandra Antezana Chavez, para exercer função no trato com crianças e também, entre suas atribuições, examinar os pacientes internados e em observação; avaliar as condições de saúde e estabelecer o diagnóstico, avaliar o estágio de crescimento e desenvolvimento dos pacientes, estabelecer o plano médico-terapêutico-profilático, prescrevendo medicação tratamento e dietas especiais; prestar pronto atendimento a pacientes internos e externos sempre que necessário ou designado pela chefia imediata orientar a equipe multiprofissional nos cuidados relativos à sua área de competência.	R$ 51.000,00

Doutora Designada para desempenhar funções do objeto do contrato: Drª. Alejandra Antezana Chavez, Cadastro de Pessoa Física nº 700.274.574-35, CRM nº 6928/2012.

Valor de Referência Total: R$ 51.000,00 (Cinquenta e um mil reais). Valor referente a três meses de prestação de serviços, divididos em 03 parcelas a cada 30 dias, sendo 15 consultas semanais, totalizando 180 consultas.

Condições de Pagamento: até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente e após emissão da NF.

Pagamento através do Banco: BANCO DO BRASIL;

Agência N.º: 0854-0;

C/C N.º: 24.531-3;

Cidade: JACIARA - MT;

4.3. Quantidade - Preços Unitários e Totais - Total Geral: R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais). Valor este parcelado em 03 (três) parcelas de igual valor R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

CLAUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O Contrato terá sua vigência de **90 (noventa)** dias corridos, tendo vigência da sua data de assinatura e vencimento em **08 de Fevereiro de 2016**;

Querência - MT, 10 de Novembro de 2015.

_____

MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA

Gilmar Reinoldo Wentz

PREFEITO MUNICIPAL

_____

_____

EVERTON ZERGER ALEJANDRA ANTEZANA CHAVEZ

SÓCIO / REPRESENTANTE SÓCIA / MÉDICA PEDIATRA

CPF: 027.455.061-02 CPF: 700.274.574-35

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **128/2015.**

MODALIDADE: Pregão Presencial **n. 103/2015.**

OBJETO: Pregão Presencial para registro de preços para aquisição de Produtos de **Limpeza e Higienização**, para uso de todas as secretarias do Município de Querência - MT.

DIA: 14/12/2015

HORÁRIO: 14h00h (horário local)

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao@querencia.mt.gov.br ou no site: www.querencia.mt.gov.br/transparencia.

Querência – MT, 30 de novembro de 2015.

LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO AO CONTRATO 042/2014 PR. 105/2014.

O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA entidade de direito público interno, estabelecido com sede na Avenida Cuiabá, quadra 01, lote 09, Centro Administrativo Municipal, em Querência - MT, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, Gilmar Reinoldo Wentz, vem por meio desta:

NOTIFICAR a EMPRESA **MS CONSTRUÇÃO E REFORMA** inscrita no CNPJ com o n. 19.609.990/0001-10, representada, neste ato, por Nilton Cesar do Reis, RG n. 29836685-X ex. SSP/SP e CPF n. 248.513.448-05, Rua Herta Kist Mallman, Bairro Parque Imperial, CEP: 78.643-000 - Cidade/Estado: QUERÊNCIA - MT, pelo descumprimento das clausulas do Edital **do Processo de Licitação nº 105/2014 modalidade Tomada de Preços nº 012/2014,** e **Contrato Originário sob nº 042/2014**, celebrada entre as partes, em virtude da adjudicação da proposta ofertada pela notificada na licitação realizada por este Município que tem como objeto a Execução de Reforma e Ampliação da UBS - Unidade Básica de Saúde, no Assentamento Pingo D'Água, no Município de Querência - MT, pelo fato de **a Empresa não estar executando os serviços de acordo com o cronograma físico, estando atrasada na execução da obra mesmo após dois termos aditivos firmados. Não tomar as devidas providências após receber Notificação em 16/11/2015, além de não acatar decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias entregues mediante recibo. Tendo em vista Oficio nº 015/2015 em anexo;**

Sendo assim, a referida empresa deverá no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prestar esclarecimentos a respeito de tal alternativa adotada e tomar as devidas providências para sanar o problema apresentado, sob pena das penalidades de Rescisão Contratual constantes no Edital e Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, conforme segue:

Conforme estipulado no edital, contrato administrativo e proposta da empresa: Tal fato acarreta, nos termos do Contrato Administrativo – Cláusula CLAUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL.

10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

10.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao serviço prestado;

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

Querência – MT, 30 de Novembro de 2015.

Débora J. S. Rios

Departamento de Gestão de Contratos

Prefeitura Municipal de Querência - MT

LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 074/2015.

Aos trigésimo dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, o MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Cuiabá, quadra 01, lote 09, Setor C, Querência - MT, devidamente inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 37.465.002/0001-66, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Gilmar Reinoldo Wentz, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado na Avenida Leste n. 567, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 5027154383 e inscrito no CPF sob o n. 437.706.300-68 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial nº **094/2015** da Prefeitura Municipal de Querência, cujo objetivo de aquisição futura de preços para prestação de serviço de **Mecânica em Ônibus,** o serviço será utilizado por todas as secretarias da Prefeitura, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 644/2007, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 30 de novembro de 2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o(s) fornecedor (es) e as especificações do(s) produto(s) registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: MECÂNICA FORTE QUER LTDA - ME

CNPJ: 19.525.761/001-95 FONE/FAX: 66.8461-2964

END.: RUA DELCIO NIVALDO WENTZ 776, QUADRA ID, LOTE 10, BRCAO 1, SETOR INDUSTRIAL, QUERENCIA - MT.

EMAIL: MECANICAFORTE@LIVE.COM

Produto - Marca / especificação - Valor Unitário - Quantidade

GANHADOR DE 32 ITENS, COM VALOR TOTAL DE 223.380,00 (DUZENTOS VINTE TRES MIL E TREZENTOS E OITENTA REAIS).

Nada mais havendo a tratar eu, _____ (Adriana Matias Rodrigues Malvessi), Pregoeiro (a), lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular (es) fornecedor(es).

Querência – MT, 30 de novembro de 2015.

_____

Prefeito Municipal

Gilmar Reinoldo Wentz

_____

MECÂNICA FORTE QUER LTDA - ME

CNPJ: 19.525.761/001-95

LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO AO CONTRATO 041/2014 PR. 104/2014.

O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA entidade de direito público interno, estabelecido com sede na Avenida Cuiabá, quadra 01, lote 09, Centro Administrativo Municipal, em Querência - MT, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, Gilmar Reinoldo Wentz, vem por meio desta:

NOTIFICAR a EMPRESA **MS CONSTRUÇÃO E REFORMA** inscrita no CNPJ com o n. 19.609.990/0001-10, representada, neste ato, por Nilton Cesar do Reis, RG n. 29836685-X ex. SSP/SP e CPF n. 248.513.448-05, Rua Herta Kist Mallman, Bairro Parque Imperial, CEP: 78.643-000 - Cidade/Estado: QUERÊNCIA - MT, pelo descumprimento das clausulas do Edital **do Processo de Licitação nº 104/2014 modalidade Tomada de Preços nº 011/2014,** e **Contrato Originário sob nº 041/2014**, celebrada entre as partes, em virtude da adjudicação da proposta ofertada pela notificada na licitação realizada por este Município que tem como objeto a Execução de Reforma e Ampliação da UBS - Unidade Básica de Saúde, no Assentamento Brasil Novo, no Município de Querência - MT, pelo fato de **a Empresa não estar executando os serviços de acordo com o cronograma físico, não atendendo aos padrões de qualidade exigidos, tais como: defeito no acabamento do canto da área de serviço, diferença na tonalidade da pintura da parede em torno da janela, diferença na pintura da parede externa (em diversas regiões da obra), acabamento áspero onde o cano da pia foi embutido na parede, azulejos mal assentados nos banheiros e copa, fissuras na parede, frestas entre a parede e o forro (em diversas regiões da obra), diferença na tonalidade da pintura interna (em várias regiões da obra), diferença na tonalidade da pintura das portas. Não tomar as devidas providências após receber Notificação em 16/11/2015, além de não acatar decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias entregues mediante recibo. Tendo em vista Oficio nº 014/2015 em anexo;**

Sendo assim, a referida empresa deverá no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prestar esclarecimentos a respeito de tal alternativa adotada e tomar as devidas providências para sanar o problema apresentado, sob pena das penalidades de Rescisão Contratual constantes no Edital e Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, conforme segue:

Conforme estipulado no edital, contrato administrativo e proposta da empresa: Tal fato acarreta, nos termos do Contrato Administrativo – Cláusula CLAUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL.

10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

10.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao serviço prestado;

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

Querência – MT, 30 de Novembro de 2015.

Débora J. S. Rios

Departamento de Gestão de Contratos

Prefeitura Municipal de Querência - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2015.

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal - MT torna público que na Licitação na modalidade Carta Convite nº 08/2015, tendo em vista o cumprimento de todas as exigências do Edital, e considerando o menor preço global apresentado na proposta, o **PREFEITO HOMOLOGA** como vencedora a seguinte licitante, MARCO CONSTRUTORA LTDA - ME cadastrada no CNPJ nº 07.171.000/0001-01.

A empresa vencedora fica obrigada a fornecer os serviços conforme proposta apresentada.

Reserva do Cabaçal - MT, 01 de dezembro de 2015.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º157/2015 DE 01 DE OUTUBRO 2015

"CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) ANOS CONSECUTIVOS PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULAR A SERVIDORA CLEIDIANE MARIA VICENTE MOREIRA LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT".

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença sem remuneração por um período de 03 (dois) anos consecutivos para tratar de assuntos particular a servidora **CLEIDIANE MARIA VICENTE MOREIRA** , lotada na Secretaria Municipal de Educação, desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, a partir do dia 01 de Outubro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, Estado de Mato Grosso, 01 de Outubro de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2015

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 26 de novembro de 2015, às 09:00 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, Carta Convite Nº 08/2015 para **Contratação de empresa com prestação de serviço de recuperação de vias urbanas com lama asfáltica, inclusive tapa buraco em ruas e avenidas do município de Reserva do Cabaçal, com um total de 37.940,00 m2,** tendo como vencedora a empresa: **MARCO CONSTRUTORA LTDA – ME.**

Reserva do Cabaçal-MT, 26 de novembro de 2015.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Pres. Com. Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 067/2014 –

PROCESSO N.º 043/2014 PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2014

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a M. J. de Queiroz - ME, CNPJ nº 04.918.982/0001-56

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula terceira – PRAZO

A vigência do presente contrato terá acréscimo de 05 (cinco) meses, passando a expirar no dia 31/12/2015

DATA DA ASSINATURA: 06 de agosto de 2015.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal e M. J. de Queiroz – ME

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 046/2014 –

PROCESSO N.º 026/2014 PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2014

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa Ruti Rainha Lab. De Análises Clínicas Ltda - ME CNPJ nº 11.191.305/0001-44

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula nona – PRAZO

A vigência do presente contrato terá acréscimo de 05 (cinco) meses, passando a expirar no dia 30/10/2015

DATA DA ASSINATURA: 01 de junho de 2015.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal e Ruti Rainha Lab. De Análises Clínicas Ltda - ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

DISPENSA 003/2015

Despacho de revogação de processo de Dispensa de Licitação, em razão de que a Prefeitura Municipal não tem mais interesse na aquisição.

REFERENTE: DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Art. 49 da Lei Federal n° 8.666/93, e com base na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, e

CONSIDERANDO que o Fundo Municipal de Saúde não dispõe de recursos financeiros no momento para efetuar a referida aquisição, a Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho RESOLVE REVOGAR o processo de Dispensa 003/2015, cujo objeto é a Contratação de empresa para Fornecimento de Medicamentos para Fundo Municipal de Saúde – Laboratório, Farmácia Básica e Hospital Municipal.

Ribeirãozinho – MT, 23 de novembro de 2015.

Homologo o presente Termo, a fim de que se cumpram todos os efeitos legais.

Registre-se, Publique-se.

_____

Maria Auxiliadora Cardoso Souza

Presidente CPL

_____

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

DECRETO Nº1087/2015 EM, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº1087/2015 Em, 30 de Novembro de 2015.

"Dispõe sobre alteração no horário de expediente da Prefeitura Municipal e demais Setores"

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade de cumprimento às normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando que o horário de expediente reduzido proporciona redução do custeio da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado que o expediente na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho e demais Setores, será das 8:00 ás 12:00 horas a partir de 01/12/2015. Exceto Saúde, Conselho Tutelar, Limpeza Urbana, Setor de Divisão de Arrecadação, Tributos e Patrimônio Público, Educação, Setor de Tesouraria, Setor de Contabilidade e demais serviços essenciais.

Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – MT, aos trinta dias do mês de Novembro de 2015.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2º QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.907.769,86	0,00
Pessoal Ativo	6.907.769,86	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**6.907.769,86**	**0,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**15.372.723,49**	**-**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**6.907.769,86**	**44,94**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**9.223.634,09**	**60,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**8.762.452,39**	**57,00**
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**8.301.270,68**	**54,00**

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA	GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR	JOSE LEOCADIO MIRANDA DA SILVA
Prefeita Municipal	Sec de Finanças	CRC MT 81126

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**833.860,92**	**801.191,68**	**766.364,13**	**0,00**
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	833.860,92	801.191,68	766.364,13	0,00
DEDUÇÕES (II)	**706.945,98**	**1.027.748,77**	**497.583,39**	**—**
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.369.569,72	1.337.378,87	1.703.216,27	0,00
Demais Haveres Financeiros	7.717,43	7.398,50	12.070,68	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	670.341,17	317.028,60	1.217.703,56	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**126.914,94**	**-226.557,09**	**268.780,74**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**14.773.058,32**	**14.771.802,04**	**15.372.723,49**	**0,00**
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	**5,64%**	**5,42%**	**4,99%**	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	**0,86%**	**-1,53%**	**1,75%**	**0,00%**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	**17.727.669,98**	**17.726.162,45**	**18.447.268,19**	**0,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**15.954.902,99**	**15.953.546,20**	**16.602.541,37**	**0,00**

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	92.318,83	104.717,75	114.038,49	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.949.630,22	2.501.037,02	1.576.050,56	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA	GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR	JOSE LEOCADIO MIRANDA DA SILVA
Prefeita Municipal	Sec de Finanças	CRC MT 81126

FONTE:

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**14.773.058,32**	**14.771.802,04**	**15.372.723,49**	**0,00**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	**3.250.072,83**	**3.249.796,45**	**3.381.999,17**	**0,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	**2.925.065,55**	**2.924.816,80**	**3.043.799,25**	**0,00**

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA	GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR	JOSE LEOCADIO MIRANDA DA SILVA
Prefeita Municipal	Sec de Finanças	CRC MT 81126

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	**0,00**	**0,00**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	**0,00**	**0,00**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**15.372.723,49**	—
OPERAÇÕES VEDADAS	**0,00**	**0,00**
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	**0,00**	**0,00**
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	**0,00**	**0,00**
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	**0,00**	**0,00**
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	**2.459.635,76**	**16,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	**2.213.672,18**	**14,40**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**1.076.090,64**	**7,00**
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	**0,00**	**0,00**

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA	GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR	JOSE LEOCADIO MIRANDA DA SILVA
Prefeita Municipal	Sec de Finanças	CRC MT 81126

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição ao Programa Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	91.750,85	0,00	0,00	0,00	0,00	91.750,85	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Para Regime Proprio	(340,60)	0,00	0,00	0,00	0,00	(340,60)	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Não-Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso de Convênio e Programa Educação	246.603,03	0,00	0,00	0,00	0,00	246.603,03	0,00	0,00
Recurso de Convênio e Programa Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso de Convênio e Programa - outras finalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Fethab	(37.878,44)	0,00	122.228,00	0,00	0,00	(160.106,44)	10.080,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC.ESTADOS EX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXILIOS E CONTRIBUICOE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/4

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários	74.715,63	0,00	0,00	0,00	0,00	74.715,63	930,87	0,00
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Hospitalares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Recursos da Assistencia Social - Estado.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - AUXILIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVENIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS ORDIN.VINCU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencia do SUS - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencia de Convenios da Assistencia Social.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencia de Recursos do Estado - Ass. Social.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência So	(707.892,92)	0,00	2.838,20	0,00	(2.166,02)	(708.565,10)	26.899,80	0,00
Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimer	(544.851,44)	0,00	4.229,84	0,00	0,00	(549.081,28)	2.685,97	0,00
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	156.459,53	1.354,82	79.314,19	0,00	6.488,91	69.301,61	109.534,89	0,00
Transferencia Sistema Unidico de Saude - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	14.160,29	0,00	0,00	(14.160,29)	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	374.048,77	0,00	0,00	0,00	0,00	374.048,77	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educa	(45.677,92)	0,00	0,00	0,00	0,00	(45.677,92)	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	71.475,16	322.784,48	0,00	(394.259,64)	359.369,74	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	(69.200,03)	0,00	0,00	0,00	0,00	(69.200,03)	0,00	0,00

Continua 2/4

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 3/4

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da	0,00	0,00	49.863,62	0,00	0,00	(49.863,62)	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da	(703.480,81)	0,00	0,00	0,00	6.953,53	(710.434,34)	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos prc	(1.099.836,18)	0,00	82.301,58	0,00	14.519,21	(1.196.656,97)	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	(2.265.580,53)	1.354,82	426.410,88	322.784,48	25.795,63	(3.041.926,34)	509.501,27	0,00
Outros Recursos	(469.221,64)	0,00	0,00	0,00	(10.679,64)	(458.542,00)	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferencia Impostos-Educação	615.966,39	2.923,80	135.544,71	17.135,56	(97.156,29)	557.518,61	85.164,19	0,00
Receitas de Impostos e de Transferencia Impostos-Saude	(1.682.162,05)	1.466,90	128.597,49	0,00	5.598,39	(1.817.824,83)	243.295,52	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinarios	5.446.621,20	277,54	521.127,42	0,00	190.480,40	4.734.735,84	398.169,54	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADAD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencia Sistema Unidico de Saude - Estado	57.592,90	0,00	0,00	0,00	0,00	57.592,90	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.968.796,80	4.668,24	785.269,62	17.135,56	88.242,86	3.073.480,52	726.629,25	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.703.216,27	6.023,06	1.211.680,50	339.920,04	114.038,49	31.554,18	1.236.130,52	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:
Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 3/4

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 4/4

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 2º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	15.372.723,49

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.907.769,86	44,94
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	8.301.270,68	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	7.886.207,15	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	268.780,74	1,75
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	18.447.268,19	120,00

GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.381.999,17	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.459.635,76	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.076.090,64	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.236.130,52	31.554,18

FONTE:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

Processo Administrativo nº 152/2015 – SEMUSA, de 25/11/2015.

Modalidade de licitação: Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o disposto no inciso II, art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: **"Contrato de Prestação de Serviços em Consultas Oftalmológicas, Exames e Laudos Cardiológicos, Cirurgias de Catarata, de Estrabismo, de Glaucoma e Outras e o Município de Rondolândia**."

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXX, do art.70 da Lei Orgânica do Município;

Resolve;

I - DECLARAR E RATIFICAR: inexigível o procedimento licitatório, nos termos do art. 25, inc. II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, para Contrato de Prestação de Serviços pelo período de 12 (doze) meses para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Rondolândia/MT.

II – ADJUDICAR: o objeto da inexigibilidade em favor da Empresa: **Instituto Lions da Visão, CNPJ: 03.984.624/0001-89, endereço: Rua Pedro de Oliveira Guimarães, n º 100, Cuiabá-MT**, **pelo valor estimado de R$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais).**

Empenhe a despesa, por respectiva fonte de recurso.

Dê – se ciência a Secretaria de origem.

Rondolândia – MT, em 26 de Novembro de 2015.

Bett Sabah Marinho da Silva Prefeita Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 4º BIM - 2015

Município de Rondolândia - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**17.818.607,75**	**17.818.607,75**	**2.503.173,77**	**14,05**	**10.284.453,04**	**57,72**	**7.534.154,71**
RECEITAS CORRENTES	**15.156.602,75**	**15.156.602,75**	**2.503.173,77**	**16,52**	**10.137.453,04**	**66,88**	**5.019.149,71**
RECEITA TRIBUTARIA	478.251,40	478.251,40	43.989,75	9,20	287.465,34	60,11	190.786,06
IMPOSTOS	428.002,40	428.002,40	38.840,05	9,07	265.934,85	62,13	162.067,55
TAXAS	50.249,00	50.249,00	5.149,70	10,25	21.530,49	42,85	28.718,51
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	60.000,00	60.000,00	14.612,33	24,35	38.030,42	63,38	21.969,58
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	60.000,00	60.000,00	14.612,33	24,35	38.030,42	63,38	21.969,58
RECEITA PATRIMONIAL	125.408,00	125.408,00	29.205,92	23,29	98.845,26	78,82	26.562,74
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	125.408,00	125.408,00	29.205,92	23,29	98.845,26	78,82	26.562,74
RECEITA DE SERVIÇOS	11.242,00	11.242,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.242,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.437.880,50	14.437.880,50	2.410.325,68	16,69	9.674.399,70	67,01	4.763.480,80
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.173.275,50	14.173.275,50	2.358.363,05	16,64	9.465.939,29	66,79	4.707.336,21
TRANSF. DE CONV.	264.605,00	264.605,00	51.962,63	19,64	208.460,41	78,78	56.144,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.820,85	43.820,85	5.040,09	11,50	38.712,32	88,34	5.108,53
MULTAS E JUROS DE MORA	12.395,60	12.395,60	0,00	0,00	0,00	0,00	12.395,60
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.624,00	5.624,00	4.166,86	74,09	10.090,49	179,42	-4.466,49
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	16.425,00	16.425,00	233,86	1,42	6.439,11	39,20	9.985,89
RECEITAS DIVERSAS	9.376,25	9.376,25	639,37	6,82	22.182,72	236,58	-12.806,47
RECEITAS DE CAPITAL	**2.662.005,00**	**2.662.005,00**	**0,00**	**0,00**	**147.000,00**	**5,52**	**2.515.005,00**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.662.005,00	2.662.005,00	0,00	0,00	147.000,00	5,52	2.515.005,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.657.005,00	1.657.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.657.005,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.005.000,00	1.005.000,00	0,00	0,00	147.000,00	14,63	858.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**17.818.607,75**	**17.818.607,75**	**2.503.173,77**	**14,05**	**10.284.453,04**	**57,72**	**7.534.154,71**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Rondolândia - MT

Continuação 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**17.818.607,75**	**17.818.607,75**	**2.503.173,77**	**14,05**	**10.284.453,04**	**57,72**	**7.534.154,71**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.818.607,75	17.818.607,75	2.503.173,77	14,05	10.284.453,04	57,72	7.534.154,71
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**17.013.390,85**	**17.423.390,85**	**3.088.276,19**	**11.197.848,69**	**6.225.542,16**	**2.547.950,36**	**9.961.718,17**	**7.461.672,68**	**8.750.037,67**
DESPESAS CORRENTES	**13.911.109,60**	**15.165.812,58**	**2.732.287,19**	**10.497.356,92**	**4.668.455,66**	**2.473.657,21**	**9.671.790,35**	**5.494.022,23**	**8.570.926,41**
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	7.033.752,40	7.100.680,94	1.181.061,82	4.431.112,57	2.669.568,37	1.185.457,41	4.429.320,82	2.671.360,12	3.947.152,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.877.357,20	8.065.131,64	1.551.225,37	6.066.244,35	1.998.887,29	1.288.199,80	5.242.469,53	2.822.662,11	4.623.773,95
DESPESAS DE CAPITAL	**2.958.906,25**	**2.257.079,84**	**355.989,00**	**700.491,77**	**1.556.588,07**	**74.293,15**	**289.927,82**	**1.967.152,02**	**179.111,26**
INVESTIMENTOS	2.838.906,25	2.157.079,84	315.989,00	600.491,77	1.556.588,07	56.821,05	222.431,03	1.934.648,81	111.614,47
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	120.000,00	100.000,00	40.000,00	100.000,00	0,00	17.472,10	67.496,79	32.503,21	67.496,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**143.375,00**	**498,43**	**0,00**	**0,00**	**498,43**	**0,00**	**0,00**	**498,43**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	143.375,00	498,43	0,00	0,00	498,43	0,00	0,00	498,43	0,00
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—		—	—		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**17.013.390,85**	**17.423.390,85**	**3.088.276,19**	**11.197.848,69**	**6.225.542,16**	**2.547.950,36**	**9.961.718,17**	**7.461.672,68**	**8.750.037,67**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Rondolândia - MT

Continuação 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**17.013.390,85**	**17.423.390,85**	**3.088.276,19**	**11.197.848,69**	**6.225.542,16**	**2.547.950,36**	**9.961.718,17**	**7.461.672,68**	**8.750.037,67**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	309.962,64	—	10.271.680,81
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.013.390,85	17.423.390,85	3.088.276,19	11.197.848,69	—	2.547.950,36	10.271.680,81	—	19.021.718,48

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.013.390,85	17.423.390,85	3.088.276,19	11.197.848,69	100,00	6.225.542,16	2.547.950,36	9.961.718,17	100,00	7.461.672,68
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	4.524.574,70	4.703.596,17	838.710,01	3.160.357,21	28,22	1.543.238,96	737.880,16	2.873.764,21	28,85	1.829.831,96
Administração Geral	4.010.870,70	4.570.656,65	810.373,51	3.081.206,68	27,52	1.489.449,97	709.398,11	2.795.821,99	28,07	1.774.834,66
Administração Financeira	257.829,00	132.939,52	28.336,50	79.150,53	0,71	53.788,99	28.482,05	77.942,22	0,78	54.997,30
Ordenamento Territorial	104.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	50.875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	732.172,50	751.648,05	113.690,09	542.639,20	4,85	209.008,85	130.742,88	486.418,48	4,88	265.229,57
Administração Geral	560.805,00	563.120,55	91.882,09	409.787,16	3,66	153.333,39	94.594,44	373.274,24	3,75	189.846,31
Assistência à Criança e ao Adolescente	39.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	131.867,50	188.527,50	21.808,00	132.852,04	1,19	55.675,46	36.148,44	113.144,24	1,14	75.383,26
Saúde	3.531.520,78	3.476.795,10	706.679,40	2.441.748,65	21,81	1.035.046,45	488.730,40	2.065.822,91	20,74	1.410.972,19
Administração Geral	1.115.374,83	1.603.800,95	439.984,77	1.320.830,10	11,80	282.970,85	256.761,40	1.064.439,25	10,69	539.361,70
Atenção Básica	1.955.670,95	1.260.558,95	193.179,13	702.476,76	6,27	558.082,19	158.669,00	603.872,41	6,06	656.686,54
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	297.185,00	479.645,20	73.515,50	418.441,79	3,74	61.203,41	73.300,00	397.511,25	3,99	82.133,95
Suporte Profilático e Terapêutico	65.290,00	35.290,00	0,00	0,00	0,00	35.290,00	0,00	0,00	0,00	35.290,00
Vigilância Sanitária	97.000,00	97.000,00	0,00	0,00	0,00	97.000,00	0,00	0,00	0,00	97.000,00
Infra-Estrutura Urbana	1.000,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Trabalho	164.000,00	158.000,00	0,00	117.906,95	1,05	40.093,05	25.525,81	104.946,97	1,05	53.053,03
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	164.000,00	158.000,00	0,00	117.906,95	1,05	40.093,05	25.525,81	104.946,97	1,05	53.053,03
Educação	3.914.372,87	4.869.897,65	641.457,00	2.843.042,84	25,39	2.026.854,81	653.806,47	2.751.990,74	27,63	2.117.906,91
Administração Geral	556.061,62	1.106.506,62	109.599,73	759.218,39	6,78	347.288,23	128.635,34	742.609,17	7,45	363.897,45
Formação de Recursos Humanos	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	156.000,00	186.215,58	23.445,76	85.075,83	0,76	101.139,75	21.249,50	79.187,92	0,79	107.027,66
Ensino Fundamental	3.031.306,25	3.363.343,25	495.749,03	1.935.749,36	17,29	1.427.593,89	499.230,13	1.875.165,37	18,82	1.488.177,88
Ensino Superior	40.500,00	5.890,00	0,00	2.479,77	0,02	3.410,23	0,00	2.479,77	0,02	3.410,23
Educação Infantil	128.505,00	207.942,20	12.662,48	60.519,49	0,54	147.422,71	4.691,50	52.548,51	0,53	155.393,69
Cultura	76.250,00	7.000,00	5.000,00	5.000,00	0,04	2.000,00	5.000,00	5.000,00	0,05	2.000,00
Difusão Cultural	76.250,00	7.000,00	5.000,00	5.000,00	0,04	2.000,00	5.000,00	5.000,00	0,05	2.000,00

Continua 1/3

Município de Rondolândia - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.013.390,85	17.423.390,85	3.088.276,19	11.197.848,69	100,00	6.225.542,16	2.547.950,36	9.961.718,17	100,00	7.461.672,68
Urbanismo	213.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
Infra-Estrutura Urbana	62.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
Serviços Urbanos	151.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	1.362.900,00	1.243.750,00	300.000,00	707.800,84	6,32	535.949,16	43.116,05	348.431,10	3,50	895.318,90
Administração Geral	377.150,00	258.000,00	0,00	256.115,05	2,29	1.884,95	0,00	256.115,05	2,57	1.884,95
Saneamento Básico Rural	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	2,68	0,00	43.116,05	43.116,05	0,43	256.883,95
Saneamento Básico Urbano	685.750,00	685.750,00	0,00	151.685,79	1,35	534.064,21	0,00	49.200,00	0,49	636.550,00
Gestão Ambiental	192.750,00	177.887,30	32.241,52	119.648,42	1,07	58.238,88	32.930,52	110.983,12	1,11	66.904,18
Administração Geral	127.000,00	177.887,30	32.241,52	119.648,42	1,07	58.238,88	32.930,52	110.983,12	1,11	66.904,18
Preservação e Conservação Ambiental	53.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	1.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	53.325,00	21.058,00	7.496,17	12.104,24	0,11	8.953,76	5.141,17	9.749,24	0,10	11.308,76
Habitação Rural	5.875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	47.450,00	21.058,00	7.496,17	12.104,24	0,11	8.953,76	5.141,17	9.749,24	0,10	11.308,76
Indústria	37.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	37.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	30.000,00	46.070,00	25.023,00	43.407,00	0,39	2.663,00	25.023,00	43.407,00	0,44	2.663,00
Comunicação Social	30.000,00	46.070,00	25.023,00	43.407,00	0,39	2.663,00	25.023,00	43.407,00	0,44	2.663,00
Energia	44.950,00	10.000,00	0,00	5.334,40	0,05	4.665,60	0,00	5.334,40	0,05	4.665,60
Energia Elétrica	44.950,00	10.000,00	0,00	5.334,40	0,05	4.665,60	0,00	5.334,40	0,05	4.665,60
Transporte	1.467.250,00	1.290.389,00	367.914,68	1.071.483,17	9,57	218.905,83	372.509,68	1.061.403,17	10,65	228.985,83
Transporte Rodoviário	1.467.250,00	1.290.389,00	367.914,68	1.071.483,17	9,57	218.905,83	372.509,68	1.061.403,17	10,65	228.985,83
Desporto e Lazer	164.200,00	544.801,15	10.064,32	27.375,77	0,24	517.425,38	10.072,12	26.970,04	0,27	517.831,11
Administração Geral	35.375,00	28.711,15	10.064,32	27.375,77	0,24	1.335,38	10.072,12	26.970,04	0,27	1.741,11
Desporto Comunitário	127.725,00	516.090,00	0,00	0,00	0,00	516.090,00	0,00	0,00	0,00	516.090,00
Lazer	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	120.000,00	100.000,00	40.000,00	100.000,00	0,89	0,00	17.472,10	67.496,79	0,68	32.503,21
Refinanciamento da Dívida Interna	120.000,00	100.000,00	40.000,00	100.000,00	0,89	0,00	17.472,10	67.496,79	0,68	32.503,21

Continua 2/3

Município de Rondolândia - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.013.390,85	17.423.390,85	3.088.276,19	11.197.848,69	100,00	6.225.542,16	2.547.950,36	9.961.718,17	100,00	7.461.672,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	143.375,00	498,43	0,00	0,00	0,00	498,43	0,00	0,00	0,00	498,43
TOTAL (III) = (I + II)	17.013.390,85	17.423.390,85	3.088.276,19	11.197.848,69	100,00	6.225.542,16	2.547.950,36	9.961.718,17	100,00	7.461.672,68

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, Inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**1.239.659,78**	**1.546.969,09**	**1.294.435,64**	**1.594.008,28**	**1.471.781,28**	**1.272.990,28**	**1.312.569,91**	**1.473.521,52**	**1.693.727,32**	**1.620.299,37**	**1.443.839,45**	**1.420.212,54**	**17.384.014,46**	**17.307.834,35**
RECEITA TRIBUTARIA	29.772,71	28.249,56	17.827,11	34.745,67	11.573,85	31.313,08	28.661,54	34.798,15	24.338,51	112.790,46	19.971,80	24.017,95	398.060,39	479.381,00
I.P.T.U.	652,93	1.042,43	154,25	1.094,52	104,63	1.425,24	8.168,92	12.723,20	5.453,91	1.401,06	615,21	617,77	33.454,07	20.000,00
I.R.R.F	11.636,72	10.978,34	10.281,24	17.618,61	8.189,94	9.822,98	9.742,13	11.602,17	11.179,95	12.511,93	12.993,60	11.428,93	137.986,54	151.030,00
I.S.S.	13.513,28	10.624,29	5.371,89	15.389,30	1.639,95	18.238,27	5.697,51	6.956,87	6.420,54	6.581,77	4.141,06	6.827,73	101.402,48	155.624,00
I.T.B.I.	0,00	2.028,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49,00	88.316,04	0,00	2.215,73	92.609,71	22.478,00
Outras Receitas Tributárias	3.969,78	3.575,56	2.019,73	643,24	1.639,33	1.826,59	5.052,98	3.515,91	1.235,11	3.979,66	2.221,91	2.927,79	32.607,59	130.249,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.960,33	13.147,31	9.282,35	3.640,47	4.853,64	3.794,08	3.806,12	4.130,21	3.020,44	3.813,60	9.440,30	5.172,03	71.060,88	60.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	11.435,00	11.665,40	9.713,89	10.086,16	10.158,56	9.405,83	11.310,78	11.170,15	14.508,48	13.085,54	15.032,49	14.173,43	141.745,71	125.408,00
RECEITA INDÚSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.242,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.183.063,84	1.492.350,65	1.254.259,14	1.534.063,18	1.444.807,96	1.226.626,94	1.251.402,59	1.412.049,92	1.649.953,93	1.489.843,09	1.395.136,14	1.376.067,76	16.709.625,14	16.587.982,50
Cota-Parte do F.P.M.	374.423,69	353.868,93	468.390,79	753.362,55	571.401,61	583.290,34	424.841,34	458.516,39	563.847,26	490.604,28	429.753,13	424.877,96	5.897.178,27	4.630.505,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	516.236,83	479.308,81	491.589,92	517.179,18	504.635,27	422.216,12	549.327,77	480.004,16	503.924,55	519.622,33	525.721,84	494.612,71	6.004.379,49	6.063.755,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	1.139,49	1.103,05	96,09	358,87	0,00	4.649,26	2.268,89	1.851,42	4.337,40	2.807,02	6.368,84	4.025,87	29.006,20	22.000,00
Cota-Parte do ITR.	2.776,58	48.553,17	15.184,43	16.889,60	8.376,13	288,83	259,24	206,41	4.654,59	1.574,13	398,49	1.837,43	100.999,03	11.242,00
Outras Transferências Correntes	157.315,41	428.964,04	141.461,72	101.999,18	225.445,13	76.190,74	137.685,49	332.465,62	412.787,10	331.757,42	303.310,49	312.735,33	2.962.137,67	3.697.556,50
Transferências da LC 61/1989	4.707,59	34.886,24	4.796,65	0,00	0,00	6.376,52	0,00	0,00	2.784,48	1.006,91	0,00	4.346,00	58.904,39	11.030,00
Transferências da LC 87/1996	2.624,43	2.624,43	2.624,43	5.248,86	0,00	0,00	0,00	10.606,27	2.651,57	2.651,57	2.651,57	2.651,57	34.334,70	89.894,00
Transferências do FUNDEB	123.839,82	143.041,98	130.095,11	139.024,94	134.949,82	133.615,13	137.019,86	128.399,65	154.966,98	139.819,43	126.931,78	130.980,89	1.622.685,39	2.062.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.427,90	1.556,17	3.353,15	11.472,80	387,27	1.850,35	17.388,88	11.373,09	1.905,96	766,68	4.258,72	781,37	63.522,34	43.820,85
DEDUÇÕES (II)	**104.555,44**	**112.640,50**	**101.898,93**	**107.935,24**	**216.882,54**	**201.865,34**	**193.828,48**	**190.225,94**	**215.882,98**	**201.127,10**	**178.847,45**	**185.601,03**	**2.011.290,97**	**2.179.783,04**
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	104.555,44	112.640,50	101.898,93	107.935,24	216.882,54	201.865,34	193.828,48	190.225,94	215.882,98	201.127,10	178.847,45	185.601,03	2.011.290,97	2.179.783,04
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**1.135.104,34**	**1.434.328,59**	**1.192.536,71**	**1.486.073,04**	**1.254.898,74**	**1.071.124,94**	**1.118.741,43**	**1.283.295,58**	**1.477.844,34**	**1.419.172,27**	**1.264.992,00**	**1.234.611,51**	**15.372.723,49**	**15.128.051,31**

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**0,00**	**0,00**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Caixa	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Continua 3/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUI
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	833.860,92	783.836,23	766.364,13
DEDUÇÕES (II)	706.945,98	669.131,91	497.583,39
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.369.569,72	1.845.475,28	1.703.216,27
Demais Haveres Financeiros	7.717,43	6.741,95	12.070,68
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	670.341,17	1.183.085,32	1.217.703,56
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	126.914,94	114.704,32	268.780,74
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV – V)	**126.914,94**	**114.704,32**	**268.780,74**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2015 (C - A)
VALOR	**154.076,42**	**141.865,80**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**15.031.194,75**	**10.038.607,78**	**8.702.988,35**
Receita Tributária	478.251,40	287.465,34	459.669,22
I.P.T.U.	18.870,40	30.509,94	20.732,68
I.S.S.	155.624,00	56.503,72	91.127,23
I.T.B.I.	22.478,00	90.580,77	227.444,71
I.R.R.F.	151.030,00	87.471,63	103.046,20
Outras Receitas Tributárias	130.249,00	22.399,28	17.318,40
Receita de Contribuição	60.000,00	38.030,42	42.147,19
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	60.000,00	38.030,42	42.147,19
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	125.408,00	98.845,26	87.010,64
(-) Aplicações Financeiras	125.408,00	98.845,26	87.010,64
Transferências Correntes	14.437.880,50	9.674.399,70	8.159.621,10
F.P.M.	3.704.400,00	3.171.001,23	2.939.167,49
I.P.V.A	22.000,00	26.308,70	10.850,48
I.C.M.S.	4.851.000,00	3.204.707,20	3.047.519,06
Convênios	264.605,00	208.460,41	20.905,68
Outras Transferências Correntes	5.595.875,50	3.063.922,16	2.141.178,39
Demais Receitas Correntes	55.062,85	38.712,32	41.550,84
Dívida Ativa	16.425,00	6.439,11	12.878,92
Diversas Receitas Correntes	38.637,85	32.273,21	28.671,92
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**2.662.005,00**	**147.000,00**	**625.526,28**
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.662.005,00	147.000,00	625.526,28
Convênios	1.005.000,00	147.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	1.657.005,00	0,00	625.526,28
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**2.662.005,00**	**147.000,00**	**625.526,28**
	2.662.005,00	**147.000,00**	**625.526,28**
Outras Receitas de Capital	-29.681,04	-12.772,23	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**17.693.199,75**	**10.185.607,78**	**9.328.514,63**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**15.165.812,58**	**10.497.356,92**	**8.579.856,80**	**9.671.790,35**	**7.964.934,40**
Pessoal e Encargos Sociais	7.100.680,94	4.431.112,57	3.870.693,56	4.429.320,82	3.870.692,56
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	8.065.131,64	6.066.244,35	4.709.163,24	5.242.469,53	4.094.241,84
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	**15.165.812,58**	**10.497.356,92**	**8.579.856,80**	**9.671.790,35**	**7.964.934,40**
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	**2.257.079,84**	**700.491,77**	**3.021.976,66**	**289.927,82**	**702.727,85**
Investimentos	2.157.079,84	600.491,77	2.931.063,47	222.431,03	643.369,89
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	100.000,00	100.000,00	90.913,19	67.496,79	59.357,96
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	**2.157.079,84**	**600.491,77**	**2.931.063,47**	**222.431,03**	**643.369,89**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	**498,43**	**-**	**-**	**-**	**-**

Município de Rondolândia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**17.323.390,85**	**11.097.848,69**	**11.510.920,27**	**9.894.221,38**	**8.608.304,29**
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**369.808,90**	**-912.240,91**	**-2.182.405,64**	**291.386,40**	**720.210,34**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	**0,00**	**0,00**
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	13.484,04	656.857,13	664.367,36	-	5.973,81	53.057,56	1.896.572,66	24.842,03	24.792,78	1.584.868,15	339.969,29	345.943,10
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	13.484,04	656.857,13	664.367,36	0,00	5.973,81	53.057,56	1.896.572,66	24.842,03	24.792,78	1.584.868,15	339.969,29	345.943,10
GABINETE DO PREFEITO	0,00	58.845,75	58.845,75	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	8.273,48	8.273,48	0,00	0,00	19.528,00	1.537.214,35	1.270,00	1.270,00	1.548.186,35	7.286,00	7.286,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	21.781,56	21.781,56	0,00	0,00	1.072,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.072,00	1.072,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	23.809,74	23.809,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2.096,45	0,00	0,00	0,00	2.096,45	1.511,36	0,00	0,00	0,00	0,00	1.511,36	3.607,81
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTUR	0,00	265.732,47	265.732,47	0,00	0,00	0,00	2.500,00	2.500,00	2.450,75	0,00	49,25	49,25
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDAE DESENVC	0,00	36.551,11	36.551,11	0,00	0,00	0,00	5.292,03	5.292,03	5.292,03	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	1.331,11	0,00	1.331,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	2.330,51	2.330,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	10.450,70	10.450,70	0,00	0,00	2.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.240,00	2.240,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	46,75	0,00	46,75	0,00	0,00	25.535,00	0,00	0,00	0,00	23.680,00	1.855,00	1.855,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS I	0,00	83.727,18	83.449,64	0,00	277,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	277,54
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	10.009,73	145.354,63	151.764,54	0,00	3.599,82	3.171,20	347.566,28	11.780,00	11.780,00	13.001,80	325.955,68	329.555,50
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	**13.484,04**	**656.857,13**	**664.367,36**	**0,00**	**5.973,81**	**53.057,56**	**1.896.572,66**	**24.842,03**	**24.792,78**	**1.584.868,15**	**339.969,29**	**345.943,10**

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	113.370,86	113.370,86	63.991,29	56,44
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	9.688,40	9.688,40	8.024,54	82,83
1.1.1- IPTU	5.000,00	5.000,00	7.471,05	149,42
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	282,40	282,40	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.000,00	3.000,00	553,49	18,45
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.406,00	1.406,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	–	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	5.896,38	5.896,38	22.645,19	384,05
1.2.1- ITBI	5.619,50	5.619,50	22.645,19	402,98
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	–	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	276,88	276,88	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	–	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	–	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	40.028,58	40.028,58	14.126,09	35,29
1.3.1- ISS	38.906,00	38.906,00	14.126,09	36,31
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	282,40	282,40	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	276,88	276,88	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	563,30	563,30	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	–	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	37.757,50	37.757,50	18.978,26	50,26
1.4.1- IRRF	37.757,50	37.757,50	18.978,26	50,26
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	–	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	–	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	–	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	–	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	20.000,00	20.000,00	217,21	1,09
1.5.1- ITR	20.000,00	20.000,00	217,21	1,09
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	–	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	–	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	–	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	–	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	2.707.106,50	2.707.106,50	2.006.949,08	74,14
2.1- Cota-Parte FPM	1.157.626,25	1.157.626,25	986.783,10	85,24
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	1.157.626,25	1.157.626,25	986.783,10	85,24
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	–	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	–	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.515.938,75	1.515.938,75	1.000.036,77	65,97
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	22.473,50	22.473,50	5.303,13	23,60
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	2.757,50	2.757,50	3.850,04	139,62
2.5- Cota-Parte ITR	2.810,50	2.810,50	4.398,83	156,51
2.6- Cota-Parte IPVA	5.500,00	5.500,00	6.577,21	119,59
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	–	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	2.820.477,36	2.820.477,36	2.070.940,37	73,43

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	–	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	110.130,00	110.130,00	89.259,69	81,05
5.1- Transferências do Salário-Educação	101.130,00	101.130,00	80.479,69	79,58
5.2- Transferências Diretas - PDDE	–	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	9.000,00	9.000,00	8.780,00	97,56
5.4- Transferências Diretas - PNATE	–	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	–	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	–	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	264.605,00	264.605,00	208.460,41	78,78
6.1- Transferências de Convênios	264.605,00	264.605,00	208.460,41	78,78
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	–	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	–	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	199.509,26	199.509,26	81.015,23	40,61
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	574.244,26	574.244,26	378.735,33	65,95

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.138.860,00	2.138.860,00	1.571.488,63	73,47
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	926.105,00	926.105,00	776.131,08	83,81
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.212.755,00	1.212.755,00	795.357,55	65,58
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	–	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	–	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	–	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	–	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.294.064,00	1.294.064,00	715.312,58	55,28
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.278.440,00	1.278.440,00	706.344,32	55,25
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	–	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	15.624,00	15.624,00	8.968,26	57,40
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-860.420,00	-860.420,00	-865.144,31	100,55
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.284.064,00	1.284.064,00	784.581,08	61,10	784.581,08	61,10
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.284.064,00	1.284.064,00	784.581,08	61,10	784.581,08	61,10
14- OUTRAS DESPESAS	793.560,00	783.560,00	487.929,78	62,27	487.929,78	62,27
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	793.560,00	783.560,00	487.929,78	62,27	487.929,78	62,27
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.077.624,00	2.067.624,00	1.272.510,86	61,54	1.272.510,86	61,54

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	–
16.1 - FUNDEB 60%	–
16.2 - FUNDEB 40%	–
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
INDICADORES DO FUNDEB	
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	1.272.510,86
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério[1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	109,68
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	68,21
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	-77,90

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 [2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	705.119,34	705.119,34	517.735,09	73,43

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.267.624,00	2.260.624,00	1.342.481,96	59,39	1.342.481,96	59,39
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.077.624,00	2.067.624,00	1.272.510,86	61,54	1.272.510,86	61,54
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	190.000,00	193.000,00	69.971,10	36,25	69.971,10	36,25
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.267.624,00	2.260.624,00	1.342.481,96	59,39	1.342.481,96	59,39

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-865.144,31
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	8.968,26
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	–
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[4]	–
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)	–
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	-856.176,05
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	2.198.658,01
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	106,17

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.294.998,87	2.209.758,07	1.275.219,25	57,71	1.190.055,06	53,85
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.294.998,87	2.209.758,07	1.275.219,25	57,71	1.190.055,06	53,85
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.562.622,87	4.470.382,07	2.617.701,21	58,56	2.532.537,02	56,65

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	38.329,43	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	706.966,66	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.070.098,47	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	922.313,04	0,00
49.2 Restos a Pagar	147.785,43	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	8.968,26	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-315.834,12	0,00

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

FONTE:

[1] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[2] Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

[3] Caput do art. 212 da CF/1988

[4] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

[5] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

[6] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[7] Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.257.079,84	700.491,77	289.927,82	0,00	1.556.588,07
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	**2.257.079,84**	**700.491,77**	**289.927,82**	**0,00**	**1.556.588,07**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**-2.257.079,84**	**-700.491,77**	**-**	**-**	**-1.556.588,07**

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/MÊS AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/MÊS AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	64.369,80	64.369,80	38.062,62	59,13
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.000,00	3.000,00	4.482,65	149,42
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.371,70	3.371,70	13.587,12	402,98
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	23.343,60	23.343,60	8.475,62	36,31
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	22.654,50	22.654,50	11.386,90	50,26
Imposto Territorial Rural - ITR	12.000,00	12.000,00	130,33	1,09
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	1.624.263,90	1.624.263,90	1.203.944,74	74,12
Cota-Parte FPM	694.575,75	694.575,75	592.069,86	85,24
Cota-Parte ITR	1.686,30	1.686,30	2.639,31	156,51
Cota-Parte IPVA	3.300,00	3.300,00	3.946,32	119,59
Cota-Parte ICMS	909.563,25	909.563,25	599.939,84	65,96
Cota-Parte IPI-Exportação	1.654,50	1.654,50	2.167,51	131,01
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	13.484,10	13.484,10	3.181,90	23,60
Desoneração ICMS (LC 87/96)	13.484,10	13.484,10	3.181,90	23,60
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**1.688.633,70**	**1.688.633,70**	**1.242.007,36**	**73,55**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.413.480,00	1.413.480,00	622.990,74	44,07
Provenientes da União	1.215.010,00	1.215.010,00	565.397,84	46,53
Provenientes dos Estados	198.470,00	198.470,00	57.592,90	29,02
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	23.000,00	23.000,00	9.972,72	43,36
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**1.436.480,00**	**1.436.480,00**	**632.963,46**	**44,06**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.465.391,78	3.342.034,81	2.381.864,36	71,27	2.008.486,32	60,10
Pessoal e Encargos Sociais	1.563.916,78	1.332.503,55	849.927,71	63,78	849.927,71	63,78
Outras Despesas Correntes	1.901.475,00	2.009.531,26	1.531.936,65	76,23	1.158.558,61	57,65
DESPESAS DE CAPITAL	1.352.879,00	1.121.510,29	511.570,08	45,61	149.652,64	13,34
Investimentos	1.352.879,00	1.121.510,29	511.570,08	45,61	149.652,64	13,34

Continua 1/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.352.879,00	1.121.510,29	511.570,08	45,61	149.652,64	13,34
Investimentos	1.352.879,00	1.121.510,29	511.570,08	45,61	149.652,64	13,34
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.818.270,78	4.463.545,10	2.893.434,44	64,82	2.158.138,96	48,35

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.731.840,00	2.351.840,00	1.184.449,83	40,94	715.545,20	33,16
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.445.090,00	1.365.090,00	732.764,04	25,33	623.229,15	28,88
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.286.750,00	986.750,00	451.685,79	15,61	92.316,05	4,28
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.731.840,00	2.351.840,00	1.184.449,83	40,94	715.545,20	33,16
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.086.430,78	2.111.705,10	1.708.984,61	59,06	1.442.593,76	66,84

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% [4 e 5]	116,15
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100][6]	1.256.292,66

Continua 2/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2014	0,00	13.001,80	11.780,00	-11.780,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**13.001,80**	**11.780,00**	**-11.780,00**	**0,00**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	13.001,80	0,00	13.001,80
TOTAL (VIII)	**13.001,80**	**0,00**	**13.001,80**

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	1.955.670,95	1.260.558,95	702.476,76	24,28	603.872,41	27,98
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	297.185,00	479.645,20	418.441,79	14,46	397.511,25	18,42
Suporte Profilático e Terapêutico	65.290,00	35.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	97.000,00	97.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	2.403.124,83	2.591.050,95	1.772.515,89	61,26	1.156.755,30	53,60
TOTAL	**4.818.270,78**	**4.463.545,10**	**2.893.434,44**	**100,00**	**2.158.138,96**	**100,00**

FONTE:

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

[4] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

[5] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

[6] No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

LRF, Art. 48 - Anexo 14 — R$ 1,00

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	11.197.848,69
Despesas Liquidadas	9.961.718,17

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	15.372.723,49

RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	141.865,80	0,00
Resultado Primário	0,00	291.386,40	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.949.630,22	1.584.868,15	24.792,78	339.969,29
EXECUTIVO	1.949.630,22	1.584.868,15	24.792,78	339.969,29
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	670.341,17	0,00	664.367,36	5.973,81
EXECUTIVO	670.341,17	0,00	664.367,36	5.973,81
TOTAL:	**2.619.971,39**	**1.584.868,15**	**689.160,14**	**345.943,10**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.198.658,01	25%	106,17
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	784.581,08	60%	109,68

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	0,00	
Despesa de Capital Líquida	289.927,82	1.967.152,02

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.442.593,76	15,00	116,15

Continua 1/2

Município de Rondolândia - MT

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

LRF, Art. 48 - Anexo 14 — R$ 1,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 3º BIM - 2015

Município de Rondolândia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**15.031.194,75**	**7.564.639,93**	**6.420.307,69**
Receita Tributária	478.251,40	243.475,59	213.246,71
I.P.T.U.	18.870,40	29.276,96	17.963,92
I.S.S.	155.624,00	45.534,91	68.624,06
I.T.B.I.	22.478,00	88.365,04	34.764,08
I.R.R.F.	151.030,00	63.049,10	79.951,44
Outras Receitas Tributárias	130.249,00	17.249,58	11.943,21
Receita de Contribuição	60.000,00	23.418,09	31.127,77
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	60.000,00	23.418,09	31.127,77
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	125.408,00	69.639,34	64.064,80
(-) Aplicações Financeiras	125.408,00	69.639,34	64.064,80
Transferências Correntes	14.437.880,50	7.264.074,02	6.149.114,27
F.P.M.	3.704.400,00	2.474.001,10	2.316.172,01
I.P.V.A	22.000,00	15.913,99	8.300,60
I.C.M.S.	4.851.000,00	2.387.619,91	2.178.116,48
Convênios	264.605,00	156.497,78	10.000,00
Outras Transferências Correntes	5.595.875,50	2.230.041,24	1.636.525,18
Demais Receitas Correntes	55.062,85	33.672,23	26.818,94
Dívida Ativa	16.425,00	6.205,25	9.929,86
Diversas Receitas Correntes	38.637,85	27.466,98	16.889,08
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**2.662.005,00**	**147.000,00**	**418.125,06**
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.662.005,00	147.000,00	418.125,06
Convênios	1.005.000,00	147.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	1.657.005,00	0,00	418.125,06
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**2.662.005,00**	**147.000,00**	**418.125,06**
	2.662.005,00	**147.000,00**	**418.125,06**
Outras Receitas de Capital	-29.681,04	-9.201,97	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**17.693.199,75**	**7.711.639,93**	**6.838.432,75**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**14.288.071,60**	**7.765.069,73**	**6.354.066,35**	**7.198.133,14**	**5.904.364,42**
Pessoal e Encargos Sociais	6.414.197,95	3.250.050,75	2.876.981,09	3.243.863,41	2.876.981,09
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.873.873,65	4.515.018,98	3.477.085,26	3.954.269,73	3.027.383,33
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	**14.288.071,60**	**7.765.069,73**	**6.354.066,35**	**7.198.133,14**	**5.904.364,42**
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	**3.103.684,82**	**344.502,77**	**845.045,30**	**215.634,67**	**512.887,15**
Investimentos	2.983.684,82	284.502,77	768.132,11	165.609,98	465.932,77
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	120.000,00	60.000,00	76.913,19	50.024,69	46.954,38
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	**2.983.684,82**	**284.502,77**	**768.132,11**	**165.609,98**	**465.932,77**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	**31.634,43**	**-**	**-**	**-**	**-**

Município de Rondolândia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**17.303.390,85**	**8.049.572,50**	**7.122.198,46**	**7.363.743,12**	**6.370.297,19**
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**389.808,90**	**-337.932,57**	**-283.765,71**	**347.896,81**	**468.135,56**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	**0,00**	**0,00**
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	13.484,04	656.857,13	664.367,36	-	5.973,81	53.057,56	1.896.572,66	24.842,03	24.792,78	48.923,80	1.875.913,64	1.881.887,45
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	13.484,04	656.857,13	664.367,36	0,00	5.973,81	53.057,56	1.896.572,66	24.842,03	24.792,78	48.923,80	1.875.913,64	1.881.887,45
GABINETE DO PREFEITO	0,00	58.845,75	58.845,75	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	8.273,48	8.273,48	0,00	0,00	19.528,00	1.537.214,35	1.270,00	1.270,00	12.242,00	1.543.230,35	1.543.230,35
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	21.781,56	21.781,56	0,00	0,00	1.072,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.072,00	1.072,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	23.809,74	23.809,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2.096,45	0,00	0,00	0,00	2.096,45	1.511,36	0,00	0,00	0,00	0,00	1.511,36	3.607,81
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTUR	0,00	265.732,47	265.732,47	0,00	0,00	0,00	2.500,00	2.500,00	2.450,75	0,00	49,25	49,25
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDAE DESENVC	0,00	36.551,11	36.551,11	0,00	0,00	0,00	5.292,03	5.292,03	5.292,03	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	1.331,11	0,00	1.331,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	2.330,51	2.330,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	10.450,70	10.450,70	0,00	0,00	2.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.240,00	2.240,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	46,75	0,00	46,75	0,00	0,00	25.535,00	0,00	0,00	0,00	23.680,00	1.855,00	1.855,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS I	0,00	83.727,18	83.449,64	0,00	277,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	277,54
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	10.009,73	145.354,63	151.764,54	0,00	3.599,82	3.171,20	347.566,28	11.780,00	11.780,00	13.001,80	325.955,68	329.555,50
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	**13.484,04**	**656.857,13**	**664.367,36**	**0,00**	**5.973,81**	**53.057,56**	**1.896.572,66**	**24.842,03**	**24.792,78**	**48.923,80**	**1.875.913,64**	**1.881.887,45**

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	113.370,86	113.370,86	54.280,54	47,88
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	9.688,40	9.688,40	7.657,83	79,04
1.1.1- IPTU	5.000,00	5.000,00	7.162,81	143,26
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	282,40	282,40	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.000,00	3.000,00	495,02	16,50
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.406,00	1.406,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	–	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	5.896,38	5.896,38	22.091,26	374,66
1.2.1- ITBI	5.619,50	5.619,50	22.091,26	393,12
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	–	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	276,88	276,88	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	–	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	–	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	40.028,58	40.028,58	11.383,85	28,44
1.3.1- ISS	38.906,00	38.906,00	11.383,85	29,26
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	282,40	282,40	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	276,88	276,88	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	563,30	563,30	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	–	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	37.757,50	37.757,50	12.930,39	34,25
1.4.1- IRRF	37.757,50	37.757,50	12.930,39	34,25
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	–	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	–	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	–	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	–	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	20.000,00	20.000,00	217,21	1,09
1.5.1- ITR	20.000,00	20.000,00	217,21	1,09
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	–	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	–	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	–	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	–	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	2.707.106,50	2.707.106,50	1.532.617,17	56,61
2.1- Cota-Parte FPM	1.157.626,25	1.157.626,25	773.125,33	66,79
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	1.157.626,25	1.157.626,25	773.125,33	66,79
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	–	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	–	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.515.938,75	1.515.938,75	744.932,58	49,14
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	22.473,50	22.473,50	3.977,35	17,70
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	2.757,50	2.757,50	2.763,54	100,22
2.5- Cota-Parte ITR	2.810,50	2.810,50	3.839,85	136,63
2.6- Cota-Parte IPVA	5.500,00	5.500,00	3.978,52	72,34
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	–	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	2.820.477,36	2.820.477,36	1.586.897,71	56,26

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	–	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	110.130,00	110.130,00	69.605,59	63,20
5.1- Transferências do Salário-Educação	101.130,00	101.130,00	63.373,59	62,67
5.2- Transferências Diretas - PDDE	–	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	9.000,00	9.000,00	6.232,00	69,24
5.4- Transferências Diretas - PNATE	–	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	–	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	–	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	264.605,00	264.605,00	156.497,78	59,14
6.1- Transferências de Convênios	264.605,00	264.605,00	156.497,78	59,14
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	–	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	–	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	199.509,26	199.509,26	51.561,42	25,84
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	574.244,26	574.244,26	277.664,79	48,35

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.138.860,00	2.138.860,00	1.210.610,41	56,60
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	926.105,00	926.105,00	618.500,12	66,79
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.212.755,00	1.212.755,00	592.110,29	48,82
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	–	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	–	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	–	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	–	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.294.064,00	1.294.064,00	539.359,66	41,68
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.278.440,00	1.278.440,00	538.701,07	42,14
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	–	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	15.624,00	15.624,00	658,59	4,22
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-860.420,00	-860.420,00	-671.909,34	78,09
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.284.064,00	1.284.064,00	586.526,75	45,68	586.526,75	45,68
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.284.064,00	1.284.064,00	586.526,75	45,68	586.526,75	45,68
14- OUTRAS DESPESAS	793.560,00	793.560,00	358.531,85	45,18	358.531,85	45,18
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	793.560,00	793.560,00	358.531,85	45,18	358.531,85	45,18
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.077.624,00	2.077.624,00	945.058,60	45,49	945.058,60	45,49

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	–
16.1 - FUNDEB 60%	–
16.2 - FUNDEB 40%	–
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
INDICADORES DO FUNDEB	
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	945.058,60
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério[1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	108,75
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	66,47
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	-75,22

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 [2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	705.119,34	705.119,34	396.724,43	56,26

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.267.624,00	2.233.624,00	978.660,60	43,81	978.660,60	43,81
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.077.624,00	2.077.624,00	945.058,60	45,49	945.058,60	45,49
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	190.000,00	156.000,00	33.602,00	21,54	33.602,00	21,54
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.267.624,00	2.233.624,00	978.660,60	43,81	978.660,60	43,81

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-671.909,34
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	658,59
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	–
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[4]	–
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)	–
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	-671.250,75
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	1.649.911,35
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	103,97

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.294.998,87	1.865.695,87	1.056.153,84	56,61	956.443,92	51,26
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.294.998,87	1.865.695,87	1.056.153,84	56,61	956.443,92	51,26
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.562.622,87	4.099.319,87	2.034.814,44	49,64	1.935.104,52	47,21

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	38.329,43	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	538.701,07	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	795.868,91	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	648.083,48	0,00
49.2 Restos a Pagar	147.785,43	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	658,59	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-218.179,82	0,00

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

FONTE:

[1] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[2] Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

[3] Caput do art. 212 da CF/1988

[4] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

[5] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

[6] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[7] Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.103.684,82	344.502,77	215.634,67	0,00	2.759.182,05
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	**3.103.684,82**	**344.502,77**	**215.634,67**	**0,00**	**2.759.182,05**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**-3.103.684,82**	**-344.502,77**	**-**	**-**	**-2.759.182,05**

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	64.369,80	64.369,80	32.271,26	50,13
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.000,00	3.000,00	4.297,69	143,26
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.371,70	3.371,70	13.254,76	393,12
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	23.343,60	23.343,60	6.830,28	29,26
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	22.654,50	22.654,50	7.758,20	34,25
Imposto Territorial Rural - ITR	12.000,00	12.000,00	130,33	1,09
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	1.624.263,90	1.624.263,90	919.427,76	56,61
Cota-Parte FPM	694.575,75	694.575,75	463.875,19	66,79
Cota-Parte ITR	1.686,30	1.686,30	2.303,91	136,63
Cota-Parte IPVA	3.300,00	3.300,00	2.387,11	72,34
Cota-Parte ICMS	909.563,25	909.563,25	446.959,52	49,14
Cota-Parte IPI-Exportação	1.654,50	1.654,50	1.515,61	91,61
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	13.484,10	13.484,10	2.386,42	17,70
Desoneração ICMS (LC 87/96)	13.484,10	13.484,10	2.386,42	17,70
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**1.688.633,70**	**1.688.633,70**	**951.699,02**	**56,36**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.413.480,00	1.413.480,00	478.067,64	33,82
Provenientes da União	1.215.010,00	1.215.010,00	439.869,50	36,20
Provenientes dos Estados	198.470,00	198.470,00	38.198,14	19,25
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	23.000,00	23.000,00	5.004,24	21,76
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**1.436.480,00**	**1.436.480,00**	**483.071,88**	**33,63**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.465.391,78	3.256.306,78	1.685.184,96	51,75	1.529.755,92	46,98
Pessoal e Encargos Sociais	1.563.916,78	1.409.478,78	634.462,57	45,01	628.275,23	44,58
Outras Despesas Correntes	1.901.475,00	1.846.828,00	1.050.722,39	56,89	901.480,69	48,81
DESPESAS DE CAPITAL	1.352.879,00	1.122.032,57	201.570,08	17,96	96.536,59	8,60
Investimentos	1.352.879,00	1.122.032,57	201.570,08	17,96	96.536,59	8,60

Continua 1/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.352.879,00	1.122.032,57	201.570,08	17,96	96.536,59	8,60
Investimentos	1.352.879,00	1.122.032,57	201.570,08	17,96	96.536,59	8,60
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.818.270,78	4.378.339,35	1.886.755,04	43,09	1.626.292,51	37,14

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.731.840,00	2.431.840,00	673.555,20	35,70	503.760,15	30,98
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.445.090,00	1.445.090,00	521.869,41	27,66	454.560,15	27,95
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.286.750,00	986.750,00	151.685,79	8,04	49.200,00	3,03
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.731.840,00	2.431.840,00	673.555,20	35,70	503.760,15	30,98
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.086.430,78	1.946.499,35	1.213.199,84	64,30	1.122.532,36	69,02

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% [4 e 5]	117,95
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100][6]	979.777,51

Continua 2/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2014	0,00	13.001,80	11.780,00	-11.780,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**13.001,80**	**11.780,00**	**-11.780,00**	**0,00**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	13.001,80	0,00	13.001,80
TOTAL (VIII)	**13.001,80**	**0,00**	**13.001,80**

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	1.955.670,95	1.558.417,95	509.297,63	26,99	445.203,41	27,38
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	297.185,00	454.023,00	344.926,29	18,28	324.211,25	19,94
Suporte Profilático e Terapêutico	65.290,00	65.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	97.000,00	97.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	2.403.124,83	2.203.608,40	1.032.531,12	54,73	856.877,85	52,69
TOTAL	**4.818.270,78**	**4.378.339,35**	**1.886.755,04**	**100,00**	**1.626.292,51**	**100,00**

FONTE:

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

[4] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

[5] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

[6] No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	
NADA A DECLARAR				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
NADA A DECLARAR											

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

LRF, Art. 48 - Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	17.818.607,75
Previsão Atualizada	17.818.607,75
Receitas Realizadas	7.781.279,27
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	17.013.390,85
Créditos Adicionais	410.000,00
Dotação Atualizada	17.423.390,85
Despesas Empenhadas	8.109.572,50
Despesas Liquidadas	7.413.767,81
Despesas pagas	6.236.705,55
Superavit Orçamentário	358.309,49

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	8.109.572,50
Despesas Liquidadas	7.413.767,81

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	15.334.495,29

RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-12.210,62	0,00
Resultado Primário	0,00	347.896,81	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.949.630,22	48.923,80	24.792,78	1.875.913,64
EXECUTIVO	1.949.630,22	48.923,80	24.792,78	1.875.913,64
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	670.341,17	0,00	664.367,36	5.973,81
EXECUTIVO	670.341,17	0,00	664.367,36	5.973,81
TOTAL:	**2.619.971,39**	**48.923,80**	**689.160,14**	**1.881.887,45**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.649.911,35	25%	103,97
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	586.526,75	60%	108,75

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	0,00	
Despesa de Capital Líquida	215.634,67	2.888.050,15

Continua 1/2

Município de Rondolândia - MT

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.122.532,36	15,00	117,95

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**17.818.607,75**	**17.818.607,75**	**3.047.751,80**	**17,10**	**7.781.279,27**	**43,67**	**10.037.328,48**
RECEITAS CORRENTES	**15.156.602,75**	**15.156.602,75**	**2.900.751,80**	**19,14**	**7.634.279,27**	**50,37**	**7.522.323,48**
RECEITA TRIBUTARIA	478.251,40	478.251,40	137.128,97	28,67	243.475,59	50,91	234.775,81
IMPOSTOS	428.002,40	428.002,40	131.976,38	30,84	227.094,80	53,06	200.907,60
TAXAS	50.249,00	50.249,00	5.152,59	10,25	16.380,79	32,60	33.868,21
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	60.000,00	60.000,00	6.834,04	11,39	23.418,09	39,03	36.581,91
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	60.000,00	60.000,00	6.834,04	11,39	23.418,09	39,03	36.581,91
RECEITA PATRIMONIAL	125.408,00	125.408,00	27.594,02	22,00	69.639,34	55,53	55.768,66
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	125.408,00	125.408,00	27.594,02	22,00	69.639,34	55,53	55.768,66
RECEITA DE SERVIÇOS	11.242,00	11.242,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.242,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.437.880,50	14.437.880,50	2.726.522,13	18,88	7.264.074,02	50,31	7.173.806,48
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.173.275,50	14.173.275,50	2.674.567,31	18,87	7.107.576,24	50,15	7.065.699,26
TRANSF. DE CONV.	264.605,00	264.605,00	51.954,82	19,63	156.497,78	59,14	108.107,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.820,85	43.820,85	2.672,64	6,10	33.672,23	76,84	10.148,62
MULTAS E JUROS DE MORA	12.395,60	12.395,60	0,00	0,00	0,00	0,00	12.395,60
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.624,00	5.624,00	100,00	1,78	5.923,63	105,33	-299,63
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	16.425,00	16.425,00	2.572,64	15,66	6.205,25	37,78	10.219,75
RECEITAS DIVERSAS	9.376,25	9.376,25	0,00	0,00	21.543,35	229,77	-12.167,10
RECEITAS DE CAPITAL	**2.662.005,00**	**2.662.005,00**	**147.000,00**	**5,52**	**147.000,00**	**5,52**	**2.515.005,00**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.662.005,00	2.662.005,00	147.000,00	5,52	147.000,00	5,52	2.515.005,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.657.005,00	1.657.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.657.005,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.005.000,00	1.005.000,00	147.000,00	14,63	147.000,00	14,63	858.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**17.818.607,75**	**17.818.607,75**	**3.047.751,80**	**17,10**	**7.781.279,27**	**43,67**	**10.037.328,48**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Rondolândia - MT

Continuação 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**17.818.607,75**	**17.818.607,75**	**3.047.751,80**	**17,10**	**7.781.279,27**	**43,67**	**10.037.328,48**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.818.607,75	17.818.607,75	3.047.751,80	17,10	7.781.279,27	43,67	10.037.328,48
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**17.013.390,85**	**17.423.390,85**	**3.348.157,50**	**8.109.572,50**	**9.313.818,35**	**3.277.525,44**	**7.413.767,81**	**10.009.623,04**	**6.236.705,55**
DESPESAS CORRENTES	**13.911.109,60**	**14.288.071,60**	**3.132.181,59**	**7.765.069,73**	**6.523.001,87**	**3.152.357,31**	**7.198.133,14**	**7.089.938,46**	**6.129.676,86**
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	7.033.752,40	6.414.197,95	1.233.545,94	3.250.050,75	3.164.147,20	1.227.358,60	3.243.863,41	3.170.334,54	2.774.270,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.877.357,20	7.873.873,65	1.898.635,65	4.515.018,98	3.358.854,67	1.924.998,71	3.954.269,73	3.919.603,92	3.355.405,94
DESPESAS DE CAPITAL	**2.958.906,25**	**3.103.684,82**	**215.975,91**	**344.502,77**	**2.759.182,05**	**125.168,13**	**215.634,67**	**2.888.050,15**	**107.028,69**
INVESTIMENTOS	2.838.906,25	2.983.684,82	215.975,91	284.502,77	2.699.182,05	107.812,68	165.609,98	2.818.074,84	57.004,00
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	120.000,00	120.000,00	0,00	60.000,00	60.000,00	17.355,45	50.024,69	69.975,31	50.024,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**143.375,00**	**31.634,43**	**0,00**	**0,00**	**31.634,43**	**0,00**	**0,00**	**31.634,43**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	143.375,00	31.634,43	0,00	0,00	31.634,43	0,00	0,00	31.634,43	0,00
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—		—	—		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**17.013.390,85**	**17.423.390,85**	**3.348.157,50**	**8.109.572,50**	**9.313.818,35**	**3.277.525,44**	**7.413.767,81**	**10.009.623,04**	**6.236.705,55**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Rondolândia - MT

Continuação 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**17.013.390,85**	**17.423.390,85**	**3.348.157,50**	**8.109.572,50**	**9.313.818,35**	**3.277.525,44**	**7.413.767,81**	**10.009.623,04**	**6.236.705,55**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	358.309,49	—	7.772.077,30
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.013.390,85	17.423.390,85	3.348.157,50	8.109.572,50	—	3.277.525,44	7.772.077,30	—	14.008.782,85

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.013.390,85	17.423.390,85	3.348.157,50	8.109.572,50	100,00	9.313.818,35	3.277.525,44	7.413.767,81	100,00	10.009.623,04
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Ação Judiciária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Administração	4.524.574,70	4.399.882,15	782.072,98	2.321.647,20	28,63	2.078.234,95	785.378,16	2.135.884,05	28,81	2.263.998,10
Administração Geral	4.010.870,70	3.954.278,15	767.933,82	2.270.833,17	28,00	1.683.444,98	760.736,46	2.086.423,88	28,14	1.867.854,27
Administração Financeira	257.829,00	189.729,00	14.139,16	50.814,03	0,63	138.914,97	24.641,70	49.460,17	0,67	140.268,83
Ordenamento Territorial	104.000,00	104.000,00	0,00	0,00	0,00	104.000,00	0,00	0,00	0,00	104.000,00
Infra-Estrutura Urbana	101.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00
Habitação Urbana	50.875,00	50.875,00	0,00	0,00	0,00	50.875,00	0,00	0,00	0,00	50.875,00
Assistência Social	732.172,50	768.488,05	157.878,79	428.949,11	5,29	339.538,94	160.797,12	355.675,60	4,80	412.812,45
Administração Geral	560.805,00	518.760,55	110.320,51	317.905,07	3,92	200.855,48	120.735,04	278.679,80	3,76	240.080,75
Assistência à Criança e ao Adolescente	39.500,00	34.500,00	0,00	0,00	0,00	34.500,00	0,00	0,00	0,00	34.500,00
Assistência Comunitária	131.867,50	215.227,50	47.558,28	111.044,04	1,37	104.183,46	40.062,08	76.995,80	1,04	138.231,70
Saúde	3.531.520,78	3.391.589,35	598.814,91	1.735.069,25	21,40	1.656.520,10	594.408,02	1.577.092,51	21,27	1.814.496,84
Administração Geral	1.115.374,83	1.215.858,40	250.879,83	880.845,33	10,86	335.013,07	259.214,20	807.677,85	10,89	408.180,55
Atenção Básica	1.955.670,95	1.558.417,95	218.152,94	509.297,63	6,28	1.049.120,32	206.126,72	445.203,41	6,01	1.113.214,54
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	297.185,00	454.023,00	129.782,14	344.926,29	4,25	109.096,71	129.067,10	324.211,25	4,37	129.811,75
Suporte Profilático e Terapêutico	65.290,00	65.290,00	0,00	0,00	0,00	65.290,00	0,00	0,00	0,00	65.290,00
Vigilância Sanitária	97.000,00	97.000,00	0,00	0,00	0,00	97.000,00	0,00	0,00	0,00	97.000,00
Infra-Estrutura Urbana	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Trabalho	164.000,00	158.000,00	57.906,95	117.906,95	1,45	40.093,05	33.975,53	79.421,16	1,07	78.578,84
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	164.000,00	158.000,00	57.906,95	117.906,95	1,45	40.093,05	33.975,53	79.421,16	1,07	78.578,84
Educação	3.914.372,87	4.438.419,87	875.495,87	2.201.585,84	27,15	2.236.834,03	861.476,68	2.098.184,27	28,30	2.340.235,60
Administração Geral	556.061,62	818.933,62	229.828,71	649.618,66	8,01	169.314,96	232.908,63	613.973,83	8,28	204.959,79
Formação de Recursos Humanos	2.000,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Alimentação e Nutrição	156.000,00	169.150,00	8.116,17	61.630,07	0,76	107.519,93	8.027,69	57.938,42	0,78	111.211,58
Ensino Fundamental	3.031.306,25	3.217.741,25	589.116,81	1.440.000,33	17,76	1.777.740,92	572.106,18	1.375.935,24	18,56	1.841.806,01
Ensino Superior	40.500,00	5.890,00	762,17	2.479,77	0,03	3.410,23	762,17	2.479,77	0,03	3.410,23
Educação Infantil	128.505,00	226.605,00	47.672,01	47.857,01	0,59	178.747,99	47.672,01	47.857,01	0,65	178.747,99
Cultura	76.250,00	73.250,00	0,00	0,00	0,00	73.250,00	0,00	0,00	0,00	73.250,00
Difusão Cultural	76.250,00	73.250,00	0,00	0,00	0,00	73.250,00	0,00	0,00	0,00	73.250,00

Continua 1/3

Município de Rondolândia - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.013.390,85	17.423.390,85	3.348.157,50	8.109.572,50	100,00	9.313.818,35	3.277.525,44	7.413.767,81	100,00	10.009.623,04
Urbanismo	213.000,00	166.000,00	0,00	0,00	0,00	166.000,00	0,00	0,00	0,00	166.000,00
Infra-Estrutura Urbana	62.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00
Serviços Urbanos	151.000,00	139.000,00	0,00	0,00	0,00	139.000,00	0,00	0,00	0,00	139.000,00
Habitação	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00
Habitação Urbana	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00
Saneamento	1.362.900,00	1.243.900,00	407.800,84	407.800,84	5,03	836.099,16	305.315,05	305.315,05	4,12	938.584,95
Administração Geral	377.150,00	258.150,00	256.115,05	256.115,05	3,16	2.034,95	256.115,05	256.115,05	3,45	2.034,95
Saneamento Básico Rural	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Saneamento Básico Urbano	685.750,00	685.750,00	151.685,79	151.685,79	1,87	534.064,21	49.200,00	49.200,00	0,66	636.550,00
Gestão Ambiental	192.750,00	189.750,00	43.102,71	87.406,90	1,08	102.343,10	33.748,41	78.052,60	1,05	111.697,40
Administração Geral	127.000,00	124.000,00	43.102,71	87.406,90	1,08	36.593,10	33.748,41	78.052,60	1,05	45.947,40
Preservação e Conservação Ambiental	53.500,00	53.500,00	0,00	0,00	0,00	53.500,00	0,00	0,00	0,00	53.500,00
Controle Ambiental	1.250,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00
Recuperação de Áreas Degradadas	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Agricultura	53.325,00	53.325,00	0,00	4.608,07	0,06	48.716,93	0,00	4.608,07	0,06	48.716,93
Habitação Rural	5.875,00	5.875,00	0,00	0,00	0,00	5.875,00	0,00	0,00	0,00	5.875,00
Promoção da Produção Agropecuária	47.450,00	47.450,00	0,00	4.608,07	0,06	42.841,93	0,00	4.608,07	0,06	42.841,93
Indústria	37.750,00	27.500,00	0,00	0,00	0,00	27.500,00	0,00	0,00	0,00	27.500,00
Promoção Industrial	37.750,00	27.500,00	0,00	0,00	0,00	27.500,00	0,00	0,00	0,00	27.500,00
Comunicações	30.000,00	18.478,00	4.478,00	18.384,00	0,23	94,00	11.100,00	18.384,00	0,25	94,00
Comunicação Social	30.000,00	18.478,00	4.478,00	18.384,00	0,23	94,00	11.100,00	18.384,00	0,25	94,00
Energia	44.950,00	44.950,00	0,00	5.334,40	0,07	39.615,60	0,00	5.334,40	0,07	39.615,60
Energia Elétrica	44.950,00	44.950,00	0,00	5.334,40	0,07	39.615,60	0,00	5.334,40	0,07	39.615,60
Transporte	1.467.250,00	1.476.250,00	419.571,45	703.568,49	8,68	772.681,51	462.560,45	688.893,49	9,29	787.356,51
Transporte Rodoviário	1.467.250,00	1.476.250,00	419.571,45	703.568,49	8,68	772.681,51	462.560,45	688.893,49	9,29	787.356,51
Desporto e Lazer	164.200,00	580.974,00	1.035,00	17.311,45	0,21	563.662,55	11.410,57	16.897,92	0,23	564.076,08
Administração Geral	35.375,00	46.922,45	1.035,00	17.311,45	0,21	29.611,00	11.410,57	16.897,92	0,23	30.024,53
Desporto Comunitário	127.725,00	532.951,55	0,00	0,00	0,00	532.951,55	0,00	0,00	0,00	532.951,55
Lazer	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
Encargos Especiais	120.000,00	120.000,00	0,00	60.000,00	0,74	60.000,00	17.355,45	50.024,69	0,67	69.975,31
Refinanciamento da Dívida Interna	120.000,00	120.000,00	0,00	60.000,00	0,74	60.000,00	17.355,45	50.024,69	0,67	69.975,31

Continua 2/3

Município de Rondolândia - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.013.390,85	17.423.390,85	3.348.157,50	8.109.572,50	100,00	9.313.818,35	3.277.525,44	7.413.767,81	100,00	10.009.623,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	143.375,00	31.634,43	0,00	0,00	0,00	31.634,43	0,00	0,00	0,00	31.634,43
TOTAL (III) = (I + II)	17.013.390,85	17.423.390,85	3.348.157,50	8.109.572,50	100,00	9.313.818,35	3.277.525,44	7.413.767,81	100,00	10.009.623,04

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2014 A JUNHO/2015

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, Inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Jul/2014	Ago/2014	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**1.426.614,21**	**1.250.857,69**	**1.239.659,78**	**1.546.969,09**	**1.294.435,64**	**1.594.008,26**	**1.471.781,28**	**1.272.990,26**	**1.312.569,91**	**1.473.521,52**	**1.693.727,32**	**1.620.299,37**	**17.199.434,37**	**17.307.834,35**
RECEITA TRIBUTARIA	219.114,72	27.307,79	29.772,71	28.249,56	17.827,11	34.745,67	11.573,85	31.313,08	28.661,54	34.798,15	24.338,51	112.790,46	600.493,15	479.381,00
I.P.T.U.	2.012,44	756,32	652,93	1.042,43	154,25	1.094,52	104,63	1.425,24	8.168,92	12.723,20	5.453,91	1.401,06	34.989,85	20.000,00
I.R.R.F	11.609,17	11.285,59	11.636,72	10.978,34	10.281,24	17.618,61	8.189,94	9.822,98	9.742,13	11.602,17	11.179,95	12.511,93	136.658,77	151.030,00
I.S.S.	9.358,16	13.145,01	13.513,28	10.624,29	5.371,89	15.389,30	1.639,95	18.238,27	5.697,51	6.956,87	6.420,54	6.581,77	112.936,84	155.624,00
I.T.B.I.	192.680,63	0,00	0,00	2.028,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49,00	88.316,04	283.074,61	22.478,00
Outras Receitas Tributárias	3.254,32	2.120,87	3.969,78	3.575,56	2.019,73	643,24	1.639,33	1.826,59	5.052,98	3.515,91	1.235,11	3.979,66	32.833,08	130.249,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.107,99	4.911,43	6.960,33	13.147,31	9.282,35	3.640,47	4.853,64	3.794,08	3.806,12	4.130,21	3.020,44	3.813,60	67.467,97	60.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	11.462,49	11.483,35	11.435,00	11.665,40	9.713,89	10.086,16	10.158,56	9.405,83	11.310,78	11.170,15	14.508,48	13.085,54	135.485,63	125.408,00
RECEITA INDÚSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	11.242,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.161.432,91	1.202.919,32	1.183.063,84	1.492.350,65	1.254.259,14	1.534.063,18	1.444.807,96	1.226.626,94	1.251.402,59	1.412.049,92	1.649.953,93	1.489.843,09	16.322.773,47	16.587.982,50
Cota-Parte do F.P.M.	351.604,57	427.139,72	374.423,69	353.868,93	468.390,79	753.362,55	571.401,61	583.290,34	424.841,34	458.516,39	563.847,26	490.604,28	5.821.291,47	4.630.505,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	590.279,37	495.477,73	516.236,83	479.308,81	491.589,92	517.179,18	504.635,27	422.216,12	549.327,77	480.004,16	503.924,55	519.622,33	6.069.802,04	6.063.755,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	115,46	3.071,86	1.139,49	1.103,05	96,09	358,87	0,00	4.649,26	2.268,89	1.851,42	4.337,40	2.807,02	21.796,81	22.000,00
Cota-Parte do ITR.	218,10	56,39	2.776,58	48.553,17	15.184,43	16.889,60	8.376,13	288,83	259,24	206,41	4.654,59	1.574,13	99.037,60	11.242,00
Outras Transferências Correntes	120.020,27	118.752,46	157.315,41	428.964,04	141.481,72	101.999,18	225.445,13	76.190,74	137.685,49	332.465,62	412.787,10	331.757,42	2.584.864,58	3.697.556,50
Transferências da LC 61/1989	444,53	4.571,35	4.707,59	34.886,24	4.796,65	0,00	0,00	6.376,52	0,00	0,00	2.784,48	1.006,91	59.574,27	11.030,00
Transferências da LC 87/1996	2.624,43	2.624,43	2.624,43	2.624,43	2.624,43	5.248,86	0,00	0,00	0,00	10.606,27	2.651,57	2.651,57	34.280,42	89.894,00
Transferências do FUNDEB	116.126,18	151.225,38	123.839,82	143.041,98	130.095,11	139.024,94	134.949,82	133.615,13	137.019,86	128.399,65	154.966,98	139.819,43	1.632.124,28	2.062.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.496,10	3.635,80	8.427,90	1.556,17	3.353,15	11.472,80	387,27	1.850,35	17.388,88	11.373,09	1.905,96	766,68	72.614,15	43.820,85
DEDUÇÕES (II)	**117.850,57**	**100.246,02**	**104.555,44**	**112.640,50**	**101.898,93**	**107.935,24**	**216.882,54**	**201.865,34**	**193.828,48**	**190.225,94**	**215.882,98**	**201.127,10**	**1.864.939,08**	**2.179.783,04**
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	117.850,57	100.246,02	104.555,44	112.640,50	101.898,93	107.935,24	216.882,54	201.865,34	193.828,48	190.225,94	215.882,98	201.127,10	1.864.939,08	2.179.783,04
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**1.310.763,64**	**1.150.611,67**	**1.135.104,34**	**1.434.328,59**	**1.192.536,71**	**1.486.073,04**	**1.254.898,74**	**1.071.124,94**	**1.118.741,43**	**1.283.295,58**	**1.477.844,34**	**1.419.172,27**	**15.334.495,29**	**15.128.051,31**

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**0,00**	**0,00**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Caixa	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Continua 3/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUI
Sec de Finanças

Município de Rondolândia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	833.860,92	801.191,68	783.836,23
DEDUÇÕES (II)	706.945,98	1.027.748,77	669.131,91
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.369.569,72	1.337.378,87	1.845.475,28
Demais Haveres Financeiros	7.717,43	7.398,50	6.741,95
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	670.341,17	317.028,60	1.183.085,32
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	126.914,94	-226.557,09	114.704,32
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV – V)	**126.914,94**	**-226.557,09**	**114.704,32**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2015 (C - A)
VALOR	**341.261,41**	**-12.210,62**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

Rondolândia, 26/11/2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

GERSON MARINHO DA SILVA JUNIOR
Sec de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 185/2015

PORTARIA N.º 185/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **AUXÍLIO DOENÇA** a o (a) servidor(a) Sr(a). **ANGELA CRISTINA AZEVEDO CAVALCANTI."**

A **Secretária Municipal de Administração**, de **ROSÁRIO-PREVI** - ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14 da Lei Municipal nº 1.053, de 05 de setembro de 2006. , que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, à servidora Sra. **ANGELA CRISTINA AZEVEDO CAVALCANTI**, portadora do RG n.º 909965,

SSP/MT e do CPF n.º 792.631.191-04, residente e domiciliado(a) a RUA 04, S/N, ROSARIO OESTE - ROSARIO OESTE/MT, servidora EFETIVA, no cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculada sob o n.º 2055, com vencimentos integrais, a partir de 22 de Outubro de 2015 e término em 22 de Dezembro de 2015, conforme processo administrativo do ROSÁRIO-PREVI, n.º **2015.05.00083P.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

ROSARIO OESTE - MT, 19/11/2015.

MARIA NILDECI BEZERRA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 186/2015

PORTARIA N.º 186/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de à servidora Sra. **JOSELINA MARIA DE SANTANA FERREIRA** ."

A **Secretária Municipal de Administração, de ROSÁRIO-PREVI** - ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14 da Lei Municipal nº. 1.053/2006, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, à servidora Sra. JOSELINA MARIADE SANTANA FERREIRA, CASADA, portadora do RG n.º 12239968, SSP/MT/MT e do CPF n.º952.354.341-53, residente e domiciliada a RUA GIRASSOL, S/N, NOSSA SENHORA DA PIEDADE - ROSARIO OESTE/MT, servidora EFETIVA, no cargo de TÉCNICO APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculado(a) sob o n.º 1506, com vencimentos integrais, a partir de 18 de novembro de 2015 e término em 19 de dezembro de 2015, conforme processo administrativo do ROSÁRIO-PREVI, n.º **2015.05.00081P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

ROSARIO OESTE - MT, 26/11/2015.

MARIA NILDECI BEZERRA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO TOMADA DE PREÇO Nº 004/2015

O Município de Rosário Oeste, através da Presidente de Comissão Permanente de Licitação torna público para quem possa interessar que na tomada de preço supracitada que tem por objeto:*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA* **ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO E REFORMA DE PONTES DAS COMUNIDADES DA ZONA RURAL PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.** Foi declarada a empresa CAMPOS E BUENO DE ALMEIDA LTDA vencedora do certame com o valor R$ 137. 646,64 (cento e trinta e sete mil, seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos). Informa ainda que a integra dos autos acham-se à disposição dos interessados no setor de licitação.

Andreia Viviane Souza de Almeida

CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 046/2015

DECRETO N.º 046/2015, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, Prefeito Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Municipal n°. 1.403, de 18 de dezembro de 2014;

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de **R$ 100.000,00** (Cem mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

003 – SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

002 – FUNDO MUNIC. DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

039 - INATIVOS E PENSIONISTA DA PREVIDÊNCIA

103 - CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS

2012 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PAGAMENTOS DE INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.01.00.00 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS...R$ 100.000,00

TOTAL..... R$ 100.000,00

Artigo 2º - A cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

003 – SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

002 – FUNDO MUNIC. DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

039 – INATIVOS E PENSIONISTA DA PREVIDÊNCIA

103 - CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS

2013 – MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS

3.1.90.05.00.00.00 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS ..... R$ 100.000,00

TOTAL..... R$ 100.000,00

Artigo 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, em 18 de Novembro de 2015.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, no mural da Prefeitura Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2015 – Prestação de Serviços sob a modalidade de Reprogramação Asfáltica para a **execução de obras de "*Pavimentação Asfáltica e Sinalização Viária* nas Ruas Minas Gerais, Celcino Pereira, São Paulo T1, São Paulo T2, 28 de Agosto, com extensão de 402,64 m²",** no município de Salto do Céu

- MT**,** conforme Projeto Básico, QCI – Quadro de Composição do Investimento, BDI e Cronograma Físico-Financeiro e Especificações Técnicas constantes da **Tomada de Preços nº 001/2015,** em atendimento a Secretaria Municipal de Obras, por um período de 97 (noventa e sete) dias, para os fins que especifica. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato, bem como também o prazo de execução da obra, estes estabelecidos no Item 4.1, cláusula quarta do contrato original. **CONTRATADA: V.L. MORETTO & CIA LTDA CNPJ: 04.746.603/0001-98.** Fica prorrogado por mais 97 (noventa e sete) dias.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE REABERTURA DE CERTAME - TOMADA DE PREÇOS 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015

Objeto: **Contratação de empresa para reforma do Centro de Eventos do município de Santa Rita do Trivelato – MT.** Diante do não comparecimento de interessados no presente objeto, a sessão de abertura e julgamento de propostas fora redesignada para o dia 14/12/2015 às 08:00 horas – Local: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato (Sala de Licitações), localizada à Av. Flavio Luiz, 2201,Centro – Santa Rita do Trivelato-MT. O Edital Completo encontra-se a disposição no mural da Prefeitura Municipal, podendo ser solicitado pelos interessados pelo fone: (65)3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 26 de novembro de 2015.

Artemio Syperreck

Presidente da CPL

LEI MUNICIPAL Nº 518/2015 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

SUMULA: "DISPÕE SOBRE A FORMA DE DISPONIBILIZAÇÃO E PAGAMENTOS DE DIÁRIAS E ADIANTAMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Municipal:

LEI

Art. 1º - Fica instituído na Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato, nos termos desta Lei, o regime de adiantamento e diárias previsto nas normas gerais de direito financeiro, para a cobertura de despesas que não se subordinem ao processo normal de aplicação, com base nos art. 65, 68 e 69, todos da Lei 4.320/64, e no Parágrafo único, do art. 60, da Lei n. 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

DOS ADIANTAMENTOS

Art. 2o - Considera-se adiantamento a entrega ao agente público, precedida de regular empenho na dotação orçamentária própria, de numerário destinado à realização de despesas que, por sua natureza, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 3o - O regime de adiantamento é aplicável, sempre em caráter de exceção, nos seguintes casos:

a) Despesas de caráter de urgência ou em situações extraordinárias, devidamente caracterizadas, das quais possam resultar eventuais prejuízos ao Município, cuja realização não permita delongas; b) Despesas efetuadas em localidades distantes da sede do Município; c) Despesas que custeiam viagens dos servidores e agentes políticos, a serviço da Câmara Municipal, as quais não são submetidos ao processo de empenho; d) Combustíveis para abastecimento fora do município do veículo usado no transporte; e) Pequenos serviços de reparos emergenciais e troca de peças do veículo oficial utilizado na viagem, quando absolutamente necessários ao prosseguimento da viagem ou retorno à sede do município, e dentro do limite do valor do adiantamento concedido; f) Pagamento de inscrições para eventos ou cursos. g) Despesas com custas judiciais; h) Despesas de pequena monta e de pronto pagamento.

§1º - Não será concedido adiantamento para aquisição de materiais permanentes ou para pagamento de serviços ou compra de materiais que pela sua previsibilidade, devem ser planejadas pela administração ou quando a liquidação pelo processo normal de aplicação estiver prevista em lei ou ato administrativo

§2º - Consideram-se despesas de pequena monta e de pronto pagamento, para os efeitos desta Lei, as que se fizerem:

a) Com selos postais, telegramas, emolumentos, reproduções de documentos e publicações diversas, serviços telefônicos, gás, pequenos consertos e outras despesas de pequeno vulto;

b) Com encadernação avulsa e com artigos de escritório, de desenho, impressos, com quantidades restritas para uso e consumo próximo ou imediato;

c) Outra qualquer, de pequeno vulto e de necessidade imediata desde que devidamente justificada.

Art. 4o - Poderão receber adiantamentos:

I. O Presidente da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT;

II. O Vereadores, exclusivamente para despesas de viagem em representação do Município, por designação do Presidente;

III. Presidente, Vereadores, Funcionários da Câmara de Vereadores, e outros ocupantes de cargos em comissão ou contratados, para despesas afetas à sua unidade administrativa, bem como desempenho de atividades única e exclusivamente de interesse da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT.

IV. Servidores públicos efetivos, quando no exercício da função em viagens fora do território do município, por motivo de serviço, participação em cursos ou eventos de capacitação profissional de interesse do município.

Art. 5o - As requisições de adiantamento serão feitas ao **Presidente Câmara Municipal,** por meio de formulário próprio.

§1º - Os adiantamentos serão realizados de acordo com a real necessidade, sendo que deverá ser feito por previsão estimada dos gastos.

§2º – Quando autorizado, deverá ser encaminhado ao Setor de Finanças para emissão da Solicitação de Diária e/ou Adiantamento, conforme formulário que faz parte integrante desta lei na forma do Anexo II.

Art. 6º - Não se fará adiantamento:

I. Para despesa já realizada;

II. A servidor em alcance;

III. A servidor responsável por dois adiantamentos.

Art. 7o - É vedada a aplicação de adiantamento em despesa diversa daquela para a qual foi o mesmo não foi autorizado.

Art. 8º - A prestação de contas deverá ser encaminhada ao Departamento de Contabilidade, para exame e parecer, devendo o processo de adiantamento estar, obrigatoriamente, instruído com os seguintes elementos:

a) Cópia da solicitação do adiantamento; (oficio); b) Solicitação de Diária e Adiantamento –"Anexo II"; c) Documentos comprobatórios das despesas;

detalhados na forma do “Anexo III” desta lei. d) Guia de restituição do saldo do adiantamento, se houver;

§1º - As notas a que se refere o item “c” deste artigo são as emitidas, consoante à legislação tributária vigente, devendo as mesmas estar recebidas e datadas pelo fornecedor da prestação do serviço/entrega do material.

§2º - Não será aceitaNota Fiscal, recibo, ou outro documento que não se especifique as despesas, esta deverá ser detalhada.

§3º - As notas fiscais/recibos deverão ser emitidas em nome da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato.

Art. 9º - Não serão aceitos documentos rasurados, ilegíveis, emendas, com data anterior ou posterior ao período da aplicação do adiantamento ou que se refira à despesa não classificável na espécie de adiantamento concedido.

Art. 10 - O prazo para a prestação de contas não deverá exceder 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do adiantamento, apresentando o respectivo relatório de viagem apresentado no Anexo IV.

§1º - A prestação de contas de adiantamento feita para despesas de viagens se fará dentro de 10 (DEZ) dias, contados da data de regresso do servidor.

§2º - As prestações de contas dos adiantamentos realizados no mês de dezembro deverão ser entregues, impreterivelmente, até o dia 19 de dezembro do mesmo ano.

Art. 11 - Os saldos de adiantamento não aplicados até 31 de dezembro de cada exercício serão, obrigatoriamente, recolhidos à Tesouraria do Poder Legislativo Municipal.

DAS DIÁRIAS

Art. 12 - Os agentes políticos, vereadores e servidores da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato que se deslocar temporariamente do município de Santa Rita do Trivelato – MT, em objetivo de serviço, por determinação superior fará jus à percepção de diárias para indenização das despesas de alimentação e hospedagem.

Art. 13 - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida somente quando houver pernoite, sendo necessária a comprovação da despesa de hospedagem com nota fiscal.

I- Quando forem realizadas viagem fora do Estado de Mato Grosso, somente será concedida “diárias”, após, o transcurso de 08:00hs ou pernoite, sendo em ambos os casos, a realização de juntada de documentos hábeis a comprovação das despesas.

Art. 14 - O pagamento de diárias aos vereadores e funcionários municipais da câmara de vereadores dependerá de autorização prévia do Presidente Câmara, mediante requerimento prévio do interessado, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, e contendo a especificação sobre a finalidade, o destino da viagem e o número de diárias.

Art. 15 - As diárias de viagens serão pagas antecipadamente, salvo em casos de emergência ou situações imprevistas, quando o pagamento poderá ser feito após o retorno do favorecido.

Parágrafo Único - Caso a viagem ultrapasse a quantidade de diárias solicitadas, ocorrerá o pagamento das diárias correspondentes ao período prorrogado após o retorno do favorecido, mediante justificativa fundamentada e autorização do Presidente Câmara.

Art. 16 - A despesa de diária será realizada mediante empenho prévio, após a devida autorização ou requisição.

Art. 17 - Ficam estabelecidos, para pagamento de diárias aos agentes políticos, vereadores demais servidores da câmara municipal os valores constantes do Anexo I desta lei (Quadro de Diárias), que dela fica fazendo parte integrante, que compreenderão o limite territorial Estadual e Nacional.

Parágrafo Único - Os valores consignados no Quadro de Diárias poderão ser corrigidos anualmente, mediante Resolução aprovada em plenária maioria simples, com base no percentual de inflação apurado pelo INPC/IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 18 - No caso de deslocamento que não exija pernoite, o mesmo receberá 0,5 (meia) diária, para cobrir despesas com alimentação, observadas as mesmas regras de concessão de diárias, no que for aplicável.

§1° - O valor de 0,5 (meia) diária será equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da diária que corresponderia ao mesmo destino.

§2o - Não será devida a diária quando a Câmara Municipal custear diretamente a despesa de alimentação do agente político, vereador ou servidor.

Art. 19 - Todo aquele que receber diárias para viagens deverá prestar contas de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor recebido no prazo de até 10 (dez) dias úteis após seu regresso, apresentando o respectivo relatório de viagem apresentado no Anexo IV, nota fiscal ou cupom fiscal.

§1o - Quando houver pagamento de diárias, o beneficiário deverá também apresentar os comprovantes originais de permanência no local de destino, no mesmo prazo fixado no caput.

Art. 20 - Todo aquele que receber diárias e não se afastar da sede do município, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 03 (três) dias úteis.

Parágrafo Único - Na hipótese de o beneficiário retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o afastamento, deverá restituir os valores recebidos em excesso em igual prazo.

Art. 21 - Ficará proibido de receber novas diárias ou ajuda de custo o favorecido que descumprir as obrigações estabelecidas nos artigos 19 e 20.

Art. 22 - Considera - se municípios vizinhos, os municípios que fazem divisa territorial com o Município de Santa Rita do Trivelato.

Art. 23 - Constitui infração disciplinar grave, punível na forma da lei, conceder ou receber diária, ajuda de custo ou adiantamento indevidamente.

Art. 24. Ficam instituídos os seguintes anexos a fim de possibilitar o cumprimento das disposições desta lei:

I- Anexo I- Tabela de valores de Diárias:

II- Anexo II- Requerimento de Solicitação de Diárias de Viagem;

III- Anexo III- Requerimento de Prestação de Constas;

IV- Anexo IV- Relatório de adiantamento de viajem.

Art. 25. O beneficiário responderá por qualquer atos praticados em desacordo com o disposto nesta Lei a autoridade proponente, sendo de sua inteira responsabilidade as despesas extraordinárias distintas dos dispostos desta lei que advier no curso de viagem.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 27 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

HUGO GARCIA SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

BRUNO LAPENNA GARCIA

Secretario de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PORTARIA 029/2015/GP

PORTARIA N.º 029/2015/GP

DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA, Estado de Mato Grosso, Cristiano Gomes e Cunha, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 53, da Lei Orgânica do Município de Santa Terezinha/MT.

RESOLVE:

Artigo 1º - A pedidoExonerar o Sr. **LEANDRO DE AGUIAR COELHO,** do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Saúde do Município de Santa Terezinha/MT.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se

Santa Terezinha – MT, 30 de novembro de 2015.

CRISTIANO GOMES E CUNHA

Prefeito

PORTARIA 030/2015/GP

PORTARIA N.º 030/2015/GP

DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA, Estado de Mato Grosso, Cristiano Gomes e Cunha, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 53, da Lei Orgânica do Município de Santa Terezinha/MT.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Servidor Público Municipal, Sr. Adm. **MAGNO ANTONIO GONÇALVES**,para o Cargo em Comissão de **Secretário Municipal de Saúde** do Município de Santa Terezinha/MT.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se

Santa Terezinha – MT, 30 de novembro de 2015.

CRISTIANO GOMES E CUNHA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 406/2015.

DE: 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA, sem vencimentos, a pedido, do servidor (a) efetivo (a) **MARCIANO RODRIGUES DOS SANTOS**, em 30/11/2015 a 28/11/2018 do Cargo de MOTORISTA DE VEICULOS GRANDES, conforme Lei Municipal nº 380/2011.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015

Dispõe sobre a Convocação dos Conselheiros Tutelares eleitos no município de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, para a gestão compreendida entre 2016/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município de Santo Antonio do Leste, usando as atribuições que lhe conferem o Artigo 139 da Lei Federal 8.069/90 de 13 de junho de 1990, a Resolução 170 de 10 de dezembro de 2014 do CONANDA e das Leis Municipais 065/2002 e suas alterações, **CONVOCAR os candidatos em anexo, Titulares e Suplentes a Conselheiros Tutelares para Capacitação Regionalizada dos Conselheiros Tutelares**, a realizar-se no dia **10 e 11 de dezembro de 2015**, às **08:00h**, na **Av. Porto Alegre n°30**, Centro, Primavera do Leste/MT.

Horários: Dia 10 – 08:00 as 11:00 e 13:00 as 17:00

Dia 11 – 08:00 as 11:00 e 13:00 as 17:00

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Santo Antonio do Leste – MT, 30 de Novembro de 2015.

Maria Silva Tavares

Presidente CDMCA/

Comissão Eleitoral

ANEXO I

	Nome das Candidatas Titulares
01º	Vitória Santos Faria
02º	Maria Elena Nunes
03º	Maria Luziana da Silva
04º	Lusilene Gomes Ferreira Mendonça
05º	Janaina Garcia Suzarte dos Santos
	Nome das Candidatas Suplentes
06º	Sandra Mateus dos Santos
07º	Carmem Simone de Souza Machado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENBTO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO -

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT comunica que a Publicação de aviso de resultado realizada no Diário Oficial do Estado do dia 13 de Novembro de 2015, Página 165, primeira coluna, primeiro aviso e no Diário Oficial dos Municípios no dia 16 de Novembro de 2015, pagina 134, segunda coluna, para **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, PARA ELABORAÇÃO E GESTÃO COM ESTUDOS PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS JUNTO À ENERGISA-MT, E COMPENSAÇÃO DE VALORES PA-**

GOS INDEVIDAMENTE PARA O MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA, **NA FORMA DE CONTRATO DE RISCO**. Aberto em 12 de Novembro de 2015, às 10h00h, cujo aviso declara como vencedora a empresa: **W.N. CONSTRUÇÕES LTDA-ME/CNPJ Nº 19.699.306/0001-06, com percentual de 25%(vinte e cinco por cento) dos créditos recuperado junto à ENERGISA em favor do município.** Fica declarada SEM EFEITO (CANCELADA), tendo em vista não ser respeitado o tempo previsto na **Lei 123/2006 e alterações,** para a empresa regularizar documentação exigida no item 06.7.4, conforme ata de sessão publica. Os interessados poderão obter informações na sede da Prefeitura Municipal no horário de 8:00 às 13:00 horas ou pelo telefone (66) 3522-2117e e-mail – licitacao_sfa.09.12@hotmail.com

São Félix do Araguaia - MT, 30 de Novembro de 2015.

Eurimar Pereira Milhomem

Pregoeiro

Portaria nº 189/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 70/2015

OBJETO: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) CRECHE CONFORME PROJETO TIPO 1 DO PROGRAMA PROINFÂNCIA DO FNDE,* **CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA PLANILHA DE QUANTIDADES E CUSTOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO BÁSICO.** Firmado em 27 de Novembro de 2015. FAVORECIDA: **A. ROCHA PEREIRA CONSTRUÇÕES LTDA - ME /CNPJ Nº 15.988.643/0001-62.** PRAZO DE EXECUÇÃO: **12 (doze) meses**. VIGENCIA: **12 (doze) meses**. VALOR: **R$ 2.013.078, 82(dois milhões treze mil setenta e oito reais e oitenta e dois centavos**).FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993

.

São Félix do Araguaia - MT, 27 de Novembro de 2015.

JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 057/2015 - DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre **HOMOLOGAÇÃO** de Concurso Público **Edital n°001/2015** e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais, conferidas na forma da Legislação em vigor, e na forma da Lei e em conformidade com o Edital de Concurso Público n°001/2015;

CONSIDERANDO terem sida ultimadas todas as etapas editalícias prevista no Edital n°01/2015 que regulamenta o Concurso Público convocado pelo Município;

CONSIDERANDO que restou comprovado que foi publicado o resultado final do certame, no Jornal Oficial Eletrônicos dos Municípios do Estado de Mato Grosso Ano X/ n°2.361 no dia 27 de Novembro de 2015, contendo a classificação dos candidatos aprovados por cargo, bem como transcorrido o prazo legal de recurso, não existindo mais qualquer questionamento;

DECRETA

Artigo 1° - Fica HOMOLOGADO o Resultado Final do concurso Público, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT e realizado pela Empresa ACPI INFORMÁTICA, nos termos do Edital n°001/2015, de 24 de Agosto de 2015, consoante classificação final dos candidatos aprovados constante do ANEXO que deste decreto fazem parte integrante.

Artigo 2° - O Concurso Público terá validade pelo prazo de 02 anos, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público da administração.

Artigo 3° - As vagas existentes no quadro de Pessoal da Prefeitura do Município de São José do Povo-MT, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Concurso, serão preenchidas, mediante convocação, nos termos do Edital, conforme a necessidade e ao possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

Artigo 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 30 de Novembro de 2015;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

LEI N° 1.072, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

SÚMULA: "INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – REFIS-SÃO JOSÉ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o **Programa de Recuperação Fiscal de São José do Rio Claro – REFIS-SÃO JOSÉ**, destinado a promover a regularização dos créditos do Município de São José do Rio Claro, mediante pagamento, à vista ou em parcelas, de débitos de natureza tributária relativos a impostos, taxas e contribuição de melhoria, observado o dispositivo no Art. 5º desta Lei, todos inscritos ou não em dívida ativa, ajuizadas ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º O ingresso na REFIS-SÃO JOSÉ dar-se-á por opção do contribuinte, no período de 1º de dezembro de 2015 a 31 de janeiro de 2016, mediante comparecimento do contribuinte no Departamento de Tributos da Prefeitura Municipal, conforme Termo de Confissão e Parcelamento de Débitos Fiscais, o qual deverá atender os seguintes requisitos, vedado a cumulação com pedido de revisão:

I – estar assinado pelo próprio contribuinte, por procurador devidamente constituído via procuração com firma reconhecida e poderes específicos para confessar débitos e requerer parcelamentos perante a Fazenda Pública Municipal, ou por pessoa que seja, comprovadamente, detentora dos direitos sobre o imóvel, com contrato de compra e venda devidamente assinado, com firma reconhecida;

II – apresentar documentos de identificação pessoal e de endereço;

III – no caso de contribuinte pessoa jurídica, estar instruído com cópias do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades

por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

§ 1º A opção do contribuinte ao REFIS-SÃO JOSÉ implica na confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 1°, quer tenham sido impugnados em sede administrativa, ou tenham sido objeto de embargos na ação de execução fiscal.

§2° Os contribuintes que tiverem débitos já parcelados, com prestações vencidas ou não, poderão optar pelo REFIS-SÃO JOSÉ.

§ 3º A adesão ao novo programa implica em renúncia à adesão a programa ou parcelamento anterior que esteja em atraso e no cancelamento automático do parcelamento a ele referente.

Art. 3º O REFIS-SÃO JOSÉ será administrado pela Coordenadoria de Tributação, com competência para implementar os procedimentos necessários à execução do Programa, inclusive expedindo os atos normativos complementares que forem necessários.

Art. 4º O valor dos débitos apurados para fins de inclusão no REFIS-SÃO JOSÉ poderá ser parcelado em até 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas, ficando o Poder Executivo autorizado a conceder remissão total ou parcial das multas e juros de mora, nos seguintes termos:

I – Remissão de 100% (cem por cento) dos juros e da multa, para o contribuinte que aderir ao REFIS-SÃO JOSÉ e optar pelo e optar pelo pagamento em parcela única até o dia 31 de janeiro de 2016, tendo como termo inicial o dia de publicação da presente lei;

II – Remissão de 90% (noventa por cento) dos juros e da multa, para o contribuinte que aderir ao REFIS-SÃO JOSÉ e optar pelo pagamento em até 02 (duas) parcelas, sendo a primeira paga no ato do parcelamento e a próxima vencível nos 30 (trinta) dias seguintes;

III - Remissão de 80% (oitenta por cento) dos juros e da multa, para o contribuinte que aderir ao REFIS-SÃO JOSÉ e optar pelo pagamento em até 03 (três) parcelas, sendo a primeira paga no ato do parcelamento e as demais vencíveis a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente);

IV - Remissão de 65% (setenta e cinco por cento) dos juros e da multa, para o contribuinte que aderir ao REFIS-SÃO JOSÉ e optar pelo pagamento em até 04 (quatro) parcelas, sendo a primeira paga no ato do parcelamento e as demais vencíveis a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente);

V - Remissão de 50% (cinquenta por cento) dos juros e da multa, para o contribuinte que aderir ao REFIS-SÃO JOSÉ e optar pelo pagamento em até 05 (cinco) parcelas, sendo a primeira paga no ato do parcelamento e as demais vencíveis a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente);

VI - Remissão de 40% (quarenta por cento) dos juros e da multa, para o contribuinte que aderir ao REFIS-SÃO JOSÉ e optar pelo pagamento em até 06 (seis) parcelas, sendo a primeira paga no ato do parcelamento e as demais vencíveis a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente);

§ 1º Em qualquer opção, o valor mínimo da parcela não poderá ser inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais). No caso de atraso será corrigido de acordo com Código Tributário Municipal.

§ 2º O pagamento da primeira parcela gerará pedido de suspensão dos processos judiciais ajuizados para cobrança dos Tributos e encargos, sendo que somente se requererá a extinção do processo após pagamento integral do parcelamento.

§ 3º Ainda no caso dos débitos objeto de processos judiciais ajuizados, a extinção dos mesmos somente será requerida após pagamento integral do parcelamento e efetiva apresentação de cópia do comprovante de recolhimento das custas processuais, que ficam a cargo do contribuinte.

§ 4º Terá o mesmo efeito da comprovação do pagamento de custas a apresentação de documento que comprove haver sido concedido o benefício da justiça gratuita ao contribuinte e que comprove estar o mesmo isento de seu pagamento.

§ 5º O pagamento da primeira parcela propiciará a expedição da carta de anuência para baixa de eventuais protestos, sendo a apresentação da mesma ao Cartório e o pagamento de emolumentos devidos responsabilidade exclusiva do contribuinte.

§ 6º Até a integral liquidação do parcelamento, a certidão que será fornecida ao contribuinte será a positiva com efeitos de negativa, certificando-se haver débito parcelado nos termos desta Lei.

§ 7º O parcelamento de débitos que estejam sendo objeto de impugnação judicial ou administrativa somente será deferido mediante apresentação, pelo contribuinte, de renúncia expressa ao direito em que se funda a ação ou impugnação.

Art. 5º No caso de atraso de até 60 (sessenta) dias no pagamento das parcelas previstas no parcelamento regulamentado nesta Lei, será imputada ao beneficiado uma multa no importe de 20% (vinte por cento) no valor base restante da parcela vencida, individualmente considerada, corrigindo-se o débito mensalmente pela variação definida no Código Tributário Municipal.

Art. 6º No caso de atraso de mais de 60 (sessenta) dias no pagamento das parcelas previstas no parcelamento regulamentado nesta Lei, ficarão automaticamente cancelados os benefícios concedidos ao contribuinte, sendo automaticamente revogada a remissão dos juros e da multa concedidos, independentemente de notificação ao contribuinte, e com prosseguimento dos processos judiciais eventualmente suspensos.

Art. 7º Compete à Secretaria de Finanças dirimir os casos omissos da presente Lei, facultado recurso ao contribuinte, nos termos dos artigos 112 e seguintes da Lei Municipal n.º 599/2005 (Código Tributário Municipal).

Parágrafo Único - Sob pena de nulidade, a decisão da Secretaria de Finanças deverá fazer expressa menção ao recurso previsto no*caput* deste artigo.

Art. 8º No caso de parcelamento de débitos que já estejam em execução perante o poder Judiciário ou que já tenham sido objeto de protesto, a responsabilidade de pagamento das custas, despesas e emolumentos processuais, bem como emolumentos para baixa dos protestos, correrão por conta do contribuinte.

Art. 9º A adesão ao REFIS-SÃO JOSÉ não implica em novação dos débitos, mas em adesão a regime diferenciado de pagamento.

Art. 10 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, em 30 de novembro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

LEI N° 1.073, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº. 695 DE 10 DE AGOSTO DE 2007 QUE INSTITUI SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 12, 14, 69, 71 e paragrafo único, 80 e paragrafo único, 82 e paragrafo único, 92 e paragrafo único, 93, passam a vigorar com a seguinte redação, revogado o art. 94 e acrescentando-se o art. 86-A, paragrafo único, 95-A, 96-A e a Seção VI, artigos 96-B, 96-C:

Art. 12 *O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE) é um organismo deliberativo e consultivo das diretrizes e linhas gerais desenvolvidas na unidade escolar e constitui-se de profissionais da educação básica, pais e alunos, em mandato de 2 (dois)anos, constituído em Assembleia Geral.*

(...)

Art. 14 A eleição de seus membros deverá acontecer 30 (trinta) dias antes da eleição de diretor, e seu mandato será de 2 (dois) anos, com direito à reeleição de apenas um período.

(...)

Art. 69 *O período de gestão do Diretor corresponde a mandato de 2 (dois) anos com direito à reeleição de apenas um mandato.*

(...)

Art. 71 *Da vacância da função de diretor escolar, faltando 12 (doze) meses para o término do mandato, iniciar-se-á um novo processo de eleição ficando o mesmo isento de participar do próximo pleito eleitoral concorrendo ao cargo de diretor escolar.*

Parágrafo Único. *No caso do disposto neste artigo, a pessoa indicada completa o mandato de seu antecessor.*

(...)

Art. 80 *O Coordenador Pedagógico escolhido exercerá a função por um período de 2 (dois) anos, com direito à reeleição de apenas um mandato.*

Parágrafo único. *Suprimido pelo legislativo municipal*

(...)

Art. 82 *Da vacância da função de Coordenador Pedagógico, faltando 12 (doze) meses para o término do mandato, iniciar-se-á um novo processo de eleição ficando o mesmo isento de participar do próximo pleito eleitoral concorrendo ao cargo.*

Parágrafo Único. *No caso do disposto neste artigo, a pessoa indicada completa o mandato de seu antecessor.*

SEÇÃO III

DA ARTICULAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Art. 86-A *O professor articulador da aprendizagem é parte do coletivo de professores do Ciclo, atende grupos de alunos que apresentam desafios de aprendizagem e necessitam de planejamento diferenciado.*

Parágrafo único. *O trabalho desse professor é de fundamental importância, porque deverá realizar um atendimento pedagógico, por meio de intervenções pedagógicas que foquem as especificidades das necessidades de aprendizagem que cada aluno apresenta.*

(...)

Art. 92 *As Unidades Escolares com mais de 250 (duzentos e cinquenta) alunos matriculados e frequentes, que tiverem laboratórios de informática educativa implantada e equipada, contarão com o apoio de 01 (um) auxiliar administrativo com conhecimento em informática com regime integral de 40 (quarenta) horas.*

Parágrafo único: *Compreende-se como Laboratório de Informática Educativa o local disponibilizado no ambiente escolar onde deverão ocorrer as aulas de todas as áreas do conhecimento através do uso dos equipamentos de informática e demais tecnologias.*

Art. 93 *A nomeação para Coordenador do Laboratório de Informática será feita pelo Secretário Municipal de Educação e o candidato deve ter as seguintes atribuições:*

I – Ser servidor efetivo;

II – Possuir capacitação em informática básica;

Art. 94 (Revogado)

(...)

Art. 95-A. *A Avaliação do trabalho desenvolvido pelo Auxiliar Administrativo do Laboratório de Informática Educativa deve ser realizada pelo Diretor da Unidade Escolar, professores e membros do CDCE, observando:*

I – Atribuições do cargo;

II - Período semanal para manutenção do laboratório;

III - Período para os professores pesquisarem e prepararem suas aulas e projetos;

(...)

Art. 96- A. *As atribuições dos auxiliares administrativos responsáveis pelo laboratório de Informática educativa da Unidade Escolar deverá abranger as seguintes ações:*

I. *Organização e limpeza dos equipamentos do laboratório.*

II. *Atendimento aos alunos nos horários pré-estabelecidos.*

III. *Diariamente atualizar e passar o antivírus nas máquinas.*

IV. *Acompanhamento dos alunos na execução das atividades no laboratório.*

V. *Efetuar a reserva para o uso dos laboratórios de informática educativa por parte de professores e alunos.*

VI. *Fazer cumprir o regulamento do laboratório de informática educativa.*

VII. *Limpar arquivos temporários.*

VIII. *Checar e verificar o conteúdo das pastas de alunos, professores, funcionários.*

IX. *Checar os sites visitados e bloqueio dos sites pornográficos.*

X. *Com base no plano de aula do professor regente, elaborar um roteiro de aula utilizando softwares e demais recursos do Laboratório;*

XI. *Efetuar as cópias de CD´s e DVD's quando devidamente autorizados.*

XII. *Conferir a cada final de turno: ar condicionado laboratório (desligado), ar condicionado no servidor, ligado e regulado de acordo com a temperatura, computadores desligados, portas e janelas fechadas, internet funcionando.*

XIII. *Auxiliar ao suporte técnico quando solicitado para fazer algum reparo nos equipamento.*

XIV. *Manter os planejamentos organizados e arquivados através de portfólios;*

XV. *Monitorar as aulas, auxiliando na execução de tarefas, e na utilização dos softwares disponíveis no laboratório, não cabendo a ele a explicação do conteúdo proposto;*

XVI. *Motivar os professores e alunos a frequentarem o Laboratório de Informática;*

XVII. *Estabelecer um cronograma de atendimento aos professores.*

SEÇÃO VI

DA ESCOLHA DO PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

Art. 96-B *Atendimento Educacional Especializado – AEE é um serviço da educação especial que "[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas"; complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino (Decreto Federal nº. 6.571 de 17/09/2008). Para participar do processo de escolha do Professor do AEE (Sala de Atendimento Educacional Especializado), nas Unidades Escolares, o candidato deve:*

I. *Ser professor efetivo na rede municipal de ensino;*

II. *Habilidades: conhecimentos elaborados sobre desenvolvimento humano e características da faixa etária do público com quem vai trabalhar disponibilidade para trabalhar com alunos com deficiência, receptividade, acolhimento às diferenças/flexibilidade, criatividade, busca de novas práticas pedagógicas, etc.;*

III. *Conhecimento da legislação referente à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e ao Atendimento Educacional Especializado.*

IV. *Ter formação na área como especialização em psicopedagogia.*

V. *Os professores selecionados terão um regime de 24 (vinte e quatro) horas semanais para atuação na sala de AEE, sendo 20 (vinte) horas em atendimento aos alunos e 04 (quatro) horas atividades. Parágrafo único. Compreende hora atividade do professor do AEE, a participação em reunião pedagógica no interior da escola a qual atua, planejamento das atividades desenvolvidas com os alunos Portador de Necessidade Especial (PNE) e orientação ao professor regente de sala de aula.*

VI. *São conteúdos do AEE: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e LIBRAS Tátil; Alfabeto digital; Tadoma; Língua Portuguesa na modalidade escrita; Sistema Braille; Orientação e mobilidade; Informática acessível; Sorobã (ábaco); Estimulação visual; Comunicação alternativa e aumentativa – CAA; Desenvolvimento de processos educativos que favoreçam a atividade cognitiva.*

VII. *São recursos do AEE: Materiais didáticos e pedagógicos acessíveis (livros, desenhos, mapas, gráficos e jogos táteis, em LIBRAS, em Braille, em caráter ampliado, com contraste visual, imagéticos, digitais, entre outros); Tecnologias de informação e de comunicação (TICS) acessíveis (mouses e acionadores, teclados com colmeias, sintetizadores de voz, linha Braille, entre outros); e Recursos ópticos; pranchas de CAA, engrossadores de lápis, ponteira de cabeça, plano inclinado, tesouras acessíveis, quadro magnético com letras imantadas, entre outros.*

Art. 96-C. *O Professor da sala da AEE (Atendimento Educacional Especializado) tem como função:*

I. *atender alunos com deficiências, TGD (Transtornos Globais do Desenvolvimento), altas habilidades superdotação;*

II. *identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para plena participação nos desafios educacionais;*

III. *relação com o professor da classe comum: conhecer plano com objetivos e atividades;*

IV. *observação do aluno em sala de aula e identificar se o aluno participa ou não dos desafios propostos à turma;*

V. *oferecer subsídios de atividades ao professor regente;*

VI. *identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos de forma a construir um plano de atuação para eliminá-las;*

VII. *selecionar o tipo do atendimento, organizando, quando necessários, materiais e recursos de modo que o aluno possa aprender a utilizá-los segundo suas habilidades e funcionalidades. O número de atendimentos semanais/mensais varia de caso para caso. O professor vai prolongar o tempo ou antecipar o desligamento do aluno do AEE, conforme a evolução do aluno.*

VIII. *Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola.*

IX. *observar a funcionalidade e aplicabilidade dos recursos na sala de aula, as distorções, a pertinência, os limites desses recursos nesse e em outros ambientes escolares, orientando, também, as famílias e os colegas de turma quanto ao uso dos recursos.*

X. *Buscar informação com o professor regente se os serviços e recursos do Atendimento estão garantindo participação do aluno nas atividades escolares. Com base nessas informações, são reformuladas as ações e estabelecidas novas estratégias e recursos, bem como refeito o plano de AEE para o aluno.*

XI. *Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade.*

XII. *Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços de saúde, assistência social e outros.*

XIII. *Participar das reuniões Pedagógicas, planejando com os demais professores as intervenções necessárias para cada grupo de alunos, bem como as reuniões com pais e conselho de classe.*

Art. 2º. Considerando a alteração contida no art. 12 da Lei 695/2007, as escolas municipais deverão realizar votação acerca da escolha de coordenadores para o próximo ano letivo, a fim de unificar, no ano de 2016 as eleições para os cargos de Diretor e Coordenador.

§ 1º. Deverá ser realizada novas eleições para o cargo de coordenador, com mandato de 01 (um) ano, sendo ele o ano letivo de 2016.

§ 2º. A escolha para articulação será feita por todos os professores da unidade escolar.

I**.** Os professores lotados na unidade escolar terão direito a 01 (um) voto.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial as contidas na Lei Municipal nº. 695 de 10 de agosto de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 30 de novembro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 634/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) **ANGELA FORTUNATA CAMARGO DE OLIVEIRA**.*"*

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **ANGELA FORTUNATA CAMARGO DE OLIVEIRA**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS, referência "C", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 26/10/2015 e término em 23/01/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.17147R3**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11/11/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº. 758/2015

DATA: 26 de novembro de 2015

SÚMULA: Nomeia comissão para aferir a legalidade das notificações emitidas na fiscalização de obras particulares no perímetro urbano do Município.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no Decreto nº 153/2015, de 06 de julho de 2015, que aprovou a Instrução Normativa nº 062/2015 sobre a fiscalização de edificação de construção civil particular no perímetro urbano, padronizando a rotina interna de fiscalização de tais obras, com vistas ao aperfeiçoamento, à eficácia, à eficiência, à celeridade e à transparência de atos de gestão administrativa e aplicação de recursos públicos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear comissão para aferir a legalidade das notificações emitidas na fiscalização de obras particulares no perímetro urbano, nos termos do disposto no art. 11 da referida Instrução Normativa, conforme segue:

I – Raquel Soares dos Reis Mariano – matrícula nº 9910;

II – Isak da Silva – matrícula nº 10509;

III – Adelaide Cristina Berti Gomes – matrícula nº 7356;

IV – Fernando Rogério Guerra Bessa – matrícula nº 8514.

Parágrafo único. A legalidade de que trata o *caput* será verificada por amostragem.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 663/2015, de 03 de novembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26 de novembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 001/2015 DO EDITAL Nº 003/2015 - ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO EM 2016 NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM MEDICINA GERAL DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

Publica:

I. A Lista De Inscrições Deferidas Para O Processo Seletivo Para Ingresso Em 2016 No Programa De Residência Médica Em Medicina Geral De Família E Comunidade.

	CANDIDATO (A)
01	Américo Hashimoto
02	Ana Carolina Ribeiro Pereira
03	Andreia Tomborelli Teixeira
04	Andresa Gregianini Barreto
05	Ariane Cristina Dias de Carvalho
06	Camila Zanzarini Delfiol
07	Carlos Roberto Amaral do Nascimento
08	Danielle da Silva Neto
09	Dilson Chamos de Arruda
10	Dimitria Doi
11	Êminne Maíra Silva Lopes
12	Fábio Junior da Silva
13	Igor Vinícius Ferraz Capucho
14	James Otieno Ochieng
15	Júlio Cesar Marques de Aquino
16	Júlio Cesar Souza Filho
17	Karina Tiemi Costa Kakizaki
18	Kelley Villa
19	Larissa Simon Pardini
20	Luciana de Andrade Areias
21	Luiz Fernando Venturoli Custodio
22	Mariana Nobres Santos
23	Marllonn Itallo Santos Borba
24	Marta Carolina Marques Sousa
25	Michel de Sousa Nacife Ferreira
26	Milene Pisoni Dalpasqual
27	Natália Ferreira D Artibale
28	Natalia Picin Moro
29	Paulo Roberto Ventura Brandão Filho
30	Péricles Saganfredo
31	Priscila Appel Brandão
32	Rafael Garcia de Maria
33	Raquel Francisca Bezerra Casseb
34	Silvia Helena Cassupá
35	Sílvio Rogério Tozzini
36	Vaneida Moreira da Silva
37	Victor Gobbi Sanches
38	Vinycius Ferreira de Souza
39	Wesley Roberto Matias Ramos
40	Yannis Berno

II. A prova ocorrerá no dia 06/12/15 às 08h00min na Universidade Federal de Mato Grosso, *campus* Sinop, localizada na Avenida Alexandre Ferronato, nº 1200, Jardim Industrial, Bloco Acre, Sala 02.

Sinop, 01 de dezembro de 2015.

_____

_____

Eduardo Augusto Dossa Manoelito da Silva Rodrigues

Coordenador da COREME – SMS SINOP Secretário Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 117/2015. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Aquisição de Veículos destinados as Secretarias Municipais. **ABERTURA da SESSÃO: 14/12/2015** às 14h00min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3520-7267/7272/7523. Sinop/MT, 30 de novembro de 2015.

Adriano dos Santos

Pregoeiro - Portaria nº 372/2013

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 647/2015

DATA: 13/11/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ROSANA DOS SANTOS

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ROSANA DOS SANTOS, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM LETRAS 40HS, referência “C”, nível “04”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contri-

buição, a partir de 05/12/2015 e término em 14/12/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.05.18540P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 13/11/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 643/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) **ADEMIR DE OLIVEIRA**.*"*

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **ADEMIR DE OLIVEIRA**, efetivo(a) no cargo de BORRACHEIRO, referência "A", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 25/11/2015 e término em 14/12/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.18526P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11/11/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 642/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) **LIZIANE MARIA GEBEL**.*"*

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **LIZIANE MARIA GEBEL**, efetivo(a) no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE , referência "A", nível "01", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 30/10/2015 e término em 28/11/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.17363R2**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11/11/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – SRP 107/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Eletrônicoº 033/2015 – SRP 33/2015, referente **Aquisição de móveis, e Eletrodomésticos para atender às necessidades da Secretaria de Educação, Centro de Formação Continuada, Educação Especial, Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Empresa Vencedora: **ACÃO COM E SERV DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA ME**, **CNPJ/MF: 16.793.330/0001-11**, Item: 01, 02, 011, 013, 023, 024, 025, 031, 037, 041. **AGNUS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** , **CNPJ/MF: 14.676.091/0001-94,** Item: 015. **ECO MADEIRAS, MAQUINAS, FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA –ME, CNPJ/MF: 17.159.995/0001-30,** Item: 09. **EDSON CAMILO COMERCIAL ME, CNPJ/MF: 10.942.831/0001-36,** Item: 045. **INFOSERV TECNOLOGIA EIRELI, CNPJ/MF: 21.919.471/0001-78,** Item: 06, 026, 027, 028, 039. **MILANFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ/MF: 86.729.324/0002-61,** Item: 016, 022, 029, 030, 032, 033, 036, 038, 042, 047, 048. **MR FERNANDES, CNPJ/MF: 15.198.081/0001-53,** Item: 040, 051. **OLMIR IORIS E CIA LTDA, CNPJ/MF: 70.429.956/0001-99,** Item: 021, 044. **VERA CRUZ COMERCIO DE ELETRÔNICOS E MOVEIS EIRELI, CNPJ/MF: 15.330.005/0001-50,** Item: 049, 050. **VINCITORE INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA ME, CNPJ/MF: 11.065.978/0001-58,** Item: 03, 04, 05, 07, 08, 010, 012, 014, 017, 018, 019, 020, 034, 035. Homologado em 01 de outubro de 2015.

Marcello Pavan

Pregoeiro – Portaria 372/2013

PREVISINOP
PORTARIA N.º 641/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) **DERONI FATIMA ESPRENDOR**.*"*

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **DERONI FATIMA ESPRENDOR**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS, referência "C", nível "07", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 28/10/2015 e término em 26/11/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.00279R8**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11/11/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 639/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) **AFONSO NEDEL**.*"*

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado

de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **AFONSO NEDEL**, efetivo(a) no cargo de PEDREIRO, referência "B", nível "02", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 26/11/2015 e término em 23/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.00192R4**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11/11/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 638/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) **VERONICA FERREIRA DE ARAUJO**.*"*

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **VERONICA FERREIRA DE ARAUJO**, efetivo(a) no cargo de Operário Braçal , referência "B", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 26/10/2015 e término em 22/02/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.09877R7**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11/11/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 636/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) **GERALDA ROSA DA CRUZ**.*"*

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **GERALDA ROSA DA CRUZ**, efetivo(a) no cargo de TÉCNICO(A) DE ENFERMAGEM, referência "B", nível "05", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 24/11/2015 e término em 25/11/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.18520P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11/11/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2015 SRP 135/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 115/2015 SRP 135/2015. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Aquisição de Parques Infantis e Brinquedos Pedagógicos, destinados Creches Municipais, atendendo a Secretaria Municipal de Educação. ABERT**URA da SESSÃO: 14/12/2015** às 13h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3520-7267/7272/7523. Sinop/MT, 30 de novembro de 2015.

Marcello Pavan

Pregoeiro - Portaria nº 372/2013

PREVISINOP
PORTARIA N.º 633/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) **ROSELI MARTINS MOIA NAVES**.*"*

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **ROSELI MARTINS MOIA NAVES**, efetivo(a) no cargo de CIRUGIÃO DENTISTA 20HS, referência "C", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 12/11/2015 e término em 21/12/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.17490P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11/11/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 632/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) **DORALICE BARBOSA DE OLIVEIRA**.*"*

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **DORALICE BARBOSA DE OLIVEIRA**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS C/POS, referência "C", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 28/10/2015 e término em 06/12/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.18531P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11/11/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2015 SRP 136/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 116/2015 SRP 136/2015. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Aquisições de mudas de planta para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. ABERTURA da SESSÃO: 15/12/2015 às 13h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3520-7267/7272/7523. Sinop/MT, 30 de novembro de 2015.

Marcello Pavan

Pregoeiro - Portaria nº 372/2013

PREVISINOP
PORTARIA N.º 631/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) **MIRIAN ISER**.*"*

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **MIRIAN ISER**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM MATEMATICA 20HS, referência "C", nível "02", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 25/11/2015 e término em 04/12/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.18525P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11/11/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

CONTRATO Nº 98/2015

Data do ajuste: 25/11/2015

Nome da Empresa: ***APOLINARIO EMPREENDIMENTOS. IMOBILIARIOS LTDA***

DÉCIO APOLINÁRIO

Objeto: O primeiro contratante vendedor, Firma Apolinário Empreendimentos Imobiliários Ltda, confessa-se pelo presente ser, senhor, legitimo dono e possuidor dos imóveis adiante descritos:

- lotes nºs 02 com area de 450,00 m2 matricula nº 1919, nº 03 com area de 450,00 m2 matricula nº 1920, nº 04 com area de 450,00 m2 matricula nº 1921, nº 05 com area de 450,00 m2 matricula 1922, nº 06 com area de 450,00 m2 matricula nº 1923, nº 07 com area de 675,00 m2 matricula 1924, nº 08 com area de 675,00 m2 matricula 1925, nº 09 com area de 450,00 m2 matricula 1926, nº 10 com area de 450,00 m2 matricula 1927, nº 15 com area de 675,00 m2 matricula 1932, nº 16 com area de 675,00 m2 matricula 1933, todos da Quadra nº 155 perfazendo uma area total de 5.850,00 m2, sendo todas estas matriculas registradas no Cartório do 1º Oficio de Tabaporã-MT;

- lotes nºs 11 com area de 450,00 m2 matricula 1912, nº 12 com area de 450,00 m2 matricula 1913, nº 13 com area de 450,00 m2 matricula 1914, nº 14 com area de 450,00 m2 matricula 1915, nº 15 com area de 675,00 m2 matricula 1916, nº 16 com area de 675,00 m2, todos da Quadra nº 190 perfazendo uma area total de 3.150,00 m2, sendo todas estas matriculas registradas no Cartório do 1º Oficio de Tabaporã-MT;

- lotes nºs 05 com area de 450,00 m2 matricula 1899, nº 06 com area de 450,00 m2 matricula 1900, nº 07 com area de 675,00 m2 matricula 1901, nº 08 com area de 675,00 m2 matricula 1902, nº 15 com area de 675,00 m2 matricula 1909, nº 16 com area de 675,00 m2 matricula 1910, todos da Quadra nº 191 perfazendo uma area total de 3.600,00 m2, sendo todas estas matriculas registradas no Cartório do 1º Oficio de Tabaporã-MT;

- lotes nºs 05 com area de 450,00 m2 matricula 1889, nº 06 com area de 450,00 m2 matricula 1890, nº 07 com area de 675,00 m2, nº 08 com area de 675,00 m2 matricula 1892, nº 09 com area de 450,00 m2 matricula 1893, nº 10 com area de 450,00 m2 matricula 1894, todos da Quadra nº 198 perfazendo uma area total de 3.150,00 m2, sendo todas estas matriculas registradas no Cartório do 1º Oficio de Tabaporã-MT;

Totalizando 15.750,00 m2, de propriedade desta empresa, quais foram destinadas para a Construção de 50 Unidades Habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida neste município de Tabaporã-MT, mediante as seguintes condições:

Valor Bruto: R$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 083/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 083/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE IMPRESSORAS, PARA ATENDER AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO.** Vigência: **13/11/2014 – 13/11/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 005/2015

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 005/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (CARNES E DERIVADOS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E OUTROS),** para atender programa de alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação e demais Secretarias do município**.** Vigência: **20/02/2015 – 20/02/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que houve alteração de valores nos itens 53 e 54 registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 004/2015

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 004/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, ÁLCOOL, ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S-10 E ARLA 32) PARA ATENDER À FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.** Vigência: **19/02/2015 – 19/02/2016.** O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que houve alteração de valores nos itens 1,2,3 e 4 registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 002/2015

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 002/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL (GALÃO 20 LITROS), GÁS DE COZINHA GLP E VASILHAMES,** mediante o sistema de reposição, para suprir necessidades das Unidades Administrativas do município**.** Vigência: **11/02/2015 – 11/02/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 002/2015

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 002/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL (GALÃO 20 LITROS), GÁS DE COZINHA GLP E VASILHAMES,** mediante o sistema de reposição, para suprir necessidades das Unidades Administrativas do município**.** Vigência: **11/02/2015 – 11/02/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 042/2015

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 042/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E/OU PREVENTIVA, A SER REALIZADA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO, REFRIGERADOR, FREEZER E BEBEDOURO, INSTALADOS NAS DEPENDÊNCIAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**, para atender necessidades das Secretarias do município**.** Vigência: **14/08/2015 – 14/08/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 029/2015

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 029/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE MUDAS ORNAMENTAIS PARA PAISAGISMO, DEMAIS ACESSÓRIOS, SERVIÇO DE FORNECIMENTO E PLANTIO DE GRAMA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO.** Vigência: **28/05/2015 – 28/05/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 082/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 082/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE DIVISÓRIAS, FORROS E VIDROS COM INSTALAÇÃO, MONTA-**

GEM E DESMONTAGEM PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO. Vigência: **26/11/2014 – 26/11/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
RELAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DEFERIDOS E INDEFERIDOS

PROCESSO SELETIVO Nº. 006/2015

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO a lista dos Pedidos de Isenção de taxa de Inscrição para o Processo Seletivo nº 006/2015, visando o preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Infraestrutura.

PEDIDOS DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DEFERIDOS, conforme Edital de Abertura nº. 006/2015:

Nº	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO	CONF. ITEM
1	1186	ADENILSON ROSA DUARTE DE MELO	VIGIA SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
2	1166	ADRIANA FERREIRA DOS SANTOS SOUZA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
3	788	ADRIANA RODRIGUES DE ALMEIDA	AGENTE SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL	ITEM 5.3.2 g)
4	126	AGLAER CRISTINA ZANELLA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
5	1104	ALBERTINA FERREIRA DOS SANTOS	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
6	641	ALMIRENE FRANCISCA BONFIM	PROFESSOR LINGUA PORTUG.E ESTRANGEIRA - ZONA URBANA E RURAL	ITEM 5.3.1
7	808	ANA PAULA DOS SANTOS	AGENTE SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL	ITEM 5.3.2 g)
8	86	ANA PAULA SANTOS DE SOUZA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
9	1034	ANDRE BATISTA DE JESUS	MOTORISTA - ZONA RURAL LEI 126/07	ITEM 5.3.2 g)
10	614	ANGELICA ALVES SOUZA	PROFESSOR LINGUA PORTUG.E ESTRANGEIRA - ZONA URBANA E RURAL	ITEM 5.3.1
11	1205	ANNY CAROLINY OLIVEIRA SILVA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
12	1052	ANTONIO ALVES FERREIRA	VIGIA SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
13	720	APARECIDA DE SÁ	PROFESSOR DE EDCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.1
14	1078	CARMEM DURVALINA MARTINS	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
15	527	CELIA GONZAGA DE MELO SANTOS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
16	946	CINTHIA DAIELLE GONÇALVES ALMEIDA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.1
17	773	CINTIA JACINTO CASTILHO	AGENTE DO PROG. ACESSUAS - PRONATEC	ITEM 5.3.1
18	1038	CLADIO LAZARO DOS SANTOS	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
19	446	CRISTIANO NEVES DO NASCIMENTO	PROFESSOR CIENCIAS NATURAIS - ZONA URBANA E RURAL	ITEM 5.3.2 g)
20	997	DAIANE CRISITNA DE ANDRADE	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
21	251	DAIANE DE BRITO SANTOS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 a)
22	1064	DAIANE RODRIGUES FONTOURA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
23	643	DEIZIMARY STELLA DE ARAUJO	PROFESSOR CIENCIAS NATURAIS - ZONA URBANA E RURAL	ITEM 5.3.2 g)
24	979	DEUSELI BESERRA DE OLIVEIRA	AGENTE DO PROG. ACESSUAS - PRONATEC	ITEM 5.3.2 g)
25	1222	DILEUZA MARIA DO NASCIMENTO	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
26	477	EDER CRISTIAN NASCIMENTO MOREIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
27	558	EDER JOSE ALVES	ORIENTADOR SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL	ITEM 5.3.2 g)
28	671	EDILAINE FERREIA DE MEDEIROS SANTOS	PROFESSOR CIENCIAS NATURAIS - ZONA URBANA E RURAL	ITEM 5.3.2 g)
29	553	EDILENE GALDINO DE LIMA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
30	1119	ELD RODRIGUES BRANDÃO	PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA - ZONA URBANA	ITEM 5.3.1
31	1296	ELIANE APARECIDA DA SILVA BORDON	ASSISTENTE SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL	ITEM 5.3.2 a)
32	275	ELIEN DEBORA PEREIRA DA SILVA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.1
33	1025	ELIETE PEREIRA DA SILVA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
34	407	ELIZABETE DA SILVA LEMES	ASSISTENTE SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL	ITEM 5.3.2 a)
35	480	ELIZETE MONTEIRO	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.1
36	44	EMILI AMABILI PERCUCELLO DE ARAUJO	PROFESSOR DE EDCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
37	250	ENEDINA BENEDITA CORREA	PROFESSOR DE EDCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 h)
38	1079	EUNICE COSTA DE AGUIAR	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
39	212	EVA APARECIDA DUARTE	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
40	311	FABIANA FÉLIX DE LIMA	PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA	ITEM 5.3.1
41	400	FERNANDA DIAS DE SOUZA	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 h)
42	207	FERNANDA MENESES SOUZA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
43	1001	FRANCISCA SIMONE DE SOUZA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
44	135	GENI DE JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA	VIGIA SEMEC	ITEM 5.3.1
45	535	GENILCE PEREIRA RIBEIRO	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
46	1009	GISLAINE PAULA DE SOUZA	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
47	501	GREGUE AMARAL MELO	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
48	595	HELEN VANESSA OLIVEIRA RITT ZANCHIN	PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA - ZONA URBANA E RURAL	ITEM 5.3.2 g)
49	1091	IDER BUENO VALADARES	VIGIA SEMEC	ITEM 5.3.2 g)

50	1185	JANAINA PIMENTA DE BASTOS	PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
51	1099	JESSICA MIRELI RAMOS DE ARAUJO	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 a)
52	1138	JHENNIFER SILVA SOARES	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
53	517	JOANA DOS SANTOS BARROS ABELHA	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 b)
54	345	JOHN MULLER COUTO PRADO	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 e)
55	495	JOSIANE MACHADO DE CARVALHO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
56	534	JOSIELE NOBRES DA SILVA COSTA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
57	73	JUAN MATTEUS DE SOUZA E SILVA	PROFSSOR EDUCAÇÃO FISICA - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 b)
58	231	JULIANE ZANEZOKEMAIRO	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
59	1051	JUNIOR PAULO DA SILVA	ENTREVISTADOR SOCIAL	ITEM 5.3.2 g)
60	809	KATIA APARECIDA XAVIER DA SILVA	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
61	498	KEILA DOS SANTOS	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA RURAL	ITEM 5.3.2 g)
62	1123	KELLEN BENEDITA RODRIGUES DOS SANTOS	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
63	1322	LARISSA CLAUDIA ROBERTO RAMOS	AGENTE SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL	ITEM 5.3.2 g)
64	1314	LARISSA DA SILVA PERREIRA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
65	1134	LAUDI RIBEIRO SILVA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
66	717	LEDIANE DE SOUZA MAIA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 h)
67	151	LEIDE DAIANA FERREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
68	420	LEIDIANE GOMES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
69	471	LEONICE LIMA DA SILVA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
70	1244	LEONORA GIMENES VIEIRA	ENTREVISTADOR SOCIAL	ITEM 5.3.2 g)
71	682	LETICIA DA SILVA	PROFESSOR LINGUA PORTUG.E ESTRANGEIRA - ZONA URBANA E RURAL	ITEM 5.3.1
72	630	LIOZETE ROMUALDO DA SILVA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
73	1053	LUANA SANTOS CALHAU	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
74	343	LUCIANA DIAS DE SOUZA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 b)
75	1309	LUCIANA GOMES BUENO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
76	1028	LUCIENE SOARES OLIVEIRA	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
77	391	LUCIMAR SILVA DE BRITO	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
78	1227	LUCINEIA DA SILVA FIGUEIREDO	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
79	386	LUZIA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
80	314	LUZIA DI MARTINI LANDIM	PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA	ITEM 5.3.1
81	723	LUZIANE DA SILVA OLIVEIRA	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
82	190	MARCIA APARECIDA TAVARES DA SILVA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
83	656	MARCIA RODRIGUES DA SILVA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
84	543	MARCIO NUNES NEVES	PROFESSOR MATEMÁTICA -ZONA URBANA E RURAL	ITEM 5.3.2 g)
85	1308	MARIA APARECIDA DOS SANTOS SILVA FERREIRA	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 a)
86	1127	MARIA DE FATIMA SANTANA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
87	1068	MARIA EVA APARECIDA HOEPERS	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
88	781	MARIA FLORIZETE DA SILVA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
89	1268	MARIA MADALENA OLIVEIRA SOUZA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
90	945	MARIA ROSEVELTE DE OLIVEIRA SILVA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
91	1249	MARIA SOARES DE SOUZA DE ARRUDA	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
92	203	MARIELLY DE OLIVEIRA BENEVIDES	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
93	183	MARILDA KELITA PIRES DE MIRANDA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
94	1203	MARLENE DE SOARES DE JESUS DA SILVA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 a)
95	1228	MARLENE RODRIGUES MACIEL	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
96	6	MARLIENE SANTOS DE SOUZA	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
97	1261	MAURA RODRIGUES DA COSTA	VIGIA SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
98	485	MITUO MATUMOTO JUNIOR	PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
99	685	MONICA DOS REIS GUIMARÃES	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
100	698	MOSALVE SOBRAL DA SILVA	VIGIA SEMEC	ITEM 5.3.1
101	1297	NATANI STEPHANIE DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
102	91	NEIDE VIEIRA DA SILVA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 a)
103	1131	NICHOLAS CASTURINO RIBAS	VIGIA SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
104	1049	PHANMELLA DA CRUZ GONÇALVES	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
105	686	PRISCILLA DA SILVA DIAS	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
106	1181	RAYSA PINHEIRO DA SILVA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
107	792	REGIANE EUGENIO	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 a)
108	1108	RENATA BATISTA DA FONSECA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
109	780	RENATO SANTOS DA ROSA	AGENTE DO PROG. ACESSUAS - PRONATEC	ITEM 5.3.1
110	1045	RITA DE CASSIA SILVA DOS SANTOS	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
111	486	ROSANE FERREIRA GOMES	ORIENTADOR SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL	ITEM 5.3.2 g)

112	774	ROSANGELA RODRIGUES DE ALMEIDA	ORIENTADOR SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL	ITEM 5.3.2 g)
113	491	ROSEANE CRISTINA LEANDRO	PROFESSOR DE EDCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
114	994	ROSELI APARECIDA DE ANDRADE	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
115	653	ROSELI GONCALVES	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
116	1055	ROSEMARY PRATES	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
117	639	ROSENI DINIZ DA SILVA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
118	82	ROSILEIA FIDELIS COSTA	AGENTE DO PROG. ACESSUAS - PRONATEC	ITEM 5.3.1
119	467	ROSINEI QUEIROZ	PROFESSOR LINGUA PORTUG.E ESTRANGEIRA - ZONA URBANA E RURAL	ITEM 5.3.1
120	673	ROSINEIDE ALVES MACHADO	PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO EF INDIGENA	ITEM 5.3.2 b)
121	999	ROVANIDO PINTO RAMOS	MOTORISTA - SINFRA LEI 4429 DE 20 DE JULHO DE 2015	ITEM 5.3.1
122	265	ROZILENE APARECIDA BORGES DO NASCIMENTO	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.1
123	1265	SANDRA SABINO DE ARAUJO DOMINGOS	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
124	569	SIRLENE DE ARAUJO MIRANDA	PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA - ZONA URBANA E RURAL	ITEM 5.3.1
125	1141	SUELI ROSA GRANADA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
126	180	TAYNARA FERNANDA GARCIA DA SILVA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
127	571	THIAGO FAGUNDES DE SOUZA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
128	1096	VALDEVINO ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR	VIGIA SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
129	552	VALDIR ALVES DE MELO	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
130	167	VALQUIRIA LOPES DA SILVA	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
131	1273	VALQUIRIA PESTANA ROSA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
132	494	VANDREIA GOMES SANTANA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
133	612	WESLEY ALVES DA SILVA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
134	470	YLDENEIDE MACHADO SOUZA	PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA - ZONA URBANA E RURAL	ITEM 5.3.2 g)

PEDIDOS DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO INDEFERIDOS, conforme Edital de Abertura nº 006/2015:

Nº	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO	CONF. ITEM
1	785	ADRIANA SOARES DOS SANTOS	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
2	1043	ADRIANA SOUZA LIMA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
3	822	AILTON DOS SANTOS	VIGIA SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
4	1304	AIRTON ALVES FIDELES	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.2 c)
5	904	BENEDITA ROCHA GOMES	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
6	1085	CLAUDIA APARECIDA DA SILVA	AGENTE SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL	ITEM 5.2 c)
7	23	CLOVIS ALVES DOS SANTOS	MOTORISTA - ZONA RURAL LEI 126/07	ITEM 5.2
8	490	CRISLAINE MARCELA DE JESUS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 b)
9	1179	DAYANE RIBEIRO DO NASCIMENTO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
10	970	DEUZELINA BESERRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
11	546	DONIZETH RAMOS DE OLIVEIRA	OPERADOR DE MAQUINAS-SINFRA LEI 4429 DE 20 DE JULHO DE 2015	ITEM 5.3.1
12	222	ELZA BERNARDES DE AGUIAR	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
13	54	FRANCISCA MARYLIN LUCAS PAU-FERRO	AGENTE DO PROG. ACESSUAS - PRONATEC	ITEM 5.3.2 g)
14	672	GABRIEL CAJE DOS SANTOS	AGENTE DO PROG. ACESSUAS - PRONATEC	ITEM 5.3.2 g)
15	974	GENETON COSTA MEDEIROS	AUXILAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 a)
16	306	GEUSA DA COMCEIÇÃO TANAZIO	PROFESSOR ED. INFANTIL/ EJA 1º SEGMENTO/ANOS INICIAIS - ZONA RURAL	ITEM 5.3.2 g)
17	1173	HEMILLY PATRICIA DOS SANTOS OLIVEIR	AGENTE SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL	ITEM 5.3.2 g)
18	1011	JAQUELINE DA SILVA ROCHA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 a)
19	428	JENNIPH ALINE CAMPOS BRASIL ANGOLA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 a)
20	1182	JONAS JOSE LOPES DE OLIVEIRA	VIGIA SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
21	1292	JOSE DONIZETE ALVES JUNIOR	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
22	238	KELVYN CRISTYAN FERREIRA DA SILVA	ORIENTADOR SOCIAL - SEC. ASSISTNCIA SOCIAL	ITEM 5.3.2 a)
23	854	LARISSA ALVES DO PRADO	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
24	793	LEIA MARIA DA SILVA RIS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
25	799	LEIR MARIA DA SILVA RIS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
26	1237	LEONORA ALVES PEREIRA	VIGIA SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
27	1194	MAIULY COSME BRAVIN	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
28	1264	MARIA JULIA FEREIRA PORCIUNCULA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 a)
29	1279	MARINA MANOEL LUIZ	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 g)
30	1290	MARLUCIA DE MELLO	AGENTE SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL	ITEM 5.3.2 g)
31	478	MICHELE RODRIGUES DE MORAIS	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
32	1129	MILEIDE PATRICIA FREHLICH	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
33	937	NILDA CALIXTO DE PAULA	AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC	ITEM 5.3.2 a)
34	1262	NUBIA MARCIA GOMES BELO OLIVEIRA DOS SANTOS	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
35	1042	PEDRO RENILDO ANTON	MOTORISTA - RURAL LEI 126/07	ITEM 5.2 c)
36	202	REGINA MUNHOZ GARCIA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA UBANA	ITEM 5.3.2 g)
37	245	REGINALDO DE MELO SANTOS	PROFESSOR SERIES INICIAIS E FINAIS DO EF INDIGENA	ITEM 5.3.2 b)
38	1294	RICARDO ROSA	OPERADOR DE MAQUINAS-SINFRA LEI 4429 DE 20 DE JULHO DE 2015	ITEM 5.1. a)

39	1250	ROSELENE BARBOSA DE SOUZA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
40	1211	SAMUEL RODRIGUES BELO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 a)
41	839	SOLANGE ALMEIDA DE JESUS	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
42	647	SOLANGE MOREIRA DOS SANTOS	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
43	42	SUELE LARA RAMOS	AUXILAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.2
44	719	VALDENIR DOS SANTOS	MOTORISTA - ZONA RURAL LEI 126/07	ITEM 5.2. c)
45	1274	VANESSA DE PAULA DAS ILVA	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	ITEM 5.3.2 g)
46	667	WIGOR RANGEL DE SOUZA ADRIANO	VIGIA SEMEC	ITEM 5.3.2 g)

Tangará da Serra – MT, 30 de novembro de 2015.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretário Municipal de Administração

Janine Cristina Gruber Nogueira

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Maria de Lourdes Fernandes Blanco Pollon

Secretária Municipal de Assistência Social

Francisco Carlos Clemente

Secretário Municipal de Infraestrutura

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 028/2015

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 028/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA, NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NAS INSTALAÇÕES PREDIAIS UTILIZADAS PELO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS DE ÍNDICES DE CONSTRUÇÃO CIVIL – SINAPI,** para atender demanda das Secretarias do município**.** Vigência: **28/05/2015 – 28/05/2015.** O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 073/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 073/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FREEZERS, GELADEIRAS E BEBEDOUROS PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.** Vigência: **17/11/2014 – 17/11/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 2 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 2 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

INSTITUI A MESA DIREITORA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A mesa diretora em conformidade com o que estabelece o art. 20 e 31 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Tangará da Serra;

RESOLVE:

Art. 1ºFica eleita a Mesa Diretora para o exercício de 2015, com a seguinte composição:

I - **Presidente**: Sílvio José Sommavilla;

II - **Vice-Presidente**: Vagner Constantino Guimarães;

III - **1º Secretário**: Fábio da Silva Brito;

IV - **2º Secretário**: Wellington Rossiter Bezerra.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir do primeiro dia de janeiro do ano de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze.

ROMER JAPONÊS

Presidente

LUIZ HENRIQUE

Vice-Presidente

PROFESSOR SEBASTIAN

1º Secretário

WELITON DUARTE

2º Secretário

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 54, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2.015.

PORTARIA Nº 54, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2.015.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER TEMPORARIAMENTE PELA SECRETARIA GERAL DO PODER LEGISLATIVO.

O Vereador **ROMER JAPONÊS**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 54 § 3º da Lei complementar nº 06 de 21/06/1994.

RESOLVE:

1 – Designar o Servidor **MARCELO FERNANDES ROSA,** para responder por quinze dias a função de Secretário Geral da Câmara Municipal de Tangará da Serra, substituindo neste período a Servidora Senhora **AVELINA ANTONIO VISITAÇÃO,** por motivo de férias, com as vantagens previstas no artigo 54, § 3º, da Lei Complementar 006/94, com o acréscimo de 30% (trinta) por cento, sobre o respectivo vencimento, conforme previsto no anexo II da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2009.

2 – Registra-se, publica-se e cumpra-se a presente portaria que entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, ao 1 (primeiro) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quinze

ROMER JAPONÊS

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

PROFESSOR SEBASTIAN

1º Secretário

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 085/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 085/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM E MÁQUINAS PESADAS, a fim de atender às necessidades das Secretarias do município.** Vigência: **19/11/2014 – 19/11/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2015. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 561/GP/2015 de 08.09.2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **14 DE DEZEMBRO DE 2015, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.350-N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Item. Objeto: **AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA COMPOR ACERVO BIBLIOGRAFICO DAS BIBLIOTECAS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE ENSINO DO MUNICÍPIO,** conforme especificações constantes dos Anexos II e III, do Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 02 de Dezembro de 2015**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 30 de Novembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO REFERENTE AO TERMO ADITIVO Nº 0009/0000200/2012/ADM/2015 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

TERMO ADITIVO Nº 0009/ 0000200/ 2012/ ADM/ 2015	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT /PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** / Este 2º. Termo de Prorrogação tem por objeto prorrogar, por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato nº. 200/ADM/2012 (objeto: *seguro de veículo para a frota de veículos oficiais do município de Tangará da Serra-MT*), passando a vigência inicial, juntamente com o prazo do 1º. Termo de Prorrogação de Prazo, de 16/10/2012 a 16/10/2015 para **16/10/2012 a 16/10/2016 /R$144.319,28** /DATA DE ASSINATURA : 16/10/2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 086/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 086/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS ORGANIZACIONAIS (ARQUIVOS DESLIZANTES), nos Centros Municipais de Ensino, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.** Vigência: **19/11/2014 – 19/11/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram-se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 027/2015

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 027/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE HOSPEDAGEM,** a fim de suprir as necessidades das Secretarias deste Município**.** Vigência: **25/05/2015 – 25/05/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2015/ SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso, através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagraram como vencedoras no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO Nº. 032/2015/SAMAE**, referente a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E LIMPEZA PARA OS DEPARTAMENTOS DO SAMAE,** a empresa **SETE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA – ME, CNPJ:04.578.067/0001-69** e **MERCADÃO DA LIMPEZA LTDA ME, CNPJ: 14.689.405/0001-93**

Tangará da Serra/MT, 30 de Novembro de 2015.

Pablo Rodrigo Perez Selle

Coordenador do Setor de Licitação do SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 076/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 076/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.** Vigência: **06/11/2014 – 06/11/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 026/2015

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 026/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS E PINTURAS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.** Vigência: **21/05/2015 – 21/05/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 053/2015

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 053/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA E DUPLAGEM PARA CONSERTO DE PNEUS NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL,** a fim de suprir as necessidades das Secretarias deste Município**.** Vigência: **28/08/2015 – 28/08/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que houve alteração de valores no item 02 registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 016/2015

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 016/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE MARMITEX E FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO SELF SERVICE (almoço e janta),** a fim de suprir as necessidades das Unidades Administrativas deste Município**.** Vigência: **18/05/2015 – 18/05/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 051/2015

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 051/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS, MESAS, CADEIRAS, CAIXAS TÉRMICAS, BANHEIRO QUÍMICO, BEM COMO, AQUISIÇÃO DE GELO E ÁGUA MINERAL, PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.** Vigência: **25/08/2015 – 25/08/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que houve alteração de valores no item 02 registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 048/2015

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 048/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E FILTROS, PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DESTE MUNICÍPIO** para atender necessidades das Secretarias do município**.** Vigência: **17/08/2015 – 17/08/2016.** O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 077/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 077/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL COMUM, GASOLINA E ARLA 32) PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.** Vigência: **03/11/2014 – 03/11/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que houve alteração de valores nos itens 01 e 03 registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 024/2015

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 024/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIAS XEROGRÁFICAS, IMPRESSÃO, ENCADERNAÇÃO E PLOTAGENS,** a fim de suprir necessidades das Secretarias deste Município**.** Vigência: **15/05/2015 – 15/05/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 019/2015

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 019/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, UTENSÍLIOS DE COZINHA, DESCARTÁVEIS, UTILIDADES, DENTRE OUTROS,** para suprir as necessidades das Secretarias deste Município**.** Vigência: **04/05/2015 – 04/05/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 052/2015

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 052/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA, CAIXA DE GORDURA, DESENTUPIMENTO DE ESGOTO, PIAS E VASOS,** a fim de suprir as necessidades das Secretarias deste Município**.** Vigência: **28/08/2015 – 28/08/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que houve alteração de valores no item 02 registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 006/2015

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 006/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NAS COMPETIÇÕES MUNICIPAIS, REGIONAIS E ESTADUAIS,** para atender demanda da Secretaria Municipal de Esporte deste município**.** Vigência: **24/02/2015 – 24/02/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO REFERENTE AO TERMO ADITIVO Nº 00010000050/2015/ADM/2015 - TANGEL CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - EPP

TERMO ADITIVO Nº00010000050/2015/ADM/2015	**TANGARÁ DA SERRA/MT/TANGEL CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA-EPP/** Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar por mais **04 (quatro) meses**, a Cláusula Quinta, item 5.2, no prazo de vigência do **Contrato nº 050/ADM/2015** (objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO EXTERNA DE QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA e IMPLANTAÇÃO DE POSTO DE TRANSFORMAÇÃO DE 300 KVA no Hospital Municipal de Tangará da Serra-MT), passando de **29/05/2015 à 29/03/2016./**R$00,00/ DATA DE ASSINATURA: 29/11/2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 071/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 071/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR E LABORATORIAL,** para utilização no atendimento dos pacientes das Unidades de Saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde**.** Vigência: **04/01/2014 – 04/01/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 079/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 079/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO (MATERIAIS PERMANENTES E DE CONSUMO),** para manutenção dos consultórios das Unidades Básicas de Saúde da Família do Município**.** Vigência: **06/11/2014 – 06/11/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 078/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 078/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventuala **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PLACAS, FAIXAS, BANNERS E CORRELATOS,** a fim de suprir as necessidades das Secretarias deste Município**.** Vigência: **05/11/2014 – 05/11/2015.** O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram-se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 014/2015

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 014/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS UTILIZADOS PELO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.** Vigência: **15/05/2015 – 15/05/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 021/2015

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 021/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E LAVANDERIA HOSPITALAR a fim de atender às necessidades das Secretarias do município.** Vigência: **12/05/2015 – 12/05/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram-se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 022/2015

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 022/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE DIVISÓRIAS, FORROS E VIDROS COM INSTALAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.** Vigência: **07/05/2015 – 07/05/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 080/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 080/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES (MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS DENTRE OUTROS)** para atender necessidades dos Centros Municipais de Ensino**.** Vigência: **10/11/2014 – 10/11/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Novembro 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2015.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2015 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 72/2015 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 60/2015, TEVE COMO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS E BANHEIROS QUÍMICOS, PARA USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA TERRA NOVA DO NORTE-MT, TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: VISUART COMINICAÇÃO VISUAL LTDA –ME.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2015.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2015 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 74/2015 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 62/2015, TEVE COMO OBJETO: OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AREIA LAVADA, AREIA GROSSA, AREIA FINA COM GOMA, AREIA FINA PARA REBOCO, PEDRA BRITA 01, PEDRISCO E PÓ DE PEDRA PARA SER UTILIZADO PARA MANUTENÇÃO REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS E NA FABRICAÇÃO DE TUBOS, TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: JANDERSSON TOMASELLI - ME

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 46/2015 PROCESSO N. 314636/2015

Processo n. 314636/2015. O Município de Várzea Grande-MT, por meio de Pregoeiro Oficial, designado pela portaria n. 227/2015**,** torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, tendo como critério de julgamento o menor preço por **ITEM**, que será realizado por intermédio do portal www.bll.org.br cujo objeto**: Registro de preços para aquisição de futuras e eventuais aquisições de aparelho de ar condicionado, tipo Split e Piso Teto, visando o atendimento das necessidades da prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, conforme especificações contidas no anexo I (termo de referência n.36/2015)**. A realização esta prevista para o dia **16 de DEZEMBRO de 2015, às 10hs** (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 18h00min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 50,00 - não restituível e gratuitamente, no sitio: www.bll.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br Várzea Grande-MT, 30 de novembro de 2015. Vivian D. de Arruda e Silva Pires, Secretaria de Administração Deivid Matos de Oliveira - Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO COMUNICADO DE FÉRIAS

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

Comunica a Servidora ROSILEY NUNES DE PAULA, matrícula n°529 ocupando o cargo de AUX. ADMINISTRATIVO que será concedido o gozo ás férias a partir 01 de Dezembro até 30 de Dezembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 02/07/2013 a 01/07/2014.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

Diretor Presidente.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO COMUNICADO DE FÉRIAS

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

Comunica ao Servidor AILTON MARCOS SANTANA DE ALMEIDA, matrícula n°533 ocupando o cargo de Encanador que será concedido o gozo ás férias a partir 01 de Dezembro até 30 de Dezembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 31/10/2014 a 30/01/2015.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

Diretor Presidente.

AVISO DE RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO N. 06/2015

Fundo Municipal de Saúde do Município de Várzea Grande, por meio da Comissão Permanente de Licitação torna publico aos interessados que, o CHAMAMENTO PÚBLICO, para CREDENCIAMENTO, cujo objeto Chamamento Público visando o credenciamento de pessoas jurídicas para o fornecimento em forma de consignação de materiais cirúrgicos com cessão de caixas instrumentais de 3,5 e 4,5 .

mm em regime de comodato para atendimento as necessidades na especialidade de cirurgia geral e neurocirurgia, ortopedia, cirurgia vascular e bucomaxilo facial no Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande-MT, de acordo com o art 25, Lei 8666/93, mediante a celebração de CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, com fundamento no artigo 25, “caput” da Lei n. 8.666/93. A empresa ASTRAMED COMÉRCIO PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA sob CNPJ 07.733.630/0001-14 foi declarada HABILITADA, apresentando a proposta com Valor Global para o lote 01 de R$1.074.694,77 (hum milhão e setenta e quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos), o lote 02 foi declarado Deserto. Várzea Grande-MT, 30 de novembro de 2015. Comissão Permanente de Licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 016/2014

Investigado: Mário Sérgio Corassa

Fatos Investigados: Crime Contra a Administração Pública; Lesão aos Cofres Públicos e Dilapidação do Patrimônio Municipal.

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR EDITAL

O Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, instituída pela Portaria nº 255/2015, de 02 de junho de 2015, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, na data de 03 de junho de 2015, página 490, tendo em vista o disposto no artigo 148 da

Lei Complementar Municipal nº 1.164/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande) **CITA**, pelo presente edital o servidor MÁRIO SÉRGIO CORASSA para, que tome ciência da acusação que lhe é imputada e que resultou no PAD nº 016/2014, como incursa nas penas do artigo 142, inciso I, X da Lei Complementar nº 1.164/91 e apresentar DEFESA ESCRITA no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de lhe ser decretada a Revelia.

O Processo Administrativo Disciplinar se encontra à disposição do acusado na sede da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, sito à Avenida Castelo Branco, nº 2.500, Paço Municipal Couto Magalhães, Bairro Água Limpa, Várzea Grande – MT, Fone 3688 – 8000, de segunda a sexta-feira, das 08:00 horas às 16:00 horas.

Ricardo Siqueira da Costa

Presidente da Comissão de Sindicância

OAB/MT nº 3205b – Matrícula nº 39.889

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO N. 55/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 130/2015

O Município de Várzea Grande-MT torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico n.55/2015 tendo como objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de vasilhames e cargas e GPL – Gás Liquefeito de Petróleo acondicionamento em botijão retornável para atender a Secretaria de Administração e todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, conforme edital e anexo, foi **ADJUDICADO E HOMOLOGADO** em 30/11/2015, com os preços registrados na ATA de Registro de Preços n.130/2015 com a empresa abaixo relacionada.

Validade: 12 (doze) meses.

Empresa: **GASOLINE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELLI – CNPJ n. 03.401.442/0001-38**					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**QTD**	**VLR**	**TOTAL**
01	CARGA DE GÁS GLP ACONDICIONADO EM BOTIJÃO P13 RETORNÁVEL.	SUPERGASBRAS	588	74,00	43.512,00
02	CARGA DE GÁS GLP ACONDICIONADO EM BOTIJÃO P45 RETORNÁVEL.	SUPERGASBRAS	62	276,66	17.152,92
03	CARGA DE GÁS GLP ACONDICIONADO EM BOTIJÃO P90 RETORNÁVEL.	COPAGAZ	150	563,66	84.549,00
04	VASILHAME PARA GÁS LIQUEFEITO P13.	SUPERGASBRAS	64	196,66	12.586,24
Valor Total: R$ 157.800,16 (cento e cinquenta e sete mil, oitocentos reais e dezesseis centavos).					

Item Fracassado: 05.

CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE-MT

VIVIAN DANIELLE DE ARRUDA E SILVA PIRES

Secretária de administração

KATHE MARIA KHOLHASE MARTINS

Secretária de Assistência Social

CASSIUS CLAY SCOFONI FALEIROS AZEVEDO

Secretário de Saúde

ZILDA PEREIRA LEITE DE CAMPOS

Secretária de Educação

CONTRATADA: GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELLI

CNPJ sob n. 03.401.442/0001-38

EXTRATO CONVÊNIO N. 016/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e o LAR DOS IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO DE VÁRZEA GRANDE, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 12.287.415/0001-77. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Aplica-se a Lei Federal n.º 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, incisos e alíneas que couberem, na IN/STN n.º 01/97, a Lei Complementar 101.2000, a IN/STN n.º 01/2005, Lei Municipal n.º 3.770.2012 e o Decreto Municipal n.º 65/2011, bem como, nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº 335149/2015. OBJETO: Constitui objeto deste Convênio, repassar à Instituição recursos financeiro para atendimento de até 50 (cinquenta) idosos com idade de 60 anos ou mais que não tenham condições de sobreviverem sozinhos ou de famílias carentes que não possam oferecer as mínimas condições de sobrevivência, provenientes de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global no montante de R$ 662.376,00 (seiscentos e sessenta e dois mil trezentos e setenta e seis reais), quantia esta que, será repassada mensalmente em 12 (doze) parcelas de R$ 55.198,00. (cinquenta e cinco mil cento e noventa e oito reais) **UO: SECRETARIA municipal de assistência social DO: 11.04.08.241.0042. P/A: 2.151. ND: 3.3.50.43.00.00.00 – OST P. JURÍDICA. FONTE: 0999.** VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, com início em outubro/2015 e término em setembro/2015. FISCAL DO CONVÊNIO: Fica designada para este ato, a servidora DULCELINA SOCORRO FIRMINO DE LIMA SILVA, portadora da cédula de identidade RG n°.503.087 SSP/MT, inscrita no CPF n°. 362.092.101-63, Matrícula 011346.

DATA DE ASSINATURA: 09.11.2015.

SIGNATÁRIOS: LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT

KATHE MARIA KOHLHASE MARTINS

Secretária Municipal de Assistência Social – PMVG/MT

LAR DOS IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO DE VÁRZEA GRANDE

Convenente

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral Do Município De Várzea Grande/MT

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO N.006/2015

Processo n.337239/2015. Visto. A Superintendência Administrativa Hospitalar do Hospital Pronto Socorro do Município de Várzea Grande, Sr. Aluisio Fernandes A. de Oliveira, mediante CI n.618/2015, datada de 14-10-2015, solicitou a aquisição de roupas hospitalares por meio da Ata de Registro de Preço n. 006/2015. Justificada à necessidade em aderir a ata de registro de preços n. 006/2015 oriunda Pregão Presencial n. 10/2015, Processo N. 17/2015, que tem por objeto Registro de preços para futura e eventual aquisição de roupas de cama e vestimentas hospitalares para atender a rede municipal de Saúde do Município de Canarana/MT, conforme especificações do Edital. Os itens pleiteados são 01, 02, 03,04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15,16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37, totalizando valor de R$ 73.005,00 (setenta e três mil e cinco reais). Formalizada a coleta de preços, comprovou-se a vantajosidade e o cumprimento dos requisitos legais, uma vez que a ARP se encontra vigente, o Órgão Gerenciador autorizou a adesão conforme autorização de fl. 11, o Fornecedor também concorda com a pretendida adesão, conforme autorização datada de 22 de outubro de 2015 fl. 16, portanto, atendendo os preceitos do Decreto Federal n. 7892/2013. A Procuradoria Geral do Município emitiu parecer favorável à adesão. (fls.113/119 e 140). Verificou-se ainda, que na ata de registro de preços no item 4.3 (fl. 32) contem clausula que autoriza a adesão de órgão não participantes do certame. Assim sendo, fundamentado no artigo 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013, c/c o Decreto Municipal 09/2010, alterado pelo Decreto 61/2014, de 12-11-2014, AUTORIZO a ADESÃO a Ata de Registro de Preços N. 006/2015 oriunda Pregão Presencial n. 10/2015, Processo N. 17/2015, que tem por objeto Registro de preços para futura e eventual aquisição de roupas de cama e vestimentas hospitalares para atender a rede municipal de Saúde do Município de Canarana/MT, conforme especificações do Edital, da empresa S.M. GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ n.08.711.005/0001-34, itens 01, 02, 03 ,04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15,16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37, totalizando valor de R$ 73.005,00 (setenta e três mil e cinco reais). Publique-se e cumpra-se. Empenhem-se os recursos necessários. Várzea Grande-MT, 30 de novembro de 2015. CASSIUS CLAY S. F. DE AZEVEDO, Secretário de Saúde.

PORTARIA Nº 562/2015

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 292869/2015,

RESOLVE:

Retificar a Portaria n° 308/2000, que averbou em favor da servidora **MARILZA FÁTIMA DE QUIROZ**, Matrícula 34175, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Auxiliar de Enfermagem, o tempo de serviço prestado conforme Certidãode Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS,

Onde se lê: "o tempo de serviço prestado, referente aos períodos de 22.07.83 à 30.04.87 e 08.09.89 à 05.12.89, num total de 04 (quatro) anos, 00 (zero) meses e 07 (sete) dias, isto é, 1.447 dias para efeitode aposentadoria e disponibilidade**."**

Leia-se: o tempo de serviço prestado ao Estado de Mato Grosso no período de 22/07/1983 a 30/04/1987, no total de 03 (três) anos, 09 (nove) meses e 09 (nove) dias ou 1.377 (um mil trezentos e setenta e sete) dias líquidos, Para todos os efeitos; e Averbar o período prestado à iniciativa privada de 08/09/1989 a 30/09/1989, no total de 23 (vinte e três) dias líquidos, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 27 de novembro de 2015.

Carlos Alberto Silva

Subsecretário de Administração

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5° BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	912.180.785,99	912.180.785,99	67.927.533,64	7,45	362.241.462,12	39,71	549.939.323,87
RECEITAS CORRENTES	494.079.441,99	494.079.441,99	67.927.533,64	13,75	356.447.029,25	72,14	137.632.412,74
RECEITA TRIBUTÁRIA	109.071.457,00	109.071.457,00	10.673.450,94	9,79	61.446.080,25	56,34	47.625.376,75
Impostos	91.184.016,00	91.184.016,00	9.704.485,43	10,64	51.761.533,29	56,77	39.422.482,71
Taxas	17.887.441,00	17.887.441,00	968.965,51	5,42	9.684.546,96	54,14	8.202.894,04
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	23.907.182,00	23.907.182,00	4.380.323,63	18,32	21.975.377,17	91,92	1.931.804,83
Contribuições Sociais	8.037.000,00	8.037.000,00	1.717.195,75	21,37	8.881.455,93	110,51	-844.455,93
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	15.870.182,00	15.870.182,00	2.663.127,88	16,78	13.093.921,24	82,51	2.776.260,76
RECEITA PATRIMONIAL	7.679.794,00	7.679.794,00	3.600.784,42	46,89	20.597.063,72	268,20	-12.917.269,72
Receitas Imobiliárias	50.000,00	50.000,00	4.016,62	8,03	36.149,58	72,30	13.850,42
Receitas de Valores Mobiliários	7.629.794,00	7.629.794,00	3.596.767,80	47,14	14.560.914,14	190,84	-6.931.120,14
Receita de Concessões e Permissões	0,00						
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00		6.000.000,00		-6.000.000,00
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	36.227.215,00	36.227.215,00	4.161.353,19	11,49	20.510.925,78	56,62	15.716.289,22
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	299.209.730,00	299.209.730,00	43.914.395,73	14,68	222.665.174,37	74,42	76.544.555,63
Transferências Intergovernamentais	279.234.453,00	279.234.453,00	42.208.479,41	15,12	211.054.091,98	75,58	68.180.361,02
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	19.975.277,00	19.975.277,00	1.705.916,32	8,54	11.611.082,39	58,13	8.364.194,61
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.984.063,99	17.984.063,99	1.197.225,73	6,66	9.252.407,96	51,45	8.731.656,03
Multas e Juros de Mora	4.264.992,99	4.264.992,99	409.713,99	9,61	1.847.787,22	43,32	2.417.205,77
Indenizações e Restituições	423.405,00	423.405,00	43.890,20	10,37	2.597.804,93	613,55	-2.174.399,93
Receita da Dívida Ativa	10.149.940,00	10.149.940,00	480.088,05	4,73	4.479.572,52	44,13	5.670.367,48
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	2.800.000,00	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00
Receitas Correntes Diversas	345.726,00	345.726,00	263.533,49	76,23	327.243,29	94,65	18.482,71
RECEITAS DE CAPITAL	418.101.344,00	418.101.344,00	0,00	0,00	5.794.432,87	1,39	412.306.911,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		841.725,52		-841.725,52

Documento gerado em 27/11/2015 18:05:28

Página 1 de 27

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		841.725,52		-841.725,52
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	418.101.344,00	418.101.344,00	0,00	0,00	4.952.707,35	1,18	413.148.636,65
Transferências Intergovernamentais	6.217.133,00	6.217.133,00	0,00	0,00	3.410.000,00	54,85	2.807.133,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	411.884.211,00	411.884.211,00	0,00	0,00	1.542.707,35	0,37	410.341.503,65
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.079.000,00	11.079.000,00	3.158.921,06	28,51	16.779.162,26	151,45	-5.700.162,26
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	923.259.785,99	923.259.785,99	71.086.454,70	7,70	379.020.624,38	41,05	544.239.161,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	923.259.785,99	923.259.785,99	71.086.454,70	7,70	379.020.624,38	41,05	544.239.161,61
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	923.259.785,99	923.259.785,99	71.086.454,70	7,70	379.020.624,38	41,05	544.239.161,61
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		1.500.000,00			641.814,93		
Superávit Financeiro		1.500.000,00			641.814,93		
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	905.655.108,41	909.118.883,45	43.509.925,23	348.317.051,69	560.801.831,76	59.047.216,66	280.282.205,78	628.836.677,67	268.372.735,78	0,00
DESPESAS CORRENTES	411.855.324,56	425.758.377,26	47.012.605,20	316.022.447,61	109.735.929,65	55.841.289,25	265.233.630,43	160.524.746,83	253.587.404,90	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	218.929.009,92	206.021.004,48	31.214.589,53	154.611.692,80	51.409.311,68	31.214.545,09	154.085.675,84	51.935.328,64	151.606.068,28	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.584.605,00	5.702.605,00	109.898,40	4.055.495,63	1.647.109,37	474.447,27	2.349.297,98	3.353.307,02	2.349.297,98	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	186.341.709,64	214.034.767,78	15.688.117,27	157.355.259,18	56.679.508,60	24.152.296,89	108.798.656,61	105.236.111,17	99.632.038,64	
DESPESAS DE CAPITAL	482.639.783,85	472.200.506,19	-3.502.679,97	32.294.604,08	439.905.902,11	3.205.927,41	15.048.575,35	457.151.930,84	14.785.330,88	0,00
INVESTIMENTOS	463.766.783,85	454.580.500,17	-3.871.566,31	19.011.688,33	435.568.811,84	1.190.170,93	4.687.653,46	449.892.846,71	4.424.408,99	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	18.873.000,00	17.620.006,02	368.886,34	13.282.915,75	4.337.090,27	2.015.756,48	10.360.921,89	7.259.084,13	10.360.921,89	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00	1.000.000,00			1.000.000,00			1.000.000,00		
RESERVA DO RPPS	10.160.000,00	10.160.000,00			10.160.000,00			10.160.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	17.604.677,59	18.961.652,54	2.417.214,35	12.017.576,16	6.944.076,38	2.401.484,64	11.800.642,87	7.161.009,67	10.692.119,51	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VII + IX)	923.259.786,00	928.080.535,99	45.927.139,58	360.334.627,85	567.745.908,14	61.448.701,30	292.082.848,65	635.997.687,34	279.064.855,29	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	923.259.786,00	928.080.535,99	45.927.139,58	360.334.627,85	567.745.908,14	61.448.701,30	292.082.848,65	635.997.687,34	279.064.855,29	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				18.685.996,53			86.937.775,73		379.020.624,38	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	923.259.786,00	928.080.535,99	45.927.139,58	379.020.624,38		61.448.701,30	379.020.624,38		658.085.479,67	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.079.000,00	11.079.000,00	3.158.921,06	28,51	16.779.162,26	151,45	-5.700.162,26
RECEITAS CORRENTES	11.079.000,00	11.079.000,00	3.158.921,06	28,51	16.779.162,26	151,45	-5.700.162,26
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	11.079.000,00	11.079.000,00	2.976.485,64	26,87	15.969.466,46	144,14	-4.890.466,46
Contribuições Sociais	11.079.000,00	11.079.000,00	2.976.485,64	26,87	15.969.466,46	144,14	-4.890.466,46
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	182.435,42		809.695,80		-809.695,80
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	182.435,42	0,00	809.695,80	0,00	-809.695,80
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	17.604.677,59	18.961.652,54	2.417.214,35	12.017.576,16	6.944.076,38	2.401.484,64	11.800.642,87	7.161.009,67	10.692.119,51	0,00
DESPESAS CORRENTES	17.604.677,59	18.961.652,54	2.417.214,35	12.017.576,16	6.944.076,38	2.401.484,64	11.800.642,87	7.161.009,67	10.692.119,51	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.544.677,59	18.961.652,54	2.417.214,35	12.017.576,16	6.944.076,38	2.401.484,64	11.800.642,87	7.161.009,67	10.692.119,51	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (j)	905,655,108.41	909,118,883.45	43,509,925.23	348,317,051.69	96.66	560,801,831.76	59,047,216.66	280,282,205.78	95.96	628,836,677.67	0.00
Legislativa	14,588,518.99	14,518,518.99	1,020,306.37	10,657,280.55	2.96	3,861,238.44	1,294,147.50	10,178,906.33	3.48	4,339,612.66	0.00
Ação Legislativa	14,588,518.99	14,518,518.99	1,020,306.37	10,657,280.55	2.96	3,861,238.44	1,294,147.50	10,178,906.33	3.48	4,339,612.66	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	9,235,000.00	16,314,600.00	512,770.49	14,344,890.25	3.98	1,969,709.75	1,809,119.69	10,564,092.17	3.62	5,750,507.83	0.00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral	3,135,000.00	3,054,600.00	482,451.66	2,415,677.47	0.67	638,922.53	519,501.61	2,405,010.80	0.82	649,589.20	
Demais Subfunções	6,100,000.00	13,260,000.00	30,318.83	11,929,212.78	3.31	1,330,787.22	1,289,618.08	8,159,081.37	2.79	5,100,918.63	
Essencial à Justiça	0.00	0.00	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00		0.00	0.00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	64,729,609.26	59,934,939.06	4,026,409.83	35,834,961.54	9.94	24,099,977.52	6,101,317.13	26,763,732.10	9.16	33,171,206.96	0.00
Planejamento e Orçamento	792,274.00	947,333.52	96,474.09	635,681.12	0.18	311,652.40	96,474.09	635,681.12	0.22	311,652.40	
Administração Geral	52,460,335.26	40,057,833.57	1,806,144.38	21,566,094.95	5.99	18,491,738.62	3,283,575.00	16,713,935.26	5.72	23,343,898.31	
Administração Financeira	6,219,000.00	13,636,771.97	1,312,832.46	11,092,867.52	3.08	2,544,104.45	2,139,977.09	7,860,046.48	2.69	5,776,725.49	
Controle Interno	1,418,000.00	1,453,000.00	165,958.90	850,517.95	0.24	602,482.05	165,958.90	850,517.95	0.29	602,482.05	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	3,840,000.00	3,840,000.00	645,000.00	1,690,000.00	0.47	2,150,000.00	415,332.05	703,551.29	0.24	3,136,448.71	
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0.00	0.00	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00		0.00	0.00
Defesa Área											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	6,980,057.00	5,039,211.36	545,286.51	4,695,154.36	1.30	344,057.00	545,286.51	4,695,154.36	1.61	344,057.00	0.00
Policiamento	344,057.00	344,057.00	0.00	0.00	0.00	344,057.00	0.00	0.00	0.00	344,057.00	
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral	6,636,000.00	4,695,154.36	545,286.51	4,695,154.36	1.30	0.00	545,286.51	4,695,154.36	1.61	0.00	
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0.00	0.00	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00		0.00	0.00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	11,533,840.00	12,855,208.50	1,178,327.70	9,210,458.44	2.56	3,644,750.06	1,355,768.89	7,461,798.27	2.55	5,393,410.23	0.00
Assistência ao Idoso	850,000.00	850,000.00	0.00	546,000.03	0.15	303,999.97	121,333.34	485,333.36	0.17	364,666.64	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	1,812,646.00	1,817,224.21	47,149.06	969,906.79	0.27	847,317.42	108,053.13	610,961.40	0.21	1,206,262.81	
Assistência Comunitária	2,769,794.00	2,877,782.50	349,426.51	1,907,862.46	0.53	969,900.04	356,914.17	1,603,884.79	0.55	1,273,877.71	
Administração Geral	6,101,400.00	7,310,221.79	781,752.13	5,786,689.16	1.61	1,523,532.63	769,468.25	4,761,618.72	1.63	2,548,603.07	
Demais Subfunções											
Previdência Social	19,350,000.00	19,350,000.00	3,248,793.39	13,858,051.50	3.85	5,491,948.50	2,947,855.65	13,413,024.80	4.59	5,936,975.20	0.00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	19,350,000.00	19,350,000.00	3,248,793.39	13,858,051.50	3.85	5,491,948.50	2,947,855.65	13,413,024.80	4.59	5,936,975.20	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Demais Subfunções											
Saúde	127.292.360,58	126.247.860,58	13.097.132,68	86.900.553,10	24,67	37.347.307,48	16.258.123,80	73.281.607,31	25,09	52.966.253,27	0,00
Atenção Básica	12.848.779,84	13.801.953,77	-1.869.183,79	7.346.991,86	2,04	6.454.961,91	861.662,72	4.393.405,69	1,50	9.408.548,08	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	28.912.679,97	33.300.179,97	3.022.451,08	22.270.527,60	6,18	11.029.652,37	3.814.517,10	12.598.985,09	4,31	20.701.194,88	
Suporte Profilático e Terapêutico	2.499.097,45	2.222.429,46	397.000,00	1.486.384,33	0,41	736.045,13	173.062,14	408.471,55	0,14	1.813.957,91	
Vigilância Sanitária	399.630,00	397.630,00	0,00	2.297,79	0,00	395.332,21	0,00	2.297,79	0,00	395.332,21	
Vigilância Epidemiológica	2.017.405,00	1.838.924,24	25.183,47	241.162,71	0,07	1.597.761,53	33.910,24	104.925,43	0,04	1.733.998,81	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	80.614.768,32	74.686.743,14	11.521.681,92	57.553.188,81	15,97	17.133.554,33	11.374.971,80	55.773.521,76	19,10	18.913.221,38	
Demais Subfunções											
Trabalho	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00		10.000,00	0,00	0,00		10.000,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	139.371.850,75	141.065.512,29	13.905.330,27	84.627.476,29	23,49	56.438.036,00	16.007.491,96	73.296.727,00	25,09	67.768.785,29	0,00
Ensino Fundamental	82.829.500,00	85.133.900,00	12.282.731,56	65.893.159,60	18,29	19.240.740,40	12.867.702,21	60.056.524,07	20,56	25.077.375,93	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	36.129.865,00	36.489.201,49	905.110,10	4.284.695,76	1,19	32.204.505,73	233.029,82	1.595.806,98	0,55	34.893.394,51	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral	20.412.485,75	19.442.410,80	717.488,61	14.449.620,93	4,01	4.992.789,87	2.906.759,93	11.644.395,95	3,99	7.798.014,85	
Demais Subfunções											
Cultura	70.000,00	70.000,00	29.000,00	50.000,00	0,01	20.000,00	1.291,15	20.490,03	0,01	49.509,97	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	70.000,00	70.000,00	29.000,00	50.000,00	0,01	20.000,00	1.291,15	20.490,03	0,01	49.509,97	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00		10.000,00	0,00	0,00		10.000,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	437.622.038,83	435.994.286,85	1.307.539,21	37.350.022,89	10,37	398.644.243,96	4.446.354,97	20.379.966,22	6,98	415.614.300,63	0,00
Infra-Estrutura Urbana	413.324.074,23	410.242.680,41	-2.605.286,69	13.563.995,25	3,76	396.678.685,16	721.815,77	3.032.302,25	1,04	407.210.378,16	
Serviços Urbanos	10.857.000,00	15.217.229,02	3.320.000,00	14.957.211,03	4,15	260.016,99	2.558.598,84	9.646.000,43	3,30	5.571.197,59	
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral	13.440.964,60	10.534.358,42	592.827,90	8.828.816,61	2,45	1.705.541,81	1.165.940,36	7.701.633,54	2,64	2.832.724,88	
Demais Subfunções											
Habitação	200.000,00	2.921.645,00	0,00	0,00		2.921.645,00	0,00	0,00		2.921.645,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana	200.000,00	2.921.645,00	0,00	0,00	0,00	2.921.645,00	0,00	0,00	0,00	2.921.645,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	26.096.451,00	27.296.451,00	3.004.288,51	19.446.406,85	5,40	7.850.044,15	3.633.936,00	17.298.446,03	5,92	9.998.004,97	0,00
Saneamento Básico Rural	90.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
Saneamento Básico Urbano	25.636.846,00	27.037.846,00	2.962.758,86	19.261.566,88	5,35	7.776.279,12	3.592.406,35	17.113.606,06	5,86	9.924.239,94	
Administração Geral	359.000,00	228.000,00	41.529,65	184.839,97	0,05	43.160,03	41.529,65	184.839,97	0,06	43.160,03	
Demais Subfunções	10.605,00	10.605,00	0,00	0,00	0,00	10.605,00	0,00	0,00	0,00	10.605,00	
Gestão Ambiental	2.132.686,00	2.332.686,00	196.706,71	1.300.511,56	0,36	1.032.174,44	258.872,15	1.128.686,11	0,39	1.203.999,89	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral	1.932.686,00	2.132.686,00	196.706,71	1.300.511,56	0,36	832.174,44	258.872,15	1.128.686,11	0,39	1.003.999,89	
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	288.314,00	288.314,00	0,00	0,00		288.314,00	0,00	0,00		288.314,00	0,00
Promoção da Produção Vegetal											
Promoção da Produção Animal											
Defesa Sanitária Vegetal											
Defesa Sanitária Animal											
Abastecimento											
Extensão Rural	288.314,00	288.314,00	0,00	0,00	0,00	288.314,00	0,00	0,00	0,00	288.314,00	
Irrigação											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00		30.000,00	0,00	0,00		30.000,00	0,00
Promoção Industrial	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00		60.000,00	0,00	0,00		60.000,00	0,00
Promoção Comercial	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	11.470.182,00	13.195.469,82	780.000,00	13.189.953,98	3,66	5.515,84	2.297.627,88	10.988.062,49	3,76	2.207.407,33	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	11.470.182,00	13.195.469,82	780.000,00	13.189.953,98	3,66	5.515,84	2.297.627,88	10.988.062,49	3,76	2.207.407,33	
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	1.924.200,00	1.924.200,00	207.219,06	1.206.349,87	0,33	717.850,13	210.885,68	1.187.143,16	0,41	737.056,84	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer	0,00	1.367.525,57	207.219,06	649.675,44	0,18	717.850,13	210.885,68	630.468,73	0,22	737.056,84	
Administração Geral	1.924.200,00	556.674,43	0,00	556.674,43	0,15	0,00	0,00	556.674,43	0,19	0,00	
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Encargos Especiais	21,500,000.00	18,500,000.00	450,812.50	13,644,980.51	3.79	4,855,019.49	1,879,137.70	9,624,369.40	3.30	8,875,630.60	0.00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	21,500,000.00	18,500,000.00	450,812.50	13,644,980.51	3.79	4,855,019.49	1,879,137.70	9,624,369.40	3.30	8,875,630.60	
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	1,000,000.00	1,000,000.00				1,000,000.00				1,000,000.00	
Reserva do RPPS	10,160,000.00	10,160,000.00				10,160,000.00				10,160,000.00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	17,604,677.59	18,961,652.54	2,417,214.35	12,017,576.16	3.34	6,944,076.38	2,401,484.64	11,800,642.87	4.04	7,161,009.67	
TOTAL (III) = (I + II)	923,259,786.00	928,080,535.99	45,927,139.58	360,334,627.85	100.00	567,745,908.14	61,448,701.30	292,082,848.65	100.00	635,997,687.34	0.00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios | Padrao

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	36,724,673.88	38,958,536.63	33,937,863.03	42,803,323.87	36,775,749.32	34,655,026.36	39,675,148.33	39,847,065.87	42,264,461.00	38,955,815.34	33,370,656.67	39,110,471.66	457,078,791.96	496,997,468.99
Receita Tributaria	5,142,172.01	5,710,950.70	3,418,192.12	6,296,168.80	5,823,089.79	4,941,592.22	6,362,309.75	6,141,109.70	7,836,185.01	9,953,981.93	6,118,801.44	4,554,649.50	72,298,202.96	109,841,698.00
IPTU	336,473.83	440,911.44	539.45	5,804.38	16,400.66	248,374.03	835,091.94	1,167,435.53	2,657,889.24	4,379,057.67	1,137,402.40	585,204.74	11,810,385.31	25,009,165.00
ISS	3,095,562.01	3,451,034.28	2,787,011.95	2,853,351.71	2,725,342.01	2,628,022.80	3,306,458.09	2,778,239.46	2,780,339.94	2,876,204.73	3,071,275.69	2,594,914.62	34,947,757.29	46,024,600.00
ITBI	524,126.45	567,777.14	259,228.99	424,466.38	423,081.79	396,320.99	617,236.15	811,787.84	366,053.16	631,162.35	504,159.18	302,763.41	5,828,163.83	9,487,025.00
IRRF	701,830.98	808,498.12	87,478.98	1,777,605.47	770,687.39	763,152.30	698,696.21	655,140.71	700,512.37	629,073.19	732,888.66	775,876.73	9,101,441.11	11,433,467.00
Outras Receitas Tributárias	484,178.74	442,729.72	283,932.75	1,235,140.86	1,887,577.93	905,722.10	904,827.36	728,506.16	1,331,390.30	1,438,483.99	673,075.51	295,890.00	10,611,455.42	17,887,441.00
Receita de Contribuições	808,663.99	3,174,473.65	2,840,508.37	1,253,055.05	2,655,237.14	2,095,781.72	2,120,088.78	2,165,581.01	2,250,761.85	2,214,039.62	867,102.45	3,513,221.18	25,958,514.81	
Receita Patrimonial	3,620,275.89	857,686.83	1,306,742.56	7,272,863.80	965,892.64	1,207,721.72	1,651,418.28	1,898,383.50	1,625,084.63	1,068,172.17	1,341,295.60	2,259,488.82	25,075,026.44	7,631,794.00
Receita Agropecuária	0.00												0.00	
Receita Industrial	0.00												0.00	
Receita de Serviços	3,796,847.33	3,005,765.80	1,817,000.88	1,845,551.03	2,173,874.13	2,098,824.16	1,865,459.93	2,204,164.59	2,303,153.36	2,041,544.51	2,069,711.89	2,091,641.30	27,313,538.91	36,227,215.00
Transferências Correntes	22,496,614.45	25,024,984.29	23,899,529.38	25,325,884.79	24,003,414.15	23,812,662.35	27,087,797.69	24,598,896.89	27,421,290.73	22,996,260.17	22,378,099.21	26,089,891.21	295,135,325.31	330,932,698.00
Cota-Parte do FPM	4,281,755.18	6,886,800.75	5,197,891.13	5,306,039.80	3,864,670.64	4,171,003.69	5,129,171.06	4,462,898.80	3,909,351.91	3,865,003.62	3,222,277.55	3,667,485.88	53,964,350.01	60,771,044.00
Cota-Parte do ICMS	5,989,373.40	6,301,144.73	6,140,863.71	5,136,524.37	6,883,053.90	5,839,552.17	6,130,558.79	6,321,532.23	6,345,887.71	6,017,274.46	7,311,673.00	6,666,080.06	74,883,518.55	77,767,888.00
Cota-Parte do IPVA	829,560.86	439,099.07	330,938.08	3,442,062.47	2,062,791.13	2,632,188.02	2,934,560.11	1,827,800.59	2,803,481.29	1,756,156.66	1,163,118.80	651,082.47	20,872,839.55	19,032,792.00
Cota-Parte do ITR	1,365.83	16,276.96	99.13	276.74	381.29	3,108.09	131.58	736.89	195.14	9,779.48	1,794.22	19,947.15	54,092.50	29,629.00
Transferências da LC 87/1996	31,975.27	63,950.54	0.00	0.00	0.00	129,031.88	32,257.97	32,257.97	32,257.97	32,257.97	32,257.97	32,257.97	418,505.51	460,238.00
Transferências da LC 61/1989	52,491.97	50,782.19	0.00	116,240.04	42,264.72	48,377.67	33,875.00	43,748.91	39,800.06	47,894.79	51,630.64	0.00	527,105.99	553,243.00
Transferências do FUNDEB	5,458,485.97	5,833,159.81	5,994,342.44	5,984,220.71	6,135,787.25	5,750,280.25	6,929,245.23	6,262,091.66	5,680,371.67	5,866,239.89	5,899,296.43	6,699,237.53	72,492,758.84	71,659,440.00
Outras Transferências Correntes	5,851,605.97	5,433,770.24	6,235,394.89	5,340,520.66	5,214,465.22	5,239,120.58	5,897,997.95	5,647,829.84	8,609,944.98	5,401,653.30	4,696,050.60	8,353,800.13	71,922,154.36	100,658,424.00
Outras Receitas Correntes	860,100.21	1,184,675.36	655,889.72	809,800.40	1,154,241.48	498,444.19	586,073.90	2,838,930.18	827,985.42	681,816.94	595,646.08	601,579.65	11,297,183.53	12,364,063.99
DEDUÇÕES (II)	3,059,438.49	3,158,014.74	3,877,466.47	2,827,498.05	4,075,312.15	3,354,704.52	3,613,707.25	3,343,144.86	3,320,241.39	3,147,143.00	3,213,326.60	3,057,463.84	40,047,461.36	19,682,759.00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	808,663.99	853,281.72	1,543,508.15	50,517.46	1,553,132.87	799,727.88	768,371.47	814,099.71	823,653.93	811,048.71	867,102.45	850,093.30	10,543,401.64	
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	23,968.50												23,968.50	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	2,226,806.00	2,304,733.02	2,333,958.32	2,776,980.59	2,522,179.28	2,554,976.64	2,845,335.78	2,529,045.15	2,496,587.46	2,336,094.29	2,346,224.15	2,207,370.54	29,480,091.22	19,682,759.00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I- II)	33,665,235.39	35,800,521.89	30,060,396.56	39,975,825.82	32,700,437.17	31,300,321.84	36,061,441.08	36,503,921.01	38,944,219.61	35,808,672.34	30,157,330.07	36,053,007.82	417,031,330.60	477,314,709.99

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Receitas	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.707.000,00	13.707.000,00	8.917.605,51	53,52
RECEITAS CORRENTES	13.707.000,00	13.707.000,00	8.917.605,51	53,52
Receita de Contribuições dos Segurados	8.037.000,00	8.037.000,00	8.881.455,93	0,00
Pessoal Civil	8.037.000,00	8.037.000,00	8.881.455,93	0,00
Ativo	7.987.000,00	7.987.000,00	8.805.081,18	0,00
Inativo	50.000,00	50.000,00	76.374,75	0,00
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	50.000,00	50.000,00	36.149,58	0,00
Receitas Imobiliárias	50.000,00	50.000,00	36.149,58	0,00
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	5.620.000,00	5.620.000,00	0,00	53,52
Compensações Previdenciárias do RGPS para o RPPS	270.000,00	270.000,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	5.350.000,00	5.350.000,00	0,00	53,52
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.079.000,00	11.079.000,00	16.779.162,26	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	24.786.000,00	24.786.000,00	25.696.767,77	53,52

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	19.350.000,00	19.350.000,00	13.858.051,50	0,00	13.413.024,80	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	985.000,00	985.000,00	35.558,74	0,00	35.558,74	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital	985.000,00	985.000,00	35.558,74	0,00	35.558,74	0,00		
PREVIDÊNCIA	18.365.000,00	18.365.000,00	13.822.492,76	0,00	13.377.466,06	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	15.500.000,00	15.500.000,00	11.782.291,34	0,00	11.782.291,34	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	8.500.000,00	8.500.000,00	7.478.614,89	0,00	7.478.614,89	0,00		
Pensões	3.500.000,00	3.500.000,00	1.584.864,30	0,00	1.584.864,30	0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Outros Benefícios Previdenciários	3.500.000,00	3.500.000,00	2.718.812,15	0,00	2.718.812,15	0,00		
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	2.865.000,00	2.865.000,00	2.040.201,42	0,00	1.595.174,72	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias	2.865.000,00	2.865.000,00	2.040.201,42	0,00	1.595.174,72	0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	90.000,00	90.000,00	31.973,26	0,00	31.973,26	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	19.440.000,00	19.440.000,00	13.890.024,76	0,00	13.444.998,06	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	5.346.000,00	5.346.000,00	11.806.743,01	53,52	12.251.769,71	53,52		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o RPPS	

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	10.160.000,00

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Bens e Direitos do RPPS	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Bens e Direitos do RPPS	-	-
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	137.313,94	21.066,05
INVESTIMENTOS	98.517.956,41	78.743.208,11
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Receita Intra			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (VIII)	11.079.000,00	11.079.000,00	16.779.162,26	0,00
Receita de Contribuições	11.079.000,00	11.079.000,00	15.969.466,46	0,00
Patronal	11.079.000,00	11.079.000,00	9.384.683,22	0,00
Pessoal Civil	11.079.000,00	11.079.000,00	9.384.683,22	0,00
Ativo	11.079.000,00	11.079.000,00	9.384.683,22	
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	4.171.233,28	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	2.413.549,96	0,00
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	809.695,80	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	11.079.000,00	11.079.000,00	16.779.162,26	0,00

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Despesa Intra							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XI)	90.000,00	90.000,00	31.973,26	0,00	31.973,26	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	90.000,00	90.000,00	31.973,26	0,00	31.973,26	0,00		
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XI)	90.000,00	90.000,00	31.973,26	0,00	31.973,26	0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Dívida Fiscal Líquida	Comparativo da Dívida Fiscal e Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2014 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Dívida Fiscal Líquida	-	-	-
Dívida Consolidada (**I**)	120.657.926,53	112.864.321,75	111.051.405,37
DEDUÇÕES (**II**)	11.219.466,26	53.104.212,70	59.698.251,70
Disponibilidade de Caixa Bruta	53.429.987,15	87.464.106,95	90.911.888,14
Demais Haveres Financeiros	0,00	892.893,72	612.842,38
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	42.210.520,89	35.252.787,97	31.826.478,82
Dívida Consolidada Líquida (**III**) = (**I** - **II**)	109.438.460,27	59.760.109,05	51.353.153,67
Receita de Privatizações (**IV**)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	201.465,49	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (**VI**) = (**III** + **IV** - V)	109.236.994,78	59.760.109,05	51.353.153,67

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Resultado Nominal	Período de Referência	
	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
Resultado Nominal	-	-
VALOR	-8.406.955,38	-57.883.841,11

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência	0,00

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Comparativo da Dívida Fiscal e Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2014 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	-	-	-
Dívida Consolidada Previdenciária (**VII**)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (**VIII**)	79.896.886,48	93.442.558,01	97.024.140,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	183.359,58	5.688,66	137.313,94
Investimentos	79.713.526,90	94.702.748,44	98.517.956,41
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	1.265.879,09	1.631.130,19
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (**IX**) = (**VII** - **VIII**)	-79.896.886,48	-93.442.558,01	-97.024.140,16
Passivos Reconhecidos (X)			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (**XI**) = (**IX** - X)	-79.896.886,48	-93.442.558,01	-97.024.140,16

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas Primárias	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (**I**)	486.449.647,99	342.695.810,91	312.129.796,76
Receitas Tributárias	109.071.457,00	61.446.080,25	66.048.027,07
IPTU	24.352.924,00	11.033.021,18	11.663.954,55
ISS	46.024.600,00	28.401.161,00	32.469.683,37
ITBI	9.373.025,00	4.736.239,10	4.916.563,55

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
IRRF	11.433.467,00	7.591.112,01	7.737.297,52
Outras Receitas Tributárias	17.887.441,00	9.684.546,96	9.260.528,08
Receitas de Contribuições	23.907.182,00	21.975.377,17	10.608.788,90
Receitas Previdenciárias	8.037.000,00	8.881.455,93	0,00
Outras Receitas de Contribuições	15.870.182,00	13.093.921,24	10.608.788,90
Receita Patrimonial Líquida	50.000,00	6.036.149,58	0,00
Receita Patrimonial	7.681.794,00	20.597.063,72	3.135.644,83
(-) Aplicações Financeiras	7.631.794,00	14.560.914,14	3.135.644,83
Transferências Correntes	299.209.730,00	222.665.174,37	207.685.912,94
Cota-Parte do FPM	48.616.835,00	34.357.578,84	32.195.898,87
Cota-Parte do ICMS	62.214.310,00	50.074.400,56	46.779.834,83
Cota-Parte do IPVA	15.226.234,00	15.684.248,26	14.114.774,89
Convênios	19.975.277,00	11.611.082,39	9.114.556,45
Outras Transferências Correntes	153.177.074,00	110.937.864,32	105.480.847,90
Demais Receitas Correntes	54.211.278,99	30.573.029,54	27.787.067,85
Dívida Ativa	12.949.940,00	4.479.572,52	6.896.847,24
Diversas Receitas Correntes	41.261.338,99	26.093.457,02	20.890.220,61
RECEITAS DE CAPITAL (II)	836.202.688,00	11.588.865,74	14.027.757,56
Operações de Crédito (III)	0,00	841.725,52	328.104,39
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)			
Transferências de Capital	418.101.344,00	4.952.707,35	6.685.774,39
Convênios	411.884.211,00	1.542.707,35	1.909.574,39
Outras Transferências de Capital	6.217.133,00	3.410.000,00	4.776.200,00
Outras Receitas de Capital	418.101.344,00	5.794.432,87	7.013.878,78
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	836.202.688,00	10.747.140,22	13.699.653,17
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	1.322.652.335,99	353.442.951,13	325.829.449,93

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Despesas Primárias	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Empenhadas		DESPESAS LIQUIDADAS		Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (VIII)	444.720.029,80	328.040.023,77	316.096.726,81	277.034.273,30	254.381.087,61	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	224.982.657,02	166.629.268,96	158.585.622,21	165.886.318,71	158.414.401,47		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	5.702.605,00	4.055.495,63	5.555.954,27	2.349.297,98	3.212.509,01		
Outras Despesas Correntes	214.034.767,78	157.355.259,18	151.955.150,33	108.798.656,61	92.754.177,13		
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	439.017.424,80	323.984.528,14	310.540.772,54	274.684.975,32	251.168.578,60	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	472.200.506,19	32.294.604,08	74.313.049,78	15.048.575,35	35.108.379,82	0,00	0,00
Investimentos	454.580.500,17	19.011.688,33	58.240.234,47	4.687.653,46	21.730.851,32		
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	17.620.006,02	13.282.915,75	16.072.815,31	10.360.921,89	13.377.528,50		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	454.580.500,17	19.011.688,33	58.240.234,47	4.687.653,46	21.730.851,32	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.000.000,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)	10.160.000,00						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	904.757.924,97	342.996.216,47	368.781.007,01	279.372.628,78	272.899.429,92	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	417.894.411,02	10.446.734,66	-42.951.557,08	84.245.355,94	45.916.141,23		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios | Padrao

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	34.745.263,31	7.731.035,59	7.177.673,98	3.274.817,82	32.023.807,10	5.044.680,79	37.613.387,70	32.345.395,47	27.323.226,58	4.876.099,26	10.458.742,65	42.482.549,75
PODER EXECUTIVO	34.745.263,31	7.731.035,59	7.177.673,98	3.274.817,82	32.023.807,10	5.044.680,79	37.613.387,70	32.345.395,47	27.323.226,58	4.876.099,26	10.458.742,65	42.482.549,75
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	6.775,64	3.271,13	374,00	0,00	9.672,77	18.854,43	2.898.705,10	2.798.367,13	2.798.367,13	100.332,89	18.859,51	28.532,28
TOTAL (III) = (I + II)	34.752.038,95	7.734.306,72	7.178.047,98	3.274.817,82	32.033.479,87	5.063.535,22	40.512.092,80	35.143.762,60	30.121.593,71	4.976.432,15	10.477.602,16	42.511.082,03

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Especificação de PPP	Especificação de PPP			
	Saldo Exercício / 2014	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre	
Especificação de PPP	-	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisionados				
Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado

Despesas de PPP do Ente Federado	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Balanço Orçamentário	Período
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	912.180.785,99
Previsão Atualizada	912.180.785,99
Receitas Realizadas	362.241.462,12
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	905.655.108,41
Créditos Adicionais	
Dotação Atualizada	909.118.883,45
Despesas Empenhadas	348.317.051,69
Despesas Liquidadas	280.282.205,78
Despesas Pagas	268.372.735,78
Superávit Orçamentário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas por Função/Subfunção	Período
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	348.317.051,69
Despesas Liquidadas	280.282.205,78

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	31/10/2015
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	417.031.330,60

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	Período
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	-
Regime Geral de Previdência Social	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal			
Resultado Primário			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas com Ações Típicas de MDE	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações Típicas de MDE	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	41.821.193,02	25,00	23,82
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental			
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (**I**)				
Despesas Previdenciárias (**II**)				
Resultado Previdenciário (**III**) = (**I** - **II**)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (**IV**)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (**VI**) = (**IV** - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual Percentual Aplicado até o Bimestre Saúde	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Oúblicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	36.874.876,92	15,00	21,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 5º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2015
Notas Explicativas	**-**
Notas Explicativas	

Documento gerado em 27/11/2015 18:05:28 Página 27 de 27

EXTRATO CONTRATO N. 074/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa TRAÇO ARQUITETURA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 04.553.072/0001-17. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições da CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 05/2015 que passa a fazer parte integrante do presente Contrato, juntamente com a proposta da CONTRATADA, vinculada à Lei n.º 8.666 de 21/06/93 e alterações, a Lei n.º 12.462/2011, ao Decreto n.º 7.581/2011,regulando

suas cláusulas pelos preceitos do direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e as estabelecidas neste instrumento, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N.º 320031/2015. OBJETO: Contratação da empresa no ramo de construção civil para execução de reformas e ampliações nas escolas EMEB Irenice Godoy de Campos, EMEB Tenente Abílio da Silva Moraes, EMBE Prof.º Paulo Freire, EMEB Ary Leite de Campos, EMEB Prof.ª Lúcia Leite Rodrigues, EMEB Faustino Antônio da Silva, EMEB Aristides Pompeo de Campos, EMEB Benedita Bernadina Curvo de acordo com as especificações descritas no Edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 05/2015 e seus anexos. VALOR GLOBAL: O valor global no montante de R$ 5.158.977,85 (Cinco milhões cento e cinquenta e oito mil novecentos e setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO**: 35.01.12.122.0002. – P/A: 2. 165. - ND: 3.3.90.39.00.00.00.-OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ. FONTE 0001.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. – P/A: 2.087. - ND: 3. 3.90.39.00.00.00.-OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ. FONTE 0106. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. – P/A: 2.087. - ND: 3.3.90.39.00.00. 00.-OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ. FONTE 0001. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. – P/A: 2.088. - ND: 3.3.90.39.00.00.00.-OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ. FONTE 0001. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361. 0103. – P/A: 2.088. - ND: 3.3.90.39.00.00.00.-OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ. FONTE 0106**.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.365.0104. – P/A: 2. 089. - ND: 3.3.90.39.00.00.00.-OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ. FONTE 0106. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO**: 35.03.12.365.0104. – P/A: 2.089. - ND: 3. 3.90.39.00.00.00.-OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ. FONTE 0001.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO**: 35.03.12.361.0103. – P/A: 2.233. - ND: 3.3.90.39.00.00. 00.-OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ. FONTE 0104.** VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses contado da data da sua assinatura e da consequente emissão da Ordem de Execução dos Serviços. No exclusivo interesse da CONTRATANTE, esta poderá emitir quantas Ordens de Execução de Serviços, Ordens de Paralisação ou Ordens de Reinício de Serviços que se façam necessárias para o bom desenvolvimento das obras. FISCAL DO CONTRATO: Ficará designada para este ato, a servidora Técnica desenvolvimento econômico social perfil arquiteta da SMVO, MARIA LÚCIA DE MEDEIROS LACERDA DE OLIVEIRA, CAU-MT n.º 38764-9 Matricula n.º 96127 e a Servidora Coordenadora de Arquitetura da UEL, KARINA CRISTINA DE ARRUDA, CAU-MT n.º 90873-8 Matricula n.º 108867, conforme art. 67 da Lei Federal n.º 8.666/ 93 e suas atualizações.

DATA DE ASSINATURA: 30.11.2015.

SIGNATÁRIOS: LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT

ZILDA PEREIRA LEITE DE CAMPOS

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

TRAÇO ARQUITETURA LTDA.

Contratada

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral Do Município De Várzea Grande/MT

PORTARIA Nº 564/2015

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 344004/2015,

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder a servidora **PATRICIA LIMA SANTANA SANTOS**, Matrícula 109132, exercendo o cargo de Coordenador – DNS - 04, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, **08 (oito) dias de Licença para ausentar-se do serviço Público em virtude de casamento**, conforme Artigo 108, III, a), da Lei Municipal nº 1.164/1991, com efeito retroativo, a vigorar no período de **06/11/2015 a 13/11/2015.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 27 de novembro de 2015.

Carlos Alberto Silva

Subsecretário de Administração

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 563/2015

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 292869/2015,

RESOLVE:

Retificar a Portaria n° 895/2014, que reconheceu em favor da servidora **MARILZA FÁTIMA DE QUIROZ**, Matrícula 34175, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Auxiliar de Enfermagem, o tempo de serviço prestado ao Município de Várzea Grande,

Onde se lê: "no total de 1.263 (mil duzentos e sessenta e três) dias líquidos, correspondendo a 03 (três) anos, 05 (cinco) meses e 18 (dezoito) dias, para todos os efeitoslegais**."**

Leia-se: no período de 01/10/1989 a 16/03/1993, o qual totaliza 1.263 (um mil, duzentos e sessenta e três) dias líquidos ou 03 (três) anos, 05 (cinco) meses e 18 (dezoito) dias, para todos os efeitos.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 27 de novembro de 2015.

Carlos Alberto Silva

Subsecretário de Administração

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 06/2015

PROCESSO/GESPRO 341944/2015

Processo n. 341944/2015. O Município de Várzea Grande, por meio do Pregoeiro Oficial, designada pela portaria n. 227/2015**,** torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma PRESENCIAL, do tipo menor preço, tendo como critério de julgamento o menor preço MENOR PREÇO GLOBAL–LOTE ÚNICO, cujo objeto**:** Contratação de empresa capacitada para execução de serviços de limpeza urbana no Município de Várzea Grande-MT, conforme as especificações contidas no termo de referência, edital e demais anexos**.** A realização prevista para o dia15 de dezembro 2015, às 09hs00min. (horário de Mato Grosso). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 12h00min às 18h00min, sito à avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 50,00 - não restituível e gratuitamente, no sitio: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 30 de novembro de 2015. BRENO GOMES,

Secretário Municipal De Serviços Públicos e Mobilidade Urbana e LANDOLFO L V GARCIA, Pregoeiro.

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
COMUNICAÇÃO INTERNA – 30/NOVEMBRO/2015

DA: Diretoria

PARA: servidor João Bosco de Faria

Pela presente informamos que V. Sa. deve cumprir nova suspensão, agora pelo período de 15 (quinze) dias, a partir desta data, tendo em vista que recebemos de seu chefe imediato a solicitação de providências quanto ao não cumprimento de suas obrigações funcionais (cópia anexa).

Ressaltamos que esta suspensão deverá ser cumprida de 30 de novembro a 18 de dezembro/2015.

Atenciosamente.

Várzea Grande, 30 de novembro de 2015.

Marcele Ramires Pinto Coelho

Diretora Geral

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que hoje, 30/11/2015, o servidor João Bosco de Faria, recusou-se a dar ciência a Comunicação Interna, que informa sobre a suspensão de 15 (quinze) dias à qual foi submetido pelo não cumprimento de suas obrigações funcionais.

É o que tenho a declarar.

Várzea Grande, 30 de novembro de 2015.

Loenir Fátima da Silva

Gerente de RH

Testemunhas:

Aline Janayna Ferreira Oliveira

Nirley da Silva Cavalcanti Oliveira

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE RETIFICAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 014/2015 E TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O **Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande**, neste ato representado pelo **Diretor Presidente Eduardo Abelaira Vizotto**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 1733/98 cumulado com a Lei nº8.666/93, pelo Pregão Presencial Nº 014/2015 no Sistema de Registro de Preço, tendo por **Objeto: Aquisição de conjuntos Moto-Bombas Submersas, Quadros de Comando para poços tubulares, Conjunto Moto-Bomba Submersível Auto limpante e Quadros de comando para conjunto moto-bomba submersível auto limpante para bombeamento de esgoto bruto,** conforme descrito em Edital, para atender as necessidades do DAE/VG.

Faz-se tornar público o **AVISO DE RETIFICAÇÃO DO AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 014/2015 E TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO, Publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 19/11/2015 na folha 189 e no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso (IOMAT) no dia 19/11/2015 pagina 91.**

ONDE SE LÊ:

LOTE 01, 03 e 04: EBARA INDÚSTRIA MECÂNICAS E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 46.138.319/0001-89, com valor Total de R$ 257.000,00 (duzentos e cinquenta e sete reais).

LEIA-SE:

LOTE 01, 03 e 04: EBARA INDÚSTRIA MECÂNICAS E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 46.138.319/0001-89, com valor Total de R$ 254.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro reais). Sem mais,

Várzea Grande, 30 de Novembro de 2015.

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

DIRETOR PRESIDENTE – DAEVG

EXTRATO CONTRATO N. 075/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa NORTEC CONSULTORIA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 01.315.642/0001-42. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições da CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 05/2015 que passa a fazer parte integrante do presente Contrato, juntamente com a proposta da CONTRATADA, vinculada à Lei n.º 8.666 de 21/06/93 e alterações, a Lei n.º 12.462/2011, ao Decreto n.º 7.581/2011, regulando suas cláusulas pelos preceitos do direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e as estabelecidas neste instrumento, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N.º 320031/2015, OBJETO: Contratação da empresa no ramo de construção civil para execução de reformas e ampliações nas escolas EMEB Irenice Godoy de Campos, EMEB Tenente Abílio da Silva Moraes, EMBE Prof.º Paulo Freire, EMEB Ary Leite de Campos, EMEB Prof.ª Lúcia Leite Rodrigues, EMEB Faustino Antônio da Silva, EMEB Aristides Pompeo de Campos, EMEB Benedita Bernadina Curvo, de acordo com as especificações descritas no Edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 05/2015 e seus anexos. VALOR GLOBAL: O valor global no montante de R$ 2.062.244,38 (Dois milhões sessenta e dois mil duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos) UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.01.12.122.0002. – P/A: 2.165. - ND: 3.3.90.39.00.00.00.-OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ. FONTE 0001. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. – P/A: 2.087. - ND: 3.3.90.39.00.00.00.-OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ. FONTE 0106. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. – P/A: 2.087. - ND: 3.3.90.39.00.00.00.-OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ. FONTE 0001. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. – P/A: 2.088. - ND: 3.3.90.39.00.00.00.- OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ. FONTE 0001. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. – P/A: 2.088. - ND: 3.3.90.39.00.00.00.-OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ. FONTE 0106. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.365.0104. – P/A: 2.089. - ND: 3.3.90.39.00.00.00.-OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ. FONTE 0106. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.365.0104. – P/A: 2.089. - ND: 3.3.90.39.00.00.00.-OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ. FONTE 0001. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. – P/A: 2.233. - ND: 3.3.90.39.00.00.00.-OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ. FONTE 0104. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses contado da data da sua assinatura e da consequente emissão da Ordem de Execução dos Serviços. No exclusivo interesse da CONTRATANTE, esta poderá emitir quantas Ordens de Execução de Serviços, Ordens de Paralisação ou Ordens de Reinício de Serviços que se façam necessárias para o bom desenvolvimento das obras. FISCAL DO CONTRATO: Ficará designada para este ato, a servidora Técnica desenvolvimento econômico social perfil arquiteta da SMVO, MARIA LÚCIA DE MEDEIROS LACERDA DE OLIVEIRA, CAU-MT n.º 38764-9 Matricula n.º 96127 e a Servidora Coordenado-

ra de Arquitetura da UEL, KARINA CRISTINA DE ARRUDA, CAU-MT n.º 90873-8 Matricula n.º 108867, conforme art. 67 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas atualizações.

DATA DE ASSINATURA: 30.11.2015.

SIGNATÁRIOS: LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT

ZILDA PEREIRA LEITE DE CAMPOS

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

NORTEC CONSULTORIA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA.

Contratada

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral Do Município De Várzea Grande/MT

ERRATA

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, o seguinte:

CONSIDERANDO a existência de mero erro material quanto da digitação da data de Nomeação Ato nº 930/15, em nome da servidora Elaine Maria de Souza e Silva, na Procuradoria Geral do Município, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, do dia 12/11/2015, pag. 387;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a retificação da data de nomeação da servidora Elaine Maria de Souza e Silva:

Onde se lê: **a partir de 09 de outubro de 2015.**

LEIA-SE: **a partir de 09 de novembro de 2015.**

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 24 de novembro de 2015.

Sadora Xavier Fonseca Chaves

Procuradora Geral do Município

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
COMUNICADO DE FÉRIAS

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

Comunica ao Servidor VILMAR AMARAL DOS SANTOS, matrícula n°578 ocupando o cargo de que AUX. SERVIÇOS GERAIS que será concedido o gozo ás férias a partir 01 de Dezembro até 30 de Dezembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 01/08/2014 a 31/07/2015.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VÁRZEA GRANDE, 30 NOVEMBRO DE 2015

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

Diretor Presidente.

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO N. 52/2015

Processo n. 319771/2015. O Município de Várzea Grande-MT torna público o resultado do pregão eletrônico n. 52/2015 tendo como objeto "*Contratação de empresa capacitada para a prestação de serviços interruptos de translado de paciente via suporte básico (remoção simples) e suporte avançado (remoção avançada via UTI) transporte inter-hospital dentro do perímetro urbano (Várzea Grande/Cuiabá) com a presença de equipe de saúde qualificada para as especialidades de atendimento para atender as necessidades de atendimento para atender as necessidades do hospital e pronto socorro municipal de Várzea Grande-MT"* foi declarado FRACASSADO. O motivo do fracasso consiste que as empresas participantes ao apresentarem os documentos de habilitação deixaram de atender alguns requisitos editalícios. Várzea Grande-MT, 30 de novembro de 2015. Deivid Matos de Oliveira. Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
COMUNICADO DE FÉRIAS

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

Comunica ao Servidor ATILA FERNANDO COSTA DA CUNHA, matrícula n°540 ocupando o cargo de que OPERADOR DE FATURAMENTO que será concedido o gozo ás férias a partir 01 de Dezembro até 30 de Dezembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 01/04/2011 a 31/03/2012.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VÁRZEA GRANDE, 30 NOVEMBRO DE 2015

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

Diretor Presidente.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
COMUNICADO DE FÉRIAS

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

Comunica ao Servidor RAUL COELHO CURVO, matrícula n°522 ocupando o cargo de que OPERADOR DE SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO que será concedido o gozo ás férias a partir 01 de Dezembro até 30 de Dezembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 02/07/2010 a 01/07/2011.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VÁRZEA GRANDE, 30 NOVEMBRO DE 2015

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

Diretor Presidente.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
COMUNICADO DE FÉRIAS

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

Comunica ao Servidor JESSE HENRIQUE MOI, matrícula n°510 ocupando o cargo de que MOTORISTA que será concedido o gozo ás férias a partir 01 de Dezembro até 30 de Dezembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 02/07/2013 a 01/07/2014.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VÁRZEA GRANDE, 30 NOVEMBRO DE 2015

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

AVISO DO PREGÃO Nº 083/2015 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 083/2015 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006,Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS**

CREDENCIAMENTO: **11:00 às 11:30 do dia 11/12/2015.**

INICIO DA SESSÃO: 11:00 do dia **11/12/2015.** Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

AVISO DO PREGÃO Nº 085/2015 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 085/2015 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006,Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENXERTIA DE MUDAS SERINGUEIRAS**

CREDENCIAMENTO: **07:30 às 08:00 do dia 14/12/2015.**

INICIO DA SESSÃO: 07:30 do dia **14/12/2015.** Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

AVISO DO PREGÃO Nº 084/2015

PREGÃO Nº. 084/2015 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006,Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA A REALIZAÇÃO DO "RÉVEILLON 2016" NO MUNICÍPIO**

CREDENCIAMENTO: **15:00 às 15:30 do dia 11/12/2015.**

INICIO DA SESSÃO: 15:00 do dia **11/12/2015.** Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

AVISO DO PREGÃO Nº 086/2015 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 086/2015 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006,Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE CAÇAMBA PAPA ENTULHO E VEÍCULO EQUIPADO PARA COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS.**

CREDENCIAMENTO: **09:00 às 09:30 do dia 14/12/2015.**

INICIO DA SESSÃO: 09:00 do dia **14/12/2015.** Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

AVISO DO PREGÃO Nº 087/2015 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 087/2015 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006,Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA.**

CREDENCIAMENTO: **10:30 às 11:00 do dia 14/12/2015.**

INICIO DA SESSÃO: 10:30 do dia **14/12/2015.** Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

AVISO DO PREGÃO Nº 088/2015 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 088/2015 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006,Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OFERECER LINK DE INTERNET BANDA LARGA.**

CREDENCIAMENTO: **14:00 às 14300 do dia 14/12/2015.**

INICIO DA SESSÃO: 14:00 do dia **14/12/2015.** Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PORTARIA N. º 352/2015.

DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais, e considerando o dispositivo na Lei Municipal n° 749/2008 de 22 de fevereiro de 2008 e regulamentadas pelo Decreto n° 004/2013,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder estabilidade funcional ao Servidor **VILMAR SILVA REIS,** Matrícula n° 2377, Cargo Operador de Trator de Esteira, lotado na Secretaria de Obras, aprovado no Estágio Probatório relativo ao período

de 07/11/2012 – 06/11/2015 por atender satisfatoriamente os requisitos exigidos para aptidão ao cargo, em consonância ao Parecer favorável da CASEP nº 027/2015 - Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 06 de Novembro de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

EDITAL N.º 015/2015

A COMISSÃO ESPECIAL DE ELEIÇÃO, constituída na forma da Resolução 001/2015 do CMDCA de Vila Rica, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Vila Rica, realizada no dia 29 de novembro de 2015.

Classificação **Titulares**	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
1º	Elizafá da Silva Santos	285
2º	Anália Raquel Calixto Moura	203
3º	Ana Maria Batista Correia	196
4º	Quedma Costa Cavalcante	152
5º	Giselde Pereira Azevedo	129
Classificação **Suplentes**	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	Elizangela Alves de Souza	90
7º	Sileide Machado Lucio	82
8º	Deusiley Mendes Ferreira	81
9º	Tatiane Tschá Pelin	73
10º	Siro Rodrigues Alves	69

Fica aberto o prazo de 02 (dois) dias, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no Art. 25 da Resolução nº 003/2015.

A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Vila Rica, 29 de novembro de 2015

Maicon Weber

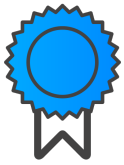
Presidente da Comissão de Eleição

ATA GERAL DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE VILA RICA - 2015

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de 2015, na Escola Estadual Professora Maria Esther Peres, sob a responsabilidade da Comissão Organizadora, foi realizada a apuração do processo de escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR DE Vila Rica / MT, sendo instaladas 04 (quatro) seção(ões) para recepção dos votos, assim situadas: 02 (duas) seções na Escola Estadual Vila Rica e 02 (duas) seções na Escola Estadual Professora Maria Esther Peres. A votação teve início às 08:00 horas, encerrando-se às 17:00 horas, conforme Atas de Votação e Apuração de cada seção. Às 18 horas iniciaram-se os trabalhos de apuração dos votos, a partir dos Boletins de Urna de cada seção. Foi constatado o registro de uma ocorrência na Ata de seção de Nº 04, o registro de protesto deu-se contra a candidata a membro do Conselho Tutelar Quedma Costa Cavalcante, pelo entendimento de a mesma violar o Art. 2º da Resolução 002/2015 que dispõe sobre as condutas vedadas aos candidatos no dia da eleição, no caso, relacionado à questão do transporte de eleitores. Não havendo quaisquer outros indícios de fraude e irregularidades nos Boletins de Urna passou-se a totalização dos votos, chegando-se ao seguinte resultado: total de votos válidos: 1661; votos nulos: 15; votação dos candidatos: Elizafá da Silva Santos, 285 votos; Anália Raquel Calixto Moura, 203 votos; Ana Maria Batista Correia, 196 votos; Quedma Costa Cavalcante, 152 votos; Giselde Pereira Azevedo, 129 votos; Elizangela Alves de Souza, 90 votos; Sileide Machado Lucio, 82 votos; Deusiley Mendes Ferreira, 81 votos; Tatiane Tschá Pelin, 73 votos, Siro Rodrigues Alves, 69 votos; Taiane Miranda Martins, 59 votos; Cleusa Terezinha Schirmann Demétrio, 51 votos; Fátima Simão, 41 votos; Silmara Fernandes da Silva, 39 votos; Fábio dos Anjos de Souza, 32 votos; Ariel Alves Dias, 26 votos; Raisla Marcelina de Souza, 15 votos; Alzira Augustin, 13 votos; Joselita dos Santos, 10 votos. Não havendo outras impugnações ou incidentes que pudessem comprometer a validade da totalização dos votos, o Presidente da Comissão Organizadora, diante de todos os presentes, parabenizou e agradeceu a todos os que trabalharam no processo de escolha, salientando que, nos termos da Lei Municipal nº 1.163/13 e conforme a Resolução 003/2015, os candidatos terão prazo de 02 (dois) dias para eventual interposição de recursos contra a apuração, os quais deverão ser julgados em 05 (cinco) dias e, dentro dos 02 (dois) dias seguintes será oficializada a proclamação dos eleitos com a respectiva homologação. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata às 22 horas, que após lida e achada conforme segue assinada por mim, Maicon Weber, Presidente da Comissão de Eleição, pelos demais membros presentes da Comissão Organizadora, pelos membros presentes do CMDCA, pelo Promotor da Comarca de Justiça de Vila Rica o Exmo. Sr. João Biffe Júnior e seus representantes, que acompanharam os trabalhos.

Vila Rica, 29 de novembro de 2015.

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Nov 30 21:33:50 UTC 2015
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170114572883537006
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)